GUILHERME JOSÉ BRAZ DE OLIVEIRA

***REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES
CONSTITUCIONAIS***

e suas conseqüências para o julgamento do Recurso Extraordinário

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em Direito
Processual, sob orientação do Professor
Titular JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2.009

Dedico esta dissertação para cinco pessoas fundamentais em minha vida:

*Aos meus pais **Fernando** e **Maria Cecília**, ao meu irmão **Fabiano** e à minha cunhada **Paula**.*

*Em especial, para minha noiva e, muito em breve, esposa, **Juliana**. “Ju”, sem você, sem a sua ajuda e compreensão, este trabalho não teria sido possível.*

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta dissertação, devo agradecer algumas pessoas, que contribuíram, de forma decisiva, para que este trabalho pudesse se concretizar.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu **pai Fernando José Braz de Oliveira** e à minha **mãe Maria Cecília Braz de Oliveira**. A eles devo tudo o que sou. Agradeço pelo amor e apoio incondicional, em todos os momentos, mesmo nos mais difíceis. A luta conjunta de vocês dois, cada um ao seu modo, foi e continua sendo fundamental.

Agradeço ao meu **irmão Fabiano José Braz de Oliveira** e à minha **cunhada Paula Dantas Mendes de Oliveira**, que também estão sempre presentes em minha vida.

Em especial, agradeço à minha **noiva Juliana Martinez Joaquim**. Nos conhecemos logo que fui aprovado para o Mestrado e, agora que este trabalho está chegando ao fim, vamos nos casar. Estou muito feliz com isso, porque amo você. E, não posso deixar de confessar, estou impressionado com a sua paciência, dedicação e ajuda, ao longo desses três anos.

Agradeço ao meu **Professor e Orientador José Rogério Cruz e Tucci**. Muito obrigado pela confiança depositada quando me selecionou para o Mestrado. Agradeço, ainda, pela ajuda e disponibilidade durante toda a realização desta dissertação. A constante abertura para o diálogo e troca de idéias foram importantíssimas para que conseguisse examinar o tema aqui proposto e extraísse as conclusões ora apresentadas.

Agradeço aos **Professores Eros Grau e Paula Forgioni**, que estiveram presentes em minha formação acadêmica e profissional. Aprendi muito com os dois e sempre fui incentivado a estudar e pensar o Direito, de forma séria.

Agradeço ao **Professor Sebastião Botto de Barros Tojal**, que participou do exame de qualificação, com sugestões fundamentais para aprimorar o trabalho.

Agradeço ao meu **grande amigo, Alexandre Luis Moreli Rocha**, que mesmo longe sempre esteve presente, me estimulou e ainda encontrou tempo para ler partes desta dissertação, com sugestões e críticas muito apropriadas. Ao meu **amigo fraterno Flávio Faibischew Prado**, com quem sei que sempre poderei contar. E, ainda, aos meus **amigos e companheiros das Arcadas: Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes, Gustavo Sampaio Correia e André de Albuquerque Cavalcanti Abbud**.

Agradeço, também, a todos os meus colegas de escritório, nas pessoas de **Fabio Buccioli e Mariana Conti Craveiro**, pelo incentivo durante a realização deste trabalho. Em especial, gostaria de agradecer a **Samantha Lopes Alvares e Raphael Andrade Pires de Campos**, com quem tenho a oportunidade de discutir temas de direito processual, e que me ajudaram nos períodos em que foi necessário me ausentar do escritório. E, ainda, a **Ellen Key Passini**, que sempre nos anima e torna o convívio profissional mais alegre.

Agradeço, ainda, a todos os funcionários das Bibliotecas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, pela atenção e disponibilidade durante a pesquisa.

Finalmente, agradeço aos meus avós **Sarah e Reimbrandt**. *In memoriam*, gostaria de deixar meu muito obrigado pelo cuidado que tiveram comigo, durante a minha infância.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
------------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE:

*Função do Supremo Tribunal Federal e do Recurso Extraordinário no direito brasileiro
– Instituição do primeiro filtro de contenção desse meio excepcional de impugnação no
sistema jurídico nacional.*

1. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

- 1.1.-** Introdução histórica e evolução das competências outorgadas pelas diversas Constituições do Brasil ao Supremo Tribunal Federal.....19
- 1.2.-** A *crise* do Supremo Tribunal Federal (ou a *crise do recurso extraordinário*) em números.....30
- 1.3.-** Tentativas de *racionalização* dos trabalhos da Suprema Corte brasileira.....35

2. RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

- 2.1.-** Origens do recurso extraordinário e seus pressupostos de sistematização.....49
- 2.2.-** Função do recurso extraordinário: *direito* da parte ou *prerrogativa* do Supremo Tribunal Federal?.....62
- 2.3.-** Tendência à *objetivação* do recurso extraordinário.....69

3. ANTECEDENTES DA REPERCUSSÃO GERAL NO DIREITO BRASILEIRO.

3.1.-	<i>Arguição de relevância</i> das questões federais.....	86
3.1.1.-	Caracterização <i>jurídica</i> da arguição de relevância.....	94
3.1.2.-	Critérios para aferição da relevância da questão federal no Regimento Interno da Suprema Corte.....	99
3.1.3.-	Procedimento da arguição de relevância e seu julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.....	108
3.1.4.-	Principais críticas doutrinárias ao antigo instituto.....	118
3.1.5.-	Breve casuística da arguição de relevância da questão Federal.....	124
3.1.5.1.-	Questões de direito processual.....	125
3.1.5.2.-	Questões de direito material.....	128
3.2.-	<i>Transcendência</i> no processo trabalhista.....	133

SEGUNDA PARTE:

Repercussão geral das questões constitucionais, processo de julgamento e consequências da decisão relativa a esse requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário.

4. REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL.

4.1.-	Histórico da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004.....	145
4.2.-	Definição <i>jurídico-processual</i> do novo instituto.....	158
4.2.1.-	Necessária diferenciação: repercussão geral <i>versus</i> arguição de relevância.....	165
4.3.-	Caráter <i>político</i> ou <i>jurisdicional</i> do novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário.....	172

4.4.-	Critérios para aferição da repercussão geral.....	181
4.4.1.-	Reflexos de ordem <i>econômica</i>	188
4.4.2.-	Implicações de cunho <i>político</i>	191
4.4.3.-	Relevância <i>jurídica</i> da <i>quaestio iuris</i>	193
4.4.3.1.-	Questões de ordem <i>processual-constitucional</i>	199
4.4.4.-	Presença de <i>relevante interesse social</i>	203
4.5.-	<i>Presunção</i> de repercussão geral em caso de divergência jurisprudencial.....	208
4.6.-	Repercussão geral, prequestionamento e ofensa reflexa à Constituição.....	216
4.7.-	Possibilidade de intervenção do <i>amicus curiae</i>	224
4.8.-	Repercussão geral e o agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário.....	229
4.9.-	Marco temporal para aplicação dos artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil.....	233

5. JULGAMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL.

5.1.-	Competência para julgamento da repercussão geral.....	242
5.1.1.-	Quorum para deliberação sobre a repercussão geral.....	252
5.2.-	Momento de apreciação do novo requisito de admissibilidade no julgamento do recurso extraordinário e a necessidade de fundamentação dessa decisão.....	256
5.2.1.-	Problemática relativa à deliberação <i>eletrônica</i> sobre a preliminar de repercussão geral.....	261
5.3.-	Repercussão geral e os fundamentos do recurso extraordinário....	266
5.4.-	Temperamentos quanto à irrecorribilidade do julgamento da repercussão geral.....	270

5.5.-	Inaplicabilidade parcial do artigo 557 do Código de Processo Civil ao julgamento do recurso extraordinário cuja questão constitucional é dotada de repercussão geral.....	277
6.	CONSEQÜÊNCIAS DO JULGAMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL.	
6.1.-	Seleção do recurso extraordinário <i>paradigma</i>	281
6.2.-	Eficácia <i>vinculativa</i> da decisão que <i>rejeita</i> a repercussão geral da questão constitucional.....	288
6.3.-	Conseqüências da decisão que <i>acolhe</i> a repercussão geral da questão constitucional e <i>julga o mérito</i> do recurso extraordinário.....	297
6.4.-	Súmula vinculante e repercussão geral: breves considerações acerca dos objetivos de cada instituto e suas necessárias diferenciações.....	316
6.5.-	Repercussão geral e o recurso especial.....	325
	CONCLUSÕES.....	338
	BIBLIOGRAFIA.....	351
	RESUMO.....	382
	RIASSUNTO.....	383

“a nossa falta de educação federativa agrava o direito publico brasileiro; e de todo esse estado chaotico resulta a confusa applicação do recurso [extraordinário], que destinado a casos restrictos, buscam tornar extenssivo a todos os insucessos forenses, como verdadeira panacéia” (RODRIGUES DE CARVALHO, *Do Recurso Extraordinario*, 1ª ed., Parahyba, Torre Eiffel, 1.920, Prefácio, p. I).

“Peculiar a esse recurso é, no entanto, um elemento de carater político, revelado no fato de conduzir a uma revisão parcial da decisão, restrita às questões cuja resolução transcende os confins da controvérsia concreta, porquanto são as questões que podem se reproduzir no futuro em outros processos: a saber, questões que se referem à vigência efetiva e à exata aplicação das normas gerais e abstratas que regulam a vida dos cidadãos e em cuja observância se funda a ordem da vida social” (LIEBMAN – notas às *Instituições de Direito Processual Civil* de CHIOVENDA, vol. III, trad. J. Guimarães Menegale, São Paulo, Saraiva, 1.945, p. 404).

INTRODUÇÃO

Publicado em 1.973, o Código de Processo Civil sofreu, ao longo desses trinta e cinco anos de vigência, uma série de alterações. Longe de ser uma exclusividade de nosso país, tornou-se lugar comum a menção às *reformas* do processo¹, especialmente no Brasil². Mais de cinquenta leis já aportaram algum tipo de modificação ao diploma processual brasileiro³. Existe, ainda, uma série de outros projetos em tramitação no Congresso Nacional, com o objetivo de eliminar a *morosidade* no curso das

¹ Trata-se, a bem da verdade, de um movimento mundial, iniciado na década dos 70, quando MAURO CAPPELLETTI – BRYANT GARTH publicaram estudo identificando os principais *obstáculos* do acesso à Justiça e propuseram uma série de transformações para solucionar esses entraves, que ficaram conhecidas como as *ondas renovatórias do processo* (*Acesso à Justiça*, trad. Ellen Gracie, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 1.988, pp. 15-73). Mesmo em países bastante desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos da América, a necessidade de *reforma* do processo judicial é sentida há algum tempo. Em livro publicado nos anos 50, ARTUR VANDERBILT, juiz da Suprema Corte do Estado de New Jersey, destacava a necessidade de melhorar a administração da justiça nas Cortes norte-americanas. Afirmou, de forma veemente: “A decision, based on technicalities or surprise, or a trial or a decision unduly delayed, or even a case of judicial manners can kill respect for law more disastrously than any disagreement on some abstruse question of substantive law” (*The Challenge of Law Reform*, Princeton, Princeton University, 1.955, p. 5).

² Cf., dentre outros, SÉRGIO BERMUDEZ, *A Reforma do Código de Processo Civil*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.996, p. IX; CÂNDIDO DINAMARCO, *A Reforma do Código de Processo Civil*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 1.996, pp. 30-32, e *A Reforma da Reforma*, São Paulo, Malheiros, 2.002, pp. 15-21. É certo, porém, que abalizadas vozes da doutrina nacional ainda se levantam contra esse movimento reformista, como, por exemplo, BOTELHO DE MESQUITA: *A crise do Judiciário e o processo* e *As novas tendências do direito processual: uma contribuição para o seu reexame*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 1, São Paulo, RT, 2.005.

³ Faz-se mister ressaltar, entretanto, que o Código de Processo Civil não se revela como o único responsável pela *crise* do processo, como advertiu MONIZ DE ARAGÃO. Contribuiu, fundamentalmente, para essa situação o avanço econômico e industrial do país, que gerou não apenas um aumento quantitativo dos litígios submetidos à apreciação do Judiciário, mas um aprimoramento qualitativo das demandas, com maior grau de complexidade. Ocorre que esse avanço não foi acompanhado pelo aprimoramento dos operadores do direito e dos sistemas de administração da Justiça (*O Código de Processo Civil e a crise processual*, in *RF* 316/54).

ações judiciais, tornando a tutela jurisdicional realmente *tempestiva*⁴ e o processo civil um *instrumento de resultados*⁵.

Um dos pontos centrais de todas essas modificações está relacionado ao *estreitamento das vias (recursais) de acesso aos Tribunais*, em especial às Cortes Superiores⁶.

Se, no passado, falava-se da necessidade de ampliar o acesso à Justiça⁷, está-se agora diante de uma verdadeira *avalanche* de conflitos que o Poder Judiciário brasileiro não estava preparado para absorver, principalmente os Tribunais de Superposição⁸, que não dispõem de estrutura adequada para julgar milhares de recursos por

⁴ A razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação foi elevada a garantia fundamental do Estado Democrático de Direito (artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, reproduzindo o quanto previsto no artigo 8º da Convenção Americana dos Direitos Humanos – “Pacto de São José da Costa Rica” – promulgada internamente pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1.992). Para tentar implementá-la, o artigo 93, inciso XIII, da Constituição também passou a estabelecer que: “o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população” (dispositivo acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2.004). Contudo, a preocupação com a lentidão do processo judicial não é recente. CRUZ E TUCCI lembra uma “famosa advertência, atribuída ao antigo Conselheiro De la Bruyere, de que ‘a demora na administração da justiça constitui, na verdade, pura denegação de justiça!’” (*Tempo e Processo – uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*, São Paulo, RT, 1.997, p. 15, destaques no original).

⁵ Explica CÂNDIDO DINAMARCO: “Consiste esse postulado na consciência de que o valor de todo o sistema processual reside na capacidade, que tenha, de propiciar ao sujeito que tiver razão uma situação melhor do que aquela em que se encontrava antes do processo. Não basta o belo enunciado de uma sentença bem estruturada e portadora de afirmações inteiramente favoráveis ao sujeito, quando o que ela dispõe não se projetar utilmente na vida deste, eliminando a insatisfação que o levou a litigar e propiciando-lhe sensações felizes pela obtenção da coisa ou situação postulada” (*Instituições de Direito Processual Civil*, vol. I, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.002, p. 108).

⁶ Frequentes abusos por parte dos litigantes – que levam as causas às “últimas instâncias” – demonstram a “necessidade de ser adotado um critério que limite o tipo de feito ou interesse que devam ser julgados pelos tribunais superiores” (LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, Rio de Janeiro, Forense, 2.001, p. 1). No mesmo sentido, IVES BRAGHITTONI relata “uma constante exigência, especialmente nos tribunais superiores (mas não só neles), de limitar-se o número de recursos. Uma carga menor de recursos, acredita-se, faria com que os restantes fossem julgados mais rapidamente – e o fossem com melhor qualidade. Assim, foram inúmeras as situações de criação de filtros ‘tradicionais’, com variados expedientes para a limitação de acesso às instâncias superiores” (*Recurso Extraordinário – uma análise do acesso ao Supremo Tribunal Federal*, São Paulo, Atlas, 2.007, p. 1).

⁷ Ou melhor, o acesso a uma “ordem jurídica justa”, feliz expressão cunhada por KAZUO WATANABE, *Acesso à Justiça e sociedade moderna*, in *Participação e Processo*, ADA PELLEGRINI – KAZUO WATANABE – CÂNDIDO DINAMARCO (coords.), São Paulo, RT, 1.988, p. 128.

⁸ Sobre tais instituições, é expressiva a definição de CÂNDIDO DINAMARCO: “São órgãos de superposição os tribunais que, nos limites das competências constitucionalmente fixadas, têm o poder de rever decisões dos órgãos mais elevados de cada uma das Justiças” (*Instituições de Direito Processual Civil*, vol. I, cit., p. 452). No Brasil, além do Supremo Tribunal Federal, existem o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça. Há, ainda, o Supremo Tribunal Militar, criado por Alvará com força de lei, que data de 1º de março de 1.808 (com o nome de Conselho Supremo Militar e de Justiça), que é o mais antigo Tribunal Superior do país.

ano. Da *litigiosidade contida* a que aludiu KAZUO WATANABE nos anos 80⁹, assiste-se hoje a uma situação que se poderia denominar de *explosão da litispendência*¹⁰.

Provocadas por tal contexto, as *reformas* (iniciadas com maior vigor na década dos 90 e, até então, centradas no Código de Processo Civil¹¹) atingiram agora a Constituição Federal¹². Assim, a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2.004¹³, trouxe modificações não apenas à estrutura do Poder Judiciário¹⁴, mas também a

⁹ Juizado Especial de Pequenas Causas, São Paulo, RT, 1.985, p. 2.

¹⁰ Ou de “litispendência em excesso”, como observam ELVIO SARTÓRIO – FLÁVIO CHEIM JORGE, *O recurso extraordinário e a demonstração da repercussão geral*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA WAMBIER *et alii* (coords.), São Paulo, RT, 2.005, p. 183.

¹¹ Nesse período também foi editada uma série de diplomas legais esparsos, os quais afetaram a estrutura *tradicional* de nosso processo civil. Como exemplo, pode-se citar: a Lei dos Juizados de Pequenas Causas (nº 7.244, de 7 de dezembro de 1.984), substituída, posteriormente, pela Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (nº 9.099, de 26 de setembro de 1.995, aplicável também no âmbito da Justiça Federal, com as alterações delimitadas pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2.001); a Lei da Ação Civil Pública (nº 7.245, de 24 de julho de 1.985); o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990); a Lei que dispõe sobre o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal (Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1.999), e a Lei que regulamenta a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1.999).

¹² Não se pode esquecer que a Carta Magna de 1.988 já havia explicitado princípios bastante caros ao processo, tais como o *contraditório*, o *due process of law*, a necessidade de *motivação e publicidade das decisões judiciais*, a garantia do *juiz natural*, entre outros. Nesse sentido, v. LAURIA TUCCI – CRUZ E TUCCI, *Constituição de 1.988 e Processo – regramentos e garantias constitucionais do processo*, São Paulo, Saraiva, 1.989, p. 5. Recentemente, CRUZ E TUCCI ponderou: “O atual ideário determinante da (terceira) onda de renovação da ciência processual, que concebe o processo como instrumento ético e tendente à pacificação social, enseja uma natural evolução de inúmeros princípios e regras que passam a ser alvo de novas e importantes exigências (...). Lei suprema que é, a Constituição Federal situa-se no ponto culminante da hierarquia das fontes do direito, contendo os fundamentos institucionais e políticos de toda a legislação ordinária. Em seus textos repousam numerosas regras e institutos atinentes ao processo. Ademais, ao lado de seu perfil técnico, deslocado para a vertente constitucional, o direito processual vem moldado por duas diferentes exigências: precisão formal e justiça substancial. E nesse conflito dialético entre exigências contrapostas, não obstante dignas de proteção, são inseridas as garantias constitucionais do processo nas Cartas Constitucionais dos Estados democráticos modernos” (*Limites Subjetivos da Eficácia da Sentença e da Coisa Julgada Civil*, São Paulo, RT, 2.006, pp. 103-104). Essas garantias, ainda segundo o mesmo autor, podem ser assim resumidas: “Por outras palavras, impõem-se assegurar a todos os membros da coletividade um processo governado pelo *amplo acesso à justiça*, perante um *juiz natural* ou *pré-constituído*, com um *igual tratamento dos sujeitos parciais do processo*, para que possam defender os seus direitos em *contraditório, com todos os meios e recursos a ele inerentes*, dando-se a *publicidade dos atos processuais* e *motivando-se os respectivos provimentos*; tudo *dentro de um lapso temporal razoável*” (cit., p. 105, destaques no original).

¹³ Que implementou a “Reforma do Poder Judiciário”, a qual tramitou no Congresso Nacional por mais de doze anos.

¹⁴ Com a criação do polêmico Conselho Nacional de Justiça, órgão de *controle externo* do Poder Judiciário (artigos 92, inciso I-A, e 103-B da Constituição Federal), além de promover alterações nas competências das Cortes Superiores. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal passou a apreciar, via recurso extraordinário, as decisões que julguem “válida *lei local* contestada em face de lei federal” (artigo 102, inciso III, alínea “d”, destacamos). Já o Superior Tribunal de Justiça ficou responsável pelo processo de homologação de sentenças estrangeiras e concessão de *exequatur* às cartas rogatórias (artigo 105, inciso I,

alguns institutos de direito processual. Dentre tais alterações, pode-se destacar, primeiramente, a atribuição de eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes para as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, não mais apenas em relação às ações declaratórias de constitucionalidade, mas também para as decisões de mérito proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade, “relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal” (artigo 102, § 2º). Em segundo lugar, adotou-se a *súmula vinculante* (artigo 103-A). E, por fim, instituiu-se necessidade de demonstrar a *repercussão geral* das *questões constitucionais* que fundamentam a interposição do recurso extraordinário (artigo 102, § 3º). Todo esse arcabouço de modificações tem o objetivo de não apenas tornar o processo judicial um instrumento *célere* e *efetivo*, mas também aprimorar a *qualidade* da prestação jurisdicional¹⁵.

É, precisamente, em um desses instrumentos que está focada esta dissertação: a *repercussão geral das questões constitucionais*. Trata-se de um instituto de grande relevo para o processo civil brasileiro, se encarado – ao lado de outros mecanismos, em especial a súmula vinculante – como uma forma de *consolidar a jurisprudência* do Excelso Pretório e conferir-lhe real *efetividade*. Ao mesmo tempo, a repercussão geral da questão constitucional poderá contribuir para a diminuição da sobrecarga de trabalho do Supremo Tribunal Federal.

A matéria foi recém regulamentada pela Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2.006, a qual acrescentou os artigos 543-A e 543-B¹⁶ ao Código de Processo Civil. Da mesma forma, a Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2.007, aportou modificações aos artigos 322 a 329 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que tratam do recurso extraordinário.

alínea “i”), bem como por analisar, por meio de recurso especial, as decisões que discutam a validade de “ato de governo local contestado em face de lei federal” (art. 105, inciso III, alínea “b”, destacamos).

¹⁵ SÉRGIO BERMUDEZ, *A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45*, Rio de Janeiro, Forense, 2.005, pp. 1-2.

¹⁶ “Longe de ser ‘esdrúxula’ a numeração seguida de letras, é certo que o legislador pátrio, valendo-se de método comum nos países europeus (v., e.g., ZPO alemão, CPC italiano), procurou preservar a tradicional ordem dos artigos, já consolidada” (CRUZ E TUCCI, *Ação Monitória*, 3ª ed., São Paulo, RT, 2.001, p. 63). Discutindo a localização topográfica desses dois novos dispositivos no diploma processual, veja-se COSTA MACHADO, para quem essas regras estariam melhor localizadas logo após o artigo 541 do Código de Processo Civil, que trata do cabimento do recurso extraordinário (*Código de Processo Civil Interpretado*, 2ª ed., São Paulo, Manole, 2.008, p. 998).

Justifica-se, assim, a *relevância e atualidade* do estudo, que procurará trazer uma análise global da repercussão geral. Serão exploradas algumas questões delicadas, que ainda causam certa apreensão aos operadores do direito, seja no que diz respeito à regulamentação do instituto, como em sua aplicação por parte da Corte Suprema. Ao final, serão explicitadas as consequências de julgamento dessa preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário.

Para desenvolver o tema, a dissertação está dividida em duas partes. Na primeira delas, examina-se a função do Supremo Tribunal Federal e do recurso extraordinário no direito brasileiro. Analisa-se, também, a instituição dos primeiros filtros de contenção dos meios excepcionais de impugnação dirigidos aos Tribunais Superiores (a arguição de relevância e a transcendência do recurso de revista no âmbito do processo trabalhista). Ambas são consideradas figuras antecedentes da repercussão geral da questão constitucional no ordenamento jurídico nacional.

Estuda-se, de início, a estrutura e o funcionamento do Supremo Tribunal Federal, órgão máximo dentro da estrutura *piramidal* do Poder Judiciário brasileiro, a quem compete “julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em *única* ou *última* instância”¹⁷. Traça-se, no primeiro capítulo, uma introdução histórica a respeito da criação do Excelso Pretório e das competências que lhe foram outorgadas pelas diversas Constituições do Brasil, em especial no que diz respeito ao julgamento do recurso extraordinário. Em seguida, é indispensável examinar os dados estatísticos relacionados à tão propalada *crise do Supremo Tribunal Federal*, a qual, conforme será demonstrado, corresponde à *crise* do próprio *recurso extraordinário*. Além disso, noticiam-se as tentativas já empreendidas no sentido de *racionalizar* os trabalhos da Suprema Corte brasileira, tornando-a um verdadeiro Tribunal Constitucional, tal como proclama o artigo 102, *caput*, da Constituição de 1.988¹⁸.

O segundo capítulo está centrado no estudo do recurso extraordinário, focado em suas origens e no perfil histórico-constitucional do instituto. São abordadas, também, duas delicadas questões, que se encontram bastante em voga na doutrina atual. A

¹⁷ Artigo 102, inciso III, da Constituição Federal, destacamos.

¹⁸ Como lembra SÉRGIO BERMUDEZ, ao atualizar a obra de PONTES DE MIRANDA, a “atual Constituição fez do Supremo, em matéria recursal extraordinária, a corte precipuamente constitucional, anunciada no *caput* do seu art. 102” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, T. VIII, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.000, p. 17).

primeira delas procura definir se o recurso extraordinário, tal como delimitado pela Constituição do Brasil, corresponde a um *direito* da parte ou, na verdade, se ele é uma *prerrogativa* atribuída ao Supremo Tribunal Federal¹⁹. Ou seja, estaria o Supremo Tribunal Federal obrigado a julgar os recursos extraordinários que lhe são submetidos à apreciação, ou poderia a Suprema Corte selecionar quais os recursos (ou *matérias*) que pretende julgar? A segunda problemática diz respeito a uma tendência que vem se desenvolvendo em âmbito doutrinário e jurisprudencial. Trata-se da *objetivação* do recurso extraordinário, que corresponde a uma forma de atribuir efeitos mais amplos às *teses* emanadas dos julgamentos proferidos pelo Excelso Pretório, fora do âmbito do controle abstrato (e concentrado) de constitucionalidade.

Encerrando a primeira parte, é importante revisitar, no capítulo terceiro, dois institutos antecedentes da repercussão geral no ordenamento jurídico brasileiro. Faz-se uma análise minuciosa da *arguição de relevância das questões federais*, instituto criado pela Constituição de 1.967 (de acordo com a redação que lhe foi conferida pela Emenda Constitucional nº 1, de 1.969, alterada pela Emenda nº 7, de 1.977) e, posteriormente, regulamentado pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal²⁰. Em seguida, examina-se a necessidade de demonstrar a *transcendência* nos recursos de revista dirigidos ao Tribunal Superior do Trabalho, tal como estabelecido pela Medida Provisória nº 2.226, de 4 de setembro de 2.001, que acrescentou o artigo 896-A à Consolidação das Leis do Trabalho.

Fincada nessas bases, passa-se à segunda parte da dissertação, em que se estuda, especificamente, a repercussão geral da questão constitucional, seu processo de julgamento e as consequências da decisão relativa a esse requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário.

O capítulo quarto traça, inicialmente, um breve histórico da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, e procura estabelecer o conceito *jurídico-processual* do

¹⁹ Como ponderou HANS PRÜTTING – ao examinar instituto semelhante do direito germânico, a *importância fundamental da causa*, que condiciona a admissibilidade do recurso de revisão para o mais alto Tribunal daquele país – na medida em que “o conceito ora examinado é um sinal da limitação do acesso livre – antigamente maior – ao grau da jurisdição revisional, a limitação deste mesmo acesso está reconhecidamente ligada ao problema da finalidade mesma da revisão, ou seja, a interpretação do conceito ‘importância fundamental da causa’ exige uma determinação da finalidade da revisão, em si mesma” (*A admissibilidade do recurso aos Tribunais Alemães Superiores*, in *RePro* 9/154).

²⁰ Emenda Regimental nº 3, de 12 de junho de 1.975, posteriormente substituída pela Emenda Regimental nº 2, de 4 de dezembro de 1.985.

instituto. Em seguida, é relevante examinar se esse novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário ostenta caráter *político* ou *jurisdicional*, e apontar suas diferenças em relação à antiga figura da arguição de relevância. Estuda-se, então, cada um dos aspectos delimitados pelo artigo 543-A, § 1º do Código de Processo Civil, para configurar a presença da repercussão geral. Abordam-se, assim, os reflexos de ordem *econômica*, as implicações de cunho *político*, a relevância *jurídica* da *quaestio iuris* e a presença do relevante interesse *social*. Estabelece-se, também, o alcance da *presunção* de repercussão geral em caso de divergência jurisprudencial, tal como previsto no artigo 543-A, § 3º do Código de Processo Civil, bem como a relação entre a repercussão geral e os demais pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário, em especial o prequestionamento e a ofensa direta à Constituição. Explica-se a possibilidade de intervenção do *amicus curiae*, e a necessidade de se formular ou não essa preliminar em sede de agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário. Por fim, será examinada a questão de direito intertemporal, relativa ao momento de aplicabilidade dos artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil.

No quinto capítulo explica-se o *processo de julgamento da repercussão geral*. Aborda-se a competência para a apreciação do instituto e o quórum necessário para deliberar sobre a presença desse novo requisito de cabimento do recurso extraordinário. Verifica-se, ainda, o momento mais adequado para análise da repercussão geral no julgamento (preliminar) do recurso extraordinário, bem como se enfatiza a necessidade de que essa decisão seja devidamente fundamentada. Discute-se, também, o processo de deliberação eletrônica da repercussão geral, e a relação que deve existir entre esse pressuposto de admissibilidade e os demais fundamentos do recurso extraordinário. Em seguida, enfatizam-se os temperamentos quanto à irrecorribilidade da decisão relativa à repercussão geral. Defende-se, ainda, a inaplicabilidade parcial do artigo 557 do Código de Processo Civil para o julgamento de mérito dos recursos extraordinários nos quais tenha sido acatada a preliminar de repercussão geral da questão constitucional.

Por fim, o capítulo sexto trata das *consequências do julgamento da repercussão geral*. Aborda-se questão delicada quanto ao procedimento para seleção do recurso extraordinário paradigma. A seguir, será examinado de que maneira a decisão desse requisito preliminar poderá influenciar o exame de “recursos com fundamento em idêntica controvérsia” (artigo 543-B do Código de Processo Civil). De um lado, tem-se a

eficácia futura negativa a que aludiu CRUZ E TUCCI²¹, no sentido de barrar a subida de recursos extraordinários cuja questão constitucional já tenha sido examinada pela Corte, tendo sido rejeitada a preliminar de repercussão geral. De outro lado, também é importante analisar os efeitos do julgamento *positivo* – isto é, que acata a presença da repercussão geral e viabiliza o exame do mérito da impugnação – em relação aos demais recursos extraordinários que discutam idêntica matéria constitucional. São esses dois importantes efeitos que podem contribuir, decisivamente, para debelar a crise do Supremo Tribunal Federal e conter a avalanche de recursos extraordinários²², que todo ano a Corte se vê obrigado a examinar. Faz-se, ainda, uma breve comparação entre a repercussão geral da questão constitucional e a súmula vinculante, já que ambos os institutos passaram a integrar o sistema jurídico nacional, por força da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004. Guardam similitudes, mas também diferenças que serão pontuadas.

Encerrando o trabalho, critica-se a opção do reformador constituinte de não impor a repercussão geral como requisito de admissibilidade também para o recurso especial (muito embora já tendo sido instituída, por via indireta, nova sistemática de julgamento para os recursos especiais *repetitivos*, com a entrada em vigor da Lei nº 11.678, de 2.008, que acrescentou o artigo 543-C ao Código de Processo Civil).

²¹ *Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário (Lei nº 11.418/2006)*, in *Revista da Associação dos Advogados de São Paulo* 92/29.

²² Ou de agravos de instrumento que buscam, unicamente, a sua admissão (artigo 544 do Código de Processo Civil).

PRIMEIRA PARTE:

**FUNÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO NO DIREITO BRASILEIRO – INSTITUIÇÃO DO PRIMEIRO
FILTRO DE CONTENÇÃO DESSE MEIO EXCEPCIONAL DE IMPUGNAÇÃO NO
SISTEMA JURÍDICO NACIONAL.**

CAPÍTULO I –

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1.1.- Introdução histórica e evolução das competências outorgadas pelas diversas Constituições do Brasil ao Supremo Tribunal Federal.

Após a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, o Príncipe Regente Dom João, por meio de Alvará de 10 de maio de 1.808, cria a “Casa da Suplicação do Brasil”, com sede no Rio de Janeiro e competência semelhante à da Casa da Suplicação de Lisboa²³. De acordo com esse ato normativo, a Casa da Suplicação do Brasil constituiria a *derradeira* instância recursal²⁴.

Tinha ela, inclusive, o poder de publicar *assentos*, isto é, interpretações dotadas de caráter *vinculante* – na medida em que tinham *valor normativo idêntico ao das leis*, projetando efeitos para os casos futuros e semelhantes – cuja edição

²³ Que compunha, juntamente com a Casa do Cível, um dos Tribunais Superiores de Portugal. Sobre o tema, v. ALMEIDA COSTA, *História do Direito Português*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 1.999, pp. 300-304.

²⁴ “**Esse decreto real**, ao instituir o primeiro órgão de cúpula da Justiça brasileira, **determinou que se findassem**, na Casa da Suplicação do Brasil, *‘todos os pleitos em ultima Instancia, por maior que seja o seu valor, sem que das ultimas sentencas proferidas em qualquer das Mezas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso (...)’*, **valendo referir** que a alçada dessa elevada Corte judiciária **estendia-se**, não só aos processos instaurados no Brasil, **mas**, igualmente, às causas provenientes das *‘Ilhas dos Açores, e Madeira’* (CELSO DE MELLO, *Notas sobre o Supremo Tribunal Federal (Império e República)*, 2ª ed., Brasília, Supremo Tribunal Federal, 2.007, p. 7, disponível [on-line] in <http://www.stf.gov.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfCuriosidadeStf/anexo/NotasInformativasEletronica161007.pdf>, acesso em 07.10.2007, destaques no original).

decorria da existência de decisões divergentes. Já nessa época, portanto, havia a preocupação de *uniformizar a jurisprudência*²⁵.

Com a independência do Brasil e a promulgação da Constituição do Império, em 25 de março de 1.824, a nossa mais alta Corte passou a ser denominada “Supremo Tribunal de Justiça”²⁶, novamente com sede na capital, Rio de Janeiro. Deveria ser composto, de acordo com a redação do artigo 163 da Carta Imperial, por dezessete “Juizes letrados, tirados das suas Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Título do Conselho”.

Sua competência estava regulada em apenas três incisos do artigo 164 da Constituição de 1.824: conceder ou denegar *revistas*²⁷; julgar os delitos e erros de ofício praticados por seus próprios ministros, pelos ministros da Relação, pelos empregados do corpo diplomático e/ou pelos presidentes das Províncias, e decidir conflitos de jurisdição e competência das Relações provinciais.

Proclamada a República, o Governo Provisório editou o Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1.890, o qual organizou a Justiça Federal e criou o “Supremo

²⁵ V. artigo 2º do Decreto nº 2.684, de 23 de outubro de 1.875. A prática de aditar assentos, ressalte-se, perdurou em Portugal até 1.993, ocasião em que o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º do Código Civil português, na parte em que delegava aos tribunais a *competência para fixar doutrina com força obrigatória geral*. Para uma análise completa do tema, v. CASTANHEIRA NEVES, *O Instituto dos “Assentos” e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1.983.

²⁶ Criado por Lei Imperial de 18 de setembro de 1.828 e efetivamente instalado em 9 de janeiro de 1.829, data em que a Casa da Suplicação, instituída pelo Príncipe Regente Dom João, extinguiu-se “de pleno direito, não obstante subsistisse, de fato, até 1833, quando se restabeleceu o antigo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro” (CELSO DE MELLO, cit., p. 7). Essa denominação (“Supremo Tribunal de Justiça”) é até hoje utilizada em Portugal. Sobre o tema, v. ALBERTO DOS REIS, *A função do Supremo Tribunal de Justiça segundo o CPC português*, in *Ajuris* 3/8.

²⁷ Antigo instituto do direito lusitano, que possibilitava a revogação da sentença por sua injustiça (notória) ou nulidade (manifesta). Eram três os seus tipos: revista de *justiça*, em caso de nulidade decorrente de falsa prova ou suborno de juizes, admitindo-se a produção de novas provas e a formulação de novas alegações, tendo sido, no entanto, abolida por Lei de 3 de novembro de 1.758, que as considerou “*odiosas, exorbitantes e extraordinárias*” (MATOS PEIXOTO, *Recurso Extraordinario*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1.935, p. 54); revista de *graça especial*, para as hipóteses de nulidade, injustiça ou, ainda, de suspeição do juiz, que não mais pudesse ser objeto de impugnação pelas partes; finalmente, a revista de *graça especialíssima*, cabível quando a revisão era proibida, em razão da natureza da causa ou do lapso de tempo já decorrido da prolação de sentença. Sujeitava-se ao exclusivo arbítrio real. Por essa razão, enquanto houvesse recurso *ordinário*, a revista não teria lugar. É ainda MATOS PEIXOTO quem complementou: “A injustiça notória não era, como a expressão parece indicar, a violação clamorosa do direito da parte, mas a violação da lei patria em these: *sententia lata non contra ius litigatoris sed contra leges expressas*” (cit., p. 74, destaque no original). Para maiores explicações sobre o tema, v. LOBO DA COSTA, *A Revogação da Sentença: gênese e genealogia*, São Paulo, Ícone, 1.995, pp. 139-229, e MÁRIO GUIMARÃES, *Recurso de Revista*, São Paulo, Livraria Martins, 1.942, em especial pp. 7-17.

Tribunal Federal”²⁸. Competiria a ele julgar recursos (ainda *inominados*), interpostos contra as sentenças *definitivas* proferidas pelos juízes e Tribunais dos Estados, que: 1) houvessem contrariado a validade de um tratado ou convenção, bem como discutissem a aplicabilidade de uma lei do Congresso Federal ou, ainda, a legitimidade do exercício de qualquer autoridade, em nome da União; 2) discutissem a validade de uma lei ou ato de qualquer Estado em face da Constituição, quando essa decisão tivesse sido a favor da validade da lei ou ato (em detrimento da Constituição); 3) pusessem em questão a interpretação de um dispositivo constitucional, de lei federal ou de tratado ou convenção, e a decisão recorrida houvesse sido contrária à validade do título, direito, privilégio ou isenção, derivado desse preceito normativo.

Logo em seguida, com a promulgação da Constituição de 1.891, o seu artigo 56 volta a prever que a mais alta Corte do Brasil deveria ser composta por quinze ministros “dentre os cidadãos de notável saber e reputação, elegíveis para o Senado”²⁹. Deveriam ser nomeados pelo Presidente da República, tal como previsto no artigo 48, nº 12³⁰.

O artigo 59 ampliou, consideravelmente, as atribuições do Supremo Tribunal Federal³¹, não apenas em relação à sua competência *originária* e *privativa* (inciso I – alíneas “a” até “e”³²), mas também em âmbito *recursal*. De um lado, caberia ao

²⁸ Afirmava RUY BARBOSA: “Veiu a Republica; e o que fez? Trocando, na denominação desse tribunal, o predicativo *de justiça* por *de federal*, não lhe tirou o character de tribunal de justiça, inherente, sobre todos, á sua missão constitucional; senão que, pelo contrario, o ampliou, constituindo nelle o grande tribunal da Federação” (*Commentarios á Constituição Federal Brasileira*, vol. IV, São Paulo, Saraiva, 1.933, pp. 20-21).

²⁹ Isto é, que ostentassem a qualidade de cidadãos brasileiros há, no mínimo, seis anos (artigo 26, nºs 1 e 2), e tivessem mais de trinta e cinco anos de idade (artigo 30).

³⁰ A nomeação dos Ministros do Supremo teve como inspiração o modelo norte-americano. Quando da criação da *Supreme Court*, muito se discutiu a forma pela qual deveriam ser nomeados os seus juízes, como explicou EDWIN COUNTRYMAN: “Their mode of selection and their immunity from invasion of their special prerogatives were designed to assure their freedom from all restraint, and secure the requisite qualifications from the exercise of their judicial functions beyond the reach of external influence or interference” (*The Supreme Court of the United States*, New York, Matthew & Bender Co., 1.913, pp. 3-4).

³¹ Instalado em 28 de fevereiro de 1.891, de acordo com o quanto previsto no Decreto nº 1, de 26 de fevereiro desse mesmo ano.

³² “Ao Supremo Tribunal Federal compete processar e julgar, originaria e privativamente, certas causas crimes e cíveis, que lhe são submettidas, já em contemplação da posição jurídica e das funções das partes litigantes (pessoas singulares, ou collectivas) em face da Federação, já em atenção á relevancia da materia sob o aspecto nacional” (PEDRO LESSA, *Do Poder Judiciário*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1.915, p. 44). Vale lembrar, porém, que em se tratando de competência privativa, a ação “nesse tribunal mesmo terá todo o seu curso, e acabará, sem que outro qualquer tribunal entenda no litígio, em qualquer tempo, ou debaixo de qualquer fôrma” (RUY BARBOSA, cit., p. 68).

Excelso Pretório julgar recursos contra decisões proferidas por juízes e Tribunais Federais, (espécie de *apelação* – artigo 59, inciso II, c.c artigo 60³³) e os recursos contra processos findos em matéria criminal e em benefício dos condenados (artigo 59, inciso III, c.c. artigo 81).

De outro lado, o § 1º do artigo 59 ressaltava a existência de um recurso *inominado* contra as sentenças proferidas pelas Justiças dos Estados, *em última instância*, que questionassem a *validade* ou a *aplicação* de leis federais (alínea “a”), ou que contestassem a validade de leis ou atos de Governo dos Estados em face da Constituição ou de leis federais (alínea “b”³⁴). Tem-se, aí, um primeiro germe da instituição do *controle de constitucionalidade das leis*³⁵.

A reforma constitucional empreendida em 1.926 trouxe modificações à alínea “a” do artigo 59, § 1º da Constituição. Passou-se a admitir o recurso extraordinário “quando se questionar sobre a *vigência* ou a *validade* das leis federaes, em face da Constituição, e a decisão do tribunal do Estado lhes negar *aplicação*” (destacamos). Procurou-se, assim, eliminar a enorme controvérsia com relação à interpretação do termo “*aplicação*” previsto no texto original³⁶.

Foram ampliadas, porém, as hipóteses de cabimento do recurso contra decisões da Justiça estadual, com a inclusão de mais duas alíneas ao artigo 59, § 1º: “c) quando dois ou mais tribunais locais interpretarem de modo diferente a mesma lei

³³ Casos em que, explicava RUY BARBOSA, o Supremo funcionava como um Tribunal de *segunda instância* (cit., p. 106).

³⁴ Os preceitos são cópias do *Judiciary Act* norte-americano, que dispunha: “in which is drawn in question the validity of a treaty or statute of, or authority exercised under, the United States and the decision is against their validity”. Com relação a eles, explicava EDWIN COUNTRYMAN: “whenever a case arises in law or equity between proper parties, involving the constitutional validity of executive or legislative acts, the Supreme Court is empowered as the final arbitrator to determine whether they are valid or void; and such determination is thenceforth the law of the land” (cit., p. 68).

³⁵ Existia, ainda, um outro caso em que se admitia recurso para o Supremo Tribunal Federal, contra decisões proferidas por juízes estaduais. Tratava-se da previsão contida no artigo 62, item 2: “As decisões dos juizes dos tribunais dos Estados, nas materias de sua competencia, *porão termo aos processos e ás questões*, salvo quanto a espolio de estrangeiro, quando a especie não estiver prevista em convenção ou tratado” (destacamos).

³⁶ Como explicava EDUARDO ESPINOLA, “[m]anifesto foi o proposito de subtrahir ao exame do Supremo Tribunal os simples casos de interpretação das leis federaes pelas justiças dos Estados; mas igualmente manifesto o de se salvaguardar a unidade da legislação federal, assegurando-se a interpretação uniforme de seus dispositivos sempre que a divergencia se manifestasse nos tribunais locais” (*Pandectas Brasileiras – registro de doutrina, jurisprudência dos tribunais e legislação*, v. VIII, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.931, p. 26).

federal³⁷, podendo o recurso ser também interposto por qualquer dos tribunais referidos ou pelo Procurador Geral da República³⁸; d) quando se tratar de questões de direito criminal ou civil internacional”.

A Constituição de 1.934 voltou a alterar a denominação de nosso mais alto Tribunal para “Corte Suprema”, com “sede na Capital da República e jurisdição em todo território nacional” (artigo 73). Passaria a ser composta por onze ministros³⁹, que poderiam estar divididos em câmaras ou turmas (§ 2º⁴⁰). Previu-se, também, que a nomeação de seus integrantes seria realizada pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, “dentre brasileiros natos de notável saber *jurídico* e reputação ilibada alistados eleitores, não devendo ter, salvo os magistrados, menos de 35, nem mais de 65 anos de idade” (artigo 74, destacamos⁴¹).

³⁷ Novamente, a medida foi “importada” do Direito norte-americano, que previa: “where is drawn in question the construction of any clause of the Constitution, or of a treatise, or statute of, or commission held under the United States, and the decision is against the title, right, privilege or exemption specially set up or claimed by either party”. No entanto, anotava PONTES DE MIRANDA a superioridade de nossa Lei Maior, “porque não se exige, como nos Estados Unidos da América, a decisão *contrária* ao título, direito, privilégio ou isenção. No Brasil, o pressuposto é restrito à *divergência entre interpretações*. E não há dúvida que, ainda no plano da técnica constitucional, o texto brasileiro leva a palma: é o interesse na mesma inteligência do direito subjetivo federal, em vez do interesse *individualístico* da proteção dos direitos *subjetivos* contra a interpretação hostil” (*Comentários à Constituição de 1967 – com a Emenda nº 1, de 1.969*, T. IV, 2ª ed., São Paulo, RT, 1.970, p. 165).

³⁸ Esse caso de recurso extraordinário “não existia no texto da constituição federal de 1891; foi obra da reforma constitucional de 1926. Criando-o, ella quiz dar satisfação aos reclamos da opinião culta do paiz, que exigia um remedio eficaz para a necessidade de uniformidade da interpretação das leis substantivas, que, apesar de pertencerem á jurisdição da União, todas as justiças, quer federaes que locaes, applicavam, frequentemente em sentidos diversos como continuam sempre a applicar, da maneira que bem entendem, sem que houvesse meio judicial para corrigir semelhante gravissimo defeito” (PAULO DE LACERDA, *Principios de Direito Constitucional Brasileiro*, vol. II, Rio de Janeiro, Livraria Azevedo, 1.929, pp. 547-548). Para JOSÉ AFONSO DA SILVA, no entanto, tratava-se de uma “aberração” (*Do Recurso Extraordinário no Direito Processual Brasileiro*, São Paulo, RT, 1.963, p. 35).

³⁹ Mudança que já havia sido operada pelo Decreto nº 19.656, de 3 de fevereiro de 1.931, editado pelo Governo Provisório após a revolução de 1.930.

⁴⁰ Número que prevalece até os dias atuais. No entanto, ressaltou o § 1º desse dispositivo que essa composição poderia ser ampliada, por lei, para até dezesseis ministros, mediante proposta do próprio Tribunal. De qualquer forma, deveria ser respeitada a composição mínima de onze julgadores.

⁴¹ Como as Constituições anteriores aludiram apenas ao “notável saber” (e não ao notável saber *jurídico*), destaca-se fato curioso ocorrido durante a época republicana. Por meio de Decreto de 23 de outubro de 1.893, o médico CANDIDO BARATA RIBEIRO foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Contudo, o Senado, em sessão secreta realizada aos 24 de setembro de 1.894, negou a aprovação de tal indicação, considerando ter sido desatendido o requisito do “notório saber jurídico”. CARLOS MAXIMILIANO transcreve trecho relevante de tal decisão: “Esse requisito de notável saber, exigido pela Constituição, refere-se especialmente á habilitação científica em alto grau nas matérias sôbre que o Tribunal tem de pronunciar-se, *jus dicere*, o que supõe nos nomeados a inteira competência e sabedoria que no conhecimento do Direito devem ter os jurisconsultos” (*Comentários à Constituição Brasileira*, v. II, 5ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1.954, p. 124).

Uma vez mais, as atribuições originárias da Corte Suprema voltaram a ser ampliadas (artigo 76, item 1, alíneas “a” até “j”). E o item 2, inciso I, desse mesmo dispositivo ressaltava a competência do Supremo para julgar as ações rescisórias propostas contra seus próprios acórdãos.

O artigo 76, item 2, inciso II, previu, ainda, a possibilidade de apreciação, via recurso *ordinário*, das causas julgadas por juízes e Tribunais Federais (inclusive os mandados de segurança e as denegatórias de *habeas corpus*⁴²), bem como das decisões prolatadas pelo “Tribunal Superior da Justiça Eleitoral”⁴³.

Além disso, o item 2, inciso III, desse mesmo artigo 76 passou a tratar, de forma expressa, do *recurso extraordinário*, cabível nas causas “decididas pelas Justiças locais em *única* ou *última* instância” (destacamos⁴⁴). Novamente, estavam previstas quatro hipóteses de admissibilidade: (i) decisões proferidas contra “literal disposição de tratado ou lei federal, sobre cuja aplicação se haja *questionado*” (alínea “a”, destacamos⁴⁵); (ii) “quando se questionar sobre a vigência ou validade de lei federal em face da Constituição, e a decisão do Tribunal local negar aplicação à lei impugnada” (alínea “b”); (iii) “quando se contestar a validade de lei ou ato dos Governos locais em face da Constituição, ou de lei federal, e a decisão do Tribunal local julgar válido o ato ou a lei impugnada” (alínea “c”); e, finalmente, (iv) em caso de *divergência jurisprudencial* na aplicação de leis federais “entre Cortes de Apelação de Estados diferentes, inclusive do Distrito Federal ou dos Territórios, ou entre um destes Tribunais e a Corte Suprema, ou outro Tribunal Federal” (alínea “d”).

⁴² Nesse último caso, também estavam contempladas as decisões da Justiça *local*, por imaginar-se que “o Supremo Tribunal Federal, não estando sujeito às influências locais, assegura melhor as garantias de direitos individuais, ameaçados ou violados por ilegalidades ou abuso do poder” (ALFREDO BUZAID, *Estudos de Direito*, T. I, São Paulo, Saraiva, 1.972, p. 175).

⁴³ Que houvessem pronunciado “a nulidade ou invalidade, de ato ou de lei em face da Constituição federal, e as que negarem *habeas corpus*” (artigo 83, § 1º, destaques no original).

⁴⁴ Essa denominação já constava no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, de 1.891 (artigos 33, § 4º e 99), e teve inspiração no direito argentino, como anotam VASCO DE LACERDA GAMA, *Recurso Extraordinario*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1.937, p. 85, e MATOS PEIXOTO, cit., p. 112.

⁴⁵ Tem-se, aqui, o germe do prequestionamento, muito embora autores como LUCIO DE MENDONÇA já sustentassem que, sob a égide da Constituição de 1.891, tornava-se necessário que “a questão que dá lugar ao recurso tenha sido efectivamente suscitada e julgada” (*Do Recurso Extraordinario*, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1.896, p. 19). Até porque, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal de 1.891 era expresso ao determinar: “No julgamento do recurso o Tribunal verificará preliminarmente se ocorre algum dos casos em que o mesmo é *facultado*. Decidida a preliminar pela negativa, não tomará conhecimento do recurso; se pela afirmativa julgará o feito, mas a sua decisão, quer confirme, quer reforme a sentença recorrida, será restricta á *questão Federal controvertida*, sem se estender a qualquer outra, porventura compreendida no julgado” (destacamos).

A Constituição de 1.937 – também conhecida como a “Constituição *Polaca*”, já que foi promulgada durante o período do Estado Novo – retoma a antiga denominação “Supremo Tribunal Federal” (artigo 90, alínea “a”), composto por onze ministros. Em linhas gerais, repetem-se as disposições da Carta anterior (artigo 101), com dois acréscimos que valem ser destacados. Em primeiro lugar, o artigo 101, inciso II, número 2, alínea “a”, outorgou competência ao Excelso Pretório para o julgamento de recursos *ordinários* interpostos em processos nos quais a União fosse parte, ou interessada. Ampliou-se, pois, a competência recursal *ordinária* da Corte, quando o caso envolvesse o governo federal. Em segundo lugar, o artigo 102 passou a prever a competência do Supremo para a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias originárias de Estados estrangeiros.

De outro lado, porém, limitou o poder do Supremo no julgamento da constitucionalidade das leis. Isso porque o parágrafo único do artigo 96 estabeleceu: “No caso de ser declarada a inconstitucionalidade de uma lei que, a juízo do Presidente da República, seja necessária ao bem-estar do povo, à promoção ou defesa de interesse nacional de alta monta, poderá o Presidente da República submetê-la novamente ao exame do Parlamento: se este a confirmar por dois terços de votos em cada uma das Câmaras, ficará sem efeito a decisão do Tribunal”. Ou seja, a eficácia dessas decisões estava sujeita à *revalidação* por parte do Parlamento, que poderia confirmá-la ou afastá-la.

O nome – “Supremo Tribunal Federal” – foi mantido pela Constituição de 1.946 (artigo 94, inciso I⁴⁶). Novamente, sua competência originária foi ampliada (artigo 101, inciso I, alíneas “a” até “k”). Da mesma forma, o recurso *ordinário* poderia ser interposto em três hipóteses: (i) contra decisões denegatórias de mandados de segurança e *habeas corpus*, proferidas pelos Tribunais locais ou Federais; (ii) nas “causas decididas por Juízes locais, fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro, assim como as em que forem partes um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no País”, e (iii) nos *crimes políticos*.

Com relação ao recurso extraordinário, o artigo 101, inciso III, previu o seu cabimento nas “causas decididas em *única* ou *última* instância por outros Tribunais

⁴⁶ Vale destacar que, em 21 de abril de 1.960, o Supremo passa a ter sede em Brasília – Distrito Federal, tendo em vista a mudança da Capital federal.

ou Juízes” (destacamos⁴⁷). A alínea “a” desse dispositivo passou a prever, de forma expressa, o cabimento do recurso extraordinário “quando a decisão for contrária a dispositivo desta Constituição ou à letra de tratado ou lei federal”. No mais, manteve-se a possibilidade de interposição do recurso extraordinário contra decisões que tivessem negado aplicação à lei federal em face da Constituição (alínea “b”⁴⁸), que houvessem julgado válido ato ou lei de governo local impugnado diante do texto constitucional (alínea “c”⁴⁹) e, ainda, em caso de dissenso jurisprudencial (alínea “d”⁵⁰).

A Constituição de 1.967 elevou para dezesseis o número de ministros que deveriam integrar o Supremo Tribunal Federal (artigo 113⁵¹). Essa composição, no entanto, volta a ser reduzida pouco depois, com a edição do Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1.969⁵², mesmo com uma nova extensão da competência originária da Corte (artigo 119, inciso I, alíneas “a” até “p”). Entre as mais importantes, vale ressaltar a atribuição para julgar “a representação do Procurador-Geral da República, por inconstitucionalidade ou para *interpretação* de lei ou ato normativo federal ou estadual” (artigo 119, inciso I, alínea “l”, destacamos⁵³). Criou-se, também, a esdrúxula figura da

⁴⁷ Desse modo, a competência para julgar recursos contra decisões proferidas por juízes e Tribunais Federais foi repassada ao Tribunal Federal de Recursos (artigo 104, inciso II, alínea “a”).

⁴⁸ Não se fez menção, porém, ao prequestionamento, como sustentava JOSÉ AFONSO DA SILVA (cit., pp. 198-199).

⁴⁹ Escrevendo ainda sob a égide dessa Constituição, afirmou JOSÉ AFONSO DA SILVA: “Fundamentalmente, a função do Supremo na Federação está em exercer vigilância no sentido de controlar a validade das leis em face da Constituição, defender a autoridade do Direito Federal em face do Direito estadual e municipal, e ainda velar pela unidade da aplicação do Direito Federal em todo o país. Vela, em suma, pela constitucionalidade das leis, por sua hierarquia, sua autoridade, sua interpretação uniforme” (cit., p. 17).

⁵⁰ Todavia, é importante notar que “o recurso extraordinário por divergência permaneceu incabível quando a decisão recorrida discrepasse do entendimento adotado pelo mesmo Tribunal, justamente porque ao Supremo Tribunal Federal competia unificar a interpretação em nível nacional, não no âmbito do próprio Tribunal prolator da decisão impugnada” (OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, *Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.006, p. 229).

⁵¹ Na verdade, esse aumento havia sido definido pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1.965, no auge da ditadura militar, e quando ainda estava vigente a Lei Fundamental de 1.946. Ela permitia, em seu artigo 98, a possibilidade de ampliação dos juízes do Supremo, por meio de lei, e mediante proposta da Corte.

⁵² Editado sob a conveniente justificativa de que haveria “a necessidade de modificar a composição e de alterar a competência do Supremo Tribunal Federal, visando a fortalecer sua posição de Corte eminentemente constitucional e, reduzindo-lhes os encargos, facilitar o exercício de suas atribuições”.

⁵³ Segundo PONTES DE MIRANDA, esse dispositivo “estabeleceu, pela primeira vez, a ação constitutiva negativa por *inconstitucionalidade, in abstracto*, mas com legitimação ativa somente para o Procurador-Geral da República” (*Comentários à Constituição de 1967 – com a Emenda nº 1, de 1969*, cit., p. 44, destaques no original). A bem da verdade, MANUEL GONÇALVES FERREIRA FILHO explicou que o controle de constitucionalidade *em tese* – isto é, por via de ação – fora consagrado em nosso direito

avocação de causas. Permitia-se, com ela, a remessa imediata de um processo para julgamento no Supremo Tribunal Federal, “a pedido do Procurador-Geral da República, quando decorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que se suspendam os efeitos de decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja devolvido” (artigo 119, inciso III, alínea “o”).

O Ato Institucional nº 6, de 1.969, reforçou o poder da Suprema Corte para, via recurso *extraordinário*, reexaminar as decisões que houvessem declarado a “inconstitucionalidade de lei ou tratado federal” (artigo 119, inciso III, alínea “b”). Ao lado dessa disposição, permaneceu a competência para julgar decisões que, em única ou última instância, tivessem contrariado norma constitucional, ou negassem vigência a tratado ou lei federal (alínea “a”). Manteve-se, também, a previsão do recurso extraordinário contra decisões que julgassem “válida lei ou ato do govêrno local contestado em face da Constituição ou de lei federal” (alínea “c”), e, ainda, para dirimir divergências jurisprudenciais (alínea “d”⁵⁴). Reforça-se, pois, o *perfil constitucional* do Excelso Pretório.

A Emenda Constitucional nº 1, de 1.969, impôs a primeira *restrição* à *admissibilidade* do recurso extraordinário, como forma de controlar o número excessivo de feitos que, já naquela época, aportavam à Suprema Corte. Com efeito, o artigo 119, inciso III, § 1º passou a prever que os recursos extraordinários⁵⁵, fundamentados em negativa de vigência à Constituição, a tratados ou lei federais, bem como em divergência jurisprudencial (alíneas “a” e “d”), somente seriam admitidos quando as matérias neles discutidas estivessem contempladas no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

constitucional na Carta anterior, de 1.946, cujo artigo 8º, parágrafo único “condicionava a intervenção federal, pela violação de princípios constitucionais sensíveis, à declaração de inconstitucionalidade do ato pelo Supremo Tribunal Federal em representação apresentada pelo Procurador-Geral da República” (*Comentários à Constituição Brasileira*, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.983, pp. 475-476).

⁵⁴ A medida foi criticada, sem razão, por parte da doutrina. ALFREDO BUZAI, por exemplo, não encontrava fundamento científico para a hipótese, ao sustentar: “O pressuposto de qualquer recurso é o estado de sucumbimento. O vencido pode afirmar que a decisão violou a lei, aplicável à espécie, mas não é legítimo invocar, como fundamento autônomo do recurso, a circunstância de haver outro tribunal dado interpretação diversa ao direito. (...). Havendo no seio do tribunal divergência quanto à interpretação do direito em tese, é claro que duas exegeses não podem subsistir simultaneamente, porque sendo uma verdadeira, a outra há de ser necessariamente falsa. O recurso extraordinário com fundamento na letra ‘d’ ou dá lugar a um recurso artificial ou se reconduz à hipótese da letra ‘a’. Daí não há fugir” (cit., p. 155).

⁵⁵ Os quais, a partir da edição do Ato Institucional nº 1, de 1.969, passaram a ser cabíveis apenas contra decisões de Tribunais. Aboliu-se a possibilidade de interposição de recursos extraordinários contra as sentenças prolatadas por juízes de primeiro grau, como previa a redação original do artigo 114, inciso III.

Para tanto, a Corte deveria levar em consideração a *natureza, espécie* e o *valor pecuniário da demanda*.

Conferiu-se, portanto, poder *legiferante* ao Excelso Pretório. Via de consequência, passou-se a ter, a partir daí, uma dupla normatividade do recurso extraordinário: “além de configurados os pressupostos que o próprio texto da Lei Maior contempla, ter-se-á de atender também aos previstos no Regimento Interno”⁵⁶.

Essas limitações são reforçadas, posteriormente, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 7, de 1.977, que criou a *arguição de relevância da questão federal* (artigo 119, inciso III, § 1º⁵⁷). A partir daquele momento, o Supremo Tribunal Federal poderia *negar seguimento* a recursos extraordinários – com fulcro no artigo 119, inciso III, alíneas “a” e “d” – cujas hipóteses de cabimento não estivessem taxativamente elencadas em seu Regimento Interno, salvo quando fosse reconhecida a *relevância da questão federal* posta em discussão⁵⁸.

Deve-se frisar, no entanto, que essa limitação estava restrita ao cabimento dos recursos extraordinários fundados em negativa de vigência à lei federal. As hipóteses de contrariedade ao texto constitucional não foram englobadas em tal restrição, na medida em que se presumia a sua relevância (v. Capítulo III, *infra*⁵⁹).

Finalmente, a Constituição Federal de 1.988 aboliu a *arguição de relevância da questão federal* de nosso ordenamento jurídico⁶⁰. Foi reforçado, no entanto,

⁵⁶ BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1.981, p. 649.

⁵⁷ Veja-se: “As causas a que se refere o item III, alíneas *a* e *d*, deste artigo, serão indicadas pelo Supremo Tribunal Federal no regimento interno, que atenderá à sua natureza, espécie, valor pecuniário e *relevância da questão federal*” (destacamos).

⁵⁸ A medida, como reconheceu a doutrina, era fruto do “crescente acúmulo de serviço do Supremo Tribunal Federal, principalmente por causa dos recursos extraordinários, interpostos com base nessas duas letras” (ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, São Paulo, RT, 1.988, p. 23).

⁵⁹ NOÉ DE AZEVEDO havia afirmado, trinta anos antes, que o Supremo Tribunal Federal deveria julgar “apenas as questões constitucionais e os recursos extraordinários, indispensáveis para manter a unidade do direito brasileiro” (*A crise do Supremo Tribunal e dos Tribunais de Apelação*, in *RT* 147/812).

⁶⁰ É emblemático, nesse sentido, acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em 1.989: “Com a instauração do Superior Tribunal de Justiça, a *arguição de relevância* há de ter-se como prejudicada (Constituição, art. 102; ADCT de 1988, art. 27, § 1º). Não tendo havido agravo contra despacho que não admitiu o recurso extraordinário, preclusa está a alegação de ofensa a matéria constitucional. Não resta preclusa, porém, a matéria de nível legal deduzida na *arguição de relevância*. Hipótese em que se julga prejudicada a *arguição de relevância*, determinando-se, entretanto, a devolução do instrumento respectivo ao Tribunal de origem, para que seu Presidente examine a possibilidade de admissão do recuso especial, em que se converteu, ipso iure, o recurso extraordinário, em face do art. 105, III, letra ‘a’, da Constituição, mas nos

o perfil de Corte *constitucional* do Supremo, na medida em que sua competência para julgar recursos extraordinários ficou restrita aos casos de violação do texto constitucional⁶¹. Previa o artigo 102, inciso III, em sua redação original: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, *precipualemente*, a guarda da Constituição” (destacamos).

Imaginou-se que a criação de um segundo Tribunal Superior⁶², com número bem maior de ministros (trinta e três), e com competência para julgar os casos de violação a tratados ou leis federais, bem como aqueles que envolvessem a diversidade de entendimento entre os demais Tribunais da Federação, sempre em âmbito infraconstitucional, poderia desafogar o Excelso Pretório⁶³. Não foi, porém, o que se verificou na prática, como será examinado a seguir.

estritos limites da matéria deduzida na arguição de relevância” (Arguição de Relevância nº 13.193-0/RJ, Relator Ministro NÉRI DA SILVEIRA, julgado em 27 de abril de 1.989, Plenário, publicada em 5 de maio de 1.989).

⁶¹ Ponderava CELSO BARBI que a guarda da Constituição, pelo Supremo Tribunal Federal, pode ser realizada por meio de duas técnicas distintas. De um lado, o controle *a posteriori*, por via de exceção, mediante o julgamento de recursos extraordinários (também chamado de controle de *difuso*), em que a inconstitucionalidade é argüida pelas partes em processo pendente ou mesmo decretada *ex officio* pelo julgador, de acordo com o procedimento previsto nos artigos 480 a 482 do Código de Processo Civil. A princípio, a decisão nesses casos fica limitada às partes. De outro lado, por via *direta*, com a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, cujo rol de legitimados, antes limitado ao Procurador-Geral da República, foi fartamente ampliado pelo artigo 103, incisos I a IX (*Supremo Tribunal Federal – funções na Constituição Federal de 1988*, in RT 656/18).

⁶² Medida sugerida, em 1.963, por JOSÉ AFONSO DA SILVA, quando analisou, profundamente, o recurso extraordinário no direito brasileiro. Tratava-se, segundo ele, de uma forma para aliviar a sobrecarga de trabalho do Excelso Pretório (cit., pp. 446 e ss). A proposta não contou com a concordância unânime da doutrina. Existia uma oposição ferrenha, por parte, inclusive, dos próprios Ministros do Supremo. Cf., dentre outros, as opiniões de: VICTOR NUNES, *O requisito da “relevância” para redução dos encargos do Supremo Tribunal*, in *Revista de Direito Processual Civil* 6/13-14; DIACI FALCÃO, *O Poder Judiciário e a nova Carta Constitucional*, in *RePro* 53/204; bem como MOREIRA ALVES, *Poder Judiciário*, in *A Constituição Brasileira de 1.988 – Interpretações*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1.990, pp. 196-197.

⁶³ “A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, todavia, aboliu o critério da relevância, preferindo desafogar o Supremo Tribunal Federal por meio do desdobramento do ‘antigo’ recurso extraordinário entre o ‘novo’ recurso extraordinário (art. 102, III), talhado eminentemente para a proteção das normas constitucionais, e o recurso especial (art. 105, III), concebido para a tutela da legislação federal, e cujo processo e julgamento ficaram a cargo do Superior Tribunal de Justiça” (MARCELO DE ANDRADE FÉRES, *Do recurso extraordinário*, in *Processo nos Tribunais Superiores – de acordo com a EC nº 45/2004*, Marcelo Andrade Féres – Paulo Gustavo M. Carvalho (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.006, p. 621).

1.2.- A crise do Supremo Tribunal Federal (ou a crise do recurso extraordinário) em números.

Como visto, as sucessivas Constituições brasileiras ampliaram, gradativamente, a competência do Supremo Tribunal Federal⁶⁴. Além disso, o aumento populacional, o desenvolvimento industrial, comercial e econômico do país, que gerou também o agigantamento do Estado, fizeram crescer o número de litígios que davam entrada no Poder Judiciário, todos os anos. Via de consequência, aumentaram os recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal⁶⁵. Enquanto isso, sua estrutura permaneceu, praticamente, intacta, o que gerou a situação de crise, há algumas décadas noticiada pela doutrina⁶⁶.

Dessa forma, o número de processos originários e de recursos que aportam ao Supremo Tribunal Federal cresceu em progressão *geométrica*⁶⁷. Está-se diante, segundo LUIS MANOEL GOMES JUNIOR, de um paradoxo: embora exista a promessa de

⁶⁴ Tem-se hoje um rol bastante extenso dos casos de competência originária da Corte (artigo 102, inciso I, alíneas “a” até “r”). Aliado a esse fator, existem dois outros elementos complicadores, destacados por HÉLCIO ALVES DE ASSUMPÇÃO: “Para a solução do problema certamente não terá trazido a mínima contribuição o caráter analítico da Constituição: quanto maior a quantidade de normas que contém, maior é naturalmente a quantidade de questões que suscita, e maior a probabilidade de que se tente submetê-las ao crivo da Suprema Corte. O problema aqui se agrava substancialmente pela formidável instabilidade do texto constitucional, objeto de dezenas de emendas ao longo de sua vigência” (*Recurso extraordinário: requisitos constitucionais de admissibilidade*, in *Meios de Impugnação ao Julgado Civil – estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*, Adroaldo Fabrício (coord.), Rio de Janeiro, Forense, 2.007, p. 265).

⁶⁵ ALIOMAR BALEEIRO advertia, nos anos 60, que “o Fisco cresceu e é, talvez, o mais contraditório dos litigantes em nosso foro. O Supremo Tribunal Federal receberia inevitavelmente o atropelo dessa expansão demográfica, econômica, política e social do país” (*O Supremo Tribunal Federal, Esse Outro Desconhecido*, Rio de Janeiro, Forense, 1.968, p. 122).

⁶⁶ Como sustentou ALFREDO BUZAID, a “causa da crise é, a nosso ver, *funcional* e o seu grande responsável o legislador constituinte, que se alheou da realidade brasileira e dos seus princípios da ciência, no momento em que teve de estruturar o mais alto tribunal do país. Com efeito, ninguém desconhece que, desde 1930, o país está em contínuo progresso; aumenta o índice demográfico; cresce assustadoramente o volume de causas oriundas do surto industrial e comercial... Estes elementos vitais da realidade brasileira, o legislador constituinte devia tomá-los em conta, de imediato, como ponto de partida, porque de sua estimativa dependia substancialmente a verificação se o Supremo Tribunal Federal podia arcar com tamanhas responsabilidades, sem desnaturar as suas funções primordiais” (*Estudos de Direito*, cit., p. 149). Por isso, arrematou: “Sendo já conhecidas as causas da crise, o primeiro passo consiste em estabelecer qual a função que se atribui ao Supremo Tribunal Federal: se de *Tribunal de Cassação*, se de *Côrte Constitucional*, ou se de um *Tribunal híbrido* (...). O defeito capital está precisamente em onerar o Supremo com encargos muito superiores às suas forças” (cit., pp. 167-168).

⁶⁷ RODOLFO MANCUSO, *A realidade judiciária brasileira e os Tribunais da Federação – STF e STJ: inevitabilidade de elementos de contenção dos recursos a ele dirigidos*, in *Processo e Constituição – estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*, Luiz Fux – Nelson Nery – Teresa Wambier (coords.), São Paulo, RT, 2.006, p. 1.074.

universalizar a jurisdição e não excluir do Poder Judiciário qualquer tipo de demanda (artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal), é certo que esse volume imenso de processos dá lugar aos chamados “julgamentos de escala”, em que as questões são apreciadas em bloco, sem maior análise dos temas. Isso não pode ocorrer nos Tribunais de Cúpula da Federação, que têm a função de garantir a *aplicação uniforme do direito*, “tornando-o mais claro e mais moderno”⁶⁸.

Destaca a doutrina que a tão propalada *crise do Supremo Tribunal Federal* é uma crise de *quantidade*. O Excelso Pretório não tem estrutura para julgar os milhares de casos que ali se iniciam ou que para lá são remetidos, todos os anos. Bem lembrou MOREIRA ALVES que, além da *sobrecarga numérica* de processos, geralmente as demandas que chegam à nossa mais alta Corte são de *alta complexidade* e consomem – ou ao menos deveriam consumir – tempo considerável para julgamento⁶⁹.

Essa situação gera um *déficit* constante entre o número de processos que dão entrada no Tribunal, em relação àqueles que são distribuídos aos seus Ministros, e, por fim, os efetivamente julgados⁷⁰.

⁶⁸ A *repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*, in *RePro* 119/99. Em outro estudo, o mesmo autor ressalva que “a outorga da tutela jurisdicional pelo Estado não significa, necessariamente, a possibilidade de interposição ilimitada de recursos. Em outros termos, não existiria vedação na Constituição quanto à possibilidade de limitação do acesso aos recursos ou mesmo à existência de restrições quanto à sua utilização. Se a demanda pela tutela jurisdicional restou ampliada, é óbvio que isto reflete nos tribunais respectivos, especialmente no STF, sendo certo que o volume incontrolável de processos torna impossível o oferecimento de uma justiça célere e efetiva” (*A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC 45*, in *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis*, v. 10, Nelson Nery – Teresa Wambier (coords.), São Paulo, RT, 2.006, p. 266).

⁶⁹ A *missão constitucional do Supremo Tribunal Federal e a arguição de relevância da questão federal*, in *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros* 58-59/42. Já alertava NOÉ DE AZEVEDO, em 1.944, que “o trabalho descarregado, não sôbre os ombros, e sim no cérebro dos juízes do nosso Tribunal [de Justiça de São Paulo], do Supremo Tribunal Federal e de vários outros Tribunais de Apelação de Estado e do Distrito Federal, é superior à capacidade humana! Ou os juízes se sacrificam, ou sacrificarão as causas, deixando de estudá-las com o cuidado necessário para dominarem integralmente as questões debatidas” (cit., p. 813). Recentemente, RODOLFO MANCUSO advertiu: “Essas cifras expressivas não reduzem o problema a uma crise meramente numérica ou quantitativa, devendo-se, ao contrário, ter presente que a ‘quantidade afeta a qualidade’. Por isso, quando um órgão judicial postado à cumeira da organização judiciária recebe mais processos do que pode julgar, começam as mazelas que desprestigiam a Justiça e afligem os jurisdicionados; *protraiamento indefinido* dos feitos, contrariando a garantia da duração razoável (CF, art. 5º, LXXVIII – EC 45/2004); *funcionalização do Judiciário*, contrariando o disposto no art. 93, XIV, da CF – EC 45/2004; *massificação da resposta judiciária*, em detrimento do exame cuidadoso de cada caso e da consistente fundamentação jurídica da decisão” (*Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, 10ª ed., São Paulo, RT, 2.007, p. 81, destaques no original).

⁷⁰ Esclareceu ALFREDO BUZAID: “Sob a denominação de *crise do Supremo Tribunal Federal* entende-se o desequilíbrio entre o número de feitos protocolados e o de julgamentos por êle proferidos; sendo a entrada daqueles consideravelmente superior à capacidade de sua decisão, vão se acumulando os processos não julgados, resultando daí o congestionamento, porque, de ano para ano, o remanescente aumenta a pirâmide de autos,

Os maiores responsáveis por essa situação são, indubitavelmente, o recurso extraordinário e o respectivo agravo de instrumento dirigido contra decisões dos Tribunais de origem que lhes negam seguimento⁷¹.

A análise de estatísticas recentes, divulgadas pelo próprio Supremo Tribunal Federal⁷², revela números impressionantes da sobrecarga de trabalho a que está submetido. Ela gera, lembre-se uma vez mais, a perda de substância de seus julgados e o enfraquecimento do poder da Corte⁷³.

De 1.990 até o final de 2.007⁷⁴, foram *distribuídos* 446.500 recursos extraordinários⁷⁵. O número representa 37,1% do volume total de processos que aportaram na Corte. Cumpre ressaltar que outros 56,3% correspondem a agravos de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário (que totalizaram, nesse mesmo período, a marca de 551.658⁷⁶).

chegando ao ponto de não mais poder ser removida” (*Estudos de Direito*, cit., p. 144, destaques no original). Em idêntico sentido, v. SEABRA FAGUNDES, *A organização e o funcionamento do Poder Judiciário*, in *RF* 155/10.

⁷¹ Cujá criação, lembra PONTES DE MIRANDA, se deu com o Código de Processo Civil de 1.939, substituindo a anterior carta testemunhável (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 177). Com efeito, era a seguinte a redação do artigo 868 de nosso diploma processual anterior: “Denegada a interposição do recurso extraordinário, o requerente poderá interpor, dentro em 5 (cinco) dias, recurso de agravo, que subirá nos autos suplementares, instruído com a certidão do despacho denegatório”.

⁷² Um dos únicos Tribunais do país que publica esse tipo de informação. Não é por outra razão, que boa parte da doutrina critica as reformas do Código de Processo Civil, haja vista não estarem embasadas em dados estatísticos. Por todos, v. BARBOSA MOREIRA, *O futuro da Justiça: alguns mitos*, in *RF* 352/120-122.

⁷³ LAWRENCE BAUM, tratando de situação análoga na Suprema Corte norte-americana – embora com dimensões bem mais reduzidas, uma vez que, desde 1.925, os Estados Unidos adotam um *filtro* para contenção de “recursos extraordinários”, como será visto adiante – afirmava que além da perda de qualidade dessas decisões, elas também enfraqueceram o seu poder “ao reduzirem o controle que os juízes têm sobre a produção da Corte” (*A Suprema Corte Americana*, trad. Élcio Cerqueira, Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 165). Abre-se a possibilidade de decisões conflitantes dentro do próprio Tribunal Supremo, o que é inaceitável em um Tribunal de cúpula.

⁷⁴ Todos os dados apresentados neste item foram extraídos do site do Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.gov.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=estatistica&pagina>, acesso em 05.05.2008.

⁷⁵ Para confirmar o crescimento em progressão *geométrica*, verifica-se que o número de recursos extraordinários, distribuídos no Supremo Tribunal Federal, praticamente dobra a cada período de seis anos. Entre 1.990 e 1.995, foram distribuídos 76.632 recursos extraordinários; entre 1.996 e 2.001, o volume cresceu para 130.905; finalmente, entre 2.002 e 2.007, atinge-se a marca de 239.503. De 10.780 recursos extraordinários distribuídos em 1.990, passou-se, em 2.007, para a marca de 49.708, que corresponde a um crescimento de quase 500%. O maior volume de distribuição registrado desde o início dessas estatísticas ocorreu em 2.006, com 54.575 recursos extraordinários (sendo que, em 2.005, esse número era quase metade, isto é, 29.483).

⁷⁶ Novamente, as estatísticas comprovam um crescimento surpreendente. Entre 1.990 e 1.995, foram distribuídos 45.530 agravos de instrumento; de 1.996 até 2.001, o montante chegou a 196.712 (quase 200% de crescimento); e, no período de 2.002 a 2.007, atingiu 309.416. O incremento total do volume de

Portanto, ao longo desses últimos dezoito anos, foram *distribuídos* – entre recursos extraordinários e agravos de instrumento, que representam 93,4% dos processos da Corte – o impressionante número de 998.158. Cada um dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal teria de julgar, durante esse período, mais de 5.000 recursos extraordinários e agravos de instrumento, por ano, para dar vazão a esse número de recursos (sem contar todos os demais feitos que estão sob sua esfera de competência, notadamente as ações de controle abstrato de constitucionalidade, *habeas corpus* e mandados de segurança).

Obviamente, o Excelso Pretório não tem condições para isso. Veja-se que dos 1.215.948 processos *recebidos* no Supremo Tribunal Federal, novamente entre 1.990 e 2.007, 162.577 deixaram de ser *distribuídos* aos ministros (pouco mais de 13%). Todavia, foram efetivamente *julgados* nesse período 1.173.511 processos. O número é superior ao dos feitos *distribuídos* por englobar processos e/ou recursos pendentes, de anos anteriores⁷⁷. O número mais alarmante, no entanto, é a defasagem em relação aos acórdãos *publicados* nesse mesmo lapso temporal: “apenas” 194.678, ou seja, cerca de 16% em relação ao volume total⁷⁸.

Outro dado curioso, mas que muitas vezes passa despercebido, é que “somente” 98.405 processos que chegaram ao Supremo Tribunal Federal, nesse mesmo período, abordaram matéria *constitucional*; pouco mais de 8% do volume total de feitos⁷⁹.

agravos de instrumento é ainda mais estarrecedor: de 2.465, em 1.990, para 56.909, em 2.007 (quando foi atingido o recorde de distribuição, em um único ano).

⁷⁷ Informa a mesma estatística que esse número de julgamentos engloba tanto as decisões *monocráticas* dos ministros, como os acórdãos proferidos pelos colegiados (Turmas e Plenário). Vale lembrar, no entanto, a ponderação de LEVI CARNEIRO: “A mim sempre me pareceu – e sempre manifestei essa convicção – que o Supremo Tribunal Federal deveria restringir sua tarefa a um número relativamente pequeno de casos, da maior importância, que pudesse estudar profundamente e decidir com inteiro acerto. Nesse sentido, o seu magnífico esforço para aumentar o número de julgamentos resulta contraproducente. Nunca me entusiasmarei, portanto, os grandes números que o esforço do egrégio Tribunal apresenta nas suas estatísticas” (*Ainda a crise do Supremo Tribunal Federal*, in *Arquivos do Ministério da Justiça* 2/4)

⁷⁸ Levando-se em conta que apenas com a publicação é que se considera “juridicamente existente” o acórdão, não é difícil concluir que as demandas judiciais realmente se eternizam no Brasil. Lembre-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica ao decretar a intempestividade de recursos antes da publicação do acórdão. Por todos, confira-se: Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 375.124-3/MG, Relator Ministro CELSO DE MELLO, julgados em 28 de maio de 2.002, Segunda Turma, publicados em 28 de junho de 2.002.

⁷⁹ Essa situação, é importante advertir, prevalece há muito tempo. Em 1.975, menos de 2% dos processos julgados pelo Supremo Tribunal Federal envolviam matéria constitucional. A maior parte das questões levadas à apreciação do Excelso Pretório dizia respeito ao direito processual, o qual representava cerca de 40% do volume de recursos julgados pela Corte (DORESTE BAPTISTA, *Da Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, Rio de Janeiro, Forense, 1.976, p. 43). Esse contexto, desde aquela época, não se

Vale notar que foram distribuídas, entre 1.988 e março de 2.008, um total de 4.065 ações diretas de inconstitucionalidade, tendo sido julgadas, com decisão final, 2.653 (isto é, 65,3%, das quais 41,4% sequer foram conhecidas, pelo mérito⁸⁰).

É inquietante, para um Tribunal que deve zelar pela “guarda da Constituição” (artigo 102, *caput*), ter de julgar um volume imenso e invencível de processos, nos quais não se está discutindo a violação ou o alcance de uma determinada regra constitucional.

A situação, já preocupante nos idos dos anos 60 e 70, tornou-se agora praticamente insustentável, o que gerou a necessidade de criar mecanismos que, de alguma forma, possam reduzir o número de processos a cargo do Supremo Tribunal Federal, e tornar o recurso extraordinário um meio de impugnação efetivamente *excepcional*⁸¹.

Obviamente, sabe-se que esses números não são completos e dependeriam de uma filtragem para se determinar, por exemplo, a quantidade de recursos extraordinários que são, efetivamente, admitidos a julgamento e dentro eles, qual o percentual de impugnações providas. Além disso, seria necessário verificar, na esteira do que ponderou GLÁUCIA MARA COELHO, qual seria o número de recursos *repetitivos* em relação àquela gama imensa de recursos extraordinários que todos os anos dão entrada no Tribunal⁸².

De qualquer forma, as estatísticas mostram, pelo menos, indícios claros de que a situação do Excelso Pretório é preocupante e que se torna necessário fazer ajustes no funcionamento da Corte Suprema do Brasil, sob pena de inviabilizá-la, por completo.

alterou, mesmo após a divisão de competências levada a cabo com a criação do Superior Tribunal de Justiça, em 1.988, e sua efetiva instalação, em abril de 1.990. Aliás, de forma curiosa, de 1.992 até 2.004 assistiu-se a uma queda constante do número de questões constitucionais julgadas pelo Supremo (de 13.800 para 994). Esse volume começa a sofrer um incremento somente a partir de 2.005.

⁸⁰ Nesse mesmo período, foram distribuídas vinte ações declaratórias de constitucionalidade, tendo sido julgadas onze delas (ou seja, 55,5%), sendo que 35% também não foram conhecidas pelo Plenário. Finalmente, entre 1.993 e março de 2.008, foram distribuídas 136 ações de descumprimento de preceito fundamental: 65 delas já julgadas definitivamente (47,8%), das quais 46,3% não foram conhecidas.

⁸¹ E não um “recurso de supercassação universal”, como metaforizou ANDRÉ RAMOS TAVARES (*A repercussão geral no recurso extraordinário*, in *Reforma do Judiciário*, André Ramos Tavares – Pedro Lenza – Pietro Alarcón (coords.), São Paulo, Método, 2.005, p. 216).

⁸² *Repercussão Geral da Questão Constitucional no Processo Civil Brasileiro*, São Paulo, Tese (Mestrado), U.S.P., 2.007, pp. 93-94.

1.3.- Tentativas de *racionalização* dos trabalhos da Suprema Corte brasileira.

Faz algum tempo que vêm sendo criados mecanismos para tentar debelar a *crise* instalada no Supremo Tribunal Federal, na tentativa de normalizar o seu funcionamento⁸³.

Por votação unânime, em sessão realizada no dia 12 de junho de 1.920, deliberaram os Ministros da Corte a modificação do artigo 29 de seu Regimento Interno. Com efeito, ao invés das duas sessões *ordinárias* semanais, o número de reuniões para julgamento dos processos foi elevado a três, entre os meses de abril e outubro. Além disso, o § 2º desse dispositivo ressaltou: “O Tribunal, por proposta de qualquer de seus membros, poderá elevar o número de sessões ordinárias por determinado tempo, desde que verifique a impossibilidade de, com duas ou três sessões por semana, atender á affluencia de feitos com dia para julgamento”⁸⁴.

Nessa mesma ocasião, foi aprovada a inserção do § 2º ao artigo 170 do Regimento Interno, conferindo poderes ao relator para, após a apresentação de parecer do Procurador Geral da República, enviar o recurso extraordinário diretamente a julgamento, sem a necessidade de encaminhamento prévio aos revisores⁸⁵, caso detectasse sua

⁸³ “Quando falamos em *funcionamento*, pensamos em normalidade dos trabalhos, realizados sem atropelo, sem sacrifícios pessoais, sem o sestro da produção em quantidade; pensamos em acórdãos, que reflitam tendências definidas da evolução da jurisprudência, servindo como fonte de doutrina pela sabedoria dos seus conceitos e não como meros resultados de oscilações determinadas pelos votos dos relatores, acompanhados pelos demais ministros, em julgamentos que revelam insegurança de orientação” (ALFREDO BUZAID, *Estudos de Direito*, cit., pp. 174-175, destaque no original).

⁸⁴ Desde essa época, portanto, verificava-se a “sincera preocupação dos eminentes senhores ministros em pôrem em dia os trabalhos do Tribunal” (FRANCISCO DE PAULA DE OLIVEIRA, *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, Rio de Janeiro, Typographia do Commercio de Rodrigues & C., 1.921, p. 31).

⁸⁵ A saber, os dois ministros imediatos, por ordem de antiguidade, conforme previsão do artigo 45 do Regimento Interno de 1.891.

intempestividade ou, ainda, na hipótese de verificar não ser cabível o recurso segundo a jurisprudência do Tribunal⁸⁶.

Em seguida, com a edição do Decreto nº 20.669, de 23 de novembro de 1.931⁸⁷, aumentou-se, novamente, o número de sessões do Plenário, para que todos os cerca de *duzentos* processos, que já naquela época se avolumavam no Supremo, fossem definitivamente julgados⁸⁸.

A situação não foi resolvida, haja vista que o número de feitos continuou aumentando, ano a ano, principalmente após a promulgação da Carta de 1.934⁸⁹.

Com o crescente número de feitos, aventou-se uma solução alternativa: aumentar o número de Ministros do Excelso Pretório. Algumas Constituições

⁸⁶ Uma vez mais, vale transcrever a justificativa que embasou tal modificação: “Rara é hoje a questão decidida em qualquer parte do territorio nacional pelos Tribunaes locais de que logo, com ou sem fundamentos, se não interponha o recurso extraordinario, assim convertido num verdadeiro recurso ordinario. Só para attendel-os, se os fossem de attender, seria necessario constituir um tribunal privativo. Temos notado e é facilimo verificar que oitenta por cento destes recursos terminam com essa decisão. *Não se conhece por não ser caso de recurso extraordinario.* Para chegarem a esse resultado entretanto tomaram tanto tempo e trabalho, ao relatores, aos revisores e ao Tribunal quanto exigiria o conhecimento delles. Não temos porque hesitar em conferir ao relator, com recurso para o Tribunal, o conhecimento desta preliminar, auctorisando-o a negar seguimento ao recurso descabido, quanto é certo que tem essa mesma autoridade o juiz prolator da decisão recorrida, aliás naturalmente interessado que não seja reformada” (FRANCISCO DE PAULA DE OLIVEIRA, cit., p. 78, n. 36). Dessa forma, a preliminar que somente poderia ser apreciada pelo Plenário, passou a ser de competência do relator, sujeita à confirmação pelos demais ministros e cabendo dessa decisão recurso, nos termos do artigo 44 do Regimento Interno da Corte.

⁸⁷ Houve uma tentativa anterior, quando da promulgação da reforma constitucional de 1.926, que alterou a redação do artigo 59 da Carta Magna de 1.891, fruto de enorme polêmica com relação à correta fixação da interpretação do termo *aplicação* da lei federal, que dava ensejo a recurso extraordinário (v. item 1.1, *supra*). O Supremo Tribunal Federal adotara postura liberal na admissão de tais recursos, para que não se configurasse injustiça notória, fruto de interpretação equivocada de determinado dispositivo normativo. O relator da proposta de Emenda, HERCULANO DE FREITAS, afirmou: “O texto vigente da Constituição, contido na letra *a* do § 1º do art. 59, tem suscitado numerosas e notaveis controvérsias e *facilitado por tal forma* os recursos das sentenças dos juizes dos Estados para o Supremo Tribunal Federal, que o accumulo de serviços neste tem-lhe perturbado a regularidade das funções. A emenda n. 51 procura evitar esse mal, tornando positivo que, na hyphotese, só caberá recurso da decisão do tribunal do Estado para o Supremo Tribunal Federal, *quando se questionar sobre a vigencia ou a validade das leis federaes, em face da Constituição*” (*Apud*, MATOS PEIXOTO, cit., p. 161). É curioso notar como o Excelso Pretório vem enfrentando, desde a promulgação de nossa primeira Constituição republicana, o problema do volume excessivo de recursos e do acúmulo de serviços. Paradoxalmente, no entanto, essa mesma Emenda Constitucional criou dois novos casos que possibilitavam a interposição do recurso extraordinário, como visto no item 1.1, *supra*.

⁸⁸ ALFREDO BUZAID, *Estudos de Direito*, cit., p. 145. Com efeito, previa o artigo 1º da lei: “O Supremo Tribunal Federal realizará, enquanto não esgotar a pauta das causas com dia, quatro sessões semanais, de 1º de abril a 30 de novembro e três de 1º de dezembro a 31 de janeiro, data em que começam as férias”. Lembre-se que, atualmente, também são quatro as sessões semanais de julgamento: em cada uma das Turmas ocorre uma sessão; no Plenário, realiza-se uma sessão *ordinária* e uma *extraordinária*.

⁸⁹ Que ampliara as competências outorgadas ao Supremo Tribunal Federal, seja no que diz respeito à competência originária, como também em relação à competência recursal, ordinária e extraordinária (v. item 1.1, *supra*).

brasileiras, como exposto no item 1.1, *supra*, permitiram que o quadro de juízes do Supremo Tribunal fosse elevado para até 23 membros⁹⁰.

Tais propostas, entretanto, foram e continuam sendo objeto de críticas⁹¹. Por certo, existem bem mais do que onze juristas – de *notável saber jurídico* e *reputação ilibada* – para compor os quadros de nossa mais alta Corte. Todavia, a solução seria inócua, pois o simples aumento do número de Ministros não seria capaz de, por si só, aliviar a carga de trabalho, já que o volume de processos para lá remetidos vinha aumentando e continua a aumentar, todos os anos⁹².

De início, seria até possível conseguir um aumento da produtividade do Supremo⁹³. Mas, passados alguns anos, essa elevação se tornaria ineficaz e haveria a necessidade de aumentar, novamente, os seus componentes. Com isso, estar-se-ia diante do risco de perder a *unidade* do Tribunal, dificultando a formação de maiorias consistentes,

⁹⁰ Relata CELSO DE MELLO que a “Casa da Suplicação do Brasil” contava com 23 juízes, quando de sua instalação, em 1.808. Com a criação do “Supremo Tribunal de Justiça”, em 1.829 (já na época do Império), esse número é reduzido para dezessete. Proclamada a República e instituído o “Supremo Tribunal Federal”, em 1.891, novamente a composição é alterada para quinze ministros, sendo que o Decreto nº 19.656, de 1.931, reduziu para onze o número de componentes da nossa mais alta Corte. Essa composição é mantida por todas as demais Leis Fundamentais brasileiras, salvo em dois momentos específicos: com a edição do Ato Institucional nº 2, de 1.945, que elevou para dezesseis os julgadores do Excelso Pretório, número que é mantido pela Carta Política de 1.967, até a edição do Ato Institucional nº 6, de 1.969, que retorna ao número de onze ministros atuais (cit., p. 8).

⁹¹ “Se levarmos em conta que a chamada ‘crise do Supremo’ remonta ao início do século, quando, naturalmente, era escasso o número de recursos extraordinários, se comparado com o que ocorre hoje, não é difícil concluir que a *causa verdadeira* dessa crise deve ser *outra* que não o número – efetivamente reduzido – de ministros. Não cremos que o *represamento* de processos no STF se resolveria se o número de ministros voltasse a ser de dezessete, como no Império: seis ministros a mais, por certo, não resolveriam a sobrecarga” (RODOLFO MANCUSO, *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., pp. 98-99, destaques no original).

⁹² “Por mais que se tenha cercado o grande Tribunal de homens do mais alto quilate intelectual e cultural, do mais profundo conhecimento e notável saber jurídico, seria pretender deles um saber jurídico enciclopédico e, ainda mais, uma finura genial de intuição dos valores do Direito, para que pudesse o Tribunal desincumbir-se de sua missão com Justiça e rapidez” (JOSÉ AFONSO DA SILVA, cit., pp. 446-447).

⁹³ Esse era o posicionamento defendido por VASCO DE LACERDA GAMA: “a Egregia Côrte Suprema, se não estava ou não está nas condições de resolver todos os pleitos que a ella forem parar em consequencia das attribuições que lhes são peculiares, o indeclinavel remedio é a reforma dessa Côrte, ainda que, com reforma constitucional, afim de que possa ella cumprir a missão que lhe é assignalada. Aliás, em face da Constituição actual [1.924], tal temor não tem a menor razão de ser: além da possibilidade de creação de outros tribunaes que venham a desafogar a Egregia Côrte Suprema, expressamente está consignado na Constituição que a Côrte Suprema póde ter augmentados os seus juizes. Assim, augmentada quanto ao numero dos seus membros, e dividida em tantas camaras quantas forem necessarias, julgando o tribunal pleno, ou com uma determinada maioria, tão sómente nos últimos turnos, uniformizada ficaria a jurisprudencia e o direito, com inteira possibilidade ficaria a Egregia Côrte Suprema praticamente de cumprir a sua elevada missão” (cit., p. 245).

que pudessem, realmente, dar a última palavra a respeito da interpretação do texto constitucional⁹⁴.

Abandonada a idéia de aumentar a composição da Corte, o Decreto-Lei nº 6, de 16 de novembro de 1.937, adotou uma via intermediária. Dividiu-se o Supremo Tribunal Federal em turmas de cinco juízes⁹⁵, na tentativa de tornar os julgamentos mais ágeis e, por consequência, obter um maior escoamento de processos⁹⁶.

Além disso, uma Emenda Regimental, datada 8 de junho de 1.955, atribuiu ao Ministro relator, sorteado no Supremo Tribunal Federal, competência para negar seguimento, monocraticamente, ao recurso extraordinário, nos casos previstos no artigo 190, § 3º do Regimento Interno, a saber: “a) quando visar mera reapreciação das provas; b) quando o acórdão recorrido assentar em mais de um fundamento e o recurso extraordinário objetivar apenas um dêles; c) quando tiver havido êrro grosseiro na sua interposição; d) quando fôr manifesta a inexistência da alegada divergência jurisprudencial; e) quando intempestivo”⁹⁷. A decisão, no entanto, era passível de novo recurso, de agravo.

A publicação da Lei nº 3.396, de 2 de junho de 1.958, também procurou aliviar a carga de trabalho da Suprema Corte. Para tanto, foram modificados os artigos 864 e 865 do Código de Processo Civil de 1.939, atribuindo poderes aos

⁹⁴ MOREIRA ALVES destacou que essa medida “além de ser mero paliativo, conduz, com o tempo e pela sucessão da mesma prática e pelo crescimento do volume de recursos, à constituição de uma verdadeira assembléia de magistrados, o que acarreta a necessidade de se criar um órgão especial para fazer as vezes de seu plenário. Essa solução não se coaduna com a natureza de Corte Suprema que tem por missão precípua a de ser o Tribunal da Federação, guardião que é da Constituição (...). *Tribunal eminentemente de fixação de teses jurídicas* (...) não pode ele dividir-se em várias Turmas, ensejando divergências entre elas, cuja solução fique a cargo de um órgão especial de que não participem os membros delas, e que, afinal, embora parcela do Tribunal Supremo, venha a ser o próprio Supremo Tribunal” (*A missão constitucional do Supremo Tribunal Federal e a arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 45, destacamos).

⁹⁵ Tal como ocorre nos dias atuais (artigo 4º do Regimento Interno).

⁹⁶ Novamente, a medida foi objeto de ferrenhas críticas. CASTRO NUNES, por exemplo, argumentava que “qualquer divisão do Supremo Tribunal só deve ser tratada como medida de emergência, a cessar logo que cessem os motivos que a determinaram, isto é, a necessidade de pôr em dia os trabalhos do Tribunal. Este é, pela sua destinação, um órgão de coordenação que perde um pouco de seu relêvo e a unidade se lhe quebrarem a unidade com o fracionamento” (*Teoria e Prática do Poder Judiciário*, Rio de Janeiro, Forense, 1.943, p. 187).

⁹⁷ *Apud* PEDRO BAPTISTA MARTINS, *Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais*, Rio de Janeiro, Forense, 1.957, p. 449, n. 6.

Presidentes dos Tribunais de origem para realizarem o exame *prévio* acerca da *admissibilidade* do recurso extraordinário⁹⁸⁻⁹⁹.

Estabeleceu-se, com isso, um juízo de admissibilidade *dúplice e complexo*, aplicável até os dias atuais (artigos 541 *caput*, c.c 542, § 2º do Código de Processo Civil¹⁰⁰). Tal solução não foi completamente inócua, mas novamente não surtiu – e ainda não gera – o efeito desejado. Houve, na verdade, a mera substituição de julgamento dos recursos extraordinários pelo de agravos de instrumento. Ou seja, o número de *recursos* não diminuiu, como esperado.

Imaginou-se, também, que a criação da *Súmula de Jurisprudência Predominante*¹⁰¹, instituída por Emenda de 28 de agosto de 1.963 ao anterior Regimento

⁹⁸ Destacava, porém, ALCIDES DE MENDONÇA LIMA que “às autoridades inferiores sempre foi permitida a denegação dos recursos, se entenderem incabíveis. Mas não há dúvida de que o contraditório agora estatuído propiciará melhor exame da preliminar, de modo que muitos recursos ficarão com a marcha obstada, diminuindo a tarefa do Supremo. E as formalidades de julgamento do agravo contra despacho denegatório são bem menores e o caso exige muito menos estudo da turma do Supremo. A regra será, indubitavelmente, a confirmação pelo Supremo do despacho denegatório. Isso equivale, na realidade, a que o recurso não seja mais conhecido, se chegasse ao Supremo normalmente. Mas aí a solução exigiria mais formalidades, julgamento mais complexo, estudo completo dos autos, sobrecarregando o Augusto Cenáculo em suas altíssimas funções, que não podem ser desvirtuadas pelos interesses exclusivos dos litigantes, de cunho estritamente particular” (*A marcha processual do recurso extraordinário*, in *Revista Jurídica* 37/13). Por essa razão, CALMON DE PASSOS afirmava que “a inovação representou um freio, desencorajando alguns litigantes, fazendo morrer no nascedouro muitos recursos extraordinários” (*Da arguição de relevância no recurso extraordinário*, in *RF* 259/12).

⁹⁹ Entretanto, a medida foi contestada por parte da doutrina. O já citado ALFREDO BUZAID sustentava: “Ampliar o tal juízo de admissibilidade até o ponto de verificar se ocorre a indigitada ofensa à literal disposição de lei ou se existe o dissídio jurisprudencial (letras ‘a’ e ‘d’) é o mesmo que delegar à justiça local o poder de prejudicar o recurso, quando o certo é que a Constituição não autoriza tal fracionamento em duas fases. Se compete ao Supremo *julgar*, não pode a justiça local *prejulgar*, porque esta operação ou subtrai à atribuição do Supremo também a verificação da admissibilidade, ou lha devolve, via do agravo de instrumento interposto do despacho denegatório. Se o Supremo pode sempre apreciar, mediante êste recurso, a admissibilidade do extraordinário, o exame preliminar é inútil, pois os Srs. Ministros do Supremo não precisam de assessôres, e ainda dispendioso, porque exige um gasto que pode ser suprimido. Se ao Supremo se subtrai tal poder, então a justiça local passa a exercer competência que a Constituição atribui ao Supremo, valendo o que é mero julgamento de admissibilidade como prejudgamento do mérito” (*Estudos de Direito*, cit., pp. 159-160, destaques no original). Mas o próprio autor acabou por construir uma solução “científica e prática” que justificasse essa repartição de julgamento: no regime *federativo*, os Estados têm competência para o julgamento das causas em última instância, de modo que o Supremo não teria obrigação de apreciar, novamente, esses casos (cit., pp. 160-161).

¹⁰⁰ Idêntico mecanismo se faz presente no direito argentino: “En primer término, la Cámara de Apelaciones, o tribunal colegiado de instancia única, debe expedirse acerca ‘de la procedibilidad o admissibilidad formal da la impugnación’. (...). Enseguida, se limitará a dictar resolución, admitiendo o denegando el recurso. Esta resolución será fundada. Cuando se admite aquél se expresará que concurren para hacerlo todas las circunstancias necesarias al respecto, que se referirán; cuando se deniegue, se especificarán con precisión las circunstancias que falten. El *segundo examen* lo realiza el propio juez del recurso, que es la Suprema Corte, una vez concedido” (AUGUSTO MORELLO, *Lo Recurso Extraordinario y La Eficacia del Proceso*, T. II, Buenos Aires, Hammurabi, 1.981, p. 520).

¹⁰¹ Essa a denominação mais adequada do instituto, embora a prática tenha consagrado a denominação imprópria de “súmula” [a qual] sempre se empregou – em perfeita consonância com a

Interno do Supremo Tribunal Federal, poderia aliviar os trabalhos da Corte. Isso porque divulgariam o entendimento *consolidado* no Tribunal a respeito de determinados temas.

Teriam, assim, um duplo efeito: de um lado, inibir que alguns recursos (infundados) chegassem ao mais alto Tribunal do país, pois as partes já teriam ciência prévia do (possível) resultado de julgamento (ou melhor, de seu insucesso, caso a impugnação se voltasse contra verbete aprovado pelo Supremo); de outro lado, mesmo quando as partes insistissem em recorrer à “última instância”, os julgamentos poderiam ser mais ágeis, mediante a aplicação direta do *enunciado* da súmula, a qual, embora não dispensasse a fundamentação do acórdão, tornava-o, indubitavelmente, mais simples¹⁰².

Comprovam as estatísticas que o efeito prático dessa medida também foi reduzido, embora um sem número de decisões do Supremo estejam fundamentadas, basicamente, na aplicação das proposições veiculadas em súmula. Na prática, a sua criação possibilitou uma *sobrevida* à Corte, poupando maiores trabalhos aos seus ministros, que ficam dispensados de fundamentar de modo mais extenso os votos, a partir da transcrição do enunciado dessas súmulas.

Em seguida, a edição da Emenda Constitucional nº 16, de 1.965, também representou nova tentativa de aliviar a sobrecarga de processos do Supremo Tribunal Federal. Atribui-lhe, a partir daí, a competência para julgar, *originariamente*, a *representação de inconstitucionalidade contra atos normativos em tese* (federais e estaduais). Havia a esperança de que esses julgamentos pudessem reduzir a quantidade de recursos que chegava a Corte, na medida em que a decisão proferida em uma única ação,

etimologia e os dicionários – para designar *o conjunto* das proposições em que se resume a jurisprudência firme de cada tribunal, a começar pela Corte Suprema, onde foi ela criada em 1963, sob a denominação correta de *Súmula de Jurisprudência Predominante* (no singular), com a qual se incorporou ao Regimento Interno” (BARBOSA MOREIRA, *A Emenda Constitucional nº 45 e o processo*, in *RF* 383/184).

¹⁰² BOTELHO DE MESQUITA, porém, ressalta o outro lado da questão. As súmulas enquadravam-se num contexto autoritário em que se encontrava o Brasil. Implicava, “assim, enorme esforço à autoridade do STF, posto que lhe atribuía indisfarçavelmente poder quase-legislativo, mas reforçava também, além da autoridade, o autoritarismo natural a quem está em condições de dizer sempre a última palavra. Com efeito, por consequência da Súmula, passava o STF a poder dispensar-se de ter que ouvir as razões das partes em agravos, recursos extraordinários ou embargos de divergência” (*A súmula da jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 2, São Paulo, RT, 2.005, pp. 221-222).

de cunho *objetivo*, valeria para um sem número de casos semelhantes. Procurou-se, com isso, fixar *teses* de julgamento¹⁰³.

Nesse mesmo ano, houve nova tentativa de resolver os problemas do Supremo. Atribuiu-se ao Ministro relator, por meio de Emenda Regimental, o poder de convocar as partes litigantes para manifestarem seu interesse, no prazo de noventa dias, quanto ao julgamento de recursos extraordinários que estivessem parados na Corte há mais de dez anos. No silêncio, o recurso seria considerado sem objeto, pelo próprio relator, e arquivado (sem a necessidade, pois, de manifestação do colegiado).

De outra banda, os próprios Ministros do Excelso Pretório já haviam propugnado a necessidade de *flexibilizar* as atribuições do Tribunal, a exemplo do que fora feito nos anos 20 pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América. O relatório que acompanhava o texto do Anteprojeto de Emenda Constitucional à Carta Magna, de 1.946, afirmou ser necessário promover o seu “descongestionamento, sem sacrifício dos legítimos interesses confiados à sua guarda”¹⁰⁴. Para tanto, pretendia-se incluir no julgamento do recurso extraordinário uma preliminar que possibilitasse o exame da *relevância da questão federal* que se pretendia levar ao Supremo. A medida foi implementada por meio da Emenda Constitucional nº 1, de 1.969, de autoria do Ministro THOMPSON FLORES, como será melhor examinado no Capítulo III, *infra*.

Posteriormente, aventou-se até mesmo o uso prévio da ação rescisória como forma de viabilizar a interposição do recurso extraordinário¹⁰⁵. A medida,

¹⁰³ Relatou MOREIRA ALVES que essa modificação de competência não foi instituída “com o objetivo precípua de transformar o Supremo Tribunal Federal numa verdadeira Corte Constitucional do tipo europeu, dando-lhe o controle judiciário concentrado de constitucionalidade das leis, a par do controle *incidenter tantum* à maneira do sistema americano-do-norte, mas, sim, visando a enfrentar a denominada *crise do Supremo Tribunal Federal*, tanto assim que o então Min. da Justiça, JURACY MAGALHÃES, na exposição de motivos do projeto de Emenda Constitucional, salientava que essa representação seria um meio de redução do volume de recursos para a Corte, porquanto, ao invés de se declarar a inconstitucionalidade de uma lei casuisticamente, dezenas ou centenas de vezes, se faria essa declaração numa única vez, resolvendo-se, no nascedouro, questão que seria fonte de inumeráveis recursos se a declaração de inconstitucionalidade se fizesse, em cada um deles, *incidenter tantum*” (*A missão constitucional do Supremo Tribunal Federal e a arguição de relevância da questão federal*, cit., pp. 43-44, destaques no original).

¹⁰⁴ *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, proposta de autoria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, datada de 10 de junho de 1.965, publicada in RDA 81/477.

¹⁰⁵ SAN TIAGO DANTAS *et alli*, *Reforma Constitucional*, in RDA 46/41.

felizmente, não vingou, pois acabaria por *eternizar* o desfecho das demandas e encarecer, ainda mais, o custo do processo judicial no Brasil¹⁰⁶.

A criação do Superior Tribunal de Justiça, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, deu nova esperança ao Supremo Tribunal Federal¹⁰⁷. Afinal, retirou-se parcela significativa das matérias que antes estavam afetas ao Excelso Pretório. Reservou-se a esse novo Tribunal de Superposição a competência exclusiva para o julgamento de recursos em que se discute a violação de tratados ou leis federais, ou que estão baseados em divergência jurisprudencial¹⁰⁸.

Mesmo assim, não foi suficiente. Ou melhor, em pouco tempo a crise se agravou. Extinta a possibilidade de criar qualquer tipo de óbice para a admissibilidade dos recursos extraordinários e facilitada as suas hipóteses de cabimento, em pouco tempo o Supremo Tribunal Federal se viu às voltas com número impossível de processos para julgar¹⁰⁹.

No entanto, as tentativas de solucionar a crise do Excelso Pretório não perderam fôlego, mesmo diante dos constantes insucessos das medidas legislativas até então empreendidas. Mais e mais leis se seguiram. Cumpre citar aquelas de maior

¹⁰⁶ Eis a opinião de VICTOR NUNES sobre essa proposta: “Ainda, quanto aos recursos extraordinários pela letra *a* [decisão contrária à Constituição, lei ou tratado federal], subordiná-los ao uso prévio da ação rescisória é solução que apresenta, pelo menos, quatro inconveniências de monta: I – Encarece o processo, favorecendo as partes abastadas em prejuízo das mais modestas. II – Retarda o pronunciamento do Supremo Tribunal, porque os outros tribunais, normalmente, são morosos no julgamento das ações rescisórias, que dependem de *quorum* numeroso. III – Agrava o generalizado acúmulo de serviços dos outros tribunais, pelo inevitável e volumoso aumento de ações rescisórias. IV – Deixa longo tempo as partes em suspenso, por ser de cinco anos a decadência do direito de propor ação rescisória” (*O requisito da “relevância” para redução dos encargos do Supremo Tribunal*, cit., p. 13).

¹⁰⁷ Mais uma vez, porém, a inovação encontrou resistência no próprio Supremo, como visto no item 1.1, *supra*.

¹⁰⁸ Afinal, destacou JOSÉ AFONSO DA SILVA, a verdadeira causa da *crise* do Supremo Tribunal Federal eram os recursos extraordinários fundados em decisão contrária à lei federal ou em divergência jurisprudencial (cit., p. 450).

¹⁰⁹ É o que explica, com precisão, GLÁUCIA MARA COELHO: “Com o fim da arguição de relevância e dos óbices regimentais que eram colocados à admissibilidade do apelo extremo, não restou previsto na Constituição de 1988 qualquer mecanismo que permitisse a seleção das causas a serem julgadas pelo STF. Não obstante, como visto, foram admitidas hipóteses mais largas para o cabimento dos recursos excepcionais (bastando a mera alegação de ofensa à Constituição ou à Lei Federal para cabimento do recurso extraordinário e do recurso especial, respectivamente), o que garantiu uma perigosa facilidade de acesso aos Tribunais Superiores. A consequência desse cenário fértil, regado pelo grande número de matérias tratadas em nível constitucional e pela amplitude dada às hipóteses irrestritas de cabimento dos recursos excepcionais, foi o progressivo aumento da quantidade de recursos dirigidos a essas Cortes. A crise que sempre existiu no âmbito do Supremo Tribunal Federal, desde os primórdios de sua criação, decorrente do elevado número de feitos trazidos a julgamento, não apenas persistiu, mas se agravou com o passar dos anos pós-1988, estendendo-se, inclusive, para o Superior Tribunal de Justiça” (cit., p. 78).

importância, publicadas no contexto da *reforma* do processo civil brasileiro, a que se fez alusão na introdução deste trabalho.

De início, a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1.990, também conhecida como a “Lei dos Recursos”, alterou a redação do artigo 542 do Código de Processo Civil¹¹⁰. Previu-se que após a interposição do recurso extraordinário e/ou especial, o Tribunal *a quo* deveria abrir vista ao recorrido, pelo prazo de quinze dias, para apresentação das contra-razões. Em seguida, os autos seriam encaminhados à Presidência, para decisão acerca da admissão do recurso (artigo 27). Tentou-se agilizar a tramitação desses recursos excepcionais. Ao mesmo tempo, seu artigo 38 previu a possibilidade de que tais impugnações fossem decididas monocraticamente (pelo Ministro relator no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça), quando houvessem perdido objeto, fossem *manifestamente* intempestivas, incabíveis ou improcedentes (incluído, aí, a decisão que contrariasse súmula daquelas duas Cortes).

A Lei nº 8.950, de 13 de dezembro de 1.994, modificou, uma vez mais, o processamento dos recursos especiais e extraordinários, com a reinserção dos artigos 541 a 543 no Código de Processo Civil. Especificou-se que a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal deve ocorrer somente após o julgamento do recurso especial, pelo Superior Tribunal de Justiça, e desde que o recurso extraordinário não reste prejudicado.

A Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1.998, acresceu o § 3º ao artigo 542 do Código de Processo Civil, criando os recursos especial e extraordinário na modalidade *retida*. Dessa forma, quando interpostos contra decisões interlocutórias proferidas em processos de conhecimento, cautelar ou embargos à execução, tais recursos deverão permanecer sobrestados, não sendo objeto de decisão imediata acerca de sua admissibilidade¹¹¹. E, somente poderão ser conhecidos, se a parte os reiterar quando da

¹¹⁰ Essa lei não modificou, diretamente, os dispositivos recursais de nosso diploma processual, mas sim revogou os seus artigos 541 a 546, alusivos, originalmente, apenas ao recurso extraordinário. Conferiu, desse modo, trato conjunto, nos seus artigos 26 a 28, aos recursos extraordinários e ao recém-criado recurso especial.

¹¹¹ “Objetivou-se, com tal medida, que o fator ‘tempo’ atuasse no sentido de retirar do recorrente o interesse no julgamento de sua irresignação e, via de consequência, diminuindo o número de recursos” a serem analisados pelos Tribunais Superiores (LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 18).

interposição de novos recursos especiais e extraordinários, contra a decisão *final* do processo¹¹².

Esse mesmo diploma legal trouxe outra importante inovação, alterando a redação original do artigo 557 do Código de Processo Civil. Ampliaram-se os poderes dos relatores (em qualquer Tribunal, mesmo nos de segunda instância), permitindo que eles *neguem seguimento* “a recurso *manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado* ou em *confronto* com *súmula* ou com *jurisprudência dominante* do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior” (destacamos). Da mesma forma, se “a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com *súmula* ou com *jurisprudência dominante* do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá *dar provimento* ao recurso” (§ 1º, destacamos). Ademais, “se o acórdão recorrido estiver em confronto com a *súmula* ou *jurisprudência dominante* do Superior Tribunal de Justiça, [poderá o relator] *conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial*; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial” (artigo 544, § 3º do Código de Processo Civil, destacamos). Essa faculdade pode ser aplicada, também, ao julgamento do recurso extraordinário, por força do artigo 544, § 4º do diploma processual¹¹³.

Além disso, tanto a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1.999, que trata da *ação direta de inconstitucionalidade* e da *ação declaratória de constitucionalidade*, como a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1.999, ao regular o julgamento da *arguição de descumprimento de preceito fundamental*, criaram mecanismos

¹¹² A jurisprudência vem mitigando, em alguns casos, a aplicação dessa regra. O Supremo Tribunal Federal e também o Superior Tribunal de Justiça admitem a propositura de medidas cautelares para “destrancar” recursos especiais e extraordinários retidos, principalmente quando dirigidos contra o deferimento de liminares. V., por todos, a Medida Cautelar nº 7.089/AM, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, julgada em 18 de setembro de 2.003, Quarta Turma, publicada em 24 de setembro de 2.003. A doutrina trilha o mesmo caminho. Sustenta BARBOSA MOREIRA: “Há situações em que a retenção do extraordinário e/ou do especial, nos termos do § 3º, trará mais prejuízo que benefício. Certos pontos duvidosos precisam ser enfrentados e esclarecidos o quanto antes, sob pena de, se o deixarmos para mais tarde, nascer o risco de dano irreparável, ou de inoportuno desperdício da atividade processual. Assim, por exemplo, suscitando-se dúvida sobre competência, o melhor é resolver desde logo a questão, para evitar a eventual invalidação de atos praticados por órgão que depois venha a ser declarado absolutamente incompetente. Em casos tais, aconselha-se o bom senso que se julgue o recurso o mais depressa possível” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., Rio de Janeiro. Forense, 2.008, p. 610).

¹¹³ Trata-se, a bem da verdade, de previsão que já havia sido instituída no Supremo, para o recurso da *carta testemunhável*, utilizado no processo penal em casos de indeferimento do recurso extraordinário (artigos 639 a 646 do Código de Processo Penal). A medida fora estendida, por analogia, ao agravo de instrumento em matéria civil (JOSÉ AFONSO DA SILVA, cit., p. 423, n. 790).

para tornar *vinculativos* os efeitos das decisões prolatadas naqueles processos de natureza *objetiva*¹¹⁴.

A Lei nº 10.352, de 26 de dezembro de 2.001, alterou a redação do artigo 498 do Código de Processo Civil. Dessa forma, em caso de julgamento, por maioria de votos, o prazo para interposição de recursos especial e/ou extraordinário contra eventual parte unânime do acórdão recorrido ficará sobrestado, até o julgamento dos embargos infringentes. Evita-se a *dupla* interposição de recursos excepcionais contra uma mesma decisão.

Mais recentemente, a Lei nº 11.276, de 8 de maio de 2.006, instituiu a denominada *súmula impeditiva de recursos*. Possibilita-se ao juiz o não recebimento de apelação quando a sentença “estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal”. Busca-se, com isso, fixar a jurisprudência (pacificada) de nossas mais altas Cortes e, com isso, impedir a quase automática escalada dos processos aos Tribunais Superiores.

Ocorre que, novamente, essas providências – de caráter *normativo* – não surtiram o resultado que delas se esperava, no sentido de reduzir os encargos do Excelso Pretório¹¹⁵. Para confirmar essa assertiva, basta verificar o número de recursos extraordinários que continuam a ser julgados, anualmente, pelo Supremo Tribunal Federal, como explicitado no item 1.2, *supra*. Até porque, como boa parte dessas disposições previram (e ainda prevêem) o julgamento monocrático desses recursos, a lei teve de

¹¹⁴ “A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, *têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal*” (artigo 28, parágrafo único, da Lei nº 9.868, de 1.999, destacamos); “Julgada a ação, far-se-á comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados, fixando-se as condições e o modo de interpretação e aplicação do preceito fundamental. (...). § 3º. A decisão *terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público*” (artigo 10 da Lei nº 9.882, de 1.999, destacamos).

¹¹⁵ Por todos, RODOLFO MANCUSO: “ao longo do tempo, não faltaram *engenho e arte* na criação de figuras e expedientes tendentes a *filtrar* o excesso de recursos extraordinários naquela Corte. Tais tentativas não foram em vão, mas sempre estiveram longe de seu desiderato fundamental, que era o de resolver a ‘crise do Supremo’ (*Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., p. 77). Em outra obra o autor adverte: “Por outro lado, também não se têm revelado satisfatórias as sucessivas intervenções pontuais no texto do Código de Processo Civil, ao longo da prolongada reforma por que vem passando esse Código, podendo-se dizer que o ‘paciente’ não tem respondido bem ao tratamento, bastando considerar a crescente duração dos processos, a que o Estado busca agora ‘enfrentar’ pela via transversa e nomocrática de inserir dentre os direitos e garantias individuais o *direito à razoável duração dos processos*” (RODOLFO MANCUSO, *A realidade judiciária brasileira e os Tribunais da Federação – STF e STJ: inevitabilidade de elementos de contenção dos recursos a ele dirigidos*, cit., p. 1.074, destacamos).

instituir novos mecanismos recursais que viabilizassem a análise da impugnação, de forma colegiada. Caso contrário, a medida seria reputada inconstitucional¹¹⁶.

Finalmente, outro mecanismo utilizado para tentar aliviar a pauta da Corte Suprema foi a criação *pretoriana* de inúmeros óbices para limitar a admissibilidade de recursos extraordinários¹¹⁷.

Pode-se citar, como os mais importantes, os enunciados das seguintes *súmulas*: 279, que não admite a interposição do apelo extremo para simples reexame de provas; 282 e 356, que exigem o *prequestionamento* das questões objeto de recurso extraordinário; 283, que não admite a interposição do recurso extraordinário se a decisão estiver alicerçada em mais de um fundamento e o recurso não abranger *todos* eles; 284, que possibilita a rejeição de recurso extraordinário por deficiência de fundamentação (uma espécie de *inépcia* da peça recursal); mais recentemente, a Súmula nº 636, que impede a admissão de recurso extraordinário por ofensa *reflexa* à Constituição¹¹⁸, e 735, que dispõe

¹¹⁶ Bem reflete essa posição, o julgado do Supremo publicado na RTJ 139/53: “É legítima, sob o ponto de vista constitucional, a atribuição conferida ao Relator para arquivar ou negar seguimento a pedido ou recurso intempestivo, incabível ou improcedente e, ainda, quando contrariar a jurisprudência predominante do Tribunal ou for evidente a sua incompetência (RI/STF, art. 21, § 1º; Lei nº 8.038/90, art. 38), desde que, mediante recurso – agravo regimental – possam ser as decisões submetidas ao controle do colegiado” (Agravo Regimental em Mandado de Injunção nº 375/PR, Relator Ministro CARLOS VELLOSO).

¹¹⁷ Também denominados filtros *tradicionais* ou *quantitativos*, cujo único propósito é o de barrar a subida de recursos extraordinários (IVES BRAGHITTONI, cit., pp. 42-45). Ou, nas palavras de EDUARDO CAMBI, são “técnicas (processuais) de autocontenção do recurso extraordinário” (*Critério da transcendência para a admissibilidade do recurso extraordinário* (art. 102, § 3º, da CF): *entre a autocontenção e o ativismo do STF no contexto de legitimação democrática da jurisdição constitucional*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, cit., p. 158). Confessou o Ministro OSCAR CORRÊA, em palestra proferida no ano de 1.989: “vê-se a Corte forçada a opor óbices à subida dos recursos ao seu exame. E estabelece critérios que a experiência dita para impedir que os feitos irrelevantes lhe congestionem os trabalhos” (*A Emenda Regimental nº 2/85 ao Regimento Interno do STF*, in RAASP 26/10).

¹¹⁸ Justificada a partir de uma interpretação extensiva do princípio da legalidade (artigo 5º, inciso II, da Constituição), no sentido de que, para corrigir violação ao texto de lei, previu-se remédio específico, qual seja, o recurso especial. Contudo, em raro precedente, da lavra do Ministro MARCO AURÉLIO, afastou-se acertadamente a aplicação do verbete, como demonstra a ementa do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 194.946-5/RS: “A intangibilidade do preceito constitucional que assegura o devido processo legal direciona ao exame da legislação comum. Daí a insubsistência da tese no sentido de que a violação à Carta Política da República, suficiente a ensejar o conhecimento de extraordinário, há de ser direta e frontal. Caso a caso, compete ao Supremo Tribunal Federal exercer crivo sobre a matéria, distinguindo os recursos protelatórios daqueles em que versada, com procedência, a transgressão a texto constitucional, muito embora torne-se necessário, até mesmo, partir-se do que previsto na legislação comum. Entendimento diverso implica relegar à inocuidade dois princípios básicos em um Estado Democrático de Direito: o da legalidade e o do devido processo legal, com a garantia da ampla defesa, sempre a pressuporem a consideração de normas estritamente legais” (julgado em 16 de dezembro de 1.997, Segunda Turma, publicado em 3 de abril de 1.998). Esse acórdão baseia-se no quanto decidido no Recurso Extraordinário nº 158.215-4/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgado em 30 de abril de 1.996, Plenário, publicado em 7 de junho de 1.996. No mesmo sentido v., ainda, Recurso Extraordinário nº 223.230-6/SP, julgado em 1º de junho de 1.999, Plenário, publicado em 5 de novembro de 1.999.

não ser cabível a interposição de recurso extraordinário contra decisão que defere medida liminar¹¹⁹.

Como visto, entretanto, todas as soluções até aqui aventadas para reduzir o volume de trabalho do Excelso Pretório não surtiram efeitos práticos relevantes. Levando-se em consideração que a redução pura e simples do número de processos remetidos ao Supremo Tribunal Federal não parece estar próxima, é chegada a hora de instituir mecanismo que, de modo eficaz e *democrático*, possa *controlar* e conter a interposição de recursos extraordinários. É preciso reservar os julgamentos de nossa mais alta Corte aos *casos que interessam ou possam afetar toda a Nação*¹²⁰, preservando-se a natureza *extraordinária* desse tipo de recurso. A intervenção do Supremo Tribunal Federal em tais hipóteses, não é demais lembrar, tem de ser excepcional¹²¹.

Ademais, é preciso tornar os julgamentos da Corte *efetivos*, no sentido de que espraíem efeitos para recursos que abordem matéria semelhante. Nesse sentido, a

¹¹⁹ Essa parece ser a posição defendida há bastante tempo, por parte da doutrina nacional. CÂNDIDO DE OLIVEIRA, por exemplo, sustentava que o recurso extraordinário somente poderia ser admitido “quando interposto das sentenças finais proferidas em última instância, [de modo que] o legislador constituinte expressamente vedou que as questões incidentes ou contra as quais há outros meios de oposição dentro dos limites da esfera estadual, pudessem ser resolvidas pela Corte Suprema. (...) Enquanto a causa não estiver julgada de modo definitivo na justiça local, o remédio não pode ser aplicado” (*Algumas Notas sobre o Recurso Extraordinário*, Rio de Janeiro, Typographia do Commercio de Rodrigues & C., 1910, p. 31). Como explicava DORESTE BAPTISTA, cabe recurso extraordinário apenas contra aquela *sentença que puder fazer coisa julgada material*, a fim de “não sobrecarregar a alta Corte de processos cujo mérito ainda é suscetível de apreciação nos escalões inferiores de jurisdição, embora através de outros ou de novos veículos processuais” (cit., pp. 51-52). Justamente pelo fato de não passarem em julgado, não se tornando, pois, definitivas, é que JOSÉ AFONSO DA SILVA também se mostrava favorável a essa restrição (cit., pp. 169-170). Ou seja, se a questão não foi decidida em caráter definitivo no processo, entende-se ser incabível o recurso extraordinário, mesmo que o pressuposto constitucional (artigo 102, inciso III) aluda somente “ao esgotamento das vias recursais ordinárias relativamente ao provimento em si, e não à sua aptidão para adquirir autoridade de coisa julgada” (ARAKEN DE ASSIS, *Manual dos Recursos*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.008, p. 698). A mesma razão motivou a retenção de recursos extraordinários em agravos de instrumento dirigidos contra decisões interlocutórias, como demonstrado linhas atrás. Paradoxalmente, no entanto, adverte BARBOSA MOREIRA que a Lei nº 9.756, de 1.998, acabou por consagrar o cabimento do recurso extraordinário contra decisões interlocutórias (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 590, n. 24).

¹²⁰ Não se trata de excluir o julgamento de causas “menores” como, por exemplo, aquelas de valor econômico diminuto, pois em “um regime democrático como o atual, onde a igualdade jurídica, real e não apenas formal, deve ser privilegiada, [seria] inadmissível a adoção de tal tipo de critério, especialmente pelo seu caráter relativo e subjetivo, haja vista que o conteúdo econômico de certa demanda varia de pessoa para pessoa, posto que um bem não possua alto valor para um, pode ser todo o patrimônio de outro” (LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 39).

¹²¹ Era o que afirmava SAMUEL MONTEIRO, ao defender a criação da arguição de relevância da questão federal, que será examinada com profundidade no Capítulo III, *infra*: “Além do mais, o STF perdia o seu próprio significado e identidade ao se inferiorizar hierarquicamente, decidindo causas pequenas, sem qualquer conotação de relevância, mas de interesse apenas individual e não coletivo, jurídico-nacional ou econômico-social” (*Recurso Extraordinário e Arguição de Relevância*, São Paulo, Hemus, 1.987, p. 74).

repercussão geral da questão constitucional poderá desenvolver papel de grande relevo. Como afirmara VICTOR NUNES, essa “válvula, não somente reduziria o serviço do Supremo Tribunal, a proporções exequíveis, como daria melhor teor doutrinário à suas decisões, em correspondência com sua posição de Tribunal de cúpula”¹²².

Dessa forma, ao conhecer um determinado recurso extraordinário cuja questão constitucional seja dotada de *repercussão geral*, a Corte poderá fixar verdadeiras *teses* de julgamento¹²³, aplicáveis a um grande número de processos, fundados em controvérsias *jurídicas semelhantes*¹²⁴.

Somente assim, será possível criar uma cultura de *precedentes*¹²⁵ que possa, de fato, *qualificar* as decisões do Excelso Pretório e lhes outorgar o *prestígio* de que são merecedoras, preservando-se, ao mesmo tempo, a *autoridade* do Supremo Tribunal Federal como órgão de *cúpula* do Poder Judiciário nacional¹²⁶.

¹²² *O requisito da “relevância” para redução dos encargos do Supremo Tribunal*, cit., p. 17.

¹²³ RICARDO DE BARROS LEONEL pondera: “Em outras palavras, pode-se afirmar que tais recursos são impugnações quanto a ‘teses’, não só quanto aos ‘casos’. Os casos são examinados pelo STJ e pelo STF, apenas na medida do possível e necessário para o exame das questões jurídicas que funcionam como respectivo pano de fundo” (*Reformas Recentes do Processo Civil*, São Paulo, Método, 2.007, p. 168). Com isso, conclui o autor: “a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário fortalece a finalidade especial do referido meio de impugnação, que tenderá a servir, verdadeiramente, ao interesse público na uniformização da interpretação do direito constitucional, e apenas secundariamente como veículo de manifestação da parte contra eventual sucumbência” (cit., p. 169).

¹²⁴ Como explicou ADRIANO MARREY, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal “vão além do caso concreto, servindo de orientação para a jurisprudência dos outros tribunais” (*Recurso extraordinário – arguição de relevância da questão federal*, in RT 604/24). No mesmo sentido, SANDRO KOZIKOSKI afirma: “É preciso pensar, portanto, na perspectiva *catalisadora*, a partir do impacto de que se revestem as decisões do STF no Judiciário brasileiro” (*A repercussão geral das questões constitucionais e o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, cit., p. 753, destaque no original). Não se pode mais, como afirmou linhas antes o mesmo autor, subtrair do Supremo Tribunal Federal “tempo precioso, que poderia ser otimizado na resolução das grandes questões constitucionais contemporâneas” (cit., p. 752).

¹²⁵ Cf. CRUZ E TUCCI, *Precedente Judicial como Fonte de Direito*, São Paulo, RT, 2.004, pp. 257 e ss.

¹²⁶ E não apenas dele, haja vista que esse mecanismo poderá outorgar respeito às decisões dos Tribunais de segundo grau, cujos acórdãos não ficarão mais sujeitos a um quase automático pedido de revisão à nossa mais alta Corte (SUIAN ALENCAR SOBRINHO, *Ocaso do julgamento a varejo: comentários sobre a Lei nº 11.418/2006*, disponível [on-line] in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/imprimir.asp?id=9356>, p. 4, acesso em 17.08.2007).

CAPÍTULO II –

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

2.1.- Origens do recurso extraordinário e seus pressupostos de sistematização.

O recurso extraordinário é um instituto de origem norte-americana, filiado ao direito anglo-saxônico, que possuía a figura do *writ of error*¹²⁷.

Tratava-se de um meio pelo qual os súditos poderiam obter a jurisdição real, para novo exame de seu caso¹²⁸. Serviu, nos séculos X e XI, para reforçar

¹²⁷ “Com efeito, no Direito inglês existiam vários recursos que se interpunham para os diversos graus de jurisdição, em busca sempre da verdade jurídica real. Entre esses recursos, havia o recurso de erro (*Writ of error*) destinado a corrigir erros de direito de uma cârte inferior; o *Writ of error* era um ato do rei, ordenando a revisão de um *juizamento por causa de um erro*; depois, tornou-se um *recurso contra qualquer alegado erro* nos processos de uma cârte de *record* (côrtes que registravam os autos do processo). Para corrigir o erro de fato, havia, no direito inglês, o *Writ of attaint*, com que se pleiteava novo exame da causa” (JOSÉ AFONSO DA SILVA, cit., pp. 26-27, destaques no original). No mesmo sentido, discorrendo largamente sobre o conceito da verdade e a sua intrínseca ligação com a criação do *writ of error*, no direito inglês, afirmava VASCO DE LACERDA GAMA: “no terreno jurídico, incontestavelmente o sentimento inglês, o povo inglês é o mais amante da verdade: as suas leis, os seus tribunais, a sua jurisprudência, a doutrina dos seus escriptores, sempre offereceram, e offerecem, campo aberto para o restabelecimento da verdade jurídica. A injustiça que se concretiza no erro judiciario, na Inglaterra, jamais encontrou guarida em tumultares ficções jurídicas. Causa julgada, causa soberanamente julgada, preliminares prejudiciais de impropriedade de acção, independencia do Poder Judiciario, necessidade de fixação das relações jurídicas, difficuldades de vida pratica ou social, e quejandas mais, na concepção que temos nós dessas entidades abstractas, que, por vezes, constituem tumulos onde se sepultam os mais legítimos direitos, são cousas parece que inteiramente desconhecidas do espirito inglês” (cit., pp. 11-12).

¹²⁸ Explica OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ: “Os *writs* eram documentos escritos que abriam as portas à prestação jurisdicional. Estiveram ligados, principalmente, ao acesso à jurisdição real. Logo após a conquista pelos normandos, não tinham uma forma definida, e eram utilizados, em geral, como um comando

o poder do rei, haja vista a descentralização da jurisdição, nas mãos dos senhores feudais¹²⁹.

No entanto, foi justamente a pressão exercida pelos senhores de terra e o aumento cada vez maior da utilização dos *writs* que gerou a necessidade de se limitar a utilização do instituto¹³⁰. Dessa forma, o *writ* não era um *remédio* que poderia ser utilizado indiscriminadamente, como forma de garantir o automático recurso da parte à jurisdição real. Ao contrário, sujeitava-se a um exame prévio de admissibilidade¹³¹ e deveria estar enquadrado em alguns dos casos *típicos*, que possibilitavam a abertura dessa via judicial *extraordinária*¹³².

aos *sheriffs*, oriundo do rei para que determinada ordem de encaminhamento de processo fosse cumprida” (*Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, cit., p. 152).

¹²⁹ “Os *writs* devem ser vistos como que intrinsecamente ligados ao poder real. Antes da conquista normanda, cumpre lembrar que o rei não era visto como fonte de toda a justiça, pelo contrário, a descentralização predominava. Com a subida ao trono de William, e a instituição da *Aula Regis*, a jurisdição real começou a tomar vulto e, segundo R. Ross Perry, os *writs* foram instrumentos que possibilitaram a bem sucedida transferência de jurisdição das Cortes locais para as novas e centralizadas Cortes reais. Isso porque, para ter acesso à jurisdição real, era necessário que se obtivesse esse documento, chamado *writ*” (OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, *Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, cit., p. 153). Contudo, explicava RENÉ DAVID, que o rei exercia “apenas a ‘alta justiça; só se sente autorizado e só toma conhecimento de um litígio em casos excepcionais; se a paz do reino for ameaçada, se as circunstâncias do caso impossibilitarem que a justiça seja praticada pelos meios normais” (*Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*, trad. Hermínio A. Carvalho, 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1.998, p. 286). Basicamente, é ainda o mesmo autor quem explicou, os Tribunais Reais passaram a intervir em três tipos de casos: quando estivessem envolvidas as finanças reais, propriedades imobiliárias e a posse de imóveis, bem como nas graves questões criminais que tivessem o condão de afetar a paz no Reino. Não estando presente qualquer dessas matérias, “todos os litígios continuam a ser resolvidos fora das jurisdições reais, pelas *Hundred* ou *County Courts*, pelas jurisdições reais e eclesiásticas” (cit., p. 287).

¹³⁰ Uma vez mais, OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ explica: “Os chanceleres, inicialmente considerados os *king’s secretaries*, foram os responsáveis por dar forma aos *writs*, o que pode ser atribuído ao aumento da procura pela jurisdição real (com o aumento da atividade do rei, normal que a atividade ficasse concentrada em um funcionário delegado de confiança do rei). Para conseguir o aval (*great seal*) e o direito de ter uma demanda em curso nos Tribunais reais, essencial fosse obtido mediante o pagamento de uma taxa, um *original writ* do Chanceler. (...). Chegou-se a padronizar e sistematizar os *writs*, bem como a proibir a criação de novos, exceto com autorização do rei, pelas Provisões Oxford de 1258. Essa proibição, todavia, criou problemas sérios, porque determinadas demandas, em razão até da natural evolução da sociedade e das questões sociais, não se enquadravam em nenhuma das formas existentes. A pressão feita pelos senhores, detentores da jurisdição, contra o julgamento das demandas pelos Tribunais reais, marcadamente a partir da Carta Magna, colaborou em grande parte para essa limitação das espécies de *writs*” (*Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, cit., pp. 153-154, destaques no original).

¹³¹ Explicava VASCO DE LACERDA GAMA: “Na Inglaterra o recurso é de concessão do tribunal para onde se recorre. O termo inglês ‘*writ*’, ahi, é empregado com a significação daquillo que nós entendemos por ‘alvará’, ou ‘mandado’. Se o interessado entendia que o favorecia e era cabível o recurso, requeria-o ao presidente do tribunal que devia julgar-o, e este mandava que fosse expedido. O ‘*writ*’ era então expedido pelo funcionario competente” (cit., p. 152).

¹³² “O procedimento a ser seguido para obter a jurisdição real era o seguinte: o representante do autor deveria encaminhar uma petição ou ‘esboço’ de *writ* à Chancelaria que, examinando a questão, emitiria um *writ* ao *sheriff* do condado no qual aconteceu a controvérsia, com uma ordem para que o processo fosse

Logo, como explica RENÉ DAVID, a submissão de um caso às jurisdições reais na Inglaterra, até meados do século XIX (quando os Tribunais Reais se tornaram *jurisdições de direito comum*), não configurava um direito dos particulares. Tratava-se, ao contrário, de um “privilégio, para o qual é necessário solicitar a concessão, que a autoridade real apenas concede com perfeito conhecimento da causa. Aquele que quiser pedir justiça ao rei, dirige-se a um grande oficial da Coroa, o Chanceler, e pede-lhe a concessão de um *writ*, por força do qual as jurisdições reais poderão ser postas em funcionamento, mediante o pagamento de taxas à chancelaria”¹³³.

Por meio do costume, o instituto foi repassado às colônias inglesas, inclusive para os Estados Unidos da América¹³⁴, cuja organização estatal independente, sob a forma *federativa*, em 1.787, transformou o *writ* “em instrumento de unidade do Direito federal e, sobretudo, de manutenção da supremacia da Constituição federal”¹³⁵.

instaurado. O *writ*, segundo a ordem dada, poderia ser *optional* (*praecipe*) ou *peremptory* (*si te fecerit securum*). O *optional* continha uma comando para que o réu fizesse a coisa requerida ou comparecesse à Corte para justificar o porquê de não ter feito, defendendo-se. (...). A outra espécie de original *writ* dava uma ordem ao *sheriff* para determinar ao réu o comparecimento à Corte, sem outra opção (OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, *Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, cit., p. 155, destaques no original).

¹³³ Cit., p. 288. E complementava o mesmo autor: “Além disso, pode ainda dirigir-se diretamente aos juízes através de queixas ou petições (*querela*, *billa*). Alguns *writs* parecem ter sido a simples cristalização de uma prática judiciária estabelecida com fundamento nestas queixas. Obter da Chancelaria real a outorga de um *writ*, ou convencer os juízes a julgarem a ação intentada pela via da queixa não é simples” (cit., p. 288). Vale ressaltar, porém, que o *writ* “não é uma simples autorização de agir dada ao autor. Apresenta-se, tecnicamente, como uma ordem dada pelo rei aos seus agentes, para que estes ordenem ao demandado agir de acordo com o direito, satisfazendo assim a pretensão do demandante. Se o demandado se recusa a obedecer, o demandante agirá contra ele” (RENÉ DAVID, cit., p. 293). Tratava-se, como se pode notar, de um procedimento extremamente formal. Importava muito mais o modo e o rito pelo qual era exercitado do que, propriamente, o direito objetivo em questão ou a “justiça” da decisão. Por isso, paralelamente ao sistema dos *writs*, e tendo em vista a autonomia cada vez maior concedida aos Chanceleres para o julgamento dos casos perante o Tribunal Real, criou-se, no final do século XIV e início do XV, o sistema da *equity*, isto é, da “equidade do caso particular” (RENÉ DAVID, cit., p. 296). Conviveu, portanto, o direito inglês com um sistema dualista, até final do século XVII: de um lado, a *commom law*, o direito comum a toda a Inglaterra, em oposição aos costumes locais e as soluções de *equity*, passíveis de revisão pela Câmara dos Lordes, com o intuito de imprimir uniformidade e segurança ao direito aplicado em território inglês. Novamente, sobre o tema, cf. RENÉ DAVID, cit., pp. 296-299.

¹³⁴ Afirmava, com ênfase, VASCO DE LACERDA GAMA: “O recurso extraordinário é formal e essencialmente inglez. Nasceu na Inglaterra, ahi foi construido o seu berço, ahi cresceu e se desenvolveu como lei costumeira; e, ainda, pelo costume, como lei da mãe-patria, passou ás colonias inglezas, inclusive á América do Norte, onde foi sempre observado” (cit., p. 64).

¹³⁵ JOSÉ AFONSO DA SILVA, cit., p. 28. Cumpre lembrar que, nos Estados Unidos da América, a competência legislativa dos Estados é a regra. As autoridades federais têm competência meramente residual. Por isso, existia uma vital necessidade de criar um recurso que pudesse manter a unidade da federação recém-criada, composta por treze colônias que tinham diminuto relacionamento entre si, pois viviam, até então, de forma bastante independente (RENÉ DAVID, cit., p. 369).

Todavia, o *writ* não foi propriamente *criado* pela Constituição dos Estados Unidos, mas sim por um ato do Congresso, o *Judiciary Act*, de 1.789¹³⁶. Seu artigo 25 outorgou poderes à Suprema Corte para *revisar* as decisões *finais* dos mais altos Tribunais *estaduais* da Federação¹³⁷.

As hipóteses de cabimento desse recurso foram, taxativamente, elencadas pelo legislador norte-americano: “a) quando se questiona sobre a validade de tratado, lei ou autorização dos Estados Unidos, em face da Constituição, e a decisão for contrária á validade; b) quando se questiona sobre a validade da lei ou autorização do Estado, em face da Constituição, lei ou tratado da União, e a decisão for favorável á validade; c) quando se questiona sobre titulo, direito, privilegio ou isenção reclamada com apoio em interpretação de clausula da Constituição, de tratado, de lei, ou concessão, e a decisão for contra o titulo, direito, privilegio e isenção”¹³⁸.

Tratava-se, portanto, de um remédio *excepcional*, que poderia ser utilizado para discutir a constitucionalidade de leis, a legitimidade de normas estaduais, títulos, direitos e privilégios outorgados pelo governo, à luz não apenas da Constituição norte-americana, mas também de tratados e leis federais. A Suprema Corte, em tais casos,

¹³⁶ A Constituição norte-americana, “como documento eminentemente principiológico, dedicou apenas um artigo, o Art. III, ao Judiciário federal. Instituiu um tribunal nacional de cúpula, a Suprema Corte dos Estados Unidos (*United States Supreme Court*). Fixou tão-só sua competência originária (*trial court*), deixando para o Congresso estabelecer a competência recursal (*appellate jurisdiction*)” (ADHEMAR MACIEL, *Restrição à admissibilidade de recursos na Suprema Corte dos Estados Unidos e no Supremo Tribunal Federal no Brasil*, in *Meios de Impugnação ao Julgado Civil – estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*, cit., p. 34).

¹³⁷ Com a promulgação da Constituição americana, “estabeleceram-se as bases para um Poder Judiciário federal forte, com poderes para rever, em determinados casos, as decisões das Cortes estaduais. De qualquer sorte, como os dispositivos constitucionais relacionados ao Poder Judiciário não eram auto-executáveis, o Congresso aprovou, em 24 de setembro de 1789, o chamado *Judiciary Act to Establish the Judicial Courts of the United States*, que organizou a justiça da União” (OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, *Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, cit., p. 176).

¹³⁸ MATOS PEIXOTO, cit., p. 90. Explicitava o autor, logo em seguida: “Entretanto, nenhum erro de direito poderia determinar a reforma da sentença, se não constasse expressamente dos autos da ação (*on the face of the record*)” (cit., p. 90). Não bastava, pois, que a questão pudesse ter sido suscitada; era de rigor que houvesse sido examinada e decidida, tal como proclamavam antigos julgados da Corte Suprema: *Leeper v. Texas*, *California Powder Works v. Davis*, *Marvin v. Trout* e *Hulbert v. Chicago* (MATOS PEIXOTO, cit., p. 98, n. 23). Nesse sentido, preceituava o art. 25 do *Judiciary Act*: “But no other error shall be assigned or regarded as a ground of reversal in any such case as afore said than such as *appears on the face of the record and immediately respects before mentioned question of validity or construction of the said Constitution, treaties, statutes, commissions or authorities in dispute*” (destacamos). Tem-se, já aqui, o germe do nosso atual prequestionamento, como visto no item 1.1, *supra*.

tinha o poder de *rever* a decisão recorrida, proferida por um Tribunal inferior, *julgando novamente a causa*¹³⁹.

Vale notar, entretanto, que enquanto no direito inglês o *writ of error* exercia a função principal de *corrigir erros de direito* em favor da parte prejudicada, abrindo-lhe a jurisdição real (de modo que a decisão estivesse o mais próximo possível da *verdade*), o mesmo instituto assumiu, no direito norte-americano, papel diverso. Buscava *assegurar a supremacia da Constituição e das leis federais* (em um Estado federativo que acabava de se tornar independente), *caso esses preceitos fossem violados pelos Tribunais locais*¹⁴⁰. Deixou, pois, de ser um recurso de natureza subjetiva, para a defesa do interesse da parte, para se tornar um remédio com caráter *objetivo*, para *preservação da unidade e inteireza do ordenamento jurídico*.

Por isso, e esse ponto é fundamental anotar, sempre se reconheceu certa *discrecionabilidade* da Suprema Corte no exame do *writ of error*. O Tribunal tinha o poder de aceitar ou não o reexame da causa, conforme entendesse presente uma violação relevante de lei federal (nela incluída a Constituição) e com graves conseqüências para a unidade do país.

Em 1.925, com a edição de um novo *Judiciary Act*, o *writ of error* passa a ser denominado *appeal*¹⁴¹. Conferiu-se poderes cada vez mais amplos à Suprema Corte para o reexame das decisões dos Tribunais estaduais. Ao mesmo tempo, porém, com o aumento natural de trabalho que essa medida poderia gerar (em razão dos casos em que

¹³⁹ Segundo BARBOSA MOREIRA, o *Judiciary Act* foi acoimado de inconstitucional, na medida em que essa atribuição de competência havia sido outorgada por meio de lei ordinária e não pela própria Constituição. Contudo, a Suprema Corte americana, liderada pelo *Chief Justice* MARSHALL, rejeitou o argumento, em duas famosas decisões: *Martin v. Hunter's Lessee* e *Cohens v. Virginia* (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 581). Entendeu-se que o poder de a Suprema Corte rever os julgamentos – fato que contou com vigorosa oposição por parte dos Estados, que temiam perder sua autonomia – estava implícito na Constituição, na qual se estabeleceu que a Corte teria *jurisdição de apelação* (VASCO DE LACERDA GAMA, cit., pp. 94 e 113-114).

¹⁴⁰ JOSÉ AFONSO DA SILVA, cit., p. 29. Concordando com essa opinião, OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ expressa: “no Direito norte-americano, espelhado no Direito inglês (em especial na consistência das normas processuais), o *writ of error* ganhou uma nova atribuição – a de, em razão do modelo federativo, dar unidade à Federação, preservando a legislação federal e a Constituição Federal” (*Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, cit., p. 185).

¹⁴¹ Idêntico movimento ocorrera na Inglaterra. Como relatou VASCO DE LACERDA GAMA, por meio do “*act* de 5 de Agosto de 1873, a Inglaterra reformou a sua organização judiciária e estabeleceu a fusão de todas as Côrtes superiores em uma Côte Suprema; suprimiu então a jurisdição de *appellations* da Camara dos Lords, e criou uma corte de *appellação*. Suprimiu os *writs of error* para, ‘em todos os casos, ter logar a *appellação (appeal)*’” (cit., p. 65).

os recursos teriam de, obrigatoriamente, ser apreciados pelo Tribunal – *mandatory appeals*), criou-se o *petition for writ of certiorari*. Tratava-se de uma medida de cunho *discrecional*, que permitia a mais alta Corte dos Estados Unidos da América recusar aqueles recursos que não fossem dotados de especial *relevância*¹⁴².

Em suma, nos dias de hoje, com a enorme restrição às *mandatory appeals*, nos termos da *Rule 18 of the United States Supreme Court*, o acesso ao Tribunal de cúpula do Poder Judiciário norte-americano decorre, basicamente, do julgamento dos pedidos de *writ of certiorari*, os quais estão sujeitos à apreciação *discrecional* de seus juízes, com base no critério da *relevância*.

O direito argentino sofreu influência decisiva das leis norte-americanas. Adotou-se naquele país o *recurso extraordinário* como uma forma de controle dos atos decisórios que analisassem *cuestiones federales*. Esse meio excepcional de impugnação foi previsto, inicialmente, na Lei nº 27, de 16 de outubro de 1.862, tendo sido regulamentado pela Lei nº 48, de 14 de setembro de 1.863. O artigo 14 do referido texto normativo era praticamente cópia do *Judiciary Act*, prevendo o cabimento do recurso extraordinário contra as sentenças *definitivas*, proferidas pelos Tribunais Superiores das Províncias¹⁴³.

¹⁴² “Era em princípio *obrigatório* para a Corte o conhecimento do *appeal*, quando cabível, ao passo que, nos casos do *certiorari*, conforme a *Rule 17* (antes, 19) da Corte, a revisão do pronunciamento do tribunal estadual não seria ‘*a matter of right, but of sound judicial discretion*’ (OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, *Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, cit., p. 182). Essa limitação, cumpre destacar, decorreu do aumento gradativo de casos levados ao conhecimento da Corte, tal como apontado por CHARLES HUGHES, que presidiu o Tribunal nos anos 30: “A word may be said as to the volume of work. At the time of Marshall’s appointment (1801) the Chief Justiceship was said to be a sinecure. In that year, only ten cases were brought before the Court. The entire number during the next five years was 120. Thereafter the business of the Court increased. (...) between 1826 and 1830 the number of cases rose to an annual average of 58. From that time until 1850 the increase was gradual, until the average was 71 a year. At the beginning of the term in 1860 the number of cases on the docket was 278. In the next twenty-five years there was an enormous increase due to the question growing out the Civil War, reconstruction, amendments to the Constitution and the establishment of the Court of Claims. Thus, in 1880, at the close of the second week of the term, the number of cases set for argument reached 1069; in 1889, 1478. The establishment of the Circuit Courts of Appeals under the act of 1891 greatly relieved the Supreme Court and subsequent restrictions of its appellate jurisdiction have enable the Court to keep fairly abreast of its work. The number of the docket at the beginning of the current term (October Term, 1926) was 667, of wich 430 cases were brought forward from the preceding term” (*Six Lectures on the Supreme Court of the United States*, New York, Columbia University, 1.927, pp. 55-56). Atualmente, como lembra HENRY ABRAHAM, a “U.S. Supreme Court has both original and appellate jurisdiction, but its exercises the former only in rare instances” (*The Judicial Process – an introductory analysis of the Courts of the United States, England and France*, 7ª ed., New York, Oxford University, 1.998, p. 187).

¹⁴³ “La ley considera solamente las decisiones de los altos tribunales federales y locales (hablo das Câmaras de Apelación y de Superiores Tribunales), siendo así que una decisión definitiva, a los efectos del recurso, tiene esse carácter cuando es dictada *sin lugar a recurso alguno*” (RAFAEL BIELSA, *La Proteccion*

Em seguida, a Lei nº 4.055, de 1.902, previu em seu artigo 6º que a Suprema Corte da Argentina conheceria “por último en grado de apelación, de las sentencias definitivas pronunciadas por las Cámaras de Apelación de la Capital; por los Tribunales Superiores de Provincia y por los Tribunales Superiores Militares”¹⁴⁴.

Por essa razão, o recurso extraordinário, na síntese de AUGUSTO MORELLO, é um “delicado mecanismo de corrección de los actos judiciales”¹⁴⁵, com uma função jurisdicional *transcendente*, como anotou RAFAEL BIELSA, uma vez que as decisões da “Corte Suprema deben tener directivas y fines dentro del sistema positivo. Las decisiones de la Corte miran a la realización de los propósitos generales y comprensivos de la Constitución”¹⁴⁶.

Atualmente, o recurso extraordinário argentino encontra-se delimitado no *Código Procesal Civil y Commercial*, em seus artigos 256, 257 e 258, que o tratam sob a rubrica de *apelación extraordinaria ante a la Corte Suprema*. Para a sua admissibilidade, deve estar presente uma questão que “trasciende el interes individual para afectar el de la colectividad, [o] tiene suficiente repercusión constitucional”¹⁴⁷.

Ressalte-se, porém, que o recurso extraordinário na Argentina não se limita a questões de ordem constitucional. Pode ser utilizado também para “determinar la

Constitucional y el Recurso Extraordinario – jurisdicción de la Corte Suprema, 2ª ed., Buenos Aires, Roque Depalma, 1.958, p. 189). No mesmo sentido, explica ENRIQUE PALACIO que o “recurso extraordinario solo procede contra *sentencias definitivas*, entendiéndose por tales aquellas que ponen fin al pleito o impiden su continuación. (...). Algunas de esas decisiones, sin embargo, han sido asimiladas por la Corte a las sentencias definitivas en el supuesto de que ocasionem *gravamen irreparable*, el que puede provenir sea de la inexistencia de otra oportunidad procesal idónea para amparar al derecho de que se trata, sea de la magnitud del perjuicio económico que traem aparejadas” (*Manual de Derecho Procesal Civil*, 14ª ed., Buenos Aires, Abeledo-Perrot, 1.998, pp. 613-614).

¹⁴⁴ RAFAEL BIELSA, cit., p. 61. Era, portanto, desde os primórdios, uma Corte nacional “*suprema*, custodio máximo de la Constitución, que actúa interpretandóla em los casos concretos y verificando su vigencia, con el marco de amplitud que le permite el hecho de hallarse em la cúspide de las instancias judiciales, más allá de lo cual no hay outro control posible (salvo el juicio político por el Congreso). (...). El sistema jurídico argentino reposa en la *Constitución* como ley suprema, la *Corte Nacional* como su máximo custodio e intérprete, y *él régimen federal* como expresión de las autonomías provinciales y la unidad de la Nación. Esa unidad se manifiesta por la confluencia, en la cuspide, del control constitucional por parte de la Corte Suprema, potestad que le fue expresamente delegada” (FERNANDA DE LA RÚA, *Teoría General del Proceso*, Buenos Aires, Depalma, 1.991, pp. 182-183, destacamos).

¹⁴⁵ *Lo Recurso Extraordinario y La Eficacia del Proceso*, cit., p. 396.

¹⁴⁶ Cit., pp. 70-71.

¹⁴⁷ FERNANDO DE LA RÚA, cit., p. 179. Em primeiro lugar, é preciso que a questão seja dotada de repercussão *constitucional*, para abrir a via extraordinária; em seguida, deverá a Corte Suprema avaliar qual o grau de sua repercussão e importância para o direito nacional, sob pena de se tornar “um tribunal de casación ordinário” (cit., p. 181).

inteligencia que corresponde a las normas contenidas em las leyes federales del Congreso (ley 48, art. 14, inc. 3º). Y como en uno y outro caso la actividad del tribunal se limita a rever las *conclusiones de derecho* establecidas por la sentencia impugnada, cabe concluir que el recurso extraordinario es, en cuanto su naturaleza, un recurso de casación por *errores iuris in iudicando*¹⁴⁸.

No Brasil, como visto no item 1.1, *supra*, o recurso extraordinário existe desde a promulgação do Decreto nº 848, de 1.890, de autoria do então Ministro da Justiça CAMPOS SALLES. Foi posteriormente repassado à nossa primeira Constituição Republicana (de 1.891), por meio do trabalho de RUY BARBOSA¹⁴⁹.

A criação de um Estado, também sob a forma *federativa*¹⁵⁰, gerou a necessidade de criar um instituto jurídico que pudesse manter a autoridade do direito federal, em vista de possíveis erros de julgamento cometidos pelas justiças estaduais, que detinham competência para aplicar aquelas normas de caráter *nacional*¹⁵¹. Buscava-se, como anotou CRUZ E TUCCI, “preservar a autoriade e a uniformidade na aplicação da Constituição e das leis federais”, exercendo-se um “controle nomofilático sobre a distribuição de justiça pelos órgãos jurisdicionais inferiores”¹⁵².

¹⁴⁸ ENRIQUE PALACIO, cit., p. 607.

¹⁴⁹ Segundo informava VASCO DE LACERDA GAMA, foi RUY BARBOSA “quem concebeu o instituto, quem o levou para a Constituição, para que tivesse a função e a amplitude do seu congênere norte americano” (cit., p. 233). Lembra BARBOSA MOREIRA que a Constituição editada pelo Governo Provisório, mas que nem chegou a vigor (em razão do golpe de Estado de dezembro de 1.823, que culminou com a dissolução da Assembléia Constituinte por Dom Pedro I), trazia uma previsão sobre o recurso extraordinário, em seu artigo 59, § 1º. Competiria ao Supremo Tribunal Federal julgar recursos contra decisões de última instância, proferidas pela Justiça estadual (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 582).

¹⁵⁰ PONTES DE MIRANDA, *Comentários à Constituição de 1967 – com a Emenda nº 1, de 1969*, cit., pp. 82-83.

¹⁵¹ Artigo de MELCHIADES PICANÇO, publicado no “Jornal do Commercio” de 18 de outubro de 1.936, e integralmente transcrito na obra de VASCO DE LACERDA GAMA, afirmava: “Com a duplicidade constitucional da justiça em nossa patria, havendo de um lado a organização judiciaria local e de outro a organização federal –, era forçosa a adopção legal do recurso extraordinario, como meio de se manter a unidade do direito substantivo, em todo o territorio nacional. Pelo systema federativo –, embora muito menos descentralizador que o de confederação –, há um certo afrouxamento nos laços da unidade federal, em beneficio da autonomia administrativa dos Estados, mas esse afrouxamento é limitado pela propria necessidade de se manter constitucionalmente unido todo o paiz. Quer isso dizer que a descentralização administrativa deve ir apenas até onde não sacrifique a unidade nacional. Foi o que fez o legislador constituinte de 1891. Assegurou elle a autonomia estadual, mas, por outro lado, estabeleceu medidas centralizadoras, entre as quaes se sobressae o recurso extraordinario. É por meio dele que se mantem integra a unidade do direito substantivo” (cit., pp. IX-XI).

¹⁵² CRUZ E TUCCI, *Precedente Judicial como Fonte do Direito*, cit., pp. 234 e 237.

Atribuiu-se essa prerrogativa, naturalmente, ao Tribunal de mais alta hierarquia dentro de nossa Federação. O grande problema aqui enfrentado foi o fato de que a forma federativa adotada no Brasil distinguia-se, profundamente, do modelo norte-americano¹⁵³. Na prática, o governo federal detinha – e ainda detém – o monopólio legislativo. Logo, os tribunais estaduais aplicavam, constante e predominantemente, a legislação federal, fenômeno inverso do que ocorre no direito norte-americano, em que a maioria dos julgados toma por base a legislação estadual, como já explicado.

Surgiu, com isso, um sério problema: caso fosse admitida a interposição de recursos extraordinários sempre que houvesse decisões interpretando dispositivos de lei federal, o Excelso Pretório estaria, em muito pouco tempo, inviabilizado. Por isso, como bem anotou LIEBMAN, “em prejuízo da autonomia dos Estados pela unidade dos códigos de direito material, foi, quase em compensação, para restabelecer o caráter excepcional dêste recurso, que se negou ao Supremo a faculdade de controlar a aplicação efetiva das leis federais por parte dos Tribunais estaduais”¹⁵⁴.

A denominação *recurso extraordinário*¹⁵⁵ aparece, inicialmente, no primeiro Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que data de 8 de agosto de 1.891 (artigos 16, § 5º, alínea “b”¹⁵⁶ e 167¹⁵⁷). Não se pode esquecer, todavia, que o

¹⁵³ Vale recordar advertência de MATOS PEIXOTO, no sentido que os Estados brasileiros não possuíam a mesma competência legislativa dos Estados “federados” norte-americanos, que poderiam legislar em matéria de direito substancial, de modo que o campo de atuação da legislação federal era bem mais restrito. Transformou-se, assim, o Supremo Tribunal Federal em uma espécie de instância revisora do direito federal, nas hipóteses em que a justiça federal julgasse contra a *aplicabilidade* de tais normas. Não havia no Brasil, destacava o mesmo autor, aquela dualidade ínsita entre o poder judiciário local e o federal, já que ambos possuíam a mesma competência para julgar determinado caso, com base em dispositivos de lei federal. E, por isso, concluiu o citado autor: “No Brasil, porém, desde a Constituição do Governo Provisorio (dec. n. 510, de 22 de junho de 1890), prevaleceu o principio da unidade da legislação substantiva; por consequencia, admitir recurso para o Supremo Tribunal Federal das sentenças da justiça estadual que interpretassem essa legislação, seria, em quase todas as causas, converter esse Tribunal em instancia de revisão das referidas sentenças” (cit., p. 109). No mesmo sentido, criticando o regime federativo adotado no Brasil, v. CARVALHO DE MENDONÇA, *O Poder Judiciario no Brazil*, Curityba, Officinas do Athelieir Novo Mundo de Adolpho Guimarães, 1.899, pp. 61-62.

¹⁵⁴ *Perspectivas do recurso extraordinário*, in RF LXXXV/602.

¹⁵⁵ Derivada do direito argentino e objeto de crítica por parte de VASCO DE LACERDA GAMA, para quem o recurso nada teria de extraordinário, haja vista ter por objetivo precípua “pôr em harmonia a lei federal e o próprio systema, dentro das attribuições e dos casos que lhe são assignalados pela Constituição” (cit., p. 85). Ora, é justamente daí que advém a *extraordinariedade* do instituto; ao contrário do que sucede com os demais recursos, que visam a tutelar o direito da parte irresignada, o recurso extraordinário (e, atualmente, também o especial) não são meros recursos de revisão. Sua função é outra: preservar a unidade do ordenamento jurídico, em âmbito legal ou constitucional.

¹⁵⁶ “Compete ao Tribunal: (...). Julgar: (...); b) os recursos extraordinarios interpostos das sentenças da justiça local em ultima instancia” (FRANCISCO DE PAULA DE OLIVEIRA, cit., p. 20).

recurso extraordinário tem natureza *especial* e, por essa razão, estava (e está) disciplinado, diretamente, na Constituição do Brasil, muito embora essa circunstância não lhe retire a natureza *processual*¹⁵⁸.

A sistematização do recurso extraordinário pressupõe a configuração de determinadas características peculiares de um ordenamento jurídico¹⁵⁹.

Em primeiro lugar, uma *pluralidade de fontes normativas* permitiu a edição de leis tanto pelo poder central (federal), quanto pelos poderes locais (estaduais e/ou municipais). Não raro, essa sobreposição de competências gera conflitos entre esses diversos diplomas normativos, sendo necessário instituir um remédio, a ser analisado pelo mais alto Tribunal do país, para dirimir tais controvérsias, de forma definitiva. Caso contrário, colocaria-se em risco a unidade (e a segurança) do ordenamento jurídico *nacional*¹⁶⁰.

Em segundo lugar, a existência de uma *pluralidade de órgãos judicantes*, com *competências semelhantes* para aplicar as diversas normas emanadas do

¹⁵⁷ “O recurso extraordinário deve ser interposto dentro de dez dias contínuos, contados de momento a momento, ainda que sobrevenham as férias, da publicação da sentença, si as partes ou seus procuradores estiverem presentes á audiência, ou da intimação estando ausentes; e apresentado no Tribunal no prazo de seis meses a partir do termo da interposição” (FRANCISCO DE PAULA DE OLIVEIRA, cit., p. 76).

¹⁵⁸ SÉRGIO BERMUDEZ, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. VII, 2ª ed., São Paulo, RT, 1.977, p. 256. No mesmo sentido, observa BARBOSA MOREIRA: “não há como se desconhecer a importância e a delicadeza do papel que se vê chamada a desempenhar (hoje como outrora, conquanto reduzida sua esfera de atuação) a figura recursal sob exame, qual peça do nosso mecanismo político – tomada a palavra em sua mais nobre acepção. É o que justifica, sem dúvida, a consagração do recurso extraordinário em nível constitucional, subtraída aí do legislador ordinário a possibilidade de eliminá-lo, ou mesmo de restringir-lhe (ou ampliar-lhe a área de cabimento, que a própria Constituição se incumbiu de demarcar)” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 585). Até 1.988, no entanto, o Regimento Interno do Supremo Tribunal poderia, como de fato o fez, restringir o cabimento do recurso extraordinário (v. Capítulo III, *infra*). Hoje, essa possibilidade não mais existe, pois a vigente Carta Magna não outorga a mesma possibilidade prevista na Lei Maior de 1.969 (artigo 119, inciso III, parágrafo único).

¹⁵⁹ BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 584.

¹⁶⁰ “A função do recurso extraordinário, cuja instituição decorre da forma federativa de estado adotada entre nós, na qual os estados-membros, autônomos e não soberanos, estão jungidos à observância da legislação da União, é a de resguardar a inteireza positiva, a validade, a autoridade e a uniformidade de interpretação da Constituição” (SÉRGIO BERMUDEZ, *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 257). No mesmo sentido, ainda sob a égide da Constituição de 1.967, afirmava PONTES DE MIRANDA: “A finalidade do recurso extraordinário na Constituição é de assegurar: A) a *inteireza positiva* (letra a); B) a *validade* (letra b); C) a *autoridade* (letra c); D) e a *uniformidade de interpretação* da Constituição e das leis federais (letra d)” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 39, destaques no original). Ao atualizar essa obra, SÉRGIO BERMUDEZ ponderou: “Desdobrado, hoje, o recurso extraordinário no recurso especial, pode-se dizer que a finalidade daquele é assegurar a inteireza positiva, a validade, a autoridade e a uniformidade de interpretação da Constituição (art. 102, III, *a, b e c*), ao passo que o escopo deste é, como está no art. 105, III, assegurar a inteireza positiva, (letra *a*), a validade (letra *b*), a autoridade (letras *a e b*) e uniformidade de interpretação das leis federais (letra *c*)” (cit., p. 39, n. 88).

poder central federal, também pode gerar conflitos interpretativos. Isso porque, no Brasil, cada um dos juízes estaduais e/ou federais tem poder para aplicar não apenas leis federais¹⁶¹, mas também dispositivos de ordem constitucional¹⁶².

Em terceiro lugar, a *hierarquização do ordenamento jurídico*, com a prevalência da Constituição sobre todos os demais diplomas normativos, trouxe a necessidade de se estabelecer um mecanismo de controle das leis, com o intuito de controlar a legitimidade (formal e material) de tais normas.

Em última análise, portanto, a manutenção da *unidade política* do país pressupõe a exigência de certa *uniformidade* nas decisões do Poder Judiciário, o que se consegue obter, fundamentalmente, pela via do recurso extraordinário, julgado por uma Suprema Corte¹⁶³. Era o que afirmava, de forma peremptória, VASCO DE LACERDA GAMA: “Ora, tendo-se em vista os fins da Constituição, segundo se depreende da sua própria definição e das razões históricas que a determinaram, forçoso é concluir: do que teve em mente o legislador constituinte, ao criar o instituto do recurso extraordinário, não foi o regular competências, estabelecer jurisdições, tendo estas aparecido na Constituição,

¹⁶¹ Ressaltou THOMPSON FLORES LENZ: “O Poder Judiciário, no Brasil, apresenta uma peculiaridade que o diferencia dos demais Poderes que constituem o Estado brasileiro: é federal ou estadual no que concerne à integração político-administrativa na União ou nos Estados-membros; é, contudo, UNO e NACIONAL no que diz respeito à sua prerrogativa principal, ou seja, o exercício da prestação jurisdicional” (*A relevância da questão federal e a crise do STF*, in *Ajuris* 37/103, destaques no original). Destaca o mesmo autor que o direito aplicado pela Justiça estadual é quase todo federal, razão pela qual “a administração da Justiça, no Brasil, é um serviço público preponderantemente *nacional*” (cit., p. 103).

¹⁶² Lembre-se que tanto os juízes como os Tribunais – esses últimos mediante um procedimento específico previsto nos artigos 480 a 482 do Código de Processo Civil – podem declarar, ainda que *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade de uma lei.

¹⁶³ Justificando a criação do Supremo Tribunal Federal, em um Estado Republicano de cunho *federativo*, explicou JOSÉ AFONSO DA SILVA: “todos os Estados possuem um órgão jurisdicional de hierarquia superior, cuja finalidade precípua é a de dar interpretação uniforme ao direito escrito vigente. E todo sistema processual acolhe um instituto processual, à disposição das partes litigantes, para que, defendendo seu interesse, levem ao conhecimento daquele órgão a possível violação de alguma lei, e, desse modo, possa ele dar a última palavra, indicando o verdadeiro sentido do preceito. (...). Nos Estados de forma federativa, a necessidade de uma Corte Suprema e de um Recurso com tais finalidades é, ainda, muito maior no que nos Estados unitários, em vista da duplicidade de órgãos jurisdicionais e de fontes normativas do Direito: União federal e Estados-membros” (cit., pp. 3-4). No mesmo sentido, v. ALFREDO BUZAID: “De todos os meios de impugnação das sentenças, nenhum tem maior importância político-social do que o *recurso extraordinário*. Ele se distingue substancialmente dos *recursos ordinários*. Êstes representam uma aspiração natural dos homens que, não se conformando com um julgamento único, submetem o julgado a reexame em um tribunal superior, no qual põe a esperança de uma decisão justa. O recurso extraordinário, diversamente, nasceu como uma exigência do regime federativo que, supondo a dualidade legislativa emanada da União e dos Estados, reconhece, contudo, a supremacia da Constituição e das leis federais, cuja vigência se estende a todo o território da República. E para evitar que cada Estado se arvorasse em uma unidade soberana na aplicação do direito federal, dando diferentes maneiras de atuá-lo em cada caso concreto, foi instituído o recurso extraordinário com o propósito de assegurar a supremacia da Constituição e a unidade da jurisprudência do direito federal” (cit., p. 181, destaques no original).

incidentemente, como consequências de necessidades maiores, determinantes, únicas e directas, do mesmo instituto constitucional, quaes sejam, entre outras: o interesse de manter uno, indubitavel e forte, com o mesmo vigor em toda a Republica, o direito federal, os tratados federaes e, principalmente, a própria Constituição; a possibilidade de concentração e uniformização de jurisprudencia, escoimando, assim, o mesmo direito de duvidosas e vacillantes interpretações; a de, com a correção dos julgados errados, violadores do direito, evitando ficarem perpetuados nos archivos judiciarios, sem intervenção da União Federal, denegações de justiça, prejudiciaes aos agentes dos direitos prejudicados como deprimentes da lei, do direito, e da propria justiça, como attentatorias dos fins do regimem; emfim, a de manter o regimem federal em toda a sua extensão e com todas as suas consequências”¹⁶⁴.

Atualmente, quatro são as hipóteses de *cabimento* do recurso extraordinário, todas elas ligadas a uma violação do texto constitucional¹⁶⁵: (i) para combater *decisões que contrariem* diretamente *dispositivos constitucionais* (artigo 102, inciso III, alínea “a”¹⁶⁶); (ii) *contra julgados que declarem a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal* (artigo 102, inciso III, alínea “b”), dando margem, assim, ao chamado controle *difuso* de constitucionalidade¹⁶⁷; (iii) em face de *decisões que julguem*

¹⁶⁴ Cit., p. 104. No mesmo sentido, as lições de JOÃO BARBALHO: “Promovendo a reintegração da ordem juridica constitucional violada, elle visa a exacta execução da Constituição, tratados e leis federaes, e a fiel observancia das limitações postas aos poderes dos Estados. É condição *sine qua non* do funcionamento regular, harmonico e efficaz do sistema. Sem isso, perderia este sua cohesão. Em cada um dos Estados da União, poderiam ser a Constituição, bem como as leis e tratados feitos por virtude della, entendidos de modo vario prejudicial ao nexo federativo, aos direitos e interesses que elle deve assegurar, ás relações internacionaes. Não teriamos *governo nacional*; prevaleceriam os poderes regionaes, forças centrifugas. De facto, não seriamos Estados Unidos. Nossa fôrma de governo viria a ser a anarchia constituida e a instabilidade organizada” (*Constituição Federal Brasileira – Commentarios*, 2ª ed., Rio de Janeiro, F. Briguet e Cia., 1.924, p. 321, destaques no original).

¹⁶⁵ Anotava SÉRGIO BERMUDEZ: “Como repositório das normas que estruturam o Estado e garantem os direitos dos jurisdicionados, a Constituição é a lei suprema do País. Daí, chamá-la a Constituição Americana de ‘*supreme law of the land*’. Portanto, não se pode conceber que qualquer violação das normas constitucionais, sem que ponham em risco a segurança do Estado e os direitos dos seus habitantes. Por isso, como guardião maior da Constituição, incumbe ao Supremo Tribunal Federal reexaminar aquelas decisões que contrariem dispositivos do Código Máximo e reprimir as transgressões da norma constitucional, quando ocorrer” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., pp. 264-265, destaques no original). Esse, no entanto, seria o sistema ideal; a multiplicidade de causas que atualmente envolvem questões constitucionais, até pelo caráter extremamente analítico de nossa Lei Maior, ensejaram a criação de filtros que limitem o acesso dessa enorme gama de conflitos ao mais alto Tribunal do país, como foi discutido no itens 1.2 e 1.3, *supra*, e será melhor examinado nos capítulos seguintes.

¹⁶⁶ Isto é, que ignoram regras da Constituição Federal ou as aplicam de forma inadequada.

¹⁶⁷ Nesse caso, basta a mera afirmação de inconstitucionalidade na decisão ou no acórdão recorrido para autorizar a admissão do apelo extremo. Ou seja, o cabimento do recurso extraordinário é, por assim dizer, *automático*, não estando sujeito aos requisitos de admissibilidade mais rígidos do artigo 102, inciso III,

válida lei ou ato de governo local, contestados em relação ao texto constitucional (artigo 102, inciso III, alínea “c”¹⁶⁸); finalmente, (iv) os julgamentos que proclamam a validade de uma lei local contestada em face de lei federal (artigo 102, inciso III, alínea “d”¹⁶⁹).

Essa última hipótese foi acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, fruto da cisão do artigo 105, inciso III, alínea “b” da Constituição¹⁷⁰, na esteira do que já vinha entendendo a doutrina¹⁷¹ e a jurisprudência do próprio Supremo Tribunal

alínea “a” da Carta Magna (v. LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC nº 45*, in *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis*, v. 10, Nelson Nery – Teresa Wambier (coords.), São Paulo, RT, 2.006, p. 268). Dispensa-se, pois, o prequestionamento, pois “o que importa é a manifestação do tribunal recorrido que decreta a inconstitucionalidade de uma lei ou de um tratado” (FREDIE DIDIER JUNIOR – LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA, *Curso de Direito Processual Civil*, vol. 3, 5ª ed., Salvador, Jus Podium, 2.008, p. 309).

¹⁶⁸ Ou seja, quando se alega a existência de incompatibilidade entre esses atos normativos *locais* e a Carta Republicana, mas o Tribunal de origem entende que não se configuraria tal contrariedade.

¹⁶⁹ Adverte com precisão BARBOSA MOREIRA: “Note-se que não é homogênea a técnica empregada pelo legislador constituinte nas várias letras do art. 102, nº III. Nas letras *b* e *c* (agora, também, na letra *d*), ele se ateve a uma descrição *axiologicamente neutra*: a realização do ‘tipo’ constitucional não implica de modo necessário que o recorrente tenha razão. Uma decisão pode perfeitamente ser ‘correta’ *apesar de* haver declarado a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, ou julgado válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição, ou, ainda, julgado válida lei local contestada em face de lei federal. Quer isso dizer que nas letras *b*, *c* e *d* se usa técnica bem adequada à fixação de pressupostos de *cabimento* do recurso extraordinário, isto é, de circunstâncias cuja presença importa para que dele *se conheça*, mas cuja relevância não ultrapassa esse nível, deixando intacta a questão de saber se ele deve ou não ser *provido*. Já na letra *a*, muito ao contrário, a descrição do texto contém um *juízo de valor*: a decisão que contrarie dispositivo constitucional é decisão, à evidência, incorreta, e como tal merecedora de reforma. Aí, portanto, se ficar demonstrada a realização do ‘tipo’, o recorrente não fará jus ao mero *conhecimento*, senão ao *provimento* do recurso. Para empregar técnica semelhante à das letras *b*, *c* e *d*, deveria o legislador constituinte ter dito na letra *a*: ‘quando a decisão recorrida *for impugnada sob a alegação de* contrariar dispositivo constitucional’ (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 588, destacamos). Por isso, o Supremo Tribunal passou a adotar a questionável técnica de somente conhecer recursos extraordinários quando fosse para lhes dar provimento; do contrário, ainda que examinado o mérito recursal, negava-se seguimento ao recurso. Os problemas práticos gerados a partir dessa interpretação (principalmente no que tange à competência para o julgamento de recursos extraordinários) levou à edição da Súmula nº 249: “É competente o Supremo Tribunal Federal para a ação rescisória, quando, embora não tendo conhecido do recurso extraordinário, ou havendo negado provimento ao agravo, tiver apreciado a questão federal controvertida”. Felizmente, o posicionamento foi em hora modificado, como será analisado no item 2.3, *infra*.

¹⁷⁰ Dessa forma, ficou o Superior Tribunal de Justiça responsável por julgar recursos especiais cuja *decisão* recorrida (isto é, acórdão de Tribunal e não simples decisão monocrática) “julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal” (destacamos). De acordo com MARCELO ANDRADE FÉRES, a “sua persistência no rol das hipóteses de cabimento do recurso especial apresenta-se correta, pois, na espécie, dá-se mera questão de legalidade. Saber se um ato governamental local infringe ou não os termos da legislação federal é investigação que se soluciona na seara do controle de legalidade, de atribuição soberana do Superior Tribunal de Justiça” (*Do recurso extraordinário*, cit., p. 636).

¹⁷¹ Por todos, confira-se a lição de MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO: “Convém, contudo, destacar que a situação descrita na letra *b* [do antigo artigo 105, inciso III, da Constituição Federal] envolve, *também*, uma questão *constitucional*. Sucede que a solução de conflito entre uma lei *estadual* e uma lei *federal* depende necessariamente de uma *análise constitucional*: qual dos entes federados legislou no âmbito de sua competência e qual dela extrapolou? Somente um estudo fundado na distribuição constitucional da competência legislativa pode oferecer a resposta adequada. Está-se, pois, diante de uma questão de ordem constitucional, que pode ensejar cabimento ao recurso extraordinário: além de interpor o recurso especial

Federal¹⁷², que afirmavam tratar-se de questão relacionada à competência dos entes federados que toca, diretamente, ao texto constitucional (artigos 21, 22, 24 e 30).

2.2.- Função do recurso extraordinário: *direito da parte ou prerrogativa do Supremo Tribunal Federal?*

Em discurso de posse, proferido ao assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 25 de fevereiro de 1985, o Ministro MOREIRA ALVES ponderou: “Recurso Extraordinário é instrumento de viabilização dos estados federativos com a preservação do direito nacional contra atentados graves por sua repercussão jurídica, moral, social, política e econômica. Se tivesse por finalidade principal a correção de erros de direito, seria inexplicável, sob todos os ângulos, que os Tribunais estaduais fossem – como são – soberanos na aplicação dos direitos estadual e municipal, que disciplinam, precipuamente, relações administrativas e tributárias, em que são mais críticas as tensões locais. Para eliminar esses erros, há a ação rescisória, que, por isso mesmo, alcança a violação da norma jurídica de qualquer origem”¹⁷³.

O recurso extraordinário, como costuma afirmar a doutrina, é um recurso de *fundamentação vinculada*¹⁷⁴, de *estricto direito*¹⁷⁵, pois nele não se reexamina o

alicerçado na letra *b*, o interessado *pode* interpor, *também*, o extraordinário com base na letra *a* (do art. 102, III, da Constituição Federal), alegando contrariedade ao dispositivo dela que outorga a competência à União para legislar sobre a matéria objeto do conflito” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 7, São Paulo, RT, 2.001, pp. 345-346).

¹⁷² V., por todos, o acórdão proferido no julgamento da Questão de Ordem no Recurso Extraordinário nº 117.809-4/PR, relatada pelo Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE: “3. Se, entre uma lei federal e uma lei estadual ou municipal, a decisão optar pela aplicação da última por entender que a norma central regulou matéria de competência local, é evidente que a terá considerado inconstitucional, o que basta à admissão do recurso extraordinário pela letra *b* do art. 102, III, da Constituição. 4. Ao recurso especial (art. 105, III, *b*), coerentemente com a sua destinação, tocará outra hipótese, a do cotejo entre lei federal e lei local, sem que se questione a validade da primeira, mas apenas a compatibilidade material com ela, lei federal, de norma abstrata ou de ato concreto estadual ou municipal. 5. Questão de ordem que se resolve pela competência exclusiva do STF para apreciar o recurso, dado que se afastou a aplicação da lei federal por inconstitucionalidade” (publicado in RSTJ 129/456).

¹⁷³ *Apud* PEDRO GORDILHO, *A relevância da questão federal*, in RAASP 22/39.

¹⁷⁴ Na doutrina nacional, BARBOSA MOREIRA bem delimita esse conceito: “Nos recursos de fundamentação vinculada, o recorrente precisa *invocar* o erro indicado como relevante (ou alguns deles, se há

contexto fático-probatório delineado na causa (Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal¹⁷⁶). Seu cabimento está vinculado, especificamente, às hipóteses fixadas no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, sempre envolvendo algum tipo de violação a dispositivo constitucional.

Nota-se, portanto, que o recurso extraordinário – e, na mesma medida, também o recurso especial, como será visto no item 6.5, *infra* – não é um mero recurso de *revisão*¹⁷⁷. Logo, o seu fundamento não está na *justiça* ou *injustiça* da decisão recorrida – isto é, se ela está certa ou errada – mas sim na contrariedade ao texto constitucional¹⁷⁸.

mais de um), para que o recurso *caiba*, e precisa *demonstrar-lhe* a efetiva ocorrência na espécie, para que o recurso *proceda*. A tipicidade do erro é, pois, pressuposto do *cabimento* do recurso (e, por conseguinte, da sua admissibilidade); se o erro não for típico, o órgão *ad quem* não conhecerá daquele. A existência real do erro é pressuposto da *procedência* do recurso; se o erro alegado, típico embora, não existir, o órgão *ad quem* conhecerá do recurso, mas *lhe negará provimento*” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., pp. 253-254, destaques no original). Lembrava PONTES DE MIRANDA que “somente sobe à cognição do Supremo Tribunal Federal o que se enquadra em algumas das espécies do art. 119, III, da Constituição. A eficácia do acórdão do Supremo Tribunal Federal é dentro do que ele *conheceu* e nos estritos limites do que *decidiu*. Há *peneiramento*, o que não se dá em se tratando de apelação, que devolve toda a matéria” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 129, destaques no original). No entanto, em alguns casos a Corte vem admitindo o conhecimento do recurso extraordinário por fundamento diverso daquele argüido pela parte, na esteira da tendência de *objetivação* desse recurso, que será demonstrada no item 2.3, *infra*.

¹⁷⁵ Como bem pondera ROBERTO DÁUREO PESSOA, tornou-se “lugar comum dizer que os recursos extraordinários têm *efeito devolutivo restrito*, pois de *fundamentação vinculada* (leia-se, de cabimento restrito). A afirmação, recorrente em setor expressivo e respeitável de nossa doutrina processual, deve ser temperada com uma boa *pitada de sal*. Melhor seria dizer que o cabimento do recurso é restrito, pois as hipóteses são taxativas. Isso porque, nem sempre a *devolução* que opera é restrita. Um exemplo ilustra bem essa assertiva: se a causa versa sobre legalidade de determinado tributo, sem que seja necessário, para aferir-la, imiscuir-se nos aspectos de fato da demanda, dado que a questão é eminentemente jurídica ou de direito em tese, dúvida não há que a devolução foi ampla, tanto é assim que o grau de cognição que exerce o STJ, em casos tais, é idêntico ao do *a quo*. O mesmo fenômeno delinea-se quando o *extraordinário* suscita controvérsia baseada em mera interpretação ou exegese de texto constitucional, abstraindo-se, no julgamento, toda e qualquer circunstância do caso” (*Juízo de mérito e grau de cognição nos recursos de estrito direito*, in *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis*, vol. 10, cit., p. 499).

¹⁷⁶ “Em princípio, pois, tem-se, como assentado, que o Recurso Extraordinário é um meio de impugnação das decisões que contenham erros de direito. Leva ao Juízo *ad quem* uma *quaestio iuris*. A matéria de fato refoge à competência do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário, porquanto, nisto, o Juízo *a quo* é soberano. A matéria de apreciação dos fatos e das provas fica, definitivamente, julgada no Juízo *a quo* do Recurso Extraordinário” (JOSÉ AFONSO DA SILVA, cit., p. 116, destaques no original). No mesmo sentido, sustentava FRANCISCO CAMPOS: “A questão que nos foi proposta é a de saber até onde vai a competência da Côrte Suprema na revisão das decisões de única ou última instância das Justiças estaduais. Ou, em outras palavras, à Côrte Suprema, mediante o recurso extraordinário, se devolve o julgamento da causa em tôda a sua plenitude, assim quanto ao direto como quanto aos fatos, ou a sua competência é restrita tão somente à questão de direito, e esta mesma sob as espécies e as limitações constantes da Constituição? Não tenho dúvida em responder pela afirmativa: a competência da Côrte Suprema, nos casos decididos em única ou última instância pelas Justiças estaduais, se limita e se restringe apenas à questão de direito, não podendo dilatar-se a sua jurisdição além do que *lhe é expressamente traçado* pela Constituição federal” (*Direito Constitucional*, Rio de Janeiro, Forense, 1.942, pp. 226-227).

¹⁷⁷ “Como o texto constitucional fala serem cabíveis os recursos extraordinário e especial das causas decididas, apenas o que estiver no corpo do acórdão é que pode ser objeto de impugnação pelas vias

Por essa razão, o cabimento do recurso extraordinário¹⁷⁹ não é *automático*, como ocorre no caso dos recursos ditos *ordinários*¹⁸⁰. Neles, basta que a parte atenda aos *pressupostos genéricos de admissibilidade* – tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, bem como estar configurado o seu cabimento, a legitimação da parte recorrente e o seu interesse recursal – para que o exame do recurso pelo Tribunal de segunda instância se torne *obrigatório*, sob pena de negativa de jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, atrelada à *garantia* implícita do duplo grau de jurisdição). Além disso, nos recursos ordinários permite-se que o juiz reexamine as circunstâncias de fato da demanda e reavalie as provas produzidas. O efeito *devolutivo* dos recursos ordinários é muito mais amplo, tal como prevêem os artigos 515, 516, 517 e 518 do Código de Processo Civil¹⁸¹.

excepcionais dos recursos constitucionais. Esses recursos excepcionais não são meios ordinários de impugnação e, portanto, não se configuram como terceiro ou quarto grau de jurisdição. Desta afirmação decorrem duas importantes consequências: a) é correta a exigência do prequestionamento da questão constitucional ou federal (STF 282 e 356) porque, se a matéria não estiver no corpo do acórdão, não terá sido decidida pelo tribunal local, requisito mencionado pelo texto constitucional para o cabimento dos recursos excepcionais; b) não incidem os CPC 267, § 3º e 301, § 4º, de sorte que apenas se a questão de ordem pública tiver sido prequestionada é que, em tese, poderia ser reexaminada no recurso constitucional, não ocorrendo, igualmente, o efeito translativo” (NELSON NERY, *Teoria Geral dos Recursos*, 6ª ed., São Paulo, RT, 2.004, pp. 442-443, negritos no original).

¹⁷⁸ Tal circunstância foi muito bem anotada por VASCO DE LACERDA GAMA, ao transcrever trecho do acórdão proferido no julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.571, de 30 de outubro de 1.929, relatado pelo Ministro FIRMINO WHITAKER: “A justiça local, ao contrário do que revela o recurso, aplicou todas as disposições da lei que, ao caso, deveriam ser aplicadas. Se não as aplicou com acerto, praticou uma injustiça; aplicou mal; o caso não é de recurso extraordinário” (cit., p. 321). Até porque, pondera ELAINE MACEDO que “a sobreposição de instâncias se, de um lado, provoca o reexame, de outro afasta cada vez mais o julgador do caso concreto, em nada assegurando a adequação da decisão às características e peculiaridades do caso concreto ou afastando. Não existe a chave da Verdade. Se ela não está nas mãos do juiz que se encontra frente às partes em conflito, que as ouve, as interroga, inquire diretamente as testemunhas e coleta as provas; se ela não está em poder do tribunal local, já mais distante da lide, mas ainda assim conhecedor das nuances de cada região, seus microsistemas, também não o estará em um tribunal distante, centralizador, que atua inspirado pela abstração das decisões generalizantes” (*Os Tribunais Superiores e os óbices recursais*, in *A Reforma do Poder Judiciário*, Fábio Cardoso Machado – Rafael Bicca Machado (coords.), São Paulo, Quartier Latin, 2.005, p. 182).

¹⁷⁹ Isto é, a possibilidade (teórica) de sua interposição, pois a “efetividade da ocorrência desses pressupostos [de cabimento] é elemento essencial para o seu provimento, não para sua admissibilidade” (JOSÉ AFONSO DA SILVA, cit., p. 303).

¹⁸⁰ O mais conhecido deles é a apelação. Nesse sentido, explica RAMOS MENDEZ: “a) Son recursos *ordinarios* aquellos que non exigen causas específicas de admisión y no limitan los poderes del tribunal *ad quem*. (...). b) Son recursos *extraordinarios* aquellos que exigen motivos taxativos para su interposición y en ellos existe limitación de las facultades del tribunal *ad quem*” (*Derecho Procesal Civil*, T. II, 3ª ed., Barcelona, Bosch, 1.986, p. 717, destaques no original).

¹⁸¹ Ao traçar a distinção entre os recursos de *appello* e de *cassazione* no direito italiano, ELIO FAZZALARI afirmava que o recurso de apelação poderia ser classificado como uma *impugnação ilimitada*. Confira-se: “nel rito vigente l’appello presenta i seguenti caratteri, peculiari e interdependenti. Quanto alla sua proposizione, anch’esso è coordinato alla allegazione di motivi (coiè di vizi della sentenza); tuttavia, non è legatto ad una tipologia conchiusa e tassativa (qual’è, invece, quella offerta dall’art. 360 c.p.c.). Sotto questo

Ocorre que os recursos extraordinários não são dotados dessa mesma lógica. Como expressa o seu próprio nome, esse recurso tem caráter *extraordinário* porque se destina aos casos *excepcionais* e não aqueles litígios comuns, do dia-a-dia forense, em que os litigantes, por mero capricho, ou por um *animus lotérico*, pretendem levar à revisão das mais altas Cortes¹⁸².

Seu objeto imediato, portanto, é diverso, uma vez que o recurso extraordinário não visa, diretamente, à proteção do direito subjetivo da parte, mas sim preservar a unidade do ordenamento jurídico pátrio¹⁸³. Por isso, na via estreita do recurso extraordinário deveria interessar “a violação da lei, mas não a do direito da parte”, como

profilo l'appello può dirsi impugnazione *illimitata*” (*Il Giudizio Civile di Cassazione*, Milano, Giuffrè, 1.960, p. 198). Em igual sentido, LIEBMAN: “A questo riguardo, il diritto vigente è rimasto fedele alla tradizione (analogamente al diritto francese, germanico ecc.), che ha sempre riconosciuto al giudice d'appello una cognizione *piena ed aperta* sui capi di domanda investiti dall'impugnazione: gli sono cioè attribuiti poteri uguali a quelli che aveva il primo giudice” (*Manuale di Diritto Processuale Civile*, vol. III, 3ª ed., Milano, Giuffrè, 1.976, p. 49). Por isso que, segundo SALVATORE SATTA, a apelação “può portare praticamente ad un integrale riesame della controversia (...). Proprio per questa generalità, l'appello è stato visto come un altro grado di giurisdizione (il c.d. principio del doppio grado)” (*Diritto Processuale Civile*, 9ª ed., Padova, Cedam, 1.981, p. 415). E, em seguida, complementava: “Teoricamente, il riesame della controversia, nello sforzo sempre più acuto di raggiungere la giustizia della decisione, potrebbe andare all'infinito: non esiste infatti alcun mezzo che dia la prova assoluta della giustizia. Ma l'ordine giuridico è soprattutto un ordine pratico, che ha bisogno di certezza non meno che di giustizia: e pertanto deve, a un dato momento, contare su una soluzione della controversia che non offra più la possibilità di mutamenti. Il codice di processo civile, che regola il processo ordinario, ritiene che due gradi di esame pieno, in fatto e in diritto, siano sufficienti per assicurare un massimo di probabilità di giustizia della decisione; un terzo grado lo ammette soltanto attraverso la rescissione della sentenza di secondo grado per motivi tassativamente fissati dalla legge (cassazione e conseguente giudizio di rinvio). L'esame di secondo grado è appunto quel che tradizionalmente si chiama appello. Rendersi preciso conto di questo, e cioè che il giudizio è finito con l'appello è essenziale per intendere tutte il sistema delle impugnazioni, come meglio diremo trattando della cassazione” (cit., p. 444). O mesmo entendimento é compartilhado na doutrina argentina: “La pauta fundamental para distinguir a los recursos ordinarios de los extraordinarios debe buscarse en la mayor o menor medida de conocimiento que respectivamente acuerdan a los tribunales competentes para conocer de ellos. Mientras que los primeros, em effecto, hállanse previstos per los casos corrientes y tienen por objecto reparar cualquier irregularidad procesal (*error in procedendo*) o error de juicio (*error in iudicando*), los segundos se conceden con carácter excepcional, respecto de cuestiones específicamente determinadas por la ley” (ENRIQUE PALACIO, cit., p. 581).

¹⁸² EVANDRO LINS, *O recurso extraordinário e a relevância da questão federal*, in RT 485/11.

¹⁸³ JOSÉ AFONSO DA SILVA, cit., p. 122. Na mesma linha, caminhava o pensamento de WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO: “O Supremo Tribunal Federal realiza assim sua missão protegendo simultaneamente os direitos da sociedade e os direitos dos indivíduos. Em verdade, porém, sobre esses últimos planam os interesses da nação, a colimar a unidade do seu direito e a formação de sua consciência jurídica. Ao Supremo Tribunal Federal, no sentido de sua finalidade, não interessam propriamente os direitos em causa, e sim os princípios constitucionais e legais que informam o organismo político da nação. Seu objetivo precípuo é o interesse geral, não o dos litigantes” (*Do recurso extraordinário*, in *Justitia* 21/23-24).

ponderou JOÃO MONTEIRO¹⁸⁴. Por meio dele, lembrava JOÃO BONUMÁ, deve-se “resguardar o *direito em tese*, não o direito em hipótese”¹⁸⁵.

Justamente por conta dessa *peculiaridade* que, além dos pressupostos genéricos de cabimento (presentes em qualquer meio de impugnação), a parte que recorre extraordinariamente deve comprovar que estão configurados alguns requisitos *específicos* para a sua admissão, delimitados diretamente na Constituição Federal¹⁸⁶. Dentre eles, pode-se destacar: (i) subsunção a uma das taxativas hipóteses previstas no texto constitucional (artigos 102, inciso III, alíneas “a” até “d”¹⁸⁷); (ii) a existência de uma

¹⁸⁴ *Theoria do Processo Civil e Commercial*, 2ª ed., São Paulo, Duprat & Comp., 1.905, p. 209.

¹⁸⁵ *Direito Processual Civil*, v. 3, São Paulo, Saraiva, 1.946, p. 174, destacamos. Insistia o autor nessa idéia, ao comparar o recurso extraordinário brasileiro ao *writ of error* norte-americano: “São juízos de direito instaurados para o **reexame da sentença** e não do **litígio**; para verificarem se a lei foi bem compreendida e observada e não para julgarem da boa ou má administração de justiça às partes” (cit., p. 178, destaques no original). Contudo, não se pode negar que o julgamento do recurso extraordinário traz conseqüências diretas às partes, ou mesmo que a intenção primordial do recorrente, ao interpor esse tipo de impugnação, seja a de obter uma decisão favorável que tutele seu interesse e não propriamente aquele objetivo, de ordem genérica, de “preservar la idónea aplicación de la ley” (AUGUSTO MORELLO, *Lo Recurso Extraordinarios y La Eficacia del Proceso*, cit., p. 673). É fundamental destacar, de qualquer modo, que esse não é (ou não deveria ser) seu objeto primeiro, como anota RODOLFO MANCUSO: “o recurso extraordinário e mesmo o especial apresentam-se refratários: ambos são remédios *excepcionais*, destinados não propriamente à recomposição da procurada *justiça* (objetivo a ser perseguido na instância recursal ordinária, onde a devolutividade é ampla, envolvendo fato e direito), mas antes a preservação da ‘inteireza positiva’ da Constituição Federal ou do direito federal comum, respectivamente” (*Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., pp. 34-35).

¹⁸⁶ Nesse sentido, anotou ALFREDO BUZAID: “O recurso extraordinário, ao longo de seus quase oitenta anos de vida [hoje já são mais de cem], passou por diferentes vicissitudes. Num só ponto o direito brasileiro se mostrou coerente. Sob o receio de que as legislaturas ordinárias pudessem alterar-lhe as condições de admissibilidade, foi o instituto criado e mantido sempre como preceito constitucional” (cit., p. 186). Da mesma forma, sustentava PONTES DE MIRANDA: “às leis ordinárias não é dado aumentar ou diminuir, alterar ou combinar os pressupostos de cada uma das letras, de todos ou de alguns. O texto constitucional é intangível; e somente as emendas constitucionais poderiam lograr a introdução de qualquer mudança. Assim, quer quanto à competência para julgar o recurso, quer quanto aos conceitos mesmos (‘recurso’, ‘extraordinário’, ‘única e última instância’, etc.) e quanto aos pressupostos materiais das espécies a), b), c) e d). Ficou de fora o pressuposto de tempo e os mais de direito processual (pressupostos formais, prazos, regras jurídicas de julgamento, etc.). Bem assim a matéria da deserção e da justificabilidade pré-elidente dela” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 57).

¹⁸⁷ Mais uma vez, lembre-se os ensinamentos de FRANCISCO CAMPOS: “Ora, como resulta dos próprios termos em que a Constituição define a competência da Corte Suprema no exercício de sua jurisdição sobre os casos já decididos em única ou última instância pela Justiça dos Estados, a revisão a que esses casos estão sujeitos na última instância federal se circunscreve dentro em limites breves e precisos. O caráter extraordinário do recurso está nisto; nisto consiste, precisamente, a sua natureza excepcional. Não é recurso que tenha a amplitude do recurso ordinário; o seu raio de ação compreende apenas alguns casos excepcionais e mesmo nestes casos excepcionais apenas a matéria em razão da qual o recurso foi instituído. Instituído para garantir a aplicação do direito federal onde haja êle de ser aplicado, a Corte Suprema, no seu julgamento há de ater-se estritamente à questão sobre a qual lhe confere o instrumento constitucional o poder de revisão” (cit., pp. 226-227). Em idêntico sentido, RAFAEL BIELSA ponderou: “El principio en cuya virtud se exclue la jurisdicción de la Corte en cuestiones de hecho contribuye precisamente a definir la naturaleza del recurso extraordinario. Desde luego, todos convenimos en que si la Corte pudiera juzgar los hechos, sería ella un tribunal de apelación simplemente, y el recurso deducido sería entonces ordinario y no extraordinario” (cit., p. 275).

decisão de *única* ou *última* instância, que implica no esgotamento das vias recursais ordinárias de ataque à decisão ou acórdão recorrido (artigo 102, inciso III); e, mais recentemente, (iii) a presença de *repercussão geral da questão constitucional* que se pretende levar a exame perante o Supremo Tribunal Federal (artigo 102, § 3º da Constituição de 1.988).

A partir da instituição de todos esses requisitos, é certo que o Excelso Pretório possui um poder bem mais amplo para aceitar (ou, na maioria dos casos, rejeitar) a admissão do recurso extraordinário. Essa decisão, ninguém pode negar, envolve uma valoração do próprio mérito da controvérsia e está fundada, a partir da instituição da repercussão geral, não mais em critérios puramente jurídicos¹⁸⁸.

Pode-se afirmar, portanto, que o julgamento do recurso extraordinário não é mais um direito da parte, mas sim uma *prerrogativa* outorgada ao Supremo Tribunal. Ele poderá decidir se aceita ou não que determinada matéria seja levada à sua apreciação, conforme visualize a importância (política, econômica, social e/ou jurídica) da questão constitucional e, por consequência, os reflexos que tal decisão poderá trazer para a sociedade¹⁸⁹.

¹⁸⁸ “A utilidade do mecanismo da *repercussão geral*, como *filtro de caráter político*, prévio à admissão de recurso extraordinário, *propriamente dita*, deverá permitir a admissão de recursos extraordinários com a *flexibilidade* desejável, descartando a admissibilidade, sob este critério, de recursos que não mais tenham razão alguma de ser, senão uma insistência socialmente não desejável do recorrente, permeada por um *animus* lotérico. A admissão de discutir a *questão constitucional* trazida no bojo de um recurso extraordinário deverá estar diretamente relacionada à repercussão geral imantada na questão constitucional, a qual se somará ao caso quando do julgamento dessa questão, o prestígio do pronunciamento do STF. É esse elemento legitimamente qualificador dos recursos extraordinários que serão *admissíveis* apenas em razão da *importância, da significação, da transcendência ou relevância* que defluirão das decisões a esses respeitantes, em função da temática desses constantes, das circunstâncias que o rodeiem e a repercussão do julgamento do caso” (ARRUDA ALVIM, *A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, cit., p. 82, destaques no original).

¹⁸⁹ Bem coloca IVES BRAGHITTONI: “Existem causas – sempre se reconheceu isso – que são, pelos mais variados motivos, significativamente mais importantes para o conjunto da sociedade, ou para o próprio ordenamento jurídico, do que outras, em que a importância se restringiria às próprias partes. O reconhecimento dessa verdade quase óbvia é o primeiro passo para aceitar-se a idéia da existência de um *filtro qualitativo* para o acesso aos tribunais superiores – ou, ao menos, para o tribunal constitucional. Se existem causas que atingem um ‘vasto número de pessoas’, *é perfeitamente admissível que se cogite que um determinado recurso só possa ser utilizado quando ocorra tal hipótese* – a hipótese de que a causa seja desse tipo. É admissível que o próprio Tribunal decida se a causa tem ou não tal característica, decidindo – ele próprio – se a aceita ou não” (cit., p. 46, destaques no original). Com isso, prossegue o mesmo autor: “Não é ‘ótimo’ deixar as cortes superiores, e particularmente o Supremo, refém de causas que pouco ou nada dizem para aqueles que delas não participam. É perfeitamente lícito – e acresceríamos, *recomendável e preferível* mesmo – que o julgamento pelo Supremo não seja um ‘direito’ das partes, mas uma prerrogativa do próprio Tribunal. Há quem diga que nem mesmo a segunda instância é um ‘direito’, já que, para estes, o duplo grau de jurisdição não é garantia constitucional; sendo ou não, é perfeitamente cabível que se entenda que *apenas*

De acordo com EDUARDO CHEMALE PEÑA, a repercussão geral da questão constitucional criou um sistema *flexível* ou uma competência recursal *facultativa*, já que é o próprio Supremo Tribunal Federal quem vai estabelecer – de maneira fundamentada (v. item 5.2, *infra*) – se determinado recurso extraordinário é ou não *cabível*¹⁹⁰. Transfere-se o eixo de análise, antes centrado no legítimo interesse da parte, para os reflexos que a decisão do recurso extraordinário poderá gerar para a sociedade, como bem ponderou JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES PINTO¹⁹¹.

Na esteira do que sustenta EDUARDO TALAMINI, não “se diga que haveria uma garantia fundamental em favor do jurisdicionado no sentido de que toda a questão constitucional fosse necessariamente examinada pelo STF. Isso é desautorizado pela existência de outros requisitos, extraídos direta ou indiretamente da Constituição, que, se desatendidos, impedem o conhecimento do recurso extraordinário ainda quando exista uma questão constitucional no processo (prequestionamento, esgotamento das ‘instâncias ordinárias’, inviabilidade de exame de matéria fática etc.)”¹⁹².

Vale notar, inclusive, que existiam autores que chegaram a afirmar que o recurso extraordinário não se configuraria um “recurso sob o ponto de vista processual e sim, um meio constitucional de correlacionar os poderes e detel-os dentro dos seus verdadeiros limites”¹⁹³.

Ainda que essa visão não seja correta nos dias atuais, ela reforça um ponto importante, por vezes esquecido: o caráter *excepcional* do instituto. O recurso extraordinário não pode ser concebido como *mais um* meio de impugnação posto à

o duplo grau de jurisdição é um direito – e que os graus superiores compõem *uma prerrogativa a serviço do sistema*” (cit., p. 49, destacamos).

¹⁹⁰ A inclusão do requisito da relevância para a redução do volume de processos no STJ e no STF, in *A Reforma do Poder Judiciário*, Fábio Cardoso Machado – Rafael Bicca Machado (coords.), cit., p. 138. Discorda-se, contudo, da posição defendida pelo autor de que, em tais casos, a Corte agiria “com discricionariedade judicial, [para decidir] se há conveniência e oportunidade para o reexame da causa” (cit., p. 138). O ponto será objeto de exame no item 4.3, *infra*.

¹⁹¹ *Reflexões sobre uma transcendência nada transcendental*, in *Rev. LTr* 68-9/1.058.

¹⁹² *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, São Paulo, Tese (Livre-Docência), U.S.P., 2.008, p. 31.

¹⁹³ VASCO DE LACERDA GAMA, cit., p. 208. O mesmo autor enfatizava: “É grande inconveniente o pretender-se equiparar ou mesmo ligar o instituto do recurso extraordinário que, verdadeiramente, não é um recurso, e sim um meio constitucional, um instrumento de integração do regime e de harmonia dos próprios poderes, garantidor tanto dos indivíduos, como dos Estados, como da própria União, – aos recursos de natureza ordinária, aos recursos judiciais, no sentido técnico do termo” (cit., p. 218).

disposição dos litigantes, mas sim um verdadeiro *poder* outorgado ao Supremo Tribunal Federal. Por meio de seu exame, nossa mais alta Corte pode manter a unidade do direito pátrio e, por conseguinte, a estabilidade da federação, com a aplicação uniforme dos preceitos constitucionais, que dão base ao ordenamento jurídico brasileiro¹⁹⁴. Reforça-se, portanto, a visão de que o recurso extraordinário não pode ser encarado como um direito da parte e sim uma *prerrogativa* do Excelso Pretório.

2.3.- Tendência à *objetivação* do recurso extraordinário.

O recurso extraordinário, como demonstrado, não dá ensejo à revisão ou ao reexame dos fatos que permeiam a causa, na medida em que nele se julgam apenas *questões de direito*. Não se pode negar, por outro lado, que em nossa legislação ele também confira, ainda que indiretamente, tutela ao direito subjetivo das partes¹⁹⁵, ou mesmo de eventuais terceiros prejudicados (artigo 499 do Código de Processo Civil¹⁹⁶).

No entanto, é justamente porque o recurso extraordinário visa a assegurar a *unidade do direito*, que não se pode encará-lo como um “quarto” grau de jurisdição, ao qual sempre se deve (ou se pode) recorrer. Para a tutela do interesse das

¹⁹⁴ É nesse sentido, inclusive, que RODRIGUES DE CARVALHO classificava a Corte Suprema como “um agente **sui generis** do poder judiciário para garantir aquela auctoridade e uniformidade do direito substantivo” (cit., p. 12, negrito no original).

¹⁹⁵ Essa mesma dupla finalidade se faz presente no direito germânico, em relação ao recurso de revisão, como afirma HANS PRÜTTING: “a instância de revisão, no acesso à suprema instância, não é dominada por uma finalidade uniforme; o interesse geral [*conservação da homogeneidade e evolução do direito*] é o mais preponderante (principalmente pela limitação da admissibilidade); porém, uma vez admitida a revisão, o procedimento se desenrola de acordo com os interesses das partes” (cit., p. 155).

¹⁹⁶ Como afirma BARBOSA MOREIRA, o “recurso extraordinário (como o especial, ramificação dele) não dá ensejo a novo reexame da causa, análogo ao que propicia a apelação. Com as ressalvas que a seu tempo hão de consignar-se, nele unicamente se discutem *quaestiones iuris* (...). No seu âmbito, contudo, parece excessivo negar que sirva de instrumento à tutela de direitos subjetivos das partes ou de terceiros prejudicados. Quando interposto pelo Ministério Público, na qualidade de *custus legis*, então, sim, visará de modo precípua ao resguardo da ordem jurídica positiva, do direito objetivo; mas essa não é uma peculiaridade do recurso extraordinário, pois o Ministério Público, no exercício daquela função, se legitima à interposição de *qualquer* recurso” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 585).

partes, o sistema jurídico brasileiro coloca à disposição uma série já extensa de recursos (*ordinários*), cujo cabimento é automático e garante a revisão – ampla – da causa¹⁹⁷.

O então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro COSTA LEITE, destacou em sua posse um importante exemplo que bem demonstra essa situação: “uma coisa é discutir o reajuste de aluguel em uma determinada avença (de interesse apenas para aquelas partes específicas do caso concreto); outra, porém, é determinar a legalidade ou fixar qual o índice válido de reajuste para os contratos de locação celebrados em território brasileiro, cujo resultado repercutirá em todas os demais instrumentos contratuais já celebrados e que vierem a ser pactuados no país¹⁹⁸”.

Dessa forma, começa a se fortalecer no Brasil uma corrente que defende a *objetivação do recurso extraordinário*. Isto é, embora o recurso extraordinário seja instrumento, fundamentalmente, de controle *difuso* de constitucionalidade, ele tem em alguns casos se transformado em mecanismo também de controle *abstrato*¹⁹⁹.

Os efeitos do julgamento de um determinado recurso extraordinário não mais ficariam restrito *intra partes*²⁰⁰; a *tese* ali definida poderia ser aplicada a casos

¹⁹⁷ CHIOVENDA, de modo magistral, bem distinguiu os meios ordinários das formas extraordinárias de impugnação de uma decisão judicial. Uma das razões está na circunstância de que nos “meios ordinários, pode-se denunciar *qualquer vício* da sentença impugnada pelo *só fato de ser parte* na causa; ao passo que pelos meios extraordinários não podem as partes denunciar senão *determinados vícios* das sentenças” (*Instituições de Direito Processual Civil*, vol. III, trad. J. Guimarães Menegale, São Paulo, Saraiva, 1.945, p. 296). Logo, “o juiz que decide baseado num meio ordinário de impugnação tem a mesma cognição e os mesmos poderes instrutórios, baseados nos quais se proferiu a primeira sentença, ao passo que os poderes do juiz nas impugnações extraordinárias são *limitados*, já pela natureza das indagações a que o juiz pode proceder, já pela necessidade de uma indagação preliminar para a admissão do remédio” (cit., p. 296). A mesma distinção foi apontada por CARNELUTTI: em alguns tipos de recursos, “la rescisión es limitada, en el sentido de que deben existir determinados presupuestos para que pueda rescindirse la sentencia impugnada, porque lógicamente en esto caso hay que determinar antes si la sentencia puede rescindirse, esto es, si su sustitución se puede dar y luego cómo se ha de dar. La fórmula exacta para designar los tipos de estructura del procedimiento de impugnación serían, por lo tanto, la de procedimientos de *rescisión libre* o de *rescisión limitada*; según la costumbre, se habla en el primer caso de procedimientos de impugnación *extraordinarios*” (*Instituciones del Nuevo Proceso Civil Italiano*, trad. Jaime Guasp, Barcelona, Bosch, 1.942, p. 417).

¹⁹⁸ *Apud* RODOLFO MANCUSO, cit., p. 187.

¹⁹⁹ A questão, é bom se ressalve, ainda gera muita polêmica na doutrina e na jurisprudência pátrias, como será examinado de modo mais aprofundado no Capítulo VI, *infra*.

²⁰⁰ Tal como afirma OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, “a decisão no recurso extraordinário, embora proferida pelo intérprete máximo da Constituição, não tem eficácia *erga omnes* mas, apenas, entre as partes do processo. Mesmo quando dá provimento ao recurso, a decisão do Supremo Tribunal Federal, reformando, substitui a recorrida, substituiu-a, mas não obriga os Tribunais inferiores a seguirem sua orientação em casos futuros. Nem quando a Suprema Corte declara a inconstitucionalidade, em recurso extraordinário, de um dispositivo legal, a decisão adquire eficácia *erga omnes* e leva à exclusão do dispositivo inconstitucional do ordenamento” (*Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, cit., p. 257).

semelhantes²⁰¹, ainda que esse julgamento não gere a edição de uma súmula (vinculante ou não) e mesmo sem a instauração de um incidente específico de arguição de inconstitucionalidade, cuja decisão é passível de produzir eficácia *erga omnes* (artigos 101²⁰² e 178 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, c.c. artigo 52, X, e artigo 481, parágrafo único do Código de Processo Civil²⁰³).

Em suma, a decisão acerca da inconstitucionalidade de uma determinada lei, proferida via recurso extraordinário, seria tomada em caráter *abstrato*, medida essa que possibilitaria uma maior expansão de seus efeitos, *orientando* as decisões da Corte em julgamentos futuros²⁰⁴.

²⁰¹ Escrevendo sobre a antiga arguição de relevância, NANCY ANDRIGHI afirmou que ao Supremo Tribunal “importa a questão federal em tese e não a relevância do interesse individual que está sob apreciação do julgador. Por isso, ao julgá-la o STF emite um julgamento em tese – isto é – em abstrato analisa se a questão interessa à Federação” (*Arguição de relevância*, Brasília, Superior Tribunal de Justiça, 2.000, p. 3, disponível [on-line] in <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2001/633>, acesso em 08.08.2007).

²⁰² “A declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, pronunciada por maioria qualificada, aplica-se aos novos feitos submetidos às Turmas ou ao Plenário (...)”. Sufragando a validade dessa norma regimental, a Corte Suprema já teve a oportunidade de relativizar o comando insculpido no artigo 97 da Constituição Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 190.728-2/SC. Por maioria de votos, o Tribunal entendeu que a cláusula de reserva de Plenário não se aplica aos casos em que o próprio Supremo Tribunal Federal já houver proclamado a inconstitucionalidade de uma lei. Em tais hipóteses, os Tribunais de origem poderiam dispensar a remessa dessa questão ao seus plenários e julgar, com base nessa decisão do Excelso Pretório, diretamente o caso concreto, aplicando o precedente ali firmado. Em voto que acabou se tornando vencedor e deu ensejo à formação da maioria, o Ministro ILMAR GALVÃO justificou esse procedimento: “é fora de dúvida que declarada a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de determinada lei, pela maioria absoluta dos membros de certo Tribunal, soaria como verdadeiro despropósito, notadamente nos tempos atuais, quando se verifica, de maneira inusitada, a repetência desmesurada de causas versando a mesma questão jurídica, vinculadas à interpretação da mesma norma, que, se exigisse, em cada recurso apreciado, a renovação da instância incidental da arguição de inconstitucionalidade, levando as sessões da Corte a uma monótona e interminável repetição de julgados da mesma natureza. A prática, na verdade, se adotada, ainda teria a grave consequência de expor o Tribunal, sempre sujeito à variabilidade episódica ou definitiva de sua composição, a eventuais pronunciamentos contraditórios sobre a mesma lei, o que seria comprometedor para a segurança jurídica e desastroso para a imagem da Justiça” (julgado em 27 de junho de 1.995, Primeira Turma, publicado em 30 de maio de 1.997).

²⁰³ “Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão”.

²⁰⁴ Essa a posição defendida, por exemplo, por FREDIE DIDIER JUNIOR: “Obviamente, porque tomada em controle difuso, a decisão não ficará acobertada pela coisa julgada e será eficaz apenas *inter partes*. Mas essa análise é feita em tese, que vincula o tribunal a adotar o mesmo posicionamento em outras oportunidades. É o que acontece quando se instaura o incidente de arguição de inconstitucionalidade perante os tribunais (art. 97 da CF/1988 e arts. 480 a 482 do CPC): embora instrumento processual típico do controle difuso, a análise da constitucionalidade da lei, neste incidente, é feita em abstrato. Trata-se de incidente processual de natureza objetiva (é exemplo de processo objetivo, semelhante ao processo da ADIn ou ADC). É por isso que, a semelhança do que já ocorre na ADIn e ADC, é possível a intervenção do *amicus curiae* neste incidente (parágrafos do art. 482). É em razão disso, ainda, que fica dispensada a instauração de um novo incidente para decidir questão que já fora resolvida anteriormente pelo mesmo tribunal ou pelo STF (art. 481, parágrafo único, do CPC). O STF, ao examinar a constitucionalidade de uma lei em recurso extraordinário, tem seguido esta linha. A decisão sobre a questão da constitucionalidade seria tomada em

Alguns acórdãos começam a seguir essa *tendência*²⁰⁵, como se pode notar no julgamento do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 375.011-0/RS, relatado pela Ministra ELLEN GRACIE: “Reajuste de vencimentos concedidos pela Lei Municipal nº 7.428/94, art. 7º, cuja inconstitucionalidade foi declarada pelo Pleno do STF, no RE 251.238. Aplicação deste *precedente* aos casos análogos submetidos à Turma ou ao Plenário (art. 101 do RISTF)” (destacamos²⁰⁶).

No mesmo sentido, ao comentar as inovações relativas aos recursos extraordinários interpostos no âmbito dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259, de 2.001²⁰⁷), o Ministro Relator GILMAR MENDES deixou consignado, em voto proferido na

abstrato, passando a orientar o tribunal em situações semelhantes” (*Transformações do recurso extraordinário*, in *Processo e Constituição – estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*, cit., p. 983).

²⁰⁵ Como já ressaltado, ela é discutida em âmbito doutrinário. Por todos, confira-se o posicionamento de HELCIO ALVES DE ASSUMPTÃO: “Não parece justificada, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista lógico, a tentativa de inovação que se pretende fazer no regime do instituto sob o rótulo de ‘objetivação’ do recurso extraordinário, que não se confunde com os mecanismos, já bastante generosos no direito brasileiro, de controle direto de constitucionalidade. Constitui verdadeiro contra-senso, com a devida vênia, entender que, ao julgar o recurso extraordinário, esteja livre o Supremo Tribunal Federal, depois de admiti-lo, dos fundamentos indicados pelo recorrente e que possa julgá-lo à luz de qualquer outro, não invocado. (...). Seria extremamente curioso, aliás, se não francamente paradoxal, que o Supremo Tribunal Federal, tão cioso em exigir o pré-questionamento da questão suscitada para poder examiná-la, se permitisse, depois disso, deixá-la de lado, e julgar o recurso à vista da questão sequer levantada pelo recorrente” (cit., p. 281, n. 29).

²⁰⁶ Julgado em 5 de outubro de 2.004, Segunda Turma, publicado em 28 de outubro de 2.004. O voto da Relatora deixou consignado: “Estou, entretanto, mais inclinada a valorizar, preponderantemente, as manifestações do Tribunal, especialmente as resultantes de sua competência mais nobre – a de intérprete último da Constituição Federal. Já manifestei, em ocasiões anteriores, minha preocupação com requisitos processuais que acabam por obstaculizar, no âmbito da própria Corte, a aplicação aos casos concretos dos precedentes que declaram a inconstitucionalidade de normas. (...). Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, em recentes julgamentos, vem dando mostras de que o papel do recurso extraordinário na jurisdição constitucional está em processo de redefinição, de modo a conferir maior efetividade às decisões”. Ainda, com relação aos aspectos práticos da questão, ponderou: “Lembro que estamos a tratar de uma lide envolvendo inúmeros servidores do Município de Porto Alegre e causa espécie a possibilidade de alguns deles saírem vitoriosos, a despeito da inconstitucionalidade das leis municipais nas quais basearam sua pretensão. Isso porque estaríamos diante de uma situação anti-isonômica, em que dois funcionários que trabalhem lado a lado e exerçam iguais atribuições, exista diferença de vencimento, pelo fato de um deles restar vencedor na sua demanda, em virtude da falta de prequestionamento da matéria constitucional suscitada no RE da municipalidade, enquanto que ao outro, em cujo processo estava atendido tal requisito de admissibilidade do apelo extremo, aplicou-se a orientação do Supremo Tribunal Federal e rejeitou-se a sua pretensão. Esta Corte não pode admitir tal disparidade de tratamento em situações idênticas”. Com o mesmo entendimento, confira-se o Recurso Extraordinário nº 323.526-5/RS, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgado em 30 de abril de 2.002, Primeira Turma, publicado em 31 de maio de 2.002.

²⁰⁷ Cujos artigos 14, § 4º, c.c. 15 estabelecem que, caso a decisão proferida pelas Turmas Recursais em incidente de uniformização de jurisprudência contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou mesmo do Supremo Tribunal Federal, a parte interessada poderá provocar a manifestação dessas Cortes Superiores, para dirimir a controvérsia. Em seguida, a fim de conferir efeitos mais amplos a essa decisão, o artigo 14, § 5º da lei prevê a possibilidade de deferimento de medida liminar, ainda que de ofício, para “suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida”, ainda que estejam em graus inferiores de jurisdição. De outro lado, justamente em razão de tão drástica medida, o

Medida Cautelar em Recurso Extraordinário nº 376.852-2/SC: “Esse novo modelo legal, traduz, sem dúvida, um avanço na concepção vestuta que caracteriza o recurso extraordinário entre nós. Esse instrumento deixa de ter caráter marcadamente subjetivo ou de defesa de interesse das partes, para assumir, de forma decisiva, a função de defesa da ordem constitucional objetiva”²⁰⁸.

Em outro caso, esse bem mais rumoroso, por envolver a definição do número máximo de vereadores das Câmaras Municipais (artigo 29, inciso IV, da Constituição Federal), o Plenário voltou a tangenciar o tema. Trata-se do Recurso Extraordinário nº 197.917-8/SP²⁰⁹.

Primeiramente, o voto do Ministro Relator MAURÍCIO CORRÊA afastou a preliminar de possível perda de objeto do recurso, ao sustentar: “Assinale-se que a despeito de a legislatura a que se refere a decisão de primeira grau – quadriênio de 1993/97 – ter se exaurido, o presente recurso não se acha prejudicado. Com efeito, a ação promovida pelo *Parquet* questionou a composição da Câmara Legislativa do Município, por entendê-la contrária à Carta da República, em face do excesso de representantes. Tal situação persiste, porquanto os eleitores de Mira de Estrela elegeram para o quadriênio 2001/2004 o mesmo quantitativo de onze vereadores. Remanesce, portanto, o interesse em

artigo 14, § 6º estabelece a necessidade de oitiva do Ministério Público, bem como a possibilidade de que os interessados que não sejam parte do processo se manifestem, no prazo de cinco dias. Sobre o tema v. WAGNER AMORIM MADDOZ, *O recurso extraordinário interposto de decisão de juizados especiais federais*, in *RePro* 119/60.

²⁰⁸ Julgada em 27 de março de 2.003, Plenário, publicada em 13 de junho de 2.003. Anotou em seu voto: “Trata-se de orientação que os modernos sistemas de Corte Constitucional vêm conferindo ao recurso de amparo e ao recurso constitucional (*Verfassungsbeschwerde*). Nesse sentido, destaca-se a observação de Härbele segundo a qual ‘a função da Constituição na proteção dos direitos individuais (subjetivos) é apenas uma faceta do recurso de amparo’, dotado de uma ‘dupla função’, subjetiva e objetiva, ‘constituindo esta última em assegurar o Direito Constitucional objetivo’ (Peter Härbele, O recurso de amparo no sistema germânico, *Sub Judice* 2021, 201, p. 33 (49))”. Da mesma forma, complementa o julgado, citando o exemplo do direito norte-americano: “há muito resta evidente que a Corte Suprema americana não se ocupa da correção de eventuais erros das Cortes ordinárias. Em verdade, com o *Judiciary Act* de 1925 a Corte passou a exercer um pleno domínio sobre as matérias que deve ou não apreciar (Cf., a propósito, Griffin, Stephen, *The Age of Marbury, Theories of Judicial Review vs. Theories of Constitutional Interpretation*, 1962-2002, Paper apresentado na reunião anual da ‘American Political Science Association’, 2002, p. 34). Ou, nas palavras do Chief Justice Vinson, ‘para permanecer efetiva, a Suprema Corte deve continuar a decidir apenas os casos que contenham questões cuja resolução haverá de ter importância imediata para além das situações particulares e das partes envolvidas’ (*‘To remain effective, the Supreme Court must continue to decide only those cases which present questions whose resolution will have immediate importance far beyond the particular faces and parties involved’*)” (destaques no original).

²⁰⁹ Relator Ministro MAURÍCIO CORRÊA, julgado em 24 de março de 2.004, Plenário, publicado em 7 de maio de 2.004. Ressalte-se que esse acórdão gerou a edição da Resolução nº 21.702, de 2.004, por parte do Tribunal Superior Eleitoral.

reduzir esse número e a conseqüente declaração incidental de inconstitucionalidade da norma municipal”.

Em seguida, o Ministro GILMAR MENDES discutiu a questão dos efeitos da declaração *incidental* de inconstitucionalidade de lei municipal, que nesse caso decidiu-se ser *ex nunc* e, portanto, sem retroação, com eficácia apenas para o futuro. Permaneceria íntegra a legislatura já eleita no curso do julgamento da ação. Naquela oportunidade, ressaltou o seu voto: “se o STF declarar a inconstitucionalidade restrita, sem qualquer ressalva, essa decisão afeta os demais processos com pedidos idênticos pendentes de decisão nas diversas instâncias. Os próprios fundamentos constitucionais legitimadores da restrição embasam a declaração de inconstitucionalidade da lei que há de ser reconhecida a partir do trânsito em julgado. Os casos concretos ainda não transitados em julgado hão de ter o mesmo tratamento (decisões com eficácia *ex nunc*) se e quando submetidos ao STF”.

Como se tratava de fixar a *correta* interpretação de um comando constitucional, que afetaria a vida política de uma série de outros Municípios, o próprio Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, que foi voto vencido, declarou, ao final dos debates: “Embora se cuide de um caso concreto, e malgrado a minha respeitosa dissonância da maioria, é preciso dar uma orientação uniforme a esse respeito para todo o país”. E nem poderia ser diferente. Afinal, o comando constitucional é um só e deveria de ser aplicado, de modo uniforme, em toda a Federação. Ficou reconhecido, portanto, que esse julgamento teria efeitos *transcendentes*.

No entanto, é bom que se esclareça, desde logo, que a *tese* ali definida poderia ser expandida para os casos semelhantes como um *precedente de caráter persuasivo*. Jamais vinculante, pois se trata de julgamento proferido em sede de controle difuso de constitucionalidade, cuja eficácia da decisão está limitada às partes recorrentes, tal como será melhor examinado no item 6.3, *infra*.

Nesse sentido, vale conferir a decisão proferida no Agravo Regimental na Reclamação nº 3.051-2/RS, relacionada especificamente a esse caso: “A decisão tomada no RE 197.917, em razão da sua natureza subjetiva, possui eficácia vinculante apenas em relação às partes que dele participaram”. Ao rejeitar referida reclamação, o voto do Ministro CARLOS AYRES BRITTO deixou bem consignado: “*Ora bem, com os olhos*

*postos no caso concreto, observo que não se dota de efeito vinculante e de eficácia erga omnes a decisão tomada no RE 197.917/SP, razão pela qual o pronunciamento jurisdicional exarado nesse feito apenas tem a finalidade de atar as partes nele envolvidas”*²¹⁰.

Em outro caso, também muito relevante pois se discutiu, incidentalmente, a constitucionalidade da lei de arbitragem (Agravo Regimental na Sentença Estrangeira nº 5.206 – Reino da Espanha), o voto do Ministro Relator SEPÚLVEDA PERTENCE deixou assentado: “a experiência demonstra, a cada dia, que a tendência dominante – especialmente na prática deste Tribunal – é no sentido de crescente contaminação da pureza dos dogmas do controle difuso pelos princípios reitores do método concentrado. Detentor do monopólio do controle direto, e também como órgão de cúpula do Judiciário, titular da palavra definitiva sobre a validade das normas no controle incidente, em ambos os papéis, o Supremo Tribunal há de ter em vista o melhor cumprimento da missão precípua de ‘guarda da Constituição’, que a Lei Fundamental explicitamente lhe confiou. Ainda que a controvérsia lhe chegue pelas vias recursais do controle difuso, expurgar da ordem jurídica a lei inconstitucional ou consagrar-lhe definitivamente a constitucionalidade contestada são tarefas essenciais da Corte, no interesse maior da efetividade da Constituição, cuja realização não se deve subordinar à estrita necessidade, para o julgamento de uma determinada causa, de solver a questão constitucional nela adequadamente contida” (destacamos)²¹¹.

Por essa razão, novamente o Ministro GILMAR MENDES destacou outro aspecto importante dessa tendência, por ocasião do julgamento de sua relatoria, no Recurso Extraordinário nº 388.830-7/RJ: “apesar de não se vislumbrar no presente caso a violação ao art. 239 da Constituição, diante dos diversos aspectos envolvidos na questão, é possível que o Tribunal analise a matéria com base em fundamento diverso daquele sustentado [pelo recorrente]. A proposta aqui desenvolvida parece consultar a tendência de não-estrita subjetivação ou de maior objetivação do recurso extraordinário, que deixa de ter caráter meramente subjetivo ou de defesa de interesse das partes, para assumir, de forma decisiva, a função de defesa da ordem constitucional objetiva. (...). Se não se entender assim, ter-

²¹⁰ Julgada em 2 de agosto de 2.006, Plenário, publicada em 15 de setembro de 2.006, destaques no original.

²¹¹ Julgado em 12 de setembro de 2.001, Plenário, publicado em 30 de abril de 2.004. destaque no original.

se-á um excessivo formalismo do processo constitucional, com sérios prejuízos para a eficácia das decisões da Corte, e, por que não dizer para o próprio sistema jurídico, que, dependente da forma aleatória de provocação, produzirá decisões incongruentes, dando ensejo à interminável seqüências de demandas a propósito de casos já resolvidos por esta Corte”²¹².

Desse modo, a Corte entendeu ser possível analisar o recurso extraordinário por fundamento diverso daquele indicado pelo recorrente. Afastou, com isso, a necessidade de prequestionamento e o limitado efeito devolutivo do recurso extraordinário (v. item 2.2, *supra*). Deixou-se de lado, portanto, aspectos formais relacionados ao conhecimento do recurso, em prol da fixação da correta exegese de um preceito constitucional. Exerceu o Supremo a função de “guarda da Constituição” que lhe é atribuída pela Carta Magna (artigo 102, *caput*²¹³).

Essa tendência não é isolada e vem repercutindo sobre diversos outros pronunciamentos da Corte Suprema. O Ministro EROS GRAU também afirmou, categoricamente, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 475.812-1/SP: “O Supremo Tribunal tem entendido, a respeito da tendência de não-estrita subjetivação ou de maior objetivação do *recurso extraordinário*, que ele *deixa de ter caráter marcadamente subjetivo ou de defesa de interesse das partes, para assumir, de forma decisiva, a função de defesa da ordem constitucional objetiva*” (destacamos²¹⁴).

Foi por essa razão, que em precedente mais antigo, o Recurso Extraordinário nº 172.058-1/SC, relatado pelo Ministro MARCO AURÉLIO, que envolvia caso de declaração de inconstitucionalidade de lei federal, deixou-se assentado: “os limites da lide [fixada no recurso extraordinário] não revelam os parâmetros de atuação desta

²¹² Julgado em 14 de fevereiro de 2.006, Segunda Turma, publicado em 10 de março de 2.006.

²¹³ Em outro precedente de sua relatoria, o Ministro GILMAR MENDES já havia afirmado: “Ora, se ao Supremo Tribunal Federal compete, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, é certo que a interpretação por ele fixada deve ser acompanhada pelos demais Tribunais, em decorrência do efeito definitivo outorgado à sua decisão. Não se pode diminuir a eficácia das decisões do Supremo Tribunal Federal com a manutenção de decisões divergentes. Contrariamente, a manutenção de decisões divergentes, em instâncias inferiores, sobre o mesmo tema, provocaria, além da deconsideração do próprio conteúdo da decisão desta Corte, última intérprete do texto constitucional, a fragilização da força normativa da Constituição. Embora não tenha o acórdão recorrido mencionado expressamente os arts. 149 e 195, da Constituição, o tema foi discutido, o que atende à exigência da Súmula 282” (Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 203.498-3/DF, julgado em 8 de abril de 2.003, Segunda Turma, publicado em 22 de agosto de 2.003).

²¹⁴ Julgado em 13 de junho de 2.006, Segunda Turma, publicado em 4 de agosto de 2.006, destaques no original.

Corte, porque foram excedidos na prolação do acórdão atacado. Cabe, ultrapassada a barreira do conhecimento do recurso extraordinário, avançar, em atuação com a atividade precípua que a Constituição Federal impõe ao Supremo – de Guarda Maior dela própria. Indaga-se: o que ocorrerá a não se entender dessa forma? Limitada a apreciação à parte envolvida na lide – desconto na fonte [do imposto de renda] quanto aos cotistas – permanecerá sem o crivo do Supremo Tribunal Federal o provimento do Tribunal Regional Federal no que declarada, também, a inconstitucionalidade do artigo quanto ao acionista e ao titular da empresa individual. Cumpre, na espécie, construir, atento o Plenário ao princípio da razoabilidade”²¹⁵.

Ou seja, o Excelso Pretório acabou por fixar uma *tese* de julgamento, com efeitos *persuasivos* para além do caso concreto. Decidiu-se que não apenas a tributação do recorrente (cotista de uma antiga sociedade por quotas de responsabilidade limitada) seria inconstitucional (em razão de uma peculiaridade presente em seu contrato social), mas também a dos acionistas de sociedades anônimas, que ostentariam a mesma condição jurídica da parte recorrente. Foi ainda mais longe o julgado, declarando a constitucionalidade do mesmo tributo em relação aos titulares de empresas individuais²¹⁶.

A bem da verdade, o *leading case* que permitiu o início desse posicionamento está presente no Recurso Extraordinário nº 298.694-1/SP, de relatoria do Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, em que restou decidido: “Recurso extraordinário: letra **a**: possibilidade de confirmação da decisão recorrida por fundamento constitucional diverso daquele em que se alicerçou o acórdão recorrido e em cuja inaplicabilidade ao caso se baseia o recurso extraordinário: manutenção, lastreada na garantia da irredutibilidade dos vencimentos [conforme artigo 37, inciso XV, da Constituição de 1.988], da conclusão do

²¹⁵ Julgado em 30 de junho de 1.995, Plenário, publicado em 13 de outubro de 1.995.

²¹⁶ Tal circunstância fica bem clara no voto do Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE: “acabamos por declarar inconstitucional uma parte relativa à tributação dos acionistas e constitucional outra, relativa a dos titulares de empresas individuais que, a rigor, não seriam necessárias na decisão”. Nesse caso, porém, vale destacar que o Supremo Tribunal Federal não julgou o caso concreto; limitou-se a declarar a inconstitucionalidade da norma e optou por “devolver o caso ao Tribunal ‘a quo’, a fim de que decida, conforme o julgamento de prejudicial de inconstitucionalidade e os fatos relevantes do caso concreto”. Parece claro, porém, que a intenção da Corte foi a de delimitar uma *tese* de julgamento, tanto é que o Tribunal optou por não julgar, de pronto, a lide, remetendo a decisão – de acordo com as peculiaridades do caso *sub judice* – ao Tribunal de origem (o qual, obviamente, deveria obedecer, nesse caso, concreto a premissa de julgamento quanto à inconstitucionalidade do diploma legal).

acórdão recorrido, não obstante fundamentado este na violação do direito adquirido [artigo 5º, inciso XXXVI, da Lei Maior]”²¹⁷.

Naquela oportunidade, o voto do Relator discutiu a praxe, até então adotada pela Corte, de que a inexistência de violação a dispositivo constitucional implicaria o *não-conhecimento* de recurso extraordinário, fundamentado no artigo 102, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal. Bem distinguiu, na linha do que enfatiza BARBOSA MOREIRA²¹⁸, a questão preliminar do conhecimento do recurso extraordinário (configuração dos pressupostos de admissibilidade necessários para que o Tribunal Supremo examine o mérito recursal), de seu provimento (efetiva configuração da violação à norma constitucional²¹⁹).

Diante disso, entendeu-se que o julgamento do Excelso Pretório não poderia estar, necessariamente, jungido ao fundamento recursal invocado pela parte, reconhecendo-se uma “causa de pedir recursal aberta”²²⁰. Isso porque, ponderou o Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE: “Constituiria paradoxo verdadeiramente ‘*Kafkaniano*’ que, diferentemente, ao STF – guarda da Constituição – não fosse dado, no julgamento do RE, declarar que a lei questionada é, sim, inconstitucional, embora por fundamento diverso

²¹⁷ Julgado em 6 de agosto de 2.003, Plenário, publicado em 23 de abril de 2.004. Em igual sentido, do mesmo Relator, confira-se: Recurso Extraordinário nº 300.020-/SP, julgado em 6 de agosto de 2.003, Plenário, publicado em 24 de outubro de 2.003. Retomou-se, assim, antigo julgado da Corte, proferido no Recurso Extraordinário nº 77.877/SP, cuja ementa expressou: “Recurso Extraordinário. Pode ser conhecido com fundamento outro que não o indicado, quando o fundamento omitido ressalta da discussão” (Relator Ministro LUIZ GALLOTTI, julgado em 20 de março de 1.974, Plenário, publicado em 18 de abril de 1.974).

²¹⁸ *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 588.

²¹⁹ A distinção também se faz presente na doutrina estrangeira: “El juicio de *admissibilidad* se centra, obviamente, en la verificación de la concurrencia de los presupuestos formales o procedimentales del escrito del recurso, sin poder avanzar sobre los fundamentos de la impugnación. Esto último que corresponde a la de los agravios, se halla reservado *al juez del recurso que no es otro que la Corte de Justicia de la Nación*. El juicio de *admissibilidad* se circunscribe, pues, a la comprobación de si están satisfechas por el recurrente las cargas pertinentes que conciernen a aspectos procesales: carácter definitivo del fallo, legitimación de apelante, plazo y, desde luego, si la lectura del escrito autoriza un primer juicio del valor su contenido, em lo atinente a su operatividad formal, que acuerde la imprescindible suficiencia técnica como para ser concedido” (AUGUSTO MORELLO, *Lo Recurso Extraordinario y La Eficacia del Proceso*, cit., p. 444).

²²⁰ Na qual é dado ao “Tribunal realizar um controle efetivo da constitucionalidade das decisões independentemente das pequenas –, e, muitas vezes, desinteressantes – questões que, na verdade, não mudam o *fato* julgado e suas consequências jurídicas, mesmo que ele se repita multitudinariamente” (CASSIO SCARPINELLA BUENO, *De volta ao prequestionamento – duas reflexões sobre o RE 298.695-SP*, in *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis*, vol. 8, Nelson Nery – Teresa Wambier (coords.), São Paulo, RT, 2.005, p. 73). Mas essa interpretação não pode ocasionar maior prejuízo ao recorrente, pois no âmbito extraordinário também é vedada a *reformatio in pejus*.

do acolhido pelo acórdão recorrido, e, em consequência, estivesse vinculado a aplicar a norma legal que considera incompatível com a Carta Magna”²²¹.

Recordou o voto do Ministro NELSON JOBIM, naquela mesma ocasião, outro ponto fundamental: “O Tribunal começa a retomar uma memória esquecida, que era exatamente a função do recurso extraordinário. Quando se criou o Supremo Tribunal Federal com a instituição da República, e o estabeleceu como Órgão de controle da constitucionalidade do direito federal, o que os republicanos queriam, efetivamente, era assegurar a vontade da legislação republicana por sobre virtuais alterações e situações que importassem não só a aplicação das normas constitucionais pelas justiças estaduais, então criadas, mas, também, pelo eventual legislador federal, no controle da constitucionalidade, que pudesse vir, ainda, com a memória da Monarquia, do sistema Imperial anterior. Ou seja, o sentido do recurso extraordinário era a vigência da Constituição. Ocorre que começamos a atribuir a função de vigência da Constituição pelo Supremo Tribunal Federal a uma vontade da parte, ou a uma conduta dos tribunais inferiores. Se os tribunais inferiores não fundamentaram assim, acabava tendo uma solução nitidamente contrária à Constituição, mas, como não tinha sido o fundamento, etc, terminava lesando aquilo que era a vigência plena da Constituição. E aí estamos caminhando para aproximar o recurso

²²¹ Seguiu a mesma linha o voto do Ministro CEZAR PELUSO: “E, no juízo de mérito, também penso que o Tribunal não está vinculado ao fundamento que o recorrente invoque no recurso extraordinário. E, aqui, a segunda questão que me parece importantíssima, suscitada no voto do eminente Relator. Considero que a interpretação restritiva quanto à profundidade do efeito devolutivo do extraordinário, implica duas graves contradições, muito bem percebidas por V. Exa.. A primeira é a contradição imediata com a função constitucional precípua do Supremo, que é a de velar pela mesma Constituição, na sua inteireza. Não é possível, sem renúncia a tal função, admitir que a Corte esteja impedida de reconhecer a incidência de certa norma constitucional, sob o singelo fundamento de que não teria sido invocada nas razões ou contra-razões do recurso extraordinário. E a segunda, mais grave que a primeira, que já é gravíssima, parece ser a contradição com a ordem jurídica em si, porque não consigo conceber como o Supremo Tribunal Federal possa modificar o conteúdo de uma decisão, com base no argumento de que teria havido ofensa a determinada regra ou princípio constitucional, quando esteja claríssimo, nos autos, que esse mesmo conteúdo decisório deve subsistir pela aplicação de outra norma ou princípio constitucional, incidente sobre os fatos da causa”. Trata-se de um julgamento que se poderia dizer bem mais honesto; afinal, se a Corte não vislumbrou a violação de um dispositivo constitucional, ela poderia ter simplesmente rejeitado o recurso, sem maiores considerações. No entanto, preferiu expor os fundamentos de mérito para manter o acórdão recorrido, a fim de divulgar a *tese* de julgamento que deveria ser aplicada em hipóteses semelhantes àquela debatida nos autos. Isso porque a Corte Suprema já havia afirmado, em outro aresto: “No julgamento do recurso extraordinário, da negação da tese do acórdão recorrido não resulta necessariamente a inversão da decisão da causa: pode haver motivos alheios à fundamentação da decisão impugnada que, não obstante rejeitada esta, induzam a manter o dispositivo julgado” (Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário nº 85.944-6/RJ, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgado em 30 de setembro de 1.997, Primeira Turma, publicado em 7 de novembro de 1.997). O voto desse caso ressaltou: “No recurso extraordinário, ao contrário do recorrente, ao recorrido – vencedor na instância a quo – não se impõe o ônus do prequestionamento, nem sequer o de aventar, nas contra-razões, os motivos, posto que estranhos aos da decisão recorrida, de que possa resultar a manutenção desta. Salvo, é claro, se se trata de matéria a respeito da qual a lei exija iniciativa da parte interessada”.

extraordinário de um recurso objetivo, como disse o Ministro Gilmar Mendes. (...). Creio que essa decisão nos anuncia, abre o caminho, ou mesmo uma porta para começarmos a pensar em uma ‘independência’ do Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito aos direitos subjetivos individuais discutidos e causas de recurso extraordinário”²²².

Nesse sentido, já havia sustentado, em âmbito doutrinário, MATOS PEIXOTO: “*a violação da lei, mas não do direito da parte, é o facto unico que escapa á soberana independencia do poder judiciario local. Os tribunaes dos Estados verificam o facto e, consoante a prova produzida, decidem soberanamente se a relação de direito litigiosa deve ou não ser garantida por esta ou aquella regra de direito. O Supremo Tribunal Federal só tem que vêr se alguma regra de direito foi violada em sua propria substancia ou potencialidade abstracta*”²²³.

COSTA MANSO comungava dessa mesma opinião, ao defender: “A ilegalidade da decisão recorrida deve consistir na violação do direito *objectivo*. Do direito subjectivo não se cogita. A justiça local pronuncia-se a respeito delle soberanamente. Por mais injusta que pareça a decisão, relativamente ao direito da parte, nada póde contra ella o Supremo Tribunal: o recurso extraordinário é destinado apenas a garantir a preeminencia da lei federal e não a corrigir injustiças na apreciação do facto”²²⁴.

Da mesma forma, a partir das modificações ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, decorrentes da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2.007 – em especial aos seus artigos 326, 328 e 329, que refletem o quanto previsto nos novos artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil – pode-se notar uma tendência de se conferir maior alcance e importância – e por qual razão também não dizer *efetividade* – às decisões proferidas pelo Excelso Pretório, via julgamento de recursos extraordinários. Foi o que destacou, recentemente, o Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 565.714-1/SP²²⁵.

²²² A posição, no entanto, foi refutada pelo Ministro MOREIRA ALVES, que apresentou seu voto pouco antes da aposentadoria. Para ele, o princípio *iuri novit curia* não teria aplicabilidade na via extraordinária. Além disso, o conhecimento de um recurso extraordinário, por fundamento diverso do recorrido, geraria o afastamento indevido do prequestionamento.

²²³ Cit., p. 117, destaques no original.

²²⁴ *O Processo em Segunda Instância e suas Aplicações à Primeira*, vol. I, São Paulo, Saraiva, 1.923, p. 178, destaque no original.

²²⁵ Julgado em 30 de abril de 2.008, Plenário, publicado em 8 de agosto de 2.008.

O voto da Ministra Relatora CARMEM LÚCIA, acompanhado por todos os demais membros da Corte, destacou, inicialmente, o fato de que o “*recurso extraordinário a ser julgado no Plenário em face do reconhecimento da repercussão geral enseja a consolidação do entendimento sobre a matéria, de modo a pacificar a jurisprudência sobre o tema, cumprindo-se, assim, o princípio da segurança jurídica para os jurisdicionados*” (destacamos). Na conclusão do voto, negou-se provimento ao recurso extraordinário, “para *reformular* o acórdão recorrido, assentando, entretanto, a não-recepção pelo art. 7º, inciso V, da Carta da República, do art. 3º da Lei Complementar 432/1985 do Estado de São Paulo, uma vez que o Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que qualquer vinculação ou indexação de valores de vencimento ao salário mínimo é constitucionalmente inválida”.

Veja-se que o acórdão recorrido havia afirmado justamente o contrário, isto é, que o “cálculo do adicional de insalubridade com base no salário mínimo, no termos da Lei Complementar nº 432/85, não ofende o disposto no art. 7º, IV, da Constituição Federal”. Aplicou-se, nesse caso, o entendimento consolidado na Súmula nº 496 da Corte. O provimento do recurso extraordinário geraria a reforma da decisão recorrida, mas em sentido contrário do que já havia sido decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em casos semelhantes. Por isso, optou-se pelo conhecimento e negativa de provimento, mas com base em fundamento diverso daquele veiculado pelo recorrente. Houve intenso debate na Corte sobre a problemática relativa à *reformatio in pejus*. Para não violar esse princípio, o Supremo garantiu ao recorrente o direito de receber o benefício a que fazia *jus*. No entanto, ele não poderia estar atrelado ao salário mínimo, mas sim a uma lei a ser editada pelo Estado, como forma de garantir a substituição do critério de atualização considerado inconstitucional pela Corte.

A repercussão geral, como se pode notar, fortalece de certa maneira essa tendência, no sentido de *tornar os julgados do Supremo Tribunal Federal verdadeiros precedentes*. Como anota BRUNO DANTAS, mais uma vez o legislador procurou deslocar o foco de atuação do Excelso Pretório. O que estará em jogo, daqui para frente, não será pura e simplesmente o interesse subjetivo das partes recorrentes; interessarão, na verdade,

os impactos que uma determinada decisão poderá provocar na sociedade como um todo, ou em um grupo representativo de pessoas²²⁶.

Vale lembrar que em outro relevante julgamento, o Ministro Relator CEZAR PELUSO lançou séria advertência, que merece transcrição: “É oportuno, aliás, advertir que o disposto no art. 544, §§ 3º e 4º, e no art. 557, ambos do Código de Processo Civil, desvela o *grau de autoridade que o ordenamento jurídico atribui, em nome da segurança jurídica, às súmulas e, posto que não sumulada, à jurisprudência dominante, sobretudo desta Corte, as quais não podem ser desrespeitadas nem controvertidas sem graves razões jurídicas capazes de lhe autorizar revisão ou consideração*. De modo que o *inconformismo sistemático, manifestado em recursos carentes de fundamentos novos, não pode deixar de ser visto senão como abuso do poder recursal*. Ao presente agravo, que não traz argumentos sérios para ditar eventual orientação assentada pela Corte, não sobra, pois, senão caráter só abusivo. Há aqui, *além da violação específica à norma inserta no art., 557, § 2º, do Código de Processo Civil, desatenção séria e danosa ao dever de lealdade processual (arts. 14, II e III, e 17, VII), até porque recursos como este roubam à Corte, já notoriamente sobrecarregada, tempo precioso para cuidar de assuntos graves. A litigância de má-fé não é ofensiva apenas à parte adversa, mas também à dignidade do Tribunal e à alta função pública do processo*” (destacamos²²⁷).

Tal como ponderou EDUARDO DE AVELAR LAMY, vem crescendo a importância e, conseqüentemente, a valorização da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal²²⁸. Desse modo, a repercussão geral poderá ter o mérito de *generalizar* a aplicação

²²⁶ Por isso, conclui o citado autor: “o acolhimento de um RE beneficiará o recorrente apenas secundariamente, pois o objetivo primário da intervenção da Corte não será a lide, mas o impacto indireto que a sua solução levará ao *grupo social relevante*. Com isso, esvazia-se a função *dikelógica* e ganham força as funções nomofilática, uniformizadora e paradigmática. Eis o novo perfil do RE com o advento da repercussão geral. O principal escopo, segundo nos parece, é o paradigmático. A redução drástica do número de recursos examinados fará com que o STF dedique tempo e energia aos casos verdadeiramente de interesse da sociedade brasileira. Com isso, diante de um número pequeno de intervenções, os jurisdicionados e os próprios tribunais terão melhores condições de conhecer o posicionamento da Corte, tendo em conta que só terá havido manifestação porque o tema efetivamente é importante” (*Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, São Paulo, RT, 2.008, pp. 257-258).

²²⁷ Julgado em 24 de maio de 2.005, Primeira Turma, publicado em 17 de junho de 2.005, destacamos. No mesmo sentido e do mesmo Relator: Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 222.488-0/SP, julgado em 6 de setembro de 2.005, Primeira Turma, publicado em 7 de outubro de 2.005.

²²⁸ Com o “reconhecimento da existência de um interesse social que transcende o interesse das partes e que, de certa forma, justifica, inclusive, o não-cabimento do recurso extraordinário nas causas em que ele não se faça presente” (*Repercussão geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, cit.,

de todas essas importantes regras, contribuindo para possibilitar que o Excelso Pretório exerça o papel que verdadeiramente lhe compete no estado republicano e federativo brasileiro.

É bom que se esclareça, novamente, para que não parem dúvidas, que não se pode confundir a tendência de objetivação do recurso extraordinário, ora examinada com base em alguns precedentes da Corte, com uma possível atribuição de força vinculante e eficácia *erga omnes* às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle incidental de constitucionalidade.

Destacou EDUARDO TALAMINI que os julgados prolatados em recursos extraordinários (incluindo, agora, aqueles que veiculem questões constitucionais de repercussão geral) não geram a vinculação de outros órgãos do Judiciário, ou mesmo da Administração Pública, como ocorre a partir da edição de uma súmula vinculante (v. item 6.4, *infra*). Pode haver uma “possível extensão do resultado do julgamento a outros recursos extraordinários que viriam a ser julgados *pelo próprio STF*”²²⁹. Contudo, esse efeito nada mais é do que a eficácia *persuasiva* que, naturalmente, ostentam os acórdãos de nossa mais alta Corte²³⁰. Não se trata, portanto, de conferir uma vinculação obrigatória e *erga omnes*, como ocorre no controle concentrado de constitucionalidade (artigo 102, § 2º da Constituição Federal), questão essa que voltará a ser examinada, com maior profundidade, no Capítulo VI, em especial no item 6.3, *infra*.

Veja-se que o próprio Supremo Tribunal Federal tem, em alguns acórdãos e decisões monocráticas de seus Ministros, rechaçado a tese de que os julgamentos proferidos em controle difuso de constitucionalidade ostentariam os mesmos efeitos que aqueles decorrentes das ações objetivas, no controle concentrado. Está absolutamente sedimentado na jurisprudência da Corte, por exemplo, o entendimento de

p. 174). Até porque, explicita o mesmo autor: “o STF possui um papel paradigmático que transcende os interesses subjetivos, haja vista não se tratar de uma corte meramente jurisdicional” (cit., p. 178). Tanto é assim, que os seus ministros, desde o início, foram indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal (tal como atualmente prevê o artigo 101, parágrafo único da Lei Maior).

²²⁹ Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 239, destacamos.

²³⁰ Tal como aludiu AUGUSTO MORELLO: “La Corte nacional há debido dar la inteligencia acabada de la que efectuaran los tribunales locales de las instancias ordinarias, debiendo em diversas cuestiones típicamente de derecho común diseñar la doctrina legal que si no tine forza vinculatoria legal, *moralmente* es acatada com ulterioridad por todos los tribunales del país” (*Lo Recurso Extraordinário y La Eficacia del Proceso*, cit., p. 486).

que não cabe reclamação para sustentar o descumprimento de decisão proferida em outra reclamação. Os casos mais emblemáticos são aqueles relativos à aplicação da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1.992). Uma série de agentes públicos ingressou com reclamações no Supremo, argüindo que a decisão proferida pelo Plenário, no julgamento da Reclamação nº 2.138-6/DF²³¹, deveria ser a eles estendida.

Tais requerimentos, porém, não prosperaram. Ilustra esse posicionamento o Agravo Regimental na Reclamação nº 5.389-0/PA. O voto da Ministra Relatora CÁRMEN LÚCIA bem diferenciou: “É certo que, em algumas oportunidades, este Supremo Tribunal tem-se firmado no sentido de que os fundamentos ou os motivos determinantes adotados em decisões proferidas em processos de controle *concentrado* de constitucionalidade são dotados de eficácia vinculante, e, portanto, capazes de ensejar o ajuizamento de Reclamação, na hipótese de serem desrespeitados por outros órgãos do Poder Judiciário ou da Administração Pública”. Entretanto, considerando “a ausência do denominado efeito vinculante e, muito menos, de eficácia *erga omnes* das decisões proferidas em Reclamação, não há que se falar em afronta à competência deste Supremo Tribunal Federal ou à autoridade de suas decisões, nos termos do que dispõe o art. 102, inc. I, alínea I, da Constituição da República”²³².

Dessa forma, ainda que se reconheça a validade da tese dos *motivos determinantes das decisões proferidas em ações de controle abstrato* – isto é, haveria a “*transcendência dos motivos que embasaram a decisão*’ proferida por esta Corte em processo de fiscalização normativa abstrata, **em ordem a proclamar** que o efeito vinculante refere-se, **também**, à própria ‘ratio decidendi’, **projetando-se**, em consequência, **para além da parte dispositiva do julgamento**, ‘in abstracto’, de

²³¹ Relator para acórdão Ministro GILMAR MENDES, julgada em 13 de junho de 2.007, Plenário, publicada em 18 de abril de 2.008. Em tal ocasião foi decidido: “Os Ministros de Estado, por estarem regidos por normas especiais de responsabilidade (CF, art. 102, I, ‘c’; Lei nº 1.079/1950), não se submetem ao modelo de competência previsto no regime comum da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92)”.

²³² Julgado em 20 de novembro de 2.007, Primeira Turma, publicado em 19 de dezembro de 2.007. Em igual sentido, confira-se a decisão monocrática proferida pelo Ministro Relator CEZAR PELUSO na Reclamação nº 5.081/PB: “A jurisprudência deste Tribunal é assente no sentido de que, na primeira hipótese – garantia de suas decisões –, a reclamação só pode ser manejada ante o descumprimento daquelas [decisões] proferidas com efeito vinculante e eficácia *erga omnes*, nas ações de controle abstrato de constitucionalidade, ou, então, nos processos de índole subjetiva, desde que, neste último caso, *o reclamante deles haja participado* (Rcl nº 5027, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJ de 31/10/2006)” (datada de 21 de maio de 2.007, publicada em 28 de maio de 2.007).

constitucionalidade ou de inconstitucionalidade”²³³ – é certo que eles ficariam estritamente limitados a esse âmbito, do controle concentrado.

Na verdade, também, a análise de todos esses precedentes demonstra que o Supremo Tribunal Federal vinha, em alguns pouquíssimos casos, adotando uma postura mais *liberal* para o conhecimento de recursos extraordinários que versassem sobre matérias de alto relevo e com reflexo para um número considerável de pessoas (categorias de funcionários públicos, por exemplo). Abandonou-se, por isso, óbices formais (alguns deles de natureza pretoriana) que impediriam, ordinariamente, o julgamento de mérito de tais impugnações.

Nesse sentido, é que, reitere-se, a repercussão geral da questão constitucional poderá provocar mudanças importantes no sistema de admissibilidade dos recursos extraordinários. Afinal, se a Corte não for mais obrigada a analisar uma série invencível de recursos, na medida em que terá a sua disposição um filtro para contenção da enorme quantidade de impugnações que para lá são remetidas, ela poderá concentrar seus esforços nos casos verdadeiramente importantes, abandonando sua jurisprudência defensiva (mas plenamente justificada pelos números expostos no item 1.2, *supra*). Privilegiam-se, com isso, os julgamentos que emanem verdadeiras diretrizes – aos demais Tribunais, entes da Administração Pública e para os próprios jurisdicionados – a respeito da correta interpretação dos preceitos constitucionais.

Retoma-se, lembre-se ainda mais uma vez, a função reservada, com exclusividade pela Carta de 1.988, ao Supremo Tribunal Federal: *sumo guardião da Constituição* (artigo 102, *caput*).

²³³ Decisão monocrática proferida pelo Ministro Relator CELSO DE MELLO, no julgamento da Reclamação nº 2.986/SE, datada de 11 de março de 2.005, publicada em 18 de março de 2.005, destaques no original.

CAPÍTULO III –

ANTECEDENTES DA REPERCUSSÃO GERAL NO DIREITO BRASILEIRO.

3.1.- Arguição de relevância das questões federais.

Entre todas as soluções aventadas para solucionar o problema relativo à excessiva carga de trabalho do Excelso Pretório (v. item 1.2, *supra*), sem sombra de dúvida aquela que ganhou maior número de adeptos no Brasil, e em diversos outros países, foi a instituição de mecanismos de controle do acesso às Cortes Supremas, pela via recursal, proporcionando-lhes maior poder para negar admissibilidade às impugnações a elas dirigidas²³⁴.

O germe para a instituição de um *filtro de retenção* dos recursos extraordinários dirigidos ao Supremo Tribunal Federal surgiu, no ordenamento jurídico nacional, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1.969,

²³⁴ Nos Estados Unidos da América, essa circunstância foi bem relatada por LAWRENCE BAUM: “O crescimento do acúmulo de processos na Corte, na última metade do século, não é sem precedentes. Durante a maior parte dos períodos, na história da Corte, tem havido um processo de substancial crescimento no número de casos chegados à Corte. Pelo menos, desde o final do século XIX, o aumento da atividade na Corte tem levado a queixas dos juízes de que estão sobrecarregados e incapazes de lidar efetivamente com seu trabalho. Como resultado, os membros da Corte e observadores solidários têm procurado proporcionar a ela maior controle sobre sua massa de processos através da expansão de sua autoridade quanto à apreciação dos casos ou não” (*A Suprema Corte Americana*, trad. Elcio Cerqueira, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1.987, pp. 163-164).

que conferiu nova redação ao artigo 119 da Carta Magna de 1.967²³⁵. Foi ela fruto do trabalho do Ministro HAHNEMANN GUIMARÃES, com contribuições do Ministro VICTOR NUNES²³⁶.

Com efeito, o parágrafo único inicialmente incluído no dispositivo em questão estabeleceu: “As causas a que se refere o item III, alíneas *a* e *d*”²³⁷, deste artigo, serão indicadas pelo Supremo Tribunal Federal no regimento interno, que atenderá à sua *natureza, espécie e valor pecuniário*” (destacamos²³⁸).

Veja-se, portanto, que a Lei Fundamental, promulgada sob os auspícios do governo militar, conferira *poder normativo* ao Supremo Tribunal Federal²³⁹. Caberia ao seu Regimento Interno explicitar em quais os casos os recursos extraordinários – repita-se, novamente, que envolvessem a violação de lei ou tratado federal, bem como

²³⁵ Os estudos realizados para embasar essa alteração acenavam com a possibilidade de se dificultar o acesso ao Excelso Pretório, via recurso extraordinário. Os próprios ministros da Corte, em estudo publicado em 1.965, defendiam que “a solução definitiva, que porá termo ao abuso do recurso extraordinário, parece ser a introdução de um requisito novo, mantidos os atuais casos de interposição. Assim, para que o Supremo Tribunal conheça do recurso, dever-se-á exigir que a questão federal nêle envolvida seja de alta relevância. Essa relevância será apreciada sobretudo do ponto de vista do interesse público. Fora dessa hipótese, na qual estão incluídas as arguições de inconstitucionalidade, o recurso não deverá ser admitido. O Presidente do Tribunal de origem será o primeiro juiz da relevância, para determinar a subida do recurso. O Supremo Tribunal Federal, em julgamento sumário, a ser regulado no Regimento, poderá entender de outro modo, deixando de conhecer do recurso que não tiver relevância. Inversamente, se a relevância originariamente não for reconhecida, a parte poderá trazer o problema ao Supremo Tribunal, mediante traslado, para o julgamento apenas dêsse requisito. Outra alternativa foi prevista para casos em que a decisão possa merecer reforma, sem que a questão seja de relevante repercussão jurídica. Permitir-se-á, então, que o Supremo Tribunal, ao invés de julgar a causa, se limite a determinar novo julgamento pelo próprio Tribunal recorrido” (RIBEIRO DA COSTA *eti alii*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *RDA* 81/483). Em linhas gerais, como se verá a seguir, foi esse o sistema adotado, com algumas modificações (no que toca à competência para apreciação dessa preliminar) e abandono da idéia de tornar o Excelso Pretório uma Corte de Cassação *sui generis*, o que implicaria mudança de seu perfil, já consolidado em nosso ordenamento (v. item 1.1, *supra*).

²³⁶ RAUL ARMANDO MENDES, *Da Interposição do Recurso Extraordinário*, São Paulo, Saraiva, 1.984, p. 128.

²³⁷ Relativas, respectivamente, aos recursos extraordinários fundamentados em negativa de vigência de tratado ou lei federal, bem como em divergência jurisprudencial.

²³⁸ Afirmava SAMUEL MONTEIRO: “é o STF, por delegação expressa da Constituição Federal, a partir da CF/67, que detém a competência privativa, específica e derivada, para dizer, no seu RISTF, quais os casos em que, pelas alíneas *a* e *d* do art. 119, III, dessa Constituição Federal, é cabível a interposição de RE” (cit., p. 74).

²³⁹ A redação original do artigo 115, § 3º, alínea “c”, da Constituição de 1.967 previa: “O regimento interno [do Supremo Tribunal Federal] estabelecerá: (...) c) o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou de recurso” (destacamos). O dispositivo não se repetiu na Constituição Federal de 1.988, que outorga competência mais restrita aos Tribunais, os quais poderão apenas “eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos” (artigo 96, inciso I, alínea “a”, destacamos).

estivessem fundamentados em divergência jurisprudencial – poderiam ser admitidos para julgamento²⁴⁰.

A partir daquele instante, o recorrente deveria atender a um *novo pressuposto de admissibilidade*, fixado pela Emenda Constitucional nº 1, de 1.969: a matéria objeto do recurso extraordinário teria de estar contemplada no elenco fixado pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, como sendo passível de impugnação por meio dessa via excepcional.

Note-se, por importante, que tal prerrogativa estava genericamente delimitada pelo texto constitucional. A restrição ao cabimento do recurso extraordinário deveria tomar como base a *natureza*, a *espécie* e/ou o *valor da causa*. Fixou-se, ainda que de maneira vaga, três parâmetros que deveriam ser levados em consideração pelo Excelso Pretório para admitir ou não os recursos extraordinários. Somente quando a matéria discutida na demanda não veiculasse questão ou interesse de grande monta e relevo para a nação, ou quando o valor do objeto litigioso não ostentasse maior expressão, é que a restrição à admissibilidade do recurso extraordinário seria *legítima*²⁴¹.

Foi com base naquela autorização constitucional, que a Emenda Regimental nº 3, de 12 de junho de 1.975, criou a *arguição de relevância das questões federais*. Com efeito, o artigo 308 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal passou a prever: “*Salvo nos casos de ofensa à Constituição ou relevância da questão federal, não caberá o recurso extraordinário*, a que alude o seu art. 119, das decisões

²⁴⁰ Tentou-se, inclusive, a ampliação desse requisito para todas as hipótese de interposição do recurso extraordinário, “transformando-se a relevância, de *ressalva* dos vetos regimentais na interposição do recurso extraordinário, em pré-requisito desse recurso em todos os demais feitos” (EVANDRO GUEIROS LEITE, *A Emenda 2/85 (RISTF) e a boa razão*, in RT 615/10, destaque no original). A proposta, como se verá, acabou não vingando.

²⁴¹ É preciso lembrar que uma das principais incumbências do Supremo Tribunal Federal, naquela época, era a de controlar e uniformizar a interpretação do *direito federal* (artigo 119, inciso III, alínea “d” da Constituição de 1.967). Por força dessa missão, verifica-se que a própria razão de ser do recurso extraordinário transcendia os limites da causa, na medida em que visava a *garantir a unidade do sistema jurídico*, por meio da interpretação congruente do direito, pelos diversos Tribunais do país. Nesse sentido, DORESTE BAPTISTA afirmava: “Embora o Supremo Tribunal não se limite a ‘anular a decisão viciada por um erro de direito, mas decide ele próprio a controvérsia quando possível’, na verdade não se pode perder de vista que sua missão, como instância extraordinária, transcende dos limites da causa. Como instância excepcional de recurso, a razão primeira da sua existência não é senão a unidade do sistema jurídico” (cit., p. 41).

proferidas (...). E, em seguida, os oito incisos desse dispositivo arrolavam as hipóteses de inadmissibilidade do recurso extraordinário²⁴²⁻²⁴³.

Ressalvou o dispositivo em questão, porém, que as alegações de violação à Constituição Federal estariam automaticamente excluídas dessas restrições²⁴⁴, as

²⁴² A saber: “I – nos processos por crime ou contravenção a que sejam cominadas as penas de multa, prisão simples ou detenção, isoladas, alternadas ou acumuladas, bem como as medidas de segurança com eles relacionadas; II – nos *habeas corpus*, quando não trancarem ação penal, não lhe impedirem a instauração ou a renovação, nem declararem a extinção da punibilidade; III – nos mandados de segurança, quando não julgarem o mérito; IV – nos litígios decorrentes: a) de acidente do trabalho; b) das relações de trabalho mencionadas no art. 110 da Constituição; c) da previdência social; e) da relação estatutária no serviço público, quando não for discutido o direito à constituição ou subsistência da própria relação jurídica fundamental; V – nas ações possessórias, nas de consignação em pagamento, nas relativas à locação, nos procedimentos sumaríssimos e nos processos cautelares; VI – nas execuções por título judicial; VII – sobre a extinção do processo, sem julgamento do mérito, quando não obstarem a que o autor intente de novo a ação; VIII – nas causas cujo valor, declarado na petição inicial, ainda que para efeitos fiscais, ou determinado pelo juiz, se aquele for inexato ou desobediente aos critérios legais, não exceda a 100 vezes o maior salário-mínimo vigente no País, na data de seu ajuizamento, quando uniforme as decisões das instâncias ordinárias; e de 50, quando entre elas tenha havido divergência, ou se trate de ação sujeita a instância única”. Destacou SÉRGIO BERMUDEZ que “[n]as causas não enumeradas no art. 308, não há necessidade de invocar-se a relevância da questão federal, pois, aí, a admissibilidade do extraordinário não encontra qualquer obstáculo, naquela norma” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 293). De um lado, pois, dava-se relevo à (importância) da matéria e, de outro, ao valor da causa ou daquele efetivamente discutido na ação. Pouco importava, entretanto, que nos casos enumerados taxativamente nos incisos I a VII o valor da demanda ultrapassasse o teto mínimo fixado no inciso VIII, pois aí o critério foi fixado *ratione materiae* (SÉRGIO BERMUDEZ, *Comentário ao Código de Processo Civil*, cit., p. 295).

²⁴³ Alguns autores sustentaram que a Emenda Regimental nº 3, de 1.975, teria exorbitado a permissão constitucional, “porque esta não cotinha a possibilidade de o regimento interno do Supremo Tribunal Federal restringir a admissibilidade do recurso extraordinário, interposto com fundamento das letras ‘a’ e ‘d’ da norma constitucional, em virtude da ‘relevância da questão federal’” (NANCY ANDRIGHI, cit., p. 2). Essa era também a opinião de ANTONIO CARLOS MARCONDES MACHADO, *Arguição de relevância: a competência para o seu exame – o ulterior conhecimento do recurso extraordinário*, in *RePro* 42/58. Mas, como ressaltou ALCIDES DE MENDONÇA LIMA, “cabia ao próprio Supremo apreciar a alegação, [de modo que] era sem efeito prático a tese levantada, pois o Pretório Excelso não podia negar sua ‘invenção’” (*Arguição de relevância da questão federal*, in *RePro* 58/118). Ora, a partir do momento em que a Constituição de 1.967 autorizou que o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal indicasse as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário, fundamentado nas alíneas “a” e “d” do artigo 119, ela implicitamente conferiu poder para que o Excelso Pretório limitasse as hipóteses de admissibilidade desse recurso. Por essa razão, DORESTE BAPTISTA entendia ter se tratado de uma “sábria iniciativa do constituinte – ao tornar *regimental* a norma antes *constitucional* – [pois] tem a superior virtude de permitir que, através de providência interna da Corte, a matéria receba, no correr do tempo, as variações de tratamento que a experiência de sua aplicação aconselhar (de que é exemplo a recente Emenda Regimental nº 3), com a presteza, a facilidade, senão mesmo a comodidade (que significam aí, conveniência) com que se podem processar as alterações regimentais” (cit., p. 32). De qualquer forma, a Emenda Constitucional nº 7, de 1.977, acabou por *constitucionalizar* o instituto.

²⁴⁴ Ao contrário do que está atualmente previsto em nossa legislação (v. Capítulo IV, *infra*), havia uma presunção de que as ofensas à Lei Maior teriam sempre importância, razão pela qual deveriam ser, todas elas, apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, BARBOSA MOREIRA explicou: “Se o Regimento afastou das restrições ao cabimento do recurso extraordinário em se cogitando de ‘ofensa à Constituição’, foi decerto porque considerou particularmente relevantes as questões suscitadas nesse plano, e em atenção a tal relevância é que preferiu manter desimpedida a via de acesso ao Supremo Tribunal Federal. As questões relacionadas com possíveis ofensas à Constituição compõem, destarte, uma espécie do gênero ‘questões federais relevantes’. A diferença está que, para essa espécie, a relevância já vem afirmada *a priori* na norma abstrata, caso a caso, necessária nas espécies restantes. Se quiséssemos empregar terminologia tradicional, embora de duvidosa propriedade científica, diríamos que, nas hipóteses de ofensa à Constituição,

quais também não incidiriam quando fosse reconhecida a *relevância da questão federal* trazida a novo julgamento perante a Suprema Corte. Nesses casos, como ponderava EVANDRO LINS E SILVA, havia a necessidade de *intervenção corretiva* do Supremo Tribunal Federal²⁴⁵. Havia, pois, a partir daquele momento, uma clara *distinção* entre causas que envolvessem direito federal *relevante* e direito federal *irrelevante*. E apenas das primeiras a Corte Suprema cuidaria²⁴⁶.

Logo em seguida, o instituto²⁴⁷ foi acolhido, de forma expressa, pela Constituição brasileira. A Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1.977²⁴⁸, inspirada em trabalho de uma comissão do Supremo formada pelos Ministros THOMPSON FLORES, XAVIER DE ALBUQUERQUE e RODRIGUES ALCKMIN, conferiu nova redação ao artigo 119 da Carta Republicana, cujo § 1º passou a prever: “As causas a que se refere o item III, alíneas *a* e *d* deste artigo, serão indicadas pelo Supremo Tribunal Federal no

existe uma *presunção legal absoluta* de relevância da questão federal” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, 4ª ed., cit., pp. 657-658, destacamos). No mesmo sentido, ULDERICO PIRES DOS SANTOS afirmou enfaticamente: “De notar-se, todavia, que ante a nova norma regimental do Supremo Tribunal Federal não é necessário, para ter cabimento o recurso extraordinário, que ocorra ofensa à Constituição e que haja relevância da questão federal, conjuntamente. Não! Uma ou a outra basta para legitimar o seu exercício. Aliás, a conspurcação de qualquer preceito constitucional, por si mesma, já se erige em matéria de altíssima relevância” (*Teoria e Prática do Recurso Extraordinário Cível*, Rio de Janeiro, Forense, 1.977, p. 38). Chegou-se a cogitar a extensão da argüição de relevância para todas as causas passíveis de recurso extraordinário, previstas no artigo 119, inciso III, da Constituição de 1.967, mas essa proposta não vingou, como visto no início.

²⁴⁵ O recurso extraordinário e a relevância da questão federal, cit., p. 11. Dizia o autor: “Não se justifica que processos penais por contravenções ou por crimes leves, ações de despejo, causas julgadas em procedimento sumaríssimo, processos cautelares, litígios trabalhistas de servidores com a União, acidentes do trabalho ou de trânsito congestionem as pautas do STF, salvo se estiver em causa uma ofensa à Constituição ou uma razão superior que recomende ou exija a sua intervenção corretiva” (cit., p. 11). Citava, ainda, acórdão publicado na RTJ 42/118-119, de sua relatoria, que mesmo antes da edição dessa Emenda Regimental já havia aludido à relevância da questão federal no julgamento do recurso extraordinário. Confira-se: “O recurso extraordinário, com base na letra *a*, do permissivo constitucional, tornou-se mais estreito, em face da Constituição de 1967. Para que dele se possa conhecer é indispensável que a decisão recorrida haja ‘negado vigência à lei federal’. Deve-se levar em conta, na sua apreciação, se o tribunal local, flagrantemente, se recusa a aplicar normas em vigor ou se aplicou texto revogado. Por outro lado, deve-se considerar a relevância da matéria em debate, entendida aí a relevância como ofensa ao interesse público, ao interesse geral, ao interesse nacional” (Agravado de Instrumento nº 40.218/GB, destacamos). A decisão data de 30 de maio de 1.967, antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

²⁴⁶ Bem explicou ARRUDA ALVIM: “Ainda que o § 1º, do art. 119, C.F. aluda a causas, o RI S.T.F. exclui as causas e questões; ou, ao reverso, privilegiou ainda que *indiretamente* só algumas questões” (*A Argüição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 24, destaque no original).

²⁴⁷ Na definição precisa de ARRUDA ALVIM, que bem se amolda ao objeto deste estudo, *instituto jurídico* pode ser classificado como uma “figura jurídica, criada por mandamento legal, que envolve um regime jurídico, de certa complexidade, mercê da qual podem emanar, ou, onde se conjugam relações jurídicas, ‘sediadas’ ou ‘reportadas’ a essa realidade. É esta a designação abstrata e indicativa de tal realidade, no que difere da instituição, esta a seu turno, que há de ser considerada como o instituto jurídico albergador de um determinado valor (de especial significação e, geralmente com grande lastro histórico)” (*A Argüição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 23, n. 1).

²⁴⁸ O malfadado “Pacote de Abril”, instituído pela ditadura militar.

regimento interno, que atenderá à sua natureza, espécie, valor pecuniário e *relevância da questão federal*” (destacamos).

Por essa razão, a Emenda Regimental nº 2, de 4 de dezembro de 1.985, alterou a sistemática até então adotada. Ao invés de negar a admissão do recurso extraordinário em hipóteses pré-determinadas, como havia feito a Emenda Regimental nº 3, de 1.975, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal passou a prever, em seu artigo 325, *hipóteses taxativas de cabimento* do recurso extraordinário²⁴⁹. Ressalvava, porém, o inciso XI desse mesmo dispositivo que o recurso extraordinário seria admissível “em todos os demais feitos, *quando reconhecida a relevância da questão federal*” (destacamos).

Uma vez mais, ao lado da instituição de um mecanismo de filtragem dos recursos extraordinários, abriu-se a possibilidade de se desconsiderar essa *restrição*, caso ficasse reconhecida a relevância da questão federal neles posta em julgamento. A princípio, uma questão que não comportasse recurso extraordinário – pelo fato de não estar contemplada no rol *taxativo* do artigo 325 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – poderia vir a ser admitida, caso a Corte, ponderando os aspectos *morais, econômicos, políticos* ou *sociais* da causa, entendesse por bem que o assunto mereceria novo exame (artigo 327, § 1º do Regimento Interno). Criou-se, assim, uma *válvula de escape* para aquela restrição bastante ampla à admissão dos recursos extraordinários²⁵⁰.

Justificava-se a adoção da medida, em função do volume excessivo de recursos que o Supremo Tribunal Federal estava obrigado a julgar. Nesse sentido, afirmou DORESTE BAPTISTA: “A *ratio essendi* da providência regimental, o escopo de sua criação,

²⁴⁹ *In verbis*: “Nas hipóteses das alíneas ‘a’ e ‘d’ do inciso III do artigo 119 da Constituição Federal, *cabe* recurso extraordinário: (...)” (destacamos). Explicou ARRUDA ALVIM: “Neste passo, a técnica adotada pelo atual regimento, difere daquela empregada nos regimentos anteriores, em que casuisticamente se excetuavam as hipóteses de não cabimento. Todavia, a finalidade a ser atingida, por meio da disciplina do atual RI é a mesma dos precedentes RIs; nestes antigos regimentos, entretanto, havia explicitude, através de definição das hipóteses das quais delas não comportavam RE, com o que, se não tivesse havido ‘exclusão’, era caso de RE com fulcro direto nas letras ‘a’ e ‘d’, do inc. III, do art. 119. C.F.. Atualmente, porém, o que não está ‘positivamente’ previsto como ensejando recurso extraordinário, ‘ipso facto’, resta excluído” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 25).

²⁵⁰ Em suma, “a arguição de relevância fornece o caminho adequado para incluir o que tenha sido objeto de exclusão por obra do Regimento Interno, que vale como lei, nesse particular” (ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 27).

sabidamente, não foi senão (embora por via oblíqua) o de debelar a crise, de vencer e impedir o congestionamento de feitos, no Tribunal-cúpula do Poder Judiciário”²⁵¹.

Aliado a isso, sustentava-se que cerca de 80% dos recursos extraordinários que chegavam à Corte, fundamentados nas alíneas “a” e “d” do permissivo constitucional, não mereciam provimento²⁵². Logo, era preciso limpar as prateleiras do Supremo, para que ele pudesse julgar o que realmente interessava ao país, e não mais tivesse que dar ouvidos a litigantes inconformados com a perda de seus pleitos e que, no mais das vezes, apenas buscavam postergar o trânsito em julgado da decisão que lhes era desfavorável²⁵³.

E nem se alegue que a medida poderia macular a igualdade entre as partes. Nesse ponto, destacou ARRUDA ALVIM: “Ora, se se privilegiarem constantemente algumas questões e causas, como idôneas para o RE, mas, se de outra parte, e, complementarmente, admite-se que causas e questões [ainda que não originariamente privilegiadas, *ex lege*], desde que tenham os mesmos atributos que as privilegiadas, ensejem, estas outras, também RE, a idéia ínsita, neste mecanismos, é a da igualdade. Questões e causas federais, com os mesmos atributos e qualificativos, independentemente das diferentes técnicas adotadas, acabam, umas e outras, podendo ter o seu reexame através do RE. As técnicas adotadas, pois, não desequilibram a igualdade, senão que nela se, dado que é reconhecido a todas as causas e questões federais relevantes, o poderem comportar, todas elas, RE. *Há tratamento diferenciado só provisoriamente, e, enquanto não se constatar a igualdade da relevância da causa ou questão, em relação àquelas para as quais está, no RI S.T.F., previsto RE*”²⁵⁴.

Dessa forma, a partir do momento em que fosse reconhecida a *relevância da questão federal*, ela seria *equiparada* às demais questões elencadas

²⁵¹ Cit., p. 115. Em idêntico sentido a ponderação de SÉRGIO BERMUDEZ: “Destinou-se o parágrafo [único ao artigo 119 da Constituição de 1.967, com a Emenda nº 1, de 1.969] a permitir a redução da plethora de feitos que se acumulavam na Suprema Corte, congestionando-lhe a pauta de trabalhos e contribuindo para que ela se desviasse de sua verdadeira missão” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 284).

²⁵² CALMON DE PASSOS, *Da arguição de relevância no recurso extraordinário*, cit., p. 13.

²⁵³ Afinal, como pondera ARAKEN DE ASSIS, a interposição do recurso extraordinário produz efeito *obstativo*. Ainda que parcial, essa impugnação excepcional do recorrente obsta o trânsito em julgado da sentença ou acórdão recorrido (cit., p. 726).

²⁵⁴ *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 26, destaques no original.

taxativamente no Regimento Interno da Corte²⁵⁵. E, a partir daí, abria-se a oportunidade de o Supremo Tribunal rever o caso, pela via do recurso extraordinário.

Portanto, tinha-se, de um lado, um *filtro retentor* de recursos extraordinários; de outro lado, criou-se também uma *válvula de escape* para que questões dotadas de especial significação para a sociedade brasileira pudessem ser apreciadas pelo Excelso Pretório, mesmo fora das hipóteses em que cabível tal recurso²⁵⁶.

Esse sistema – positivo em sua intenção, mas negativo em sua formulação, como será demonstrado no item 3.1.3, *infra*²⁵⁷ – prevaleceu até a edição da Constituição de 1.988²⁵⁸, quando foi abolida a arguição de relevância da questão federal do ordenamento jurídico pátrio²⁵⁹.

²⁵⁵ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 28, n. 10.

²⁵⁶ “Em linhas superficiais, a arguição de relevância apresenta-se como instrumento de controle pelo STF da interposição, conhecimento e julgamento do recurso extraordinário, instituído no cenário nacional para fazer frente ao excesso de trabalho que sobreveio ao STF a partir de 1965, vez que, somente os casos que envolvam questões federais de relevo, no prisma do interesse público, devem ser submetidos ao julgamento do Supremo Tribunal Federal” (NANCY ANDRIGHI, cit., p. 1).

²⁵⁷ “Analisando hoje o instituto, com a distância que só o passar dos anos permite, é o caso de questionar-se se o problema estava mesmo na própria arguição de relevância, ou se os seus supostos defeitos estavam mais ligados ao fato de que o País inteiro estava sob o jugo de um poder ditatorial, com tentáculos esparramados em toda a parte. Somente a arguição de relevância gerava decisões potencialmente ‘controláveis’ pela ditadura, ou todo o Judiciário sofreu o peso de um governo autoritário e ilegítimo?” (IVES BRAGHITTONI, cit., p. 125).

²⁵⁸ Escrevendo pouco antes da promulgação da Carta Magna de 1.988, relatou ARRUDA ALVIM que o texto original do Projeto de Constituição conferia competência ao Supremo Tribunal Federal para “julgar recurso extraordinário contra decisões definitivas do Superior Tribunal de Justiça, *NOS MESMOS CASOS DE CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL, QUANDO CONSIDERAR RELEVANTE A QUESTÃO FEDERAL RESOLVIDA*” (art. 121, inciso VI, letra ‘a’)) (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. XI, destaques no original). De acordo com o mesmo autor, esse sistema seria “acertado, pelo só argumento de que ao Supremo Tribunal Federal cabe, pela nossa tradição, já longa, a tarefa de manter a unidade do direito nacional, e, porque continua a ser o mais alto Tribunal do País. Julgamos que, muitas hipóteses, ainda que não representativas de *matéria constitucional, precisamente pela sua relevância*, não devem ficar de fora da esfera da competência do Supremo Tribunal Federal. Há assuntos relevantes que, muitas vezes, têm uma importância incomparavelmente maior do que muitas das questões constitucionais, na ordem prática e na vida real” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. XII, destaques no original). Em boa hora, porém, esse sistema foi eliminado do texto da Constituição aprovada no Congresso Nacional, pois transformaria o Excelso Pretório em um autêntico Tribunal revisor, espécie não mais de terceira, mas sim de quarta instância, com poder de rever decisões do Superior Tribunal de Justiça baseadas, exclusivamente, na legislação infraconstitucional, quando reconhecida a relevância da questão federal por ele julgada. Ora, se a Constituição Federal teve como objetivo apartar a análise de matérias constitucionais e legais em dois Tribunais distintos e com competências diversas, não faria qualquer sentido conferir poder para que o Supremo reexaminasse questões infraconstitucionais, julgadas *definitivamente* pelo Superior Tribunal de Justiça.

²⁵⁹ Segundo ALCIDES DE MENDONÇA LIMA, o fim da arguição de relevância decorreu de dois motivos: (i) “a Constituição atual não reeditou a possibilidade estapafúrdia de o regimento interno do Supremo legislar sobre processo e a inserção do incidente da ‘arguição’, e porque (ii) “vedou julgamentos secretos, pois ‘todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário são públicos, e fundamentadas todas as

3.1.1.- Caracterização *jurídica* da arguição de relevância.

A arguição de relevância da questão federal caracterizava-se como um *incidente recursal* que tinha lugar no julgamento do recurso extraordinário²⁶⁰. Tinha como objetivo *excluir a inadmissibilidade* dos recursos extraordinários fundados em *negativa de vigência a dispositivo de tratado ou lei federal* ou em *divergência jurisprudencial*²⁶¹ (alíneas “a” e “d” do artigo 119, inciso III, da Constituição Federal de 1.967²⁶²), que não estivessem arrolados nas hipóteses *taxativas* de cabimento estipuladas pelos incisos I a X do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Não se tratava, pois, de um recurso, na medida em que não visava a modificar a decisão recorrida, mas apenas *afastar óbice regimental* ao *cabimento* do

decisões, sob pena de nulidade’ (art. 93, IX)” (*Arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 119). Essas previsões – é ainda o mesmo autor quem o diz – “atingiram visceralmente a medida que foi imaginada para salvar o Supremo mesmo com sacrifício das partes pelas dificuldades para chegar ao Augusto Pretório, como último refúgio de suas esperanças, para tentar reparar a lesão a seus direitos” (cit., p. 119). Além desses dois óbices, destaca HÉLCIO ALVES DE ASSUMPÇÃO o fato de ter havido um alargamento do rol de legitimados para a propositura das ações diretas de inconstitucionalidade. Imaginou-se que “pela força peculiar de que são dotadas as decisões nela proferidas, que a medida poderia resultar um menor número de recursos extraordinários, a partir de então fundados apenas em questões constitucionais” (cit., p. 264).

²⁶⁰ AMARAL SANTOS *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, vol. 3, 5ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.981, p. 176. No mesmo sentido, CALMON DE PASSOS: “a arguição de relevância é um *incidente* do recurso extraordinário, um seu aspecto preliminar de admissibilidade excepcional” (*O recurso extraordinário e a Emenda nº 3 ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, in *RePro* 5/56). Mais recentemente, estudando o mesmo instituto, que antecedeu a atual repercussão geral, conclui GLÁUCIA MARA COELHO: “Na verdade, a arguição de relevância consistiria em um incidente preliminar ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, por meio do qual o STF verificava se iria proceder, ou não, ao reexame do acórdão recorrido. Assim, o incidente da arguição de relevância era um procedimento inserto no apelo extremo, configurando-se como um aspecto preliminar de sua admissibilidade excepcional” (cit., p. 53).

²⁶¹ Ou, mais precisamente, como explicou BARBOSA MOREIRA, “o critério da relevância serve precisamente para *excluir a exclusão*, ou, em termos mais exatos, para *manter a regra* de que, satisfeitos os pressupostos da Carta da República, o recurso extraordinário é cabível” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., cit., p. 658, destaque no original). Assim afirmou o Excelso Pretório, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 102.960-9/SP (Relator Ministro FRANCISCO REZEK, julgado em 16 de outubro de 1.984, Segunda Turma, publicado em 30 de novembro de 1.984) e também no julgamento do Recurso Extraordinário nº 106.769-1/SP (Relator Ministro CORDEIRO GUERRA, julgado em 22 de outubro de 1.985, Segunda Turma, publicado em 8 de novembro de 1.985).

²⁶² Por consequência, as hipóteses previstas nas alíneas “b” e “c” desse mesmo artigo não estavam albergadas por aquela restrição (respectivamente, a declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, e a decisão que houvesse declarado a validade de lei ou ato de governo local, contestado em face da Constituição ou de lei federal).

recurso extraordinário²⁶³. Até porque deveria ser argüida “em capítulo destacado na petição do recurso extraordinário, onde o recorrente indicará, para o caso de ser necessária a formação de instrumento, as peças que entenda devam integrá-lo” (artigo 328 *caput* do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal²⁶⁴).

Ademais, conforme explicitou a Circular nº 343, de 18 de novembro de 1.977, publicada pelo Supremo Tribunal Federal, a argüição de relevância não era dotada de efeito suspensivo²⁶⁵. Logo, o acórdão impugnado por via recursal extraordinária, cuja admissibilidade estivesse condicionada ao acolhimento do incidente, poderia ser objeto de execução imediata, na instância *a quo*.

Como bem definiu ARRUDA ALVIM, tratava-se de um *ato condição* para a admissibilidade do recurso extraordinário²⁶⁶. Afinal, é ainda o mesmo autor quem

²⁶³ SÉRGIO BERMUDEZ, *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 302. Nesse sentido, decidiu o Supremo Tribunal Federal: “A argüição de relevância da questão federal não é novo recurso; a sua finalidade não é de decidir *hic et tunc* o recurso extraordinário no seu merecimento; o julgamento da argüição de relevância não é ato de prestação jurisdicional. O acolhimento da argüição de relevância afasta o óbice regimental e abre a via do recurso extraordinário” (Reclamação nº 147-4/SP, Relator Ministro ALFREDO BUZAID, julgado em 25 de maio de 1.983, Plenário, publicado em 1º de julho de 1.983, grifo no original). Discorda-se, porém, do argumento de que esse julgamento não envolveria prestação jurisdicional, pelas razões que serão expostas no item 4.3, *infra*. Ressalvada essa circunstância, esse voto enfatizou de forma bastante acertada: “A argüição de relevância da questão federal não é novo recurso, que se interpõe em separado; ao contrário, integra o recurso extraordinário, é parte dele e com ele é deduzida. Deve ser inserida com destaque. Processa-se por instrumento, consoante o art. 328 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”. Na mesma linha, restou decidido no Recurso Extraordinário nº 106.990-2/SP: “Incabível é o recurso extraordinário quando o Presidente do Tribunal a quem compete o juízo de admissibilidade o inadmite pela intempestividade e dessa decisão não se interpõe o competente agravo de instrumento. Preclusa, portanto, ficou tal questão, que não poderá ser reapreciada em face do acolhimento da argüição de relevância, pois esta não sendo recurso, apenas afasta os obstáculos previstos no art. 325, do RI/S.T.F., propiciando o processamento do recurso interposto” (Relator Ministro DJACI FALCÃO, julgado em 8 de outubro de 1.985, Segunda Turma, publicado em 31 de outubro de 1.985).

²⁶⁴ A verdadeira confusão criada a respeito da caracterização jurídica da argüição de relevância deveu-se, em grande parte, a dois fatores: (i) ela poderia dar origem à formação de autos apartados, nos termos do artigo 328, § 3º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, e (ii) era julgada em sessão própria do Supremo Tribunal Federal, não por um de seus órgãos permanentes e judicantes – isto é, as Turmas ou o Plenário – mas sim por um Conselho formado *ad hoc*, de acordo com a previsão contida no artigo 327 daquele mesmo Regimento (v. item 3.1.3, *infra*).

²⁶⁵ THEOTONIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e Legislação Processual Civil em Vigor*, 17ª ed., São Paulo, RT, 1.987, p. 922, n. 9 ao artigo 321 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

²⁶⁶ “O acolhimento da argüição de relevância coloca-se, portanto, como *condição* para que o recurso extraordinário possa ser apreciado, quando excluído o seu cabimento pelo RI S.T.F.; é, assim, requisito prévio e necessário, mas externo ao julgamento do mesmo” (*A Argüição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 36). No mesmo sentido, PAULO ROBERTO GOUVÊA MEDINA sustentava que o recurso extraordinário fundado no artigo 325, inciso IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal poderia ser interposto mas ficaria subordinado a “uma *condição suspensiva*, isto é, ao acolhimento da argüição de relevância da questão federal, deduzida pelo recorrente, na própria petição do recurso extraordinário e remetida ao STF em instrumento formado com as peças essenciais do processo, tal como no agravo” (*Questão federal relevante: uma tentativa de sistematização*, in RF 272/112, destacamos).

explicou, o que não fosse constituído desse predicado de *relevância* estaria “fora do âmbito de competência do S.T.F. (salvo para rejeitar a arguição)”²⁶⁷.

De acordo com DORESTE BAPTISTA, também não se tratava de um fundamento desse recurso, mas sim um *requisito especial* que deveria estar presente nos *efeitos* da decisão recorrida, para o fim de autorizar o Supremo Tribunal Federal a examinar as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário inicialmente vedadas pelo seu Regimento Interno²⁶⁸. Contudo, destacava o mesmo autor, a arguição é parte do recurso extraordinário e somente com ele poderia ser deduzida²⁶⁹.

²⁶⁷ A *Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 56. Na mesma linha, afirmava EVANDRO LINS E SILVA: “A relevância é uma pré-condição ou um pré-requisito do recurso. Pode haver negativa de vigência da lei ou decisão divergente de interpretação e a causa não ser considerada relevante, a ponto de exigir a correção extraordinária” (*O recurso extraordinário e a relevância da questão federal*, cit., p. 14).

²⁶⁸ Cit., p. 33. E complementava o autor: “Do ponto de vista processual, poder-se-á dizer que a ‘arguição de relevância’ é um procedimento recursal específico, destacado do recurso extraordinário, que tem a finalidade de subir ao Supremo Tribunal Federal levando a mensagem da relevância, cujo acolhimento abrirá as portas do Pretório ao recurso de que proveio” (cit., p. 38). A mesma opinião era compartilhada por SERGIO BERMUDEZ: “Insista-se que a arguição de relevância não é fundamento do recurso extraordinário. O recurso terá que ser interposto com supedâneo na segunda parte da alínea *a* do art. 119, III, da Constituição (negativa de vigência a tratado ou lei federal), ou na alínea *d* (divergência na interpretação de lei federal)” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 303). Sem razão, portanto, ADRIANO MARREY, quando sustentou que a modificação do instituto, decorrente da Emenda Regimental nº 2, de 1.985, teria elevado a arguição de relevância da questão federal a fundamento *autônomo e suficiente* para o cabimento do recurso extraordinário (*Recurso extraordinário – arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 25).

²⁶⁹ “A arguição de relevância não é *outro* recurso que se deva apresentar em separado. Ao contrário, integra o recurso extraordinário, é *parte* dele e só com ele pode ser deduzida. Apenas por medida de ordem prática – o fácil e pronto exame de seus fundamentos – exige, o Regimento, o destaque, mas na mesma petição, onde ocupará capítulo específico” (cit., p. 91). No mesmo sentido, afirmou ANA MARIA GUELBER CORRÊA: “Portanto, a arguição de relevância pressupõe a existência de recurso extraordinário, limitando-se apenas a suscitar a relevância da questão federal” (*O recurso extraordinário e a arguição de relevância da questão federal*, in *Rev. de Informação Legislativa* 75/198). Assim restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Agravo Regimental em Recurso Extraordinário nº 90.155-8/RJ: “A arguição de relevância não constitui meio de impugnação de decisão judicial, não podendo fazer as vezes de recurso extraordinário que se deixou de interpor” (Relator Ministro XAVIER DE ALBUQUERQUE, julgado em 14 de novembro de 1.978, Primeira Turma, publicado em 11 de dezembro de 1.978). Vale transcrever alguns trechos do voto, para melhor compreender a jurisprudência da Corte sobre o tema: “o vencido não interpôs recurso extraordinário. Limitou-se a suscitar, em peça autônoma, a arguição de relevância da questão federal. Ora, a arguição de relevância não constitui, evidentemente, meio de impugnação de decisões judiciais, mas, tão somente, instrumento que visa a afastar a incidência, sobre recurso extraordinário que haja sido regularmente interposto, das restrições contidas nos diversos incisos do art. 308 do Regimento Interno do STF. Resulta que, não tendo sido interposto recurso extraordinário, transitou em julgado o referido acórdão (...). Nosso regimento determina que a arguição de relevância seja deduzida na própria petição de recurso extraordinário, em capítulo específico e destacado. Essa norma não tem sido rigorosamente observada, pois é comum que o interessado interponha recurso extraordinário e deduza, em peça autônoma, a arguição de relevância. Quando isso ocorre, não lhe nega a apreciação o Supremo Tribunal, exatamente porque não é formalista”. Ou seja, o Excelso Pretório admitia, excepcionalmente, que a arguição de relevância fosse formulada em petição distinta e protocolada juntamente com o recurso extraordinário, muito provavelmente porque em alguns casos, como será visto no item 3.1.3, *infra*, a arguição de relevância da questão federal dava origem e subia em autos próprios para o Supremo Tribunal Federal. Não aceitou, porém, que em lugar do recurso extraordinário a parte apresentasse, simplesmente, uma petição sustentando a

Segundo ANTONIO CARLOS MARCONDES MACHADO, a argüição de relevância seria uma hipótese “excludente do não cabimento do recurso” extraordinário, ou como que um “juízo de pré-admissibilidade” no seu julgamento²⁷⁰. Ou, finalmente, como destacavam BARBOSA MOREIRA e NELSON NERY, tratava-se de um *pressuposto prévio e especialíssimo* para o cabimento do recurso extraordinário²⁷¹⁻²⁷².

Não bastava, pois, que a questão por si só tivesse foro de relevância; era necessário que a parte formulasse essa preliminar em seu recurso extraordinário²⁷³, sob

configuração da relevância de seu caso. Não haveria, em tais casos, aplicação do princípio da fungibilidade recursal, entendendo-se que o acórdão recorrido havia transitado em julgado (com inteiro acerto, uma vez que a admissão do recurso extraordinário não se sujeitava apenas à preliminar de relevância da questão federal, mas deveria cumprir também todos os demais requisitos constitucionais que o viabilizassem). Em igual sentido, o Supremo Tribunal Federal afirmou que a “relevância da questão federal” deve ser argüida por meio procedimental próprio, consoante se lê da Emenda Regimental nº 3/75, não sendo o agravo de instrumento o meio de suscitá-la” (Agravo de Instrumento nº 70.920/PB, Relator Ministro RODRIGUES ALCKMIN, julgado em 27 de setembro de 1.977, Primeira Turma, publicado em 17 de outubro de 1.977). V., ainda, Agravo de Instrumento nº 96.951-9/SP, Relator Ministro RAFAEL MAYER, julgado em 6 de abril de 1.984, Primeira Turma, publicado em 18 de maio de 1.984; Recurso Extraordinário nº 104.949-9/SP, Relator Ministro OSCAR CORRÊA, julgado em 26 de março de 1.985, Primeira Turma, publicado em 19 de abril de 1.985; RSTJ 111/828.

²⁷⁰ Cit., p. 64.

²⁷¹ “Por outro lado, se a argüição de relevância visa a afastar óbice criado pelo *Regimento*, viabilizando o recurso extraordinário a despeito de configurado algum caso do art. 325, daí não passa a sua eficácia. A relevância da questão federal, por si só, *não constitui fundamento autônomo* para a interposição do recurso extraordinário. Ela pressupõe ocorrentes os fatos que, no plano constitucional, tornam cabível o recurso com base na letra *a* e/ou na letra *d* do art. 119, nº III. Relevante que seja a *federal question*, dispensam-se as exigências *adicionais*, formuladas no *Regimento Interno*; de maneira nenhuma se dispensam as exigências formuladas na *própria Constituição*. Em resumo, pode-se dizer que a relevância da questão federal é um requisito especial de admissibilidade (*rectius*: um pressuposto especial de cabimento) do recurso extraordinário fundado na letra *a*, na letra *d* ou em ambas essas letras do dispositivo constitucional, e interposto em causa incluída no rol do art. 325 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. A ‘argüição de relevância’ é o meio processual adequado à alegação e à eventual demonstração desse pressuposto, que – ao contrário do que normalmente se dá com esses requisitos de admissibilidade dos recursos – escapa ao controle do órgão perante o qual se interpõe o extraordinário” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., cit., p. 660, destaques no original).

²⁷² “Diríamos que era um pressuposto prévio, pois deveria ser examinada antes de qualquer outro requisito de admissibilidade, genérico e específico, do recurso extraordinário. No caso de ser acolhida a relevância, o STF determinaria que os autos principais subissem a fim de que o extraordinário pudesse ser examinado. Já com os autos do processo principal em mãos, o STF apreciava, agora, o recurso extraordinário, proferindo juízo de admissibilidade normal (cabimento, legitimidade, interesse em recorrer, prazo, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) e, se positivo este, o juízo de mérito” (cit., p. 104). Classifica um pouco antes, o mesmo autor, a argüição de relevância da questão federal como uma espécie de sucedâneo recursal, já que não arrolado entre os tipos (taxativos) de recursos, mas que fariam as vezes deles (p. 75). Não é possível concordar com tal opinião. A argüição de relevância não poderia ser considerada um sucedâneo recursal porque a ausência de interposição do recurso extraordinário não poderia ser suprimida pela apresentação desse incidente, tal como teve oportunidade de proclamar o Supremo Tribunal Federal, em acórdão transcrito linhas acima. Vale notar, inclusive, que o próprio autor reconhece que “a argüição de relevância não existia autonomamente. Para que se pudesse utilizá-la, era preciso haver, já interposto, o recurso extraordinário” (cit., p. 103).

²⁷³ Da mesma forma, essa ressalva tinha inteira aplicação aos casos de interposição de recurso extraordinário adesivo. Assim restou decidido no julgamento do Recurso Extraordinário nº 87.928/PR: “em

pena de não conhecimento, tal como restou decidido em acórdão publicado na *RTJ* 103/195: “A relevância da questão federal não emerge da matéria discutida na causa; tem que ser argüida na forma e prazos legais”²⁷⁴.

Contudo, como restou decidido no julgamento do Recurso Extraordinário nº 107.072-2/RJ, tendo sido “[i]nterposto recurso extraordinário com argüição de relevância, é da decisão proferida nesta, pelo Conselho do Supremo Tribunal Federal, que corre o prazo para propor ação rescisória. Sendo a argüição de relevância da questão federal pressuposto de admissão do recurso extraordinário, só com a sua rejeição, pela Suprema Corte, a decisão recorrida convola-se em coisa julgada”²⁷⁵.

Por fim, vale lembrar, na esteira do que sustentou MOREIRA ALVES, que era a “relevância da questão federal, ou seja, *da questão federal em tese*, e não à relevância do interesse individual que está em questão dessa ordem”²⁷⁶. Ou seja, a tese

se tratando de recurso extraordinário adesivo, está ele sujeito às restrições do art. 308 do Regimento Interno, ainda quando – como é o caso presente – a subida do recurso principal (que deu margem à interposição do adesivo) se haja dado pela acolhida da relevância da questão federal. Com efeito, essa acolhida apenas afasta os óbices do citado artigo do Regimento no tocante ao recurso principal, e abre a possibilidade de interposição do recurso extraordinário adesivo, que, porém, fica sujeito a ser, ou não, admitido, sendo indispensável que nele se argüa a relevância da questão federal aí tratada se o obstáculo regimental não for transposto pela alegação de ofensa à Constituição” (Relator Ministro MOREIRA ALVES, julgado em 20 de novembro de 1.979, Segunda Turma, publicado em 8 de fevereiro de 1.980). Além disso, mesmo contando com essa preliminar, se o recurso principal não fosse admitido, o extraordinário adesivo não poderia ter seguimento, como proclamou o mesmo Ministro em outro aresto: “Recurso extraordinário adesivo. Não pode ser ele conhecido pelo S.T.F., quando – como ocorreu, no caso, em virtude da rejeição da argüição de relevância – se declara inadmissível o recurso principal (artigo 500, III, do Código de Processo Civil)” (Recurso Extraordinário nº 88.608/RJ, julgado em 3 de março de 1.978, Segunda Turma, publicado em 14 de abril de 1.978). Do mesmo modo, se o recurso extraordinário principal não abordasse a relevância da questão federal, o adesivo, ainda que contasse com essa preliminar, também não poderia ser conhecido, em razão de sua dependência com o recurso principal.

²⁷⁴ V. também o Agravo de Instrumento nº 73.873-8/SP: “Não tendo o recorrente pedido na petição do recurso extraordinário a formação do instrumento da argüição de relevância, nem indicado as peças que deveriam integrá-lo, regular foi o despacho que indeferiu o seu processamento (art. 308, § 4º, nº I do R.I.S.T.F.)” (Relator Ministro CUNHA PEIXOTO, julgado em 22 de agosto de 1.978, Primeira Turma, publicado em 22 de setembro de 1.978). Em igual sentido, veja-se: Agravo de Instrumento nº 84.384-1/MA, Relator Ministro RAFAEL MAYER, julgado em 22 de setembro de 1.981, Primeira Turma, publicado em 16 de outubro de 1.981. A jurisprudência do Supremo se revelava formalista quanto à necessidade de correta instrução do incidente. Por essa razão, era necessário “requerer a formação do Instrumento da Relevância, com as peças referidas na letra *a* retro, que serão indicadas, mencionando-se, com precisão, as folhas dos autos, onde elas estão (RE nº 101.048-7-DF, Relator: Ministro FRANCISCO REZEK, *DJU* 9-5-1984, p. 6960-1). O traslado deverá compreender as peças suficientes e necessárias à avaliação da relevância; indicadas, individualmente, por nome e folhas dos autos onde se encontram (AG nº 112.314-1-RS, Relator: Min. FRANCISCO REZEK, *DJU* de 27-8-1986, p. 14.882, 1ª coluna). No processo retro, o advogado limitara-se a pedir o traslado de: ‘toda a execução e embargos’” (*Apud*, SAMUEL MONTEIRO, cit., p. 157).

²⁷⁵ Relator Ministro CARLOS MADEIRA, julgado em 21 de fevereiro de 1.986, Plenário, publicado em 14 de março de 1.986.

²⁷⁶ *A missão constitucional do Supremo Tribunal Federal e a argüição de relevância da questão federal*, cit., p. 46.

desenvolvida no recurso extraordinário é que deveria possuir importância suficiente para merecer um novo julgamento por parte do Supremo Tribunal Federal, e não o interesse puramente individual do recorrente, reforçando-se a idéia de que o recurso extraordinário resguarda, apenas secundariamente, o direito da parte (v. item 2.2, *supra*). É, pois, uma prerrogativa da Corte.

Era uma medida necessária não apenas para que o Excelso Pretório pudesse se desvencilhar da montanha invencível de processos que há muito tempo se via obrigado a julgar, mas para que ele, como uma Corte Superior, pudesse fixar *enunciados* de julgamento que exproiassem efeitos persuasivos para uma série de outros casos²⁷⁷.

3.1.2.- Critérios para aferição da relevância da questão federal no Regimento Interno da Suprema Corte.

O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal definira algumas hipóteses em que o recurso extraordinário seria, automaticamente, cabível (salvo, obviamente, quando não se configurasse os demais pressupostos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência – v. item 3.1.3, *infra*).

Por conseqüência, podia-se dizer que, em tais casos, a relevância da questão federal estaria configurada *de plano*, não sendo necessário instaurar o *incidente recursal* da argüição de relevância para viabilizar a análise do recurso extraordinário pela Corte.

²⁷⁷ Como lembrou MOREIRA ALVES, o “Supremo Tribunal Federal não é – como já salientei reiteradamente – terceira instância revisora das instâncias ordinárias. Entre o interesse individual das partes e o interesse maior de se possibilitar ao Supremo Tribunal Federal o cumprimento de sua missão constitucional da Corte da Federação, prevalece este e não aquele” (*A missão constitucional do Supremo Tribunal Federal e a argüição de relevância da questão federal*, cit., p. 60). Entretanto, ponderou com todo o acerto LEVI CARNEIRO: “A carga de trabalho do Supremo é uma consideração a atender. Mas não pode ser a única, e há de ser secundária. Porque a primordial é essa, a de fixar a função que lhe deva caber a bem do regime. O que este reclama, para conciliação de seus grandes princípios básicos, é que se assegure, nos casos apontados, a revisão da decisão das justiças locais” (*Ainda a crise do Supremo Tribunal Federal*, cit., p. 23).

A primeira hipótese estava contemplada no inciso I do artigo 325 do Regimento Interno, o qual previa o cabimento do recurso extraordinário nos casos de ofensa à Constituição Federal. Entendia-se que a violação ao texto da Carta Magna deveria ser sempre objeto de análise pelo Excelso Pretório, na medida em que a Constituição, como lei suprema do país, veicularia os princípios fundamentais da nação²⁷⁸. Logo, qualquer desrespeito às suas disposições teria grande importância e deveria ser analisado pelo Excelso Pretório, que tem por função primordial zelar pela correta aplicação dos preceitos constitucionais²⁷⁹.

Em seguida, o inciso II destacava o cabimento do recurso extraordinário “nos casos de divergência com a Súmula do Supremo Tribunal Federal”. Isso porque se o Excelso Pretório era o órgão máximo dentro da estrutura *hierarquizada* do Poder Judiciário brasileiro, nada mais natural do que fazer com que as suas decisões – firmes e reiteradas, já que consolidadas em enunciados de súmula – fossem respeitadas e cumpridas, em todo o território nacional²⁸⁰.

²⁷⁸ Sobre o sentido das normas constitucionais, ponderava RAFAEL BIELSA: “Cuando se sanciona una Constitución se quiere fijar normas fundamentales e insalvables. Y son fundamentales, porque se estiman necesarias para la existencia del Estado y de su orden jurídico. Esas normas, por eso mismo, están sobre todo o poder, y desde luego, sobre el legislador” (cit., p. 37). Na mesma linha, JOSÉ AFONSO DA SILVA enfatizou: “quando uma sociedade nacional se organiza politicamente e dá nascimento a um Estado, já possui ela certa bagagem cultural, que se traduz em ideais comunitários e símbolos de consciência grupal. Já se formara, então, uma ordem sócio-cultural, qualificada por uma escala de valores, que, historicamente, promana das relações humanas dentro da comunidade nacional. Pois bem, nessas relações humanas dentro do grupo, no encontro de condutas humanas, no entrelaço de interesses, condicionado primeiramente pelo sistema de produção, gera-se certa maneira de conduzir social, que, em vista do bem comum, adquire o valor do justo. Quer dizer: as condutas sociais ajustam-se ao viver, existir e evoluir comunitário; ordenam-se em função da paz e da segurança nacional para que possa a pessoa humana projetar-se em valores que venham a enriquecer e progredir a mesma sociedade e a própria personalidade de cada homem. Isto verificado, surge o Direito nacional. Mas, nessa gama de elementos qualificados pelo valor do justo, condicionante de outros valores jurídicos, há aqueles que, historicamente, recebem constância e se constituem em fundamentos do existir da comunidade nacional. Isto é, a constituição dessa comunidade se funda nesses elementos, que, por isso mesmo, sobrelevam aos demais, transformando-se em primados da nacionalidade. São tais elementos constitucionais do grupo que o legislador constituinte influi e transforma em preceitos lógicos; preceitos esses que são normativos, porque, uma vez revelado pelo Estado em nome da Nação, passam a ser *normas* ordenadoras da conduta social futura, como fatores estruturais da sociedade, na conformidade do querer geral. O conjunto dessas normas fundamentais é que se chama Constituição. (...). A Constituição, como verificamos, reflete aqueles fenômenos jurídicos que importam na própria existência da sociedade, na implicação de seu viver político. Disso decorre a sua supremacia em face de outras normas jurídicas. Prima sobre tudo” (cit., pp. 11-15, destaques no original).

²⁷⁹ De fato, embora a Carta de 1.967 não trouxesse dispositivo expresso no sentido de que compete ao Supremo “a guarda da Constituição” (artigo 102, *caput* da Constituição Federal de 1.988), é certo que ela também já havia reforçado o seu perfil de Tribunal Constitucional. Assim, por exemplo, conferiu-lhe competência para julgar “a representação do Procurador-Geral da República, por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual” (artigo 119, inciso I, alínea “I”), como demonstrado no item 1.1, *supra*.

²⁸⁰ Cabe destacar que a interpretação desse preceito era restrita. Caso a divergência jurisprudencial não estivesse baseada em súmula do Supremo Tribunal Federal, mas em outros julgados da Corte, necessária

Logo após, arrolavam os incisos III e IV algumas causas de direito penal, que não interessam para o presente estudo²⁸¹.

Por sua vez, o inciso V admitia a interposição de recurso extraordinário “nas ações relativas à nacionalidade e aos direitos políticos” e o inciso VIII “nas ações relativas ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, bem como às garantias da magistratura”. Estavam em jogos, nesses casos, direitos (*garantias*) do mais alto relevo, seja no que diz respeito à representatividade política e à estabilidade do sistema republicano, quer em relação ao exercício da jurisdição²⁸². Não se pode esquecer que à época em que fora editada essa Emenda (dezembro de 1.985), o Brasil estava em pleno período de *redemocratização*. Tornava-se absolutamente imperioso, portanto, que o Supremo Tribunal Federal garantisse o respeito aos direitos básicos de cidadania, como forma de por fim, de vez, ao regime da ditadura militar e toda a sorte de “restrições” por ele impostas, durante um longo período de mais de vinte anos²⁸³.

Da mesma forma, o inciso IX permitia a interposição do recurso extraordinário “nas ações relativas ao estado das pessoas, em matéria de mérito”. Isso porque mesmo tratando questões de cunho privado, elas envolvem o que se convencionou chamar de direitos da *personalidade*, entendidos como um rol de garantias mínimas, indisponíveis e irrenunciáveis, concedidas aos cidadãos para possibilitar sua vida digna.

Retornando aos incisos VI e VII, arrolavam-se como hipóteses de cabimento do recurso extraordinário, respectivamente, os mandados de segurança “julgados originariamente por Tribunal Federal ou Estadual, em matéria de mérito” e as ações populares²⁸⁴. Tais hipóteses, por envolverem (i) atos praticados por autoridades

se fazia a apresentação da arguição de relevância, sob pena de não conhecimento do recurso extraordinário (RUBENS POLO FERRATO *et alli*, *Recurso Extraordinário*, in *Rev. da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo* 27-28/96).

²⁸¹ Respectivamente: “nos processos crime a que seja cominada pena de reclusão” e “nas revisões criminais dos processos de que trata o inciso anterior”.

²⁸² Comentando o dispositivo, EVANDRO GUEIROS LEITE defendia que “a inovação é importante, principalmente quanto às garantias da Magistratura, porque envolvem matéria constitucional prevista no art. 113, I, II e III, da Lei Maior. A sua relevância repousa no interesse público, com reflexos nitidamente políticos, pois concerne ao equilíbrio do sistema republicano e é apanágio dos jurisdicionados” (cit., p. 20).

²⁸³ Quando houve, inclusive, a destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal (como, por exemplo, os aqui citados VICTOR NUNES e EVANDRO LINS E SILVA).

²⁸⁴ Tal como ponderou PÉRICLES PRADE, a relevância das ações populares se fazia presente porque, de um lado, está “o **interesse da coletividade** no tocante ao resguardo do **patrimônio público** lesado e da **moralidade** administrativa e, de outro, o fato de que o direito de ação popular é **público-subjetivo** e se

públicas, que se alegava serem eivados de ilegalidade ou abuso de poder, ou (ii) direitos coletivos de interesse de toda a sociedade, também mereciam análise pela Suprema Corte. Por essa razão, a ressalva final do inciso VI, no sentido de que o recurso extraordinário deveria envolver o *mérito* da questão trazida a juízo e não questões de ordem puramente processual²⁸⁵. O Supremo Tribunal Federal, portanto, deveria examinar apenas o *objeto do processo*²⁸⁶, pois era nele que estavam presentes aqueles interesses maiores, que poderiam afetar toda a população brasileira e mereceriam, a princípio, nova análise por parte da Corte.

A mesma ressalva se fazia presente no inciso X, que permitia a admissão do recurso extraordinário “nas ações rescisórias, quando julgadas procedentes *em questão de direito material*” (deestacamos). O que se pretendia resguardar, nesses casos, era própria *estabilidade e segurança* do ordenamento jurídico, haja vista tratar-se de um remédio também de cunho excepcional, cuja procedência implica na revogação de uma

insere no altiplano dos **direitos políticos**, exercidos pelo substituto processual de toda a sociedade (autor popular), ou seja, pelo cidadão participante da comunidade maior e da qual é elemento integrante e informador” (*Ação popular, recurso extraordinário, e arguição de relevância em face da Emenda Regimental 2/85 do STF*, in RT 607/16, negritos no original). No mesmo sentido, SAMUEL MONTEIRO afirmava: “Este instituto, que visa moralizar e proteger a coisa pública (...), inserido na Constituição Federal, no Capítulo das Garantias Individuais, não pode ser afastado do conhecimento do STF, sob pena de os Tribunais locais, onde ocorreu o fato doloso em detrimento dos cofres públicos, a sabor dos interesses políticos dos tecnocratas, ficarem ‘a cavaleiro’ de uma devolução com todos os consectários legais, os que se beneficiaram com o produto do ato ilícito ou dos crimes de lesa-pátria” (cit., p. 160). V., nesse sentido, RTJ 89/246. Embora também envolvessem os chamados interesses *difusos*, as ações civis públicas foram excluídas pelo dispositivo, talvez por terem sido, naquele tempo, recém introduzidas em nosso ordenamento jurídico, haja vista ter sido a Lei nº 7.345 publicada em 24 de julho de 1.985, enquanto a Emenda Regimental nº 2 foi publicada pouco depois, em 4 de dezembro de 1.985 (v. EVANDRO GUEIROS LEITE, cit., p. 20). No entanto, THEOTONIO NEGRÃO equiparava a ação popular, prevista na Lei nº 4.717, de 1.965, com as ações civis públicas, para fins de cabimento do recurso extraordinário (*Comentários ao Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor*, 17ª ed., cit., p. 924, n. 12 ao artigo 325 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

²⁸⁵ Pode-se dizer, inclusive, que existia uma certa tendência do Supremo em rejeitar a discussão de matérias processuais. Com efeito, a Emenda Regimental nº 3, de 1.975, já havia previsto o não cabimento do recurso extraordinário contra decisões “sobre extinção do processo, sem julgamento do mérito, quando não obstarem a que o autor intente de novo a ação” (artigo 308, inciso VII). Na mesma linha, a modificação regimental publicada em 27 de outubro de 1.980, com alteração do rol das hipóteses elencadas no artigo 325 do Regimento Interno da Corte, voltou a confirmar a inviabilidade do apelo extremo, quando o recurso envolvesse “questões de direito processual civil relativas a representação judicial das partes; despesas e multas; competência relativa; impedimentos e suspeição; forma e lugar dos atos processuais; intimação e notificação; nulidade não cominadas; valor da causa; suspensão e extinção do processo sem julgamento do mérito, quando não obstarem a que o autor intente de novo a ação; cabimento de recurso; e ordem dos processos no tribunal” (artigo 325, inciso VII).

²⁸⁶ Esclarece CRUZ E TUCCI: “Apesar do emprego indiscriminado, por muitos autores, das locuções *objeto litigioso* e *objeto do processo*, com o intuito de designar a *pretensão processual*, é evidente que aquela (correspondente a toda a matéria submetida à cognição judicial) é espécie, enquanto esta (indicação da *pretensão processual*) é o gênero” (*A Causa Petendi no Processo Civil*, 2ª ed., São Paulo, RT. 2.000, p. 92, n. 47, destaques no original).

sentença de mérito, transitada em julgado. A questão, por ser bastante delicada, mereceria, a princípio, uma reanálise por parte do Excelso Pretório.

Finalmente, o inciso XI do artigo 325 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal ressaltava o cabimento do recurso extraordinário “em todos os demais feitos, quando reconhecida a *relevância da questão federal*” (destacamos).

Essa era a hipótese que mais gerava dúvidas para os operadores do direito. Como identificar as causas ou questões que o Supremo Tribunal Federal entendia ser relevantes²⁸⁷?

A Constituição de 1.967 estabeleceria três parâmetros iniciais para justificar a restrição à admissibilidade do recurso extraordinário: *natureza, espécie e valor da causa*. Exceto nessa última hipótese, de delimitação prática bem mais simples²⁸⁸, as outras duas – natureza e espécie da demanda – eram bastante abrangentes e poderiam compreender um sem número de situações, difíceis de especificar *a priori*²⁸⁹.

Da mesma forma, o Regimento Interno do Supremo Tribunal previa em seu artigo 327, § 1º: “Entende-se *relevante a questão federal* que, pelos seus *reflexos na ordem jurídica* e considerados os *aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais* da causa, exigir a apreciação do recurso extraordinário pelo Tribunal” (destacamos²⁹⁰).

²⁸⁷ Ainda mais porque as decisões que rejeitavam as arguições de relevância eram imotivadas e proferidas em sessões secretas, como será examinado no item 3.1.3, *infra*.

²⁸⁸ Inicialmente fixada em cem vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país, quando houvesse uniformidade de decisões nas instâncias ordinárias (isto é, acórdão que confirmasse o entendimento de uma determinada sentença), ou de cinquenta vezes, caso as decisões fossem conflitantes, “excluídas as ações concernentes ao estado e à capacidade das pessoas” (artigo 325, inciso VIII, de acordo com a modificação regimental de 27 de outubro de 1.980). Vale ressaltar, no entanto, que o critério do valor da causa foi, posteriormente, abolido pela Emenda Regimental nº 2, de 1.985.

²⁸⁹ A redação utilizada pelo Regimento Interno era semelhante à da própria Constituição, de modo que “*não houve, propriamente, uma definição de quais sejam os elementos constitutivos da relevância*; houve, apenas, em realidade, uma indicação de quais os ‘valores’ suscetíveis de tutela, pelo S.T.F., para o fim de poder ser argüida e eventualmente acolhida, a relevância da questão federal” (ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 52, destaques no original).

²⁹⁰ Para ADRIANO MARREY, em posição isolada na doutrina, o Supremo Tribunal Federal deveria examinar, conjuntamente, a presença de todos esses elementos conformadores da relevância da questão federal (*Recurso extraordinário – arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 25). Não parece acertada a posição, uma vez que a cumulatividade de requisitos não estava expressa, quer na Constituição Federal, quer no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que regulamentou o instituto. Veja-se, por exemplo, a afirmação de ARRUDA ALVIM: “Os elementos constitucionalmente indicados para, levando-os em conta, no RI, possa o S.T.F. excluir causas do cabimento do RE, são três: 1. natureza (da causa); 2. espécie (da causa) e 3, valor pecuniário (da causa), tais como estão previstos no art. 119, § 1º, C.F. *Poderão servir de base individualmente, ou, então, cumulativamente*. São os elementos indicados, como diretrizes de

E não poderia ser diferente. Seria impossível estabelecer, desde logo, todos os casos em que a questão federal poderia ou não ter relevância²⁹¹. Afinal, o direito era e continua sendo extremamente dinâmico, devendo acompanhar as mutações sociais. Por mais que se pretendesse estabelecer um rol de causas relevantes, ele seria incompleto e poderia logo se tornar inútil, já que depois de ser definido o entendimento da Corte acerca de uma matéria relevante, essa questão, indubitavelmente, perderia seu ar de importância, uma vez que já fora decidida²⁹².

Era preciso deixar uma *válvula de escape*, que permitisse ao Supremo Tribunal Federal, a partir da análise de uma série de casos, estabelecer o que teria ou não importância *maior* para toda a sociedade²⁹³.

política legislativa, assumidas pelo direito constitucional positivo, e destinadas ao S.T.F. enquanto legislador infra constitucional, para que este estabeleça, em seu RI, quais as causas que, como regra geral, são definidas como irrelevantes” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 27, n. 6, destacamos). Contudo, sustentou o mesmo autor que qualquer uma dessas quatro hipóteses “abertas” ou “vagas” deveria trazer um *reflexo de ordem jurídica*: “O que se constata, deste texto regimental, é que não houve, propriamente, uma definição de quais sejam os elementos constitutivos da relevância; houve, apenas, em realidade, uma indicação de quais os ‘valores’ suscetíveis de tutela, pelo S.T.F., para o fim de poder ser argüida e, eventualmente, acolhida, a relevância da questão federal. Deve haver *sempre* reflexos na ordem jurídica, à luz da consideração dos demais aspectos, individual ou conjugadamente sopesados *ao lado do ângulo jurídico*, embora não haja maior definição” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 52, destaques no original).

²⁹¹ Alertou MOREIRA ALVES que não seria possível estabelecer uma fórmula que “encerre, objetivamente, todas as hipóteses em que pode ocorrer a relevância da questão federal. O movediço dos julgamentos de valor e a gama de circunstâncias que neles podem influir o impedem. E é utópico querer-se restringir o conceito, por delimitar, restringir – o que, por sua natureza mesma, é insusceptível de limites fixos” (*A missão constitucional do Supremo Tribunal Federal e a arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 51).

²⁹² ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 76.

²⁹³ Uma vez mais, as lições de ARRUDA ALVIM merecem ser transcritas: “Os casos de relevância jurídica serão erigidos a partir dos próprios problemas que se colocarão, em função das arguições de relevância, e serão avaliadas por um estilo tópico *ou predominantemente tópico* de pensar. Todavia, a partir de uma sucessiva cristalização de hipóteses, ou da existência de um mosaico de soluções, reduzidas a enunciados, a tendência, para estes casos, passará a ser de um raciocinar dedutivamente, procurando-se equiparar a hipótese em que se postula a arguição de relevância a caso anterior, já solucionado e reduzido a enunciado; tender-se-á, nesta conjuntura, e, a partir do pressuposto do caso anterior, a um raciocínio dedutivo” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 4, destaques no original). Até porque, o *dogma da norma* que prevalecera até o final do século XIX (no sentido de que as leis conteriam todos os elementos necessários para resolver, satisfatoriamente, os conflitos) havia sido colocado em xeque. Percebeu-se que a lei não era (e nem poderia ser) aquele todo pleno e acabado. Estava – e está – permeada de conceitos fluídos, que dão margem a diversos tipos de interpretação e poderiam, pelo menos em tese, gerar mais de uma solução para determinado caso concreto. Mesmo assim, ponderou ARRUDA ALVIM que a “segurança jurídica é sempre desejada e, quando não tenha sido possível fixá-la *a priori*, se-lo-á como resultado da interpretação de conceito vago” (cit., p. 95). E essa segurança, ainda segundo as suas próprias lições, adviria da assunção de “valores-móveis” por parte do legislador, tal como aqueles que configuravam as hipóteses em que poderia ser reconhecida a arguição de relevância da questão federal: “Uma forma de ‘compensar’ a instabilidade social, na medida em que os ‘valores-móveis’ revelam-se instabilizados, é ‘calibrá-los’, de tal forma que, dentro de certos limites, o sistema ‘absorva e neutralize’ essa instabilidade. Em uma estrutura, com tal perfil, estabelecidas, estavelmente, as normas jurídicas, e incorrendo em grande

A arguição de relevância, portanto, ao mesmo tempo em que representava um filtro *retentor*, também se apresentava como uma *saída* para que um litigante, cuja causa envolvesse matéria que a princípio não admitiria o recurso extraordinário, pudesse ter sua impugnação examinada pelo Supremo Tribunal Federal. Afinal, “quando estiverem em jogo aqueles valores reputados vitais para a sociedade, não pode deixar de caber o RE, apesar dos obstáculos postos ao crescente acesso à cúspide do Poder Judiciário”²⁹⁴.

Um dos pontos destacados por ARRUDA ALVIM na configuração da relevância da questão federal dizia respeito à presença do *interesse público*²⁹⁵. Não é muito difícil entender a razão: as causas envolvendo interesse público, geralmente, dizem número relevante de cidadãos e, por isso mesmo, têm um grande potencial para afetar parcela considerável da população, ou o próprio governo. A relevância, *prima facie*, desses casos é bem maior, por conta dos efeitos – para a sociedade e para o governo – emanados de uma decisão que envolvesse interesse público, cujo objetivo primordial é o de estabelecer e manter o equilíbrio social²⁹⁶.

O mesmo pensamento era compartilhado por BARBOSA MOREIRA: “a questão será relevante quando se revestir de *interesse público*, quando o seu desate se destine a repercutir, necessariamente, fora do âmbito estrito das relações entre as

escala, por parte ponderável da sociedade (ou, em rigor, *pela parte da sociedade contraposta ao sistema*), um juízo e um agir negativos e atuantes em detrimento de tal normatividade, nela estará instalada a ‘satisfação’, no que diz com à obediência às regras de Direito. Diante de uma tal realidade, por certo, floresce, *ou, ao menos é possível enflorar*, claramente, o dogmatismo jurídico (a que designamos de ‘clássico’), em cuja base encontra-se uma intensa credibilidade do Direito [posto], daí devendo estar este, satisfatoriamente, em funcionamento também. Há, ao lado disso, pois, a convicção e a sensação, de que esse Direito posto traduz os valores que devem informar um sistema positivo. Segue-se daí, então, aceitarem-se as ‘regras de direito’, tais como existem, e, tais como são aplicadas, pelos Tribunais, como representativas de ‘verdade’, ou, se se quiser, de ‘utilidade’, uma vez que resolvem satisfatoriamente os conflitos” (cit., p. 7).

²⁹⁴ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 62.

²⁹⁵ *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 45. No mesmo sentido, PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA destacava que na definição das questões relevantes a “bússola que há de orientar o intérprete nesse desiderato é a do interesse público” (cit., p. 113). Ou, ainda, RAUL ARMANDO MENDES, para quem “é relevante a questão federal todas as vezes que a tese controvertida transcender o interesse de qualquer das partes para se situar no âmbito do interesse público” (cit., p. 129).

²⁹⁶ PEDRO GORDILHO, cit., p. 38. É por essa razão que, atualmente, o *writ of certiorari* pode ser utilizado, nos Estados Unidos da América, não apenas para viabilizar o recurso à Suprema Corte, como também para transferir diretamente aquele Tribunal o julgamento de um processo de relevante interesse público, ainda pendente de recurso em uma Corte de Apelação. Veja-se o que dispõe a *Rule 11* das “*Rules of the Supreme Court of the United States*”: “A petition for a writ of certiorari to review a case pending in a United States court of appeals, before judgment is entered in that court, will be granted only upon a showing that the case is of such imperative public importance as to justify deviation from normal appellate practice and to require immediate determination in this Court”.

partes”²⁹⁷. Ou, ainda, por ADRIANO MARREY, para quem a relevância da questão federal estaria “atrelada **não ao direito e pretensão da parte em si**, mas ao reconhecimento de que determinada demanda traz em seu bojo **questão federal**, cuja importância, em seus aspectos ‘morais, econômicos, políticos ou sociais’, traz repercussão de **ordem geral**, justificando-se o pronunciamento do Excelso Pretório (...). Não será, repita-se, o interesse do recorrente em si, na reforma da decisão que justificará a admissão e o conhecimento do recurso extraordinário, mas o reconhecimento pelo Pretório Excelso de que se impõe o seu pronunciamento, como mais alto intérprete e guardião da unidade da interpretação e inteireza do direito federal”²⁹⁸.

Em igual sentir, SERGIO BERMUDEZ: “Parece que o interesse público da matéria versada no acórdão recorrido, a repercussão da decisão na ordem jurídica, na vida social, a necessidade de assegurar, mediante o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, uniformidade de aplicação de regra de direito de ampla abrangência, são fatores que consubstanciam a relevância da questão federal”²⁹⁹.

No entanto, advertiu CALMON DE PASSOS, que o interesse público não se confundiria com o mero interesse do Estado. A questão deveria estar relacionada com os interesses da sociedade como um todo, ou de seus grupos representativos, e não do poder político constituído, ou de qualquer de seus órgãos³⁰⁰. Por isso, PEDRO GORDILHO

²⁹⁷ *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., cit., p. 661, destacamos. Em idêntico sentido eram as palavras de EVANDRO GUEIROS LEITE: “Diz-se relevante a questão federal quando, sobre atingir à parte que alega, na verdade atinge o interesse público” (cit., p. 14). E arrematava: “Quando o juiz decide acerca do *jus litigatoris*, pode ofender o direito subjetivo do indivíduo, que é sacrificado por um erro de direito. Mas, quando o juiz decide questão que, por sua relevância, repercute sobre toda a sociedade, o que entra em linha de conta é o que os romanos chamavam de *jus constitutionis* (D. 19.8.1, § 2º), gerando perigo mais grave à ordem jurídica, porque o erro de direito em que incide tem, na lição de Carnellutti, nocividade específica, sendo um erro contagioso” (cit., p. 14).

²⁹⁸ *Recurso extraordinário – arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 23, negritos no original.

²⁹⁹ *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 300. Da mesma forma, anota a doutrina argentina que o pressuposto da *gravedad institucional* para admissão do recurso extraordinário se faz presente “cuando la cuestión debatida excede el interes individual de las partes y afecta de manera directa a la comunidad” (SEVERO J. CALOSSO – RICARDO H. SUÁREZ – GRACIELLA S. IACOBELLI, *El Proceso Civil – Buenos Aires y Nación*, Buenos Aires, Ad Hoc, 1.995, cit., p. 60, destaques no original).

³⁰⁰ Até porque, é “o interesse privado, em última análise, o que pesa, porque é ao indivíduo que se procura tutelar, quando se formaliza o direito. Toda a vez que se transfere do indivíduo (pessoa na plenitude de seu ineditismo e irrepetibilidade e na exigência absoluta de sua realização humana) para o Estado, seus sinônimos ou suas camuflagens, o centro da valoração jurídica, o que se está fazendo é prostituir o Direito, transformando-se o semelhante em servo e o cidadão em súdito” (*Da arguição de relevância no recurso extraordinário*, cit., p. 12). Embora se concorde com essa posição, vale ressaltar que o mero interesse individual não constituiria motivo suficiente para permitir a abertura da via extraordinária. Era necessário que, mesmo se configurando um interesse de cunho privado, que essa questão envolvesse, de alguma forma,

preferia se referir a *preceitos que tutelam o interesse público*³⁰¹, que pudessem causar *reflexos* além do interesse exclusivo dos recorrentes, mesmo que envolvidos em demandas exclusivamente privadas³⁰². E, ainda, EVANDRO LINS E SILVA, que se referia aos casos envolvendo uma garantia fundamental do cidadão³⁰³.

Basicamente, como anotou DORESTE BAPTISTA, em precisa e sucinta definição, “será *relevante* a questão federal quando o interesse no seu desate seja maior fora da causa, do que, propriamente, dentro dela”³⁰⁴.

a coletividade, na medida em que o Supremo Tribunal Federal não era – e continua não sendo – um mero órgão revisor de decisões judiciais. A ele não interessa a justiça ou injustiça das decisões, mas sim até que ponto e em que medida um determinado julgamento poderia tem o condão de desestabilizar a unidade do direito. Por isso não se poderia admitir, como defendia o citado autor, que “toda injustiça num caso concreto, no sentido de inexata aplicação do direito ao fato reconstituído processualmente, ou inexata reconstituição do fato, toda má aplicação do direito [seria] violação de interesse da comunidade, público, portanto, e de ordem geral” (cit., p. 16). Sem dúvida, esse raciocínio, como já se procurou demonstrar, é válido para os recursos ordinários, que sempre possibilitam a revisão dos julgados. De uma forma ou de outra, as lides tem de ser encerradas. O conflito entre os princípios da justiça e da segurança jurídica sempre existiu e vai continuar existindo (v. recentes discussões quanto ao imbricado tema da *relativização da coisa julgada*). O que é preciso entender e assimilar é que os julgamentos do Supremo Tribunal Federal, tal qual a aplicação da tese da *relativização da coisa julgada*, deve ficar reservado aos casos excepcionais, que realmente tenham o condão de afetar a estabilidade do direito (por todos, v. CÂNDIDO DINAMARCO, *Relativizar a coisa julgada material*, in *Nova Era do Processo Civil*, São Paulo, Malheiros, 2.003, pp. 220-266).

³⁰¹ “É claro que há disposições de direito individual que alcançam indiretamente o interesse público. É que se entende que se protege o direito individual em obséquio ao interesse público, como no caso da propriedade, que é garantida em toda a sua plenitude, porque há conveniência *nacional* (...). Nas prescrições de ordem pública o interesse da sociedade coletivamente considerada sobreleva a tudo, a tutela do interesse da sociedade constitui o fim primordial, principal, do preceito legal; quando o preceito é de ordem privada dá-se o inverso: só indiretamente serve o interesse público, a sociedade coletivamente considerada. A proteção do direito individual constitui o objetivo primordial do preceito” (cit., p. 38).

³⁰² LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 47.

³⁰³ Cit., p. 14. As ações que discutiam *direitos fundamentais previstos em sede constitucional* também eram tidas como indicadores positivos da presença da “importância fundamental da causa”, no direito alemão (HANS PRÜTTING, cit., p. 159).

³⁰⁴ Cit., p. 34, destacamos. Por isso, arrematava PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA: “É possível distinguir, contudo, as questões federais suscitadas do ponto de vista da extensão que possua o interesse público nelas subjacente. Quando esse interesse é de tal ordem que transcende os limites da lide, vão além da esfera jurídica dos litigantes e ultrapassa o escopo fundamental da Justiça, de fazer atuar a lei, em cada caso concreto, para compor o litígio, a questão que o envolve será relevante” (cit., p. 114).

3.1.3.- Procedimento da argüição de relevância e seu julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Nos termos do antigo artigo 328 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, a argüição de relevância da questão federal deveria ser apresentada juntamente com as razões de recurso extraordinário, mas em capítulo destacado.

Era nessa parte *inicial* da petição que o recorrente deveria demonstrar que o recurso extraordinário, que se pretendia levar ao conhecimento do Excelso Pretório, veiculava um interesse maior – de natureza *jurídica, moral, econômica, política e/ou social* (artigos 325, inciso XI, c.c. 327, § 1º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal) – de modo que a decisão ali proferida alcançasse não apenas o caso *sub judice*, mas poderia ter reflexos em uma série de outras situações importantes para a sociedade brasileira.

Como explicou ARRUDA ALVIM, a partir da instituição da argüição de relevância como um *pressuposto de admissibilidade*, o recurso extraordinário passou a estar sujeito a uma *dupla subsunção*, que era fruto da também *dupla normatividade* do instituto. Deveria se enquadrar em umas das hipóteses do permissivo constitucional (artigo 119, inciso III, alíneas “a” e/ou “d” da Constituição de 1.697); todavia, o enquadramento em uma (ou em ambas) essas hipóteses não era mais suficiente. Tornou-se necessário demonstrar que o recurso extraordinário se enquadrava em uma das hipóteses arroladas – lembre-se, uma vez mais, taxativamente – no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (artigo 325, incisos I a X), ou, ainda, caso não veiculasse qualquer dessas hipóteses, que o recurso poderia ser admitido pela existência de relevante questão federal, que merecesse análise por parte do Supremo³⁰⁵.

De início, o recurso extraordinário poderia estar baseado, exclusivamente, nos artigos 325, inciso XI, c.c. 327, § 1º do Regimento Interno. Nesse caso, a argüição de relevância deveria ser encaminhada em instrumento próprio ao Supremo Tribunal, com cópia das peças referidas no *caput* do artigo 328, juntamente com

³⁰⁵ E, acrescentava o mesmo autor: “Ambos os tipos de subsunções têm de ser objeto de postulação, absolutamente completa e explícita, para se decidir o cabimento do RE” (*A Argüição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 42).

aquelas que houvessem porventura sido indicadas pelo recorrente, ou na resposta do recorrido³⁰⁶. Em tal situação, a apreciação ficaria a cargo exclusivo do Supremo Tribunal Federal³⁰⁷, conforme previsão do artigo 328, § 3º do Regimento Interno da Corte³⁰⁸.

Vale ressaltar, no entanto, que o recorrente poderia argüir – em capítulos distintos de seu recurso extraordinário – não apenas relevância da questão federal, quando a impugnação estivesse fundamentada nas alíneas “a” e/ou “d” do artigo 119, inciso III, da Constituição de 1.967, como também quaisquer outras hipóteses de cabimento do apelo extremo delimitadas no artigo 325 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (como, por exemplo, a alegação de violação ao texto constitucional).

Nesse caso, o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário seria *repartido* entre o Tribunal de origem e o Excelso Pretório.

Isso porque competiria (i) ao Presidente do Tribunal local apreciar se o recurso extraordinário se encaixava ou não em uma das hipóteses em que o apelo seria automaticamente admitido (v. item 3.1.2, *supra*), e (ii) ao Plenário do Supremo Tribunal Federal, com exclusividade, decidir a respeito da existência ou não da relevância da questão federal, de acordo com o quanto dispunha o artigo 326, § 1º do Regimento Interno da Suprema Corte³⁰⁹.

Abriam-se, então, duas possibilidades distintas. A primeira delas, se ocorresse a *admissão total* do recurso extraordinário. Nesse caso, os autos deveriam ser

³⁰⁶ Cujo prazo era de cinco dias.

³⁰⁷ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 149.

³⁰⁸ Eis o teor desse dispositivo: “A arguição de relevância subirá em instrumento próprio, em dez dias, com as peças referidas no *caput* deste artigo e a eventual resposta da parte contrária, quando o recurso não comportar exame de admissibilidade na origem (art. 326) ...”. Nesse caso, a teor do que dispunha o artigo 328, § 4º do Regimento, o recorrente estaria obrigado a custear as despesas para formação do instrumento, incluindo-se o pagamento do porte de remessa e retorno, no prazo de dez dias (§ 3º), sob pena de não conhecimento. Assim decidiu o Excelso Pretório: “Arguição de relevância da questão federal. Peças para formação do instrumento não apresentadas nem custeadas no prazo de dez dias (§§ 3º e 4º do art. 328 do RISTF). Indeferimento da juntada intempestiva” (Agravio Regimental em Agravio de Instrumento nº 130.413-8/SP, Relator Ministro SYDNEY SANCHES, julgado em 20 de junho de 1.991, Plenário, publicado em 2 de agosto de 1.991).

³⁰⁹ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 65. Explicava também CALMON DE PASSOS: “mesmo quando argüida a relevância, cumpre se atenda preliminarmente ao procedimento disciplinado no art. 543 do Código de Processo Civil, é só quando admitido o recurso extraordinário, com vistas à existência de seus pressupostos ordinários, se ordenará a formação do instrumento relativo ao incidente de arguição de relevância. O que é exame privativo pelo STF é esse pressuposto excepcional de admissibilidade” (*O recurso extraordinário e a Emenda nº 3 ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, cit., p. 58).

encaminhados diretamente ao Supremo, de modo que a arguição de relevância seria apreciada no bojo do próprio recurso extraordinário, sem a necessidade de formação de instrumento apartado, para julgamento do incidente (artigo 328, § 1º do Regimento Interno).

Na segunda hipótese, poderia haver *denegação parcial* do recurso extraordinário, por entender o Tribunal de origem que a impugnação não se encaixava nos tipos previstos nos incisos I a X do artigo 325 do Regimento Interno da Corte Suprema. Em tal circunstância, o recorrente teria de interpor agravo de instrumento contra decisão denegatória (previsto no artigo 544 do Código de Processo Civil³¹⁰) e, nessa mesma peça “dever[ia], para ter apreciada a arguição de relevância, reproduzi-la em capítulo destacado na petição de agravo, caso em que um único instrumento subirá ao Supremo Tribunal Federal” (artigo 328, § 2º do Regimento Interno). Caso não o fizesse, o conhecimento do recurso extraordinário fundado em causa outra que não a questão federal relevante ficaria inviabilizado³¹¹.

Nesse caso, a arguição de relevância seria julgada primeiramente, nos termos dos artigos 328, § 5º, inciso VI, c.c 329, § 1º do Regimento Interno do Supremo

³¹⁰ Cujo prazo, naquela época, era de apenas cinco dias.

³¹¹ Assim restou decidido no julgamento da Arguição de Relevância nº 14.159-1/SP: “Arguição de relevância. Se a arguição de relevância versar matéria exclusivamente constitucional e não houver agravo contra o despacho que não admitiu o recurso extraordinário, julga-se prejudicada a arguição de relevância e declara-se, desde logo, preclusa a via do recurso extraordinário” (Relator Ministro NÉRI DA SILVEIRA, julgado em 27 de abril de 1.989, Plenário, publicado em 5 de maio de 1.989, grifos no original). Em sentido semelhante, vale examinar também a decisão proferida na Arguição de Relevância nº 24.311-3/BA: “Interposto o RE, no sistema da EReg. 2/85, com alegação de ofensa à Constituição (RISTF, 325, I) e arguição de relevância da questão infraconstitucional (art. 325, X), mas se limitando o despacho da presidência do Tribunal de origem a deferir o processamento da arguição, a falta de interposição do agravo (ou de embargos de declaração ao despacho) tornou preclusa a matéria constitucional e, advindo o regime da atual constituição, a via do novo recurso extraordinário; sobrevive apenas, do apelo interposto, a parte que se converteu em recurso especial” (Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgada em 6 de novembro de 1.990, Primeira Turma, publicada em 30 de novembro de 1.990). O voto destacou: “De todo o sistema, resulta, a meu ver, que, do despacho que não admitisse RE interposto sob o pálio dos incisos I a X do art. 325, era imprescindível interpor o agravo, sob pena de preclusão das matérias nele enumeradas. Isso se daria, ainda quando, por força do inciso XI, a subida do RE afinal adviesse do acolhimento da relevância argüida, caso, porém, em que a sua apreciação pelo STF teria de circunscrever-se ao ponto da causa ou à temática do recurso não coberta pela preclusão parcial decorrente de sua não admissão, irrecorrida, no âmbito dos referidos incisos I a X, a qual, não estando subordinada à arguição, por isso mesmo, não se beneficiaria do seu êxito”. V., ainda, a decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 114.089-5/SP, Relator Ministro MOREIRA ALVES, julgado em 26 de abril de 1.989, Plenário, publicado em 5 de maio de 1.989, e no Recurso Extraordinário nº 101.177-7/PB, Relator Ministro RAFAEL MAYER, julgado em 11 de maio de 1.984, Primeira Turma, publicado em 19 de abril de 1.985.

Tribunal Federal. Sendo provida, ficaria prejudicado o agravo³¹², uma vez que a finalidade de ambos seria parcialmente coincidente (viabilizar a abertura da via extraordinária no Excelso Pretório, embora o objeto do agravo pudesse ser mais amplo, discutindo, por exemplo, a existência de prequestionamento, o que não impedia que esse ponto fosse revisto no julgamento do recurso, após a admissão da relevância da questão federal).

No entanto, se a denegação houvesse sido *parcial* (por exemplo, o Presidente do Tribunal *a quo* entendia não estar configurado o prequestionamento), não haveria necessidade de interpor agravo, uma vez que a argüição de relevância subiria nos próprios autos do recurso extraordinário. Não haveria preclusão, a teor do que dispunham as Súmulas 292 e 528 do Supremo Tribunal Federal³¹³.

A princípio, era o Supremo Tribunal Federal quem deveria julgar a argüição de relevância, tanto em relação ao *mérito* do incidente – ou seja, para decidir se estava mesmo presente a *questão maior* invocada pelo recorrente – quanto em relação aos seus requisitos de cunho *formal*. Esse era o comando presente no artigo 327 do Regimento Interno, conforme redação que lhe foi conferida pela Emenda Constitucional nº 2, de 1.985: “Ao Supremo Tribunal Federal, em sessão do Conselho, compete *privativamente* o exame da argüição de relevância da questão federal” (destacamos³¹⁴).

³¹² V. decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 11.479-3/PE, Relator Ministro RAFAEL MAYER, julgado em 3 de junho de 1.986, Primeira Turma, publicado em 23 de junho de 1.986.

³¹³ Respectivamente: “Interposto o recurso extraordinário por mais de um dos fundamentos indicados no art. 101, III, da Constituição, a admissão apenas por um deles não prejudica o seu conhecimento por qualquer dos outros”; “Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial, pelo presidente do tribunal ‘a quo’, de recurso extraordinário que, sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente de interposição de agravo de instrumento”. Nesse sentido, também, era o entendimento de ARRUDA ALVIM, ao interpretar essas duas súmulas: “Nestas hipóteses a orientação é a da ausência de preclusão respeitante aos demais fundamentos; ou seja, *no juízo de admissibilidade*, agora no do S.T.F., haver-se-á de examinar a admissibilidade desse RE *também pelos demais fundamentos* (Súmula 292). O despacho do Presidente do Tribunal local, pois, não cria preclusão. Daí não há que se cogitar de agravo. No que diz respeito às implicações da Súmula 528, se a decisão contiver *partes autônomas*, e, se o Presidente do Tribunal local, houver admitido o RE apenas em relação a uma parte autônoma, igualmente, quando do julgamento do RE o S.T.F. haverá de examinar o cabimento do RE, tendo em vista as demais partes autônomas. Aqui não há, também, preclusão, e, pois, não há do que agravar (a Súmula 528 é textual, nesse sentido)” (*A Argüição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 147-148, destaques no original).

³¹⁴ Nesse sentido restou decidido na Reclamação nº 57/ES: “Argüição de relevância da questão federal. Seu exame é privativo pelo Supremo Tribunal Federal” (Relator Ministro BILAC PINTO, julgada em 17 de dezembro de 1.976, Plenário, publicada em 16 de março de 1.977). O voto destacou: “Cabendo privativamente ao Supremo Tribunal o exame da argüição de relevância da questão federal (Regimento, art. 308, § 3º), não poderia, conseqüentemente, no caso, sob qualquer fundamento, ser obstada a subida do respectivo instrumento à Corte”. No mesmo sentido, v. a Reclamação nº 69/SC, Relator Ministro CORDEIRO GUERRA, julgada em 1º de setembro de 1.977, Plenário, publicada em 30 de setembro de 1.977. E,

Justificava-se essa circunstância, como explica GLÁUCIA MARA COELHO, pelo fato de que, se a definição das hipóteses de relevância estivessem a cargo dos Tribunais de origem, poderiam surgir um sem número de decisões conflitantes a respeito dos casos em que deveria ou não ser acolhidas ditas arguições, o que agravaria ainda mais a *crise* do Excelso Pretório³¹⁵. Ora, era mesmo o próprio Supremo Tribunal Federal, como órgão responsável pelo julgamento de recursos extraordinários (artigo 119, inciso III, da Constituição de 1.967), que deveria decidir que tipo de questões eram ou não relevantes o suficiente para merecerem nova apreciação por parte de seus Ministros.

Além disso, explicava DORESTE BAPTISTA ser compreensível “o fundamento da privação de poderes do juízo de origem: se não detém o juízo de admissibilidade da arguição, não lhe pode examinar os requisitos; se não os pode apreciar, o Presidente do Tribunal de origem não pode indeferir a arguição sob o fundamento de ser *intempestiva, incabível* ou não se revestir de *forma regimental*”³¹⁶.

Contudo, por não afastar completamente a possibilidade de o Tribunal *a quo* denegar a subida da arguição de relevância, a Emenda Regimental nº 2, de 1.985, passou a prever, em seu artigo 327, § 2º: “Do despacho que indeferir o *processamento* da arguição de relevância *cabe agravo de instrumento*” (destacamos). Tem-se aí prova incontestada de que, mesmo de forma limitada, o Tribunal de origem teria competência para julgar o incidente, em alguns casos específicos e desde que não invadissem o seu mérito³¹⁷.

finalmente, o Agravo de Instrumento nº 67.453/ES, no qual foi decidido: “O extraordinário interposto de decisão proferida por Tribunal de Justiça, depois de regularmente processado, deverá ser apreciado pelo Presidente do Tribunal que, em despacho motivado, o admitirá ou não. Essa é a regra normal prescrita nos arts. 541 e 543 do CPC. Quando, porém, o recorrente, na petição de recurso extraordinário, deduza, em capítulo específico e destacado, a arguição de relevância da questão suscitada, não poderá o Presidente do Tribunal examinar a sua procedência ou improcedência” (Relator Ministro BILAC PINTO, julgada em 19 de maio de 1.977, Plenário, publicada em 1º de julho de 1.977).

³¹⁵ Cit., p. 59.

³¹⁶ Cit., p. 85, destaques no original. E ressaltava o autor que “o juízo de admissibilidade da arguição é *privativo* não propriamente do Tribunal do recurso (as Turmas), mas do Pleno da Corte Suprema” (cit., p. 84, destaques no original).

³¹⁷ Da mesma forma, o Supremo Tribunal Federal também entendeu ser possível ao Ministro Relator a denegação monocrática de arguição de relevância indevidamente fundamentada, “já que é vedado ao Relator suprir deficiências dos recursos oferecidos pelas partes. O STF decidiu que cabe Agravo de Instrumento para o Pleno do STF, que, em Sessão do Conselho, o decidirá, para a subida, ou não, da ARv. indeferida no STF pelo Ministro-Relator a quem foi distribuída, após a ER n. 2/85 (cf. RISTF/80, art. 327, § 2º, na redação da ER n. 2/85; AG n. 111.516-5-PR, Relator: Min. RAFAEL MAYER, DJU de 1º-7-1986)” (*Apud*, SAMUEL MONTEIRO, cit., p. 154).

De fato, existiam algumas hipóteses em que o Tribunal de origem poderia recusar a subida do instrumento de argüição de relevância. Por exemplo, se a parte não efetuasse ou não comprovasse o pagamento do preparo (conforme antiga regra do artigo 328, § 4º, do Regimento Interno); ou se a decisão contra a qual fora interposto o recurso extraordinário não se caracterizasse como sendo de última instância. Da mesma forma, em caso de intempestividade, conforme julgamento prolatado no Agravo Regimental nº 91.004-2/RS, bem como quando a parte não pedisse a formação do instrumento e nem indicasse as peças que deveriam compô-lo (artigo 328 *caput* do Regimento Interno), tal como restou decidido no Agravo Regimental nº 88.061-5/SP³¹⁸.

Lembrou ADRIANO MARREY que o Supremo Tribunal Federal deixou assentado que o Presidente do Tribunal de origem teria competência para indeferir, liminarmente, o processamento da argüição de relevância presente em recurso extraordinário dirigido contra julgamentos proferidos pelo Tribunal Superior do Trabalho ou pelo Tribunal Superior Eleitoral. Isso porque os artigos 139 e 143 da Carta Magna de 1.967 definiam serem irrecorríveis tais decisões, salvo quando contrariassem a Constituição ou houvessem denegado *habeas corpus*³¹⁹.

Além disso, sustentou BARBOSA MOREIRA que nas hipóteses de interposição de recurso extraordinário fundamentadas no artigo 119, inciso III, alíneas “b” e “c” da Constituição de 1.967, o Presidente do Tribunal *a quo* também poderia negar trânsito ao incidente, que não seria necessário para viabilizar a subida do apelo extremo. Careceria o recorrente, nesses casos, de *interesse recursal*³²⁰. Da mesma forma ocorria

³¹⁸ Julgados colacionados por EVANDRO GUEIROS LEITE, cit., p. 12.

³¹⁹ A argüição de relevância da questão federal na interposição do recurso extraordinário, in RT 593/49.

³²⁰ “Numa e noutra hipótese, a argüição de relevância ficaria *sem função processual* a exercer. Em semelhantes condições, afigura-se pouco razoável dar-lhe curso, com toda a seqüela de despesas, tempo e energia que se gastariam em absurdo desperdício. O que o art. 327 veda ao Presidente do tribunal recorrido é apreciar o conteúdo da argüição, é decidir se a questão federal suscitada tem ou não tem relevância: tal juízo fica reservado à Corte Suprema. Mas ele não usurpará a competência privativa desta se, nas hipóteses acima figuradas, pura e simplesmente negar seguimento à argüição” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., vol. V, 4ª ed., cit., p. 666, destaques no original). A não ser que, como havia destacado pouco antes o mesmo autor, “se o recurso se fundasse na letra *b*, ou na letra *c*, ou em ambas, e *também* na letra *a*, ou na letra *d*, ou em ambas; poderá caber, frise-se, *no que diga respeito* às letras *a* e/ou *d*” (cit., p. 659). O mesmo pensamento era compartilhado por DORESTE BAPTISTA, que tratou do instituto ainda sob a égide da Emenda Regimental nº 2, de 1.975: “Instituída para os casos em que o Regimento veda o recurso pela via direta, só nesses casos se legitima a sua adoção” (cit., p. 39). Veja-se o que decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 92.814/PB: “A rejeição da argüição de relevância da questão federal não importa em tornar prejudicado o recurso extraordinário, se a esse não se aplicam os vetos regimentais que aquela visa afastar” (Relator Ministro SOAREZ MUÑOZ, publicado in RTJ 100/1266).

quando o recurso extraordinário estivesse fundamentado em um dos permissivos do artigo 325 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal³²¹.

Todavia, ARRUDA ALVIM discutiu esse ponto, sustentando que nos casos “duvidosos”, em que o recorrente não estivesse seguro quanto ao perfeito enquadramento da hipótese de cabimento do recurso extraordinário em um dos permissivos do Regimento Interno da Suprema Corte, a alegação de relevância poderia ser deduzida, para que não se corresse o risco de ver o recurso extraordinário inadmitido³²². Realmente,

³²¹ Assim, por exemplo, restou decidido pelo Tribunal Federal de Recursos, na Apelação nº 60.071: “Quanto à arguição de relevância da questão federal, tenho por incabível a pretensão do recorrente. Na verdade, essa suscitação funciona, única e exclusivamente, como excludente aos óbices taxados no caput do art. 325 do RISTF. É o que se colhe do disposto no art. 328 do mesmo Regimento, sobre dizer que o recorrente deve justificar o cabimento da arguição, por estar a hipótese compreendida nas restrições do art. 325. Em face da clareza dessa previsão, correto é concluir-se que não cabe a arguição de relevância fora dos vetos opostos à admissibilidade do recurso extraordinário, nos termos dos diversos incisos do precitado art. 325. Portanto, a não se tratar, in casu, de hipótese compreendida em qualquer daquelas restrições regimentais, indefiro o processamento da arguição”. Essa decisão foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal, que não conheceu da Reclamação nº 145-8/DF, sob o argumento de que ela não seria remédio para substituir o agravo de instrumento que deveria ter sido interposto contra o indeferimento da arguição de relevância, no Tribunal de origem (Relator Ministro ALFREDO BUZAID, julgada em 25 de maio de 1.983, Plenário, publicada em 1º de julho de 1.983, grifos no original).

³²² Explicou o autor: “pela circunstância de que, se o RE é cabível, pelo RI S.T.F., utilidade prática não há – neste ângulo de raciocínio – em se suscitar a relevância da questão federal. Neste patamar de pensamento, se é cabível pelo RI S.T.F., **ipso facto**, é ‘incabível’ a arguição de relevância. Todavia, outro raciocínio há de ser feito, no plano da *argumentação e da utilidade*. É possível que o recorrente tenha interposto o seu RE embasando-o em um dos incisos do art. 325, RI S.T.F. No entanto, poderá não ter certeza absoluta dessa fundamentação. Coloca-se, então, *novamente*, a questão: pode, a respeito dessa mesma questão, ser levantada a relevância da questão federal? A resposta deve ser positiva. A admissibilidade da arguição de relevância encontra suas raízes no próprio texto constitucional. Inviável, pois, que essa dimensão constitucional fosse atrofiada ou diminuída. Disto resulta que, *ainda que denegado o cabimento de um RE*, com base no RI S.T.F., nem por isso a mesma questão deixará de poder ser tida por relevante. Se o for, ficará submetida ao regimen jurídico de arguição de relevância acolhida” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 44, n. 16, destaques no original). Nesses casos, porém, vale lembrar que denegado o recurso extraordinário, pela presidência do Tribunal de origem, a parte também deveria agravar de instrumento (artigo 544 do Código de Processo Civil), não bastando a simples apresentação do incidente de arguição de relevância. Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.478-9/MG: “Se o recurso extraordinário se adstringe a invocar contra o acórdão recorrido ofensa à Constituição, e não é admitido, por esse fundamento, pela Presidência do Tribunal de origem, à qual compete tal juízo de admissibilidade, para que essa decisão não transite em julgado é mister a utilização do agravo de instrumento, não impedindo a formação da coisa julgada a acolhida da arguição de relevância da questão federal, visto que com a alegação de ofensa a texto constitucional não é susceptível de apreciação em arguição dessa natureza, por ser também, em linha de igualdade com esta, exceção a qualquer dos óbices previstos nos incisos do art. 325 do Regimento Interno do S.T.F.” (Relator Ministro MOREIRA ALVES, julgado em 30 de agosto de 1.983, Segunda Turma, publicado em 11 de novembro de 1.983). O trecho final do voto destacou: “Assim sendo, no caso concreto, o acolhimento indevido de arguição de relevância da questão federal incabível não impede que a Turma não conheça do recurso extraordinário, por haver trânsito em julgado da decisão de inadmissão desse recurso prolatado pela autoridade competente para tanto”. O entendimento foi seguido no julgamento do Recurso Extraordinário nº 100.593-9, Relator Ministro FRANCISCO REZEK, julgado em 20 de setembro de 1.983, Segunda Turma, publicado em 29 de junho de 1.984, e no Recurso Extraordinário nº 100.489-4/MG, Relator Ministro FRANCISCO REZEK, julgado em 14 de outubro de 1.983, Segunda Turma, publicado em 25 de novembro de 1.983.

na dúvida, seria melhor que a parte formulasse a preliminar de relevância, para não correr riscos, como admitiu BARBOSA MOREIRA³²³.

Chegados os autos ao Supremo Tribunal Federal, a argüição de relevância da questão federal receberia registro e numeração específicos, tanto nos casos em que estivesse formulada no bojo do próprio recurso extraordinário, quanto se subisse em autos apartados (artigo 328, § 5º, incisos I e II). Haveria, em qualquer dos casos, distribuição própria (inciso IV).

Em seguida, estabelecia o inciso III desse dispositivo: “Em qualquer caso, preparar-se-á um extrato da argüição de relevância para distribuição a todos os Ministros, com referência à sessão do Conselho em que será apreciada”. Essa distribuição, nos termos do inciso IV, deveria obedecer ao seguinte procedimento: “As argüições de relevância serão, por sua ordem numérica, distribuídas aos Ministros, a partir do mais moderno no Tribunal, e, em caso de impedimento, haverá recomposição imediata”. Ao Ministro que houvesse sido distribuída a argüição, competiria apresentá-la à sessão do Conselho, competente para julgar o incidente, “na sessão designada para seu exame, ou, em caso de ausência eventual, na primeira a que comparecer” (inciso V).

A princípio, portanto, todos os Ministros do Supremo deveriam participar do julgamento da argüição de relevância da questão federal, não havendo a possibilidade de se pedir vista (inciso IX), uma vez que teriam tido acesso prévio ao conteúdo do incidente³²⁴.

Tal como preceituava o artigo 328, § 5º, inciso VI, do Regimento Interno da Suprema Corte, a análise da argüição de relevância deveria sempre *anteceder* o julgamento do recurso extraordinário, ou do agravo de instrumento contra decisão

³²³ “Em tal emergência, deve-se admitir-se que argua *ad cautelam* a relevância da questão federal, para a eventualidade de interpretar-se em seu desfavor a norma restritiva. Será até aconselhável, do ponto-de-vista prático, que o faça” (BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., cit., p. 659). Foi o que deixou assentado estudo elaborado por JAIME DE ASSIS ALMEIDA, à época secretário da Presidência do Supremo Tribunal Federal: “Não cabe, também, argüição de relevância, qualquer que seja o valor ou a natureza da causa, quando o recurso extraordinário alegar unicamente questão constitucional (CF, art. 119, III, ‘a’, primeira parte, ‘b’ e ‘c’). Nestes casos o Presidente do Tribunal de origem deferirá o processamento do extraordinário, se entender razoável a alegação de ofensa à Constituição. Caso contrário, indeferi-lo-á, cabendo desta decisão agravo para o Supremo Tribunal Federal (RI, art. 326)” (*Apud*, RAUL ARMANDO MENDES, cit., p. 134).

³²⁴ AMARAL SANTOS, cit., p. 178.

denegatória. Para acolher o incidente, bastaria o voto favorável de quatro ministros (artigo 325, § 5º, inciso VII, do Regimento Interno).

Admitida a existência da relevância da questão federal, o recurso extraordinário seria remetido a julgamento, em uma das Turmas³²⁵. Embora o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal não tratasse expressamente dessa questão, entendia-se aplicável a regra geral do artigo 9º, inciso III, do Regimento Interno da Corte. Era impossível, porém, que a decisão do Conselho fosse revista por ocasião do julgamento do recurso extraordinário, conforme caudalosa jurisprudência formada no Supremo Tribunal Federal³²⁶.

Mantinha-se, entretanto, a competência do órgão fracionário para negar admissibilidade ao recurso extraordinário por qualquer outro fundamento³²⁷. Por

³²⁵ Ademais, nos termos do artigo 329, *caput* do Regimento Interno, aceita a preliminar de relevância, os autos do recurso seriam distribuídos, “cabendo à Turma ou ao Plenário, caso tenha sido acolhida, *considerar tal decisão* ao julgá-lo” (destacamos). Sobre esse ponto, explicou ARRUDA ALVIM: “Quando o texto do art. 329, refere-se a ‘considerar tal decisão’, ao ensejo do julgamento, isto quer significar que há de se reputar a questão ou questões federais (ou, ainda, se for o caso, toda a causa federal), como aptas a comportarem o julgamento da admissibilidade, *sempre na medida do acolhimento da relevância*, sem que o acolhimento da AR transcenda essa função. Se o RE, ao ter sido objeto de exame na instância local, tiver sido parcialmente acolhido, parece-nos que o julgamento do S.T.F. não compreenderá, se acolhida a arguição de relevância, também a parte inadmitida. Ou seja, independentemente de agravo de instrumento, nesta hipótese, as Súmulas 292 e 528, não nos parece sejam aplicadas” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 151, destaques no original). Havia, pois, uma clara distinção quanto aos efeitos da admissão da relevância da questão federal, via agravo de instrumento, ou no bojo do próprio recurso extraordinário. O acolhimento da arguição de relevância em autos apartados (via agravo de instrumento) limitava a cognição do Supremo à questão ou às questões tidas pela Corte como relevantes, não havendo novo exame quanto à inadmissibilidade do recurso extraordinário por outros fundamentos. Nesse caso, não teria lugar a aplicação das Súmulas 292 e 508 (v. ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 153-155).

³²⁶ V. Agravo de Instrumento nº 87.401-1/RJ, Relator Ministro ALFREDO BUZAID, julgado em 30 de junho de 1.983, Primeira Turma, publicado em 19 de julho de 1.983. No mesmo sentido, o Recurso Extraordinário nº 100.879-2/SP: “Refogem ao debate no âmbito da Turma questões relativas à regularidade da formação do instrumento de relevância, que logrou êxito no Conselho” (Relator Ministro FRANCISCO REZEK, julgado em 22 de maio de 1.984, Segunda Turma, publicado em 29 de junho de 1.984). E, ainda, o Recurso Extraordinário nº 100.769-9/SP: “Descabe, no julgamento do recurso extraordinário, apreciar os pressupostos de admissibilidade da arguição de relevância. Impossível a invalidação do seu acolhimento por decisão preclusa do Pleno, em sessão do Conselho” (Relator Ministro RAFAEL MAYER, julgado em 24 de agosto de 1.984, Primeira Turma, publicado em 21 de setembro de 1.984). Seu voto anotou: “Decerto, a acolhida da arguição de relevância não prejudica a apreciação, pela Turma ou pelo Plenário, dos pressupostos do recurso extraordinário, pois não implica no ulterior conhecimento deste, conforme vem explicitado no art. 328, X, do Regimento Interno, e confirmado pela jurisprudência da Corte. Entretanto, a norma não se estende até facultar que, na instância do extraordinário, se verifiquem os pressupostos e condições de admissibilidade da arguição de relevância, para efeito de invalidá-la. O procedimento da arguição de relevância tem curso autônomo e separado, e o que nele se decide, pelo Pleno, quer acolhendo-a, quer rejeitando-a, alcança preclusão, como decisão competente que é, nos limites de seu objeto e de seus efeitos”.

³²⁷ BARBOSA MOREIRA afirmou ser impossível “que a Corte, havendo julgado procedente a arguição de relevância, na sessão de Conselho, se desdiga o que dissera e considere irrelevante a questão federal: essa matéria deve considerar-se preclusa” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., cit., p. 674).

exemplo, a ausência de prequestionamento³²⁸. Como anotou PEDRO GORDILHO, o afastamento do óbice da argüição de relevância viabilizava o exame das demais condições de admissibilidade do recurso extraordinário, de modo que a análise dessa preliminar, pelo Excelso Pretório, era feita antes de qualquer outra³²⁹. Aqui se notava uma verdadeira *pré-admissão* do apelo extremo. Acolhida a argüição de relevância, como explicava THEOTONIO NEGRÃO, “o exame dos demais requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário passará a ser feito na Turma ou no Plenário, nos autos originais, depois de processado o recurso extraordinário”³³⁰.

Por fim, é necessário lembrar que o acolhimento da argüição de relevância da questão federal não tinha qualquer consequência em relação ao julgamento de mérito do recurso extraordinário³³¹.

Isso porque “a relevância foi julgada num outro plano – o da pré-admissibilidade do recurso – no qual, por conseguinte, não se cuidou de perquirir o cabimento do recurso, porém, apenas, se a questão nele ventilada possuía foros de

No entanto, DORESTE BAPTISTA advertia: “É certo que, uma vez afirmada a *importância*, não na poderá rever a Turma. Mas, pronunciada a relevância, a consequência desse julgamento fica adstrita à viabilidade, em princípio, do recurso extraordinário. Numa palavra: o pronunciamento do Pleno não envolve juízo de admissibilidade do apelo extremo. Este, ainda que reconhecida a relevância, será *privativo* da Turma. Por conseguinte, declarada, pela manifestação plenária do Supremo Tribunal, a relevância da questão federal, a Turma *pode deixar de conhecer do recurso*, nessa parte, pela ausência de outro de seus pressupostos (cabimento, tempestividade, forma etc.)” (cit., pp. 135-136). Por isso, afirmou LUCIA HELENA FONTOURA: “Cumprе salientar, outrossim, que, também na hipótese do recurso extraordinário interposto nos termos do inc. XI, se faz indispensável a precisa indicação do permissivo constitucional que embasa o recurso, bem como a devida fundamentação, para que viável a sua apreciação pelo STF” (*Juízo de admissibilidade e argüição de relevância da questão federal na Emenda Regimental nº 2/85 do STF*, in *Ajuris* 38/77).

³²⁸ “A acolhida, pela Corte, da argüição de relevância tem por efeito liberar o recurso extraordinário do entrave regimental, mas não dispensa, para efeito de conhecimento, da satisfação dos pressupostos exigíveis, inclusive o prequestionamento (Súmulas 282 e 356)” (RTJ 100/775). Em idêntico sentido, confira-se: RTJ 94/685, bem como o Recurso Extraordinário nº 100.538-6/SP (Relator Ministro DJACI FALCÃO, julgado em 30 de agosto de 1.983, Segunda Turma, publicado em 23 de setembro de 1.983), e o Recurso Extraordinário nº 101.232-3/SP (Relator Ministro RAFAEL MAYER, julgado em 28 de fevereiro de 1.984, Primeira Turma, publicado em 23 de março de 1.983).

³²⁹ Cit., pp. 34 e 40.

³³⁰ *Comentários ao Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor*, 17ª ed., cit., p. 925, n. 2 ao artigo 327 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

³³¹ Vale destacar, no entanto, que o acolhimento da argüição de relevância, sem qualquer tipo de restrição, daria ensejo ao exame de todas as questões impugnadas no extraordinário (Recurso Extraordinário nº 114.900-1, Relator Ministro ALDIR PASSARINHO, julgado em 5 de fevereiro de 1.988, Segunda Turma, publicado em 5 de fevereiro de 1.988). Dessa forma, como também teve oportunidade de afirmar o mesmo relator, o acolhimento da argüição de relevância propiciava o exame do recurso extraordinário em maior amplitude (Recurso Extraordinário nº 115.781-0, julgado em 30 de junho de 1.988, Segunda Turma, publicado em 30 de setembro de 1.988).

relevante, certamente sob o enfoque de seu interesse público ou interesse para o público”³³².

3.1.4.- Principais críticas doutrinárias ao antigo instituto.

Era justamente em relação ao processo de julgamento da arguição de relevância, que se concentravam as maiores críticas doutrinárias ao antigo instituto.

Isso porque o seu julgamento era *desprovido de fundamentação*³³³. Por consequência, dispensava-se a lavratura de acórdão, sendo publicada apenas e tão somente uma relação contendo “as arguições *acolhidas* no todo ou em parte, e as rejeitadas, mencionada, no primeiro caso, a questão federal havida como relevante” (artigo 328, § 5º, inciso VIII, do Regimento Interno, destacamos).

Além disso, a arguição de relevância era apreciada pelo *Conselho* do Supremo Tribunal Federal, que não era um órgão judicante permanente da Corte, mas sim uma *modalidade especial de sessão*³³⁴. Era realizada de forma *secreta*, com a participação apenas dos Ministros³³⁵ (e eventuais pessoas convocadas, especialmente, para esse fim), e

³³² ANTONIO CARLOS MARCONDES MACHADO, cit., p. 81.

³³³ Além disso, como recorda GLÁUCIA MARA COELHO, também não se admitia pedido de vista durante a “sessão” de julgamento, dificultando sobremaneira o debate entre os ministros (cit., p. 61). Procurou-se justificar tais restrições com o argumento de que, nos termos do artigo 328, § 5º, inciso III, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, haveria uma distribuição prévia a todos os ministros dos termos das arguições de relevância. Dessa forma, todos eles poderiam tomar ciência das razões que as fundamentavam, tendo condições de proferir voto imediato no Conselho.

³³⁴ EVANDRO GUEIROS LEITE, cit., p. 12. E complementava o autor: “As convocações do Conselho, que, por sua índole e finalidade, deveriam ser *episódicas*, tornaram-se *usuais*, emprestando ao Conselho a qualidade de *órgão judicante*, estranho à estrutura do STF e ativado fora das especificações de seu Regimento Interno (art. 151, I e II), para a prática de ato de prestação jurisdicional, embora assim não considerado por seus Ministros e pelo Pleno a partir do argumento de que o julgamento, em tese, da relevância da questão federal é antes ato político do que propriamente ato de prestação jurisdicional” (cit., p. 13, destaques no original).

³³⁵ Essa sistemática de votação secreta é até hoje utilizada nos Estados Unidos da América, quando da apreciação, pela Suprema Corte, do *writ of certiorari*. O Tribunal se reúne às sextas-feiras para analisar os casos constantes da “lista de discussão”, a qual engloba os recursos que os *justices* houveram por bem incluir em uma relação que deve ser submetida à apreciação do Tribunal em sessão colegiada. Os casos que não constarem dessa lista são considerados automaticamente rejeitados, sem a necessidade de qualquer manifestação expressa. Vale lembrar, por importante, que essa lista é montada com base em memorandos

designada com o único objetivo de examinar aqueles incidentes recursais, tal como estabelecia o anterior Regimento do Supremo Tribunal Federal, de 1.970 (artigo 156), e continua prevendo o seu atual artigo 152. Tratava-se, portanto, de uma espécie de Tribunal *ad hoc*³³⁶.

Nota-se, ainda, que não sendo dotada de fundamentação, atrelada ao fato de que se tratava de um julgamento proferido pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário nacional, a decisão era *irrecorrível*, mesmo pela via de embargos declaratórios, uma vez que o recorrente não tinha acesso nem mesmo ao teor desse julgamento. Era o que estabelecia o artigo 328, § 5º, inciso VII, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal: “Estará acolhida a arguição de relevância se nesse sentido se manifestarem quatro ou mais Ministros, sendo a decisão do Conselho, em qualquer caso, *irrecorrível*” (destacamos). Dispensava-se, pois, a lavratura de acórdão³³⁷.

Com tudo isso, fica bastante claro que se acentuava, ainda mais, o caráter (já naturalmente) *subjetivo* dessa decisão, em matéria tão sensível e de tão amplos efeitos³³⁸. Dava margem, com isso, para críticas daqueles que encaravam a arguição de relevância como um modo puro e simples de retirar o julgamento de causas do Supremo

elaborados pelos assessores dos juízes (*clerks*), que analisam as petições de *certiorari* e elaboram uma espécie de resumo padronizado (*certo-pool memo*), remetido a todos os demais assessores, os quais, com base nesse memorando, indicam aos *justices* se concordam ou não com essa opinião (essa manifestação dos assessores, no entanto, é realizada de forma justificada). V., sobre o tema, BRUNO DANTAS, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., pp. 98-99.

³³⁶ Que hoje em dia atentaria contra o princípio constitucional do *juiz natural* (artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição). Explicam ARAÚJO CINTRA – ADA PELLEGRINI – CÂNDIDO DINAMARCO que “as modernas tendências sobre o princípio do juiz natural nele englobam a proibição de subtrair o juiz constitucionalmente competente. Desse modo, a garantia desdobra-se em *três conceitos*: a) só são órgãos jurisdicionais os instituídos pela Constituição; b) ninguém pode ser julgado por órgão constituído após a ocorrência do fato; c) entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem taxativa de competências que exclui qualquer outra alternativa deferida à discricionariedade de quem quer que seja. A Constituição brasileira de 1988 reintroduziu a garantia do *juiz competente* no art. 5º, inc. LIII” (*Teoria Geral do Processo*, 15ª ed., São Paulo, Malheiros, 1.999, p. 52, destaques no original).

³³⁷ DORESTE BAPTISTA, cit., p. 114. SAMUEL MONTEIRO cita alguns julgados nesse sentido: Agravo Regimental na Arguição de Relevância nº 13.629/RJ, publicada em 1º de junho de 1.982; Arguição de Relevância nº 14.732/RJ, publicada em 15 de setembro de 1.982 (cit., p. 151).

³³⁸ Essa era a opinião, por exemplo, de CALMON DE PASSOS, ao criticar a instituição da arguição de relevância como meio de solucionar a crise do Supremo Tribunal Federal: “Muito menos aceitável, entretanto, é a solução de reduzir-se desarrazoadamente o campo de admissibilidade do recurso extraordinário, quando atribuições novas eram deferidas ao Supremo; e mais lamentável, ainda, que as restrições impostas à admissibilidade do recurso constitucional tenham ficado sujeitas a exceções definíveis, com o mais absoluto arbítrio, pelos próprios ministros do Supremo, em julgamento secreto e desprovido de fundamentação” (*Da arguição de relevância no recurso extraordinário*, cit., p. 12). E arrematava: “A dose de arbítrio, por conseguinte, foi excessiva, máxime se considerarmos que o Supremo será o único juiz de seus próprios critérios” (cit., p. 13).

Tribunal Federal, que poderia, assim, deixar de examinar temas importantes, sacrificando recursos em nome de uma suposta maior eficiência do Excelso Pretório. ALCIDES DE MENDONÇA LIMA, por exemplo, classificava a arguição de relevância como uma medida *esdrúxula e misteriosa*³³⁹.

Ressalvava EVANDRO GUEIROS LEITE, entretanto, que mesmo desprovida de todas essas garantias, a decisão da arguição de relevância tinha pleno caráter *jurisdicional*³⁴⁰. Não se trataria, portanto, de um ato *político*, como defenderam equivocadamente ARRUDA ALVIM³⁴¹ e MOREIRA ALVES³⁴², na tentativa de justificarem esse procedimento que se poderia dizer peculiar ou inusitado³⁴³.

³³⁹ *Arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 118.

³⁴⁰ “O *resultado* do exame da arguição de relevância – como decisão de natureza cautelar ou incidental – é ato de prestação jurisdicional (CPC, art. 162, § 2º), ainda que, mesmo conhecida, não autorize o julgamento do recurso extraordinário” (cit., p. 13).

³⁴¹ “Ainda que, no RI S.T.F., seja usada a palavra ‘decisão’, não se trata de decisão no sentido jurisdicional do termo. Trata-se, como mais de uma vez já disse o próprio S.T.F., de um ato político, que, em rigor, é concretamente ‘derrogatório’ de uma vedação da lei, que é o RI S.T.F. Em rigor trata-se de um ato em que se interpreta e se aplica um conceito vago; ou, como outros designam de discricionariedade judicial, ainda que esta última expressão não seja adequada. Habilita à admissão e eventual julgamento em RE que, sem esse ato, por causa da irrelevância da questão (federal) contida no RE, não poderia ser admitido. Exatamente por se tratar de um ato interpretativo de um conceito vago é que *prudencialmente*, a relevância estará admitida, ainda que pela minoria. Vale dizer, porque é difícil a interpretação do conceito vago, mesmo que a maioria estivesse certa, prevalece minoria, no caso, com o que nenhuma (ou, praticamente nenhuma hipótese) escapará da tutela do STF. É, em verdade, um *quorum* de segurança. Precisamente por se tratar de ato *político*, ainda que interpretativo, e, em que se aplica um conceito vago, avaliado pelo mais alto Tribunal do país, em sessão de Conselho, é que este ato não comporta recurso, como se diz no próprio art. 328, VII. E, mais ainda, não comporta ele comprometimento por qualquer outro meio, como, v.g., por ação rescisória” (cit., p. 29, n. 10, destacamos).

³⁴² “O julgamento em tese da relevância, ou não, da questão federal é antes *ato político* do que, propriamente, ato de prestação jurisdicional, e isso porque não se decide o caso concreto, mas apenas se verifica a existência, ou não, de um interesse que não é do recorrente, mas que é superior a ele, pois é o interesse federal de se possibilitar ao Tribunal Supremo do país a manifestação sobre a questão jurídica que é objeto daquele caso concreto, mas que transcende dele, pela importância jurídica, social, econômica ou política da questão mesma em julgamento, abstraídos os interesses concretos das partes litigantes” (*A missão constitucional do Supremo Tribunal Federal e a arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 48, destacamos). Da mesma forma, alguns estudos mais recentes, que examinaram a arguição de relevância por conta da introdução do requisito da repercussão geral das questões constitucionais no recurso extraordinário, permanecem defendendo o caráter *político* do julgamento do incidente. Assim, por exemplo, EDUARDO DE AVELAR LAMY: “O incidente concernente à relevância era distribuído aos onze Ministros, nele não havendo relator. Por conseguinte, era julgado pelo Plenário do STF, em sessão do conselho, por votação secreta, sendo irrecorrível a decisão então tomada, da qual não havia fundamentação e muito menos a possibilidade de embargos de declaração. Para que fosse acolhida a arguição era necessário que a minoria de quatro Ministros lhe fosse favorável. Dessa maneira, percebe-se que *o julgamento da arguição de relevância fugia ao âmbito do direito, repousando na seara política da qual o Supremo Tribunal, em muitos aspectos, tanto se aproxima*” (*Repercussão geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?*, cit., p. 169, destacamos).

³⁴³ “justificava-se a inexistência de publicidade e de motivação sob o argumento de que o exame da presença ou não da relevância na questão federal debatida não configuraria, propriamente, uma atividade jurisdicional do STF, mas sim o desempenho de uma função eminentemente política, que autoriza a

Mais curiosa era a posição defendida por OSCAR CORRÊA, para quem “o debate para apreciação da **relevância** de uma questão, em face do interesse geral, não deve comportar restrições que a sessão pública importaria. E há razões de convencimento que convém não se divulgue, em benefício da própria distribuição da Justiça”³⁴⁴.

Ora, todo esse *segredo* que gravitava em torno do julgamento da arguição de relevância era absolutamente injustificável³⁴⁵. Aliás, caberia uma indagação: se a parte deveria fundamentar o capítulo de seu recurso extraordinário para demonstrar a relevância da questão federal, por qual o razão o Supremo Tribunal Federal estava

utilização de critérios de conveniência e oportunidade para aferição do instituto” (GLÁUCIA MARA COELHO, cit., p. 120). No entanto, mesmo nesse caso, como sustentava CALMON DE PASSOS, o ato de convocar o Conselho implicava “reunir-se em Turma ou em Plenário reservadamente, excluindo-se o público e as partes do debate. Vê-se, pois, que decidir em Conselho importaria apenas em subtrair ao público os debates, com vistas à formação da decisão colegiada. Nunca, nem necessariamente, significa ou impõe liberar-se o Tribunal do dever de motivar o decidido, para conhecimento geral” (*Da arguição de relevância no recurso extraordinário*, cit., pp. 17-18). Por isso, para o autor, esses julgamentos estavam eivados de inconstitucionalidade, por violarem o artigo 153, § 4º da Constituição de 1.967 (cit., pp. 18 e 20).

³⁴⁴ Cit., p. 17, negrito no original.

³⁴⁵ Ousa-se discordar de contundente afirmação lançada por MOREIRA ALVES, quando ainda integrava os quadros da Corte Suprema. Ao responder a uma pergunta formulada em palestra proferida no Instituto dos Advogados Brasileiros, no Rio de Janeiro, em abril de 1.982, o então Ministro sustentou: “Se a arguição de relevância tivesse por objeto um julgamento do interesse concreto do jurisdicionado, teria este o direito a que V.Exa. alude, o direito que exigiria, para o seu respeito, a lavratura do acórdão com os seus fundamentos. Sucede, porém, que na arguição de relevância da questão federal, o Supremo Tribunal Federal não está, propriamente, prestando jurisdição ao argüente, para dar-lhe, ou não, ganho de causa, mas está realizando um ato de natureza política, à semelhança do que sucede com os julgamentos em tese e, portanto, *in abstracto*: a hipótese, independentemente do interesse concreto das partes, tem relevância para o ordenamento jurídico federal e, portanto, deve o Tribunal manifestar-se sobre ela?” (cit., pp. 55-56). Ora, no julgamento das ações de controle *abstracto* de constitucionalidade, de cunho *objetivo*, também não se faz presente um direito claro e direito do jurisdicionado e nem por isso era dispensada a fundamentação dessas decisões. A mesma crítica pode ser dirigida ao pensamento sustentado por ARRUDA ALVIM, no sentido de que a “escassez” das motivações nos casos de acolhimento da arguição de relevância demonstra cautela do S.T.F., com o que se mantém em aberto o tipo normativo do art. 327, § 1º RI S.T.F.. Explicações mais extensas de motivos de acolhimento, acabariam, na ordem prática, ‘preenchendo’ ricamente o conteúdo dos enunciados – ainda, que indiretamente –, o que viria retirar as virtudes originárias e funcionais da norma, qualidades essas que devem perdurar” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 55, n. 33). Ora, esse pensamento ia de encontro ao objetivo principal de criação da arguição de relevância, reconhecido pelo mesmo autor: aliviar a carga de trabalho do STF. A partir do momento em que a motivação era sucinta, outorgava-se campo bem maior para que o recorrente pudesse argüir a relevância da questão federal, mesmo em casos já decididos pelo Excelso Pretório. A margem interpretativa bem mais extensa, nesse caso, afrontaria a razão de ser primordial do instituto. Não havia justificativa lógica para se limitar o conhecimento, por parte dos litigantes, das matérias que a Corte entendia ou não serem relevantes. Era justamente esse o *recado* que o Supremo Tribunal Federal deveria passar para todos aqueles que militavam no mundo jurídico (demais juízes, advogados, promotores, etc...). Por isso, concorda-se com BARBOSA MOREIRA, quando afirmou: “Dir-se-ia – com a devida vênia – que houve o propósito deliberado de impedir, ou quando menos dificultar ao extremo, qualquer pesquisa dos interessados em torno do que *é* e do que *não é* relevante aos olhos do Supremo Tribunal Federal. Não se percebe a vantagem de tal orientação. Acrescenta-se que a dispensa de motivação, no pronunciamento que acolha ou rejeite a arguição de relevância, infirma uma das mais elementares garantias a que faz jus os litigantes: a de saber *por que* foram repelidos. A adoção da regra de modo algum prestigia o Supremo Tribunal Federal” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., cit., p. 664, destaques no original).

dispensado de responder a essa preliminar? Se se tratava de um procedimento “discrecional” da Corte³⁴⁶, não era razoável exigir a fundamentação por parte do recorrente; bastava que os experientes Ministros do Excelso Pretório examinassem as razões recursais, pois nelas certamente veriam quais casos ostentariam ou não relevância.

Outros autores, como DORESTE BAPTISTA e EVANDRO LINS E SILVA, confiavam na sabedoria e ponderação dos ministros do Supremo³⁴⁷. Ademais, SIDNEY SANCHES sustentou que a necessidade de fundamentação dessa decisão implicaria em um aumento considerável do número de sessões plenárias do Supremo Tribunal Federal. A avalanche de recursos extraordinários permaneceria invencível e o atraso no julgamento dos recursos continuaria insuperável. Por isso, segundo o ex-Ministro, encontrou-se um “meio-termo”, qual seja, fundamentar apenas as decisões que acolhiem a relevância da questão federal, com a divulgação de verbetes que dariam conhecimento à sociedade dos temas que interessavam à Corte Suprema julgar³⁴⁸.

³⁴⁶ “na apreciação e julgamento das ‘Arguições de Relevância’, exercem os Ministros do Supremo Tribunal, em seu mais alto grau, os poderes discricionários de que são detentores, ocasião em que se deixam conduzir, de forma irresistível, por aqueles fatores biológicos, psíquicos e sociais que contribuíram para a formação de suas ‘psychés’” (IDUNA WEINERT ABREU, *A arguição de relevância da questão federal*, in *Revista de Informação Legislativa* 61/169).

³⁴⁷ “A dispensa de motivação decorre do alto grau de subjetividade que contém a noção de ‘questão federal relevante’ e às mutações que, no tempo, pode sofrer. Aqueles que aprenderam a amar e a reverenciar o Supremo Tribunal Federal sabem que a dispensa de motivação jamais constituirá um instrumento de puro arbítrio, mas uma delicada ferramenta em mãos de superiores artífices da razão” (DORESTE BAPTISTA, cit., p. 114). Mesmo, assim, vale notar que pouco antes o mesmo autor afirmara: “É pena que as decisões da Corte, sobre a ocorrência, ou não, de relevante questão de direito federal, não sejam *motivadas*, além de tomadas em Conselho, o que importa dizer, em sessão reservada. Restará a esperança de que – nos casos de acolhimento da arguição e, conseqüentemente, de subida do recurso ao conhecimento, exame e decisão da Turma (a arguição de relevância é de competência do Pleno), uma réstia de sol projete luz sobre esse campo ainda por nós não cultivado, para que as sementes possam germinar e alguns elementos se possa recolher do julgamento do recurso a fim de que, no futuro, se possa bem fixar a legítima acepção de *questão relevante*” (cit., p. 34, destaques no original). EVANDRO LINS E SILVA, que compôs os quadros da Corte Suprema, afirmava: “Ao tino, à circunspeção, à sabedoria, à sensatez dos juízes do STF fica a interpretação do que é relevante, ou seja, aquilo que merece ou exige seu exame e o seu julgamento. A Corte não ficará imune de críticas nas suas decisões e será estimável que ela consiga encontrar razões convincentes para admitir ou rejeitar a delicada preliminar de relevância, nos casos concretos. O STF terá de enfrentar as responsabilidades de corajosa reforma efetuada. Os seus juízes têm um longo cabedal de experiência e empregarão seu ‘notável saber’ nas opções em que definirão o que é relevante, verdadeiro e justo para a preservação do interesse público e para a salvaguarda das liberdades e das garantias dos cidadãos” (*O recurso extraordinário e a relevância da questão federal*, cit., p. 14).

³⁴⁸ *Arguição de relevância da questão federal*, in RT 627/260. Era o que sustentava também PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA: “a necessidade de o STF reunir-se em sessão de Conselho para a apreciação da relevância representa uma tarefa a mais que, servindo, embora a um expediente destinado a aliviar-lhe a sobrecarga de trabalho, acaba provocando reuniões extras, por si só absorventes, além de impor a todos os Ministros o exame de todas as arguições. Para desincumbir-se desses julgamentos extras, os eminentes Ministros da alta Corte não poderiam senão optar pela dispensa de fundamentação dos votos, como fez o Reg. do STF. No entanto, essa dispensa constitui, em si mesma, uma anomalia, já que as decisões assim

Entretanto, é de se notar que todo esse procedimento trazia enormes complicadores – para não dizer mesmo *prejuízos* – aos recorrentes. Não bastasse a subjetividade natural que permeia a conceituação do instituto³⁴⁹, que havia sido definido pela Constituição Federal em termos bastante vagos, às partes tornava-se praticamente impossível conhecer os *motivos* que teriam levado o Supremo Tribunal Federal a rejeitar sua arguição de relevância. O caminho do recurso extraordinário tornava-se bastante incerto. Espécie mesmo de armadilha.

Por essa razão, boa parte da doutrina defendia a formação de *precedentes* com base nos julgamentos das arguições de relevância, a fim de dar ciência às partes dos temas que o Excelso Pretório entendia ser passível de novo julgamento, via recurso extraordinário. Por conseguinte, a divulgação das decisões poderia desencorajar as partes a apresentarem recursos para aqueles casos que a Corte já havia decidido não ter cabimento³⁵⁰. Mas, o segredo que girava em torno de seu julgamento impedia esse desiderato.

Novamente, vale a pergunta: qual a razão ou o suposto interesse público que justificaria o sigilo absoluto de tal questão³⁵¹? Por meio do julgamento da arguição de relevância o Supremo Tribunal estava dando um *recado* para toda a sociedade, explicitando quais *questões* seriam importantes o suficiente para poderem ser reexaminadas, pela mais alta Corte do país.

proferidas renegam um dos princípios fundamentais da jurisdição, que é o princípio da motivação” (cit., p. 12).

³⁴⁹ E que, em certa medida, se faz presente em todas as decisões judiciais, porque, como bem ponderou VICTOR NUNES, “não há critério algum, por mais rígido e objetivo, que elimine totalmente o subjetivismo nas decisões judiciais. A *ponderação* é inerente à função de julgar, que consiste em pesar as razões de um e de outro lado” (*O requisito da “relevância” para redução dos encargos do Supremo Tribunal*, cit., p. 19, destaque no original).

³⁵⁰ V. VICTOR NUNES, *O requisito da “relevância” para redução dos encargos do Supremo Tribunal*, cit., pp. 21-23.

³⁵¹ Como se sabe, atualmente a Constituição Federal permite que a lei “limit[e] a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação” (artigo 93, IX). Até mesmo nesses casos – *especiais e devidamente justificados* – as partes ou seus advogados têm o direito de participar da sessão de julgamento. Por isso, EVANDRO GUEIROS LEITE defendia, sob a égide da Emenda Regimental nº 2, de 1.985, que “os advogados das partes podem desvendar o sigilo das sessões, com pedidos de certidões que revelem o fundamento das decisões, tanto mais porque a negativa seria abusiva e somente aceitável se justificada no interesse público de se manter sigilo, mas comprovadamente” (cit., p. 15).

Em síntese, como bem ponderou ANTONIO CARLOS MARCONDES MACHADO, estava-se diante não de um julgamento discricionário, mas sim *arbitrário*³⁵².

3.1.5.- Breve casuística da argüição de relevância da questão federal.

Como explicado, o julgamento da argüição de relevância era realizado de forma secreta, sendo publicado apenas um extrato da ata do Conselho, “relacionando-se as argüições acolhidas no todo ou em parte, e as rejeitadas, mencionada, no primeiro caso, a questão federal havida como relevante” (artigo 328, § 5º, inciso VIII). Ou seja, dava-se conhecimento às partes apenas das questões tidas por relevante pelo Supremo Tribunal, sem maiores explicações.

De início, portanto, verifica-se não ser muito simples tomar conhecimento dessas questões. Por essa razão, a análise dos casos *relevantes* torna-se bastante complicada. No entanto, ARRUDA ALVIM³⁵³ e THEOTONIO NEGRÃO³⁵⁴ forneceram um rol relativamente extenso da casuística do instituto, com alguns *enunciados*³⁵⁵ que merecem ser reproduzidos, na medida em que podem servir de norte para se tentar definir – com base nas causas que, no passado, o Supremo Tribunal Federal entendia serem importantes o suficiente para merecerem nova apreciação – que tipo de questões a Corte poderá julgar, agora, serem dotadas de repercussão geral.

³⁵² “Portanto, visto como na apreciação da argüição de relevância o Supremo Tribunal Federal não adiante qualquer fundamentação, (sequer breve ou concisa) não se pode deixar de reconhecer que dela resulta um ato arbitrário e não discricionário, não sujeito a qualquer controle de legalidade ou de suas razões baseadas no Direito” (cit., p. 71). Do mesmo modo, afirmava ULDERICO PIRES DOS SANTOS que o reconhecimento da argüição de relevância ostentava tamanha subjetividade, ficando dependente “da boa vontade e do espírito dos excelentíssimos Senhores Ministros da Suprema Corte e poderá, por isso, ser declarada inexistente quando realmente não exista, ou proclamada inexistente quando em verdade existe, pois, não sendo esses conspícuos magistrados obrigados a justificar o seu entendimento *pró* ou contra a sua existência, fácil é perceber que a sua verdadeira definição fica praticamente relegada ao prudente arbítrio daquela Corte” (cit, p. 34).

³⁵³ *A Argüição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 111-143.

³⁵⁴ *Comentários ao Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor*, 17ª ed., cit., p. 926, n. 3 ao artigo 327 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

³⁵⁵ Verbetes que fundamentavam o acolhimento de argüições de relevância.

Vale notar, ainda, que são raros os dados estatísticos sobre o acolhimento ou indeferimento de arguições de relevância, enquanto teve vigência o instituto (entre 1.975, ano em que foi publicada a Emenda Regimental nº 3, e 1.988, quando promulgada a nova Constituição do Brasil, que não mais previu, até a edição da Emenda nº 45, de 2.004, essa preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário).

O ex-Ministro DJACI FALCÃO dava uma idéia geral desses números: em 1.976 (primeiro ano de vigência) foram apresentadas 647 arguições de relevância para julgamento pelo Conselho da Corte, sendo que em 1.987 (último ano de sua vigência) esse número já atingia 5.979, com acolhimento de apenas 1.121 desses incidentes (aproximadamente 20%³⁵⁶).

3.1.5.1.- Questões de direito processual.

O incidente da arguição de relevância foi aceito não apenas para examinar questões de direito material. Algumas hipóteses em que se discutiam temas de índole, exclusivamente, processual também eram consideradas relevantes e, por isso, poderiam ser submetidas a novo julgamento, na Corte Suprema.

Assim, por exemplo, se verificou no Enunciado nº 36, relativo a ações envolvendo acidentes do trabalho. Controvertia-se, nesses casos, acerca da dispensa do depósito recursal para interposição de apelação. A questão em análise envolvia a revogação de um Decreto-lei, que exigia o depósito recursal, por dois diplomas legais posteriores, cuja aplicação ainda gerava muita controvérsia na jurisprudência. Estava-se diante de caso de *“ausência de certeza do direito”*. Além disso, esses *“julgados locais dificultavam o acesso para o 1º e 2º grau de jurisdição, sem apoio em lei”*. Por isso, justificava-se o acolhimento da arguição de relevância.

³⁵⁶ Cit., p. 206. ALCIDES DE MENDONÇA LIMA discutiu esses números, afirmando que não passava de 8% o volume de arguições acolhidas (*Arguição de relevância da questão federal*, cit., p. 118).

A partir do seu julgamento, o Excelso Pretório admitiu “a relevância da questão federal, tendo sido o RE conhecido e provido, para a finalidade de se entender estarem dispensados do depósito, quaisquer dos possíveis recorrentes, como requisito para o direito de apelar, em matéria de previdência social”³⁵⁷.

Já o Enunciado nº 37 discutiu a interpretação da expressão “valor dos bens”, para fins de arrematação de imóveis em hasta pública (antigo artigo 690, § 2º do Código de Processo Civil). Afirmou-se que “*o interesse da Justiça é o de terminar as execuções e não o de proteger, sem lastro em lei, o devedor e o seu patrimônio*”, razão pela qual “*socialmente é inconveniente a procrastinação das execuções*”.

Nesse caso, destacou-se, ainda, o fato de que o acórdão recorrido havia contrariado a jurisprudência *uniformizada* do Tribunal *a quo* e do próprio Supremo Tribunal Federal, o que *comprometia*, novamente, *a certeza do direito*. Sendo assim, admitiu-se a arguição de relevância e, no julgamento do recurso extraordinário, restou definido “o entendimento de que a expressão ‘valor dos bens’, constante desse texto, não diz respeito ao valor da avaliação, senão que ao ‘*valor pelo qual os bens foram [efetivamente] arrematados*’”. O que importava, nesses casos, é que o preço não fosse vil³⁵⁸.

Outro tema recorrente no Supremo Tribunal Federal dizia respeito à possibilidade de violação da coisa julgada. Cabe citar, por exemplo, a discussão travada para a edição do Enunciado nº 38, no qual se discutiu a fixação de verba honorária na fase de execução³⁵⁹.

O Enunciado de nº 39 examinou a questão da legalidade da não fluência de prazos, durante as férias forenses, de ações renovatórias de locação, tal como havia sido estabelecido por algumas legislações estaduais. Em verdade, os acórdãos a ela relacionados discutiram tema bem mais amplo: “*a decisão do S.T.F. implicou declarar serem ‘ilegítimas’ as leis, de Estados-federados, que disciplinem curso de processos em*

³⁵⁷ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 112, destaques no original.

³⁵⁸ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 114-115, destaques no original.

³⁵⁹ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, p. 116.

férias”. A questão também ganhou relevo em razão do acentuado volume de ações renovatórias que tramitavam no país, naquela época³⁶⁰.

A problemática relativa à fixação de honorários advocatícios também encontrava guarida na Suprema Corte, via arguição de relevância. Cabe citar, por exemplo, o Enunciado nº 40, que tratou da verba de sucumbência em ações de responsabilidade civil por culpa aquiliana. Novamente, se discutiu no caso a incidência de uma lei revogada e a contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (em verdade, o acórdão recorrido do Tribunal de origem havia invocado jurisprudência superada do Excelso Pretório, fixada sob a égide lei anterior).

Tornava-se, pois, “*relevante juridicamente o tema*”³⁶¹. Na mesma linha, o Enunciado nº 2 examinou a questão dos honorários advocatícios de defensor dativo de réu pobre, a fim de garantir “*permanente direito de defesa, por advogado, aos réus pobres*”³⁶². Uma vez mais, um tema que se poderia dizer simples mereceu exame da Corte por envolver questões maiores, como a garantia do amplo direito de defesa.

Além disso, o Enunciado nº 45 estava relacionado com a interpretação do artigo 70, inciso III, do Código de Processo Civil. Procurou-se delimitar o cabimento da denunciação da lide.

Outros dois casos ainda merecem ser citados. O Enunciado nº 35, que determinou o cabimento de embargos infringentes em reexame necessário de sentença. Nessa mesma linha, o Enunciado nº 48, em que se examinou a questão da suspensão do prazo para interposição de recurso em caso de oposição de embargos declaratórios, fixando-se a *correta* interpretação do comando contido no artigo 538 do Código de Processo Civil³⁶³

³⁶⁰ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, pp. 116-117. E concluía o citado autor: “*é evidente, no entanto, que os princípios aí firmados transcendem à própria exegese desse art. 35 [da antiga Lei de Luvas – Decreto 24.150, de 1.934], tendo em vista a amplitude dos fundamentos da solução dada, em que se fixam limites à competência dos Estados-federados e se acentua a competência exclusiva da União, pelo Congresso Nacional, em processo civil*” (cit., p. 117, destaques no original).

³⁶¹ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 117, destaques no original.

³⁶² ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 121, destaques no original.

³⁶³ Vale lembrar que esse dispositivo, em sua redação original, previa: “Os embargos de declaração *suspendem* o prazo para a interposição de outros recursos” (destacamos).

Por fim, RAUL ARMANDO MENDES destacou outra hipótese em que o Supremo Tribunal Federal acolheu arguição de relevância e determinou a subida de recurso extraordinário. Tratava-se de impugnação na qual se discutia o alcance de cláusula de eleição de foro, prevista em conhecimento marítimo. Alegou-se que tal disposição “não tem o condão de vincular a recorrente, que não a subscreveu. Os fatos relativos à falta de mercadoria ocorreram em Santos, logo é competente o foro de Santos para conhecer e julgar a respectiva ação de indenização; a relevância ressaí não só da gravidade da matéria, mas também dos reflexos imediatos do acórdão recorrido em todo o país”³⁶⁴.

Em todos esses casos, é importante notar que o julgamento da Corte não ficava limitado a resolver a *quaestio iuris*. Os pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal foram além, e expressavam algum tipo de *princípio geral*. Procurava-se, com isso, uniformizar a jurisprudência dos Tribunais pátrios, garantindo a unidade interpretativa do ordenamento jurídico nacional e preservando a segurança dos jurisdicionados.

3.1.5.2.- Questões de direito material.

Em relação às questões de direito material, os pronunciamentos da Corte, em casos de acolhimento de arguições de relevância, ganhavam ainda mais importância, na medida em que viabilizavam a análise do mérito do apelo extremo.

O Enunciado nº 41, por exemplo, envolveu a análise de caso no qual se discutia a aplicação retroativa de lei (Lei nº 6.899, de 1.981, relativa à correção monetária). Contudo, o julgado teve alcance bem mais amplo, pois determinou a inviabilidade de aplicação de lei “*a período anterior à sua existência, porque isso fere a situação jurídica já definitivamente constituída – a relevância jurídica, pois, em última análise, diz com a própria garantia do ato juridicamente perfeito*”. Proveu-se, então, o

³⁶⁴ Cit., p. 133.

recurso extraordinário, a fim de alinhar o entendimento deflagrado pelo acórdão recorrido com a jurisprudência *corrente* do Excelso Pretório³⁶⁵.

O Enunciado nº 4 estava ligado também a esse tema e envolveu, conjuntamente, questão de natureza processual. Discutia-se a possibilidade de seqüestro de bens em caso de não pagamento tempestivo de precatórios (artigos 117 da Constituição Federal de 1.967, c/c artigo 731 do Código de Processo Civil). O Supremo Tribunal Federal entendeu que a quitação de precatório sem correção monetária, mesmo após o seu vencimento, não configuraria hipótese passível de seqüestro de bens públicos. Destacou-se, para admissão da relevância, além da importância do tema em si (ligado à temática orçamentária) e dos efeitos econômicos das decisões a ele relacionadas, o fato de que existiam poucas e divergentes decisões da Corte sobre a matéria.

E mais. Verificava-se “ao lado desses aspectos, eminentemente jurídicos, (...) o ângulo em que o direito constitucional se encontra com o direito processual, e, de certa forma, enfoca-se o próprio relacionamento, entre dois poderes: o Judiciário e o Executivo”. Havia, portanto, uma clara imbricação de cunho *político*³⁶⁶.

Matéria semelhante também se fez presente no Enunciado nº 12.b, que envolvia a questão da aplicabilidade da correção monetária em concordatas e falências. A partir do julgamento de alguns casos, o Supremo Tribunal Federal fixou *tese* no sentido de que o depósito do valor nominal do crédito seria suficiente para elidir a falência. Em tais

³⁶⁵ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 120, destaques no original. Apontava o autor cinco fatores *relevantes* que levaram o Supremo Tribunal Federal a examinar essa questão: “1. o próprio tema jurídico, que envolve a retroatividade das leis, é geneticamente ligado a tema constitucional (art. 153, § 3º, C.F.); 2. a discordância em relação ao entendimento do S.T.F., o qual, nesse particular, sempre foi rigorosamente uniforme; 3. mais ainda, a extensão lesiva de interpretação diferente da do S.T.F., no sentido de que fosse aplicada correção monetária anteriormente à vigência da lei, v.g., desde o início do processo, como ocorreu inúmeras vezes, tal entender poderia, pura e simplesmente, ter acarretado um sem número de insolvências, dado que aumentariam, enormemente, os débitos que os devedores (de dívida ‘de dinheiro’), esperavam ter que pagar; 4. é certo, por outro lado, que, a ausência de correção monetária, a qual veio a ser instituída só pela Lei 6.899/81, *sob outro ângulo – há de se convir – que veio esta lei a corrigir ‘injustiça’*, uma vez que a inflação destrói o valor dos créditos, prejudicando os devedores. No entanto, a orientação firmada pelo S.T.F., ao lado de dar a interpretação correta ao texto legal, e, em consonância com o próprio postulado constitucional, a que esse texto se liga, retirou da cena judiciária uma outra interpretação que seria estabelecadora de um sistema insustentável para os devedores; 5. constata-se, claramente, portanto, que a admissão da relevância, nestes casos, foi pautada pelo entendimento de que, tais julgamentos, transcendiam ao interesse do caso concreto; vale dizer, tinham repercussão fora dos casos em que era, a questão, concretamente decidida” (cit., p. 120, destaques no original).

³⁶⁶ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 122-123. A ampla repercussão do caso, informou o autor, gerou até mesmo um pedido de avocação da causa ao Supremo, por parte do Procurador Geral da República.

casos, o processo transmudar-se-ia em ação comum, para a cobrança da diferença, decorrente da incidência de correção monetária³⁶⁷.

Ainda nesse tema, o Enunciado nº 43 examinou a possível aplicação da nova lei do divórcio (Lei nº 6.515, de 1.977) em relação aos casamentos celebrados anteriormente à sua publicação. Entraram em consideração, também, os efeitos patrimoniais – quanto ao regime de bens – trazidos por aquele novo diploma legal. Novamente, o tema do *ato jurídico perfeito* foi examinado³⁶⁸.

Já o Enunciado nº 22.a examinou questão *jurídica* de alta relevância, até então bastante debatida, qual seja, a *responsabilidade civil por dano moral*. Discutiu o Supremo Tribunal Federal um ponto tormentoso, que por muito tempo gerou controvérsias, em âmbito doutrinário e jurisprudencial: a cumulatividade das indenizações por dano material e moral³⁶⁹.

De seu turno, o Enunciado nº 42 relacionava-se a questão de direito tributário, ainda hoje em dia bastante recorrente no Supremo Tribunal Federal: fixação do termo inicial de prescrição para cobrança de créditos tributários. Se o contribuinte tinha o direito de impugnar, administrativamente, a própria existência do crédito tributário, é certo também que a Fazenda não poderia ser prejudicada pelo lapso temporal que envolvia essa discussão.

Portanto, enquanto pendesse o julgamento do recurso administrativo não correria o prazo prescricional. Tratava-se de matéria com enorme relevância *econômica*. E também de grande importância *jurídica*, por envolver uma interpretação sistemática do Código Tributário Nacional. Fixou-se, a partir daí, o entendimento do Supremo Tribunal Federal em relação a diversos artigos desse diploma normativo³⁷⁰.

³⁶⁷ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 124-126.

³⁶⁸ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 128-129.

³⁶⁹ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 126.

³⁷⁰ ARRUDA ALVIM, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 126-127.

Finalmente, ARRUDA ALVIM elencou uma série de outros verbetes, especificando cada um dos fundamentos gerais que levaram à acolhida argüição de relevância³⁷¹. Cumpre, rapidamente, citá-los.

Do ponto de vista da relevância *econômico-social*, pode-se citar o Enunciado nº 1, relativo ao critério de reajustamento de prestações do sistema financeira de habitação.

No âmbito puramente *jurídico*, destacavam-se os seguintes Enunciados: nº 3, sobre a equivalência de valores em ações de depósito; nº 6, relativo ao termo inicial dos juros moratórios em desapropriação, bem como o nº 6.a, sobre a base de cálculo dos juros compensatórios em desapropriação e o nº 12, no qual se examinou a correção monetária em oferta de desapropriação; nº 8, que tratou do prazo prescricional para a propositura de ações contra sociedades mercantis; nº 11, a respeito do termo inicial dos juros moratórios em débitos fiscais; nº 12.a, discutindo a incidência de correção monetária em ações declaratórias; nº 13, que dizia respeito à prescrição em ações de acidente do trabalho; nº 14, fixando a natureza da responsabilidade civil do dono de edifícios, pela sua ruína; nº 19, a respeito do termo inicial de correção monetária sobre os honorários advocatícios; nº 21, para definir a base de cálculo de taxas de funcionamento e localização; nº 22, tratando da responsabilidade civil decorrente de publicação jornalística; nº 25, no qual se examinou a questão da legitimidade passiva do alienante de veículo automotor, que não registrou a venda do bem, para responder a ação de acidente de trânsito; nº 28, a respeito da responsabilidade civil em caso de furto de veículo em local de estacionamento reservado; nº 29, sobre a caracterização jurídica da conservação da posse; nº 33, para se examinar a possibilidade de continuação de uma sociedade com dois sócios, em caso de morte ou retirada de um deles; nº 49, para examinar a possibilidade de oposição de embargos de terceiro por parte de compromissário comprador que não havia registrado o contrato no Cartório de Registro de Imóveis³⁷², e também o Enunciado nº 49.a, para definir o cabimento dos embargos de terceiro em caso de partilha não registrada; nº 50, para fixar o prazo mínimo de contrato de arrendamento rural; nº 51, com o objetivo de

³⁷¹ A Argüição de Relevância no Recurso Extraordinário, cit., pp. 131-143.

³⁷² Os precedentes a ele relacionados geraram a edição da Súmula nº 621: “Não enseja embargos de terceiro à penhora a promessa de compra e venda não inscrita no registro de imóveis”. A partir desse momento, qualquer decisão contrária ao seu enunciado ensejaria a interposição de recurso extraordinário (artigo 325, inciso II, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, de acordo com a redação que lhe foi conferida pela Emenda Regimental nº 2, de 1.985).

definir o termo inicial do prazo decadencial para a propositura de ação rescisória; nº 52, que examinou a possibilidade de prisão do depositário infiel; 53.a, a respeito da possibilidade de ajuizamento de ação de busca e apreensão para recuperar a posse de bem alienado fiduciariamente; nº 56, que fixou interpretação taxativa da lista de serviços constante de regulamento do Imposto sobre Serviços. Finalmente, o Enunciado nº 58, em que se discutiu a interpretação do artigo 3º, § 1º do revogado Decreto 3.708, de 10 de janeiro de 1.919, relativo às antigas sociedades por quotas de responsabilidade limitada. A matéria em análise nesse recurso dizia respeito à exigência de que a denominação de tais sociedades estivesse relacionada ao objeto da sociedade.

Considerou-se a relevância *jurídico-econômica* da questão envolvendo a incidência do Imposto sobre Serviços em contratos de arrendamento mercantil (Enunciado nº 9); a possibilidade de definir o valor de um título de crédito em ORTNs (Enunciado nº 17); a subordinação da renúncia à defesa na esfera administrativa, para a propositura de ação judicial (Enunciado nº 18). E, ainda, a data de conversão de título cambial em falências (Enunciado nº 32).

A seu turno, considerou-se relevante do ponto de vista *jurídico-social* a questão da cumulação de auxílio suplementar, decorrente de acidente do trabalho, com a aposentadoria por tempo de serviço (Enunciado nº 15). No mesmo sentido, examinou-se a competência administrativa para a fiscalização de poluição ambiental (Enunciado nº 16), bem como a responsabilidade civil do transportador e a possibilidade de fixação de dano moral em tais casos (Enunciado nº 26). Ademais, determinou-se a natureza jurídica do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Enunciado nº 31) e o critério de reajuste de proventos pagos pela Previdência Social (Enunciado nº 44).

Como se pode notar a partir do exame de tais Enunciados, as imbricações de cunho jurídico sempre tiveram presente no acolhimento de arguições de relevância, as quais, muitas vezes, se relacionavam às questões de cunho econômico e social. Isso porque o artigo 327, § 1º do Regimento Interno do Supremo Tribunal exigia que os “aspectos morais, econômicos, políticos ou sociais da causa” estivessem sempre relacionados aos “reflexos na ordem jurídica”.

Portanto, era sempre sob a ótica das consequências *jurídicas* que o Supremo Tribunal Federal examinava a arguição de relevância.

3.2.- *Transcendência no processo trabalhista.*

A arguição de relevância da questão federal não foi a única tentativa, empreendida pelo legislador brasileiro, no sentido de restringir o acesso de recursos extraordinários aos Tribunais Superiores do Brasil. Recentemente, a Medida Provisória nº 2.226, de 4 de setembro de 2001³⁷³, acrescentou o artigo 896-A à Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1.943), com os seguintes termos:

“O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, *examinará previamente se a causa oferece transcendência* com relação aos *reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica*” (destacamos³⁷⁴).

Antes de mais nada, cumpre destacar que a *revista*, no âmbito da Justiça trabalhista, é um recurso dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho, contra as decisões proferidas em grau de recurso ordinário (espécie de apelação, prevista e regulada,

³⁷³ A qual, de acordo com o quanto previsto na Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, passou a vigorar por tempo *indeterminado*, até que seja revogada pela edição de nova medida provisória pelo Presidente da República, ou até sua rejeição, de forma definitiva, pelo Congresso Nacional (artigo 2º). A matéria, vale destacar, também é objeto do Projeto de Lei nº 3.267, de 2000, cuja justificativa explicita tratar-se de uma “[t]écnica a ser adotada para desafogamento dos Tribunais Superiores, simplificação dos recursos e caracterização dessas Cortes como instâncias extraordinárias (...) [com a] demonstração da [repercussão] política, social, econômica ou jurídica das causas que merecerão apreciação pelos Tribunais Superiores.

³⁷⁴ De acordo com o artigo 2º da referida Medida Provisória, o “Tribunal Superior do Trabalho regulamentará, em seu regimento interno, o processamento da transcendência do recurso de revista, *assegurada a apreciação da transcendência em sessão pública, com direito a sustentação oral e fundamentação da decisão*” (destacamos). Procurou-se eliminar, assim, as críticas dirigidas ao julgamento secreto e desprovido de fundamentação das arguições de relevância da questão federal (v. itens 3.1.3 e 3.1.4, *supra*).

diretamente, no artigo 895 da Consolidação das Leis do Trabalho³⁷⁵) pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em casos envolvendo, unicamente, dissídios *individuais*³⁷⁶.

Sua admissibilidade, nos termos do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho³⁷⁷, está condicionada às hipóteses em que as decisões recorridas: “a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte; b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea *a*; c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal”³⁷⁸.

Trata-se, pois, de uma figura *híbrida*, análoga à do recurso especial e do recurso extraordinário no âmbito do processo civil, cujo objetivo primordial é

³⁷⁵ Razão pela qual a modificação desse recurso não demandou a promulgação de Emenda Constitucional, como ocorreu no caso da repercussão geral.

³⁷⁶ Até a edição da Lei nº 861, de 1.949, o recurso de revista era denominado, justamente, *recurso extraordinário*. É o que explica SÉRGIO PINTO MARTINS: “Antigamente, o recurso de revista era denominado de recurso extraordinário. Era um recurso trabalhista, de natureza *extraordinária*. Havia necessidade da demonstração de violação literal de lei ou de divergência jurisprudencial para ser admitido. Daí seu caráter extraordinário. Existia, portanto, no processo trabalhista a possibilidade da interposição de dois recursos extraordinários, um para o TST, outro para o STF” (*Comentários à CLT*, 11ª ed., São Paulo, Atlas, 2.007, p. 958, destacamos). Posteriormente, essa nomenclatura foi alterada para não haver confusões, como afirma VALENTIN CARRION: “O *recurso de revista* não se destina a corrigir injustiças ou reapreciar a prova, mas basicamente a: a) uniformizar a jurisprudência; b) restabelecer a norma nacional violada; é o antigo recurso trabalhista da CLT, chamado extraordinário, para distingui-lo do ordinário, e que acertadamente perdeu essa denominação, evitando rótulos equívocos” (*Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, 32ª ed., São Paulo, Saraiva, 2.007, p. 789, destaques no original).

³⁷⁷ De acordo com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 9.756, de 1.998, a mesma que trouxe diversas modificações quanto ao procedimento recursal em matéria cível (v. item 1.3, *supra*).

³⁷⁸ Destaca SÉRGIO PINTO MARTINS algumas questões peculiares quando ao recurso de revista. A primeira delas o fato de não ser necessário “esgotar todos os recursos internos no tribunal regional para ser apresentado o recurso de revista. Basta que a decisão seja proferida em grau de recurso ordinário. Não se usa mais a expressão *das decisões de última instância*, que poderia implicar o entendimento de que deveria ser esgotada a instância do TRT para a apresentação do recurso de revista” (cit., p. 959). A segunda, o fato de que o Ministério Público do Trabalho pode interpor recurso de revista “se for verificada violação a determinada norma de ordem pública como a Constituição ou a lei” (cit., p. 959). É por essa razão que “o recurso de revista, assim como todos os recursos de cunho especial, tem por escopo, mais do que solucionar o conflito concreto que deu azo à sua interposição, uniformizar os entendimentos responsáveis pela exegese do ordenamento jurídico, adequando-os à realidade social. Segundo essa linha de raciocínio, admite-se atribuir ao recurso de revista relevante papel na garantia e na preservação da segurança jurídica, fim essencial do Estado Democrático de Direito” (LIGIA MARIA TEIXEIRA GOUVÊA – ANA PAULA VOLPATO WRONSKI – GUSTAVO GOUVÊA VILLAR, *Recurso de revista sob o enfoque da transcendência: impasse ou solução?*, Rev. LTr 65-11/1.291).

uniformizar jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho³⁷⁹ e zelar pela observância da lei federal e da Constituição³⁸⁰.

Tal como ocorria no anterior regime da arguição de relevância das questões federais, e hoje se faz presente na regulamentação da repercussão geral das questões constitucionais (v. Capítulo IV, *infra*), a Consolidação das Leis do Trabalho expressa que a *transcendência* deve estar relacionada aos reflexos *gerais* de natureza *econômica, política, social ou jurídica* decorrentes da decisão a ser proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (artigo 896-A).

Explica SÉRGIO PINTO MARTINS que a transcendência envolve uma idéia de *superioridade da questão que se quer discutir, que exceda ou ultrapasse os limites ordinários*, comuns. Identifica-se, portanto, com o conceito de *relevância* já aqui examinado³⁸¹. Interpretando o conceito também presente no direito argentino, explica

³⁷⁹ Ao invés de se criar mais um requisito para a admissão do recurso de revista, defendem IRANY FERRARI – GEÓRGIA C. AFFONSO que “se a uniformização de jurisprudência fosse levada a sério, como quer a lei [artigo 896, § 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, incluído pela Lei nº 9.756, de 1.998], sobriaria para o TST os processos em que houvesse divergência de interpretação ou de violação de lei federal, entre dois Tribunais Regionais” (*Alternativa para a transcendência*, in *LTr Suplemento Trabalhista* 61/02-270). Por essa razão, como os Tribunais de segundo grau ainda exitam muito em uniformizar sua jurisprudência, negando a maioria das uniformizações que lhe são apresentadas, houve a necessidade de inclusão do novo requisito da transcendência, como filtro redutor de recursos de revista. Essa solução, no entanto, segundo WAGNER GIGLIO, fará com que “pass[em] em julgado decisões diametralmente opostas sobre a mesma hipótese fática, comprometendo irremediavelmente a própria razão de ser do recurso de revista: a unificação da jurisprudência. A missão precípua do Tribunal Superior do Trabalho resultará anulada” (*O requisito prévio da transcendência*, in *Rev. LTr* 66-1/17). Ressalva o autor outro aspecto importante: enquanto o processo civil envolveria, basicamente, litígios individuais, justificando, assim, a seleção de alguns poucos casos para análise pelos Tribunais Superiores, o direito do trabalho trataria, na maioria dos casos, de interesses gerais dos trabalhadores (ainda que formulados em reclamações particulares), de caráter indisponível, razão pela qual não seria legítimo reduzir a via de acesso ao Tribunal Superior do Trabalho (cit., p. 18).

³⁸⁰ SÉRGIO PINTO MARTINS, cit., p. 959. O Tribunal Superior do Trabalho, tal como o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, é também uma instância *extraordinária*. Por isso, no âmbito do recurso de revista é vedada a reapreciação de matéria fático-probatória (Súmulas 126 e 410 do Tribunal Superior do Trabalho) e se exige o prequestionamento da matéria objeto do recurso (Súmulas 297 e 298 da mesma Corte). Nesse sentido, já afirmou, inclusive, o Supremo Tribunal Federal: “O **recurso de revista**, no âmbito do processo trabalhista, **qualifica-se** como típico recurso de natureza extraordinária, **estritamente** vocacionado à resolução de **questões de direito**. O recurso de revista – considerada a natureza extraordinária de que se reveste – **não se destina** a corrigir a má apreciação da prova ou a eventual injustiça da decisão” (Agravado Regimental no Agravado de Instrumento nº 671.406-1/RS, Relator Ministro CELSO DE MELLO, julgado em 9 de outubro de 2.007, Segunda Turma, publicado em 14 de novembro de 2.007, negritos no original).

³⁸¹ Cit., p. 968. Para JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES PINTO, a transcendência trabalhista seria um *quase-clone* da arguição de relevância da questão federal. Ou, melhor, uma *relevância elevada ao cubo*: “Nos dicionários, *transcendência* é simples atributo do que é *transcendente*. Este é, de fato, o substantivo que está em jogo, que significa *muito elevado, sublime, superior, acima das idéias e dos conhecimentos ordinários*. Mas, pode igualmente significar *metafísico*, palavra que, também nos dicionários, é identificada como *difícil de compreender*. (...). Note-se que *Transcendência* tem um sentido muito mais profundo, quicá metafísico,

AUGUSTO MORELLO: “la cuestión se a de trascendencia, es decir que no sea insustancial, baladí, poco seria, irreal, hipotética e acadêmica”³⁸².

Trata-se, ainda, como expressa IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO, de um *fator redutor* dos recursos julgados pelo Tribunal Superior do Trabalho³⁸³. Ou, como sustenta MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO, um *critério de seleção* dos recursos de revista, com o objetivo de reduzir o número de impugnações que ingressam naquela Corte³⁸⁴.

do que sua falecida irmã *Relevância*, sendo essa somente a expressão do que *é importante, saliente*” (cit., p. 1.059, destaques no original).

³⁸² *Recursos extraordinarios: visión comparada brasileña y argentina*, in *RePro* 79/12.

³⁸³ *Critério de transcendência no recurso de revista – Projeto de Lei nº 3.276/00*, in *Rev. LTr* 65-08/905. Afinal, “o TST goza da mesma natureza do STF, de instância extraordinária, atuando por delegação na interpretação final do ordenamento jurídico-trabalhista infraconstitucional, razão pela qual o tratamento a ser dado, em termos de mecanismo redutores de recursos ao STF, deve ser adotado também para o TST (e STJ)” (cit., p. 905). Isso porque, informa um pouco mais à frente o mesmo autor, o número inicial de processos julgados, quando da instalação do Tribunal Superior do Trabalho (em 1.941), saltou de 148 para 121.247 (em 1.999) (cit., p. 914). É preciso, pois, *racionalizar* os trabalhos dessa Corte, cuja metodologia de julgamento confessada pelo citado autor – que integra o quadro de Ministros desse Tribunal – é preocupante: “como a maioria [dos processos] corresponde a *questões repetitivas*, com jurisprudência já firmada, o trabalho consiste em verificar se a situação dos autos corresponde à hipótese contemplada na jurisprudência. O trabalho é feito pelas *assessorias* dos ministros, os julgamentos são realizados com base em *planilhas* com o resumo das questões e as decisões são tomadas em *bloco*, salvo os destaques das matérias novas ou aquelas cujos advogados desejem sustentar. Isso corresponde a sessões de julgamento em que são decididas centenas de processos à *velocidade da luz*, o que compromete notavelmente a qualidade das decisões, por *não se exercitar em plenitude a colegialidade decisória* e haver verdadeira *delegação de jurisdição* para as assessorias jurídicas, uma vez que é humanamente impossível o exame detido, por um único magistrado, de mais de 150 processos por semana. Estamos, portanto, diante de um problema de Astronomia! Até poderíamos resumir um julgamento do Tribunal Superior, aproveitando o jargão dos astrônomos: ‘*na sessão do dia x, foram julgados 2 agravos-luz*’, ou seja, 2.000 agravos, à velocidade da luz! (um pouco menos de 10 segundos por agravo, em média). Realmente, um sistema desse tipo não é dos mais confiáveis para se obter um julgamento final de qualquer causa. *O número de processos deve, necessariamente, ser menor*, caso de pretenda uma decisão final que dê segurança às partes e represente uma solução justa do conflito” (cit., p. 908, destaques no original). A mesma linha de pensamento é defendida por DOUGLAS ALENCAR RODRIGUES – CLÁUDIO MASCARENHAS BRANDÃO, para quem a instituição desse novo pressuposto de admissibilidade “tem a virtude de provocar a reflexão, que se pretende séria e isenta de paixões corporativas, sobre o papel que deve ser *exercido pela Corte Superior do Trabalho*” (*A transcendência no recurso de revista para o TST*, in *Rev. LTr* 65-11/1.288, destaques no original). Até porque, ponderam os mesmos autores, atualmente realiza-se “uma verdadeira ‘transcendência de fato’, na medida em que somente são discutidos os processos em que os advogados requerem preferência, sustentando oralmente os recursos, ou aqueles em que os ministros requerem destaque para apreciação em separado. Transcendência tem sido, portanto, sinônimo de pedido de preferência de advogado ou de deliberação do Ministro da Corte, sem que haja nenhum parâmetro de aferição dos motivos pelos quais se acatou o pleito. Basta que a parte não possua advogado na Capital Federal, ou os ministros não destaquem o processo dentre os demais, para que o julgamento se dê na enxurrada de feitos incluídos na pilha” (cit., p. 1.289).

³⁸⁴ *A Medida Provisória nº 2.226/01 (“transcendência” em recurso de revista): inconstitucionalidade e inconveniências*, in *LTr Suplemento Trabalhista* 132/01-620. O autor, no entanto, se mostra contrário à medida: “Não podemos aceitar, contudo, que essa adequação se faça mediante o sacrifício do direito da parte a obter um pronunciamento jurisdicional sobre o mérito do recurso regularmente interposto e cujo apelo tenha atendido a todos os rigorosos pressupostos – subjetivos e objetivos – de admissibilidade” (cit., p. 620). No mesmo sentido, o pensamento de WAGNER GIGLIO, cit., p. 17. Ocorre

Ressalva LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR que aquela Corte aprecia, pela via do recurso de revista, tanto as questões infra-legais, relativas à legislação do direito do trabalho, como também as questões de ordem constitucional. Por essa razão, a *transcendência*, nesse âmbito, pode dizer respeito tanto a questões federais, como as que se relacionam a matéria constitucional³⁸⁵.

Exemplifica o mesmo autor algumas situações que poderiam ser consideradas *transcendentes*, em relação aos diversos aspectos elencados pelo artigo 896-A da Consolidação das Leis do Trabalho. Assim, por exemplo: “a) *reflexos econômicos*: quando a decisão possuir um potencial de criar um precedente outorgando um direito que pode ser reivindicado por um número considerável de pessoas (alterações nos critérios para se considerar a correção monetária dos salários de determinada categoria...); b) *reflexos políticos*: na hipótese de decisão que altere a política econômica (obrigatoriedade de aumento para os servidores públicos regidos pela CLT...); c) *reflexos sociais*: existirão quando a decisão conferir um direito ou indeferir-lo e esta mesma decisão vier a alterar a situação fática de várias pessoas e; d) *reflexos jurídicos*: esta é um requisito relevante sob vários aspectos. Será relevante a matéria deduzida no recurso de revista todas as vezes que for contrária ao que já decidido pelo Tribunal Superior do Trabalho ou estiver em desacordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Se o papel do Tribunal Superior do Trabalho é uniformizar a interpretação da Constituição e da legislação infraconstitucional, decisões contrárias ao seu entendimento não podem prevalecer. Deve ser, também, considerado juridicamente relevante/transcendente quando a interpretação adotada pela decisão recorrida for aberrante ou absurda”³⁸⁶.

que, como visto, os *recursos extraordinários* em geral não são um direito da parte, mas sim uma prerrogativa do Tribunal Superior (v. item 2.2, *supra*). Deixar de examinar um recurso de índole excepcional não implica violação do direito da parte de obter um pronunciamento acerca da questão levada a juízo. Ao recorrente já foi ofertada a possibilidade de um duplo julgamento, em primeiro e segundo grau de jurisdição, nos quais se pôde fazer uma revisão completa da sentença, o que também vale em âmbito trabalhista.

³⁸⁵ *O pressuposto da transcendência no recurso de revista – art. 896-A da CLT – considerações iniciais*, in Rev. LTr 65-11/1.340.

³⁸⁶ *O pressuposto da transcendência no recurso de revista – art. 896-A da CLT – considerações iniciais*, cit., p. 1.304.

Ou ainda, como complementa SÉRGIO PINTO MARTINS, o conceito jurídico de transcendência poderia enquadrar a análise de uma *questão nova*, ainda não examinada pelo Tribunal Superior do Trabalho³⁸⁷.

Ao contrário dos demais textos normativos que já se encontram em vigor, o Projeto de Lei nº 3.267, de 2.000, traz algumas definições do que poderia ser considerada questão de transcendência jurídica, política, econômica ou social³⁸⁸.

A redação que se pretende conferir ao inciso I do § 1º do artigo 896-A da Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que se configurará transcendência *jurídica* quando houver “o *desrespeito patente* aos direitos humanos fundamentais ou aos interesses coletivos indisponíveis, com comprometimento da segurança e estabilidade das relações jurídicas”³⁸⁹.

Já o inciso II prevê que a transcendência *política* se fará presente no “*desrespeito notório* aos princípios federativo ou à harmonia dos Poderes constituídos” (destacamos).

De seu turno, o inciso III afirma que a transcendência *social* estará relacionada à “existência de *situação extraordinária* de discriminação, de comprometimento do mercado de trabalho ou de perturbação notável à harmonia entre capital e trabalho” (destacamos³⁹⁰).

³⁸⁷ Cit., p. 968.

³⁸⁸ A instituição desses requisitos abertos faz com que, novamente, alguns autores sustentem que a sua decisão outorgaria “uma margem de **discrecionariade** no julgamento dessa modalidade recursal, na medida em que permite uma **seleção prévia** dos processos que, pela sua transcendência jurídica, político, social ou econômica, mereçam o pronunciamento da Corte” (IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO, cit., p. 915, negrito no original).

³⁸⁹ IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO visualiza quatro hipóteses práticas em que poderia incidir essa disposição: (i) recursos derivados de ações civis públicas em que se discutam interesses difusos e/ou coletivos; (ii) nas demandas em que o sindicato atue como substituto processual de uma determinada categoria de empregados, na defesa de interesses individuais homogêneos; (iii) causas em que se discutam direitos maiores, como a vida, liberdade, etc..., e (iv) na configuração de divergência jurisprudencial entre a decisão do Tribunal Regional do Trabalho e o entendimento pacificado no Tribunal Superior do Trabalho ou no próprio Supremo Tribunal Federal (cit., p. 916).

³⁹⁰ Nessas hipóteses, está-se diante de “aspectos que, não ligados diretamente ao montante da causa (dimensão econômica), ao reflexo nas estruturas de Poder (dimensão política) ou à segurança das relações sociais (dimensão política), representem valores a serem preservados, em face de sua otimização para o convívio social” (IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO, cit., p. 917).

E, por fim, no inciso IV, a transcendência *econômica* é conceituada como “a *ressonância de vulto* da causa em relação à entidade de direito público ou economia mista, ou a grave repercussão da questão na política econômica nacional, no segmento produtivo ou no desenvolvimento regular da atividade empresarial”³⁹¹.

Nota-se, portanto, que o projeto ressalva o cabimento da revista aos casos *excepcionais*, que envolvam desrespeito *notório* ou *patente* de direitos, situações *extraordinárias* ou quando a demanda tenha ressonância financeira-econômica de *vulto*. Como conclui JOSÉ CARLOS AROUCA, “transcendente será o processo quando revelar importância capaz de distingui-lo dos demais”³⁹².

Estariam excluídas, a princípio, conforme a nova redação que se pretende estabelecer para o § 3º ao artigo 896-A da Consolidação das Leis do Trabalho, as questões de natureza processual, “salvo com apoio em disposição constitucional direta e literalmente violada, quando o tema de fundo estiver pacificado em sua jurisprudência no sentido da decisão proferida pelo tribunal inferior”.

Por outro lado, no entanto, é de se ressaltar que o § 2º desse mesmo dispositivo acabaria por *flexibilizar* os requisitos formais para a admissão dos recursos de revista que veiculem questões transcendentais, na medida em que prevê: “O Tribunal, ao apreciar recurso oposto contra decisão que contrarie sua jurisprudência relativa à questão transcendente, salvo o caso de intempestividade, dará prazo para que a parte recorrente supra o não-preenchimento de pressuposto extrínseco do recurso”.

O instituto, portanto, conta com uma *dupla vertente*, que já está prevista no direito argentino: a possibilidade de rejeição *liminar* dos litígios comuns, já pacificados na Corte, ao mesmo tempo em que torna menos rígidos os pressupostos de

³⁹¹ Pondera, uma vez mais, IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO: “A *transcendência econômica* parece ser a mais fácil de ser percebida (daí também ser elencada por último no rol dos critérios de transcendência), tendo em vista que uma *causa de valor econômico muito elevado* merece, naturalmente, uma ponderação maior na solução definitiva. Tal como descrita, a transcendência econômica está ligada não diretamente ao valor da causa, em termos absolutos, mas à sua importância para a empresa pública ou privada. Se a imposição de determinada condenação pode acarretar o próprio comprometimento da atividade produtiva de uma empresa, deve haver uma última revisão da causa pelo TST, para verificar se o direito é patente e não houve distorções que supervalorem o que é devido em Justiça” (cit., p. 917, destaques no original).

³⁹² *Recurso de revista e transcendência*, in *Rev. LTr* 66-1/22.

cabimento da revista, aos casos efetivamente extraordinários, de grande relevância, cuja decisão *transcenda* os limites do litígios³⁹³.

Novamente, tal como ocorria no antigo sistema da arguição de relevância, a *transcendência* do recurso de revista, no âmbito da Justiça do Trabalho, também não se configura um novo tipo de recurso, mas sim um *pressuposto recursal específico*³⁹⁴. Ou seja, trata-se de um *novo requisito de admissibilidade*³⁹⁵, cuja presença viabiliza o reexame da causa pelo Tribunal Superior do Trabalho³⁹⁶.

A decisão³⁹⁷ quanto à existência ou não da *questão transcendente* – em âmbito legal e constitucional – deve ser prolatada com a necessária *motivação* (artigo 93, inciso IX, da Constituição da República) e proferida em sessão pública de julgamento (artigo 5º, inciso LX, da Carta Magna³⁹⁸). Seu julgamento está afeto, com exclusividade, ao próprio Tribunal Superior do Trabalho. Admite-se, inclusive, a sustentação oral, tal como previsto pelo artigo 2º da Medida Provisória acima referida.

³⁹³ Como explica FERNANDO DE LA RÚA, a Corte Suprema “aparece menos rigurosa em la exigencia del previo planteo y reserva del caso federal, y menos apegada a excesivos formalismos, com sentido de mayor amplitud para acoger recursos que justifiquen la anulación de sentencias defectuosas e injustas. Esto le permite ejercer una alta función de docencia judicial, para que los fallos de los tribunales inferiores tengan más en los requisitos esenciales que deben revestir las sentencias y se aparten menos, en lo posible, del valor de justicia de la legalidad” (cit., pp. 176-177). Citando as lições de JORGE VANOSSI, arremata o autor que o critério da *gravedad institucional* “se convierte paulatina e insensiblemente em la puerta procesal pretoriana conducente a consagrar la intervención de la Corte Suprema en todos aquellos casos que se juegan o controvierten ciertas *creencias* as la que é órgano judicial supremo reputa que es absolutamente necesario preservar” (cit., p. 179, destaque no original).

³⁹⁴ Ou uma pré-condição de admissibilidade do recurso de revista, como destaca JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES PINTO, cit., p. 1.058.

³⁹⁵ JOSÉ EDUARDO HADDAD, *Recurso de revista e transcendência*, in *Rev. LTr* 65-9/1.038.

³⁹⁶ Dessa forma, a preliminar “referente à *transcendência* deverá ser apresentada em capítulo destacado do recurso de revista, jamais em peça autônoma (salvo determinação regimental em sentido contrário), sob pena de caracterizar-se a preclusão consumativa quanto às demais alegações realizadas posteriormente – razões recursais propriamente ditas –, com o não conhecimento do recurso. Não apresentado qualquer argumento no sentido de demonstrar a presença da *transcendência*, é o caso de não conhecimento do recurso” (LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *O pressuposto da transcendência no recurso de revista – art. 896-A da CLT – considerações iniciais*, cit., p. 1.340).

³⁹⁷ Indiscutivelmente, de caráter *jurisdicional*, discordando-se da posição defendida por MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO, cit., p. 626. Trata-se, novamente, de um pronunciamento judicial do Tribunal Superior do Trabalho, no âmbito de sua competência específica. Pouco importa que ele não tenha abordado o mérito da demanda. Não se discute, por exemplo, que a sentença terminativa seja um provimento jurisdicional (artigo 267 do Código de Processo Civil).

³⁹⁸ Alguns autores defendem que essa decisão deveria ser proferida antes do exame de qualquer outro requisito de admissibilidade (WAGNER GIGLIO, cit., p. 16), com o que não se concorda. É preciso examinar, previamente, no Tribunal *a quo* (onde se protocola o recurso – artigo 896, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho), se o recurso de revista reúne os demais requisitos de admissibilidade. De nada adiantará determinar a subida de um recurso transcendente que não poderá comportar análise pelo mérito (por intempestividade ou falta de prequestionamento, por exemplo).

Ocorre que, em razão da propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.527-9/DF, relatada pelo Ministra CARMEN LÚCIA, o Tribunal Superior do Trabalho ainda não regulamentou a questão. Conseqüentemente, a transcendência ainda não tem sido aplicada, com receio de que muitos de seus julgamentos possam vir a ser anulados, no futuro.

Foi o que restou decidido no julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 958/2003-022-01-40: “A regulamentação do art. 2º, da Medida Provisória 2.226, de 4/9/2001, não foi procedida por esta Corte, pelo que não se pode verificar a aplicação do referido princípio na admissibilidade do recurso de revista. Ressalte-se, ainda, a existência de uma ADIN (nº 2.527) que questiona a constitucionalidade do preceito, igualmente, ainda não foi objeto de exame a Medida Provisória nº 2.226, de 4/9/2001, que condiciona a aplicação do instituto à sua regulamentação pelo Tribunal Superior do Trabalho, providência não implementada, exatamente em razão de o Supremo Tribunal Federal ainda não ter se manifestado sobre a matéria”³⁹⁹.

Basicamente, discute-se nessa demanda de cunho objetivo a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.226, de 2.001, alegando-se que ela trataria de matéria de ordem processual, que só poderia ser regulamentada por meio de lei (artigo 22, inciso I, da Carta Magna⁴⁰⁰). Além disso, há o argumento de que, nos termos do artigo 111, § 3º da Constituição Federal (atual 111-A, § 3º, conforme Emenda Constitucional nº 45, de 2.004), apenas uma *lei* poderia dispor sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho. Isso sem falar que, de acordo com o artigo 62 da Lei Maior, não estariam configurados os requisitos da *urgência* e *relevância* justificadores da edição da Medida Provisória.

³⁹⁹ Relator Juiz Convocado JOSÉ ANTONIO PANCOTTI, julgado em 15 de dezembro de 2.004, Quarta Turma, publicado em 11 de fevereiro de 2.005. No mesmo sentido, veja-se: “1. TRANSCEDÊNCIA – CONHECIMENTO. A reclamada, em seu recurso de revista de fls. 190/197, alega a inconstitucionalidade da exigência de transcendência, porquanto criada por Medida Provisória. Ressalta, contudo, a existência de questão nos autos de alta transcendência. *A matéria, por ora, não se encontra regulamentada nesta Corte, razão pela qual não há como se dar o enfoque pretendido. Assim, a análise da admissibilidade do recurso de revista restringe-se aos termos do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho*” (Recurso de Revista nº 857/2001-068-09-00, Relator Ministro RENATO DE LACERDA PAIVA, julgado em 5 de março de 2.008, Segunda Turma, publicado em 28 de março de 2.008, grifo no original, destacamos).

⁴⁰⁰ Para IVES BRAGHITTONI, porém, essa alegação não se sustenta. Como é a própria Consolidação das Leis do Trabalho que regula as hipóteses de cabimento do recurso de revista, a Medida Provisória não padeceria de vício de inconstitucionalidade, na medida em que regularia, apenas e tão somente, questões de natureza *procedimental* (cit., p. 59).

Até o presente momento, o Supremo Tribunal Federal julgou somente o pedido de medida cautelar pleiteada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Por maioria de votos, determinou-se a suspensão apenas do artigo 3º da Medida Provisória nº 2.226, de 2.001, que trata de questão distinta daquela ora examinada (relativa ao pagamento de honorários advocatícios em caso de transação). No que tange aos artigos 1º e 2º, relativos à *transcendência*, o Plenário entendeu não estar presente a plausibilidade jurídica para a suspensão de seus efeitos.

Primeiramente, com relação ao argumento de que apenas lei ordinária poderia regulamentar o instituto, afirmou-se que “o órgão de cúpula da Justiça do Trabalho não tem sua competência detalhadamente fixada pela norma constitucional. A definição dos respectivos contornos e dimensão é remetida à lei, na forma do art. 111, § 3º, da Constituição Federal. As normas em questão, portanto, não alteram a competência constitucionalmente fixada para o Tribunal Superior do Trabalho”.

Em segundo lugar, com relação ao argumento da inexistência de urgência para regulamentação da matéria por via de medida provisória, a Corte destacou: “a sobrecarga causada pelos inúmeros recursos repetitivos em tramitação no TST e a imperiosa necessidade de uma célere e qualificada prestação jurisdicional aguardada por milhares de trabalhadores parecem afastar a plausibilidade da alegação de ofensa ao art. 62 da Constituição”⁴⁰¹.

Atualmente, a ação aguarda julgamento, tendo sido proferido parecer, pela Procuradoria Geral da República, no mês de setembro de 2.008, opinando pela procedência *parcial* do pedido, de modo que a declaração de inconstitucionalidade se

⁴⁰¹ O voto da então Presidente e Relatora para acórdão, Ministra ELLEN GRACIE, destacou: “A Corte, pelo que se viu, encontra-se sobrecarregada de recursos repetitivos, para cujo atendimento se azafamam como Danaïdes os seus integrantes, a esvaziar sempre os mesmos cântaros repletos das mesmas questões de direito, inculcadas vezes já decididas” (julgada em 16 de agosto de 2.007, Plenário, publicada em 23 de novembro de 2.007). Vale destacar, ainda, que o voto do Ministro NÉLSON JOBIM, embora tenha suspenso também a eficácia dos artigos 1º e 2º da Medida Provisória, por entender não estar presente o requisito da urgência, fez importante esforço histórico a respeito dos motivos que levaram à criação do Supremo Tribunal Federal. Um pequeno trecho resume a função que foi outorgada à Corte Suprema do Brasil: “os Tribunais Superiores, incluindo o Tribunal Superior do Trabalho, vieram e nasceram da raiz básica da Constituição de 1891, ou seja, da criação do Supremo Tribunal Federal. Os republicanos de 1891 entenderam de converter o então Supremo Tribunal de Justiça do Império em Supremo Tribunal Federal, não para ser um Tribunal de Justiça das partes, mas da Federação”. Acompanham essa divergência os Ministros SEPÚLVEDA PERTENCE, MARCO AURÉLIO e MAURÍCIO CORRÊA, esse último com severas críticas ao instituto e apontando a inoperabilidade da transcendência como forma de combater a crise do Tribunal Superior do Trabalho.

restrinja ao artigo 3º da Medida Provisória nº 2.226, de 2.001, não afetando o critério da transcendência para admissão do recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho.

SEGUNDA PARTE:

**REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS, PROCESSO DE
JULGAMENTO E CONSEQUÊNCIAS DA DECISÃO RELATIVA A ESSE REQUISITO
ESPECIAL DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.**

CAPÍTULO IV –

REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL.

4.1.- Histórico da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004.

Historicamente, como relatam GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, os Tribunais Superiores em todo o mundo tiveram três fases distintas⁴⁰².

A primeira delas, estava relacionada à *defesa da lei em abstrato*, conforme modelo do Tribunal de Cassação Francês (artigo 19 da Constituição de 1.791), sendo-lhes vedado o conhecimento do mérito da causa. À Corte competia, unicamente, anular a decisão recorrida, devolvendo o processo ao Tribunal de origem, para novo julgamento. Tratava-se, portanto, de uma função preponderantemente *política*. Na verdade, o Poder Judiciário era visto como uma espécie de acessório do Legislativo (a figura do “juiz boca da lei”).

Na segunda fase, aparece a preocupação com a *uniformidade das decisões judiciais*, que gera *unidade, estabilidade e segurança* ao direito. Anotam os citados autores: “Reconhecido, porém, que a atividade judicial envolve uma necessária interpretação da legislação, a função dos Tribunais Supremos acabou adquirindo um novo endereço: o objetivo desse controle voltou-se à uniformização da jurisprudência. A Corte de Cassação italiana, no início do século XX, ilustra bem o ponto. No fundo, todavia, o

⁴⁰² *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.008, pp. 12-14.

desiderato continuava a ser o mesmo, já que se entendia essa jurisprudência tão somente como atividade de interpretação das leis”⁴⁰³. Está-se, portanto, diante de julgamentos em *tese*, de cunho meramente declaratório (interpretativo), com o objetivo de definir qual seria a “vontade” da lei expressa no texto normativo⁴⁰⁴.

Somente na terceira fase, é que teve início o *controle efetivo dos casos decididos* em última instância, tal como hoje previsto no artigo 102, inciso III, da Constituição Federal. O objetivo, no entanto, permaneceu o mesmo: buscava-se *manter a unidade do direito*. O modo de sua concretização é que foi modificado, e passa a ser realizado de duas formas: “a uma, no plano da unidade retrospectiva, alcançada pela compatibilização das decisões; a duas, no plano da unidade prospectiva, buscada pelo desenvolvimento de novas soluções aos processos sociais”⁴⁰⁵. Ou seja, procura-se guardar a coerência do ordenamento jurídico por meio de uma intervenção direta nas decisões judiciais, de modo que as Supremas Cortes passaram a ter o poder de reapreciar os casos concretos, proferindo novas decisões que substituíam – completa ou parcialmente – os pronunciamentos dos juízes hierarquicamente inferiores⁴⁰⁶.

⁴⁰³ Cit., p. 13.

⁴⁰⁴ Os ensinamentos de CALAMANDREI sobre essa questão são preciosos: “Il Tribunale di cassazione fu istituito, come dice la legge e la storia della sua genesi e il suo stesso nome, colla funzione di toglier vigore giuridico a quegli atti del potere giudiziario che urtassero contra l’autorità della legge” (*La Cassazione Civile*, vol. I, Milano, Fratelli Boca, 1.920, p. 491). Na sua origem, o Tribunal de Cassação francês era um órgão não de caráter jurisdicional, mas sim *administrativo*, que tinha por função assegurar a divisão de poderes entre o Legislativo e o Executivo e, ao mesmo tempo, controlar, o Poder Judiciário. Era “destinato ad assicurare la retta osservanza di quelle norme costituzionali che regolano i rapporti e determinano i limiti fra potere giudiziario e potere legislativo” (cit., p. 498). Trata-se, portanto, de um órgão “che si preoccupa non dell’interesse singolo dei cittadini, ma del mantenimento della vita dello Stato; e da questo punto di vista esso può esser messo accanto a quelle istituzioni che in qualche diritto positivo ci appaiono destinate a vigilare sulla conservazione dei principi fondamentali da cui la vita dello Stato dipende, quale potrebbe esser considerata, sotto certi aspetti, la Suprema Corte degli Stati Uniti d’America destinata a sindacare la costituzionalità della legge” (cit., p. 498).

⁴⁰⁵ GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 17.

⁴⁰⁶ CALAMANDREI, mais uma vez, foi preciso ao explicar: “La trasformazione del Tribunale di cassazione da controllo politico del potere giudiziario a regolatore giudiziario dell’interpretazione giurisprudenziale, fu favorita da due fatti, senza i quali esse non sarebbe stata possibile: dalla avvenuta codificazione del diritto obiettivo, e dal tramonto di quella diffidenza contro il potere giudiziario che gli uomini della Rivoluzione avevano ereditato dall’*ancien régime*” (*La Cassazione Civile*, vol. I, cit., p. 506). Isto é, a partir do momento em que se procurou codificar o direito, estabelecendo leis que deviam valer para todo o Estado, e que se concedeu aos tribunais também um poder interpretativo desses textos, é que se iniciou uma *nova* fase dos Tribunais Superiores, que passaram a zelar pela uniformidade do direito. Bem diferenciou CALAMANDREI a atuação da Corte de Cassação e dos tribunais “ordinários”: “l’interesse che lo Stato mira a soddisfare attraverso la Corte di Cassazione non riflette la singola attuazione concreta di legge, che è poi la conclusione del sillogismo, ma la retta interpretazione della norma giuridica, la *massima* giuridica che del sillogismo costituisce una delle premesse; mente i tribunali ordinari mirano a ottenere l’attuazione concreta della legge nel singolo processo, la Corte di cassazione si preoccupa dell’influsso dannoso che in altri processi e nella coscienza giuridica in generale possa esercitare l’esempio di una sentenza nella quale la questione di diritto non sia correttamente risolta. Lo scopo ultimo della Corte di cassazione non era dunque

Nesse momento, uma importante questão veio à tona: “Como deve o Supremo Tribunal Federal desempenhar essa função? Examinando todas as questões que lhe são apresentadas ou apenas aquelas que lhe pareceram de maior impacto para obtenção da unidade do Direito? O pensamento jurídico contemporâneo inclina-se firmemente nesse segundo sentido”⁴⁰⁷.

Dessa forma, para manter a unidade do direito, o Supremo Tribunal Federal não precisaria examinar todos os processos que lhe são remetidos. Existem causas de menor importância, cujo julgamento deveria, necessariamente, se esgotar no âmbito dos tribunais locais, na medida em que não veiculam interesse relevante – e de maior repercussão – para toda a sociedade⁴⁰⁸.

quello di cooperare alla migliore attuazione delle concrete volontà di legge (...); ad essa sfuggivano tutte le quesitone di mero fatto, e alla sua censura non erano sottoposte le sentenze che, pur avendo retamente applicato la norma giuridica, avessero errato *in facto* e dichiarato quindi come esistente una volontà concreta di legge in realtà inesistente. Del risultato logico del lavoro logico compiuto dal giudice, la Corte di cassazione non si occupava; ad essa interessava soltanto che fosse retamente costruita nel sillogismo la premessa di natura giuridica” (*La Cassazione Civile*, vol. I, cit., pp. 539-540, destaque no original). Em suma, como já foi visto: “In sede di Cassazione, dunque, l’interesse privato è riconosciuto e tutelato in quanto esso coincida con quello speciale interesse coletivo che sta a base dell’istituto: *non oltre*. E il privato che ricorre in Cassazione stimolato dal proprio interesse individuale, si fa, pur senza saperlo, strumento della utilità collettiva dello Stato, il quale, in cambio di questo servizio che il ricorrente presta al raggiungimento di uno scopo pubblico, gli concede, coll’annulare nell’interesse della legge la sentenza basata su un errore di diritto, la possibilità di ottenere, in una ulteriore trattazione del merito, una nuova sentenza favorevole al suo interesse individuale” (*La Cassazione Civile*, vol. II, Milano, Fratelli Boca, 1.920, p. 135, destaque no original).

⁴⁰⁷ GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 17. Os ensinamentos de CASTANHEIRA NEVES, nos quais está baseado o pensamento desses autores, são bastante enfáticos: “a intenção da justiça quanto à decisão do caso jurídico concreto – e, com ela, também o interesse das partes na causa – não justificaria, só por si, a abertura de uma terceira instância, que o fosse exclusivamente e, salvo a sua superioridade hierárquica, em tudo o mais igual às outras. A instituição de um Tribunal Supremo – *supremo* pela sua unicidade no vértice da função jurisdicional (ou de cada espécie de jurisdição) e pela sua particular dignificação – só pode compreender-se para que esse tribunal seja investido de uma função específica por que especialmente se qualifique” (cit., p. 652, destaque no original). Logo em seguida, o autor definiu qual seria a função peculiar dessas Cortes: “ao objectivo da mera uniformidade da jurisprudência deve substituir-se o objectivo da *unidade do direito* – ou, se quisermos, aquela ‘uniformidade’ deverá passar a entender-se de modo a ver-se nela a manifestação jurisprudencial desta unidade e para cumprimento da sua específica perspectiva normativa-institucional. A significar isto que caberá aos supremos tribunais uma intervenção jurisdicional pela qual lhes seja possível fazer com que a jurisprudência no seu conjunto, a sua e a das instâncias, concorra para essa unidade do direito, controlando e orientando a jurisprudência jurisdicional em geral no sentido válido da mesma unidade” (cit., p. 656, destaque no original). Para se atingir esse desiderato, propugnava que “o Supremo Tribunal haverá de ter o poder de seleccionar os casos da sua intervenção com vista à unidade do direito, ajuizando autonomamente da oportunidade dessa sua intervenção, em função da importância dos problemas jurídicos-jurisprudenciais para aquele objectivo” (cit., p. 664).

⁴⁰⁸ “Tal procedimento, além de valorizar as decisões locais, permitiria ao Supremo Tribunal Federal diminuir o número de processos a serem julgados, possibilitando um estudo mais detalhado daquelas causas cujo teor trouxesse questões relevantes, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa” (CAROLINA BRAMBILA BEGA, *Repercussão Geral das Questões Constitucionais – aspectos processuais*, São Paulo, Tese (Mestrado), U.S.P., 2.008, p. 12). Até porque, ressalta GLÁUCIA MARA COELHO, “a função que se espera ver desempenhada por esses Tribunais é a de salvaguarda do ordenamento jurídico nacional, razão pela qual a sua atuação deve ocorrer, tão-somente, naquelas hipóteses efetivamente relevantes e cruciais, que exigem

É a partir dessa premissa que foram instituídos mecanismos de *filtragem recursal*. Com eles, explicam os já citados GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, “[g]uardam-se as delongas inerentes à tramitação do recurso extraordinário apenas quando o seu conhecimento oferecer-se como um imperativo para a ótima realização da unidade do Direito no Estado Constitucional brasileiro. Resguardam-se, dessarte, a um só tempo, dois interesses: o interesse das partes na realização de processos jurisdicionais em tempo justo e o interesse da Justiça no exame de casos pelo Supremo Tribunal Federal apenas quando essa apreciação mostrar-se imprescindível para realização dos fins a que se dedica a sociedade brasileira”⁴⁰⁹.

Dentro desse contexto, surgiu a Proposta de Emenda Constitucional nº 96, de 1.992, de autoria do então Deputado Federal HÉLIO BICUDO, a qual ficou conhecida como “*Reforma do Judiciário*”⁴¹⁰. Na Câmara, o projeto, depois do desarquivamento ocorrido em fevereiro de 1.999, foi relatado pelo então Deputado Federal ALOYSIO NUNES FERREIRA.

Em razão de sua extensão⁴¹¹ e das outras Propostas de Emenda à Constituição a ele apensadas⁴¹², bem como das emendas posteriormente apresentadas,

dessas Cortes um exame, ao mesmo tempo, aprofundado (i.e., refletido, rigorosamente fundamentado) e com a velocidade exigida pelas grandes questões jurídicas” (cit., p. 101).

⁴⁰⁹ Cit., p. 18. Está-se diante, portanto, de “casos significativos”, na linguagem utilizada pelos mesmos autores (cit., p. 21).

⁴¹⁰ Verdade seja dita, esse projeto não contemplou, inicialmente, a introdução da repercussão geral da questão constitucional como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário. Curioso notar, ainda, que essa proposta de reforma foi idealizada apenas quatro anos após a promulgação da Constituição do Brasil, de 1.988. Não houve nem tempo hábil para que o Supremo Tribunal Federal experimentasse os efeitos da nova atribuição – de “Corte Constitucional” – que o legislador lhe quis outorgar, a partir da criação do Superior Tribunal de Justiça.

⁴¹¹ Apenas para que se possa ter conhecimento da enorme abrangência da proposta inicial da Reforma do Judiciário, vale transcrever parte de seu relatório: “Dentre as inúmeras modificações introduzidas no texto constitucional destacam-se, abreviadamente, as seguintes: participação do Ministério Público no concurso para acesso à magistratura; nova divisão judiciária em 1ª e 2ª entrâncias, na 1ª instância, e novo sistema de promoções em quatro graus, para os magistrados; aferição de merecimento para promoção pelos critérios de presteza e segurança no exercício da jurisdição, segundo avaliação conjunta do Conselho Superior da Magistratura, representantes do Ministério Público e OAB; exigência de ‘notório saber jurídico e reputação ilibada’ para os membros do Ministério Público integrantes do quinto constitucional; aquisição de vitaliciedade dependente de aferição por um Conselho especial integrado por um representante do Conselho Superior da Magistratura, membros do Ministério Público e OAB; proibição aos juízes de ‘exercer atividade ou fazer pronunciamentos políticos, de caráter político-partidário’; composição tripartite do Supremo Tribunal Federal mediante listas tríplexes oferecida pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público e pela OAB, para um mandato de nove anos, sem recondução, com renovação de um terço a cada três anos; supressão da competência do Supremo Tribunal Federal expressa no atual art. 102, II, *a*; instituição de mandato para os membros do Superior Tribunal de Justiça, em composição tripartite, semelhante a proposta para o Supremo Tribunal Federal; atribuição ao Superior Tribunal de Justiça de competência para julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança, o **habeas corpus** e o mandado de injunção decididos em última

decidiu-se subdividir as matérias nela versadas em seis grandes eixos. Um deles para tratar, exclusivamente, da *estrutura e da competência do Supremo Tribunal Federal e da Justiça Federal*.

A relatoria dessa questão ficou a cargo do ex-Deputado Federal RENATO VIANA. Inicialmente, foi proposta a transferência de algumas matérias de competência do Supremo Tribunal Federal para o Superior Tribunal de Justiça, “visando a reforçar o papel de Corte Constitucional do Pretório Excelso”⁴¹³. Além disso, também foi apresentada Emenda, na qual se destacavam as seguintes inovações: “em sede de ADIn, as decisões passam a produzir, além da eficácia contra todos, efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas

instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão; inclusão de juízes estaduais na composição dos Tribunais Regionais Federais, em substituição aos juízes federais; extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, com a conseqüente adaptação na composição e estrutura de seus órgãos; extinção da Justiça Militar e do Ministério Público Militar; vedação ao Ministério Público para representar os interesses da União; disposições sobre a denúncia, ao tribunal competente, de caso de corrupção dos magistrados; e, finalmente, a incorporação dos juízes federais às Justiças dos Estados” (PETRÔNIO CALMON FILHO (org.), *Cadernos IBDP – Série Propostas Legislativas – Reforma Constitucional do Poder Judiciário*, vol. 1, São Paulo, Instituto Brasileiro de Direito Processual, 1.999, pp. 9-10, negrito no original).

⁴¹² A saber: Proposta de Emenda à Constituição nº 112-A, de 1.995, de autoria do Deputado Federal JOSÉ GENOÍNO, que instituíra mecanismo de controle do Judiciário; Proposta de Emenda à Constituição nº 127-A, de 1.995, de autoria do Deputado Federal RICARDO BARROS, que visava a aumentar para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos magistrados (e com ela, estava apensada a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 1.995, do então Deputado Federal MATEUS SCHMIDT, propondo que as juízas pudessem se aposentar com cinco anos a menos de serviço público em relação aos juízes); Proposta de Emenda à Constituição nº 368-A, de 1.996, encaminhada pelo Poder Executivo, atribuindo competência à Justiça Federal para o julgamento de crimes contra os Direitos Humanos, e, finalmente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 500-A, de 1.997, de autoria do Senado Federal da República, atribuindo eficácia contra todos e efeito vinculativo, em relação ao Poder Público, das decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, bem como “às [decisões] definitivas de mérito, se aquele tribunal ‘assim declarar, pelo voto de dois terços de seus membros’” (PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 10).

⁴¹³ PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 14. É fato e já foi examinado neste estudo, que o Supremo Tribunal Federal não é uma Corte puramente constitucional. A Carta Magna outorgou-lhe algumas competências extravagantes, que não se subsumem às tarefas de um típico Tribunal Constitucional, aos moldes europeus continentais. Está incumbido, por exemplo, de julgar, originariamente, algumas causas de direito penal e de direito federal (artigo 102, inciso I, alíneas “b” até “g”), ou mesmo de apreciar recursos em via ordinária (artigo 102, inciso II). Contudo, “a Suprema Corte brasileira desempenha *também* as tarefas tradicionalmente atribuídas àquelas cortes constitucionais. O Supremo Tribunal detém o monopólio da competência para o controle direto de constitucionalidade (CF, art. 102, I, a e p, e § 1º; art. 103-A). É também o órgão competente para dirimir os conflitos de competência que envolvam tribunais superiores (CF, art. 102 I, o) e as disputas entre diferentes entidades da Federação (CF, art. 102, I, e). Além disso, possui competência recursal extraordinária para dar a última palavra sobre questões constitucionais postas em processos judiciais (CF, art. 102, III)” (EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 15). Destaca o autor outro fato que aproxima o Excelso Pretório das cortes constitucionais “tradicionais”, qual seja, a circunstância de os seus Ministros não integrarem a carreira do Judiciário (cit., p. 15, n. 2).

esferas federal, estadual e municipal; *no recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, a fim de que o STF examine o cabimento do recurso, somente podendo afastá-lo por voto de dois terços de seus membros*; STF poderá acolher incidente de inconstitucionalidade, quando for relevante o fundamento da controvérsia judicial sobre inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, determinando a suspensão do processo em curso perante qualquer juízo ou tribunal, para proferir decisão exclusivamente sobre a questão constitucional”⁴¹⁴.

Na parte que aqui interessa, a Emenda contou com a concordância do Relator-geral, ex-Deputado Federal ALOYSIO NUNES FERREIRA, que defendera a *reintrodução da argüição de relevância* para viabilizar a subida dos recursos de natureza excepcional, que discutissem questões constitucionais e também de lei federal, “sob pena de perpetuar-se essa situação de completa banalização da jurisdição extraordinária”⁴¹⁵. Contemplava-se, com isso, não apenas o recurso extraordinário, mas também o especial e o de revista, no âmbito da Justiça do Trabalho.

Consolidando todas essas sugestões, o ex-Deputado Federal ALOYSIO NUNES FERREIRA apresentou, em junho de 1.999, um *substitutivo* que sugeria a inclusão de um § 4º ao artigo 102 da Constituição Federal, com a seguinte redação: “No recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a *repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso*, a fim de que o Tribunal, *em procedimento a ser disciplinado em seu regimento interno, examine a admissão do recurso*, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros”⁴¹⁶.

⁴¹⁴ PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 14, destacamos.

⁴¹⁵ PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 20. O parecer traz importante transcrição de palestra proferida pelo Ministro CELSO DE MELLO, na Comissão Especial da Câmara que discutiu a Reforma do Judiciário: “Entendo recomendável discutir, ainda, a possível reintrodução em nosso sistema constitucional da argüição de relevância, para permitir ao Supremo Tribunal o exercício do poder de selecionar com prudente discricção as causas suscetíveis de exame jurisdicional em sede de recurso extraordinário, à semelhança do que já ocorreu sob o domínio da Carta anterior e do que hoje se verifica no sistema argentino. O Congresso da Argentina, em 1990, pela Lei Federal argentina 23.744, de 1990, introduziu no art. 280 de seu Código de Processo Civil, o requisito da transcendência, permitindo que esse requisito atue como instrumento de filtragem, de escolha e seleção pela Suprema Corte das causas, em função, precisamente, do seu maior grau de relevância, à semelhança do que já também ocorre nos Estados Unidos, desde a Reforma Judiciária, introduzida em 1925 pelo Congresso Norte-Americano, refiro-me ao writ of certiorari” (Apud, PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 20, destaques no original).

⁴¹⁶ PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 38, destacamos. A mesma disposição foi prevista para o recurso especial: “No recurso especial, o recorrente deverá demonstrar a *repercussão geral das questões*

Posteriormente, houve redistribuição da Proposta de Emenda Constitucional à então Deputada Federal ZULAIÊ COBRA RIBEIRO, em setembro de 1.999, a qual manteve essa sugestão, porém, com uma pequena mudança. Suprimiu-se a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal regular, internamente, o processamento da repercussão geral. Além disso, foram acrescentados os §§ 5º e 6º ao artigo 102 da Carta Magna, que previam, respectivamente: “Não será permitido o recurso extraordinário interposto contra decisão que tenha como fundamento principal ou que tenha dirimido o conflito de acordo com súmula do Supremo Tribunal Federal, aprovada por dois terços de seus membros, depois de reiteradas decisões no mesmo sentido sobre matéria constitucional, previdenciária, acidentária, tributária e econômica”; “Não se compreende na proibição prevista no § 5º o recurso que apresente fundamentação jurídica razoável ainda não apreciada pelo tribunal”⁴¹⁷. Esses dois novos dispositivos, entretanto, foram eliminados no relatório final da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, datado de novembro de 1.999⁴¹⁸.

Em seguida, a Proposta de Emenda à Constituição foi exaustivamente debatida no Plenário da Câmara dos Deputados, tendo sido o texto aprovado em relação ao recurso extraordinário, mas suprimidas as referências aos recursos especial e de revista.

Em junho de 2.000, a matéria foi remetida para deliberação no Senado Federal. Naquela Casa Legislativa, ganhou o nº 29 (de 2.000), tendo sido distribuída, primeiramente, à relatoria do ex-Senador BERNARDO CABRAL. Em junho de 2.003, a proposta é redistribuída ao ex-Senador JOSÉ JORGE e, finalmente, em 8 de dezembro de 2.004, ocorreu a promulgação da “*Reforma do Judiciário*”, tal como aprovada na Câmara dos Deputados, em sessão solene realizada no Congresso Nacional.

A Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, trouxe três importantes mudanças em relação ao funcionamento do Supremo Tribunal Federal: em primeiro lugar, a adoção da súmula vinculante (v. item 6.4, *infra*); em segundo lugar, modificou as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário (v. item 1.1, *supra*); em terceiro lugar,

federais discutidas no caso, a fim de que o Tribunal, *em procedimento a ser disciplinado em seu regimento interno, examine a admissão do recurso*, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros” (PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 41, destacamos).

⁴¹⁷ PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 88. Novamente, as mesmas previsões foram incluídas para a admissibilidade dos recursos especiais.

⁴¹⁸ PETRÔNIO CALMON FILHO, cit., p. 152.

estabeleceu a repercussão geral da questão constitucional como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, mediante a inclusão do § 3º ao artigo 102 da Lei Maior, com a seguinte redação:

“No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros” (destacamos).

Para regulamentar a matéria, tal como determinado pelo texto constitucional, foi editada a Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, que incluiu o artigo 543-A ao Código de Processo Civil. Seu § 1º, em termos genéricos, define:

“Para efeito da *repercussão geral*, será considerada a existência, ou não, de *questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico*, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa” (destacamos⁴¹⁹).

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, uma vez mais, buscou atenuar o problema (crônico) da morosidade da prestação jurisdicional, a qual, em última instância, acaba por gerar o *descrédito* de toda a população em relação ao Poder Judiciário brasileiro⁴²⁰. Em especial, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, procurou-se dotar a

⁴¹⁹ Essa mesma preocupação, com os aspectos econômicos, políticos, sociais ou jurídicos das decisões proferidas pela Suprema Corte argentina, apareciam na obra de RAFAEL BIELSA, publicada no final dos anos 50, quando o autor tratou dos limites do poder daquele Tribunal. Indagava: “em los casos de jurisdicción extraordinaria, ¿debe formularse el *quid iuris* para la Corte Suprema, plateando el problema y proponiendo la solución frente al ‘puro’ derecho de las partes, aun atemperado por las ideas de justicia y equidad? ¿Dirá el tribunal solamente qué solución jurídica, o qué interpretación legal debe servir a su decisión? ¿Puede considerar la repercusión económica de una resolución justa y jurídicamente ortodoxa? ¿Conviene esta o aquella interpretación para la estabilidad de la familia, a la institución de la propiedad, a la seguridad de convenciones? Y en este orden de ideas y de reflexiones puede llegarse a preguntar: ¿conviene esta interpretación a la economía general? ¿Conviene al ‘país’? ¿Puede prevalecer o influir en una decisión el sentido politicosocial o políticoeconómico?” (cit., pp. 114-115).

⁴²⁰ “A mera previsão formal do recurso extraordinário e a submissão do recorrente a um longo tempo para o seu julgamento é uma forma de negar o acesso à justiça, contribuindo para o descrédito do Poder Judiciário, além de violar, o agora explícito direito fundamental, a *celeridade* da prestação jurisdicional” (EDUARDO CAMBI, *Critério da transcendência para a admissibilidade do recurso extraordinário* (art. 102, § 3º, da CF): *entre a autocontenção e o ativismo do STF no contexto de*

Corte de meios efetivos para aliviar a sobrecarga de processos – e, principalmente, de recursos *repetitivos*⁴²¹ – que se vê obrigado a julgar, todos os anos.

Nesse sentido, a Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, se abeberou em experiências estrangeiras, tal como já acontecera por ocasião da introdução do recurso extraordinário em nosso ordenamento jurídico (v. item 2.1, *supra*). Com efeito, a repercussão geral guarda similitudes, como já anotado, com o *writ of certiorari* do direito norte-americano⁴²², o qual também influenciou, decisivamente, a adoção de filtros que condicionam à admissibilidade dos recursos aos Tribunais Superiores de alguns outros países.

Assim, por exemplo, a *importância fundamental da causa*, presente no direito alemão, desde os anos 70, para viabilizar o acesso ao seu Tribunal Superior⁴²³. Ou,

legitimação democrática da jurisdição constitucional, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, cit., p. 158, destaque no original).

⁴²¹ Como bem ponderou GLÁUCIA MARA COELHO, existia uma dificuldade premente para a organização dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal, que haveria de ser superada, e que contribui, decisivamente, para a quase paralisia da Corte. Trata-se da “enorme quantidade de processos repetitivos, de conteúdo ou objeto idênticos, que são originados, principalmente, das relações de consumo e das relações mantidas entre os cidadãos e o Poder Público” (cit., p. 79).

⁴²² “In all other cases involving a ‘federal question of substance’ – which now means in almost all instances – the disappointed litigant in a suit has *no right* to appeal to the Supreme Court the adverse decision he sustained; but, he or she has the *privilege* of petitioning the highest bench in the land to grant a writ of certiorari – a Latin term meaning ‘made more certain’, or ‘better informed’. Generally, each such petition, a copy of which goes to every Justice with a record of the proceedings below, comprises the two sides’ arguments both for and against its grant – the party bringing the action know as the *plaintiff* or *petitioner*, the other as the *respondent*. Ninety percent plus of the cases decided by the Supreme Court reach it by that method, and most of these come to it from the Circuit Court of Appeals (...). The grant of certiorari signifies the willingness of the Supreme Court to review a case, based on a written petition initiated by the plaintiff together with a reply from the other side, wich often goes urges a denial of certiorari. A grant of the petition – ‘pets certs’, Justice Holmes used to call them – directs the lower court to send up the record in the case for review so that decision ‘may be made more certain’. Needless to say, the Court is quite chary of granting its writ of certiorari and, unless it detects an issue of substantial significance or controversy in the case or happens to be especially interested in it, chances are that the application for the writ will be rejected with a terse ‘certiorari denied’, as is evident from the published listing of a large number of petitions thus disposed of” (HENRY ABRAHAM, cit., pp. 191-192). Apenas quando o *writ of certiorari* é aceito pela Corte é que se abre a possibilidade às partes de apresentarem seus argumentos (escritos e verbais) relativo ao mérito do recurso (*Rule* 16.2). Nesses casos, a Suprema Corte emite uma ordem para que o Tribunal inferior lhe envie o caso, para revisão. Com o objetivo de racionalizar esse trabalho, haja vista que a Corte recebe cerca de 7.000 *petitions for writ of certiorari*, por ano, esses pedidos só são incluídos na *discuss list* após uma seleção prévia, realizada pelos acessores dos *justices* (*clerks*), que elaboram o *certiorari pool* (v. ADHEMAR MACIEL, cit., p. 36).

⁴²³ V. HANS PRÜTTING, cit., p. 154. Explica também NELSON NERY: “Instituto semelhante ao *certiorari* americano quando a causa for de fundamental importância existe no direito alemão. O recurso cabível para os tribunais federais superiores alemães é o de revisão (*Revision*), que muito se aproxima de nosso recurso extraordinário (...). Depois da lei de reforma do recurso de revisão em matéria civil, de 8.7.1995 (*Gesetz zur Änderung des Rechts der Revision in Zivilsachen*), ficou reduzido a somente três espécies: a) *Annahmerevision* (ou *Wertrevision*) ou seja, revisão das causas onde o prejuízo experimentado pelo recorrente era de valor superior a 60.000 DM; b) *Zulassungsrevision*, nas causas de valor inferior ao

o conceito da *gravidade institucional* previsto no direito argentino, a partir da década dos 90⁴²⁴. Igualmente, no direito japonês houve uma reforma marcante do Código de Processo Civil, em 1.996, influenciada pelo direito germânico⁴²⁵. Restringiu-se a admissibilidade dos recursos à Suprema Corte do Japão, para os casos em que a decisão impugnada for contrária a um pronunciamento anterior daquele Tribunal, ou envolva uma questão de direito *relevante*. Diferentemente do atual sistema brasileiro, os recursos para o Tribunal Supremo japonês são automaticamente admitidos se versarem sobre matéria constitucional, ou se discutirem *errores in procedendo* especificados, taxativamente, pelo diploma processual do Japão⁴²⁶.

Conforme ressaltado inicialmente, a restrição do acesso ao Supremo Tribunal Federal visa não apenas a reduzir o número de recursos julgados pela Corte. Busca-se, principalmente, fortalecer o papel da jurisprudência do Excelso Pretório, tornando-o um verdadeiro Tribunal de Superposição, com a função primordial de unificar a interpretação do direito nacional, a partir de sua lei máxima, a Constituição Federal⁴²⁷.

acima mencionado, revisão essa que depende de admissão pelo tribunal *a quo*; c) *Sprungrevision*, ou Revisão *per saltum* onde o recorrente dispensa a apelação para o tribunal de segundo grau e interpõe o recurso de revisão diretamente no tribunal federal superior. A *Sprungrevision*, antes de ser verdadeira espécie do recurso, é *forma* de interposição da *Revision*. O mesmo se pode dizer da *Anschlußrevision* (Revisão adesiva), da ZPO § 554, que, assim como nosso recurso adesivo, é *forma* de interposição do recurso de revisão. Com a reforma da ZPO alemã, de 2002, foi abolida a *Annahmrevision* pela revogação da ZPO § 554b, de modo que hoje, praticamente, há no direito processual civil alemão apenas a *Zulassungsrevision*, pois tanto a *Sprungrevision* (Revisão por salto) como a *Anschlußrevision* (Revisão adesiva) são apenas *formas* de interposição do recurso de Revisão (*Zulassungsrevision*), mas não espécies verdadeiras desse mesmo recurso. Relativamente à *Zulassungsrevision*, há, entre outros requisitos, o da *grundsätzliche Bedeutung der Rechtssache* ('importância fundamental da causa'). Como existe descentralização no que concerne à competência dos tribunais alemães superiores, a exigência do requisito da 'importância fundamental da causa' para cabimento da *Zulassungsrevision* vem mencionada nas leis que regulamentam as várias justiças especializadas, além da ZPO, que rege o processo civil contencioso na jurisdição ordinária" (cit., pp. 100-102, destaques no original). No mesmo sentido, v. BARBOSA MOREIRA, *Breve notícia sobre a reforma do processo civil alemão*, in *RePro* 111/109.

⁴²⁴ V. FERNANDO DE LA RÚA, cit., p. 173.

⁴²⁵ YASHUEI TANIGUCHI, *O Código de Processo Civil japonês de 1996 – um processo para o novo século*, trad. BARBOSA MOREIRA, in *RePro* 99/50. Lembra o autor, que a Suprema Corte do Japão possui competência para legislar sobre matéria processual, as chamadas "Regras", nos termos do artigo 77 da Constituição de 1.946, tal como ocorria na Constituição brasileira de 1.967 (v. itens 1.1 e 3.1, *supra*). Em geral, o Código de Processo Civil japonês dita as normas básicas, que posteriormente são especificadas ou mesmo implementadas por aquelas "regras" (cit., p. 51, n. 2).

⁴²⁶ É curioso que no Japão, o recurso à Suprema Corte configura-se um *direito* em âmbito civil, sendo limitado apenas no campo penal. Por conta disso, a pauta da Suprema Corte ficou sobrecarregada. Em 1.995, seus quinze juízes julgaram cerca de 3.500 recursos (YASHUEI TANIGUCHI, cit., p. 62). Daí surtiu a necessidade de criação de filtros que pudessem barrar o acesso automático à instância extraordinária.

⁴²⁷ "Claramente, a Emenda Constitucional 45 buscou criar mecanismos com o escopo de desafogar o referido Tribunal, considerando que, em grande parcela dos recursos extraordinários, discutem-se questões repetitivas ou que envolvem apenas interesses individuais, exclusivos das partes litigantes. O principal objetivo da Reforma Constitucional de 2004 foi o de fortalecer a atuação do STF, para que mencionada Corte

Ressalta-se, pois, o papel *especial e excepcional* de sua atuação no sistema jurídico brasileiro, a partir do momento em que lhe confere a possibilidade de julgar questões efetivamente relevantes e de ampla abrangência para a sociedade brasileira⁴²⁸.

Por isso, que, segundo MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE, a Emenda Constitucional nº 45, de 2.004 conferiu uma “feição transindividual ao recurso extraordinário, mitigando o princípio da recorribilidade plena, inserindo-o em seu verdadeiro objetivo de permitir o amplo reexame da causa somente em relação aos tribunais que exercem a jurisdição ordinária”⁴²⁹.

Essa restrição à admissibilidade do recurso extraordinário, vale notar desde logo, não viola a garantia constitucional de acesso à Justiça (artigo 5º, inciso XXXV⁴³⁰). Até a remessa de seu caso ao Supremo Tribunal Federal, a parte provavelmente já contou com dois julgamentos de sua pretensão, em primeira e segunda instâncias⁴³¹. Não há que se falar, portanto, de um direito a um terceiro ou mesmo quarto

seja capaz de desempenhar uma função maior, solucionando os conflitos de importância significativa para a Nação, por meio de decisões judiciais que se mostrem fundamentadas, claras e convincentes, a ponto de se tornarem verdadeiros *precedentes* e referências para a coletividade e, em especial, para quem trabalha com o Direito e com a Justiça” (GLÁUCIA MARA COELHO, cit., p. 5, destacamos).

⁴²⁸ É o que bem ressalta EDUARDO TALAMINI: “Nas questões comuns, despidas de repercussão geral, a atuação do STF tende a ser igualmente comum, despida de qualquer especialidade ou profundidade. Tende a ressentir-se de qualquer particularidade que a faça mais qualificada do que aquela desempenhada pelos graus de jurisdição inferiores (os quais, de resto, em geral apresentam estrutura colegiada e já atuam no exercício da competência de revisão – prestando-se assim a assegurar um duplo grau de jurisdição). Portanto, antes da repercussão geral, nessas hipóteses – do exame de questões comuns – a participação do Supremo Tribunal não representava nenhum incremento de qualidade. A Corte Suprema nada tinha a dizer de especial em tais casos porque neles nada de especial havia a ser dito” (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 234).

⁴²⁹ A Lei 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário, in RePro 163/182.

⁴³⁰ Já houve uma tentativa de impugnar a constitucionalidade da repercussão geral, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.149, proposta em 22 de setembro de 2.008. Alegou o Instituto Brasileiro de Defesa dos Lojistas de Shopping que a Lei nº 11.418, de 2.006, violaria cláusula pétrea da Constituição, por reduzir direitos e garantias fundamentais (artigo 60, § 4º, inciso IV, da Carta Magna). A demanda, contudo, foi rechaçada sem exame do mérito, por meio de decisão monocrática do Ministro Relator MENEZES DIREITO, publicada em 23 de setembro de 2.008, em razão da ausência de legitimidade do autor, na medida em que se trata de uma associação civil sem atuação nacional. A autora opôs embargos declaratórios, aos quais foi negado seguimento, em razão de intempestividade, conforme decisão monocrática proferida pelo Ministro Presidente GILMAR MENDES (publicada em 10 de novembro de 2.008). Curiosamente, então, essa mesma associação apresentou nova Ação Direta de Inconstitucionalidade (nº 4.175), em 9 dezembro de 2.008. Dessa vez, discute além da inconstitucionalidade da lei que regulamentou a repercussão geral, também a sua legitimidade para propor essa demanda de cunho objetivo. Os autos foram distribuídos ao Ministro Relator CARLOS AYRES BRITTO, não tendo havido qualquer decisão até o momento, inclusive no que tange ao pedido de liminar, para suspensão – com eficácia *ex nunc* – do diploma normativo.

⁴³¹ Nesse sentido, ponderava LIEBMAN: “Nel disegno del legislatore, la regola quase generale del doppio grado di giudizio, assicurando ad ogni causa la possibilità di un secondo approfondito ed ampio

juízo, os quais, na grande maioria dos casos, outro objetivo não tem senão o de retardar o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão recorrido (v. item 2.2, *supra*).

Lembre-se o quanto agora está previsto no mesmo artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a *razoável duração do processo* e os *meios que garantam a celeridade de sua tramitação*” (destacamos). Faz-se absolutamente necessário, portanto, assegurar formas para que o Supremo Tribunal Federal, enquanto órgão de cúpula do Judiciário, possa exercer a missão de garantir “a guarda da Constituição” (artigo 102, *caput* da Carta Magna), de forma tempestiva⁴³².

Eventual conflito de princípios – que definitivamente não está configurado – deveria pender em prol da aceleração dos processos judiciais e da manutenção da função constitucional do Excelso Pretório. Resguardar-se-ia, nesse caso, o interesse de toda a sociedade em relação a uma *efetiva prestação jurisdicional*, em “detrimento” do interesse individual de um litigante, que pretende ver o seu caso julgado pela Corte Suprema⁴³³.

Vale anotar, ainda, um fator decisivo para o exame do instituto. A inexistência de repercussão geral não desqualifica a importância de uma determinada questão constitucional (caso ela se faça realmente presente no recurso extraordinário). Afinal, presume-se que a partir do momento em que um determinado ponto foi alçado à

esame in appello, è sembrata garanzia sufficiente di un accurato accertamento dei fatti, permettendo così di riservare un'ultima impugnazione al solo riesame della *quaestio iuris*, da farsi presso quell'organo unico e supremo cui è stato conferito il compito specifico del controllo di legalità e di esatta applicazione della legge” (*Manuale di Diritto Processuale Civile*, cit., p. 66).

⁴³² Como lembra REALE JÚNIOR, a “celeridade processual assume papel relevante no texto constitucional, a ponto de, com alguma ingenuidade, alçar-se o tempo razoável no recebimento da prestação jurisdicional à condição de garantia fundamental, como se a consagração da rapidez das decisões judiciais em inciso do artigo 5º transformasse a realidade e agilizasse o julgamento dos feitos emperrados no Tribunal” (*Valores fundamentais da reforma do Judiciário*, in RAASP 75/79).

⁴³³ Até porque, “uma grande quantidade de recursos não garante a qualidade ou efetividade da prestação jurisdicional. O que garante o real acesso à Justiça é a adequada prestação da tutela jurisdicional, que deve ser justa, célere e efetiva. O que repele o acesso à Justiça, portanto, é a perspectiva de que uma demanda simples leve uma década para ser solucionada. Se a limitação de recursos ao Supremo for bem aplicada, o sistema ganhará em racionalidade, agilidade e credibilidade – e mais brasileiros serão estimulados a recorrer ao Judiciário” (CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 32).

condição de princípio ou de norma constitucional, ele deve ser suficientemente caro à sociedade brasileira⁴³⁴.

É preciso colocar a questão em outros termos. É aquele determinado caso que não será dotado de “alta relevância”⁴³⁵, para merecer nova apreciação, por parte do Supremo Tribunal Federal⁴³⁶. O recurso, em tais hipóteses, não traz qualquer consequência relevante para a “integridade do sistema jurídico constitucional”, razão de ser primeira da existência do recurso extraordinário⁴³⁷.

⁴³⁴ FLÁVIO YARSHELL, pouco antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, sustentou: “não deixa de ser paradoxal que questões constitucionais possam eventualmente ser tidas como menos relevantes, porque a relevância da disposição parece residir em sua própria inserção constitucional” (*A reforma do Judiciário e a promessa de “razoável duração do processo”*, in RAASP 75/28-29). Esse foi um dos fatores que levaram o legislador constitucional a afastar a antiga nomenclatura “arguição de relevância”. Isso porque “seria discursivamente difícil afirmar que alguma questão constitucional não é dotada de relevância, como se fazia com as questões federais sob o regime da *arguição de relevância*. Assim, a admissão de que existem questões constitucionais irrelevantes seria a própria negação de boa parte da teoria da Constituição, que aponta o seu objeto de estudo como a essência e a fonte de validade de todo o ordenamento jurídico” (BRUNO DANTAS, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 29). Adotou-se, assim, o termo repercussão geral, dando-se maior enfoque aos efeitos emanados dos julgamentos do Supremo, embora a importância das questões constitucionais também seja crucial para a análise desse novo requisito, como será visto em seguida.

⁴³⁵ Frise-se, por importante, que na esteira do pensamento de LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, uma questão possui repercussão geral “quando seja relevante” (*A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC 45*, cit., p. 283). Os conceitos de relevância, transcendência e repercussão geral estão interligados, embora existam autores que neguem, erroneamente, essa correlação. Veja-se, por exemplo, o que afirma CLEIDE KAZMIERSKI: “O recorrente, além de pautar o recurso extraordinário em uma das alíneas do inc. III, do art. 102 da Constituição Federal, deverá evidenciar na petição recursal a denominada *repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso*, já que se trata de novo requisito de admissibilidade do recurso. Esclareça-se: não se trata de demonstrar a relevância da questão constitucional, mas a *repercussão geral das questões constitucionais*” (*A “repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso” como novo pressuposto de admissibilidade no recurso extraordinário*, in *A Reforma do Poder Judiciário*, Fábio Cardoso Machado – Rafael Bicca Machado (coords.), cit., p. 100, destaques no original).

⁴³⁶ A questão foi muito bem posta por IVES BRAGHITTONI: “não é porque toda matéria constante da Constituição seja relevante que toda causa relacionada a ela também o será. Se assim não fosse, toda e qualquer norma, por menor que fosse o seu grau hierárquico, também exigiria o julgamento da causa por sua ‘relevância’ – afinal, se o ordenamento é (ou deve ser) um todo coeso, a infringência de *qualquer* de suas normas geraria uma situação de ‘relevância’ (ou transcendência, ou repercussão geral). (...). Além disso, a questão aqui não é apenas de ‘existência’ (‘existe ou não existe relevância, ou repercussão geral’), mas de *intensidade*: quão relevante é esta questão em comparação às demais? Qual a dimensão da repercussão que esse julgamento trará para o resto da sociedade, excluídas as próprias partes?” (cit., p. 77, destaques no original). No mesmo sentido, afirma CAROLINA BRAMBILA BEGA: “questões que envolvam o mesmo dispositivo ou princípio constitucional podem ou não ser dotadas de repercussão. Significa dizer que às normas constitucionais podem ser dados enfoques diversos a situações diversas, sendo plausível, por exemplo, que em um caso a arguição de quebra do princípio da isonomia seja relevante e em outro diga respeito somente ao interesse da parte, embora tenha havido ofensa ao mesmo princípio” (cit., p. 58).

⁴³⁷ EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 37.

Pode-se concluir com a colocação do Ministro OSCAR CORRÊA, que sob a égide do regime anterior da argüição de relevância afirmou: “a norma é que as questões judiciais se resolvam na instância ordinária, nos dois graus de jurisdição. E só a transponham as grandes questões, de relevância para a ordem jurídica nacional – nos seus vários aspectos – e que devem sofrer ainda a Revisão da Corte Suprema. No mais, findam-se na instância ordinária. Se há queixas contra esta, o remédio é melhorar, aperfeiçoar a prestação jurisdicional, que dá, e não acrescentar mais uma instância, porque acabaríamos por exigir sempre novas instâncias extraordinárias, **meta, para e super**-extraordinárias”⁴³⁸.

4.2.- Definição *jurídico-processual* do novo instituto.

Tal qual a antiga argüição de relevância, a repercussão geral da questão constitucional não pode ser encarada como um recurso. Afinal, não visa diretamente a reforma da decisão impugnada. Entretanto, também não pode ser examinada dissociada do recurso extraordinário, pois a ele está umbilicalmente ligada. A viabilidade do recurso extraordinário pressupõe a existência da repercussão geral da *questão de direito* nele veiculada⁴³⁹, uma vez que o recurso interposto sem a invocação dessa preliminar estará fadado ao não conhecimento⁴⁴⁰.

Como bem ponderou RODOLFO MANCUSO, a repercussão geral “opera como um salvo-conduto para o seqüencial exame dos fundamentos indicados nas alíneas

⁴³⁸ Cit., p. 19, negritos no original.

⁴³⁹ Lembre-se que as questões relacionadas aos fatos da causa são dirimidas, com exclusividade, pelas instâncias inferiores (HANS PRÜTTING, cit., p. 155). O mesmo ocorre nos Estados Unidos da América. A parte final da *Rule 10* deixa claro que o “writ of certiorari is rarely granted when the asserted error consists on erroneous factual findings”.

⁴⁴⁰ “Ponderação relevante reside na circunstância de que o novo instituto jurídico-constitucional *repercussão geral* não é um ‘recurso’, pois inexistente de forma autônoma e a sua finalidade não é obter *per se* a reforma da decisão impugnada, mas sim a admissão do recurso extraordinário, havendo uma vinculação indissociável entre ambos, de modo que somente será determinada irresignação tida como dotada de repercussão geral se analisado o seu objeto – razões recursais –, em função dos motivos em que se procura demonstrar a *repercussão* das matérias debatidas na causa” (LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*, cit., p. 99, destacamos).

do art. 102, III, da CF”⁴⁴¹. Existe, portanto, uma relação de *prejudicialidade*⁴⁴²: somente a partir do momento em que vier a ser reconhecida a existência da repercussão geral da questão constitucional é que o Supremo Tribunal Federal estará autorizado a apreciar o mérito do recurso extraordinário⁴⁴³. Foi instituída uma nova e inafastável *condição* para que o Excelso Pretório possa adentrar ao exame da pretensão recursal veiculada pela via extraordinária⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., p. 203.

⁴⁴² CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 79. Pode-se afirmar que a repercussão geral ostenta uma relação de prejudicialidade no sentido *lógico* do termo, porque sem ela o recurso extraordinário não poderá ser conhecido. Mas é preciso ressaltar que, em termos técnicos mais precisos, a repercussão geral é uma questão de ordem *preliminar*, pois antecede o exame da pretensão recursal. Explicou BARBOSA MOREIRA haver uma distinção entre essas duas questões (prejudicial e preliminar), conforme o vínculo que elas possam trazer para a decisão de mérito da controvérsia. Dessa forma, “o critério discretivo entre prejudiciais e preliminares há de ser buscado na diferenciação entre os dois tipos de influência acima descritos. Cabendo a qualificação de ‘prejudiciais’ às questões de cuja solução dependa o *teor* ou o *conteúdo* da solução de outras, reservar-se-á a expressão ‘questões preliminares’ para aquelas de cuja solução vá depender de outras não no seu *modo de ser*, mas no seu próprio *ser*; isto é, para aquelas que, conforme o sentido que sejam resolvidas, oponham ou, ao contrário, removam um impedimento à solução de outras, sem influírem, no segundo caso, sobre o *sentido* em que estas outras há de ser resolvidas (...). O *nomem iuris* de ‘preliminar’ não será decerto tão expressivo quanto o de ‘prejudicial’: se nele está ínsita a idéia de prioridade, de antecedência, não transparece a de vinculação lógica, de dependência, que aqui também existe, conquanto sob diversa forma, como no terreno da prejudicialidade” (*Questões Prejudiciais e Coisa Julgada*, Tese (Livre-Docência), Faculdade de Direito da U.F.R.J., Rio de Janeiro, 1.963, pp. 29-31). Isso tudo porque, vale anotar, a decisão acerca da existência de repercussão geral não implica – ou não deveria implicar – o provimento do recurso extraordinário, tal como ocorria no anterior sistema da arguição de relevância (v. item 3.1.3, *supra*).

⁴⁴³ É o que destaca ARRUDA ALVIM: “A expressão ‘repercussão geral’ significa praticamente a colocação de um *filtro* ou de um *divisor de águas* em relação ao cabimento do recurso extraordinário, viabilizando-se que o STF, mais uma vez instalado o regime da EC nº 45, só venha a julgar recursos extraordinários na medida em que tenham *repercussão geral*, deixando sempre de julgar os recursos que não sejam dotados dessa repercussão, ainda que formal e substancialmente pudessem ser aptos à admissão e ao julgamento, e até mesmo julgamento favorável” (*A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 65, destaques no original).

⁴⁴⁴ “Antes de mais nada, é preciso identificar a posição ocupada pelo instituto da repercussão geral no quadro da teoria geral dos recursos. A leitura do art. 543-A, *caput*, do anteprojeto, em cotejo com o art. 102, § 3º, da Constituição, é suficiente para a conclusão de que a ‘repercussão geral das questões constitucionais’ invocadas na peça recursal constitui um novo requisito de admissibilidade dos recursos extraordinários. Essa, afinal, é a natureza dos elementos que a norma elege como condições para que o tribunal *ad quem* possa conhecer dos recursos, examinando-lhes o mérito. Somente após verificada a presença de tais pressupostos, está o órgão jurisdicional autorizado a julgar pretensão recursal. Ausente um deles, deve, ao contrário, declará-lo inadmissível. Em ambos os casos, a análise do cabimento antecede logicamente o juízo sobre o mérito, que, na segunda hipótese, nem ocorrerá. Sendo assim, ao subordinar o conhecimento do recurso extraordinário à constatação de que seu objeto é dotado de repercussão geral, o constituinte derivado, com o decisivo apoio do legislador ordinário, instituiu mais um requisito de admissibilidade, aplicável exclusivamente a essa espécie recursal. Afinal, a repercussão geral foi acrescida aos demais pressupostos genéricos e específicos previstos na lei processual, passando a integrar o objeto do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, realizado previamente a seu juízo de mérito, e cujo resultado positivo é condição *sine qua non* para que este último ocorra. Desprovida a *vexata quaestio* de repercussão geral, o recurso não poderá ser conhecido, independentemente da presença dos demais requisitos legais” (ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, *O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, in *RePro* 129/110, destaques no original).

A própria Constituição Federal fixou a sua natureza de *requisito de admissibilidade*, na medida em que o artigo 102, § 3º prevê a necessidade de se demonstrar a repercussão geral da questão constitucional para que o Supremo Tribunal Federal “examine a *admissão* do recurso” (destacamos).

Trata-se, pois, um novo pressuposto de admissibilidade, o qual, a teor do artigo 543-A, § 1º do Código de Processo Civil, deverá ser demonstrado “em *preliminar* do recurso” (destacamos⁴⁴⁵). E vale, inclusive, para os recursos extraordinários adesivos⁴⁴⁶, de terceiros interessados (artigo 499 do Código de Processo Civil), bem como para aqueles que se sujeitam ao regime da retenção, previsto no artigo 542, § 3º do mesmo diploma legal⁴⁴⁷. Afinal, a Constituição não estabeleceu qualquer tipo de distinção.

Dessa forma, invocar a repercussão geral das questões constitucionais que fundamentam a interposição do recurso extraordinário tornou-se um *ônus* do

⁴⁴⁵ Por preliminar, entenda-se, após o recorrente ter feito a exposição fática do caso e realizado uma sumária delimitação das violações constitucionais discutidas no recurso extraordinário. Adota-se aqui a posição de ARAKEN DE ASSIS: “Apesar de o dispositivo sugerir que a demonstração da repercussão geral preceda quaisquer outras considerações, na medida em que a trata como preliminar do recurso, a boa ordenação lógica dos componentes da causa de pedir recursal situa a questão em terceiro lugar, após a explicitação das questões de fato e de direito e da demonstração do cabimento. Sem tais dados, e principalmente da cabal individualização da questão constitucional, o tribunal encontrará dificuldades para apreciar a transcendência do recurso” (cit., p. 743).

⁴⁴⁶ Em tal hipótese, portanto, o conhecimento do extraordinário adesivo ficará subordinado ao conhecimento do recurso principal, incluindo-se o reconhecimento da repercussão geral da questão constitucional nele veiculada (RODRIGO BARIONI, *O recurso extraordinário e as questões de repercussão geral*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional n. 45/2004*, cit., p. 733). Da mesma forma, explica GLÁUCIA MARA COELHO: “A admissão do recurso principal não implicará o imediato reconhecimento da repercussão geral da questão constitucional debatida no recurso adesivo, uma vez que se exigem, nesse último apelo, as mesmas condições de admissibilidade estabelecidas para o recurso independente, nos termos do parágrafo único do artigo 500 do CPC. Também é ônus do recorrente, que opta pelo recurso extraordinário adesivo, a comprovação da repercussão geral da específica questão constitucional discutida em seu apelo. Novamente, aqui, vale a regra dos juízos de admissibilidade autônomos, sendo necessária a verificação da repercussão geral pelo STF tanto da questão versada no recurso principal, quanto da questão versada no recurso adesivo, para permitir o julgamento de ambos os recursos” (cit., p. 143). Esse era o entendimento, também, da jurisprudência do Supremo no sistema anterior da arguição de relevância (v. item 3.1.1, *supra*).

⁴⁴⁷ Nesse caso, mesmo que o juízo de admissibilidade seja relegado a momento posterior, compete ao recorrente apresentar, desde logo, a preliminar, sob pena de não conhecimento futuro dessa impugnação. Esse o posicionamento de GLÁUCIA MARA COELHO, ao destacar que a eventual admissão do recurso extraordinário interposto contra a decisão final não implicaria o cabimento dos recursos extraordinários interpostos contra as decisões interlocutórias. É preciso demonstrar que cada um dos objetos dessas impugnações excepcionais discutem temas relevantes, com reflexos gerais. Por isso, “[c]ada recurso extraordinário interposto na demanda exigirá, de maneira autônoma, a demonstração pelo recorrente e o subsequente reconhecimento pelo STF da repercussão geral em cada uma das questões constitucionais debatidas. Daí porque se pode afirmar que os juízos de admissibilidade desses recursos são desvinculados” (cit., p. 142).

recorrente⁴⁴⁸, tal como afirmou o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567-2/RS. Naquela oportunidade, o Plenário deixou consignado, por unanimidade, tratar-se de “requisito formal, ônus do recorrente, que, se dele não se desincumbir, impede a análise efetiva da repercussão geral”⁴⁴⁹.

Da mesma forma, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 569.476-3/SC, a Corte também fixou entendimento no sentido de que não se pode presumir implícita a repercussão geral a partir da análise das razões de recurso extraordinário. É preciso que a impugnação conte com um *capítulo preliminar e específico* para demonstrar a existência desse pressuposto de admissibilidade, sob pena de negativa de seguimento ao recurso⁴⁵⁰.

Note-se, inclusive, que a circunstância de já existirem outros recursos extraordinários sobrestados, relativos à mesma questão constitucional, ou mesmo a pendência de uma ação direta de inconstitucionalidade, em relação a matéria veiculada na impugnação excepcional, não desobriga o recorrente de cumprir o quanto dispõe o artigo

⁴⁴⁸ É clássica a definição de ônus dada por CARNELUTTI: “Noi parliamo di onere quando l’esercizio di una facoltà è posto come condizione per ottenere un certo vantaggio; perciò onere é una facoltà, il cui l’esercizio è necessario per il raggiungimento di un interesse. Obbligo e onere hanno comune l’elemento formale, consistente nel vincolo alla volontà, ma diverso l’elemento sostanziale, perchè il vincolo è imposto, quando vi è obbligo, per la tutela di un *interesse altrui*, e quando vi è onere, per la tutela di un *interesse proprio*” (cit., p. 55, destaques no original). Recentemente, com base nessa lição, brilhante voto do Ministro EROS GRAU pontuou: “O *ônus*, destarte, é um vínculo imposto à vontade do sujeito em razão do seu próprio interesse. Nisto se distingue do *dever* --- e da *obrigação* --- que consubstancia vínculo imposto àquela mesma vontade, porém, no interesse de outrem. Por isso que o não cumprimento do *ônus* não acarreta, para o sujeito, sanção jurídica, mas tão-somente uma certa desvantagem econômica: a não obtenção da vantagem, a não satisfação do interesse ou a não realização do direito pretendido. Já o não cumprimento do *dever* --- ou da *obrigação* --- acarreta sanção jurídica para o sujeito. Neste último caso, o interesse a cuja tutela aproveita o cumprimento do *dever* é alheio à pessoa do sujeito a ele vinculado; no primeiro caso, o interesse que respeita a vinculação pelo *ônus* é do próprio sujeito vinculado. Descreve-se o *ônus*, assim, como o instrumento através do qual o ordenamento jurídico impõe ao sujeito um determinado comportamento, que deverá ser adotado se ele não pretender arcar com consequências que lhe serão prejudiciais. Ou como um comportamento que o sujeito deve adotar para alcançar uma determinada vantagem, que consiste na aquisição ou na conservação de um direito” (Recurso Extraordinário nº 387.047-5/SC, julgado em 6 de março de 2.008, Plenário, publicado em 30 de abril de 2.008).

⁴⁴⁹ Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgada em 18 de junho de 2.007, Plenário, publicada em 6 de setembro de 2.007.

⁴⁵⁰ Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgado em 4 de abril de 2.008, Plenário, publicada em 24 de abril de 2.008. Ressalvada a circunstância de que no direito norte-americano o *writ of certiorari* dá origem a autos próprios, para que a Corte examine, preliminarmente, a relevância do caso que se pretende levar à sua revisão (cf. *Rule 12*), a *Rule 14* determina que as questões objeto do pedido devem ser formuladas de maneira concisa e sem qualquer detalhe desnecessário. Ou seja, “[t]he questions should be short and should not be argumentative or repetitive. (...). The questions shall be set out on the first page following the cover, and no other information may appear on that page. The statement of any question presented is deemed to comprise every subsidiary question fairly included therein”. Se o recorrente não demonstrar a relevância do caso “with accuracy, brevity, and clarity whatever is essential to ready and adequate understanding of the points requiring consideration is *sufficient reason for the Court to deny a petition*” (*Rule 14.4*, destacamos).

543-A, § 1º do Código de Processo Civil. Em suma, a relevância da matéria em si não autoriza a admissibilidade do recurso, se o recorrente não se desincumbir do *ônus* que lhe foi imposto pelo artigo 102, § 3º da Constituição Federal⁴⁵¹.

Intensificaram-se, com isso, os pressupostos de cabimento do recurso extraordinário: além da presença de uma das hipóteses que dão ensejo à possibilidade de interposição desse meio excepcional de impugnação (especificadas no artigo 102, inciso III, da Constituição Federal), a *admissão do recurso extraordinário* passou a, necessariamente, *depende*r da existência e da *demonstração da repercussão geral da questão constitucional nele discutida*⁴⁵².

De outro lado, porém, a partir do momento em que estiver configurada a existência desse novo requisito de admissibilidade, o Supremo Tribunal Federal passa a ter o *dever* de apreciar o recurso extraordinário⁴⁵³. Está-se diante de uma hipótese *qualificada* de cabimento dessa impugnação, *complementar* aos requisitos exigidos pelo artigo 102, inciso III, da Constituição Federal⁴⁵⁴.

Não se trata, portanto, de uma nova hipótese de cabimento do apelo extremo. O constituinte não acresceu ao rol taxativo do artigo 102, inciso III, um novo caso de recurso extraordinário; previu, na verdade, que todas as hipóteses ali fixadas

⁴⁵¹ Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 569.476-3/SC, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgado em 4 de abril de 2.008, Plenário, publicado em 25 de abril de 2.008.

⁴⁵² EDUARDO TALAMINI, *Repercussão geral em recurso extraordinário: nota sobre sua regulamentação*, in RDDP 54/57.

⁴⁵³ ARRUDA ALVIM, *A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 81. Em igual sentido, v. GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 35, e EDUARDO TALIMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 36. Essa posição, ressalte-se, não conflita com o entendimento esposado no item 2.2, *supra*, quando se aludiu ao recurso extraordinário não como um direito da parte, mas sim como uma *prerrogativa* do Supremo Tribunal Federal. O recurso extraordinário, de fato, não é um direito da parte, mas sim uma prerrogativa do Supremo Tribunal Federal. No entanto, nos casos em que estiver presente a repercussão geral da questão constitucional, a Corte estará reconhecendo que o julgamento daquela determinada matéria tem um interesse e um relevo maior, para a sociedade. Essa, como visto, é a função de uma Corte Suprema. E, por isso, em tais hipóteses, o Excelso Pretório estará obrigado a julgar o recurso, para resolver definitivamente a questão. Em suma, “o STF não pode deixar de examinar um RE que discuta questões constitucionais revestidas de repercussão geral, nem pode examinar RE que verse questões desprovidas desse pressuposto” (BRUNO DANTAS, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 294).

⁴⁵⁴ JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA, *Variações recentes sobre os recursos extraordinário e especial – breves considerações*, in *Processo e Constituição – estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*, cit., p. 1.052.

deverão estar sujeitas à comprovação da repercussão geral da questão constitucional que fundamenta a interposição do recurso extraordinário⁴⁵⁵.

Assim sendo, a repercussão geral é um *pressuposto de admissibilidade específico*, já que é exigido, apenas e tão somente, para viabilizar o recurso extraordinário⁴⁵⁶. Sem ele, o Supremo Tribunal Federal estará impedido de examinar o mérito do recurso extraordinário⁴⁵⁷, ainda que seja para prover o apelo, sob pena de configurar violação a um ditame constitucional⁴⁵⁸.

Não basta, portanto, a existência da repercussão geral. É preciso, também, que o recorrente demonstre a sua presença, na medida em que o Supremo Tribunal Federal não poderá conhecer da matéria *ex officio*⁴⁵⁹. Tanto é assim que o artigo 102, § 3º da Constituição Federal se refere à necessidade de “*demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso*” (destacamos⁴⁶⁰).

⁴⁵⁵ Sem razão, portanto, MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE, ao defender que a repercussão geral da questão constitucional funciona, simultaneamente, como um requisito de admissibilidade e uma hipótese de cabimento do recurso extraordinário (cit., p. 186).

⁴⁵⁶ LUIS MANOEL GOMES JUNIOR, *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*, cit., p. 99. Para BRUNO DANTAS, seria também uma condição “especial” de admissibilidade do recurso extraordinário, na medida em que se exige quorum qualificado para sua rejeição (*Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 247).

⁴⁵⁷ RAFAEL TOCANTINS MALTEZ traça diferenciação, no sentido de que a análise da repercussão geral seria um “juízo de deliberação preliminar” e não um “juízo de admissibilidade do recurso”. Explica o autor: “Neste [juízo de deliberação preliminar], verifica-se o cabimento do recurso nas hipóteses do art. 102 da CF, havendo juízo preambular dentro do procedimento de julgamento do recurso. Naquele [juízo de admissibilidade do recurso extraordinário] apenas há avaliação para eventual posterior análise dos fundamentos constantes no art. 102, III, da CF. Se presente o novo requisito, será permitida análise da admissibilidade e, após, eventualmente, o mérito; caso contrário, ocorrerá o não-conhecimento do recurso” (*Repercussão geral da questão constitucional*, in *Recurso Especial e Extraordinário – repercussão geral e atualidades*, Rogério Licastro Torres de Mello (org.), São Paulo, Método, 2.007, p. 191). Não se pode concordar com essa distinção. A análise da repercussão geral integra a admissibilidade do recurso extraordinário e deve ser verificada após constatar-se a presença de todos os seus demais pressupostos, como será visto no item 5.2, *infra*.

⁴⁵⁸ ARRUDA ALVIM, *A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 65.

⁴⁵⁹ “A imposição é, aliás, dupla: é preciso que a questão ostente ‘repercussão geral’ e que o recorrente a demonstre na petição recursal – um elemento de forma, que como tal se enquadrará na regularidade formal” (HELICIO ALVES DE ASSUMPÇÃO, cit., p. 288). Da mesma forma, explica IVES BRAGHITTONI, que a “exigência se desdobra em duas. É preciso que *haja* a ‘repercussão geral’, tanto quanto é preciso que o recorrente a *demonstre*, o que são coisas diferentes. Pelo texto da nova norma, não poderá o Supremo, de ofício, considerar que haja repercussão sem que o recorrente tente demonstrá-la, e considerar admissível o recurso. É mister que o recorrente a demonstre, nos termos da lei” (cit., p. 53, destacamos).

⁴⁶⁰ A doutrina, porém, não se mostra uniforme quanto a esse ponto. Sustentam posições contrárias, alguns autores reconhecidos, como GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO (cit., pp. 43-44), EDUARDO TALAMINI (*Repercussão geral em recurso extraordinário: nota sobre sua regulamentação*, cit., p. 58) e TERESA WAMBIER. Para ela, o artigo 327 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal teria se equivocado ao prescrever a inadmissibilidade do recurso extraordinário por ausência de invocação da

Existe, porém, certa controvérsia na doutrina no que tange à classificação da repercussão geral como requisito de natureza intrínseca ou extrínseca do recurso extraordinário. Os autores que sustentam tratar-se de requisito *extrínseco* defendem que a sua comprovação depende da demonstração dos *reflexos* que poderão advir da decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal. Trataria-se, portanto, de um fator externo à decisão recorrida⁴⁶¹.

De outro lado, aqueles que com maior razão entendem ser a repercussão geral da questão constitucional um pressuposto de ordem *intrínseca*, afirmam que ela está relacionada à própria decisão recorrida e não, simplesmente, ao modo de se recorrer. Busca-se a presença da repercussão geral nos fundamentos ventilados nas razões de recurso extraordinário. A repercussão geral, portanto, está atrelada ao cabimento do recurso, como visto linhas atrás⁴⁶².

Existe, como conclui BRUNO DANTAS, uma estreita vinculação entre a repercussão geral e o conteúdo da decisão recorrida. É na própria decisão impugnada que devem ser encontradas as “questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa” (artigo 543-A, § 1º do Código de Processo Civil). Ausente esse pressuposto de admissibilidade do recurso, a sentença monocrática ou o acórdão do Tribunal de segundo grau serão *irrecorríveis*, ao menos pela via extraordinária⁴⁶³.

repercussão geral, pois “se trata de matéria de ordem pública, uma vez que relativa ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, [e] deveria ser cognoscível de ofício” (*Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Ação Rescisória*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.008, p. 300). Não foi essa, contudo, a posição adotada pelo texto da Constituição e da lei que a regulamentou.

⁴⁶¹ GLÁUCIA MARA COELHO, cit., p. 127. No mesmo sentido, ELVIO SARTÓRIO – GLAUCO GUMERATO RAMOS (*Repercussão geral na teoria dos recursos: juízo de admissibilidade – algumas observações*, in *Reforma do Judiciário – Análise Interdisciplinar e Estrutural do Primeiro Ano de Vigência*, Bruno Freire e Silva – Rodrigo Mazzei (coords.), Curitiba, Juruá, 2.006, p. 253). Já EDUARDO TALAMINI, mesmo sustentando que a repercussão geral é requisito de natureza intrínseca, sustenta que a exigência de sua demonstração, em tópico preliminar, também implicaria o reconhecimento de que se trata de um aspecto de regularidade formal da impugnação e, portanto, pressuposto extrínseco do recurso extraordinário (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: *Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 35).

⁴⁶² CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 81.

⁴⁶³ *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., pp. 217-218. E, por isso, arremata o autor: “a carência de repercussão geral das questões e, portanto, a irrecorribilidade são preexistentes, razão pela qual a decisão respectiva é estritamente declaratória, como de resto todas as que se relacionam com o juízo de admissibilidade” (cit., p. 218). O mesmo entendimento é compartilhado por GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO: “Trata-se de requisito intrínseco de admissibilidade recursal: não havendo repercussão geral, não existe poder de recorrer ao

4.2.1.- Necessária diferenciação: repercussão geral *versus* arguição de relevância.

É certo que a arguição de relevância (da questão *federal*) e a repercussão geral (da matéria *constitucional* discutida no recurso extraordinário) são institutos bastante assemelhados⁴⁶⁴. Ambas nasceram como uma *barreira*, a impedir que uma gama enorme de apelos⁴⁶⁵ chegue ao Supremo Tribunal Federal e tenha de ser por ele examinada⁴⁶⁶.

Busca-se, primordialmente, conter a sua tão divulgada *crise* (v. item 1.2, *supra*), restringindo o cabimento do recurso extraordinário e, por conseguinte, a atividade cognitiva da Corte Suprema⁴⁶⁷, que deve ser reservada para aqueles casos de maior importância, cujo julgamento possa – ou ao menos tenha o potencial de – afetar a sociedade brasileira como um todo, ou um de seus ramos significativos. Como expressou ARAKEN DE ASSIS, verifica-se ser “flagrante que o instituto da repercussão geral filia-se à

Supremo Tribunal Federal” (cit., p. 33). V., ainda, a posição defendida por JOSÉ DELGADO: *Reflexões sobre a repercussão geral como condição para o conhecimento do recurso extraordinário (EC 45/04)*, in *Reforma do Judiciário – Análise Interdisciplinar e Estrutural do Primeiro Ano de Vigência*, cit., p. 263.

⁴⁶⁴ Como bem define IVES BRAGHITTONI, “relevante” significaria que o deslinde da matéria em questão interessaria a outros que não as próprias partes; ou, por outra, que o julgamento ali contido ‘transcenderia’ a mera relação entre os próprios contentores” (cit., p. 9). Vê-se, portanto, que na própria definição da relevância aparecia, de forma bem nítida, o conceito de repercussão geral, como algo *transcendente*, que pudesse afetar não apenas as partes daquele determinado recurso extraordinário, mas uma série de outros litigantes, em igual posição.

⁴⁶⁵ O termo aqui é usado de maneira proposital. Muitos desses casos não se configuram um verdadeiro recurso, de cunho extraordinário, já que não são dotados de todos os requisitos de admissibilidade prescritos pela Carta Magna. São, no mais das vezes, simples *reclamos* que tentam buscar refúgio na mais alta Corte do país, como se ela estivesse à disposição dos litigantes para reapreciar todo e qualquer processo.

⁴⁶⁶ “É a possibilidade de ‘filtragem’ de processos sem maior relevância, que não põem em cheque o princípio federativo e a guarda da Constituição, a força motora que levou à criação de dois instrumentos – a antiga ‘arguição de relevância’ e a atual ‘repercussão geral’” (OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, *As inovações da EC nº 45/2004 quanto ao cabimento do recurso extraordinário*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, cit., p. 544).

⁴⁶⁷ JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO, *A repercussão geral e o novo papel do STF*, in RDDP 50/63.

corrente do pragmatismo judiciário – a fonte de inspiração depõe neste sentido – e visa ao aprimoramento da atividade judicante do STF como corte constitucional”⁴⁶⁸.

Existe, portanto, uma função comum a ambos os institutos. Contudo, não se pode deixar de apontar algumas diferenças básicas e de suma importância entre a arguição de relevância e a repercussão geral da questão constitucional, principalmente no que tange a sua operacionalidade⁴⁶⁹.

De início, é necessário recordar que a arguição de relevância estava relacionada às questões *legais* (de âmbito *federal*) discutidas no recurso extraordinário. Era dispensada a sua demonstração nos casos em que a impugnação estivesse fundamentada em violação de preceito constitucional. No entanto, na sistemática atual, a repercussão geral se liga a matérias de índole, exclusivamente, *constitucional*. Não mais se presume a relevância dessas questões constitucionais, como ocorria na égide do regime anterior (v. item 3.1, *supra*).

Além disso, cumpre lembrar que a arguição de relevância precisaria ser demonstrada apenas e tão somente naqueles casos em que o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal não admitia, de forma expressa, a interposição do recurso extraordinário⁴⁷⁰. Tratava-se, portanto, de um mecanismo para *atribuição de admissibilidade* a recursos extraordinários, cujo cabimento havia sido afastado pela norma

⁴⁶⁸ Cit., p. 709. Em igual sentir, EDUARDO TALAMINI: “Com o instituto da repercussão geral, a atividade do STF no controle incidental de constitucionalidade em sede de recurso extraordinário deve cingir-se a questões revestidas de significativo valor institucional. Instaure-se uma atuação seletiva. Pretende-se que a restrição quantitativa confira ao Supremo Tribunal um incremento qualitativo na sua atuação. Em tese, a filtragem propiciará mais tempo e recursos humanos e materiais para a Corte dedicar não só aos recursos extraordinários que versem sobre as questões tidas por relevantes, como também para os demais processos que permanecem em sua esfera de competência. Vale dizer, visa-se a uma qualificação de atividade que vai além do âmbito do recurso extraordinário” (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 25).

⁴⁶⁹ DALTON SAUSEN, *A Repercussão Geral no Recurso Extraordinário: perspectiva hermenêutica*, Porto Alegre, Dom Quixote, 2.007, p. 46.

⁴⁷⁰ “todas as questões federais arroladas no Regimento Interno eram presumidas irrelevantes e, portanto, não autorizavam o cabimento do recurso extraordinário. Era necessária a arguição para demonstrar o contrário e permitir a admissibilidade do apelo extremo. Daí porque estávamos diante de uma efetiva ‘arguição de relevância’ (GLÁUCIA MARA COELHO, cit., p. 160). Vale anotar, como visto, que essa sistemática foi modificada com a edição da Emenda Regimental nº 2, de 1.985. Ao invés de relacionar os casos em que o recurso extraordinário não teria cabimento, o Supremo Tribunal Federal passou a descrever as hipóteses em que ele seria admitido, sem a necessidade de se formular a preliminar de relevância (sempre da questão *federal*).

regimental⁴⁷¹. Além disso, nos exatos termos da antiga redação conferida ao artigo 328, § 5º, inciso VI, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, a argüição era apreciada antes da análise de qualquer outro pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário (v. item 3.1.3, *supra*).

Agora, no entanto, a demonstração da repercussão geral dever ser feita no bojo do próprio recurso extraordinário, como requisito de ordem preliminar, sendo exigida para *toda e qualquer* recurso extraordinário dirigido ao Excelso Pretório⁴⁷², sob pena de seu indeferimento liminar (inclusive pelo próprio Tribunal de origem, encarregado do primeiro juízo de admissibilidade da impugnação, como será visto adiante). Ou seja, deverá ser demonstrada a repercussão geral da questão constitucional em qualquer das quatro hipóteses de cabimento do recurso extraordinário, delimitadas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do artigo 102, inciso III, da Constituição Federal⁴⁷³.

Da mesma forma, tal como sustentado pela doutrina e conforme aplicação realizada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (v. item 5.2, *infra*), a repercussão geral do recurso extraordinário somente será examinada quando o relator ou a

⁴⁷¹ MARCELO ANDRADE FÉRES, *Impactos da Emenda Constitucional nº 45/2004 sobre o recurso extraordinário: a repercussão geral (ou transcendência) e a nova alínea d do inciso III do art. 102 da Constituição*, in RDDP 39/109.

⁴⁷² Por isso, aponta MARCELO DE ANDRADE FÉRES: “Não se pode confundir, assim, a atual repercussão geral (ou transcendência) com a antiga argüição de relevância. Enquanto esta constituía um mecanismo de atribuição de admissibilidade apenas a recursos que não se encontrassem expressamente previstos na enumeração regimental, aquela é exigida de todo e qualquer apelo extraordinário, ao menos na vocação literal do novo inciso III do art. 102 da CF” (*Nótulas sobre a repercussão geral (ou transcendência) do recurso extraordinário*, disponível [on-line] in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7530>, p. 3, acesso em 17.08.2007). No mesmo sentido, JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS DOS REIS: “enquanto no regime anterior a presença da ‘relevância da questão federal’ era um elemento de *abertura* do STF à apreciação de recursos que, *a priori*, não seriam conhecidos pelo Tribunal, a ‘repercussão geral’ é um elemento que necessariamente tem de estar presente *em todo* recurso extraordinário, como verdadeiro *requisito de admissibilidade*. A repercussão geral da questão constitucional ventilada no recurso extraordinário tem de ser *sempre* demonstrada pelo recorrente, mesmo estando ele subsumido numa das hipóteses de cabimento elencadas no inciso III do art. 102 da CF/88” (*Apontamentos sobre o novo perfil do recurso extraordinário no direito brasileiro*, in RePro 164/78-79, destaques no original).

⁴⁷³ Nesse sentido, bem anota CARREIRA ALVIM: “Em princípio, poderia parecer que o pressuposto da ‘repercussão geral’, como condicionante do recurso extraordinário, só alcançaria as questões *constitucionais*, enquadradas nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso III do art. 102, e não a questão de *validade* da lei local contestada em face de lei federal, de que trata a alínea *d* do inciso III do mesmo artigo. É que os conceitos de *constitucionalidade* e de *validade* são distintos, podendo, inclusive, a lei padecer, a um só tempo, dos vícios de inconstitucionalidade e invalidade, ou só de um, ou só de outro. Tal dúvida logo se dissipa se considerar tratar-se, na espécie, de ‘contencioso constitucional’, caso em que a questão federal adquire o *status* de questão constitucional, e, como tal, sujeita, igualmente, à incidência do § 3º do art. 102 da Constituição” (*Alguns aspectos dos recursos extraordinário e especial na reforma do Poder Judiciário* (EC nº 45/2004), in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, cit., p. 326).

Presidência da Corte não o indeferirem por qualquer outro motivo, de ordem preliminar. É necessário examinar se estão presentes os demais pressupostos de admissibilidade da impugnação antes de, eventualmente, iniciar a análise da repercussão geral da questão constitucional. Ao contrário, a arguição de relevância era examinada previamente, na medida em que dava ensejo a um incidente processual específico, como demonstrado nos itens 3.1.1 e 3.1.3, *supra*.

A princípio, portanto, *presume-se a admissibilidade* do recurso extraordinário, que só poderá ser afastada se o recorrente não invocar ou não conseguir demonstrar a existência da repercussão geral de sua impugnação⁴⁷⁴. Essa última hipótese, porém, está sujeita à deliberação por parte do próprio Supremo Tribunal Federal, pelo voto de dois terços de seus Ministros (artigo 102, § 3º da Constituição Federal).

A modificação, como lembra HUGO EVO MAGRO CORRÊA URBANO, se mostra positiva, “pois torna obrigatória uma análise, ainda que mínima, do recurso pelos Ministros, evitando assim que questões que possam trazer grande repercussão para o interesse público passem despercebidas”⁴⁷⁵.

Outra circunstância fundamental, para diferenciar os dois institutos, está relacionada à regulamentação de cada um deles. A arguição de relevância vinha regulada, basicamente, em norma editada pelo próprio Supremo Tribunal Federal – qual seja, o seu Regimento Interno – uma vez que a Constituição Federal de 1.967 havia lhe outorgado uma competência legislativa bem mais ampla (artigos 115, inciso III, c.c 119, §§ 1º e 3º).

De outro lado, a atual repercussão geral vem delimitada, fundamentalmente, pela própria Constituição do Brasil e pela Lei Federal nº 11.418, de 2.006⁴⁷⁶. Retirou-se a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal definir sumariamente

⁴⁷⁴ Existem autores que afirmam ser presumida a repercussão geral, a qual, nas palavras de RAFAEL TOCANTINS MALTEZ “acaba por se reduzir a uma arguição de irrelevância”. Isso porque a relevância é presumida e a irrelevância somente será reconhecida se neste sentido se manifestarem dois terços de seus membros” (cit., p. 194).

⁴⁷⁵ *Da arguição de relevância à repercussão geral das questões constitucionais no recurso extraordinário*, in RDDP 47/69.

⁴⁷⁶ Com efeito, a Carta Magna expressa: “No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, *nos termos da lei*, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros” (artigo 102, § 3º, destacamos). Anteriormente, porém, o texto constitucional de 1.967 previa: “As causas a que se refere o item III, alíneas *a* e *d*, deste artigo, serão indicadas pelo Supremo Tribunal

– antes mesmo do ato de julgar – quais causas seriam ou não relevantes para sua análise, fato esse que tanta desconfiança gerou no passado (v. item 3.1.4, *supra*).

Da mesma forma, ao contrário do que ocorria na vigência da Constituição de 1.967, a decisão relativa à repercussão geral deve ser, necessariamente, *pública e motivada*⁴⁷⁷, além de ser proferida por um órgão julgante *permanente* da Corte, o Plenário, ainda que reunido virtualmente (v. itens 5.2 e 5.2.1, *infra*).

No regime anterior, como visto, o incidente recursal era examinado em sessão secreta do *Conselho* do Supremo Tribunal Federal, convocada especialmente para esse fim (v. item 3.1.3, *supra*). Por isso, era em relação ao seu procedimento – e não propriamente quanto à instituição de uma *trava para admissão dos recursos extraordinários* – que se dirigiram as maiores e mais pesadas críticas doutrinárias ao antigo instituto (v. item 3.1.4, *supra*⁴⁷⁸).

Federal no regimento interno, que atenderá à sua natureza, espécie, valor pecuniário e relevância da questão federal” (artigo 119, § 3º, destacamos). Por essa razão, FILIPE ANTÔNIO MARCHI LEVADA afirma que “a expressão ‘nos termos da lei’ foi adicionada ao então art. 102, § 4º, da CF (atual art. 102, § 3º), para restringir a discricionariedade do Excelso STF na aferição da repercussão geral, confiando ao Poder Legislativo seu conceito e regulamentação” (*A repercussão geral na Constituição Federal e no Projeto de Lei que acrescenta os arts. 543-A e 543-B ao CPC*, in *Recurso Especial e Extraordinário – repercussão geral e atualidades*, cit., p. 94).

⁴⁷⁷ “Como o tema ora examinado consubstancia-se em novidade para a admissibilidade do recurso extraordinário, deve ser frisado desde logo que os pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal acerca da *repercussão geral* deverão ser efetivados *coram populo* e devidamente fundamentados” (CRUZ E TUCCI, A “*repercussão geral*” como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário, in RT 848/63, destaques no original). Lembra o mesmo autor questão relevante: “No Brasil, antes da promulgação da atual Constituição Federal, os regramentos da publicidade dos atos processuais e da motivação dos atos decisórios judiciais vinham consagrados tão-somente em nossas leis processuais ordinárias: arts. 155, 444, 131, 165, 458 e 459 do CPC, e 792 e 381 do Código de Processo Penal. E, por essa razão, inúmeras foram as mutilações que sofreram. Com efeito, a anterior experiência jurídica mostrava quão insuficiente era a lei ordinária para coibir o desrespeito à ampla publicidade e ao dever de motivar adequadamente os provimentos judiciais. E, como sempre, o mau exemplo – advertia José Ignácio Botelho de Mesquita – ‘vinha de cima, da mais alta corte de justiça do País, que autorizada a legislar sobre os processos de sua competência, não resistiu à tentação de dispensar motivação as decisões proferidas secretamente nas chamadas ‘arguições de relevância’” (cit., pp. 63-64).

⁴⁷⁸ As expressões em destaque são de CARLOS ALBERTO CARMONA: “A criação de um filtro que permitisse ao Supremo Tribunal Federal escolher, dentro de certos parâmetros, as questões que julgaria em grau excepcional não configuraria, em condições de normalidade democrática, nenhuma aberração. Antes, mostraria que o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição (e, na época, também responsável pela uniforme interpretação da lei federal no país), estaria centrando seus esforços exatamente na tarefa maior que a Constituição havia reservado à Corte, qual seja, a interpretação das leis à luz da Carta da República e à aplicação adequada do próprio texto constitucional. Mas não foi isso o que resultou da triste emenda constitucional: sobrepondo-se ao Congresso Nacional, a Presidência da República impôs *método monstruoso de controle secreto*, pelo qual poderia o Supremo Tribunal, nas causas apontadas nas duas letras do inciso III do art. 119 (à época, item III) apontar quais seriam julgadas por conta da ‘relevância’ da questão federal envolvida no recurso extraordinário. A Corte estava dispensada (e usou fartamente e sem remorso da dispensa, é preciso lembrar) de fundamentar suas decisões (...). Considerando este passado pouco lisonjeiro,

Finalmente, nota-se que a repercussão geral é uma forma de *exclusão* de cabimento do recurso extraordinário, e não mais de *inclusão*, como ocorria na época da arguição de relevância, que tinha por objetivo afastar óbices (regimentais) à admissibilidade do recurso extraordinário⁴⁷⁹. Ou, como bem expressa RODOLFO MANCUSO, a atual repercussão geral seria uma arguição de relevância com sinal trocado, ou melhor, uma arguição de *irrelevância*, na medida em que se *presume o cabimento do recurso extraordinário*⁴⁸⁰.

Por fim, cumpre lembrar: mesmo que a atual regulamentação mencione a necessidade de se demonstrar a *repercussão geral* das questões constitucionais discutidas no caso, a *relevância* da matéria veiculada no recurso extraordinário também é de suma importância para configuração do novel requisito de admissibilidade dessa impugnação. Não basta apenas avaliar a preliminar sob o ângulo da extensão dos efeitos

como justificar que o legislador, ultrapassado os anos de chumbo de que o Brasil emergiu com tanta dificuldade, tenha retomado o tema para reintroduzir em nosso sistema legislativo-constitucional a idéia da relevância para permitir o conhecimento de recurso de superposição?” (in IVES BRAGHITTONI, cit., pp. IX-X, destacamos). A resposta é dada pelo mesmo autor, na *apresentação* dessa obra: “a idéia de subordinar o conhecimento de recurso à repercussão geral da questão discutida está dentro da perspectiva de trabalho de uma corte constitucional (ou de uma corte que tenha por principal objetivo a uniformização da interpretação e aplicação de leis em regimes federativos ou unitários). O *método*, porém, é fundamental. Aí esta a pedra de toque do novo sistema, que revitaliza velhas idéias; a técnica que permite ao STF escolher as causas que pretende julgar em grau extraordinário segundo critério de relevância (em relação a outros processos) das questões constitucionais discutidas encontra respaldo no sistema educativo do processo, pois a formação de precedentes jurisprudenciais afeta naturalmente o comportamento daqueles que vivem sob a orientação de certo ordenamento jurídico. Assim, a interpretação da Constituição (bem como de todas as leis) tem função social importantíssima, o que justifica que a Suprema Corte queira interferir apenas na formação de precedentes de alguma importância, já que nosso sistema superposto (e hipertrofiado) de recursos mostra que a justiça da decisão é matéria com que se preocupam os juizes de primeiro grau e as cortes locais, não as cortes de superposição” (cit., p. X).

⁴⁷⁹ “A arguição de relevância tinha objetivo de justificar o conhecimento do recurso extraordinário que não seria admitido segundo as taxativas hipóteses de cabimento. Por sua vez, a repercussão geral é instituto que possui o objetivo de possibilitar o não-conhecimento do mesmo recurso, caso possa não haver *reflexo da referida decisão junto à sociedade*. Logo, o antigo instituto buscava a inclusão, enquanto o atual justifica a exclusão, de feição bastante pragmática: uma alternativa ao congestionamento do STF. Enquanto o instituto da repercussão geral se alinha, também, a uma concepção transindividual do recurso extraordinário, vinculada ao pragmatismo judiciário, à busca pela efetividade das decisões jurisdicionais, a arguição de relevância dava maior importância aos aspectos declaratórios e menor atenção ao aspecto de satisfação dos direitos e otimização da máquina judiciária” (EDUARDO DE AVELAR LAMY, *Repercussão geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?*, cit., p. 178, destacamos).

⁴⁸⁰ “De fato, no precedente regime de *arguição*, um recurso extraordinário que em princípio não seria cabível, poderia, excepcionalmente, vir a sê-lo se, estando acoplada à arguição de relevância, esta viesse reconhecida por no mínimo quatro Ministros (um terço dos onze – inciso VII do art. 325 do RISTF); ao passo que, agora, um recurso que em princípio seria cabível, *pode deixar de sê-lo*, se os dois terços do colegiado (portanto, oito Ministros) entenderem que a questão constitucional nele veiculada não apresenta repercussão geral, ou seja, é ... *irrelevante*. Desse modo, constata-se que, enquanto a arguição de relevância visava ...*incluir*, a repercussão geral visa... *excluir*!” (*Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit, p. 202, destaques no original).

da decisão; é preciso examinar se o tema também tem importância considerável para merecer apreciação por parte do Supremo Tribunal Federal⁴⁸¹.

É certo que a repercussão geral deverá conjugar, necessariamente, esse dois fatores, como destacou CAROLINA BRAMBILA BEGA: “a repercussão geral abrange também o conceito de relevância, mas justamente por envolver temas constitucionais exige um *plus*, que é a possibilidade de a decisão refletir para além do processo”⁴⁸².

É por isso que a mesma autora faz interessante classificação. De um lado, o artigo 543-A do Código de Processo Civil estabeleceria uma repercussão geral que poderia ser denominada de *qualitativa*, pois envolve a existência de questões *relevantes* do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico. Nesse ponto, o que interessa, primordialmente, é a *importância do tema* versado na causa⁴⁸³.

Por outro lado, o artigo 543-B do mesmo diploma legal delimitaria uma repercussão geral de ordem *quantitativa*, na medida em que as consequências de julgamento dessa preliminar (ou mesmo do recurso extraordinário – v. item 6.3, *infra*) poderão se espalhar para um elevado número de impugnações que versem sobre a mesma questão, ou que englobem número relevante de pessoas, em semelhante ou mesmo idêntica situação jurídica ou fática⁴⁸⁴.

⁴⁸¹ Não é por outra razão que ELVIO SARTÓRIO – FLÁVIO CHEIM JORGE falam da necessidade de se demonstrar a *repercussão de relevância*, conjugando os dois requisitos acima mencionados (cit., p. 181). Em sentido contrário, porém, citando as lições do direito norte-americano, no qual a “repercussão geral” seria apenas um dos aspectos das questões passíveis de serem consideradas relevantes pela Suprema Corte, sustenta BRUNO DANTAS: “o constituinte derivado não elegeu a relevância das questões como critério para admissão do RE, mas sim o impacto indireto que elas possam causar em largos segmentos sociais” *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 107). A leitura do artigo 543-A, § 1º do Código de Processo Civil desmente esse raciocínio, pois nele se alude à “questões *relevantes* do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico” (destacamos).

⁴⁸² Cit., p. 65.

⁴⁸³ Sustenta também DALTON SANTOS MORAIS: “o objetivo fundamental da instituição da ‘repercussão geral’ não é de ordem quantitativa, mas sim qualitativa com fim precípuo de alçar à Corte Constitucional brasileira apenas os recursos de relevante ordem constitucional que importem em alteração ou violação à realidade político-social desejada pela Constituição” (*A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade no Brasil e a participação do amicus curiae em seu processo*, in *RePro* 164/201-202).

⁴⁸⁴ CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 67. Por isso, conclui: “Assim, o art. 543-A do CPC será utilizado sempre para questões inéditas, em que ainda não se vislumbra a possibilidade de massificação; ou ainda em caso pioneiro, que possa servir como *leading case*, modelo pedagógico e paradigmático para os demais que possam seguir a ele. No art. 543-B do CPC, em que já existe a multiplicidade de recursos sobre o mesmo tema, o STF agirá de modo repressivo, represando tantos recursos quantos forem necessários para que, ao final, decida todos em um único e vinculante julgamento. Neste caso, a existência de repercussão geral gira em torno da expressiva quantidade de recursos sobre determinado tema” (cit., p. 68). Discorda-se, porém, apenas quando a autora sustenta que, nos casos que se encaixam à moldura da norma veiculada pelo

Esse é o objetivo primordial da repercussão geral da questão constitucional, que não deverá ser utilizada como simples método para barrar a subida de recursos extraordinários, tal como foi aplicada a arguição de relevância da questão federal.

4.3.- Caráter *político* ou *jurisdicional* do novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário.

Outra relevante questão que se levanta quando da análise da repercussão geral da questão constitucional, diz respeito ao caráter *político* ou *jurisdicional* do novel requisito de admissibilidade do recurso extraordinário.

Como visto, vozes abalizadas da doutrina sustentavam que a antiga arguição de relevância constituía um julgamento de natureza *política*, na medida em que o Supremo Tribunal Federal não se pronunciava e nem examinava o mérito da causa (v. item 3.1.1, *supra*). Além disso, a votação ocorria em sessão secreta, sendo desnecessária também fundamentar essa decisão.

E mais: como todo esse procedimento vinha regulado, fundamentalmente, pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal, de acordo com a autorização que lhe fora outorgada pela Constituição de 1.967, sustentava-se que o Excelso

artigo 543-A do Código de Processo Civil, “não há que se exigir do recorrente a demonstração da multiplicidade da demanda” (cit., p. 68). Em todos os casos, parece que a possibilidade de irradiação de efeitos dessa decisão será sempre necessária. Caso contrário, não haveria, inclusive, que se falar em *leading case*. Ainda que naquele determinado momento a questão veiculada não ostente foro *geral*, é certo que o Supremo Tribunal Federal também deverá levar em consideração o *potencial* advindo da decisão daquela controvérsia. Tratando-se de caso absolutamente particular, mesmo que esteja configurada a importância da matéria, o recurso extraordinário deverá ser denegado. Retorna-se, ao quanto dito inicialmente: o recurso extraordinário não é instrumento para correção de injustiças. É por isso que BRUNO MATTOS E SILVA sintetiza: “É razoável imaginar que *transcendência* significa ou que o recurso deve ser capaz de gerar um precedente (*leading case*), que irá nortear a interpretação e aplicação do direito constitucional em casos futuros, ou que se refere a direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos” (*O STF e a repercussão geral no recurso extraordinário*, disponível [on-line] in <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf902/o-stf-repercussao/o-stf-repercussao.pdf>, p. 2, acesso em 11.11.2008).

Pretório exercia *atividade legislativa primária*, semelhante à do Poder Legislativo. Por isso, os atos emanados de uma tal competência ostentavam caráter político⁴⁸⁵.

Esse é o sistema utilizado nos Estados Unidos da América, no qual a Suprema Corte “has complete discretionary power over grants of certiorari”, que a leva a negar cerca de 85 a 90% dos pedidos que lhe são apresentados, sem qualquer tipo de justificativa⁴⁸⁶. Com efeito, a *Rule 10 of the Supreme Court of the United States* (“*Considerations Governing Review on Certiorari*”), que sofreu modificação recente, com vigência a partir de 1º de outubro de 2.007, prevê: “Review on a writ of certiorari is *not a matter of right, but of judicial discretion*. A petition for a writ of certiorari will be granted only for compelling reasons” (destacamos⁴⁸⁷).

Alguns autores ainda continuam insistindo nessa idéia, um tanto equivocada. É o caso, por exemplo, de IVES BRAGHITTONI, que afirma: “Se o legislador quisesse que o julgamento fosse de outra forma, que não a decisão *política e discricionária*

⁴⁸⁵ BRUNO DANTAS, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 223. Atualmente, sob a égide do novo regime, sustenta referido autor que “a repercussão geral efetivamente concede ao STF *algum poder político* – na acepção nobre da palavra –, pois lhe permite definir uma linha de política judiciária a ser adotada, estabelecendo *in concreto* parâmetros hábeis a fixar o que tem e o que não tem impacto indireto no *grupo social relevante*. Acreditamos, todavia, que esse gesto do legislador não é suficiente para, automaticamente, conferir natureza política (e não jurisdicional) ao processo cognoscitivo tendente a aferir a existência da repercussão geral das questões constitucionais discutidas em um determinado RE. Vemos aí a natureza jurisdicional, eis que a função política consistente em definir uma linha de política judiciária é meramente secundária, à luz do sistema adotado no Brasil, no qual o móvel que conduz à questão constitucional ao STF é um *recurso*, que como tal deve ser julgado. Assim, esse julgamento só pode ter natureza jurisdicional, e disso decorrem algumas conseqüências, especialmente no plano dos recursos e ações impugnativas autônomas cabíveis” (cit., p. 228, destaques no original).

⁴⁸⁶ HENRY ABRAHAM, cit., p. 194, destacamos. Todavia, lembra o mesmo autor: “Gone now are the days when the Court, its docket jammed with mandatory appeals, was expected to devote an all-too-large portion of its valuable time and energy merely to correcting errors of lower courts that primarily affected the rights of parties to a particular case or controversy. Today, it must concentrate on those cases whose resolution will have immediate importance far beyond the particular facts and parties involved. On the other hand, the Court has never forgotten the oft-quoted admonition of Chief Justice Marshall in *Cohens v. Virginia*, back in 1821: It is not true that this Court will not take jurisdiction if it should not; but it is equally true that it must take jurisdiction if it should” (cit., p. 194).

⁴⁸⁷ Disponível [on-line] in <http://www.supremecourtus.gov/ctrules/ctrules.html>, acesso em 27.12.2008. Logo em seguida, esse mesmo artigo especifica os casos que, exemplificativamente, podem merecer apreciação por parte do Supremo Tribunal norte-americano: “(a) a United States court of appeals has entered a decision in conflict with the decision of another United States court of appeals on the same important matter; has decided an important federal question in a way that conflicts with a decision by a state court of last resort; or has so far departed from the accepted and usual course of judicial proceedings, or sanctioned such a departure by a lower court, as to call for an exercise of this Court’s supervisory power; (b) a state court of last resort has decided an important federal question in a way that conflicts with the decision of another state court of last resort or of a United States court of appeals; (c) a state court or a United States court of appeals has decided an important question of federal law that has not been, but should be, settled by this Court, or has decided an important federal question in a way that conflicts with relevant decisions of this Court”.

sobre o que é ‘transcendente’ (ou relevante, ou de ‘repercussão geral’), **não** teria usado essas expressões [vagas – *questões relevantes* do ponto de vista *econômico, político, social ou jurídico*]. Teria tentado definir, na própria norma, qual o **seu** entendimento sobre quais são as matérias transcendentais, ou relevantes, ou de repercussão geral”⁴⁸⁸.

No mesmo sentido, ARRUDA ALVIM, que já defendia o caráter político do julgamento da arguição de relevância (v. item 3.1.1, *supra*), permanece com o mesmo entendimento: “A presença da repercussão geral, *em certo sentido*, é também submetida a uma exame (não é julgamento, por isso que a deliberação não tem caráter jurisdicional); este exame não deixa de ser uma ‘forma de admissibilidade’, mas previamente à possibilidade de julgamento e apenas em função do reconhecimento, pelo tribunal, por meio de pronunciamento de caráter político, da presença da repercussão geral que se encontra na questão constitucional objeto do recurso, ‘*admitindo*’ o recurso”⁴⁸⁹.

O mesmo raciocínio é compartilhado por JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JUNIOR. Se o Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição, como expressa o artigo 102, *caput* da Carta Magna, e se esse diploma normativo caracteriza-se

⁴⁸⁸ Cit., p. 61, negritos no original, destaques nossos. E prossegue o mesmo autor: “A rigor, numa análise desapaixonada, era exatamente isso o que já havia nas normas anteriores. O que faziam (e fazem) os arts. 102 e 105 da Constituição Federal, senão determinar, em termos de recursos extraordinário e especial, aquilo que é significativo e importante o suficiente para merecer a admissão e o julgamento de tais recursos? Não é o caso, aqui, de se discutir a diferenciação entre pressupostos de admissibilidade e hipóteses de cabimento. O fato é que, por mais clara que se pretenda que a lei seja, é o tribunal competente que decide se a norma constitucional ou a norma federal podem, em tese, ter sido violadas, e, posteriormente, se foram mesmo violadas – ou seja, ele simplesmente decide qual é o exato conteúdo da norma, e se aquele julgamento está ou não de acordo com ela. Ao fim das contas, a diferença nesses julgados para os de ‘transcendência’ (ou relevância ou repercussão geral) é mais de *grau, de intensidade, do que de ‘tipo’ de decisão*. Será que há mesmo tanta diferença entre afirmar-se que ‘a Constituição é o que a Corte Constitucional diz que é’, e dizer-se, ou melhor, a própria lei dizer que ‘transcendente é o que o tribunal competente assim considerar’” (cit., p. 61, destaques no original). E conclui: “É preciso, como dito, aceitar que um tal julgamento é *discrecionário*, e essencialmente *político* – não no sentido que usualmente se toma a expressão, como já dito, de ‘política partidária’, de interesses camuflados, de poder como troca de barganhas escusas. O julgamento é *político*, além de tantos outros motivos, pela legítima (e inevitável) *análise de conveniência e importância* que a causa possa ou não ter para o país inteiro” (cit., pp. 114-115, destaques no original).

⁴⁸⁹ A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral, cit., p. 64. Na mesma linha está a opinião de CARLOS EDUARDO SANCHEZ, *Repercussão geral (ou arguição de relevância) – novo requisito para cabimento dos recursos extraordinários (Emenda Constitucional de nº 45)*, disponível [on-line] in <http://migalhas.com.br/noticia/articuladas.asp?cod.=11984>, p. 3, acesso em 08.09.2007). Por isso, critica o instituto, afirmando que ele “deixará exclusivamente a cargo da subjetividade de onze julgadores que compõem o STF a atribuição e o poder de aceitar ou não um recurso, com base numa interpretação pessoal que farão do vago conceito de relevância jurídica” (cit., p. 3).

como um texto marcadamente político, nada mais natural do que as decisões da Corte também ostentarem cunho político, no “bom sentido” do termo⁴⁹⁰.

Além disso, o caráter extremamente genérico das expressões utilizadas pelo legislador para caracterizar a repercussão geral daria margem a que os Ministros do Supremo Tribunal Federal pudessem decidir, discricionariamente, o que deve ou não ser julgado pela Corte. Ou seja, em razão de a decisão desse pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário comportar certo grau de *subjetividade*, ela seria incompatível com uma decisão de natureza jurisdicional⁴⁹¹.

⁴⁹⁰ Argüição de (ir)relevância, disponível [on-line] in <http://conjur.com.br/static/text/32358,1>, p. 2, acesso em 08.09.2007.

⁴⁹¹ BARBOSA MOREIRA, em texto clássico e sempre citado, explicou: “Nem sempre convém, e às vezes é impossível, que a lei delimite com traço de absoluta nitidez o campo de incidência de uma regra jurídica, isto é, que descreva em termos pormenorizados e exaustivos todas as situações fáticas que há de ligar-se este ou aquele efeito no mundo jurídico. Recorre então o legislador ao expediente de fornecer simples indicações de ordem genérica, dizendo o bastante para tornar claro o que lhe parece essencial, e deixando ao aplicador da norma, no momento da *subsunção* – quer dizer, quando lhe cabe determinar se o fato singular e concreto com que se defronta corresponde ou não ao modelo abstrato –, o cuidado de ‘preencher os claros’, de cobrir os ‘espaços em branco’. A doutrina costuma falar, ao propósito, ‘em conceitos juridicamente indeterminados’ (*unbestimmte Rechtsbegriffe*)” (*Regras da experiência e conceitos jurídicos indeterminados*, in *Temas de Direito Processual – Segunda Série*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.988, p. 64). Não nega, portanto, que com esse tipo de texto legal “abre-se ao aplicador da norma, como é intuitivo, certa margem de liberdade. Algo de subjetivo quase sempre haverá nessa operação caracterizadora, sobretudo quando ela envolva, conforme ocorre com frequência, a formulação de juízos de valor” (cit., p. 65). Contudo, traça em seguida, uma importante diferenciação que é preciso deixar, desde logo, bem vinculada. Tanto no campo do poder discricionário quanto na aplicação dos conceitos vagos, “é particularmente importante o papel conferido à prudência do aplicador da norma, a quem não se impõem padrões rígidos de atuação. Há, no entanto, uma diferença fundamental, bastante fácil de perceber se se tiver presente a distinção entre os dois elementos essenciais da estrutura da norma, a saber, o ‘fato’ (*Tatbestand*, *fattispecie*) e o efeito jurídico atribuído à sua concreta ocorrência. Os conceitos indeterminados integram a descrição do ‘fato’, ao passo que a discricionariedade se situa toda no campo dos efeitos. Daí resulta que, no tratamento daqueles, a liberdade do aplicador se exaure na fixação da premissa: uma vez estabelecida, *in concreto*, a coincidência ou a não-coincidência entre o acontecimento real e o modelo normativo, a solução estará, por assim dizer, predeterminada. Sucede o inverso, bem se compreende, quando a própria escolha da consequência é que fica entregue à decisão do aplicador” (cit., p. 66). É justamente o que ocorre no provimento que delibera sobre a configuração da repercussão geral. Estabelecida a premissa fática legal – “existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa”, ou configurada a divergência jurisprudencial (artigo 543-A, §§ 1º e 3º do Código de Processo Civil) – o Supremo Tribunal Federal estará obrigado a admitir o recurso extraordinário (v. item 4.2, *supra*). Não poderá negar seguimento a uma impugnação que seja dotada dessas características, ao seu particular alvedrio. Por isso, o mesmo autor conclui: ao se “afirma[r] ou se nega[r] a possibilidade de enquadrar na moldura abstrata a situação concreta que se lhe depara, está-se *interpretando* a norma, na medida em que lhe precisa o sentido” (cit., p. 70, destacamos). Também nega a existência de discricionariedade judicial ROBERTO BEDAQUE (*Discricionariedade judicial*, in *RF* 354/188). Explica o autor, inclusive, que a partir do momento em que o juiz tem de explicitar os motivos de decidir, nesse ou naquele determinado sentido (por exemplo, para deferir a realização de uma prova, ou para conceder medida de urgência), encerra-se qualquer possibilidade de justificar a concessão de um poder discricionário na atuação judicial, por maior liberdade que se tenha dado ao juiz (cit., p. 188). No mesmo sentido, TERESA WAMBIER afirma que “o juiz não age com discricionariedade nem mesmo quando decide com base em princípios, que encampam valores, que representam o *ethos* dominante. O juiz tem o dever de encontrá-los e estes são fornecidos pela Constituição” (cit., p. 182).

Ressalta, ainda, RODOLFO MANCUSO, que a decisão relativa ao requisito de admissibilidade do recurso extraordinário ostentaria conteúdo *predominantemente político*, inclusive no que tange a uma possível “política judiciária”. Isso adviria do fato de a decisão acerca da repercussão geral da questão constitucional ser irrecorrível, nos termos dos artigos 543-A, *caput* e 326 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal⁴⁹².

Ocorre, entretanto, que essa decisão tem cunho, indubitavelmente, *jurisdicional*. Tanto é assim que o § 7º do artigo 543-A do Código de Processo Civil deixa bem expreso: “A Súmula da *decisão* sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no Diário Oficial e valerá como *acórdão*” (destacamos)⁴⁹³.

Nesse sentido já se expressava, ainda sob o regime anterior, BARBOSA MOREIRA, ao afirmar que o julgamento desse pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário constituía um *provimento jurisdicional*⁴⁹⁴. Escrevendo pouco antes da regulamentação legal, CRUZ E TUCCI também foi enfático: “Seja como for, os critérios que serão estabelecidos para o exame e avaliação da *repercussão geral* jamais poderão ser discricionários, até porque a Corte deverá explicitar a respectiva *ratio decidendi*”⁴⁹⁵.

Ora, está-se diante de uma verdadeira *decisão* judicial, proferida por órgão pertencente ao Poder Judiciário brasileiro – no caso, o Supremo Tribunal Federal, que se encontra no ápice da pirâmide judicial – no exercício de sua função *típica*, qual seja, prestar *jurisdição*. Lembre-se, nesse ponto, as lições de EROS GRAU: “a *discricionariedade* resulta de uma expressa *atribuição* legal à autoridade administrativa, e

⁴⁹² *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., pp. 203-204.

⁴⁹³ Lembra CRUZ E TUCCI a existência de um caso em que o Supremo Tribunal Federal estaria, provisoriamente, dispensado de lavrar o acórdão: quando houver divergência na Turma quanto ao indeferimento do recurso extraordinário, por ausência de repercussão geral, a questão deve ser, necessariamente, submetida ao Pleno, tendo em vista o quorum *qualificado* exigido pela Lei Maior. Somente nessa hipótese não haveria a necessidade de imediata lavratura do acórdão, haja vista que os seus membros deverão proferir voto na sessão plenária (*Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário (Lei nº 11.418/2006)*, cit., p. 28).

⁴⁹⁴ *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., cit., p. 664.

⁴⁹⁵ A “*repercussão geral*” como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário, cit., p. 61, destaques no original.

não da circunstância de os termos da lei serem ambíguos, equívocos ou suscetíveis de receber especificações diversas”⁴⁹⁶.

É ainda o mesmo autor que explica: no exercício desse poder discricionário – que lhe foi *expressamente* outorgado pela lei – a autoridade administrativa formula juízos de oportunidade. Já o juiz, expressa, única e exclusivamente, *juízos de legalidade, decorrentes da interpretação do texto legal*⁴⁹⁷. Essa circunstância está bem atestada no artigo 1.109 do Código de Processo Civil: apenas nos procedimentos especiais de *jurisdição voluntária* é que o juiz não está obrigado “a observar o critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente e oportuna”. Trata-se, portanto, de regra excepcional, a qual, obviamente, não pode ser objeto de ampliação⁴⁹⁸.

⁴⁹⁶ *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*, 7ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.008, p. 192, destaque no original.

⁴⁹⁷ *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*, cit., p. 192. Traça o autor, logo em seguida, com base nos ensinamentos de DWORKIN, as diversas acepções que a expressão *poder discricionário* pode assumir, dependendo do contexto em que inserido. No sentido *fraco*, o poder discricionário expressa que a aplicação de um determinado conceito reclama, sempre, algum tipo de interpretação (já que não se trata de ato puramente mecânico). A discricionariedade representaria nada mais do que um poder de raciocínio. Existe ainda um segundo sentido *fraco* do termo, quando determinada pessoa tem o poder de tomar decisões que não poderiam ser controladas ou anuladas por outra. Esse seria o caso, seguindo exemplo do próprio autor, do Supremo Tribunal Federal, quando decide a respeito da constitucionalidade de um determinado ato. Não existe possibilidade de recurso, pois a Constituição lhe conferiu, de modo expresso, a função de guardião mor dos preceitos constitucionais. Já o sentido *forte* decorreria, aí sim, da não vinculação “a qualquer *standard* estabelecido por outra autoridade” (cit., p. 193). Transferindo-se esses conceitos para o tema em estudo, é certo que o próprio legislador estabeleceu os aspectos que deverão nortear os Ministros do Supremo na análise da repercussão geral da questão constitucional: reflexos econômicos, políticos, jurídicos ou sociais (artigo 543-A, § 1º do Código de Processo Civil). O que lhes foi outorgado, insista-se, é apenas e tão somente uma margem mais ampla para a interpretação desses conceitos. Lembra, inclusive, EROS GRAU, não ser correto falar em conceitos jurídicos indeterminados, tal como se costuma tratar normas como aquelas veiculadas nesse dispositivo. A indeterminação não é dos conceitos, mas sim das expressões ou termos que o expressam: “todo o conceito é uma suma de idéias que, para ser conceito, tem de ser, *no mínimo*, determinada; o mínimo que se exige do conceito é que seja determinado” (*Direito Posto e Direito Pressuposto*, cit., p. 196, destaques no original).

⁴⁹⁸ Isso porque está-se diante de processos sem *lide*, nos quais não há partes, no sentido técnico do termo, mas apenas *interessados* (artigo 1.104 do diploma processual). Sobre o tema e traçando as devidas distinções entre a jurisdição voluntária e a jurisdição contenciosa, em que deve imperar o critério da legalidade estrita, cf. BOTELHO DE MESQUITA, *As novas tendências do direito processual: uma contribuição para o seu reexame*, cit., pp. 265 e ss. Novamente, cumpre lembrar as lições de EROS GRAU: “A discricionariedade, vimos, expressa-se na formulação de *juízos de oportunidade*, importando eleições entre *indiferentes jurídicos*, à margem, pois, da *legalidade*. Logo, no Estado de Direito, qualquer agente público deterá competência para a prática de *atos discricionários* – isto é, exercitando as margens de liberdade de atuação fora dos quadrantes da *legalidade* – quando norma jurídica válida a ele atribuir a formulação de *juízos de oportunidade*. Fora dessa hipótese, qualquer agente público estará jungido, subordinado, à *legalidade*. Inclusive quando lhe incumba o dever-poder de *interpretar/aplicar* texto ou textos normativos que veiculem ‘conceitos jurídicos indeterminados’” (*O Direito Posto e o Direito Pressuposto*, cit., p. 206). E, por isso, conclui: “O que se tem erroneamente denominado de *discricionariedade judicial* é poder de definição de normas de decisão, posterior à produção de normas jurídicas, que o juiz exercita formulando

Não há que se falar, portanto, em discricionariedade, pois aos Ministros da Suprema Corte não foi outorgado o poder de escolher quais questões são ou não dotadas de repercussão geral⁴⁹⁹. Essa análise (seleção) deve ser realizada de acordo com os valores predominantes na sociedade em uma determinada época, tanto é assim que a própria legislação regulamentadora do instituto prevê a possibilidade de revisão desses conceitos. Logo, uma questão constitucional que, em dado momento, foi tida por irrelevante e sem maiores desdobramentos, poderá no futuro vir a ser reconhecida como de repercussão geral, por congregar essas duas circunstâncias⁵⁰⁰.

É dentro desse contexto que uma questão terá ou não repercussão geral. Não se nega, como bem ponderou EDUARDO TALAMINI, que essa decisão ostenta certa carga política. Contudo, esse traço específico está presente não apenas no julgamento de tal questão preliminar, mas sim em toda a atividade desenvolvida em sede de jurisdição constitucional, pois a Lei Maior é quem delimita os valores essenciais que devem nortear a sociedade brasileira. Nem por isso, os julgamentos (objetivos) realizados nessa sede estão desprovidos das garantias do devido processo legal⁵⁰¹.

Da mesma forma, o fato de a decisão ser, em princípio, irrecorrível, não tem o condão de desnaturar a sua natureza judicial. Como a deliberação dessa questão está afeta, com exclusividade, ao do Supremo Tribunal Federal, é natural que o julgamento

juízos de legalidade (não de *oportunidade*). A distinção entre ambos esses juízos – repito-o, ainda – encontra-se em que o *juízo de oportunidade* comporta uma opção entre *indiferentes jurídicos*, procedida *subjetivamente* pelo agente; o *juízo de legalidade* é atuação, embora desenvolvida no campo da *prudência*, que o intérprete autêntico [juiz] desenvolve atado, retido, pelo *texto*” (cit., pp. 209-210, destaques no original).

⁴⁹⁹ Ao negar que a Suprema Corte da Argentina ostentava um poder político, RAFAEL BIELSA destacou: “El criterio de la ‘conveniencia política’ es peligroso y puede generar un ambiente deletéreo de la conciencia pública. Aun cuando pacificador y transnacional, el criterio político afecta el gran principio de la limitación de los poderes y de la existencia e imperio de la Constitución; en suma, del orden jurídico, menor aún, de la *seguridad jurídica*” (cit., p. 72, destaque no original).

⁵⁰⁰ Como resumiu DALTON SAUSEN, a “repercussão geral, portanto, deve ser compreendida nesse sentido, ou seja: deve ser trabalhada sempre de acordo com a contemporaneidade, em permanente processo de decantação” (cit., p. 79). Afinal, bem ponderou EROS GRAU, o direito é um produto cultural de uma determinada sociedade; logo, não pode ser concebido “como um fenômeno universal e atemporal” (*O Direito Posto e o Direito Pressuposto*, cit., p. 20).

⁵⁰¹ *Repercussão geral em recurso extraordinário: nota sobre sua regulamentação*, cit., p. 58. Da mesma forma, explica DALTON SAUSEN: “o julgamento acerca da repercussão geral, indubitavelmente, será jurídico, não havendo mais espaço no ordenamento jurídico pátrio para decisões desprovidas de fundamentação. Não se pretende assegurar com tal assertiva que o julgamento da repercussão geral no recurso extraordinário não sofrerá influência da tensão existente entre a política e o direito, tampouco, que a decisão não levará em conta valores políticos. Contudo, quer pelos preceitos constitucionais em vigor e, ainda, pelo regime democrático assentado há praticamente duas décadas no Brasil, não se pode cogitar para ela outra acepção que a de juízo jurídico” (cit., pp. 58-59).

proveniente da Corte de mais alta hierarquia no país seja mesmo irrecurável (observados certos limites, como será demonstrado no item 5.4, *infra*⁵⁰²).

Do fato, ainda, de se tratar de uma decisão *jurisdicional*, derivam uma série de conseqüências também estritamente *jurídicas*, como por exemplo, o momento de formação da coisa julgada, o Tribunal competente para apreciar eventual ação rescisória, entre outras, conforme o recurso extraordinário seja ou não conhecido, havendo ou não a *substituição* do acórdão recorrido, nos termos do artigo 512 do Código de Processo Civil.

Pouco importa, também, que a apreciação da repercussão geral seja feita previamente ao julgamento do recurso extraordinário. Isso já ocorria no juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem e jamais se negou que essa decisão seria judicial. Até porque, ela comporta agravo de instrumento (artigo 544 do Código de Processo Civil). De fato, como afirmou até mesmo ARRUDA ALVIM, esse exame de natureza preliminar *integra* o julgamento do recurso extraordinário⁵⁰³.

Ademais, haveria certa incongruência ao se defender que a decisão acerca da repercussão geral da questão constitucional não ostentaria caráter jurisdicional. Os autores que compartilham dessa idéia parecem avaliar a questão apenas pelo prisma negativo, quando o Tribunal recusa o pressuposto de admissibilidade e nem chega a examinar o mérito do recurso extraordinário. Mas, e no caso inverso, quando a repercussão geral for admitida e o apelo extremo julgado em seu mérito? É certo que essa decisão preliminar passa a integrar o julgamento do Excelso Pretório, ocorrendo, nesse caso, a *substituição* do acórdão recorrido. É inegável, pois, que se trata de uma típica *decisão* judicial, revestida de todas as garantias previstas na Constituição.

Também não há maior relevo o fato de que não apenas conceitos jurídicos *stricto sensu* – tais como os efeitos sociais, políticos e econômicos decorrentes da decisão combatida pela via excepcional – envolverem a matéria discutida no recurso extraordinário. Nesse sentido, LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR advertiu com pertinência: “Uma coisa é preencher determinados conceitos amplos com uma carga de valoração, o

⁵⁰² EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 39.

⁵⁰³ “O exame da repercussão geral deverá ser prévio à *admissibilidade*, *propriamente dita*, ou à admissibilidade em sentido técnico, como assunto preliminar, já quando e dentro do âmbito do julgamento do recurso” (A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral, cit., p. 64).

que é perfeitamente possível até mesmo com a utilização de regras de hermenêutica. Outra é assentir que a decisão seja expedida independentemente de qualquer tipo de critério, em uma outra concepção até mesmo pessoal do que seria certo e do que seria errado’⁵⁰⁴.

Para BRUNO DANTAS, que colocou a questão em seus devidos termos, não se pode aceitar a existência de uma decisão discricionária quanto à preliminar da repercussão geral. Esse pensamento conduziria à aceitação de que dois casos idênticos poderiam ser resolvidos de maneiras diferentes, em um mesmo momento histórico. Não parece ser esse o pensamento do legislador reformista, que caminha di-a-dia na direção de valorizar a *uniformidade* das decisões judiciais, com a fixação de uma jurisprudência dominante ou mesmo sumulada, principalmente em relação aos Tribunais Superiores (artigos 543-B e 557 do Código de Processo Civil e artigo 103-A da Constituição Federal). A análise da repercussão geral exige uma investigação *crítica* do caso, mas apenas uma solução será a correta; ou melhor, dada a conjuntura política, social e econômica do momento, determinada questão constitucional será ou não dotada de repercussão geral⁵⁰⁵.

Não é por outra razão que, sendo um provimento de caráter jurisdicional, à decisão sobre a repercussão geral se aplicam todas as *garantias* previstas no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Exige-se a *publicidade* e a *motivação* (suficiente) desses julgamentos, tal como agora está previsto, de forma expressa, no artigo 543-A, § 7º do Código de Processo Civil⁵⁰⁶. Há a necessidade, ainda, de que essa decisão seja proferida por um órgão judicante competente e permanente da Corte (artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição Federal).

⁵⁰⁴ *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 35. Em sentido idêntico, o pensamento de ANTONIO CARLOS MARCONDES MACHADO, ao defender que a antiga redação do artigo 325 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal consubstanciaria uma norma *elástica*, conferindo ao juiz o poder de “precisar e completar a indicação do fato específico legal”. Não se lhe permite qualquer discricionariedade na concretização da consequência jurídica a ser extraída, no caso” (cit., p. 70). Isso porque, arrematou, em seguida: “O efeito jurídico – isto é, afastar a inadmissibilidade do recurso – foi indicado, com rigor, pelo legislador. Então, não se pode falar em *discricionariedade pura*, mas apenas em discricionariedade técnica, onde o poder do juiz é mais limitado, devendo, tão-somente, integrar e declarar a norma jurídica” (cit., p. 70, destaques no original). Ou seja, o juiz não estaria autorizado a, por questões e conveniência e/ou oportunidade, afastar a consequência jurídica prescrita pela norma, para aplicar uma outra solução que entenda mais “adequada”.

⁵⁰⁵ *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., pp. 267-268.

⁵⁰⁶ Vale ressaltar, desde logo, que mesmo as decisões proferidas nos recursos extraordinários fundados em “idêntica controvérsia” (v. Capítulo VI, *infra*) deverão ser motivadas, ainda que de forma concisa, tal como prevê o artigo 165 do Código de Processo Civil.

Em síntese, a partir do momento em que a análise da repercussão geral envolve um julgamento *motivado*, proferido por um Tribunal *competente*, no exercício de sua função *típica*, não há razão para negar a sua juridicidade, mesmo que essa decisão seja permeada por conceitos mais fluídos e não estritamente jurídicos⁵⁰⁷. Tal circunstância será devidamente concretizada com a análise dos recursos extraordinários submetidos ao exame do Excelso Pretório.

4.4.- Critérios para aferição da repercussão geral.

Ao se analisar os critérios – necessariamente vagos⁵⁰⁸ – que permitirão ao Supremo Tribunal Federal decidir se uma determinada questão constitucional é dotada ou não de repercussão geral, deve-se ter em mente a ponderação lançada por DORESTE BAPTISTA, quando analisou o instituto da argüição de relevância. Defendia o autor que a utilização de um “critério *restritivo* iria, pouco a pouco, comprometendo os fins que inspiraram a Emenda [nº 3, de 1.975, ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal], a razão mesma da idéia inovadora. Transformaria o processo da relevância num artifício de escassa imaginação. Num dique de contenção do caudal de feitos. E tão-somente. Uma exegese *ampliativa*, uma orientação excessivamente liberal, afastaria o Tribunal

⁵⁰⁷ Pondera ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD: “Ademais, a concorrência de elementos não estritamente jurídicos (no sentido positivista) para o raciocínio judicial, como princípios, valores, máximas de experiência, ponderações de ordem econômica, política ou social etc., é traço que, além de presente em qualquer interpretação jurídica, em maior ou menor grau, marca sobremaneira toda exegese de cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados, como são os casos da norma em que estipulada a exigência da repercussão geral e desta locução, em si mesma. Nem por isso, entretanto, o resultado desse labor hermenêutico, veiculado na decisão judicial, deixa de ser jurídico. É com esta feição que o sistema o acolhe, determinando seu regime e seus efeitos” (*O anteprojeto de lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 111). E, por isso conclui o mesmo autor: “A decisão que reconhece ou nega a repercussão geral ao recurso extraordinário e, com base nisso, conhece-o ou não, por mais abrangentes que sejam os fatores em que se funde, é jurisdicional, proferida no juízo de admissibilidade recursal, por agente do Estado no exercício dessa função” (cit., p. 111).

⁵⁰⁸ Escrevendo pouco antes da regulamentação do instituto pela Lei nº 11.418, de 2.006, ARRUDA ALVIM afirmou: “A utilização da expressão *repercussão geral*, ainda que venha a ser objeto de disciplina por lei, está, em si mesma, carregada intencionalmente de vaguidade. A regulamentação pela lei ordinária deverá disciplinar o instituto, mas não deverá acabar, propriamente, por definir inteiramente, ou não, o que é repercussão geral, dado que, se o fizesse, sem deixar espaço para o STF, certamente acabaria por engessar o sentido do Texto Constitucional” (*A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., pp. 73-74, destaque no original).

colendo – pelo outro extremo – de seus superiores desígnios iniciais. Em pouco a crise recrudesceria e, da Emenda Regimental nº 3, sobraria, apenas, a observação de que não passara de uma tão engenhosa quão inútil alteração regimental”⁵⁰⁹.

De início, é importante lembrar que a repercussão geral, em qualquer de seus aspectos (*econômico, político, social ou jurídico* – artigo 543-A, § 1º do Código de Processo Civil⁵¹⁰) deve estar, necessariamente, ligada a uma matéria de ordem *constitucional*. No entanto, ela pode ser tanto de ordem material, quanto processual. Ou seja, “ao estabelecer que a repercussão geral deve estar presente na ‘questão’ versada no recurso extraordinário, o preceito revela a vinculação da repercussão geral com o *mérito do recurso* e não com o *mérito da causa*”⁵¹¹.

Nesse sentido, bem sintetiza CRUZ E TUCCI o conceito de repercussão geral: “a existência ou não, no *thema decidendum*, de questões relevantes sob a ótica econômica, política, social ou jurídica, que suplantem o interesse individual dos litigantes. Nada obsta, à evidência, que o objeto do Recurso Extraordinário encerre, a um só tempo,

⁵⁰⁹ Cit., pp. 36-37, destaques no original. A mesma preocupação transparece na obra de LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, editada pouco antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004: “Esperamos que o retorno do instituto da arguição de relevância, longe de ser utilizado como fator mecânico para a diminuição dos recursos, seja uma forma de direcionar os esforços das Cortes Superiores para questões de amplo interesse da coletividade e, ainda, como expediente que torne possível acelerar os julgamentos” (*A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 102). Por mais que se pretendesse enumerar as hipóteses em que estaria configurada a repercussão geral, essa “definição” seria incompleta e, muitas vezes, se tornaria arcaica. Recentemente, ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD concluiu: “Qualquer desequilíbrio, nessa tarefa, produziria um dos dois males: de um lado, o esvaziamento da competência recursal do Supremo Tribunal Federal, com danos à sua própria função de guarda da Carta da República; de outro, a manutenção do atual índice de congestionamento do Tribunal, tornando letra morta a inovação. Tanto um quanto outro resultado seriam extremamente decepcionantes” (*A repercussão geral dos recursos extraordinários e o julgamento por amostragem no âmbito do Supremo Tribunal Federal (CPC, arts. 543-A e 543-B)*, in *As Novas Reformas do CPC e de outras normas processuais*, Maurício Giannico – Vitor José de Mello Monteiro (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.008, p. 317). A mesma preocupação já aparece nos pronunciamentos do Ministro MARCO AURÉLIO, que enfatiza, reiteradamente: “A repercussão geral tem como objetivo maior evitar a multiplicidade de processos. Encerra a racionalização dos trabalhos judicantes. Por isso, a visão sob o ângulo da admissibilidade deve ser aberta e não restritiva” (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 577.494-5/PR, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 17 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 9 de maio de 2.008).

⁵¹⁰ E basta a presença de apenas um deles, como sustentam GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO: “De se notar, ainda, que a relevância da questão debatida tem de ser aquilatada do ponto de vista econômico, social, político ou jurídico. Não se tire daí, como é evidente, a exigência de que a controvérsia seja importante sob todos esses ângulos de análise: basta que reste caracterizada a relevância do problema debatido em uma dessas perspectivas” (cit., p. 37). Dessa forma, a repercussão geral pode dizer respeito a qualquer um dos pontos de vista elencados pela lei, muito embora, por vezes, essas diferentes “facetas” acabem se conjugando. Esse era o entendimento majoritário da doutrina que analisou a arguição de relevância da questão federal (v. item 3.1.2, *supra*).

⁵¹¹ RODRIGO BARIONI, *Repercussão geral das questões constitucionais: observações sobre a lei 11.418/2006*, in *Recurso Especial e Extraordinário – repercussão geral e atualidades*, cit., p. 217, destaques no original.

relevância política e social, ou mesmo, social e econômica, mas sempre de índole constitucional. Andou bem o legislador não enumerando as hipóteses que possam ter tal expressiva dimensão, porque o referido preceito constitucional estabeleceu um ‘conceito jurídico indeterminado’ (como tanto outros previstos em nosso ordenamento jurídico), que atribuiu ao julgador a incumbência de aplicá-lo diante dos aspectos particulares do caso”⁵¹².

Basicamente, na esteira do que afirmou SÉRGIO BERMUDEZ, a “relevância da matéria constitucional versada no recurso extraordinário será medida, não em função do modo como o julgado recorrido e o que vier a ser proferido no Supremo Tribunal Federal repercutirem na esfera de interesse do litigante, porém de sua *repercussão na sociedade*. À luz do § 3º [do artigo 102 da Constituição Federal], a admissibilidade do recurso extraordinário dependerá da verificação de que, efetivamente, o quanto nele se decidir *alcançará outras situações semelhantes*, ou *contribuirá para a solução uniforme da questão constitucional em causa*”⁵¹³.

Ou, ainda, como bem ponderou EDUARDO CHEMALE PEÑA, a questão objeto do recurso extraordinário deve ter uma *repercussão significativa*, a fim de justificar uma nova revisão por parte Supremo Tribunal Federal. Não se mostra mais suficiente o mero interesse subjetivo das partes litigantes⁵¹⁴. É por isso que LUIZ MANOEL GOMES

⁵¹² *Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário (Lei nº 11.418/2006)*, cit., p. 26. O mesmo pensamento é compartilhado por CLEIDE KAZMIERSKI, ao afirmar que se o legislador estabelecesse definições mais exatas sobre a repercussão geral, a atuação do Supremo Tribunal Federal ficaria restringida. Até porque, segundo a mesma autora, a expressão repercussão geral não traria, propriamente, um conceito, mas sim uma *noção*, “já que se trata de expressão em movimento, conectada à realidade e por ela oxigenada” (*A repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso*” como novo pressuposto de admissibilidade no recurso extraordinário, cit., p. 106).

⁵¹³ *A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45*, cit., p. 55, destacamos.

⁵¹⁴ *A inclusão do requisito da relevância para a redução do volume de processos no STJ e no STF*, cit., p. 137. Entretanto, deve-se lembrar, na linha do pensamento desenvolvido por HELIO ESTELLITA HERKENHOFF FILHO, que “a repercussão geral não deve ser tomada em termos empíricos, ou seja, não basta ver quantos processos existem no Supremo Tribunal Federal sobre certo tema para daí decidir se há ou não repercussão geral; é preciso verificar, como já foi dito, os valores atribuídos a certos fatos no meio social, de modo que a decisão esteja em sintonia com a ética mais experimentada” (*Repercussão geral no recurso extraordinário – Lei 11.418/2006*, disponível [on-line] in <http://secure.jurid.com.br/new/jengine/exe/cpag?p=jornaldetalhedoutrina&ID=35311>, p. 1, acesso em 23.04.2007).

JUNIOR se refere a *temas em abstrato*, cuja decisão possa se referir ou afetar grande número de pessoas⁵¹⁵.

Portanto, não se deve avaliar simplesmente o volume de feitos – critério sem dúvida importante – mas é preciso examinar, principalmente, a *importância* do tema que neles está sendo debatido, para averiguar até que ponto ele influi na sociedade⁵¹⁶. O aspecto *macro* envolvendo a repercussão geral deverá ser analisado nesse sentido: importância da causa e extensão dos efeitos dessa decisão⁵¹⁷.

Foi o que afirmou o Ministro MARCO AURÉLIO em alguns casos de sua relatoria. Para ele, a regulamentação do instituto, “que procurou conferir concretude à expressão ‘repercussão geral’, terminou por exigir, para sua caracterização, a presença de relevância e transcendência da questão”⁵¹⁸.

Basicamente, como anotou BRUNO DANTAS, a verificação da repercussão geral deverá obedecer a duas dimensões. De um lado, será necessário perquirir o aspecto *subjetivo*, em que “o intérprete averiguará fundamentalmente qual o grupo social que *potencialmente* receberá os influxos de eventual decisão”⁵¹⁹. Estarão em foco, nesse aspecto, os *destinatários da decisão*, aqueles que poderão vir a sofrer os seus

⁵¹⁵ *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 38.

⁵¹⁶ Como destaca EDUARDO CAMBI, o recurso extraordinário cuja questão constitucional seja dotada de repercussão geral, por veicular importantes matérias de ordem econômica, política, social e, obviamente, jurídica, pode se tornar “o canal de comunicação entre os anseios sociais e o Poder Judiciário, com vistas a preservar o sentido e o alcance da Constituição, concretizando os valores e princípios fundamentais ao Estado Democrático de Direito. E mais do que isso, o critério da transcendência permite que o STF formule, a partir da seleção criteriosa de recursos, uma *agenda* voltada à tutela dos direitos fundamentais” (cit., p. 159). A avalanche, principalmente de recursos, mas também de ações originárias que o Excelso Pretório estava obrigado a julgar, fazia com que perdesse importância na *agenda* do Supremo Tribunal Federal os temas de maior relevância para o país. Por isso, sustenta JOSÉ DELGADO: “a repercussão geral em exame provoca uma consistente democratização da prestação jurisdicional, pelo fato de o recurso extraordinário perder a sua condição de refletir interesses individuais das partes para gerar expansão dos seus efeitos aos demais jurisdicionados que se encontrem em idêntica situação jurídica, embora não se encontrem integrando o processo” (cit., p. 264).

⁵¹⁷ JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO, *A repercussão geral e o novo papel do STF*, cit., p. 62.

⁵¹⁸ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 561.574-0/PE, julgada em 17 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 28 de março de 2.008.

⁵¹⁹ *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 239, destaque no original.

efeitos, por se encontrarem em situação jurídica ou mesmo *fática* semelhante à do recorrente⁵²⁰.

De outro lado, será necessário identificar também o aspecto *objetivo* da questão, pois “haverá a fixação de quais matérias, quando inseridas na fundamentação de um recurso extraordinário, são hábeis a causar impacto indireto em determinados grupos sociais, quando não na sociedade inteira”⁵²¹.

Está-se, em suma, diante de uma *relevância qualificada*: além da importância da matéria veiculada no recurso extraordinário, é necessário também atentar para a *transcendência* da questão⁵²², visualizando-se os reflexos que essa decisão possa gerar na sociedade como um todo, ou em um grupo significativamente importante⁵²³. Com

⁵²⁰ Esse ponto é bastante importante e foi enfatizado pelo referido autor. Será necessário que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da repercussão geral, defina qual o *grupo social relevante* que poderá ser afetado, ainda que indiretamente, pela decisão a ser proferida no julgamento do recurso extraordinário. Esse grupo pode estar ligado por uma mesma relação *jurídica* (aproveitando o exemplo dado pelo autor, os mutuários da Caixa Econômica Federal); contudo, “a regra é que haja apenas relação *fática* (habitantes dos Estados banhados pelo Rio São Francisco, por exemplo), que pode ser de fácil ou de difícil verificação” (cit., p. 241). Em todo caso, para possibilitar a admissão do recurso extraordinário, a partir da aceitação da preliminar de repercussão geral, deve haver “estreita conexão entre o interesse do recorrente e possíveis interesses de grupos” (cit., p. 241). Esse aspecto tem sido valorizado nas decisões do Supremo. Dois casos são emblemáticos, até porque configuram uma das poucas hipóteses em que recursos envolvendo partes privadas foram admitidos a julgamento, na análise dessa preliminar. O primeiro deles, relativo à possibilidade de cobrança de tarifa mensal de assinatura, por parte das empresas de telefonia. Admitiu-se a repercussão geral da questão, tendo em vista a existência de relação jurídica da qual fazem parte milhões de consumidores, por todo o território nacional. Trata-se de serviços que “atendem as necessidades básicas de comunicação pessoal, profissional e mercantil, revelando-se, além do mais, fator de segurança público-privada e integração nacional” (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 567.454-1/BA, Relator Ministro CARLOS BRITTO, julgada em 28 de fevereiro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 28 de março de 2.008). O segundo caso, diz respeito à aplicação retroativa de leis sobre planos de saúde. O voto da Ministra Relatora CÁRMEN LÚCIA destacou que o universo de contratos é enorme e gera efeitos para os segurados e para as administradoras de planos de saúde (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 578.801-6/RS, julgada em 17 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 31 de outubro de 2.008).

⁵²¹ BRUNO DANTAS, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 239.

⁵²² GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 31.

⁵²³ “Enquanto a questão jurídica debatida e solucionada estiver adstrita às partes do processo e aos seus interesses apenas, não haverá campo propício ao recurso extraordinário. Para que esse se torne viável é indispensável que a questão individualmente dirimida esteja também sendo objeto de preocupação geral, fora do processo, envolvendo toda a comunidade ou pelo menos grandes ou numerosos seguimentos da sociedade” (HUMBERTO THEODORO, *O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral* (CF, art. 102, § 3º), in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, José Miguel Garcia Medina – Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz – Luís Otávio Sequeira de Cerqueira – Luiz Manoel Gomes Junior (coords.), São Paulo, RT, 2.008, p. 933).

isso, poderá sedimentar-se a jurisprudência da Corte a respeito de temas que tenham o condão de se multiplicar em diversos processos⁵²⁴.

Por essa razão, boa parte dos acórdãos que apreciaram essa preliminar sinalizaram para o fato de que a repercussão geral deve se referir a uma questão necessariamente abrangente, na qual esteja veiculado um interesse *maior*, não restrito às partes recorrentes. E, ainda, que ele possa afetar determinados setores ou segmentos da sociedade brasileira (contribuintes de um determinado imposto, empresas de um setor econômico, aposentados e pensionistas, universitários, militares, etc...⁵²⁵).

A manifestação encaminhada pelo Ministro Relator MENEZES DIREITO, no julgamento da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 592.616-8/RS, bem demonstra essa situação. Admitiu-se a existência dessa preliminar na medida em que a impugnação se referia a matéria que “transcende o interesse subjetivo das partes e possui relevância suficiente para viabilizar o julgamento do recurso extraordinário por este Supremo Tribunal Federal”⁵²⁶.

Confirma-se, portanto, a assertiva lançada no início deste capítulo: a configuração do novel instituto da repercussão geral da questão constitucional passa, necessariamente, pela avaliação do *binômio relevância/transcendência*. Essa circunstância se faz presente, também, no direito germânico, no qual se leva em consideração não apenas

⁵²⁴ É o que ponderou com acerto EDUARDO DE AVELAR LAMY: “Fica claro que a repercussão geral não equivale apenas à relevância da questão debatida. A sua demonstração no recurso extraordinário diz respeito tanto à importância, à relevância política, social, econômica e jurídica (1ª parte do § 1º do art. 543-A) das controvérsias sob julgamento, quanto à demonstração da transcendência dos interesses subjetivos das partes que o julgamento do feito pode proporcionar (2ª parte do § 1º do art. 543-A), especialmente pela possibilidade de multiplicação de feitos que versem sobre a mesma matéria” (*Demonstrando a repercussão geral no recurso extraordinário*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, cit., p. 900). Contudo, não se pode concordar com a conclusão apresentada pelo autor, no sentido de que o capítulo atinente à demonstração da repercussão geral deveria ser subdividido em dois subitens: um para demonstrar a relevância da questão e outro para comprovar a repercussão da matéria, com possibilidade de repetição em inúmeros feitos, “denotando a transcendência dos interesses subjetivos na espécie” (cit., p. 902). Os dois aspectos estão intimamente ligados. Não necessariamente a questão já deverá ter sido reproduzida em outros casos; basta, como se verá, que ela tenha esse *potencial*. Por isso, o recurso pode ser *paradigmático*, como admite o artigo 543-B do Código de Processo Civil (v. item 6.1, *infra*).

⁵²⁵ Esse é, uma vez mais, também o entendimento unânime da doutrina. PAULO LUCON é enfático: “para que o recurso extraordinário possa vir a ser admitido e julgado pela Suprema Corte, a matéria discutida no processo deve gravitar fora da órbita objetiva e subjetiva do recorrente, atingindo, portanto, um largo segmento social, econômico ou político” (*Repercussão geral (ausência)*. *Prequestionamento (ausência)*. *Ofensa indireta à Constituição Federal*. *Má-fé e ignorância*. *Danos decorrentes da demora do processo*, in *RePro* 157/353).

⁵²⁶ Julgada em 10 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 24 de outubro de 2.008.

a importância de uma determinada questão de direito. Avalia-se, conjuntamente, o reflexo e significado que sua decisão possa ter para outros processos, em que o mesmo ponto esteja sob discussão⁵²⁷. Verifica-se, como destacou COSTA MACHADO, o aspecto *interno*, relativo à *importância do tema em discussão*, e também o aspecto *externo*, relativo aos *efeitos que a decisão dessa questão pode gerar para a sociedade*⁵²⁸.

Outro aspecto importante, destacado em vários acórdãos do Supremo que já examinaram a repercussão geral da questão constitucional, diz respeito à necessidade de definição de um tema jurídico *controvertido*. Demonstra-se, com isso, a preocupação da Corte em *consolidar teses de julgamento*, que possam ser aplicadas aos inúmeros recursos extraordinários que se seguirem. Muitas vezes, nesses casos, a ausência de precedentes sobre determinada questão é entendida, também, como um dos fatores importantes para caracterizar a repercussão geral. Ou seja, a inexistência de um pronunciamento *firme* do Supremo Tribunal Federal é fator de instabilidade e pode dar margem a interpretações conflitantes de certos preceitos constitucionais⁵²⁹. A mesma posição é adotada pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América⁵³⁰.

Finalmente, outro ponto decisivo que pode determinar a presença de repercussão geral diz respeito aos recursos extraordinários em que se discuta a inconstitucionalidade de determinado diploma legal. Como ponderou o voto da Ministra Relatora CÁRMEN LÚCIA, na Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 559.943-4/RS, “quando uma lei tem a sua presunção de constitucionalidade questionada, fundamentadamente, em juízo, e principalmente, quando se tem a acolhida de alegação de contrariedade ao texto da Constituição da República por algum ou alguns órgãos do Poder

⁵²⁷ HANS PRÜTTING, cit., p. 156.

⁵²⁸ Cit., p. 999.

⁵²⁹ Nesse sentido, confira-se: Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 573.675-0/SC, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 22 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 11 de abril de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 577.494-5/PR, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 17 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 9 de maio de 2.008; e a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 576.155-0/DF, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 4 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 1º de agosto de 2.008.

⁵³⁰ Novamente, a *Rule 19* garante o acesso à Suprema Corte nos casos em que “a state court or a federal appellate court has passed down an important question of federal law on which the supreme Court has never passed” (HENRY ABRAHAM, cit., p. 192).

Judiciário” está-se diante de hipótese de repercussão geral, na medida em que essa decisão tem reflexos sobre um grupo necessariamente abrangente de pessoas⁵³¹.

Essa mesma característica foi pontuada pela doutrina alemã, como anotou HANS PRÜTTING: “a dúvida referente à inconstitucionalidade de uma norma atinge inevitavelmente todos os processos, nos quais a mesma norma se possa aplicar, ou seja, as vacilações jurídicas a respeito vão, necessariamente, além do caso concreto, no que se refere à sua importância”⁵³².

A seguir, juntamente com a identificação de cada um dos fatores aptos a configurar a repercussão geral da questão constitucional, será analisada a jurisprudência formada, até o momento, pelo Excelso Pretório. É a Corte Suprema quem, em última instância e mediante decisão fundamentada, irá fixar quais temas são ou não dotados de tal requisito. Trata-se de material valioso para estudo, na tentativa de aclarar não apenas as questões, mas também os fatores que mais influenciaram o Tribunal Maior a admitir a presença da repercussão geral da questão constitucional.

4.4.1.- Reflexos de ordem econômica.

O primeiro dos critérios elencados pelo Código de Processo Civil (artigo 543-A, § 1º), que pode demonstrar a presença de repercussão geral da questão constitucional debatida no recurso extraordinário, diz respeito aos reflexos de ordem econômica gerados pela decisão recorrida.

Dessa forma, quando estiver em jogo uma questão de alto valor, que possa trazer consequências econômico-financeiras relevantes para o país, a afetar, por exemplo, a estabilidade da economia, ou de um setor específico do comércio, a prestação de serviços públicos, por parte de entes públicos ou mesmo de empresas privadas⁵³³, o

⁵³¹ Julgada em 28 de novembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 7 de dezembro de 2.007.

⁵³² Cit., p. 156.

⁵³³ BRUNO MATTOS E SILVA, cit., pp. 2-3.

equilíbrio da balança comercial, as finanças públicas, etc..., estará configurada a repercussão geral. Ou, ainda, quando a decisão judicial puder criar um precedente que permita a reivindicação de um determinado direito por número relevante de pessoas também pode estar configurada a sua repercussão geral⁵³⁴.

Em tal aspecto, ganham relevo, como de costume, as *matérias tributárias*⁵³⁵. Não é de se estranhar essa situação, haja vista a extensão e a minúcia com que as questões tributárias são tratadas na Constituição.

Até o momento, cerca de 50% dos casos em âmbito cível, nos quais ficou reconhecida a existência da repercussão geral, dizem respeito a questões tributárias.

Algumas circunstâncias vêm sendo destacadas pelo Supremo Tribunal Federal, para afirmar a existência de repercussão geral em relação a esses temas. O fato de um determinado tributo incidir sobre um setor da economia, o que pode causar grande impacto em seu desenvolvimento⁵³⁶. Da mesma forma, a necessidade de se definir o alcance de hipóteses de imunidades tributárias, previstas em âmbito constitucional⁵³⁷. Além disso, a discussão quanto à constitucionalidade de determinado tributo ganha ainda mais importância econômica, quando se leva em consideração a circunstância de “uma quantidade elevada de recursos financeiros que já foram utilizados pelo governo”⁵³⁸.

⁵³⁴ LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC 45*, cit., p. 284.

⁵³⁵ “Em direito tributário, praticamente todas as questões são de relevância. Os institutos de Direito Tributário têm a marca do interesse público” (CARLOS VELLOSO, *Arguição de relevância da questão federal em matéria tributária*, in *Revista de Direito Tributário* 9-10/38).

⁵³⁶ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 566.259-4/RS, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 4 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 9 de maio de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 577.302-7/RS, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 19 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 2 de maio de 2.008.

⁵³⁷ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 564.413-8/SC, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 5 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 14 de dezembro de 2.007; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 566.622-1/RS, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgada em 23 de fevereiro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 25 de abril de 2.008.

⁵³⁸ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 576.189-4/RS, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 22 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 29 de fevereiro de 2.008. Do mesmo modo, foi reconhecida a repercussão geral no julgamento preliminar do Recurso Extraordinário nº 576.155-0/DF, do mesmo Relator, no qual se discute a legalidade de acordo para pagamento de débitos tributários. Destacou o Ministro CARLOS BRITO o fato de que essa “renúncia fiscal envolveria valores da ordem de R\$ 8 bilhões” (julgado em 4 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicado em 1º de agosto de 2.008). Ou, ainda, quando se discute a possibilidade de compensações tributárias, tendo a Ministra Relatora CARMEN LÚCIA anotado em seu voto: “De um lado há a Fazenda Pública, cujo impacto causado pelas compensações tributárias pode provocar alterações de monta na arrecadação tributária, o que pode ser tão

Vale notar que mesmo se tratando de imposto estadual, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da questão constitucional. Isso porque “é possível a repetição dessa mesma questão nas demais unidades da Federação, sendo necessária a manifestação desta Corte para a pacificação da matéria”⁵³⁹. Ou ainda, porque esse tributo pode interferir em todos os demais Municípios de um determinado Estado “o que, portanto, também ultrapassa o interesse individual dos entes federativos em litígio”⁵⁴⁰.

Em resumo, está-se diante de questões cujos reflexos *transcendem* os interesses subjetivos da causa e possuem “grande densidade constitucional”⁵⁴¹, a revelar a importância da matéria.

Finalmente, dois outros temas constitucionais importantes ganharam ares de relevância econômica, em vista das consequências que podem advir do julgamento dos recursos extraordinários nos quais estão sendo debatidos.

Em primeiro lugar, as questões de natureza *previdenciária*, bem como aquelas ligados ao *funcionalismo público*, foram consideradas, em alguns casos, como sendo dotadas de repercussão geral. Assim, por exemplo, a definição de uma hipótese de concessão de determinado benefício, que pode gerar considerável aumento de custos para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS⁵⁴². Ou também, a discussão quanto ao pagamento de gratificações a funcionários de entes públicos, que podem acarretar impacto direto em suas finanças⁵⁴³.

grande quanto a quantidade de precatórios a serem pagos. De outro lado, estão os credores que titularizam os precatórios e que vêm na compensação tributária prevista no art. 78, § 2º, do ADCT, uma forma de receberem seus créditos sem esperar na longa fila daqueles títulos, na hipótese de terem débitos com qualquer dos entes públicos, ou a cessão de direito para empresas que tiverem interesse na compensação tributária (art. 78, *caput*, *in fine*, do ADCT)” (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 566.349-3/MG, julgada em 3 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 31 de outubro de 2.008).

⁵³⁹ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 584.100-6/SP, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgada em 21 de junho de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 31 de julho de 2.008.

⁵⁴⁰ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 572.762-9/SC, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 22 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 11 de abril de 2.008.

⁵⁴¹ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 576.967-4/PR, Relator Ministro JOAQUIM BARBOSA, julgada em 26 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 27 de junho de 2.008.

⁵⁴² Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 583.834-0/SC, Relator Ministro CARLOS BRITTO, julgada em 14 de junho de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 1º de agosto de 2.008.

⁵⁴³ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 570.908-6/RN, Relator Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 9 de fevereiro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 29 de fevereiro de 2.008.

Em segundo lugar, existe uma questão que vem se tornando recorrente nos Tribunais, relativa à discussão quanto à obrigatoriedade de o Estado fornecer medicamentos de alto custo. Está em jogo, nesses casos, não apenas o direito fundamental à saúde, de inegável conteúdo social e coletivo; a disponibilização de tais remédios impacta o orçamento das unidades da federação e da própria União, fator que pode colocar em risco a assistência global à saúde (manutenção de hospitais e rede pública de atendimento, programas de prevenção de doenças, etc...⁵⁴⁴).

Em todos esses casos, o *impacto financeiro* que poderá ser causado pela decisão a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal – em relação a determinado ente público, a empresas de um setor da economia brasileira, ou mesmo a uma categoria do funcionalismo público – foi considerado fator apto a configurar a repercussão geral da questão constitucional.

4.4.2.- Implicações de cunho político.

Como destacou ADRIANO MARREY, o recurso extraordinário sempre foi dotado de uma finalidade eminentemente *política*. Isso porque o Supremo Tribunal Federal não está incumbido de julgar todas e quaisquer controvérsias que lhe sejam apresentadas, mas sim aquelas em que esteja em jogo a inteireza, a validade e a interpretação uniforme da Constituição, a fim de, com isso, garantir a sua autoridade⁵⁴⁵.

⁵⁴⁴ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 566.471-6/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 3 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 7 de dezembro de 2.007.

⁵⁴⁵ A *arguição de relevância da questão federal na interposição do recurso extraordinário*, cit., p. 42. Esse mesmo pensamento já havia sido destacado por LIEBMAN: “*Peculiar a esse recurso [extraordinário] é, no entanto, um elemento de caráter político, revelado no fato de conduzir a uma revisão parcial da decisão, restrita às questões cuja resolução transcende os confins da controvérsia concreta, porquanto são as questões que podem se reproduzir no futuro em outros processos*” (LIEBMAN – notas às *Instituições de Direito Processual Civil* de CHIOVENDA, cit., p. 404). Ou, ainda, a lição de FERNANDO DE LA RÚA, para quem no “recurso extraordinário, la finalidad política es más eminente, porque se vincula com la preeminência de la Constitución nacional y la enunciación de su doctrina” (cit., p. 163). Destacou o mesmo autor a importância do recurso extraordinário na consolidação do federalismo argentino, garantindo a autonomia das províncias, sendo que “*a través del recurso extraordinario de la ley 48, la Corte nacional realiza una tarea de unificación en aquellos casos cuya gravedad hace que repercutan sobre la efectiva vigencia de principios constitucionales*” (cit., p. 168).

É essa finalidade *maior* do recurso extraordinário um dos pontos que devem ser levados em consideração no exame da existência de repercussão geral. Por essa razão, quando o recurso extraordinário envolver, por exemplo, matérias que digam respeito à *unidade federativa*, à *separação de poderes* e à *divisão de competências* entre os diversos entes que compõem a Federação, ou entre eles e os *Estados ou organismos internacionais*, haverá grande chances de se configurar a repercussão geral⁵⁴⁶.

Cita LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR outro exemplo de grande relevância política, quando o recurso extraordinário envolver a aplicação de tratados internacionais⁵⁴⁷. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da questão relativa à discussão da constitucionalidade da prisão do depositário infiel, na qual se invoca a aplicação interna do Pacto de São José da Costa Rica⁵⁴⁸.

Além desse caso, o Excelso Pretório examinou alguns recursos extraordinários nos quais o aspecto político da repercussão geral ganhou maior relevo.

O primeiro deles, diz respeito à definição da imunidade tributária dos entes públicos, cuja definição, nas palavras do Ministro Relator JOAQUIM BARBOSA, é importante salvaguarda do pacto federativo⁵⁴⁹.

O segundo caso trata da necessidade de se observar o processo legislativo para a criação de cargos públicos. O voto-divergente do Ministro MARCO AURÉLIO, que acabou por prevalecer para a admissão do recurso extraordinário, ressaltou a importância de se definir o “real alcance das competências definidas na Constituição Federal” para cada um dos entes da Federação⁵⁵⁰.

Em terceiro lugar, na Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 576.920-8/RS examinou-se a questão do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, órgãos auxiliares do Poder Legislativo, que estão incumbidos de avaliar e aprovar

⁵⁴⁶ BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 618.

⁵⁴⁷ *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC 45*, cit., p. 285.

⁵⁴⁸ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 562.051-4/MT, Relator Ministro CEZAR PELUSO, julgada em 16 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 12 de setembro de 2.008.

⁵⁴⁹ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 580.264-7/RS, julgada em 10 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 31 de outubro de 2.008.

⁵⁵⁰ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 577.025-7/DF, julgada em 22 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 18 de abril de 2.008.

as contas do Executivo (artigos 31, § 1º, 33, § 2º, 71 e 75 da Constituição Federal). A natureza dessa decisão e, portanto, de seus efeitos, que podem refletir diretamente no princípio da separação dos Poderes, foram considerados relevantes e suficientemente abrangentes para merecer novo julgamento por parte do Supremo Tribunal Federal⁵⁵¹.

Por fim, uma quarta questão – e que, atualmente, também está bastante em voga no cenário jurídico-político nacional – diz respeito à definição do papel das agências reguladoras. Note-se, por importante, que mesmo se tratando de caso envolvendo particulares, a Corte entendeu estar presente a repercussão geral da questão relativa à necessidade ou não da discriminação de pulsos em cobranças telefônicas. O assunto interessa a todos os usuários dos serviços públicos de telecomunicações, cujas empresas concessionárias estão sujeitas à fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações⁵⁵².

Mais uma vez, a importância desses temas na agenda do país, conjugada com a extensão dos efeitos dos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal em tais casos, deram o tom nas decisões que decidiram pela presença da repercussão geral da questão constitucional.

4.4.3.- Relevância *jurídica da quaestio iuris*.

Inicialmente, deve-se lembrar que a repercussão geral está agora restrita, unicamente, às questões de ordem *constitucional*. Portanto, o aspecto jurídico que deve nortear a análise de tal preliminar tem de estar relacionado a temas tratados na Constituição Federal.

ARRUDA ALVIM destacou algumas matérias relevantes, do ponto de vista eminentemente jurídico, para configurar a presença de repercussão geral. Assim, por

⁵⁵¹ Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 22 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 10 de abril de 2.008.

⁵⁵² Recurso Extraordinário nº 561.574-0/BA, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 17 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 1º de fevereiro de 2.008.

exemplo, a definição de um instituto objeto de lei complementar e, da mesma forma, quando essa regulamentação puder causar reflexos em outros institutos importantes do direito⁵⁵³.

Na mesma linha, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA afirma que a possibilidade de que uma mesma questão se repita em uma série de outras demandas configuraria um dos elementos mais importantes para a demonstração da repercussão geral. Por essa razão, a “repercussão geral jurídica no sentido estrito existiria, por exemplo, quando estivesse em jogo o conceito ou a noção de um instituto básico de nosso direito, de molde que aquela decisão, se subsistisse, pudesse significar perigoso e relevante precedente, como o de direito adquirido”⁵⁵⁴.

Já VICTOR NUNES LEAL defendia a presença da relevância *jurídica* da questão federal quando estivesse configurado dissídio jurisprudencial em torno de uma lei de aplicação freqüente, cuja interpretação pudesse gerar sérias dúvidas⁵⁵⁵. Se esse dispositivo for de natureza constitucional, a probabilidade de se configurar a repercussão geral permanece elevada. Até porque, a divergência jurisprudencial foi expressamente arrolada como um dos casos de repercussão geral (artigo 543-A, § 3º do Código de Processo Civil – v. item 4.5, *infra*).

A análise desses exemplos demonstra, uma vez mais, que a configuração da repercussão geral está atrelada ao binômio *importância do tema e extensão dos efeitos de seu julgamento*⁵⁵⁶. Como explica CAROLINA BRAMBILA BEGA,

⁵⁵³ *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 56, n. 33. O Plenário virtual do Supremo já admitiu a presença da repercussão geral em caso que envolve a previsão, por lei ordinária, de responsabilidade solidária dos sócios de sociedade limitada pelo pagamento de determinado tributo. Isso porque haveria *prima facie* a necessidade de edição de lei complementar para regulamentar a matéria (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 567.932-2/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 7 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 14 de dezembro de 2.007). No mesmo sentido, veja-se a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 559.943-4/RS, Relatora Ministra CARMEM LÚCIA, julgada em 28 de novembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 7 de dezembro de 2.007. O julgamento de mérito desse recurso gerou a edição da súmula vinculante nº 8, que consolida o entendimento da Corte acerca da inconstitucionalidade da regulamentação de prescrição e decadência tributárias, por meio de lei ordinária.

⁵⁵⁴ Cit., p. 1.058.

⁵⁵⁵ *O requisito da “relevância” para redução dos encargos do Supremo Tribunal*, cit., p. 18.

⁵⁵⁶ GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO resumem o conceito com uma fórmula: “(repercussão geral = relevância + transcendência). (...)”. Presente o binômio, caracterizada está a repercussão geral” (cit., pp. 33-34). Em relação ao segundo requisito, ponderam os mesmos autores: “A transcendência da controvérsia constitucional levada ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal pode ser caracterizada tanto em uma perspectiva qualitativa como quantitativa. Na primeira, sobreleva para

“para que seja dotada de repercussão geral, a questão abordada deverá tanto ser relevante, isto é, ter alta carga de significação, quanto transcender os interesses das partes, irradiando efeitos para além do processo”⁵⁵⁷. É o que se pode concluir da interpretação do § 1º do artigo 543-A do Código de Processo Civil, que utiliza os termos “*questões relevantes (...) que ultrapassem os interesses subjetivos da causa*” (destacamos).

A mesma autora ressalta o fato de que as hipóteses de afronta ao *núcleo intangível* da Constituição Federal – isto é, quando a decisão ou acórdão recorrido tenham violado alguma de suas cláusulas pétreas (artigo 60, § 4º da Carta Magna⁵⁵⁸) – configurariam questões de repercussão geral⁵⁵⁹.

Nessa linha, o Plenário virtual da Corte Suprema decidiu pela presença de repercussão geral no “fato de a Corte de origem haver declarado a inconstitucionalidade de lei federal a versar sobre tema tributário, sendo *interposto o extraordinário com base na alínea ‘b’ do inciso III* do artigo 102 da Constituição Federal”⁵⁶⁰.

individualização da transcendência o importe da questão debatida para sistematização e desenvolvimento do direito; na segunda, o número de pessoas susceptíveis de alcance, atual ou futuro, pela decisão daquela questão pelo Supremo e, bem assim, a natureza do direito posto em causa (notadamente, difuso ou coletivo)” (cit., pp. 37-38). ELTON VENTURI segue a mesma linha, ao afirmar que esses dois conceitos estão “umbilicalmente ligados pela norma, uma vez que, nos termos definidos pelo dispositivo referido, para o reconhecimento da repercussão geral e conseqüente admissibilidade do recurso extraordinário *não há relevância sem transcendência, nem a mera transcendência importa, se concomitantemente não se verificar a importância jurídica, política, social ou econômica da questão constitucional objeto do recurso*” (*Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, cit., p. 913).

⁵⁵⁷ Cit., p. 61.

⁵⁵⁸ A saber: forma federativa do Estado brasileiro; voto direto, secreto e universal; princípio da separação dos Poderes, e direitos e garantias individuais dos cidadãos brasileiros.

⁵⁵⁹ CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 64.

⁵⁶⁰ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 561.908-7/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 3 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 7 de dezembro de 2.007. No julgamento da Questão de Ordem no Recurso Extraordinário nº 559.607-9/SC, o Ministro Relator MARCO AURÉLIO ressaltou que a declaração de inconstitucionalidade de lei, e a conseqüente interposição de recurso extraordinário com fulcro na alínea “b” do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal, teria ares *automáticos* de relevância (julgada em 26 de setembro de 2.007, Plenário, publicada em 21 de fevereiro de 2.008). Vale notar, porém, que a ementa do acórdão não deixou consignado esse ponto, em razão de preocupação manifestada pelo Ministro GILMAR MENDES, no sentido de generalizar mais um caso de presunção de repercussão geral. Mesmo que a afirmação tenha constado simplesmente como *obter dictum*, ela dá um indício da posição que o Excelso Pretório pretende adotar na interpretação do instituto. Esse mesmo posicionamento voltou a ser reafirmado no julgamento da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 590.871-2/RS, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 14 de novembro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 5 de dezembro de 2.008.

Outra questão jurídica, que comumente se faz presente nos pronunciamentos que deliberam pela existência de repercussão geral, diz respeito a matérias objeto de exame em recursos extraordinários afetos ao Plenário da Corte ou, principalmente, em ações de controle concentrado de constitucionalidade.

Em relação à primeira hipótese, pode-se citar a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 574.706-9/PR. A Relatora do caso, Ministra CÁRMEN LÚCIA, destacou o fato de a questão constitucional ali veiculada estar pendente de julgamento no órgão pleno, pela via de recurso extraordinário (controle difuso). Isso porque, como bem destacou o seu voto, “insuficiente será a finalização daquele julgamento sem a *qualificadora* constitucional da repercussão geral, que, uma vez reconhecida, oferece solução definitiva sobre a matéria e impede a repetição processualmente indevida e socialmente onerosa de outros processos com identidade e objeto” (destacamos⁵⁶¹).

Em relação à segunda hipótese, pode-se citar a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 592.616-8/RS. Um dos fatores que caracterizaram a presença da repercussão geral estava relacionado ao fato de a normal legal impugnada ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, na qual foi deferida medida liminar para suspender os julgamentos dos processos em trâmite nas instâncias inferiores (determinação essa que, antes do advento da Lei nº 11.418, de 2.006, não incluiria o Supremo Tribunal Federal). Essa circunstância demonstraria que a matéria “transcende o interesse subjetivo das partes e possui relevância suficiente para viabilizar o julgamento do recurso extraordinário”⁵⁶².

Ademais, o voto do Ministro MARCO AURÉLIO, em julgado já examinado, destacou a importância que adquire a definição a respeito da interpretação de determinados preceitos constitucionais, para o fim de estabelecer o seu real alcance. É o caso, por exemplo, das expressões “receita” e “faturamento” que são levadas em consideração para fixar a base de cálculo de um sem número de tributos⁵⁶³. Em outro

⁵⁶¹ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 574.706-9/PR, julgada em 25 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 16 de maio de 2.008.

⁵⁶² Relator Ministro MENEZES DIREITO, julgada em 10 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 24 de outubro de 2.008.

⁵⁶³ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 583.712-2/SP, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 29 de agosto de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 19 de setembro de 2.008.

julgado, o mesmo Ministro afirmou a necessidade de se “elucidar, de uma vez por todas” a interpretação de um artigo constitucional⁵⁶⁴.

Por essa mesma razão, a inexistência de precedentes da Corte a respeito de matérias importantes – como, por exemplo, aquelas que dizem respeito à constitucionalidade da criação de um novo tributo – também tem influência no acolhimento da repercussão geral⁵⁶⁵.

De outro lado, decisão ainda pendente de publicação, proferida em Recurso Extraordinário de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO, apontou a existência de repercussão geral da questão constitucional em razão da mudança de posicionamento da jurisprudência (quanto ao creditamento do Imposto sobre Produtos Industrializados). Sua manifestação, que não sofreu qualquer tipo de oposição no Plenário virtual, destacou: “Na espécie, dois temas exigem a manifestação do Supremo. O primeiro faz-se ligado à *segurança jurídica*, e, portanto, à declaração de procedência do pedido formulado na rescisória quando havia corrente jurisprudencial majoritária no sentido da descisão rescindenda. O segundo diz respeito à circunstância de o creditamento no caso de isenção estar pendente, no Plenário, de novo crivo”⁵⁶⁶.

Outro caso interessante examinado pela Corte, e considerado como juridicamente relevante, está relacionado ao exame do alcance de princípios delimitados pela Constituição Federal. Trata-se da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 580.264-7/RS, em que se discute a imunidade tributária de uma sociedade de economia mista que presta serviços (públicos) de saúde. O voto do Ministro JOAQUIM BARBOSA destacou que o recurso extraordinário envolve princípios constitucionais relevantes, tais como a preservação da livre iniciativa, da livre concorrência, bem como a proibição de se

⁵⁶⁴ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 574.706-9/PR, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 25 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 16 de maio de 2.008.

⁵⁶⁵ Por todos, confira-se: Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 573.675-0/SC, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 22 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 11 de abril de 2.008.

⁵⁶⁶ Julgada em 24 de novembro de 2.008.

estender vantagens a empresas públicas ou sociedade de economia mista que exploram atividades econômicas, em sentido estrito⁵⁶⁷.

Relacionado, parcialmente, a esse tema, também foi reconhecida a repercussão geral da questão constitucional para se definir “se a responsabilidade objetiva, prevista no art. 37, § 6º, da Constituição, também é aplicável aos casos de responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, em relação aos terceiros não-usuários do serviço”⁵⁶⁸.

Finalmente, dois casos ainda merecem ser destacados. Na Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 575.089-2/RS, e na Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 578.801-6/RS, a Corte ressaltou a importância de analisar possível ofensa a direito adquirido, elencado como um dos princípios fundamentais da ordem jurídica nacional (artigo 5º, inciso XXXVI⁵⁶⁹).

Além disso, na Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 562.051-4/MT, de relatoria do Ministro CEZAR PELUSO, admitiu-se recurso extraordinário que discute a constitucionalidade da prisão do depositário infiel, matéria relevante, que se repete em inúmeros feitos e “que interessa ao bem jurídico fundamental da liberdade física das pessoas e, como tal, transcende os limites subjetivos da causa e cuja decisão se revestirá de repercussão geral”, fixando-se, definitivamente, a posição do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto⁵⁷⁰.

⁵⁶⁷ Julgada em 10 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 31 de outubro de 2.008. Sobre os múltiplos contornos desse tema, cf. EROS GRAU, *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*, 12ª ed., São Paulo, 2.007, pp. 101-119.

⁵⁶⁸ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 591.874-2/MT, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 24 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 21 de novembro de 2.008. Sua manifestação destacou: “Essa definição é de grande relevância tanto para as empresas quanto para os Tribunais do país, pois, a depender do resultado, pode alterar sobremaneira, em casos semelhantes, a ótica sob a qual o conjunto probatório deverá ser analisado, inclusive quanto ao ônus da prova”.

⁵⁶⁹ Respectivamente: Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 26 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 16 de maio de 2.008; Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 17 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 31 de outubro de 2.008.

⁵⁷⁰ Julgada em 16 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 12 de setembro de 2.008. Destaque-se que esse tema já estava afeto ao Plenário, por meio do Recurso Extraordinário nº 466.343-2/SP, também de relatoria do Ministro CEZAR PELUSO. No entanto, esse recurso havia sido distribuído em dezembro de 2.005, antes da implementação da sistemática da repercussão geral. No julgamento de mérito, acabou prevalecendo a tese da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel, salvo em relação aos casos decorrentes de dívida de alimentos.

4.4.3.1.- Questões de ordem *processual-constitucional*.

Algumas questões que se poderiam definir como sendo de ordem *processual-constitucional* já mereceram acolhida, por parte do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da repercussão geral. Leva-se em conta nesses casos a importância dos temas e a possibilidade de extensão dos efeitos da decisão do recurso extraordinário a um sem número de casos *semelhantes*⁵⁷¹.

Um primeiro tema, que tem sido recorrente, é o que toca à possibilidade de se promover execução provisória contra a Fazenda Pública, haja vista o privilégio do pagamento mediante requisição de precatórios (artigo 100 da Constituição Federal). Alguns casos já foram analisados a esse respeito⁵⁷². Entende-se, basicamente, estar presente a relevância *econômica* desse tema, haja vista as consequências orçamentárias oriundas de tais processos, bem como a relevância jurídica de se definir o alcance e a interpretação do artigo 100 da Carta Magna. Além do fato de a questão se repetir em múltiplos processos.

Ainda no que tange ao assunto precatórios, a Corte já acolheu a Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 590.751-1/SP, na qual se discute a incidência de juros legais no pagamento parcelado dessa dívida, conforme previsão inserida ao artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (por força da Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2.000⁵⁷³). E, ainda, a Repercussão

⁵⁷¹ Esse fenômeno, como relata ENRIQUE PALACIO, se verifica também na Argentina: “la jurisprudencia de la Corte tiene resuelto que no justifica la concesión del recurso la interpretación de normas meramente procesales contenidas en leyes de carácter federal, salvo cuando lo resuelto por la sentencia ocasione agravio constitucional o comprometa las instituciones básicas de la Nación, o sea em los casos que revistan *gravedad institucional*” (cit., p. 610).

⁵⁷² Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 573.872-2-8/RS, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 22 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 11 de abril de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 568.647-7/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 9 de fevereiro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 11 de abril de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 564.132-5/RS, Relator Ministro EROS GRAU, julgada em 17 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 28 de março de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 578.695-1/RS, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 4 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 9 de maio de 2.008.

⁵⁷³ Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 7 de novembro de 2.008, Plenário (virtual), publicado em 21 de novembro de 2.008.

Geral no Recurso Extraordinário nº 578.812-1/RS, em que se discute a possibilidade de conversão de precatórios expedidos antes da Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2.002, em requisições de pequeno valor⁵⁷⁴.

Além disso, uma decisão recente da Corte, ainda não publicada, admitiu a presença da repercussão geral para discutir a possibilidade de extinção de execuções fiscais de pequeno valor. Novamente, a questão também afeta a arrecadação municipal⁵⁷⁵.

Outro tema bastante relevante admitido a julgamento no Excelso Pretório, pela via extraordinária, está relacionado à “observância do artigo 97 da Constituição Federal ante a referência a decisão de órgão fracionário que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, afasta a aplicação do dispositivo legal”⁵⁷⁶.

Além disso, houve acolhida de repercussão geral em recurso extraordinário que trata de hipótese muito importante: definir se o parágrafo único do artigo 741 do Código de Processo Civil – inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais – teria incidência no âmbito dos juizados especiais, bem como se seria aplicável às sentenças já transitadas em julgado, com violação da garantia expressa no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal⁵⁷⁷. E, ainda, na Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 590.871-2/RS discute-se o prazo para oposição de embargos à execução contra a Fazenda Pública, em razão do questionamento quanto à constitucionalidade da Lei nº 9.494, de 1.997, em processo

⁵⁷⁴ Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 3 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicado em 24 de outubro de 2.008.

⁵⁷⁵ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 591.033/SP, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgada em 26 de setembro de 2.008, Plenário (virtual).

⁵⁷⁶ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 585.702-6/ES, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 28 de junho de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 12 de setembro de 2.008. Mais uma vez, o julgamento de mérito desse tema gerou a edição da Súmula Vinculante nº 10, a qual determina: “Viola a cláusula de reserva de Plenário (cf, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte”.

⁵⁷⁷ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 586.068-0/PR, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgada em 3 de agosto de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 22 de agosto de 2.008.

objetivo (Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 11/DF, Relator Ministro CEZAR PELUSO⁵⁷⁸).

Outra garantia fundamental, também de natureza processual-constitucional, que foi reconhecida pela Corte como sendo dotada de repercussão geral diz com a possibilidade de a Administração Pública anular seus próprios atos (causando prejuízo a direito individual), sem a instauração do devido processo legal, que garanta o exercício do pleno direito de plena defesa e do contraditório⁵⁷⁹.

Questão atual e ainda tormentosa, em âmbito processual, será objeto de análise no Recurso Extraordinário nº 576.847-3/BA. Acolheu-se a preliminar de repercussão geral para examinar a possibilidade de impetração de mandado de segurança contra decisão antecipatória dos efeitos da tutela, em processo afeto aos juizados especiais, haja vista a inexistência de recurso contra tais pronunciamentos⁵⁸⁰.

Houve aceitação, também, de repercussão geral em caso envolvendo decisão sobre competência para decidir “qual o órgão do Poder Judiciário é competente para decidir a respeito da forma de pagamento dos créditos, incluídos os de natureza trabalhista, previstos no quadro geral de credores de empresa sujeita a plano de recuperação judicial”⁵⁸¹. A divisão de competências entre a justiça comum e a justiça trabalhista, que pode afetar milhares de processos, norteou a decisão de admissibilidade do recurso extraordinário.

⁵⁷⁸ Julgada em 14 de novembro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 5 de dezembro de 2.008.

⁵⁷⁹ Recurso Extraordinário nº 594.296/MG, Relator Ministro MENEZES DIREITO, julgada em 14 de novembro de 2.008, ainda pendente de publicação. Seu voto destacou: “o presente recurso dá ao Augusto Pretório a oportunidade de demarcar constitucionalmente, de modo positivo, *vez por todas*, o poder de autotutela da Administração Pública. A delimitação do poder-dever de autotutela da Administração seria importante para nortear tantas outras causas que versam sobre matéria análoga a da presente demanda” (destacamos).

⁵⁸⁰ Relator Ministro EROS GRAU, julgada em 3 de maio de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 1º de agosto de 2.008.

⁵⁸¹ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 583.955-9/RJ, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 21 de junho de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 27 de junho de 2.008. Assunto semelhante foi tratado na Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 590.409-1/RJ. Admitiu-se o recurso extraordinário para o fim de estabelecer a quem compete julgar conflito de competência entre Juizado Especial Federal e Juízo Federal. Dois pontos foram destacados pelo Ministro RICARDO LEWANDOWSKI para acolher a preliminar: a decisão proferida no recurso extraordinário irá nortear o julgamento de inúmeros processos semelhantes, tanto no âmbito da Justiça Federal, quando da Estadual; além disso, apontou-se a existência de controvérsia a respeito do alcance de determinado preceito constitucional (julgada em 24 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 21 de novembro de 2.008).

Além disso, a questão da legitimidade de parte em ações de natureza coletiva foi admitida como sendo de repercussão geral. O caso em que se abriu a via excepcional de impugnação discute a possibilidade de o Ministério Público ajuizar ação civil pública para pleitear a nulidade de acordos que envolvem o pagamento de débitos tributários⁵⁸².

Ademais, também já se admitiu a presença de repercussão geral para examinar, via recurso extraordinário, se as associações precisam contar com *expressa* autorização de seus filiados para a propositura de ações judiciais, na defesa de seus interesses⁵⁸³.

Finalmente, a última hipótese em que foi acatada a existência de repercussão geral de questão de cunho constitucional-processual está presente no Recurso Extraordinário nº 594.116-7/SP. Nele será debatida a obrigatoriedade de o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS recolher o preparo de porte de remessa e retorno de autos, quando interpõe recurso extraordinário⁵⁸⁴. À primeira vista, a questão parece não ter qualquer importância. No entanto, os reflexos que essa decisão pode gerar para um sem número de impugnações daquele ente público fizeram com que a Corte admitisse o caso, para novo julgamento.

Novamente, o Supremo Tribunal Federal se manifestou no sentido de que essas questões processuais-constitucionais afetam uma série de pessoas (físicas ou jurídicas) e se repetem em uma infinidade de casos. Por isso, a necessidade de que seja proferida uma decisão *firme*, para pacificar a matéria. Se essa abrangência não estiver presente, não estará configurada a repercussão geral, por mais que a matéria seja de cunho relevante⁵⁸⁵.

⁵⁸² Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 576.155-0/DF, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 4 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 1º de agosto de 2.008.

⁵⁸³ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 573.232-1/SC, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 17 de maio de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 5 de junho de 2.008.

⁵⁸⁴ Relator Ministro MENEZES DIREITO, julgada em 7 de novembro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 21 de novembro de 2.008.

⁵⁸⁵ Foi por essa razão que, em dois outros casos, a Corte negou seguimento a recursos extraordinários, que tinham por objeto matérias processuais. No primeiro deles, não se aceitou a discussão quanto à possibilidade de redução *ex officio* de multa para cumprimento de obrigação específica (artigo 461, § 6º do Código de Processo Civil), haja vista que sua decisão “[n]ão extrapola os limites da causa ora julgada” (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 556.385-5/MT, Relator Ministro MENEZES DIREITO, julgada em 12 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 13 de dezembro de 2.007).

4.4.4.- Presença de *relevante interesse social*.

Com a instituição da repercussão geral, apenas as questões *socialmente relevantes* poderão ser julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Não é a primeira vez que textos legislativos brasileiros fazem menção à função social. A Constituição alude, por exemplo, à *função social* da propriedade (artigos 5º, inciso XXIII, e 170, inciso III). O Código Civil, mais recentemente, refere-se à *função social* do contrato (artigo 421, *caput*). Já há algum tempo, se fala da *função social* do processo: a pacificação social com justiça⁵⁸⁶.

Poderia-se, assim, sustentar que o recurso extraordinário, a partir da introdução do requisito preliminar de repercussão geral da questão constitucional, também está dotado de uma função *social*, qual seja, manter a uniformidade do direito nacional e, com isso, permitir que o Supremo Tribunal Federal se concentre apenas no reexame de questões importantes, que digam respeito ou interessem setores amplos e significativos da sociedade⁵⁸⁷.

No segundo caso, tema da mais alta importância – a concessão dos benefícios da justiça gratuita para pessoas jurídicas – também não foi passível de análise em sede extraordinária. Isso porque a decisão do Supremo Tribunal “não repercutirá política, econômica, social ou juridicamente na sociedade como um todo, limitando-se, no máximo, ao pequeno universo dessas pessoas que deduzem essa questão em juízo” (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 589.490-8/MG, Relator Ministro MENEZES DIREITO, julgada em 29 de agosto de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 26 de setembro de 2.008). A decisão deve ser vista com reservas, pois o tema é importante e pode, ao contrário do que restou decidido, afetar número grande de empresas, principalmente em épocas de crise.

⁵⁸⁶ CÂNDIDO DINAMARCO, *A Instrumentalidade do Processo*, 9ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.001, p. 161.

⁵⁸⁷ “Em outras palavras, apenas as questões que se apresentarem relevantes, do ponto de vista social – e não meramente individual –, serão julgadas no recurso extraordinário. Trata-se de opção política do constituinte derivado, no sentido de limitar a atividade jurisdicional da Suprema Corte, reservando-a aos casos de repercussão geral, de modo que a interpretação constitucional realizada no recurso extraordinário forme precedente que refletirá em outros casos idênticos. A repercussão geral significa o transbordamento dos limites subjetivos do caso submetido ao STF por força do recurso extraordinário, que encontrará eco em outras demandas similares, para as quais a Suprema Corte necessita formar jurisprudência” (RODRIGO BARIONI, *O recurso extraordinário e as questões constitucionais de repercussão geral*, cit., p. 722).

No entanto, cumpre indagar: o poder definir a relevância social da questão constitucional que fundamenta a interposição do recurso extraordinário? Falava EVANDRO LINS E SILVA do fato de estar em jogo uma *garantia fundamental do cidadão*⁵⁸⁸. É por isso, também, que SAMIR JOSÉ CAETANO MARTINS aponta para uma circunstância importante: “O aspecto que nos parece essencial é o de que a idéia de repercussão geral não deve ser analisada somente sob o plano horizontal, ou seja, como se estivesse relacionada apenas aos interesses metaindividuais. Numa perspectiva vertical, cumpre reconhecer que também quando estiver em jogo o direito de uma só pessoa, em situação aparentemente irrepetível, deverá ser reconhecida a repercussão geral, desde que se trate de direito fundamental, aí incluídos, como se sabe, os direitos e garantias individuais e os direitos sociais, com ênfase na tutela do mínimo existencial”⁵⁸⁹.

Da mesma forma, LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR traz interessante ponderação, ao relacionar a existência da repercussão geral com os valores básicos do Estado Democrático de Direito, traçados pela própria Constituição Federal. São eles: “soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político; construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em suma: “A proteção do Estado Democrático de Direito, com a prevalência dos direitos individuais e sociais, é o cerne da relevância da questão constitucional”⁵⁹⁰.

Além disso, certamente a admissão de recursos extraordinários interpostos em ações coletivas terão maiores perspectivas de viabilidade, na medida em que abordam interesses relevantes de toda uma coletividade, com decisões que projetam efeitos *ultra partes*⁵⁹¹. Essa circunstância já estava prevista no anterior regime da arguição

⁵⁸⁸ *O recurso extraordinário e a relevância da questão federal*, cit., p. 14. Arrematava o mesmo autor: “O interesse puramente privado, a mera disputa de bens materiais não se enquadra, em princípio, no requisito inovador. A relevância tem outro alcance e visa à tutela de bens jurídicos de outro porte e significação, abrangendo interesses superiores da Nação, questões de estado civil, direitos fundamentais do homem. Essa é uma visão de quem olha o horizonte do problema e não suas cercanias” (cit., p. 14).

⁵⁸⁹ *A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006)*, in RDDP 50/100-101.

⁵⁹⁰ *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., pp. 72-73.

⁵⁹¹ BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 618.

de relevância (artigo 325, inciso VII, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, de acordo com a redação que lhe foi conferida pela Emenda Regimental nº 2, de 1.985).

Foi, justamente, a presença de um direito de natureza coletiva – o direito fundamental à saúde – que fez com o que o Supremo Tribunal Federal aceitasse dois casos de repercussão geral, na análise preliminar dos Recursos Extraordinários nºs 566.471-6/RN e 578.801-6/RS⁵⁹². Mas as partes nessas demandas eram exclusivamente privadas, razão pela qual não é possível afastar, a priori, a existência de repercussão geral da questão constitucional em demandas promovidas ou que envolvam apenas particulares.

Não se pode negar, porém, que o Poder Público terá maior facilidade de ver os seus recursos extraordinários aceitos e apreciados pelo Supremo Tribunal Federal, na medida em que seus casos “não raro, envolvem demandas de massa”⁵⁹³.

Esse fato já está sendo presenciado no Brasil, uma vez que a ampla maioria dos recursos extraordinários admitidos a julgamento envolvem entes públicos, quer na qualidade de recorrentes ou, na maioria dos casos, como recorridos⁵⁹⁴.

A mesma situação também foi vivenciada nos Estados Unidos da América. Conforme relato de LAWRENCE BAUM, o governo federal tinha clara predominância na aceitação dos pedidos de *certiorari*. Entre 1.980 e 1.981, por exemplo, 74% de seus requerimentos foram acatados pela Suprema Corte. No entanto, apenas 2% daqueles que litigavam contra o poder público tiveram seus recursos admitidos, de modo a propiciar novo julgamento perante aquele Tribunal. Além disso, em 83% dos processos em que figurou como *amicus curiae*, o governo também obteve sucesso. Da mesma forma, nenhuma outra categoria de litigante teve tanta aceitação, como o *Solicitor General*.

Basicamente, explica o autor, três são os motivos de êxito dos *writs* formulados pelo Estado: em primeiro lugar, o grande número de casos em que é parte, o que lhe permite selecionar, verdadeiramente, aqueles mais relevantes; em segundo lugar,

⁵⁹² Respectivamente: Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 3 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 7 de dezembro de 2.007; Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 17 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 31 de outubro de 2.008.

⁵⁹³ ANDRÉ LUIS SANTA CRUZ RAMOS, *Da necessidade de demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário* (art. 102, § 3º, da CF/88), in RDDP 32/20.

⁵⁹⁴ Dado que se pode dizer curioso, pois demonstra que não apenas os entes administrativos levam seus casos às “últimas instâncias”.

essa espécie de “seletividade prévia” granjeia certa gratidão e confiabilidade na Corte, isto é, os juízes do Tribunal Supremo têm a consciência de que os advogados do governo levam à Corte apenas os casos efetivamente relevantes; e, finalmente, eles adquirem notável experiência nessa matéria, tendo uma enorme vantagem em relação às demais partes⁵⁹⁵.

Circunstância semelhante foi anotada por HANS PRÜTTING, no direito germânico. Ponderou o autor que a situação *especial* de determinados litigantes – dentre eles o Estado – pode levar à aceitação da importância fundamental da causa, viabilizando a admissibilidade do recurso de revisão pela Suprema Corte alemã⁵⁹⁶.

Entretanto, não apenas os entes governamentais poderão ter maior êxito na tarefa de demonstrar a repercussão geral. O Ministério Público, por exemplo, enquanto instituição que tem por função primordial a defesa dos interesses da sociedade (artigo 127 *caput* da Constituição), talvez encontre maior facilidade para viabilizar a subida de recursos extraordinários ao Excelso Pretório. Em caso emblemático, aceitou-se a presença da repercussão geral em razão do “papel do Ministério Público em defesa dos interesses maiores da sociedade, da coisa pública”, o que denota a relevância da matéria⁵⁹⁷.

Por fim, há que se analisar a *abrangência* do interesse discutido via recurso extraordinário, para configurar a repercussão social da matéria constitucional. Mas é importante ressaltar, na esteira da ponderação lançada por RODOLFO MANCUSO, que o fato de se exigir a repercussão geral para a admissão do recurso extraordinário não pressupõe, necessariamente, que a matéria seja de âmbito *nacional*. Basta “observar, de um lado, que os interesses *metaindividuais* (portanto, transcendentais!) compreendem, também, os danos de âmbito *regional* e *local* (Lei 8.078/90, art. 93 e incisos c/c art. 81, parágrafo único e incisos), e, de outro lado, é possível o manejo de arguição de descumprimento de preceito fundamental junto ao STF, ‘quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, *estadual* ou

⁵⁹⁵ Cit., pp. 156-157.

⁵⁹⁶ Cit., p. 159.

⁵⁹⁷ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 576.155-0/DF, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 4 de abril de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 1º de agosto de 2.008.

municipal, incluídos os anteriores à CF’ (CF, art. 102, § 1º; Lei. 9.882/99, art. 1º, parágrafo único, I)”⁵⁹⁸.

Da mesma forma, BRUNO DANTAS bem sintetiza a questão. O que “a Constituição exige é *generalidade* e não *integralidade* ou *totalidade*”. Para o mesmo autor, “quando o *grupo social relevante* não é numericamente representativo da sociedade brasileira em função de restrição materialmente territorial, cabe ao STF utilizar o critério da relevância social para aferir a repercussão geral”⁵⁹⁹.

O que ocorre, no entanto, é que a possibilidade de interposição de um recurso extraordinário, em hipótese de interesse local e/ou regional, é bem mais restrita e pode configurar, na maior parte dos casos, mera ofensa *reflexa* à Constituição, hipótese que tem sido constantemente refutada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Em suma, a questão objeto do recurso extraordinário não pode ficar delimitada a uma categoria muito específica de pessoas, em situações particulares que não tenham aptidão de se reproduzir para além dos interesses subjetivos das partes envolvidas no litígio. De alguma forma, o seu julgamento deve refletir na sociedade brasileira ou em um de seus grupos socialmente representativos, como tem reiteradamente decidido o Supremo Tribunal Federal⁶⁰⁰.

⁵⁹⁸ *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., p. 215. Igual entendimento é defendido por CAROLINA BRAMBILA BEGA, para quem não se poderia interpretar como sendo dotados de repercussão geral apenas aqueles recursos que possam trazer conseqüências para toda a população brasileira. O interesse regional ou mesmo local seria suficiente para configurar a abrangência da *vaexatia quaestio* (cit., p. 62). É suficiente, portanto, que a repercussão geral atinja uma coletividade; o que importa é que ela não esteja limitada ao interesse individual das partes (LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC 45*, cit., p. 283).

⁵⁹⁹ *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., pp. 239 e 243.

⁶⁰⁰ Confira-se: Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 565.506-7/DF, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 12 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 1º de fevereiro de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 565.713-2/SP, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 6 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 28 de março de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 568.657-4/MS, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 12 de dezembro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 1º de fevereiro de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 576.336-6/RO, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, julgada em 7 de maio de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 6 de junho de 2.008.

4.5.- Presunção de repercussão geral em caso de divergência jurisprudencial.

A *presunção* de que a divergência jurisprudencial caracteriza fator de *cunho relevante*, merecedor de apreciação por parte do Supremo Tribunal Federal, contou com expressa previsão no ordenamento jurídico brasileiro, desde a edição da Emenda Regimental nº 2, de 1.985. Com efeito, o artigo 325, inciso II, do Regimento Interno do Excelso Pretório permitia o cabimento do recurso extraordinário “nos casos de divergência com a Súmula do Supremo Tribunal”⁶⁰¹.

Essa disposição foi agora revigorada, na medida em que o artigo 543-A, § 3º do Código de Processo Civil prevê: “*Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência do Tribunal*” (destacamos⁶⁰²).

Ao que parece, *o legislador acabou, por via indireta, reintroduzindo a possibilidade de admissão do recurso extraordinário com base em divergência jurisprudencial*⁶⁰³, embora com âmbito mais restrito, na medida em que a limita aos casos de conflito entre a decisão recorrida e súmula ou jurisprudência dominante do próprio Supremo.

⁶⁰¹ Vale lembrar que o artigo 119, inciso III, alínea “d” da Constituição de 1.967 previa como uma das hipóteses passíveis de interposição do recurso extraordinário a divergência entre a decisão recorrida e aquelas proferidas por outros Tribunais, ou pelo próprio Supremo. Hoje, essa possibilidade ficou a cargo, unicamente, do Superior Tribunal de Justiça, limitada, obviamente, às questões infraconstitucionais (artigo 105, inciso III, alínea “c” da Constituição Federal). Contudo, é necessário observar que a hipótese de cabimento do recurso extraordinário, sob a égide da Emenda Regimental nº 2, de 1.985, era mais restrita, pois devia haver confronto, unicamente, com súmula do Excelso Pretório. Não bastava a invocação de jurisprudência que não estivesse sumulada na Corte, como restou decidido no julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 90.770-0/MG, Relator Ministro MOREIRA ALVES, julgado em 1º de março de 1.983, Segunda Turma, publicado em 20 de maio de 1.988.

⁶⁰² RODOLFO MANCUSO, mesmo antes da promulgação da Lei nº 11.418, de 2.006, sustentava que uma das causas em que se configuraria a repercussão geral seria a violação ou incorreta aplicação de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, pois se trata de um “paradigma jurisprudencial pan-processual, para o Judiciário e Administração Pública, buscando prevenir ‘grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica’ (A realidade judiciária brasileira e os Tribunais da Federação – STF e STJ: inevitabilidade de elementos de contenção dos recursos a ele dirigidos, cit., p. 199).

⁶⁰³ Hipótese que, após a promulgação da Carta Magna de 1.988, não mais vinha sendo admitida pelo Excelso Pretório, haja vista não estar incluída nos permissivos do artigo 102, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”. Veja-se, a título exemplificativo, o Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 505.375-3/SP, Relator Ministro CARLOS VELLOSO, julgado em 19 de abril de 2.005, Plenário, publicado em 20 de maio de 2.005.

Trata-se de um aspecto *jurídico* da mais alta relevância⁶⁰⁴, e que envolve também um claro *interesse público* na uniformização da jurisprudência⁶⁰⁵. Em especial, quando se está diante de preceito constitucional, o qual consubstancia a regra de maior nível hierárquico em nosso ordenamento jurídico e que, no mais das vezes, expressa princípios de ordem geral, cuja fixação interpretativa deve ser sempre buscada, sob pena de gerar insegurança jurídica.

Nos Estados Unidos da América, a *Rule 10*, item “c”, da Suprema Corte também traz, como uma das possibilidades de admissão do *writ of certiorari*, a circunstância de que Cortes inferiores tenham decidido “*an important federal question in a way that conflicts with relevant decisions of this Court*” (destacamos).

Como ponderou RODRIGO BARIONI, a partir do momento em que se restringiu o acesso ao Supremo Tribunal Federal, existe uma maior potencialidade de que decisões conflitantes com aquelas proferidas pelo Excelso Pretório possam prevalecer. Tal circunstância seria extremamente perniciosa para o sistema, ainda mais se tratando de matéria constitucional⁶⁰⁶.

Dessa forma, se o acórdão recorrido expressar entendimento contrário à decisão de súmula ou jurisprudência (dominante) do Supremo Tribunal Federal, *presume-se* a existência de repercussão geral da questão constitucional, em razão do interesse de manter a unidade do direito (construída, no caso do recurso extraordinário, a partir da interpretação do texto constitucional⁶⁰⁷). Por isso, mesmo que a decisão seja de

⁶⁰⁴ “Ademais, se nem todas as matérias sumuladas ou reiteradamente tratadas pelo STF têm relevância econômica, política ou social, **é imperioso reconhecer que têm relevância jurídica**. Assim, o que enseja a presunção tratada no dispositivo é a inerente relevância jurídica de tais matérias” (LÚCIO FLÁVIO SIQUEIRA DE PAIVA, *A Lei nº 11.418/06 e a repercussão geral no recurso extraordinário*, disponível [online] in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9470>, p. 3, acesso em 07.08.2007, negrito no original).

⁶⁰⁵ Era o que anotava LEO ROSENBERG, ao tratar do recurso de revisão alemão: “**La revisión**, de acuerdo con la ZPO, sirve ciertamente al interés de las partes en la resolución correcta y justa de su causa: pero sirve, sobre todo, al interés público en la *unidad* de la jurisprudencia. En esto se basa la concentración de todas las revisiones en *un* tribunal, la Corte de justicia federal, y la preocupación por una jurisprudencia uniforme” (*Tratado de Derecho Procesal Civil*, trad. esp. Angela Romera Vera, T. II, Buenos Aires, EJE, 1.955, p. 353, destaques no original).

⁶⁰⁶ *Repercussão geral das questões constitucionais: observações sobre a Lei 11.418/2006*, cit., p. 219.

⁶⁰⁷ Para RAFAEL TOCANTINS MALTEZ, está-se diante de hipótese *objetiva* de repercussão geral, uma vez que a lei criou “uma presunção absoluta de que as questões sumuladas pelo STF ou aquelas que forem objeto de reiteradas decisões em um determinado sentido em determinada matéria possuem tal requisito” (cit., p. 192).

cunho micro, como afirma JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO⁶⁰⁸, a violação do entendimento consolidado da Corte coloca em risco a segurança jurídica⁶⁰⁹. Por isso, transmuda-se em uma questão de âmbito *macro*, de interesse geral, justificando a intervenção (pontual) do Excelso Pretório⁶¹⁰.

Vale destacar que essa contrariedade não se restringe apenas às súmulas de caráter vinculante. A uma, porque o texto refere-se genericamente a “súmula”, de modo que pouco importa se ela foi editada nos termos da Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2.006⁶¹¹. A duas, porque todas as súmulas anteriores, editadas pelo Supremo, continuam tendo plena eficácia (obviamente, sem caráter vinculante, como expressa o artigo 8º da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004⁶¹²). E, a três, porque se presume a repercussão geral quando a decisão recorrida contrariar não apenas súmula, mas também a “jurisprudência dominante do Tribunal”, isto é, aquela que “resulta de posição pacífica, seja por que não há acórdãos divergentes, seja por que as eventuais divergências já tenham se pacificado no seio do STF”⁶¹³.

Verifica-se, portanto, que a Lei nº 11.418, de 2.006, criou uma *válvula de escape* para admitir, automaticamente, recursos extraordinários que discutam decisões contrárias ao entendimento consolidado na Suprema Corte, mesmo que ele ainda não esteja consubstanciado no enunciado de uma súmula (vinculante, ou não). Nesse caso, anotou com propriedade CRUZ E TUCCI, a existência de súmula ou de precedentes já demonstra

⁶⁰⁸ A repercussão geral e o novo papel do STF, cit., p. 66.

⁶⁰⁹ Aqui entendida não como uma forma de tornar o direito algo estanque e que não evolui, mas para que a sociedade “tenha noção daquilo que muito provavelmente virá a ocorrer” (TERESA WAMBIER, cit., p. 60).

⁶¹⁰ É o que afirma, também, CAROLINA BRAMBILA BEGA: “Com efeito, a inclusão deste § 3º demonstra claramente a função uniformizadora que deve exercer o STF, ao estabelecer uma relevância jurídica absoluta. Isso significa que, ainda que a decisão repercute somente entre as partes, o simples fato de contrariar jurisprudência dominante ou súmula já lhe atribui a necessária repercussão geral, abrindo amplo caminho para a unificação da jurisprudência do Tribunal, em mais uma demonstração da força de suas decisões” (cit., p. 74).

⁶¹¹ JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS DOS REIS, cit., p. 68.

⁶¹² “As atuais súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeito vinculante após sua confirmação por dois terços de seus integrantes e publicação na imprensa oficial”.

⁶¹³ HUMBERTO THEODORO, *O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral* (CF, art. 102, § 3º), cit., p. 931.

que a matéria foi objeto de análise em vários outros casos, razão pela qual fica bem clara a existência de um amplo interesse em relação ao assunto⁶¹⁴.

Busca-se não apenas assegurar os imperativos de certeza e segurança jurídica, mas também conferir uma oportunidade para que a Corte, eventualmente, reveja seus posicionamentos, quando eles se mostrarem ultrapassados ou merecedores de alteração, por meio de um argumento ainda não explorado⁶¹⁵. Abre-se, com isso, uma necessária válvula de *oxigenação do sistema*⁶¹⁶. Ao mesmo tempo em que se busca reforçar o valor *segurança jurídica*, o legislador demonstra que não está interessado em cristalizar, de modo indefinido, o entendimento da Corte a respeito dos assuntos objeto de súmula (ou mesmo de jurisprudência sedimentada no Tribunal). Lembre-se, por oportuno, que a possibilidade de revisão dos posicionamentos do Excelso Pretório ocorre, inclusive, em relação às súmulas vinculantes (artigo 3º da Lei nº 11.417, de 2.006⁶¹⁷).

⁶¹⁴ “Coerente com outras disposições processuais, em particular, com a regra do artigo 557 do Código de Processo Civil, o § 3º do artigo 543-A pressupõe, de modo expresso, a existência de *repercussão geral* nas hipóteses em que o Recurso Extraordinário impugnar acórdão, cujo fundamento contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal. Entende-se sem qualquer esforço a presunção legal contemplada no novel texto, visto que a existência de súmula ou precedente judicial consolidado já indica que a matéria reveste-se de amplo interesse” (*Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário (Lei nº 11.418/2006)*, cit., p. 26, destaque no original). No mesmo sentido, RICARDO DE BARROS LEONEL, cit., pp. 174-175. Posição contrária, no entanto, é a de LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, o qual defende que a simples existência de divergência jurisprudencial pode não ser suficiente para configurar a repercussão geral. É necessário mais: “O ponto central é que a decisão a ser prolatada seja paradigmática, repercuta além das partes” (*A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC 45*, cit., p. 288). Não é isso, ao que parece, o que pretendeu o legislador, em tal hipótese.

⁶¹⁵ Destacou EDUARDO TALAMINI que o fato de o Supremo Tribunal Federal reconhecer a presença da divergência não implicaria o imediato provimento do recurso extraordinário (aliás, é preciso deixar bem vincado esse ponto, a aceitação da preliminar de repercussão geral da questão constitucional não implicará o automático provimento do recurso extraordinário). Isso porque, em tais hipóteses, existe a possibilidade de a Corte rever seu posicionamento, a partir do julgamento daquele caso concreto. Manteria-se, com isso, a decisão recorrida, com o improvimento do recurso extraordinário (*Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., pp. 45-46).

⁶¹⁶ ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, *O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão dos recursos extraordinários*, cit., p. 117.

⁶¹⁷ Destaca BRUNO DANTAS: “segundo o entendimento do legislador infraconstitucional estampado no dispositivo em análise, a mera divergência entre a decisão recorrida e a jurisprudência predominante é suficiente para causar impacto indireto em toda a sociedade brasileira, pois: i) ou a decisão recorrida está equivocada, e precisa ser ajustada ao entendimento prevalecente no STF, ou ii) houve substancial modificação no quadro fático e jurídico, ou mesmo alteração na compreensão e no convencimento dos ministros sobre o assunto, e é a jurisprudência do STF que merece ser alterada, para se ajustar ao novo cenário” (*Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 285).

Não basta, contudo, que o recorrente alegue a existência dessa contrariedade; é preciso demonstrar a sua efetiva ocorrência, ou seja, que a tese deflagrada pela decisão recorrida vai de encontro à jurisprudência sumulada ou dominante do Excelso Pretório⁶¹⁸. É necesssária a invocação da preliminar de repercussão geral nesses casos, para demonstrar que a decisão ou o acórdão recorrido contrariam a súmula ou a jurisprudência predominante da Corte⁶¹⁹.

Além disso, não é possível encerrar a matéria recursal com esse capítulo inicial do recurso. Até porque, bem anotou BRUNO MATTOS E SILVA: “Nessa hipótese, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, a preliminar do recurso extraordinário não irá esgotar o mérito, já que o fundamento (mérito) do recurso extraordinário não é julgamento em desconformidade com súmula ou jurisprudência dominante do STF, mas sim alguma das quatro hipóteses do inciso III do artigo 102 da Constituição Federal”⁶²⁰.

Ao relator do recurso extraordinário cumpre analisar, com bastante cautela, a configuração da divergência. Mesmo que o texto da lei afirme que “[h]averá repercussão geral”, é certo que se trata de uma presunção que deverá ser objeto de avaliação, caso a caso⁶²¹. Mas, configurada que esteja a divergência, não será necessário

⁶¹⁸ BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 618. Por essa razão, SUIAN ALENCAR SOBRINHO explica que a presunção de cabimento do recurso extraordinário, contra decisões que contrariem súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, deve ser utilizada com bastante cautela. Não basta a impugnação do recorrente, indicando essa suposta “violação”. É preciso “examinar se, de fato, a decisão recorrida incorre nesta contrariedade, a ponto de estar acobertada pela presunção. Com efeito, um recurso fundamentado na aludida contrariedade, em que se verifique uma contradição apenas indireta e reflexa à súmula ou jurisprudência, poderá perfeitamente ter seu seguimento negado pelo STF, ante a ausência da situação que dá ensejo à presunção” (cit., p. 3).

⁶¹⁹ Nesse sentido já teve oportunidade de decidir o Plenário do Supremo, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 569.476-3/SC. O voto da Ministra Relatora ELLEN GRACIE deixou consignado que o simples fato de se presumir a existência da repercussão geral não desobriga o recorrente de invocar, em sede preliminar, esse pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário. Ele não pode ser objeto de “demonstração implícita” (julgado em 4 de abril de 2.008, Plenário, publicado em 25 de abril de 2.008). Naturalmente, como destaca JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS DOS REIS, o “*ônus argumentativo* do recorrente fica bastante atenuado nessa hipótese (...). Entretanto, isso não parece dispensá-lo da necessidade de demonstrar, fundamentadamente, que a decisão por ele impugnada contraria a jurisprudência dominante do STF” (cit., p. 68).

⁶²⁰ Cit., p. 7. Vale aqui a afirmação de FERNANDO FACURY SCAFF: “Observa-se desde logo que tal conceito [da repercussão geral] foi introduzido como mais um pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário, e não como um único pressuposto, uma vez que remanescem as exigências constantes do art. 102, III, ‘a’, ‘b’ e ‘c’ da Constituição” (*Novas dimensões do controle de constitucionalidade no Brasil: prevalência do controle concentrado e o caso do difuso*, in RDDP 50/28).

⁶²¹ A redação original do Anteprojeto de Lei elaborado pelo Supremo Tribunal Federal, na pessoa de seus Ministros GILMAR MENDES e CEZAR PELUSO, conferia a seguinte redação ao § 3º do artigo 543-A do Código de Processo Civil: “*Presume-se a existência de repercussão geral, quando o recurso impugne*

deliberar a respeito da presença da repercussão geral e nem se poderá negar seguimento ao recurso extraordinário com base na ausência desse pressuposto de admissibilidade, na medida em que ele foi pré-estabelecida em lei⁶²².

Pode-se dizer que a divergência jurisprudencial configura uma hipótese *objetiva* de repercussão geral da questão constitucional. Não foi por outra razão, que a nova redação do artigo 323, § 1º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal prevê que a análise da repercussão geral, nesses casos, não está sujeita ao crivo do Plenário virtual⁶²³.

Contudo, a norma processual limitou de forma equivocada a presença de repercussão geral da questão constitucional aos casos de conflito com as decisões prolatadas pelo próprio Supremo⁶²⁴. Ora, se o Excelso Pretório é quem poderá dar a última palavra sobre a interpretação de determinado comando constitucional, não existe razão para que o Tribunal deixe de examinar hipótese em que se configura divergência jurisprudencial em matéria constitucional, mesmo que seja entre decisões de instâncias inferiores⁶²⁵.

decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante *da Corte*” (destacamos). O texto parecia mais adequado do que aquele que foi aprovado e convertido em lei.

⁶²² ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, *A repercussão geral dos recursos extraordinários e o julgamento por amostragem no âmbito do Supremo Tribunal Federal (CPC, arts. 543-A e 543-B)*, cit., p. 303. Trata-se, segundo o mesmo autor, de uma “modalidade qualificada desta, isto é, presunção absoluta, *iures et de iure*, que não admite prova em contrário. Sendo assim, caso a decisão recorrida contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, o conhecimento do extraordinário não poderá ser negado com base na ausência de repercussão geral. Dúvida poderá haver sobre tratar-se ou não de verdadeira contrariedade, ou de jurisprudência realmente dominante; fixados esses pontos, no entanto, a repercussão geral é ditada na lei” (cit., p. 303).

⁶²³ “Quando não for caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão, o(a) Relator(a) submeterá, por meio eletrônico, aos demais ministros, cópia de sua manifestação sobre a existência, ou não, de repercussão geral. § 1º. Tal procedimento não terá lugar, quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante, casos em que se presume a existência de repercussão geral”. Defendendo tal posição, confira-se NELSON RODRIGUES NETTO, *A alteração do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal para a aplicação da repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*, in *RDDP* 52/111.

⁶²⁴ RODRIGO BARIONI, *Repercussão geral das questões constitucionais: observações sobre a Lei 11.418/2006*, cit., p. 220. No direito germânico, HANS PRÜTTING apontava como indicadores positivos de admissibilidade do recurso de revisão não apenas o fato de a decisão recorrida contrariar julgado anterior da “Corte Constitucional ou de uma das Cortes Supremas do respectivo ramo jurisdicional”, caso em poderia haver uma *hipótese compulsória de recorribilidade*. Teria cabimento o recurso de revisão também quando estivesse “em contradição com u’a recente, e, ademais, decisão relevante de um outro tribunal (de jurisdição de grau menor)” (cit., p. 158).

⁶²⁵ Como explica HENRY ABRAHAM, a *Rule 19* garante o acesso aos mais alto Tribunal dos Estados Unidos da América “when two federal Circuit Courts of Appeal or two three-judge Federal District Courts

Nesse caso, inclusive, seria bastante saudável que a Corte Suprema trouxesse o processo para sua apreciação a fim de esclarecer, de forma definitiva, qual o entendimento que deve prevalecer. Daria, assim, relevante contribuição para a uniformização da jurisprudência, em âmbito constitucional. Afinal, também a divergência jurisprudencial entre qualquer dos Tribunais da Federação – sempre em matéria de ordem constitucional – configura questão *relevante*, passível de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal.

De outro lado, existe uma outra questão a ser ponderada, e que já foi objeto de análise por parte da Corte, no julgamento da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 563.965-7/RS⁶²⁶. O voto da Ministra Relatora CÁRMEN LÚCIA, que restou vencido⁶²⁷, afirmou que o artigo 543-A, § 3º do Código de Processo Civil conteria, “como parece certo, uma segunda norma, ainda que inexpressa, segundo a qual, quando, inversamente àquela primeira hipótese, o recurso impugnar decisão de acordo com a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal não há repercussão geral”. Ou seja, a partir do momento em que referido dispositivo legal veicula hipótese de presunção de repercussão geral quando a decisão recorrida se mostra contrária à jurisprudência do Supremo, ele também autorizaria a negativa de seguimento a recursos extraordinários que se voltassem contra decisões em sentido semelhante àsquelas já pacificadas na Corte

have rendered conflicting decisions (e.g., in one case, two diametrically opposed judgments involving the constitutionality of the so-called Blue Laws...)” (cit., p. 192). Há ainda uma outra hipótese, identificada pelo mesmo autor, em que se acata o *writ of certiorari*: “when a federal court has so far departed from the accepted canons of judicial proceedings as to call for exercise of the Supreme Court power of supervision. In any case, as Justice Frankfurter viewed the Court’s power to control its docket, [it] carries with it the responsibility of granting review only in cases that demand adjudication of the basis of importance to the operation of our federal system; importance of the outcome merely to the parties is not enough” (cit., pp. 192-193). Está-se diante de “cases of substance”, que não necessariamente envolvem ações importantes ou de vultosas quantias: “For example, the Supreme Court once reached down the Police Court of Louisville, Kentucky, to set aside, as a violation of the due process of law clause of the Fourteenth Amendment to the Constitution, two \$10 fine for loitering and disorderly conduct. This case symbolizes the willingness of the highest court in the land to look at the smallest matters if it is necessary to do some to ensure justice (...). Speaking for the unanimous Court, Justice Black noted: ‘Our examination of the record presented in the petition for *certiorari* convinced us that *although the fines here are small, the due process question presented are substantial* and we therefore granted *certiorari* to review the police court’s judgment’” (HENRY ABRAHAM, cit., pp. 193-194, destaques no original).

⁶²⁶ Julgada em 29 de fevereiro de 2.007, Plenário (virtual), publicada em 18 de abril de 2.008.

⁶²⁷ Tendo sido acompanhada pelos Ministros JOAQUIM BARBOSA, CEZAR PELUSO e MENEZES DIREITO.

Suprema. Essas seriam as duas *normas* resultantes da interpretação do artigo 543-A, § 3º do Código de Processo Civil⁶²⁸.

O entendimento, felizmente, não prevaleceu. Em primeiro lugar, o voto do Ministro GILMAR MENDES ponderou que, como a matéria ainda não havia sido apreciada pelo Plenário “virtual”, não se poderia presumir a ausência de repercussão geral. Além disso, o voto da Ministra ELLEN GRACIE destacou uma questão importante: a existência de repercussão geral da matéria “[n]ão pode ser afastada pela circunstância de já ter sido enfrentada em sucessivos julgados anteriores desta Corte. Ao contrário, a existência de julgados em outros processos, antes de afastar a repercussão geral, a afirma, indicando que se trata de matéria que ultrapassa os interesses subjetivos da causa” (v., a propósito, item 6.3, *infra*).

A preocupação que norteou os votos que inauguraram a divergência e que acabaram por prevalecer, com bastante acerto, reside no fato de que, enquanto não for efetivamente apreciada a existência de repercussão geral de determinada matéria e realizado o julgamento de um acórdão paradigma, que possa efetivamente demonstrar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito dessa questão constitucional, não terão aplicação as consequências de julgamento estipuladas no artigo 543-B do Código de Processo Civil. Em especial, os §§ 2º e 3º de tal dispositivo, que visam a dar solução similar e uniforme a um sem número de recursos repetitivos⁶²⁹.

Esse mesmo posicionamento foi sufragado pela Corte em acórdão lavrado pelo Ministro MARCO AURÉLIO. Mesmo se mostrando em consonância com a

⁶²⁸ Lembre-se, a propósito, EROS GRAU: “O que em verdade se interpreta são os textos normativos; da interpretação dos textos resultam as normas. Texto e norma não se identificam. A norma é a interpretação do texto normativo. A interpretação é, portanto, atividade que se presta a transformar textos – disposições, preceitos, enunciados – em normas” (*Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito*, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.002, p. III).

⁶²⁹ Complementou o voto da Ministra ELLEN GRACIE: “a solução não é a recusa do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral, mas a afirmação dos efeitos dessa repercussão, com associação aos precedentes do Plenário ou súmula, para que incida o regime previsto na legislação de regência. Em especial, para permitir que os Tribunais, relativamente aos assuntos já decididos em Plenário, adotem o procedimento estabelecido no § 3º do art. 543-B, do Código de Processo Civil (...). Enquanto o STF não positivar de forma expressa que incidam os efeitos da repercussão geral em casos tais, as Presidências ou Vice-Presidências dos Tribunais e Turmas Recursais de origem não se considerarão autorizadas a devolver os autos à retratação pelos órgãos fracionários que proferirem decisões contrárias ao entendimento desta Corte, negando a admissibilidade aos recursos extraordinários e correspondentes agravos de instrumento”. Há, no entanto, apenas uma questão a ressaltar. Não parece possível que as Cortes de origem neguem seguimento também a agravos de instrumento interpostos contra acórdãos que seguiram a orientação do Supremo, como será melhor explicado no item 6.2., *infra*.

jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mas em razão dos inúmeros processos sobre a mesma matéria, tornou-se necessária a admissão de um recurso extraordinário versando sobre aquela determinada questão constitucional, de modo a obter uma “racionalização dos trabalhos, visando decisão com eficácia maior, como ocorre considerado o instituto da repercussão geral”⁶³⁰.

Contudo, duas outras decisões recentíssimas proferidas pela Corte, entenderam que a repercussão geral da questão constitucional poderia ser afastada, se o Supremo Tribunal Federal já tiver examinado a matéria, veiculada no recurso extraordinário, em ações de controle concentrado. A maior eficácia dessas decisões, com verdadeira pacificação a respeito de determinado tema em razão do pronunciamento com caráter vinculante (v. item 6.3, *infra*), realmente tiraria a conotação *especial* de repercussão geral, por “não haver relevância a justificar nova manifestação desta Casa”⁶³¹.

4.6.- Repercussão geral, prequestionamento e ofensa reflexa à Constituição.

A maior parte da doutrina – na esteira do que já ocorria sob a égide da arguição de relevância⁶³² – defende que a questão constitucional que fundamenta a alegação de repercussão geral deve estar devidamente *prequestionada*, para possibilitar o seu exame pelo Supremo Tribunal Federal, via recurso extraordinário.

⁶³⁰ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 568.647-7/RS, julgada em 9 de fevereiro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 11 de abril de 2.008.

⁶³¹ Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 562.581-8/SP, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 9 de fevereiro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 22 de fevereiro de 2.008; Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 571.184-6/SP, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgada em 17 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 31 de outubro de 2.008. Essa é a posição muito bem defendida por ANDRÉ RAMOS TAVARES, ao sustentar que estaria prejudicada a existência de repercussão geral “quando a questão já tiver sido decidida anteriormente em sede de alguma ação direta (agora com efeito vinculante decorrente do próprio texto constitucional, conforme dispõe a nova redação do § 2º do art. 102 da CB)” (*Reforma do Judiciário no Brasil pós-88 – comentários completos à Emenda Constitucional nº 45/04*, São Paulo, Saraiva, 2.005, p. 102).

⁶³² ADRIANO MARREY, *A arguição de relevância da questão federal na interposição do recurso extraordinário*, cit., p. 43.

RODOLFO MANCUSO, por exemplo, ao conceituar a repercussão geral sustenta: “um tema jurídico, uma vez prequestionado e submetido ao STF por meio de recurso extraordinário, apresentará *repercussão geral* quando sua resolução for *além* do interesse direto e imediato das partes, assim transcendendo-o, para alcançar, em maior ou menor dimensão ou intensidade, um expressivo segmento da sociedade”⁶³³. CRUZ E TUCCI, também compartilha da mesma opinião⁶³⁴.

Da mesma forma, BRUNO DANTAS adverte que a demonstração da repercussão geral deve estar, necessariamente, ligada às questões decididas pela instância originária. Não será possível buscar um fundamento que não tiver sido objeto de exame na decisão recorrida, para caracterizar a repercussão geral da questão constitucional⁶³⁵. MANOEL LAURO VOLKMER DE CASTILHO é ainda mais enfático. Para ele, a Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, teria *reintroduzido* o prequestionamento como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário. Isso porque o novo § 3º do artigo 102 da Constituição Federal explicita a necessidade de que as “questões constitucionais *discutidas*” no caso sejam dotadas de repercussão geral (destacamos). Retornaria-se, inclusive, à necessidade do prequestionamento *explícito*⁶³⁶.

⁶³³ *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit. p. 195, destaque no original.

⁶³⁴ “Cumpra lembrar que o requisito do prequestionamento continuará sendo exigido. Assim, aquela ou aquelas teses de natureza constitucional, que passam a constituir objeto do recurso extraordinário, deverão constar expressamente do acórdão vergastado. Na verdade, apesar de um determinado fundamento poder ser, em princípio, considerado de *repercussão geral*, o recurso extraordinário será inadmitido se porventura a respectiva tese jurídica não tiver sido explicitada no julgado recorrido” (A “*repercussão geral*” como *pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, cit., pp. 64-65, destaque no original). Em idêntico sentido, IVES BRAGHITTONI afirma que a presença dos demais requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário (em especial o prequestionamento e a impossibilidade de discussão de matéria fática) continuam sendo imprescindíveis para viabilizar a admissão do recurso extraordinário (cit., p. 53). FLÁVIO CHEIM JORGE – ELVIO FERREIRA SARTÓRIO também sustentam: “Se a *repercussão geral* é requisito do recurso extraordinário, ao que tudo indica deve ser entendido por *questões discutidas* aquelas de estirpe constitucional que foram prequestionadas e constam da decisão recorrida. Será, portanto, relevante aquilo que foi objeto de prequestionamento, não havendo como escapar dessa exigência” (*O recurso extraordinário e a demonstração da repercussão geral*, cit., p. 185, destaque no original). E, ainda, FILIPE ANTÔNIO MARCHI LEVADA: “O fato de albergar questão relevante, *e.g.*, não autoriza o recurso extraordinário a revolver fatos e provas (Súmula 279 do Excelso STF), não justifica o recurso extraordinário em razão de ofensa reflexa à Constituição Federal (Súmula 636 do Excelso STF) e não significa que a matéria não deva ser prequestionada nas instâncias inferiores (Súmula 282 do Excelso STF)” (cit., p. 94).

⁶³⁵ *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 148. E complementa: “diante da exclusão do *efeito traslativo* [do recurso extraordinário], pensamos que o exame da repercussão geral jamais poderá envolver questões de ordem pública não decididas ou não recorridas, ainda que, em sua essência, ostentem fundamental importância” (cit., p. 148).

⁶³⁶ *O recurso extraordinário, a repercussão geral e a súmula vinculante*, in *RePro* 151/111.

Essa é a regra que prevalece, atualmente, nos Estados Unidos da América. A *Rule* 14.1, item “g”, alínea “i”, especifica a necessidade de que o recorrente demonstre, na petição do *writ of certiorari*, que a “*federal question was timely and properly raised and that this Court has jurisdiction to review the judgment*” (destacamos).

Alguns autores, porém, defendem o abrandamento dessas exigências de cunho formal (v. item 1.3, *supra*), em favor da verificação da presença ou não de repercussão geral na questão constitucional discutida no recurso extraordinário⁶³⁷.

Um dos principais precursores dessa tese é HUGO DE BRITO MACHADO. Segundo o autor, a Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, tornou o recurso extraordinário um “instrumento de aperfeiçoamento do controle difuso de constitucionalidade”⁶³⁸. Por essa razão, esse tipo de impugnação excepcional não servirá mais para o simples exame de interesses individuais, mas sim para decisão de questões que tenham caráter *abrangente*.

Em assim sendo, o artigo 102, § 3º da Constituição Federal não teria instituído outra hipótese de cabimento do recurso extraordinário. A repercussão geral é um novo requisito para permitir o seu conhecimento. Haveria, portanto, uma *substituição* “de todas aquelas fórmulas que ao longo do tempo foram construídas pela jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal. Subsistem, portanto, apenas aqueles requisitos legais de exigência indispensável, que se fazem presentes nos recursos em geral, como a tempestividade e a legitimação para recorrer. Requisitos que agora devem ser examinados sem o emprego das fórmulas elaboradas pela jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de reduzir o volume de recursos a terem seu mérito apreciado, se tornaram inúteis, posto que a redução da quantidade de recursos agora pode e deve ser feita

⁶³⁷ MARCELO ANDRADE FÉRES, por exemplo, sustenta que em relação “à transcendência, talvez se possa prever que a Suprema Corte abrandará o rigor dos demais requisitos do recurso extraordinário, como, por exemplo, o prequestionamento, em proveito, por óbvio, da relevância das questões de mérito. É que o Supremo Tribunal Federal perceberá a idoneidade da transcendência para selecionar aquilo que será, ou não, por ele apreciado, podendo, assim, romper com sua tradicional jurisprudência defensiva” (*Impactos da Emenda Constitucional nº 45/2004 sobre o recurso extraordinário: a repercussão geral (ou transcendência) e a nova alínea d do inciso III do art. 102 da Constituição*, cit., p. 112).

⁶³⁸ *Conhecimento do recurso extraordinário – repercussão geral das questões constitucionais*, in RDDP 34/41.

não por questões simplesmente processuais, mas pelo exame da repercussão da questão constitucional a ser apreciada”⁶³⁹.

Realmente, se estiver configurada a presença da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal não deveria negar o conhecimento do recurso extraordinário por questões menores, de cunho processual⁶⁴⁰. Até porque, admitida a existência da repercussão geral da questão constitucional, não mais se estará mais diante de um caso que envolva interesse puramente individual.

Nesse sentido é que vem sendo aplicado instituto similar no direito argentino, como forma de abrandar os requisitos formais de admissão do recurso extraordinário, se estiver realmente configurada a transcendência da questão nele submetida a julgamento⁶⁴¹. Mesmo antes da exigência de tal requisito para a admissibilidade da impugnação excepcional, a Suprema Corte argentina passou a utilizar “um criterio flexible frente a hipótesis em las que non concurrían exigencias procesales del recurso, o eran difusas (cuestión de hecho, valoración absurda de la prueba, etc.) para sostener que la *gravedad o interés institucional* del caso em examen hacía inexcusable la intervención de la Corte”⁶⁴².

⁶³⁹ HUGO DE BRITO MACHADO, cit., p. 45. Prossegue o autor: “a norma albergada pelo § 3º, do art. 102, inserido na Constituição Federal pela Emenda nº 45, tem o claro sentido de permitir seja alcançado o objetivo de evitar a inviabilização da Corte Maior por um meio adequado, compatível com as suas elevadas funções de guarda da Constituição, evitando-se desta forma a necessidade de serem utilizados obstáculos formalistas que muitas vezes impediam a apreciação das questões constitucionais de larga repercussão e indiscutível relevância” (cit., p. 45). Da mesma forma, o “*quorum* qualificado para que possa ocorrer o não-conhecimento do recurso extraordinário está a indicar a importância desse requisito de admissibilidade. Não se justifica, portanto, que a sua apreciação fique subordinada ao atendimento prévio de requisitos menores, de natureza meramente processual, que foram elaborados para alcançar finalidade que agora pode ser alcançada de maneira mais coerente, sem prejuízo para a função essencial do Supremo Tribunal Federal, de guarda da Constituição” (cit., p. 46). Em igual sentido é a posição de LENIO LUIZ STRECK, *Comentários à Reforma do Poder Judiciário*, Walber Moura Agra (coord.), Rio de Janeiro, Forense, 2.005, p. 132.

⁶⁴⁰ Assim conclui HUGO DE BRITO MACHADO: “Em conseqüência, tal norma não deve ser interpretada como instituidora de um requisito a mais, simplesmente, para o conhecimento do recurso extraordinário, e sim como uma forma de substituir os requisitos legais ligados ao formalismo procedimental, pelo requisito de fundo, ligado à repercussão geral da questão constitucional” (cit., p. 51).

⁶⁴¹ É o que afirma, por exemplo, AUGUSTO MORELLO: “Precisamente, nos parece que si la ‘cuestion es trascendente’ ello ‘autoriza’ la intervención de la Corte aun faltando una cuestión federal” (*Recursos extraordinarios: visión comparada brasileña y argentina*, cit., p. 16).

⁶⁴² AUGUSTO MORELLO, *Lo Recurso Extraordinário y La Eficacia del Proceso*, cit., p. 510. Veja-se que, no Brasil, alguns acórdãos anteriores à Emenda Constitucional nº 1, de 1.969, aludiram à *relevância da matéria* para admissão de recursos extraordinários. Confira-se, por exemplo, o que restou decidido no Agravo de Instrumento nº 14.391/DF: “Agravo de Instrumento provido, afim de encaminhar-se ao exame da Turma recurso extraordinário inadmitido; matéria relevante a ser decidida, nos termos do preceito constitucional” (Relator Ministro EDMUNDO DE MACEDO LUDOLF, julgado em 4 de setembro de 1.950, Primeira Turma, publicado na mesma data). No mesmo sentido, v.: Agravo de Instrumento nº 20.997/DF,

A jurisprudência da Suprema Corte da República argentina já se pronunciou nesse mesmo sentido: “El art. 280 Cpr. modificado por la ley 23.774 también habilita a considerar admisibles las apelaciones que entrañen claramente cuestiones de trascendencia, no obstante la inobservancia de determinados recaudos formales a efectos de que el rito de los procedimientos no se vuelva un elemento frustratorio de la eficiencia con que el rol de la Corte debe desenvolverse”⁶⁴³.

O instituto, portanto, tem uma feição não apenas negativa, de barrar o acesso ao Tribunal Supremo, mas também uma função *positiva*, igualmente ou ainda mais importante, na medida em que flexibiliza o conhecimento dos recursos extraordinários quando a matéria neles discutida for relevante e possa afetar segmentos importantes da sociedade.

Como bem ponderou EDUARDO TALAMINI, o requisito da repercussão geral não dispensa o exame dos demais pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário. Contudo, na medida em que ela esteja devidamente configurada, “a Corte estará dispensada (aliás, proibida) de criar novas exigências eminentemente formais para a admissão do recurso, que antes funcionavam como *mecanismo velado de filtragem*. O filtro a empregar há de ser apenas o da repercussão geral. Por outro lado, quando constatada a repercussão geral, põe-se o dever, já acima indicado, de na medida do possível examinar-se o mérito do recurso. Vale dizer, apenas o descumprimento cabal e inequívoco de algum outro pressuposto de admissibilidade poderá impedir o Tribunal de enfrentar a questão cuja especial relevância já foi reconhecida”⁶⁴⁴.

Relator Ministro ARY FRANCO, julgado em 25 de julho de 1.959, Primeira Turma, publicado em 29 de julho de 1.959; Agravo de Instrumento nº 29.867/MG, Relator Ministro CÂNDIDO MOTTA FILHO, julgado em 29 de agosto de 1.963, Primeira Turma, publicado em 21 de outubro de 1.963. E, mesmo depois da abolição da arguição de relevância, com a publicação da Constituição de 1.988 (v. item 1.3, *supra*), o Supremo Tribunal Federal voltou a decidir: “Agravo regimental provido para determinar *que se processe o apelo extremo, a fim de que a Corte possa melhor examinar a sua admissibilidade, tendo em vista a relevância da matéria nele suscitada*” (Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 150.652-1/RS, Relator para acórdão Ministro PAULO BROSSARD, julgado em 24 de setembro de 1.993, Segunda Turma, publicado em 2 de setembro de 1.994, destacamos).

⁶⁴³ *Apud*, SEVERO J. CALOSSO – RICARDO H. SUÁREZ – GRACIELLA S. IACOBELLI, cit., pp. 61-62.

⁶⁴⁴ *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 230. Poderá ser abandonada, com isso, a jurisprudência defensiva a que tantas vezes já se aludiu, e que é bem ilustrada pelo seguinte acórdão: “A despeito da relevância da matéria, da plausibilidade da tese sustentada pelos recorrentes, e do caráter eminentemente constitucional da controvérsia, não há como determinar o processamento do RE, se a argumentação nele deduzida não foi examinada pelo acórdão recorrido (Súmulas 282 e 356)” (Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 182.235-0/SP, Relator

É certo, porém, que a matéria deverá estar – ainda que minimamente – prequestionada ou que ela ressalte, de modo claro, da discussão travada nos autos. Caso contrário, o Supremo Tribunal Federal estaria como que *revisando* a causa que lhe é submetida a julgamento, o que não está dentro de suas funções, como procurou-se demonstrar no Capítulo II, *supra*. Esbarraria, inclusive, no óbice de reapreciar as circunstâncias fáticas da causa, como estipula a Súmula nº 279 da Corte⁶⁴⁵.

Entretanto, como ponderou com inteira razão CAROLINA BRAMBILA BEGA, o prequestionamento diz respeito às questões constitucionais (de ordem material ou mesmo processual) em relação às quais o recorrente sustenta haver repercussão geral⁶⁴⁶. A questão relativa ao prequestionamento da repercussão geral em si não se faz presente, como parece sugerir MANOEL LAURO VOLKMER DE CASTILHO⁶⁴⁷. Não é preciso que a parte alegue, desde as instâncias inferiores, que as questões examinadas no processo têm repercussão geral. Basta que prequestione os dispositivos constitucionais que fundamentam a sua demanda.

Isso porque, anotou com propriedade novamente CAROLINA BRAMBILA BEGA, de nada adiantaria prequestionar a existência da repercussão geral se esse requisito de ordem processual só poderá ser decidido pelo próprio Supremo Tribunal Federal, tal como prevê, peremptoriamente, o artigo 543-A, § 2º do Código de Processo Civil⁶⁴⁸. Lembre-se, ainda uma vez: a repercussão geral não é hipótese autônoma de cabimento do recurso extraordinário, e sim, um pressuposto para a sua admissibilidade. Da mesma forma, pode-se acrescentar que a viabilidade da interposição do recurso extraordinário nunca ficou condicionada ao prequestionamento do artigo 102, inciso III, da

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgado em 9 de dezembro de 1.997, Primeira Turma, publicado em 13 de fevereiro de 1.998).

⁶⁴⁵ Em relação ao prequestionamento, admite EDUARDO TALAMINI que ele é “indispensável para a admissão do recurso extraordinário. O fundamental é limitá-lo ao estritamente necessário para que ele cumpra sua finalidade (de assegurar que a atuação da Corte, no exercício recursal extraordinário, dar-se-á com o exame da questão constitucional efetivamente posta em cada processo que lá chega). Para tanto, é dispensável a expressa menção a dispositivos constitucionais ou a literal assertiva de aplicação ou não aplicação de determinada norma da Constituição. Basta que, pelo teor do debate travado, extraia-se dali claramente a questão constitucional” (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 231).

⁶⁴⁶ Cit., p. 90.

⁶⁴⁷ Cit., p. 111.

⁶⁴⁸ Cit., p. 91.

Carta Magna. O recorrente jamais precisou alegar que a decisão de origem seria passível de recurso extraordinário. Fundamenta-o, sim, em (suposta) violação constitucional.

Poderia haver sim um *abrandamento* desses requisitos formais, não apenas em relação ao prequestionamento, mas principalmente, em relação à chamada ofensa reflexa à Constituição (Súmula nº 636), na linha do que proclamaram relevantes precedentes do Ministro MARCO AURÉLIO, já examinados.

Como bem explicou OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, “a afronta indireta à Constituição constitui violação da mesma forma que a direta, e é lamentável que o Supremo Tribunal Federal não possa examinar todas as hipóteses de *contrariedade* à Carta. Justifica-se, entretanto, o entendimento adotado, pois o cabimento amplo do recurso, para alcançar hipóteses de afronta indireta, além de esvaziar a competência do Superior Tribunal de Justiça, poderia inviabilizar o funcionamento da Corte Suprema”⁶⁴⁹.

No entanto, a partir do momento em que a própria Constituição Federal tratou de realinhar as competências do Supremo Tribunal Federal, e instituiu mecanismo que permite filtrar *qualitativamente* a admissibilidade dos recursos extraordinários – e, por conseqüência, selecionar apenas as impugnação que envolvam matéria de grande relevo e abrangência – é certo que a Corte não mais precisará utilizar elementos *artificiais* para atingir esse objetivo. Muitos deles, inclusive, não estavam sustentados por justificativas lógicas ou mesmo constitucionais, como é o caso da ofensa reflexa. Buscava-se, apenas e tão somente, barrar a qualquer custo a subida de recursos extraordinários, na tentativa de manter um nível mínimo de operatividade para os trabalhos do Excelso Pretório⁶⁵⁰.

⁶⁴⁹ *As inovações da EC nº 45/2004 quanto ao cabimento do recurso extraordinário*, cit., p. 538.

⁶⁵⁰ De forma clara, BRUNO DANTAS consigna: “não nos parece exagerado afirmar que a teoria da ofensa direta tem servido convenientemente aos interesses do STF de impedir que um número insuportável de recursos aumente ainda mais. Como os conceitos de ofensa direta e reflexa não estão bem delineados na doutrina ou na jurisprudência, o tribunal serve-se dessa contingência para manejar sua pauta, visualizando ofensas diretas e reflexas sem um padrão definido que assegure às partes a necessária previsibilidade” (*Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 174). Idêntica posição é defendida por MÁRCIO HENRIQUE MENDES DA SILVA, para quem o Supremo Tribunal Federal “poderá rever o seu entendimento e recepcionar o recurso extraordinário, por violação indireta à CF, se estiver presente a ‘repercussão geral da questão constitucional’” (*Por uma mudança no critério de admissibilidade do recurso extraordinário por violação indireta à Constituição nas causas de alçada e do Juizado Especial de Pequenas Causas*, in *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil* 35/160).

Em suma, sendo possível identificar, razoavelmente, o *thema decidendum* e tendo o Tribunal de origem analisado a questão constitucional de repercussão geral⁶⁵¹, necessária se fará a admissão do recurso extraordinário. Pode-se, com isso, relevar-se eventuais óbices de natureza meramente processual, em prol da circunstância de que a Corte Suprema decida e forme um verdadeiro *precedente* a respeito de determinada matéria, com enorme potencial de pacificar a sua interpretação⁶⁵².

É preciso, pois, abandonar a *jurisprudência defensiva* da Corte, no que toca ao cabimento dos recursos extraordinários⁶⁵³, em razão da nova *válvula de escape* criada pelo § 3º do artigo 102 da Constituição Federal, que permite a inadmissibilidade desse tipo excepcional de impugnação se a matéria (constitucional) nela versada não oferecer relevância e transcendência.

Essa será, talvez, a maior contribuição que o novel instituto poderá dar ao processo brasileiro, não apenas em âmbito civil, mas também nas áreas penal e trabalhista⁶⁵⁴.

⁶⁵¹ Se ela não tiver sido efetivamente decidida, o recorrente deve opor embargos declaratórios, cumprindo-se o quanto previsto na Súmula nº 356 do Excelso Pretório.

⁶⁵² Como afirma ARAKEN DE ASSIS, “[e]vitar subterfúgios e rótulos falsos representará contribuição decisiva para o aprimoramento das funções institucionais do STF” (cit., p. 728).

⁶⁵³ ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, *A repercussão geral dos recursos extraordinários e o julgamento por amostragem no âmbito do Supremo Tribunal Federal (CPC, arts. 543-A e 543-B)*, cit., p. 298. Por essa razão, também, EDUARDO TALAMINI defende a ulterior inaplicabilidade da Súmula nº 735 do Excelso Pretório, que veda o conhecimento de recurso extraordinário contra decisões que deferem medida liminar. Afinal, esses julgamentos podem envolver uma questão de ordem constitucional e, muitas vezes, configuram verdadeira decisão (antecipada) acerca da matéria de fundo debatida no processo, ainda que não tenha caráter definitivo. O esgotamento das vias ordinárias, necessário para a admissibilidade do recurso extraordinário, não exige uma decisão definitiva da lide, por meio de sentença ou acórdão. Portanto, a negativa de admissibilidade da impugnação extraordinária em tais casos deve decorrer “não porque não caiba o reexame extraordinário da decisão sobre tutela urgente, mas por faltar naquela específica hipótese o requisito da repercussão geral” (Novos *Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 234).

⁶⁵⁴ Lembre-se que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que “é de exigir-se a demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas em qualquer recurso extraordinário, incluído o criminal” (Questão de Ordem em Agravo de Instrumento nº 664.567-2/RS, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgada em 18 de junho de 2.007, Plenário, publicada em 6 de setembro de 2.007).

4.7.- Possibilidade de intervenção do *amicus curiae*.

Tal como já havia sido previsto no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade (artigo 131, § 3º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal), o § 6º do artigo 543-A do Código de Processo Civil passou a dispor: “O Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a *manifestação de terceiros*, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal” (destacamos). Por sua vez, o § 2º do artigo 323 do Regimento Interno do Excelso Pretório agora prevê: “Mediante decisão irrecorrível, poderá o(a) Relator(a) admitir de ofício ou a requerimento, em prazo que fixar, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, sobre a questão de repercussão geral”.

Esses dispositivos abriram a possibilidade de intervenção do *amicus curiae* nos recursos extraordinários, antes de se decidir acerca da existência ou não da repercussão geral da questão constitucional. Essa manifestação poderá ser espontânea ou provocada, na medida em que o relator tem poderes para, *ex officio*, chamar o terceiro a participar do julgamento do recurso extraordinário. Nessa segunda hipótese, o *amicus curiae* pode ser simplesmente convidado a intervir, sendo-lhe possível recusar essa participação, ou poderá ter o dever de colaborar, na linha do que determina o artigo 341, inciso I, do Código de Processo Civil. É preciso que a decisão do Ministro Relator deixe essa circunstância bastante clara⁶⁵⁵.

Essa manifestação tem por objetivo *legitimar, democratizar e valorizar* as decisões da Corte Suprema⁶⁵⁶, em temas de grande interesse para a sociedade brasileira, cuja decisão possa atingir um número significativo de pessoas⁶⁵⁷. Haveria,

⁶⁵⁵ EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 63.

⁶⁵⁶ CRUZ E TUCCI, *Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, cit., p. 29.

⁶⁵⁷ A mesma regra, vale notar, está presente na Lei nº 11.417, de 2.006, cujo artigo 3º, § 2º estabelece: “No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”.

portanto, não um interesse jurídico – que legitima a intervenção de terceiros no processo⁶⁵⁸ – mas o que BRUNO DANTAS denomina de *interesse institucional*, no sentido de que a decisão do Supremo Tribunal Federal acerca desse requisito de admissibilidade seja *a melhor possível*⁶⁵⁹, até porque ela pode gerar efeitos a terceiros, que não participam, diretamente, do julgamento daquele específico recurso extraordinário.

Essa mesma possibilidade está prevista na apreciação do *writ of certiorari*, por parte da Suprema Corte dos Estados Unidos da América. Todavia, a *Rule 37.1* ressalva: “An *amicus curiae* brief that brings to the attention of the Court *relevant matter not already brought to its attention by the parties* may be of considerable help to the Court. An *amicus curiae* brief that does not serve this purpose *burdens* the Court, and its filing is not favored” (destacamos⁶⁶⁰).

A princípio, a manifestação poderá abordar tanto a questão pertinente à repercussão geral, quanto ao próprio mérito do recurso extraordinário, pois é nele que está aquela questão maior, a sobrepular o interesse exclusivo da parte recorrente⁶⁶¹. A verdadeira importância do julgamento reside na decisão da lide, com um pronunciamento firme do Supremo Tribunal Federal, que defina a interpretação de um dado dispositivo constitucional.

⁶⁵⁸ Exceção feita aos entes públicos, que podem intervir em processos sem ostentar interesse jurídico, mas apenas econômico (e de caráter indireto). É o que prevê o artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1.997: “As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes”.

⁶⁵⁹ *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 299. Sem razão, portanto, RICARDO DE BARROS LEONEL, ao defender a presença do interesse puramente jurídico, não simplesmente econômico ou de fato, para viabilizar a intervenção do *amicus curiae* quanto à admissão da repercussão geral (cit., p. 179).

⁶⁶⁰ A princípio, a manifestação do *amicus curiae* deve contar com a concordância das partes (*Rule 37.2*, item “a”). Caso não exista esse consentimento, a própria Suprema Corte pode avaliar o pedido e deferi-lo (*Rule 37.2*, item “b”).

⁶⁶¹ Nesse sentido, a posição de CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 138. Contra, ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, *A repercussão geral dos recursos extraordinários e o julgamento por amostragem no âmbito do Supremo Tribunal Federal (CPC, arts. 543-A e 543-B)*, cit., p. 305. RODRIGO BARIONI também restringe a manifestação do *amicus curiae* quanto à configuração da preliminar de repercussão geral, na medida em que “o provimento ou improvimento do recurso extraordinário, [seria] matéria exclusiva aos integrantes da relação jurídico-processual e aos terceiros juridicamente interessados” (*Repercussão geral das questões constitucionais: observações sobre a lei 11.418/2006*, cit., p. 227). Não se pode concordar com essa assertiva. Como reconhecer a repercussão geral de um tema cujo interesse estaria restrito às partes do litígio? Está-se diante de um paradoxo.

Já existe pronunciamento da Corte nessa direção. O voto da Ministra Relatora CÁRMEN LÚCIA, no julgamento de mérito do Recurso Extraordinário nº 565.714-1/SP, deixou consignado: “Os arts. 543-A, § 6º, do Código de Processo Civil e o art. 323, § 3º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal têm por objetivo deixar claro que a presença do *amicus curiae* será admitida mesmo em se tratando de fase em que não se examinará o mérito submetido a controle de constitucionalidade (momento em que a manifestação de terceiros é mais comum), mas apenas se avaliará a existência dos requisitos de relevância e transcendência que configurem a existência da repercussão geral. A presença do *amicus curiae* no momento em que se julgará a questão constitucional cuja repercussão geral fora reconhecida não só é possível como é desejável”⁶⁶².

É certo, porém, que a manifestação de um número muito grande de terceiros poderá atravancar o andamento do recurso extraordinário paradigma (v. item 6.1, *infra*). Por isso, entende-se ser necessário demonstrar a *representatividade adequada* do terceiro que pretende intervir no julgamento dessa impugnação, na esteira do posicionamento consolidado em relação às ações de controle *abstrato* de constitucionalidade, conforme disposições constantes dos artigos 7º, § 2º da Lei nº 9.868, de 1.999, e 482, § 3º do Código de Processo Civil⁶⁶³.

Essa posição foi, inclusive, corroborada pelo Excelso Pretório no julgamento do Recurso Extraordinário ao qual se fez referência. O voto da Ministra CARMEM LÚCIA destacou: “A *pertinência entre o tema a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal e as atribuições institucionais da Requerente* legitimam a sua atuação como *amicus curiae*” (destacamos).

LUIZ WAMBIER – TERESA WAMBIER – JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA
levantam questão tormentosa. O recorrente que teve o seu recurso sobrestado (nos termos do artigo 543-B, § 1º do Código de Processo Civil) teria o *direito* de intervir como *amicus*

⁶⁶² Julgado em 30 de abril de 2.008, Plenário, publicado em 7 de novembro de 2.008, destaques no original.

⁶⁶³ CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 139. Em igual sentido, RICARDO DE BARROS LEONEL, que destaca ponto importante: “será necessário demonstrar que possuem representatividade, no sentido de que sua atuação favorecerá não apenas o interesse próprio mas também de outros eventuais interessados” (cit., p. 180). Sem razão, portanto, SAMIR JOSÉ CAETANO MARTINS, quando sustenta que a única restrição que se poderia estabelecer para a manifestação de terceiros seria a demonstração de que ele é parte em litígio idêntico (cit., p. 107). GLÁUCIA MARA COELHO também se mostra contrária à necessidade de demonstrar a representatividade adequada, haja vista que os dispositivos legais em exame não mencionam tal requisito (cit., p. 167).

curiae e se manifestar no recurso extraordinário paradigma, a fim contribuir para o reconhecimento da repercussão geral? Ele poderia não apenas acrescentar argumentos que não tenham sido abordados ou levados em consideração no recurso extraordinário amostra, como também teria interesse *direto* no julgamento do feito, uma vez que a decisão poderá lhe afetar, a teor do comando estabelecido no artigo 543-B, § 2º do mesmo diploma legal⁶⁶⁴.

Não se pode concordar com esse posicionamento. A princípio, esse recorrente ostentaria não um interesse institucional, no sentido de lutar para que a decisão do Supremo Tribunal Federal seja a mais adequada possível e que melhor reflita os valores da sociedade brasileira. Ao contrário, ele teria um interesse subjetivo direto no resultado do julgamento, circunstância que não autoriza a sua intervenção na qualidade de “amigo da Corte”⁶⁶⁵.

Por isso, decidiu o Supremo Tribunal Federal no até agora *leading case* sobre a matéria, aqui já citado: “O argumento da Requerente está baseado em mero interesse pessoal na solução da causa, o que não legitima a sua admissão como *amicus curiae* nos casos em que admitida a repercussão geral. Se, para reconhecimento de que a questão constitucional tem repercussão geral, há de haver transcendência de interesses, seria contraditório admitir como *amicus curiae* todo aquele que viesse a demonstrar interesse particular no julgamento do recurso extraordinário” (destaques no original).

Ademais, a possibilidade de que todo e qualquer terceiro que teve sua impugnação sobrestada intervir no recurso extraordinário paradigma anularia a celeridade – e por qual razão não dizer simplicidade – do seu processamento. Haveria, em realidade, uma substituição sem qualquer resultado prático. Isso porque ao invés de julgar um sem número de recursos extraordinários que versem sobre a mesma questão constitucional, o Supremo Tribunal Federal passaria a julgar um único recurso com um número enorme de

⁶⁶⁴ *Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil*, vol. 3, São Paulo, RT, 2.007, p. 248.

⁶⁶⁵ CAROLINA BRAMBILA BEGA também nega tal possibilidade, “sob pena de tornar o instituto extremamente burocrático. O sobrestamento visa justamente impedir que diversos particulares se manifestem sobre o mesmo tema” (cit., p. 140). De modo enfático, sustenta RICARDO DE BARROS LEONEL: “A simples demonstração de que poderá, individualmente, sofrer a eficácia reflexa pelo não conhecimento de seu recurso, por ausência de repercussão geral (em razão do precedente fixado pelo STF), ao que nos parece, não justificará a admissão do terceiro como *amicus curiae* (...). Acreditamos que a intenção do legislador não pode ter sido admitir a intervenção pura e simples de qualquer pessoa só pelo fato de estar em condição similar à de uma das partes na lide e no recurso extraordinário” (cit., p. 180).

“recorrentes”, em litisconsórcio. A operatividade do *novel* instituto estaria, irremediavelmente, comprometida.

Não se pode, porém, descartar por completo a possibilidade de tal participação. Nesse caso, seria necessário adotar uma posição intermediária, sugerida por EDUARDO TALAMINI. Além dos entes com representatividade adequada, também os recorrentes diretamente interessados no desfecho do caso – até porque sofrerão influência direta da decisão paradigmática – “podem ser admitidos como colaboradores da Corte, *desde que* demonstrem que podem ter algum argumento útil, algum subsídio relevante para acrescentar à discussão já instaurada”. Estaria-se diante do que o autor classifica como “*contributividade adequada*”⁶⁶⁶.

A lei exige que essa manifestação seja feita por meio de advogado⁶⁶⁷ e com oferta de razões escritas. Para GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO a petição poderia defender tanto o cabimento do recurso extraordinário, como sustentar a sua inadmissibilidade, admitindo-se, ainda, a sustentação oral por parte desse terceiro⁶⁶⁸.

Tem-se alguma dúvida sobre a possibilidade da intervenção do *amicus curiae* apenas para defender o não cabimento do recurso extraordinário, já que nesse caso inexistiria aquele interesse *maior, transcendente*, que justifique a abertura do processo a terceiros. Afinal, como bem anotaram PATRÍCIA PIZZOL – GILSON DELGADO MIRANDA, a “idéia de intervenção do ‘Amigo da Corte’ é sempre no sentido de agregar, ou seja, colaborar com a apresentação de argumentos ou dados relevantes que possam servir para uma melhor análise da relevância das questões econômicas, políticas, sociais e jurídicas”⁶⁶⁹.

⁶⁶⁶ *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., pp. 62-63. Reconhece o autor que “quando se indica o conteúdo da manifestação como um dos aspectos aptos a indicar essa qualificação, estabelece-se alguma confusão entre o exame do cabimento da participação do terceiro e a própria apreciação de suas alegações. Mas trata-se apenas de um prévio e sumário exame – ineliminável, caso se pretenda estabelecer critérios não-arbitrários para a definição da possibilidade de o terceiro participar” (cit., p. 63).

⁶⁶⁷ Vale destacar, porém, que a intervenção de advogado como *amicus curiae*, sob o fundamento de patrocinar ações cujos recursos foram sobrestados por força do artigo 543-B, § 1º do Código de Processo Civil, também não encontrou guarida na Corte, no precedente aqui citado.

⁶⁶⁸ Cit., p. 42.

⁶⁶⁹ *Alguns aspectos processuais da reforma promovida pela EC 45/2004*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, cit.,

Vale ressaltar, porém, que após ter sido apresentada a petição do *amicus curiae*, deve ser aberta oportunidade para que o recorrido sobre ela se manifeste, como forma de garantir o contraditório e a ampla defesa⁶⁷⁰.

Finalmente, nos termos da atual redação conferida ao artigo 131, § 3º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, é franqueado ao *amicus curiae* a possibilidade de apresentar sustentação oral. A norma diz respeito, exclusivamente, ao controle concentrado de constitucionalidade. No entanto, não haveria razão para afastar a sua incidência em sede de recurso extraordinário, cuja questão constitucional seja dotada de repercussão geral⁶⁷¹.

O “amigo da Corte” poderá trazer relevantes contribuições para o julgamento de mérito da impugnação, cujo resultado, como será visto com mais detalhes no Capítulo VI, *infra*, não mais ficará restrito aquele caso concreto, podendo influenciar uma série de outros recursos que discutam a mesma questão constitucional controvertida⁶⁷².

4.8.- Repercussão geral e o agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário.

O Tribunal *a quo* não detém competência para deliberar sobre a preliminar de repercussão geral da questão constitucional. Contudo, permanece a sua Presidência com o poder de examinar, previamente, os demais pressupostos de

p. 1.142. Contrariamente, no direito norte-americano o *amicus curiae* pode intervir tanto em favor da parte recorrente, quanto do recorrido, nos termos da *Rule 37*.

⁶⁷⁰ MARCOS AFONSO BORGES, *O recurso extraordinário e a repercussão geral*, in *Repro* 156/43.

⁶⁷¹ Na decisão dessa preliminar não haverá tal possibilidade, na medida em que o seu julgamento é realizado no Plenário virtual, por meio eletrônico, sem debates entre os Ministros da Corte (v. item 5.2.1, *infra*).

⁶⁷² EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 73.

admissibilidade do recurso extraordinário. Cindiu-se, portanto, o seu juízo de admissibilidade.

Questão interessante que se levanta – e que não foi regulada, seja pelo Código de Processo Civil, seja pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – diz respeito à necessidade ou não de que o agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário contemple um capítulo relativo à repercussão geral.

A princípio, poder-se-ia sustentar que se o Tribunal de origem não tem competência para apreciar a repercussão geral, a eventual decisão denegatória somente poderia estar fundamentada na ausência dos demais pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário⁶⁷³. Em assim sendo, não haveria razão para que o agravo de instrumento abordasse esse ponto, que sequer foi objeto de apreciação⁶⁷⁴. A parte recorrente careceria de *interesse* recursal em relação a esse ponto.

Ademais, como o recurso extraordinário é uma das peças obrigatórias que devem compor o instrumento de agravo (artigo 544, § 1º do Código de Processo Civil), o Supremo Tribunal Federal teria plenas condições de aferir, na análise desse recurso, a presença ou não da repercussão geral.

Esse é, de fato, o posicionamento que deve prevalecer. Vale lembrar, contudo, que não foi tal sistema adotado na regulamentação da arguição de relevância. O artigo 328, § 2º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, na antiga redação que lhe conferiu a Emenda Regimental nº 2, de 1.985, previa, de forma expressa: “Se o recurso extraordinário não for admitido na origem (art. 326), e o recorrente agravar do despacho denegatório, deverá, para ter apreciada a arguição de relevância, reproduzi-la em capítulo destacado da petição de agravo”.

Já o artigo 285 do *Código Procesal Civil y Comercial de la Nación* argentina, ao instituir o mecanismo do *recurso de queja*, equivalente ao agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário, ressalva: “Si la queja fuere por denegación del recurso extraordinario, la Corte podrá rechazar este recurso en los supuestos y forma previstos en el artículo 280, párrafo segundo”. Ou seja, no

⁶⁷³ Por isso, ARAKEN DE ASSIS afirma que o tema da repercussão geral “permanecerá estranho ao agravo de instrumento interposto contra a decisão que não admitir o extraordinário” (cit., p. 713).

⁶⁷⁴ RODRIGO BARIONI, *O recurso extraordinário e as questões de repercussão geral*, cit., p. 731.

julgamento dessa impugnação o Tribunal Supremo da Argentina poderá, desde logo, “*rechazar el recurso extraordinario, por falta de agravio federal suficiente o cuando las cuestiones planteadas resultaren insustanciales o carentes de transcendencia*” (destacamos).

Como se vê, existe uma relação de *prejudicialidade* entre o recurso de agravo e a preliminar de repercussão geral. Contudo, seria arraigado formalismo exigir que as razões do agravo reproduzissem, integralmente, a demonstração da repercussão geral⁶⁷⁵. Lembre-se que o recurso extraordinário é uma das peças *obrigatórias* que compõem o instrumento de agravo (artigos 525, inciso I, c.c 544, § 1º do Código de Processo Civil), de modo que o Supremo Tribunal Federal terá plena condições de aferir a presença desse requisito de admissibilidade. Essa circunstância permite, também, a conversão do agravo de instrumento em recurso extraordinário, mediante a aplicação do artigo 544, § 3º e 4º do diploma processual.

Essa foi a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal. No julgamento da Questão de Ordem em Agravo de Instrumento nº 715.423-1/RS, o Ministro MARCO AURÉLIO decidiu: “basta que na minuta do agravo se veicule a existência desse capítulo, sem necessidade de se transcrever, mesmo porque as razões do extraordinário formam o instrumento, ou seja, as razões estão nos autos que revelam o recurso, que é o agravo de instrumento”⁶⁷⁶. Em seguida, foi determinada a conversão do instrumento de agravo em recurso extraordinário.

É bom que se destaque que o julgamento do agravo convertido em recurso extraordinário deverá obedecer à mesma sistemática prevista para a decisão sobre a repercussão geral. Pode-se aplicar, também, o procedimento previsto no artigo 543-B, §1º do Código de Processo Civil, regulamentado pelo artigo 328 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, a Corte de origem ou mesmo o Supremo Tribunal Federal poderão determinar o *sobrestamento de agravos de instrumento repetitivos, que versem sobre questões abordadas em recursos extraordinários cuja*

⁶⁷⁵ Como defende, por exemplo, BRUNO DANTAS: “Embora a Lei 11.418, de 2006, tenha sido omissa a respeito do agravo, parece-nos evidente que, considerada a regência contida no art. 544 do CPC, não há outra interpretação possível que não seja a de que o agravante *tem o ônus* de desenvolver preliminar fundamentada demonstrando a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no RE que teve o seguimento negado pelo tribunal de origem, sob pena de não conhecimento do recurso” (*Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 204).

⁶⁷⁶ Julgada em 11 de junho de 2.008, Plenário, publicada em 5 de setembro de 2.008.

repercussão geral já tenha sido admitida pelo Supremo, mas ainda se encontre pendente de julgamento na Corte.

Trata-se de medida de economia processual, bastante salutar, pois, como visto, os agravos de instrumento respondem por parte considerável dos julgamentos que atualmente estão afetos ao Plenário (v. item 1.2, *infra*). Na decisão proferida no julgamento da Questão de Ordem em Agravo de Instrumento nº 715.423-1/RS, acima referida, o voto do Ministro GILMAR MENDES declarou estarem “autorizados os tribunais, Turmas recursais e de uniformização à adoção dos procedimentos de sobrestamento, retratação e declaração de prejudicialidade de recursos extraordinários *e de agravos de instrumento correspondentes*” (destacamos).

Deve-se ressaltar, porém, que a aplicação das consequências de julgamento da repercussão geral, previstas nos §§ 3º e 4º do artigo 543-B do Código de Processo Civil, não poderão ser, automaticamente, transplantadas para o agravo de instrumento. Isso porque o julgamento do mérito desse recurso está afeto, com exclusividade, ao Supremo Tribunal Federal. Lembre-se, como visto, que a constitucionalidade da decisão denegatória do recurso extraordinário, por parte da Corte de origem, está atrelada justamente ao fato de que esse julgamento prévio poder ser objeto de reexame no Excelso Pretório.

Logo, não poderia haver inadmissão automática de agravos com fulcro no julgamento do recurso extraordinário paradigma, tal como está previsto no § 3º do dispositivo legal em comento. Mas, nada impede que a Presidência da Corte de origem reconsidere sua decisão anterior, de modo que o agravo (e o recurso extraordinário que com ele se busca viabilizar) restem prejudicados, amoldando-se ao entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal.

4.9.- Marco temporal para aplicação dos artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil.

Dispõe o artigo 4º da Lei nº 11.418, de 2.006: “Aplica-se esta Lei aos recursos interpostos a partir do primeiro dia de sua vigência”.

Em uma primeira análise, a interpretação literal do dispositivo desaguaria em um raciocínio equivocado. Isso porque um acórdão publicado durante o período de *vacatio legis* – que, a teor do artigo 5º da mesma lei, foi fixado em sessenta dias – poderia estar sujeito ao cumprimento desse novo pressuposto de admissibilidade, se o seu *dies a quo* para interposição se encerrasse após a vigência da lei (isto é, 18 de fevereiro de 2.007).

Ocorreriam, portanto, situações injustas. Imagine-se, por exemplo, um caso de sucumbência recíproca, em que ambas as partes desejassem interpor recurso extraordinário. Um dos recorrentes, visualizando o início de vigência dos artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil, apressa-se para apresentar sua impugnação antes que a lei entrasse em vigor. Já a outra parte, se interpusesse o recurso no prazo limite, estaria sujeita à demonstração da repercussão geral. Não faria sentido que o Supremo Tribunal Federal pudesse admitir, contra a mesma decisão, dois *tipos* de recursos extraordinários diferentes: o primeiro, que não estaria sujeito à repercussão geral da questão constitucional, e o segundo em que se exigiria a demonstração da presença desse requisito de admissibilidade. Haveria clara violação do princípio da igualdade.

Outra situação também curiosa poderia ocorrer em caso de interposição de recurso extraordinário adesivo⁶⁷⁷. O recorrente principal, que interpôs recurso extraordinário durante o período de *vacatio legis*, não estaria sujeito à demonstração da repercussão geral, enquanto que aquele que recorreu adesivamente deveria comprovar a presença desse pressuposto, caso interpusesse recurso extraordinário sob a vigência da lei. Isso porque o prazo para interposição de recurso extraordinário adesivo só tem início posteriormente, quando da intimação para apresentação de contra-

⁶⁷⁷ O exemplo é fornecido por BRUNO DANTAS, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 291.

razões ao recurso extraordinário. Uma vez mais, a mesma decisão recorrida estaria sujeita a pressupostos de admissibilidade distintos, o que não se pode tolerar.

É por essa razão que se pode afirmar, de início, que os acórdãos *publicados* antes de entrar em vigor a Lei nº 11.418, de 2.006, não estão sujeitos à configuração da repercussão geral⁶⁷⁸. Haveria como que um *direito processual adquirido* à interposição do recurso extraordinário sem a necessidade de argüir esse novo pressuposto de admissibilidade⁶⁷⁹. Afinal, como explica CRUZ E TUCCI, “[e]xcetando-se alguma raríssimas hipóteses, a lei processual nova respeita os atos e fatos consumados sob a égide da lei antiga”⁶⁸⁰.

Dessa forma, os recursos extraordinários interpostos sob a égide do sistema antigo devem ser apreciados de acordo com as regras *originais* do artigo 102, inciso III, da Constituição Federal, mesmo que tenha ocorrido modificação posterior. Pouco importa se durante o prazo para a sua interposição teve início a vigência das novas regras, como afirma (equivocadamente) o texto da lei⁶⁸¹.

⁶⁷⁸ CALMON DE PASSOS anotava, com muita propriedade: “para fins de recorribilidade, não se faz relevante a data de instauração do processo, nem a natureza da causa ou sua espécie, sim o momento de prolação do decisório impugnado” (*O recurso extraordinário e a Emenda nº 3 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, cit., p. 50).

⁶⁷⁹ Cf. artigo 158 do Código de Processo Civil: “Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais”.

⁶⁸⁰ *Lineamentos da Nova Reforma do CPC*, 2ª ed., São Paulo, RT, p. 166. Em seguida, lembra o autor que “decorrido o prazo de *vacatio legis*, as leis aqui comentadas, à luz da máxima *tempus regit actum*, têm aplicação imediata. Estando em curso o processo, incidirão elas sobre o fluir do respectivo procedimento, atingindo apenas os atos que ainda não foram construídos” (cit., p. 167).

⁶⁸¹ Vale, uma vez mais, verificar as lições de CRUZ E TUCCI: “Já no âmbito dos recursos, o procedimento a ser verificado deve ser aquele vigente à época da respectiva interposição. Os requisitos exigidos em lei para o cabimento do recurso deverão também ser aferidos à luz da legislação anterior. Escreve, a propósito, Carlos Maximiliano, que não se impõem requisitos fincados por norma hodierna que mantenha recurso admitido na lei anterior. Sob outro aspecto, a lei que rege o meio de impugnação é aquela que vigora ao tempo em que foi publicada a sentença. Desse modo, ‘não se deve confundir incidência imediata de leis processuais, de natureza recursal procedimental, com a regra segundo a qual o recurso próprio é o existente à época em que publicada a decisão’ [Superior Tribunal de Justiça, Agravo Regimental no Recurso Especial nº 180.600/RS, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, julgado em 14 de dezembro de 1.999, Quarta Turma, publicado em 8 de março de 2.000]” (*Lineamentos da Nova Reforma do CPC*, cit., p. 167). Cita o autor outro precedente da mesma Corte: “o recurso próprio é o existente à data em que publicada a decisão” (Conflito de Competência nº 1.133/RS, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, julgado em 25 de março de 1.992, Segunda Seção, publicado em 13 de abril de 1.992). No mesmo sentido, em obra clássica sobre o direito intertemporal-processual, afirmou GALENO LACERDA: “Quanto às alterações no procedimento, vigora a regra da aplicação imediata da lei nova, *respeitados os atos já praticados*” (*O Novo Direito Processual Civil e os Feitos Pendentes*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.006, p. 13, destacamos).

Esse raciocínio, lembra LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, deve ser aplicado, inclusive, para aqueles casos em que o recurso extraordinário não tenha sido admitido na origem. Na hipótese de interposição de agravo de instrumento contra a decisão denegatória, o recorrente também não estará obrigado a demonstrar a repercussão geral se o acórdão impugnado foi publicado antes de entrar em vigor a nova lei⁶⁸².

Por essa razão, embora se afirme que a lei processual tem efeitos imediatos, inclusive para os feitos pendentes⁶⁸³, é certo que esse princípio sofre alguns temperamentos, principalmente em relação aos atos praticados segundo as condições da lei antiga, mas que produzirão efeitos somente no futuro. Nesses casos, os atos processuais deverão continuar obedecendo ao regramento anterior, sob pena de ferir um *direito adquirido* da parte⁶⁸⁴.

Afirmam com inteira razão GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO: “O critério utilizado pela legislação é o do momento de interposição do recurso: se interposto antes da vigência da lei, não se lhe exige a demonstração de repercussão geral; *aliter*, exige-se-lhe. O problema reside, a propósito, justamente aí: melhor seria que tivesse aludido ao momento em que teve início o prazo para interposição do recurso, do que ao instante de sua interposição em si”⁶⁸⁵.

⁶⁸² A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC 45, cit., p. 300. A mesma posição é defendida por EDUARDO TALAMINI, *Repercussão geral em recurso extraordinário: nota sobre sua regulamentação*, cit., p. 68.

⁶⁸³ Tal como proclama, de forma genérica, o artigo 1.211 do Código de Processo Civil: “Este Código regerá o processo civil em todo o território brasileiro. Ao entrar em vigor, suas disposições aplicar-se-ão desde logo aos processos pendentes”.

⁶⁸⁴ É o que explica NELSON NERY: “É verdade que a lei processual nova rege sempre para o futuro, mas se deve observar, no particular, o que determina a garantia constitucional fundamental do respeito ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI). Assim, os atos processuais já praticados sob a égide da lei antiga caracterizam-se como *atos juridicamente perfeitos*, estando protegidos pela mencionada regra constitucional, não podendo ser atingidos pela lei nova. No que tange aos recursos, entretanto, é preciso particularizar-se essa regra: a lei vigente no dia em que foi proferido o julgamento é a que determina o cabimento do recurso; e a lei vigente no dia em que foi efetivamente interposto o recurso é a que regula o seu procedimento. Fala-se, portanto, não em retroatividade quanto ao recurso que já fora efetivamente interposto sob o regime da lei antiga, mas em *ultratatividade* ou *sobrevigência* da lei anterior. Por ‘dia de julgamento’ deve-se entender a data em que foi publicada a decisão impugnável” (cit., pp. 492-494, destaques no original).

⁶⁸⁵ Cit., p. 75. E concluem, adiante: “o art. 4º da Lei 11.418 de 2.006 fere a garantia constitucional da irretroatividade das leis (art. 5º, XXXVI, da CF), porquanto desrespeita o direito processual adquirido ao conhecimento e ao julgamento do recurso extraordinário de acordo com a lei vigente ao tempo do termo inicial do prazo para sua interposição. Logo, ao contrário do que pretende impor a legislação, a demonstração da repercussão geral da questão levantada em recurso extraordinário somente poderá ser exigida dos recursos cujo prazo para interposição teve início após sua vigência. Do contrário, haverá evidente afronta à Constituição, por violação a um direito processual adquirido” (cit., p. 77). O (indevido)

É por isso que se deve interpretar os artigos 4º e 5º da Lei nº 11.418, de 2.006, em consonância com a garantia constitucional do direito adquirido (artigo 5º, XXXVI). *A exigência de repercussão geral da questão constitucional aplica-se somente para os recursos cuja publicação tenha ocorrido após a sua data de vigência.* É na publicação que está o *marco inicial para interposição do recurso extraordinário*⁶⁸⁶, como proclama de forma uníssona a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal⁶⁸⁷. Lembre-se as lições definitivas de GALENO LACERDA: “Se os recursos interpostos sob a lei antiga, mas ainda não julgados, deverão sê-lo, embora sob a vigência da nova, o mesmo sucede com os ainda não interpostos, desde que a decisão haja sido proferida sob o império do velho Código”⁶⁸⁸.

A questão primordial, portanto, é definir a data em que teve início o prazo para interposição do recurso extraordinário. Somente estarão sujeitos ao novo requisito de admissibilidade os recursos extraordinários que impugnem decisão publicada quando já iniciada a vigência da Lei nº 11.418, de 2.006, ou seja, 18 de fevereiro de 2.007⁶⁸⁹.

Esse ponto já foi objeto de análise por parte do Plenário do Supremo Tribunal Federal, o qual adotou postura ainda mais liberal, e bastante correta. À unanimidade, restou decidido que a exigência da preliminar argüindo a repercussão geral da questão constitucional que fundamenta a interposição do recurso extraordinário “só

efeito retroativo, nesse caso, decorre do fato de que um recurso que impugna acórdão ou decisão passível de impugnação pela via extraordinária, publicado antes do início de vigência da lei, estar teoricamente sujeito, nos termos do artigo 4º da Lei nº 11.418, de 2.006, ao novo pressuposto constitucional de admissibilidade do recurso.

⁶⁸⁶ Uma vez mais, deve-se ter em mente os ensinamentos de GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO: “De rigor, portanto, que se considere exigível a indicação e a efetiva existência da repercussão geral da controvérsia constitucional para conhecimento de recursos extraordinários cujos prazos para interposição tiveram início a partir do primeiro dia de sua vigência. Fora daí há afronta à Constituição” (cit., p. 78).

⁶⁸⁷ Uma vez mais, confira-se: “A **intempestividade** dos recursos **tanto** pode derivar de **impugnações prematuras** (que se antecipam à publicação dos acórdãos) quanto decorrer de **oposições tardias** (que se registram **após** o decurso dos prazos processuais). (...). A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal tem advertido que a simples **notícia** do julgamento, **além de não dar início** à fluência do prazo recursal, **também** não legitima a **prematura** interposição de recurso, por absoluta **falta** de objeto. **Precedentes**” (Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 375.124-3/MG, Relator Ministro CELSO DE MELLO, julgados em 28 de maio de 2.002, Segunda Turma, publicados em 28 de junho de 2.002, negritos no original).

⁶⁸⁸ Cit., p. 49.

⁶⁸⁹ RICARDO DE BARROS LEONEL, cit., p. 194.

*incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007*⁶⁹⁰.

Fixou-se, portanto, um marco temporal claro para aplicabilidade da repercussão geral, o que demonstra uma saudável disposição da Corte em esclarecer qualquer tipo de dúvida quanto à regulamentação do instituto, que possa repercutir negativamente em sua operatividade.

Não bastava, portanto, o início da vigência da Lei nº 11.418, de 2.006, para se exigir a preliminar de repercussão geral da questão constitucional; como esse diploma legal fez expressa referência à regulamentação do instituto no Regimento Interno do Supremo (artigo 543-B, § 5º do Código de Processo Civil), entendeu-se necessária a entrada em vigor também da Emenda Regimental nº 21, de 2.007. Desse modo, as partes podem ter pleno conhecimento da sistemática adotada pelo Tribunal na análise e julgamento da repercussão geral⁶⁹¹.

Em outro precedente, porém, o Excelso Pretório foi mais longe. Resolvendo a Questão de Ordem suscitada no Agravo de Instrumento nº 715.423-1/RS, restou decidido que a possibilidade de sobrestamento dos recursos extraordinários, e respectivos agravos de instrumento, poderá ser aplicada, inclusive, para aqueles recursos interpostos antes do marco temporal exigido para que o recorrente houvesse argüido a

⁶⁹⁰ Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567-2/RS, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgada em 18 de junho de 2.007, Plenário, publicada em 6 de setembro de 2.007, destaques no original. Ademais, seu voto tentou justificar a redação outorgada ao artigo 4º do diploma legal que regulamentou a repercussão geral e que tanta controvérsia gerou em âmbito doutrinário. Afirmou que “o objetivo do artigo 4º da L. 11.418/06 foi tão-somente evitar a aplicação retroativa do requisito da repercussão geral: sem ele, com efeito, poderia surgir a tentadora interpretação de que a repercussão geral seria exigida quanto aos recursos interpostos antes da vigência da Lei, notadamente os recursos interpostos após a EC 45”. Ressalte-se que, inicialmente, o voto do Ministro CEZAR PELUSO entendia ser o § 2º do artigo 543-A do Código de Processo Civil auto-aplicável, mas “se a intimação dessa decisão não se deu na vigência da Lei, a meu ver esse requisito não pode ser aplicável. A regra geral é a de a lei do recurso ser a data da publicação ou intimação da decisão”. Ao longo dos tão importantes debates no órgão máximo da Corte, o Ministro abriu mão de seu posicionamento “para não causar o mínimo transtorno aos recorrentes”, aceitando a tese de que o requisito só pode ser exigível para os recursos interpostos após a data de entrada em vigor da Emenda Regimental nº 21, de 2.007.

⁶⁹¹ Lembre-se, inclusive, que em pronunciamento anterior, a ausência de regulamentação legal do artigo 102, § 3º da Constituição Federal impediu a aplicação desse preceito em julgamento de recurso extraordinário (Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 475.064-6/SP, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgado em 14 de fevereiro de 2.006, Segunda Turma, publicado em 10 de março de 2.006).

preliminar de repercussão geral. Isto é, para os recursos interpostos antes de 3 de maio de 2.007⁶⁹².

Por maioria de votos, a Corte acatou sugestão do Ministro GILMAR MENDES, no sentido de “assentar a aplicabilidade do regime previsto no art. 543, ‘b’, do CPC, em especial nos respectivos parágrafos 1º e 3º, aos recursos extraordinários interpostos de acórdãos publicados anteriormente a 3 de maio e aos agravos de instrumento respectivos, ficando, quanto aos mesmos, afastada a incidência do disposto no parágrafo 2º do mesmo artigo, que trata da negativa de processamento fundada em ausência de repercussão geral”.

Ao que parece, o efeito dessa medida seria o de determinar o *sobrestamento, no Tribunal de origem ou na Presidência do Supremo Tribunal Federal*, dos recursos extraordinários e respectivos agravos de instrumento, mesmo que interpostos antes do marco temporal fixado pela própria Corte Suprema, caso a matéria neles veiculada já tenha sido admitida como sendo de repercussão geral, em outra impugnação, mas ainda aguardem julgamento.

Foi justamente o que ocorreu nesse caso concreto: o agravo de instrumento discutia a constitucionalidade da majoração da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, cujo tema já havia sido entendido como sendo dotado de repercussão geral, estando pendente de julgamento de recurso extraordinário no Plenário da Casa.

Seguindo a mesma linha, o julgamento da Questão de Ordem no Recurso Extraordinário nº 540.410-2/RS assentou, por maioria de votos, que os recursos extraordinários interpostos ainda sob o regime anterior ao da repercussão geral, *e que já tivessem sido distribuídos aos Ministros do Supremo Tribunal Federal*, poderão ser devolvidos aos Tribunais de origem, tal como prevê o parágrafo único do artigo 328 do Regimento Interno⁶⁹³.

⁶⁹² Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgada em 11 de junho de 2.008, Plenário, publicada em 5 de setembro de 2.008.

⁶⁹³ Relator Ministro CEZAR PELUSO, julgada em 20 de agosto de 2.008, Plenário, publicada em 16 de outubro de 2.008. O Ministro MARCO AURÉLIO, porém, votou de modo divergente, em posição que parece mais prudente e acertada, atendendo-se, inclusive, a preocupação quanto à aceleração e facilitação dos trabalhos nos gabinetes, entulhados de processos. Destacou: “Entendo que o instituto da repercussão geral só passou a vigor com a regulamentação procedida mediante Regimento Interno do Supremo e que a baixa

A posição é um tanto curiosa, pois o Supremo Tribunal Federal já havia se manifestado, acertadamente, pela impossibilidade de aplicação retroativa da Lei nº 11.418, de 2.006, bem como da Emenda Regimental nº 21, de 2.007. Esse entendimento, vale notar, também havia sido adotado em julgamento anterior, por ocasião da análise da Questão de Ordem no Recurso Extraordinário nº 559.607-9/SC. Naquela oportunidade, havia sido afirmada a impossibilidade de determinar o sobrestamento ou mesmo a devolução de recursos extraordinários interpostos de acordo com a sistemática anterior. Haveria, no caso, uma *indevida retroação de regime*, como apontou o Ministro CEZAR PELUSO, cujo voto acabou prevalecendo. Restou decidido, na ocasião, que os recursos extraordinários interpostos antes da entrada em vigor do artigo 543-B do Código de Processo Civil deveriam permanecer sobrestados no próprio Supremo, aguardando a decisão do caso paradigma. Posteriormente, com base nessa decisão, tais impugnações sobrestadas poderiam ser julgadas monocraticamente pelos relatores, obedecendo ao precedente fixado no *leading case*⁶⁹⁴.

Pode-se até alegar que não haveria um prejuízo direto ao recorrente, pois o acórdão paradigma afastou a possibilidade de inadmissão desses recursos em caso de ausência da preliminar de repercussão geral. É obvio que se trata de uma medida de economia processual para o Tribunal, mas de discutível benefício para a parte recorrente, que verá o seu recurso extraordinário ou agravo de instrumento, interpostos sob o regime legal anterior, sujeitos à suspensão legal, até o julgamento de mérito do recurso extraordinário *amostra*⁶⁹⁵.

dos processos – cujos recursos foram interpostas em data anterior à da regulamentação – à origem poderá implicar uma consequência própria da repercussão geral – e seriíssima – que é a Corte de origem declarar prejudicado o recurso extraordinário já admitido ou, se se tratar de ponto de vista diverso do Tribunal no processo em que estabelecida a repercussão geral, vir a modificar o acórdão formalizado, como disse, de gradação maior da repercussão geral, sem que a situação esteja apoiada pela repercussão. *Entendo que esses processos anteriores, admitida a repercussão geral quanto ao tema neles versado, devem ficar sobrestados no gabinete para, posteriormente – aí, sim –, de forma individual, monocrática, o relator, em três linhas, liquidar o recurso, provendo-o ou a ele negando seguimento*” (destacamos). A posição, infelizmente, não prevaleceu, de modo que o seu voto permaneceu isolado.

⁶⁹⁴ Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 26 de setembro de 2.007, Plenário, publicada em 22 de fevereiro de 2.008. Ressalte-se, porém, que as posições expostas nesse voto contradizem, frontalmente, as anteriores opiniões defendidas pelos Ministros CEZAR PELUSO e MARCO AURÉLIO. O primeiro votou pela impossibilidade de devolução, aos Tribunais de origem, dos recursos extraordinários que não estivessem sujeitos à exigência da repercussão geral (tendo, agora, modificado seu posicionamento); já o segundo, permitia essa medida, mas ao que parece voltou atrás no julgamento mais recente.

⁶⁹⁵ Idêntico problema foi enfrentando quando da criação dos recursos especial e extraordinário na modalidade retida. Como explica NELSON NERY, o Superior Tribunal de Justiça editou resolução determinando o sobrestamento de recursos especiais (interpostos contra decisões interlocutórias) que já se

Existe, portanto, um dano claramente configurado: *a parte terá o julgamento de seu recurso suspenso*. Sabe-se, porém, que na prática o Tribunal poderia dar preferência para a análise dos recursos extraordinários cuja matéria já tenha sido reconhecida como de relevância e transcendência. Por essa razão, o julgamento desse acórdão *paradigma* poderá ser mais ágil e estar finalizado antes do julgamento da impugnação formulada pelo recorrente que teve (indevidamente) o seu recurso sobrestado.

Por fim, ressalvada essa problemática, há uma outra importante questão a ser examinada, relativa ainda ao direito intertemporal, que já fora levantada por CALMON DE PASSOS, no regime da argüição de relevância. Estariam sujeitos ao novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário os acórdãos *embargados* (publicados antes da vigência da repercussão geral) cuja decisão tenha sido proferida posteriormente à data em que a Lei nº 11.418, de 2.006, entrou em vigor?

A resposta do autor é negativa. Para ele, o acórdão dos embargos de declaração não consubstanciaria, tecnicamente, *nova* decisão; apenas *integraria* o julgado anterior. Por tal motivo, o acórdão embargado, publicado antes da vigência da nova lei, não poderia estar sujeito ao novo pressuposto de admissibilidade⁶⁹⁶.

CÂNDIDO DINAMARCO, examinando o tema sob o enfoque da admissibilidade dos embargos infringentes, mas com raciocínio que tem plena aplicação à hipótese sob análise, compartilha da mesma opinião. A superveniência da lei restritiva de admissibilidade de determinado recurso não seria aplicável, caso tenha havido a oposição de embargos declaratórios. Esse recurso tem em mira, fundamentalmente, o acórdão aclarado (isto é, publicado antes da vigência da nova lei) e só em segundo plano o *decisum* aclarador. A observância de lei nova, portanto, implicaria retroação indevida⁶⁹⁷.

Embora, sem dúvida, seja a decisão mais correta, não foi essa a posição que prevaleceu no Supremo Tribunal Federal, sob a égide do sistema anterior,

encontrassem na Corte, bem como o não envio daquelas impugnações que já tivessem sido admitidas na Corte de origem, mas ainda não houvessem sido encaminhadas ao Tribunal. Na prática, como ponderou o autor, o Superior Tribunal de Justiça determinou que “os recursos especiais já interpostos, sob o regime jurídico anterior ao criado pelo CPC 542, § 3º (Lei 9.756/98), têm o seu procedimento alcançado pela lei nova, retroagindo *in peius*, caracterizando aplicação detrimetosa da nova lei ao recorrente que interpôs recurso segundo o regime legal anterior” (cit., p. 499). Tratava-se, pois, de regulamentação *inconstitucional*.

⁶⁹⁶ *O recurso extraordinário e a Emenda Regimental nº 3 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, cit., pp. 49-50.

⁶⁹⁷ *A Reforma da Reforma*, cit., p. 208.

como esclareceu EVANDRO GUEIROS LEITE. Houve, inclusive, a divulgação de comunicado, explicitando que as decisões proferidas antes da *vacatio legis*, mas que tivessem sido objeto de embargos declaratórios, estariam sujeitas ao então *novel* requisito, se a decisão que os julgasse houvesse sido publicada após a vigência das alterações ao Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal⁶⁹⁸.

A posição faz um certo sentido, nos casos em que os embargos de declaração são dotados de efeitos *infringentes*, com efetiva alteração do resultado de julgamento. Na prática, portanto, é preferível adotar posição conservadora e argüir a repercussão geral da questão constitucional, caso o acórdão dos embargos tenha sido publicado após a vigência de Lei nº 11.418, de 2.006, de modo a evitar o risco de o recurso extraordinário ser liminarmente indeferido.

⁶⁹⁸ Cit., pp. 25-26.

CAPÍTULO V –

JULGAMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL.

5.1.- Competência para julgamento da repercussão geral.

De acordo com o artigo 543-A, § 2º do Código de Processo Civil, ao Supremo Tribunal Federal foi reservada competência *exclusiva* para deliberar acerca da configuração ou não da repercussão geral da questão constitucional veiculada no recurso extraordinário. Por essa razão, ainda que se trate de um requisito de admissibilidade (v. item 4.2, *supra*), o Tribunal de origem, a princípio, não tem poderes para analisar a existência desse pressuposto recursal⁶⁹⁹.

⁶⁹⁹ Lembra ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD que “pela primeira vez no regime pós-1988, [foi estabelecida] uma distinção material entre o objeto do juízo de admissibilidade realizado pelo órgão *a quo* e aquele feito pelo Supremo” (*O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 116). Pondera o autor: “Até então, cumpria a ambos verificar se presentes cada um de todos os pressupostos do recurso extraordinário (CPC, art. 542; RISTF, art. 324). Agora, veda-se ao órgão prolator da decisão recorrida o exame do preenchimento do novo requisito. Essa competência privativa, contudo, não é caractere essencial do instituto, mas somente uma opção legislativa. Se o direito americano a adota, por um lado, o sistema germânico da *grundsätzliche Bedeuntug der Rechtssache* (‘importância fundamental da causa’) e a *ZPO* austríaca não, por outro” (cit., p. 116). Da mesma forma, explicava HANS PRÜTTING que o conceito de *importância fundamental da causa*, prevista no direito alemão para admissibilidade do recurso de revisão, guarda influência direta do *writ of certiorari* norte-americano. Contudo, uma “diferença marcante encontra-se no fato de que o *writ of certiorari* é exarado pela *Supreme Court*, ou seja, pelo *judex ad quem*”, enquanto na Alemanha esse juízo prévio de admissibilidade é realizado pelo próprio Tribunal que prolatou a decisão recorrida (cit., p. 154). Vale anotar, ainda, como precisou ARRUDA ALVIM, que se ficar reconhecido, no julgamento de segunda instância, a presença da *significação fundamental da causa*, a admissibilidade do recurso de revisão fica desde logo reconhecida, não podendo ser posteriormente recusada pelo Supremo Tribunal alemão (*A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 69, n. 10).

A partir do momento em que existe a *alegação* de repercussão geral da questão constitucional – com a sua devida fundamentação, na medida em que o artigo 543-A, § 2º do Código de Processo Civil exige que ela seja *demonstrada*⁷⁰⁰ – somente o Excelso Pretório poderá analisar se esse requisito de admissibilidade do recurso extraordinário se faz ou não presente⁷⁰¹.

Eventual inobservância do preceito viabilizaria a apresentação de reclamação ao Supremo, para preservação de sua competência, nos termos da primeira parte do artigo 102, inciso I, alínea “I”, da Constituição Federal⁷⁰².

Não obstante, se a parte deixar de formular e fundamentar a preliminar de repercussão geral, o Tribunal *a quo* poderá indeferir, de plano, o recurso extraordinário⁷⁰³. Nesses casos, a Corte de origem tem poderes para fazer a verificação da *roupagem formal* da repercussão geral⁷⁰⁴.

A mesma medida pode ser realizada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a teor do quanto disposto no artigo 13, inciso V, alínea “c”, do

⁷⁰⁰ Da mesma forma, o artigo 327 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal exige que se apresente “*preliminar formal e fundamentada da repercussão geral*” (destacamos).

⁷⁰¹ TICIANO ALVES E SILVA, *Apreciação pelo juízo a quo da existência de alegação de repercussão geral*, in *RePro* 161/145. Destaca o autor um exemplo interessante, que autorizaria o Tribunal *a quo* a, desde logo, negar seguimento ao recurso extraordinário: se o recorrente alegar a existência de repercussão geral, limitando-se a transcrever o que já prevê a lei (existência de relevância do ponto de vista econômico, jurídico, político ou social). Ora, nesse caso não se *demonstrou*, como exige a lei, a presença da repercussão geral (cit., p. 146). Por isso, a Corte de origem pode negar seguimento à impugnação.

⁷⁰² GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 45.

⁷⁰³ GLÁUCIA MARA COELHO, cit., pp. 138-139. Tem-se, em tal caso, uma hipótese de *inépcia* da petição de recurso, como bem anotou RAFAEL TOCANTINS MALTEZ (cit., p. 192). Ademais, complementa o autor, o “desatendimento da forma procedimental citada acarreta a preclusão consumativa das outras alegações contidas e conseqüente não-conhecimento do recurso” (cit., p. 195). Esse ponto, bem ponderou ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, “é juízo meramente formal e automático, que nada tem a ver com a avaliação da relevância da *quaestio* constitucional – esta sim reservada unicamente à Suprema Corte” (*A repercussão geral dos recursos extraordinários e o julgamento por amostragem no âmbito do Supremo Tribunal Federal (CPC, arts. 543-A e 543-B)*, cit., p. 302). Esse foi, aliás, o posicionamento que prevaleceu no Supremo, por ocasião do julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567-2/RS: “Incluiu-se no âmbito do juízo de admissibilidade – *seja na origem*, seja no Supremo Tribunal Federal – verificar se o recorrente, em preliminar do recurso extraordinário, desenvolveu fundamentação especificamente voltada para a demonstração, no caso concreto, da existência da repercussão geral (C.Pr.Civil, art. 543-A, § 2º; RISTF, art. 327)” (Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgada em 18 de junho de 2.007, Plenário, publicada em 6 de setembro de 2.007, destacamos).

⁷⁰⁴ JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS DOS REIS, cit., p. 64.

Regimento Interno da Corte, conforme redação que lhe foi conferida pela Emenda Regimental nº 21, de 2.007⁷⁰⁵.

O mesmo raciocínio poderia ser aplicado para os casos em que o recorrente justificar a presença da repercussão geral juntamente com as razões de provimento do recurso extraordinário. Isso porque o artigo 543-A, § 2º do Código de Processo Civil determina que esse pressuposto de admissibilidade deverá ser demonstrado “em preliminar de recurso”.

Pode parecer talvez um excesso de formalismo⁷⁰⁶, mas o texto legal é claro e visa, sobretudo, facilitar a análise da repercussão geral da questão constitucional por parte do Supremo Tribunal Federal (lembre-se que um dos objetivos da criação desse novo requisito é desafogar o Excelso Pretório). Além disso, levando-se em consideração a postura restritiva até hoje adotada pelo Supremo Tribunal Federal para admissão de recursos extraordinários, certamente a Corte irá recusar aquelas impugnações em que não tenha sido invocada, desde logo, a presença da repercussão geral.

De outro lado, caso a preliminar tenha sido regularmente apresentada, o artigo 102, § 3º da Constituição do Brasil ressaltou que a competência para decisão acerca desse novo e específico pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário é de competência exclusiva do Supremo, que somente poderá “recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros”.

Cumprido notar que o exame da repercussão geral acaba por envolver, indubitavelmente, a própria questão (constitucional) que fundamenta a interposição do recurso extraordinário⁷⁰⁷. Somente com a análise das próprias razões recursais – essa,

⁷⁰⁵ “Art. 13. São atribuições do Presidente: (...); V – despachar: (...). c) como Relator(a), nos termos dos arts. 544, § 3º, e 557 do Código de Processo Civil, até eventual distribuição, os agravos de instrumento e petições ineptos ou doutro modo manifestamente inadmissíveis, bem como os recursos que não apresentem preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, ou cuja matéria seja destituída de repercussão geral, conforme jurisprudência do Tribunal”. Igual previsão consta do artigo 327.

⁷⁰⁶ Como afirmam PATRÍCIA PIZZOL – GILSON DELGADO MIRANDA, que defendem, inclusive, que se for possível extrair das razões recursais a presença da repercussão geral, o recurso deveria ser admitido (*Alguns aspectos processuais da reforma promovida pela EC 45/2004*, cit., p. 1.142).

⁷⁰⁷ “De fato, a repercussão geral exige que se adentre o mérito do recurso, visto que é em seus fundamentos que deverá a Corte Maior se basear para verificar se existe ou não repercussão geral da questão constitucional discutida no caso concreto” (CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 79). E arremata, em seguida, a mesma autora: “Assim, trata-se de requisito que exige um exame do objeto do recurso em si; um exame superficial do mérito do recurso. Notamos, neste sentido, uma semelhança do pressuposto da repercussão

indiscutivelmente, de competência exclusiva da Corte Suprema, a teor do que dispõe o artigo 102, inciso III, da Constituição Federal – é que se poderá aferir a existência ou não desse requisito constitucional de admissibilidade⁷⁰⁸.

Por isso, só mesmo o próprio Supremo Tribunal Federal poderá decidir quais os casos que entende serem suficientemente relevantes, e com necessária abrangência, para viabilizar nova revisão, em via extraordinária⁷⁰⁹. Afinal, a repercussão geral se presta a *qualificar a atuação do Supremo na análise das questões constitucionais*⁷¹⁰.

Ademais, nos termos do artigo 102, § 3º da Constituição Federal, c.c. o artigo 543-A do Código de Processo Civil, essa competência estaria afeta ao Plenário do Supremo Tribunal Federal, já que se exige um quorum *mínimo* de dois terços, de todos os componentes da Corte, para que a preliminar de repercussão geral possa ser *recusada*.

Alguns autores, porém, entendem que como a competência para julgamento do recurso extraordinário estaria afeta à Turma (artigo 9º, inciso III, do Regimento Interno), o julgamento da repercussão geral também deveria nela ocorrer.

RAFAEL TOCANTINS MALTEZ, por exemplo, compara a redação dos artigos 102, § 3º da Constituição Federal (relativo à repercussão geral), no qual foi utilizada a expressão “Tribunal”, enquanto o artigo 103-A da Carta Magna fala, expressamente, em competência do “Supremo Tribunal Federal” para editar súmulas vinculantes. Nessa última hipótese, o texto constitucional foi expresso, razão pela qual o

geral com as condições da ação, que, da mesma maneira, não são apenas requisitos processuais, mas exigem um exame do caso concreto, ainda que superficial” (cit., p. 80).

⁷⁰⁸ Embora esse julgamento preliminar não tenha efeito direto na apreciação do mérito do recurso extraordinário. A Corte já admitiu a presença de repercussão geral e, mesmo assim, *negou provimento* aos recursos extraordinários. A posição, que já era defendida na doutrina, vem encontrando respaldo também na jurisprudência, como demonstra manifestação do Ministro MARCO AURÉLIO: “Reitero o que venho consignando sobre a importância do instituto da repercussão geral, devendo-se resistir à tentação, no exame, de formar juízo sobre a procedência ou a improcedência do que revelado nas razões do extraordinário. Cumpre encará-lo com largueza” (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 592.616-8/RS, Relator Ministro MENEZES DIREITO, julgada em 10 de outubro de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 24 de outubro de 2.008).

⁷⁰⁹ RICARDO DE BARROS LEONEL, cit., pp. 175-176.

⁷¹⁰ EDUARDO TALIMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 27. E, complementa o autor, logo em seguida: se a definição das hipóteses de repercussão geral não poderiam ser previamente definidas na Constituição, “há de caber a ele, STF, e não aos outros órgãos jurisdicionais, definir o perfil que deverá adotar como Corte Constitucional, por meio da seleção das questões relevantes” (cit., p. 27).

simples termo “Tribunal”, utilizado para definir a competência quanto à deliberação da repercussão geral, não poderia ser igualado ao Plenário do Supremo⁷¹¹.

No mesmo sentido, SÉRGIO BERMUDES é enfático: “Entenda-se por *tribunal*, não o plenário da Corte, mas o órgão competente para o julgamento do recurso (no STF, uma das duas turmas, onde o terço, por aproximação, será de três ministros, ressalvados os casos de remessa de recurso ao plenário). Se este é o órgão competente para julgar o recurso, será dele a competência para o juízo de admissibilidade. Note-se que o § 3º não usou da linguagem do art. 97, onde a referência ao órgão especial leva à conclusão de que a declaração de inconstitucionalidade dependerá do voto da maioria dos membros da Corte, se nela não houver órgão especial”⁷¹².

Todavia, o texto constitucional, ainda que não de forma muito clara, prevê que a competência para decidir se está ou não presente a repercussão geral é do Plenário. As consequências geradas por essa decisão (v. Capítulo VI, *infra*) exigem a manifestação de todos os Ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal, como forma de *garantir uma maioria segura*, que expresse, verdadeiramente, o pensamento da Corte, como um todo. Além disso, a possibilidade de expansão dos efeitos dessa decisão, que poderá servir como um precedente que barre a subida de um sem número de recursos extraordinários, também é uma das justificativas para que o exame – ainda que se trate de um pressuposto de admissibilidade recursal – esteja afeto ao órgão colegiado maior do

⁷¹¹ “Quisesse o legislador que todos os Ministros do STF apreciassem a questão da repercussão geral, como quis acerca da edição de súmulas vinculantes – não seria Tribunal o termo utilizado, e sim plenário” (cit., p. 198). Igual pensamento é compartilhado por ELIANA HARZHEIM MACEDO, cit., p. 168.

⁷¹² A *Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45*, cit., p. 57, destacamos. VINICIUS MARTINS PEREIRA vai ainda mais longe, e sustenta que o Tribunal *a quo* continuaria a ter competência para realizar o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, mesmo no que tange ao pressuposto da repercussão geral, em posicionamento que conflita, totalmente, com a regulamentação do instituto pelos diplomas legais pertinentes. A constitucionalidade desse entendimento, segundo ele, estaria no fato de ser disponibilizado ao recorrente o agravo de instrumento a que alude o artigo 544 do Código de Processo Civil, devolvendo a questão ao Supremo Tribunal Federal (*Questões polêmicas acerca da admissibilidade da repercussão geral no recurso extraordinário*, disponível [on-line] in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7804>, p. 4, acesso 05.09.2007). Sem razão o autor, que diz corroborar o posicionamento de SÉRGIO BERMUDES. Contudo, a posição desse autor não é essa: o que ele defende, como visto, é que as Turmas, no Excelso Pretório, teriam competência para exame da preliminar. A Corte de origem teria a competência que já lhe é até agora atribuída, examinando os demais pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário “por exemplo, quanto à tempestividade, ou à ocorrência da sucumbência” (*A Reforma do Poder Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45*, cit., p. 56).

Tribunal. Mesmo que a análise seja feita em um recurso específico, ela estará mirando uma série de outras demandas e impugnações em que se discute a mesma *tese de direito*⁷¹³.

Essa é a postura que, até o momento, vem sendo adotada pelo Supremo. Os pronunciamentos relativos à existência da repercussão geral têm sido abertos a todos os Ministros da Corte, por meio do que se convencionou chamar de Plenário *virtual*, mecanismo de deliberação eletrônica que será objeto de exame no item 5.2.1, *infra*. Todos os componentes têm tido a oportunidade de se manifestar quanto à configuração da preliminar. Em alguns casos específicos, parte dos ministros deixou de se pronunciar, mas de modo geral todos eles opinam a respeito da presença ou não desse pressuposto de admissibilidade recursal, embora sem a apresentação de voto escrito. E mais: até o momento, todos os recursos extraordinários já admitidos e julgados pelo mérito também foram objeto de apreciação em Plenário⁷¹⁴.

Ocorre que a regulamentação do dispositivo, por meio do artigo 543-A, § 4º do Código de Processo Civil, estabeleceu que o julgamento da repercussão geral poderá se *iniciar* na Turma, e somente deverá ser remetido ao Plenário quando a deliberação, por parte dos demais Ministros, puder alterar o resultado do julgamento preliminar⁷¹⁵.

⁷¹³ HUMBERTO THEODORO, *O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral* (CF, art. 102, § 3º), cit., p. 936. Contudo, não se pode concordar com o autor quando sustenta, logo em seguida, que a ausência da repercussão geral “não é do recurso individualmente proposto, é da questão constitucional tratada” (cit., p. 936). Parece ser, justamente, o inverso, como se teve oportunidade de afirmar no item 4.2, *supra*.

⁷¹⁴ Adotou-se, assim, posição que vem sendo insistentemente ressaltada pelo Ministro MARCO AURÉLIO, que até agora apresentou voto sobre essa preliminar em todos os casos submetidos a exame no Plenário virtual: “O instituto da repercussão geral visa à racionalização dos trabalhos judicantes, levando o Supremo a pronunciar-se de forma vinculada – via Plenário, portanto – sobre o alcance de texto da Constituição Federal” (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 567.801-6/MG, Relator Ministro MENEZES DIREITO, julgada em 6 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 12 de setembro de 2.008).

⁷¹⁵ Essa disposição, como anota CRUZ E TUCCI, decorreu provavelmente de inúmeras críticas doutrinárias lançadas ao texto constitucional, antes da publicação da lei regulamentadora, que discutiam o fato de que a recusa do recurso extraordinário estaria sujeita a quorum superior ao exigido para o julgamento do recurso extraordinário, implicando novo sobrecarregamento do Plenário (*Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, cit., p. 27). Sustenta, sem razão, SAMIR JOSÉ CAETANO MARTINS que caso a repercussão geral tenha sido acolhida na Turma, caberia recurso ao Plenário, pois os debates orais entre os Ministros poderiam fazer com que o quorum se alterasse (cit., pp. 103-104). No entanto, atingido quorum suficiente para acatar a preliminar na Turma, poder-se-ia sustentar que o julgamento do requisito de admissibilidade estaria encerrado, o que impediria modificações posteriores de voto.

Dispensa-se a remessa do recurso extraordinário ao Plenário apenas se na Turma já houver, no mínimo, quatro votos favoráveis à existência da repercussão geral, pois nessa hipótese não há mais como se atingir o quorum mínimo exigido pela Constituição para negar seguimento ao recurso extraordinário por esse motivo.

Entretanto, esse mesmo artigo deixa claro que se a maioria não for atingida na Turma, a manifestação do Plenário se tornará *obrigatória*, reforçando o entendimento de que a competência lhe está afeta, com exclusividade⁷¹⁶. Nesses casos, a remessa ao Pleno deve ser realizada *de ofício* pelo relator do recurso extraordinário na Turma⁷¹⁷. O julgamento *final*, pelo menos no que tange à negativa de repercussão geral, está na órbita de competência do Plenário do Supremo Tribunal Federal, devendo sobre ela se manifestar os onze ministros que compõem a Corte, salvo em casos específicos, que serão explicitados a seguir.

A mesma sistemática já havia sido adotada no regime anterior da arguição de relevância, que exigia a presença de todos os ministros da Corte para a sua deliberação, embora eles se reunissem em sessão de Conselho, e não do Plenário (v. item 3.1.3, *supra*).

E nem se diga que esse requisito poderia estar sujeito à apreciação monocrática por parte do relator, quando ele estiver singularmente convencido da existência da repercussão geral da matéria constitucional veiculada no extraordinário, como sustenta RAFAEL TOCANTINS MALTEZ⁷¹⁸. Ainda que o artigo 102, § 3º da Carta Magna utilize o verbo “recusar”, parece mais correto que toda a Corte aprecie, pelo menos na primeira vez que o tema vier à tona, esse requisito de admissibilidade; é mais prudente que os demais Ministros analisem, ao menos uma vez, a questão, proferindo votação que manifeste o pensamento de todo o Tribunal. Até pela denominação utilizada pelo legislador – repercussão *geral* – não parece prudente deixar a cargo de um único Ministro

⁷¹⁶ BARBOSA MOREIRA também critica a inovação. Para ele, a bipartição do julgamento do recurso extraordinário (decisão final do Plenário quanto à repercussão geral e retorno à Turma para apreciação do mérito quando se entender configurado o requisito) atrasaria ainda mais a decisão dos processos (*A Emenda Constitucional nº 45 e o processo*, cit., pp. 188/189). Por isso que o julgamento único, no Plenário, seja no que diz respeito à existência ou não da preliminar de admissibilidade, seja em relação ao mérito da impugnação, é medida salutar que deverá prevalecer a partir da *reforma* constitucional.

⁷¹⁷ ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, cit., p. 118.

⁷¹⁸ Cit., p. 193.

decidir se determinada matéria tem ou não o condão de afetar a sociedade brasileira, ou qualquer de seus grupos sociais representativos⁷¹⁹.

Não se pode esquecer, ainda, que decisões monocráticas poderiam gerar divergências no âmbito da Corte Suprema, no que tange à própria admissibilidade no recurso. Eventual ganho de tempo, em um primeiro momento, seria totalmente perdido no futuro, por não se uniformizar o entendimento do Excelso Pretório em matéria de tão grande relevo.

Vale frisar, no entanto, que a necessidade de a repercussão geral estar sujeita à deliberação *final* por parte do Pleno não pode ser aplicada, de forma indistinta, a todos os casos⁷²⁰. Para conferir efetividade às novas disposições legais que regem a matéria, na linha do que defende JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO, apenas no *primeiro*

⁷¹⁹ Com inteiro acerto, GLÁUCIA MARA COELHO, para quem mesmo considerando a presença da repercussão geral, deverá o relator, inicialmente, levar a questão à Turma para avaliação do requisito por parte dos demais ministros. Dessa forma, ressalva, “não parece correto distinguir entre o juízo negativo e o juízo positivo acerca da repercussão geral, para permitir a admissão do recurso extraordinário monocraticamente pelo relator, nesta última hipótese, sob o argumento de que a CF exige o *quorum* qualificado do Pleno apenas para recusar a admissibilidade do recurso extraordinário. A posição do relator, seja pela admissibilidade, seja pela inadmissibilidade do apelo extremo, não é capaz de expressar, por si só, a vontade do Tribunal quanto à existência ou não da repercussão geral na questão constitucional debatida” (cit., p. 155, n. 150). Até porque, lembra a mesma autora, se “a aprovação da súmula depende da deliberação plenária (por força do artigo 102, § 1º do Regimento Interno do STF), parece que o mais adequado é conferir ao instituto ora examinado uma interpretação uniforme, atribuindo-se, também ao Pleno do STF, a competência para examinar a repercussão geral da questão constitucional debatida no recurso extraordinário, inclusive considerando a importância do tema para os jurisdicionados (já que estamos diante de mecanismo que visa restringir o acesso desses apelos ao Tribunal Superior)” (cit., pp. 131-132).

⁷²⁰ Como parecem sustentar GILSON DELGADO MIRANDA – PATRÍCIA MIRANDA PIZZOL: “Assim, como a Constituição exige o quorum privilegiado, não pode a turma ou o relator ou o Presidente do tribunal local fazer a análise da repercussão geral. E se já tiver sido reconhecida a repercussão geral por 2/3 do tribunal? Nesse caso, segundo alguns autores, pode o relator do recurso no STF ou a Turma não conhecer do recurso por ausência de repercussão geral. No nosso sentir, de acordo com a norma constitucional, a decisão deve ser sempre do Pleno do STF” (*Recursos no Processo Civil*, 5ª ed., São Paulo, Atlas, 2.006, p. 143). Para fundamentar esse posicionamento, citam uma hipótese prática que merece alguma reflexão: indefere-se um recurso extraordinário por se entender ausente o requisito da repercussão geral em uma demanda individual, que envolva o defeito de um eletrodoméstico. Nesse caso, um recurso extraordinário interposto em uma demanda coletiva, que discuta essa mesma questão, poderia ser barrado por decisão monocrática, sob o fundamento de que a matéria já foi objeto de análise em Plenário. Ora, nesse caso, como ponderaram os mesmos autores, bastará fazer uma comparação entre essas duas demandas para se verificar a diferença de tratamento que seria dado a cada uma delas. Essa distinção entre os casos deverá ser feita com bastante cuidado, muito embora também o exemplo prático – defeito de eletrodoméstico, quer em demanda coletiva quer em demanda individual – não pareça muito apropriado para configurar uma hipótese de repercussão geral. Nada impede, também, que o Supremo Tribunal Federal deixe bem distinto os casos que envolvam demandas singulares, não dotadas de repercussão geral, daqueles relativos a ações coletivas.

juízo da matéria – isto, é daquele recurso *paradigma* (v. item 6.1, *infra*) – é que se faz necessária a intervenção de todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal⁷²¹.

Como já dito alhures, o julgamento inicial envolvendo determinada matéria se mostra, efetivamente, relevante e passível de repercussão geral. Todos os demais que a ele se seguirem perderão um pouco daquele interesse maior, na medida em que a existência ou não da repercussão geral já foi definida pelo Excelso Pretório.

É nesse sentido que deve ser interpretada a regra prevista no artigo 543-B, § 5º do Código de Processo Civil. *Mais do que uma consequência imediata do julgamento (negativo) da repercussão geral, ela veicula norma de competência para deliberar sobre a repercussão geral.* Atribui poderes para que o relator negue seguimento, monocraticamente, a recurso extraordinário por ausência da repercussão geral da questão constitucional.

Eis a redação do dispositivo em comento: “Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”⁷²².

FREDIE DIDIER JUNIOR invoca, inclusive, a aplicação analógica do parágrafo único do artigo 481 do Código de Processo Civil, para defender a desnecessidade de remessa dos autos ao Plenário do Supremo, para deliberar sobre a repercussão geral, quando já houver pronunciamento, sumulado ou não, sobre a matéria. O autor também

⁷²¹ *A repercussão geral e o novo papel do STF*, cit., p. 64. Esclarece o autor que “após deliberação colegiada em sentido contrário à existência da repercussão geral no paradigma, passa a ter competência o próprio Ministro Relator para indeferir todos os demais recursos que possuam a mesma matéria, *ex vi* art. 543-A, parágrafo 5º, do CPC. Com isso, a decisão envolvendo a inexistência de repercussão geral passa a ter *eficácia vinculante* para os recursos que tenham a mesma questão constitucional, inclusive ampliando o poder do Ministro Relator para indeferi-los liminarmente” (cit., p. 65, destaques no original). No mesmo sentido, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA: “*Quid*, se o pleno do STF já tiver decidido no sentido de que determinada questão não tem repercussão geral, poderá o recurso não ser conhecido em julgamento realizado por uma das turmas do tribunal? Poderia o relator do recurso negar-lhe seguimento (cf. art. 557 do CPC), em razão de o pleno já ter firmado jurisprudência *pacífica* no sentido de que determinada questão não tem repercussão geral? A resposta a ambas as questões, segundo pensamos, é positiva. É que, não fosse assim, a reforma ora examinada ficaria sem sentido, já que cada recurso extraordinário, para ser rejeitado em razão da ausência de demonstração da repercussão geral, dependeria sempre da reunião do pleno do STF, o que conduziria a resultado contraproducente. Pensamos, assim, que havendo jurisprudência firme do pleno no sentido de que dada questão não tem repercussão geral, recursos extraordinários futuros, que veiculem questões jurídicas idênticas poderão ser rejeitados por uma das Turmas do STF, ou, até, pelo próprio relator do recurso (cf. art. 557 do CPC), e não necessariamente por dois terços do pleno do tribunal. Esta, segundo nos parece, deverá ser a solução estabelecida pelo legislador, no caso” (cit., p. 1.059).

⁷²² Nesse sentido, COSTA MACHADO, cit., p. 1.001.

defende que seria “dispensada nova manifestação do Plenário se o tema já foi decidido em ação de controle concentrado de constitucionalidade”⁷²³.

É por isso que em tais casos – quando houver *identidade* entre a decisão proferida no recurso extraordinário paradigmático e os feitos sobrestados⁷²⁴, e *somente neles* – o relator poderia, monocraticamente, acatar ou negar a existência da repercussão geral. Na primeira hipótese, deverá *seguir o precedente consolidado no colegiado*, e julgar, de imediato, o mérito do recurso extraordinário, como será melhor demonstrado no item 6.3, *infra*.

Já na segunda hipótese, vale notar, o próprio Presidente do Tribunal de origem tem poderes para negar seguimento aos recursos extraordinários que versem sobre matéria a respeito da qual o Supremo Tribunal Federal já afirmou não ser dotada de repercussão geral⁷²⁵. Portanto, a remessa do recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal somente terá lugar quando se estiver diante de controvérsia *inédita* no âmbito daquela Corte⁷²⁶.

⁷²³ *Transformações do recurso extraordinário*, cit., p. 988.

⁷²⁴ BRUNO DANTAS, *O recurso extraordinário e a Lei 11.418/2006: notas sobre a dinâmica da repercussão geral*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, cit., p. 885. E consigna, logo a seguir: “De todo modo, é preciso cuidado ao aplicar esse dispositivo. Não basta que os casos sejam assemelhados, mas, ao contrário, é indispensável a identidade da tese jurídica em discussão, sob pena de violação do texto constitucional” (cit., p. 886).

⁷²⁵ É o que defendia, pouco antes da promulgação da lei, HELCIO ALVES DE ASSUMPÇÃO: “Se o Supremo Tribunal Federal, pelo *quorum* constitucional, já assentou que determinada questão não tem ‘repercussão geral’, parece mais do que razoável prever-se que o recurso não tenha cabimento” (cit., p. 298). Ao recorrente, em tais casos, ficaria aberta a via do agravo de instrumento para levar a matéria ao Excelso Pretório, mostrando eventuais particularidades ou aspectos novos da questão (e não apenas de sua causa, porque na via extrema não interessa mais tanto o direito *subjetivo* da parte, como visto no item 2.2, *supra*, mas da matéria que ele pretende ver julgada pela Corte Suprema). Idêntica posição é defendida por ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS, cit., p. 17, n. 27, por GLÁUCIA MARA COELHO, cit., p. 144, e por BRUNO DANTAS, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 320.

⁷²⁶ Nesse sentido, o entendimento de IVES BRAGHITTONI: “em situação ideal, o julgamento de rejeição da repercussão geral será feito uma única vez para cada matéria – e toda a vez que aquela matéria for trazida novamente, em sede de recurso especial [*sic* – *extraordinário*], esse será liminarmente rejeitado” (cit., p. 123). Por essa razão, prossegue o mesmo autor, “cada vez que o Plenário se reunir para rejeitar um único recurso que seja, ainda que com o difícil quórum de dois terços, o fará sabendo que, doravante, aquela matéria nunca mais (em tese) precisará ser revista novamente – e que os recursos extraordinários que dela tratarem poderão ser rejeitados liminarmente” (cit., p. 123), salvo a possibilidade de revisão da tese. O mesmo pensamento é compartilhado por CLEIDE KAZMIERSKI, ao afirmar que a apreciação da repercussão geral deveria ocorrer no Pleno, “pelo menos enquanto não houver sido rejeitada a repercussão geral em caso idêntico” (cit., pp. 111-112).

A partir do momento em que estiver “formado o precedente, seja pela admissão, seja pela inadmissão da repercussão geral de determinada questão constitucional, o Presidente do Tribunal *a quo*, o Ministro Relator e a própria Turma estarão autorizados a proceder de imediato o juízo de admissibilidade dos recursos extraordinários, examinando a presença ou não da repercussão geral nessas hipóteses, e admitindo ou não o cabimento desses apelos”⁷²⁷.

5.1.1.- Quorum para deliberação sobre a repercussão geral.

O § 3º do artigo 102 da Constituição Federal fixou quorum extremamente alto para o julgamento da repercussão geral da questão constitucional. Com efeito, exige-se que a recusa dessa preliminar seja feita pelo voto de, no mínimo, dois terços dos seus membros⁷²⁸. Ou seja, a posição da minoria dos membros da Corte pode prevalecer para a aceitação do recurso extraordinário⁷²⁹.

Note-se, por importante, que esse mesmo quorum é adotado pela legislação brasileira – em nível constitucional ou legal – para a tomada de decisões, por

⁷²⁷ GLÁUCIA MARA COELHO, cit., p. 144. Para a autora, bastaria uma única decisão a respeito dessa questão, desde que ela tenha sido proferida pelo Plenário, para viabilizar a aplicação do artigo 543-B, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil (cit., p. 147). Não se faria necessária a fixação de uma jurisprudência dominante. Isso porque o recurso extraordinário *paradigma* deve ter sido examinado levando-se em consideração não somente aquele determinado caso concreto, mas todos os outros semelhantes em que essa decisão poderá interferir. Pressupõe-se, com isso, que a questão deverá ter sido bem analisada e debatida entre todos os membros da Corte, o que não ocorre atualmente, já que a grande maioria dos recursos extraordinários (justamente por serem considerados irrelevantes e repetitivos) é julgada monocraticamente pelos relatores, dando margem a decisões conflitantes.

⁷²⁸ Para ARRUDA ALVIM, a fixação desse *quorum da minoria* reduziria ao mínimo a aplicação atrofiativa do instituto, que limitaria (indevidamente) o acesso ao Supremo Tribunal Federal. Afinal, “[o] mal estará em deixar-se de apreciar o que é relevante, tendo-o por irrelevante, e, não, inversamente, em se apreciar o irrelevante” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 30, n. 10). Lembra o mesmo autor, em estudo recente, que esse mesmo quórum foi o adotado pela ZPO alemã para a recusa do recurso de revisão, conforme § 554b, item 2, que menciona a “maioria de dois terços dos votantes”, embora como já visto, esse juízo de admissibilidade prévio seja realizado pelo próprio Tribunal *a quo*, só podendo ser recusado pela Corte *ad quem* nas causas que envolvam, exclusivamente, direitos patrimoniais (*A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 69, n. 10).

⁷²⁹ Embora a legislação norte-americana adote quorum menos rígido (*rule of four*), o voto de apenas quatro, dos nove integrantes da Corte, é suficiente para garantir o *writ of certiorari* (HENRY ABRAHAM, cit., p. 195). Mais uma vez, o quorum da minoria tem prevalência.

parte do Supremo Tribunal Federal, que tenham grande importância. Foi previsto, por exemplo, pelo artigo 27 da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1.999, para conferir limites à eficácia *ex tunc* da declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo “tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social”. Ou, ainda, para aprovar ou revisar enunciados de súmulas vinculantes (v. item 6.4, *infra*).

A primeira questão que se coloca está relacionada à competência para apreciar esse pressuposto de admissibilidade, examinada no item 5.1, *supra*. Fixado o entendimento de que é da competência do Plenário (pelo menos para dar a palavra *final* sobre a inexistência de repercussão geral, nos termos do artigo 543-A, § 4º, quando a matéria for examinada pela primeira vez), é certo que o quorum para negar seguimento ao recurso extraordinário, por ausência de repercussão geral, deve corresponder ao número de oito Ministros⁷³⁰⁻⁷³¹.

Salvo, porém, se estiver configurado o *impedimento ou a suspeição* de algum deles, ou no caso de a Corte estar composta por número inferior a onze Ministros. Nesses casos o quorum de dois terços estará relacionado com o número de Ministros *habilitados* a julgar o recurso extraordinário⁷³².

⁷³⁰ ARRUDA ALVIM defende que bastariam sete dos onze votos possíveis para negar a repercussão geral. Segundo o autor, “na EC nº 45 há referência à recusa por 2/3 dos membros da Corte, [de modo que] parece que esse número é o de 7, porquanto 2/3 de 11 é número inferior a sete, e, se haverá de elevar esse número inferior para 7” (*A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 95). Ocorre que, multiplicando-se o número total de ministros do Supremo Tribunal Federal (onze), pelo quorum de dois terços previsto na Lei Maior, o resultado exato será de 7,33. Se esse é o número mínimo, é certo que ele deve ser arredondado para cima e não para baixo.

⁷³¹ De outro lado, os que defendem que a própria Turma teria competência para julgar a preliminar de repercussão geral sustentam que esse quorum seria sensivelmente menor. Bastaria o voto de dois terços dos membros daquele colegiado (isto é, apenas quatro ministros). Nesse sentido, LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 86. O entendimento é equivocado e não prevaleceu na jurisprudência do Supremo, como visto no item anterior.

⁷³² RODRIGO BARIONI, *O recurso extraordinário e as questões de repercussão geral*, cit., pp. 726-727. Explica GLÁUCIA MARA COELHO que “o estabelecimento desse *quorum* com base em um percentual do número de Ministros (dois terços dos votos) e não em número especificado de votos (p. ex., 8 votos para a inadmissibilidade do apelo extremo por ausência de repercussão geral) revela-se adequado para abranger as hipóteses em que, temporariamente, o número de Ministros esteja reduzido. É o que acontece, por exemplo, nas hipóteses de impedimento ou suspeição e no interregno compreendido entre a saída de um Ministro e a entrada de outro. Nessas situações, se o STF estiver apenas com dez ou nove Ministros, o *quorum* exigido para a apreciação da repercussão geral será reduzido proporcionalmente” (cit., p. 141). Em sentido contrário, defende EDUARDO TALAMINI que o fato de o texto constitucional aludir a “membros” do Supremo Tribunal Federal implicaria um quorum *fixo e irredutível* de oito ministros, pouco importando se um ou alguns deles estejam impedidos de votar. Em tais hipóteses, haveria ainda maior dificuldade de rejeitar a preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário. O mesmo raciocínio, segundo o autor, valeria para os casos em que a Corte estivesse temporariamente com número reduzido de ministros (*Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de*

Não se aplica essa ressalva, porém, para o caso de ausência eventual de um ministro à sessão plenária, ante os reflexos que essa decisão poderá produzir, barrando a subida de um sem número de recursos. É necessário que a composição esteja completa, pois o instituto poderá ser utilizado como uma forma de, efetivamente, uniformizar a jurisprudência da Corte a respeito de tema relevante para o país⁷³³. É o que sustenta, novamente com caeto, GLÁUCIA MARA COELHO: “Parece que a intenção do legislador da Emenda 45 foi a de exigir a demonstração do *quorum* de dois terços considerando a integralidade dos membros do STF (ou seja, dois terços dos votos dos 11 Ministros). Dessa maneira, garante-se a formação de precedentes acerca da repercussão geral que representem, efetivamente, o entendimento do Supremo quanto à questão, impedindo, assim, modificações posteriores”⁷³⁴. Caso contrário, estaria-se violando o princípio da igualdade, pois a decisão acerca da repercussão geral poderia ser realizada com quoruns distintos e sazonais.

Ademais, se o parágrafo 4º do artigo 543-A do Código de Processo Civil estabeleceu que, pelo voto de quatro membros acatando a preliminar de repercussão geral da questão constitucional, ficará dispensada a remessa dos autos ao Plenário, é certo que o quorum mínimo para deliberar sobre o requisito deve contar com a totalidade dos Ministros da Corte (salvo, novamente, se estiver caracterizado qualquer tipo de impedimento ou suspeição). Afinal, esses quatro votos correspondem, justamente, ao um terço necessário para acatar a existência da preliminar. Não se trata, portanto, de quorum mínimo para instalação da sessão, com bem anota CAROLINA BRAMBILA BEGA⁷³⁵.

Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 50). Não parece correto, porém, adotar postura tão restritiva, a partir do momento em que a Constituição estabeleceu um percentual mínimo, e não um número fixo.

⁷³³ Caso contrário, segundo posição sustentada por RODRIGO BARIONI, o Supremo Tribunal Federal não poderia recusar a preliminar e teria de, necessariamente, julgar o recurso extraordinário pelo mérito (*O recurso extraordinário e as questões constitucionais de repercussão geral*, cit., p. 726).

⁷³⁴ Cit., p. 141.

⁷³⁵ Afirma a autora de modo enfático: “os dois terços são os votos necessários para a rejeição da causa, e referem-se à totalidade dos Ministros, isto é, são necessários oito votos, dos onze, para repudiar o processo por ausência de repercussão geral” (cit., p. 110). Até porque, é a mesma autora quem pondera, esse quorum afeta a decisão ao Plenário, como forma de uniformizar a jurisprudência da Corte, impedindo que suas turmas deliberem de forma diversa sobre um mesmo tema (cit., p. 111). O conflito de decisões acerca da existência ou não de repercussão geral de determinada hipótese constitucional seria muito nocivo à imagem do Tribunal, num momento em que se pretende uniformizar a jurisprudência da Corte e valorizar os seus precedentes, persuadindo os litigantes a não mais recorrer extraordinariamente, em todos os casos. Cumpre destacar, na esteira do pensamento de BRUNO DANTAS, que o artigo 40 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal exige um quorum mínimo de seis Ministros habilitados a votar, para que a sessão plenária possa ser iniciada. Na hipótese rara de esse quorum não ser atingido, poderá haver convocação do

Ocorre que – e aqui aparece a segunda crítica doutrinária – esse quorum é mais elevado do que aquele exigido, pelo próprio Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, para o julgamento de mérito do recurso extraordinário. Com efeito, o artigo 9º, inciso III, prevê a competência das Turmas para julgamento do apelo extremo, compostas por apenas cinco integrantes⁷³⁶.

Estaria-se, com isso, diante de um paradoxo: para apreciação de um requisito de admissibilidade do recurso extraordinário seria necessário a intervenção de um número de Ministros maior do que para julgar o seu próprio mérito⁷³⁷. Contudo, o *quorum prudencial*⁷³⁸ estabelecido pelo legislador se justifica, repise-se, na medida em que a *influência* desse julgamento não mais ficará restrita apenas aquele determinado recurso extraordinário. Essa decisão poderá espalhar efeitos para todos os casos que discutam matérias semelhantes, como será melhor explicado no Capítulo VI, *infra*. Como bem apontou BRUNO DANTAS, ainda que esse quorum não garanta a *justiça* dessa decisão, poderá ao menos torná-la bem mais qualificada⁷³⁹.

Parte desse problema, no entanto, perdeu relevo, na medida em que o Regimento Interno do Supremo criou o Plenário virtual. Permite-se, com isso, a participação de todos os Ministros no julgamento da repercussão geral da questão constitucional, por meio de manifestações eletrônicas (v. item 5.2.1, *infra*).

Ministro licenciado, ou mesmo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, para complementar a composição mínima e viabilizar o exame da matéria (*Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 315). O mesmo procedimento poderia ser aplicado caso não haja, ao menos, seis Ministros do Supremo habilitados a votar a preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário.

⁷³⁶ “Ao procurar diminuir os julgamentos, criou-se uma *barreira burocrática*. O art. 557 do CPC autorizava o mais – julgamento de mérito do recurso –, agora, em sede de recurso extraordinário, um pressuposto processual não poderá ser julgado com fundamento em tal dispositivo, mas o mérito recursal sim!” (LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*, cit., p. 107, destaques no original).

⁷³⁷ “Se for considerado o Tribunal Pleno, composto por onze Ministros, serão exigidos oito Ministros para não conhecer o recurso extraordinário, o que é um número superior inclusive para o julgamento de mérito. Logo, em vez de facilitar o juízo de admissibilidade, está aqui, de forma contraditória, estimulando o seu conhecimento” (EDUARDO CAMBI, cit., p. 160).

⁷³⁸ ARRUDA ALVIM, *A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 81.

⁷³⁹ *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 219. Anote-se, porém, que a justiça aí referida deve ser interpretada no sentido não de atender aos interesses desse ou daquele litigante em específico, mas sim de estar em consonância com os anseios de toda a sociedade. Como anotou o mesmo autor, “a repercussão geral tem o condão de reforçar a função do STF como poderoso catalisador de sentimentos da sociedade, pois, diante do novo instituto, seus membros têm, agora com ainda mais razão, o dever de manter aquela aguda sensibilidade para detectar em casos corriqueiros questões de interesse fundamental da sociedade inteira ou de largos segmentos dela” (cit., p. 220).

5.2.- Momento de apreciação do novo requisito de admissibilidade no julgamento do recurso extraordinário e a necessidade de fundamentação dessa decisão.

Uma questão que não foi bem esclarecida pela lei e que ainda gera certa divergência na doutrina, diz respeito ao momento de apreciação da repercussão geral.

O artigo 543-A, § 2º do Código de Processo Civil deixa expresso que a sua demonstração deve ser realizada em “preliminar de recurso”. Também já previa o § 3º do artigo 102 da Constituição Federal que a repercussão geral deverá ser examinada para se verificar a “*admissão do recurso*” (destacamos).

É claro, portanto, que ela deve ser analisada antes do julgamento do mérito da pretensão recursal, na medida em que se trata de um requisito de admissibilidade do recurso extraordinário (v. item 4.2, *supra*). Mas em que momento deve ser realizada essa avaliação: antes dos demais pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário (tempestividade, preparo, prequestionamento, etc...⁷⁴⁰) ou após se verificar que, ao menos formalmente, o recurso extraordinário é viável?

Segundo corrente majoritária na doutrina⁷⁴¹, o exame da repercussão geral deve ocorrer após a análise de todos os demais pressupostos de admissibilidade *formais* do recurso extraordinário, atendendo-se ao princípio da *economia processual*⁷⁴².

⁷⁴⁰ Como previa a redação original do Anteprojeto de Lei, cujo § 2º ao artigo 543-A estabelecia: “O recorrente deverá demonstrar, em preliminar de recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência da repercussão geral. *O juízo sobre a repercussão geral precederá ao exame dos demais requisitos de admissibilidade*” (destacamos). Essa parte final, no entanto, não prevaleceu na votação final do projeto.

⁷⁴¹ Contestada por autores de renome. ARRUDA ALVIM cita exemplo do direito alemão, no qual “a expressão *Zulassung* é utilizada para referência à admissão ou constatação da presença da *significação fundamental*, ao passo que *Zulässigkeit*, para admissão, propriamente, do recurso, esta última já quando e no âmbito, como questão preliminar, do seu julgamento” (A *EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 64, n. 1). RODOLFO MANCUSO trilha a mesma linha, ao defender que a repercussão geral seria “um *pré-requisito genérico ao juízo de admissibilidade do RE*” (*Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., p. 208, destacamos).

⁷⁴² RODRIGO BARIONI, *O recurso extraordinário e as questões constitucionais de repercussão geral*, cit., p. 728. Em igual sentido, JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO, *A eficácia da decisão envolvendo a repercussão geral e os novos poderes do relator*, in *RePro* 152/190. O autor, no entanto, parece ter alterado

Afinal, de nada adiantaria levar essa complexa questão para julgamento entre todos os Ministros do Supremo, se o recurso não contiver os pressupostos básicos que permitam o seu conhecimento⁷⁴³.

Para ilustrar tal posicionamento, confira-se a opinião de CRUZ E TUCCI: “Parece-me que o relator do recurso extraordinário deverá examinar, com precedência, todos os demais pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário. Sendo positivo o juízo de admissibilidade, só então é que a questão da *repercussão geral* será levada primeiramente à apreciação da Turma. Desse modo, para não sobrecarregar a pauta do pleno, se porventura na própria turma houver 4 votos no sentido de que há *repercussão geral*, o recurso extraordinário será conhecido, lavrando-se o respectivo acórdão. Em seguida, os autos voltam ao Ministro Relator, para o exame e subsequente pronunciamento sobre o mérito do recurso. As duas sucessivas decisões – a precedente acerca da *repercussão geral* e a ulterior atinente ao objeto do recurso – formarão, assim, um provimento subjetivamente complexo”⁷⁴⁴.

Foi nesse sentido que o artigo 323 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal dispôs: “*Quando não for o caso de inadmissibilidade do recurso por outra razão*, o(a) Relator(a) submeterá, por meio eletrônico, aos demais ministros, cópia de sua manifestação sobre a existência, ou não, de *repercussão geral*” (destacamos). Por isso, segundo ARAKEN DE ASSIS, “a *repercussão geral* situa-se, no terreno da admissibilidade do

seu posicionamento, pois em estudo mais recente afirma: “Haverá, portanto, dois momentos de admissibilidade: o *prévio invertido* (ligado à transcendência), a ser feito pelo Colegiado e, com a decretação positiva, o *segundo*, feito para análise monocrática do relator” (*A verticalização das decisões do STF como instrumento de diminuição do tempo do processo: uma reengenharia necessária*, in *RePro* 164/347). Esse procedimento, no entanto, atrasaria sobremaneira a já lenta tramitação dos recursos extraordinários no Excelso Pretório.

⁷⁴³ LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 31. CALMON DE PASSOS também afirmava, categoricamente: “mesmo quando argüida a relevância, cumpre-se atenda preliminarmente ao procedimento do art. 543 CPC, e só quando *admitido* o recurso extraordinário, com vistas à existência de seus pressupostos *ordinários*, se ordenará a formação do instrumento relativo ao incidente de arguição de relevância” (*O recurso extraordinário e a Emenda nº 3 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, cit., p. 58). Da mesma forma, analisando especificamente a *repercussão geral*, THEOTONIO NEGRÃO – JOSÉ ROBERTO GOUVÊA são categóricos: “Uma vez atestada a inadmissibilidade do recurso extraordinário por qualquer outro motivo, não se discute a existência de *repercussão geral*” (*Código de Processo Civil – e legislação processual em vigor*, 40ª ed., São Paulo, Saraiva, 2.008, p. 748, n. 4a ao art. 543-A).

⁷⁴⁴ A “*repercussão geral*” como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário, cit., pp. 62-63, destaques no original.

extraordinário, não como o primeiro, mas como o último dos requisitos passíveis de controle antes de o STF passar ao julgamento de mérito do recurso”⁷⁴⁵.

Foi o que restou decidido no julgamento da Questão de Ordem no Recurso Extraordinário nº 556.664-1/RS. Nos debates promovidos entre os Ministros – em que se discutiu, pela primeira vez, a possibilidade de o relator determinar a devolução de recursos extraordinários *repetitivos* à origem – foi ressaltado: “assentamos, pelo menos no Regimento Interno, que precede à apreciação da relevância o exame do recurso sob o ângulo do artigo 557 referido”⁷⁴⁶. Ou seja, antes de levar à apreciação do Plenário (virtual) a deliberação sobre a existência da repercussão geral, deve o relator proceder ao juízo prévio de admissibilidade do recurso extraordinário quanto aos seus requisitos formais. Se vislumbrar *efetivo* empecilho à análise do mérito da impugnação, deve negar-lhe seguimento, monocraticamente, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil⁷⁴⁷.

Todavia, os pressupostos recursais que tocam mais diretamente ao mérito recursal (e a repercussão geral é o principal deles, aliada, também, à verificação da real existência de ofensa ao texto constitucional), deveriam ser examinados, concomitantemente, pelo Plenário. Caso contrário, o Excelso Pretório continuará julgando uma grande massa de recursos extraordinários de forma monocrática, tal como ocorreu até a edição da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004.

Entretanto, é importante ressaltar – até porque o novel instituto deriva da antiga arguição de relevância da época do regime militar – uma outra questão: as decisões que envolvem a deliberação sobre a existência ou não de repercussão geral devem ser fundamentadas?

Entende-se que sim, por conta da *garantia fundamental* expressa no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, uma vez que, como já aqui defendido, a decisão sobre esse novo pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário ostenta nítido *caráter jurisdicional* (v. item 4.3, *supra*⁷⁴⁸). É imperativo, portanto, que a Corte

⁷⁴⁵ Cit., p. 714.

⁷⁴⁶ Relator Ministro GILMAR MENDES, julgada em 20 de setembro de 2.007, Plenário, publicada em 9 de maio de 2.008.

⁷⁴⁷ ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, *O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 116.

⁷⁴⁸ IVES BRAGHITTONI discute essa idéia. Para o autor, o mencionado dispositivo legal não corresponderia a uma verdadeira garantia jurisdicional, senão a “uma diretriz geral de orientação para a

Suprema explicita a *ratio decidendi*⁷⁴⁹, seja para negar admissibilidade ao recurso extraordinário, quer para acatar a preliminar e determinar o processamento da impugnação de cunho excepcional.

Esse também o sistema adotado no direito argentino, como afirma RAFAEL BIELSA: “En lo que respecta al auto que declara la procedencia de um recurso extraordinario denegado, o declara que ha sido bien denegado el recurso, consideramos que la decisión debe ser *motivada*, aunque sea sumariamente. Hay un interés público en que así sea”⁷⁵⁰.

E não é só. Existe mais uma circunstância a ser considerada. O *dever* de fundamentação decorre de outro fator de suma importância: a Lei nº 11.418, de 2.006, previu a possibilidade de que a decisão relativa à repercussão geral espraie efeitos *extra-autos* e, portanto, *extra-partes* (v. itens 6.2 e 6.3, *infra*). Sendo assim, a necessidade de motivação se torna ainda mais relevante, principalmente nos casos em que a preliminar não é admitida, na medida em que será imprescindível bem delimitar a questão objeto dessa

elaboração de uma norma futura” (cit., p. 109). Isso porque o *caput* do artigo 93 expressa: “Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios (...)”. Trataria-se, portanto, de tipo normativo diverso daquele utilizado pelo artigo 5º *caput* da Carta Magna, que dita as diretrizes fundamentais sobre as quais se deve erigir o ordenamento jurídico nacional. Para o autor, a lei ordinária regulamentadora da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, poderia dispensar a motivação das decisões que envolvem os filtros qualitativos, sob pena de a norma constitucional não atingir o objetivo de desafogar o Excelso Pretório. Em suma, defende que apenas as decisões que recebam um recurso extraordinário, acatando a preliminar de repercussão geral, deveriam ser motivadas (cit., pp. 110-112). Ora, deveria ser justamente o contrário. A própria lei deixou clara a necessidade de motivação, ainda que concisa, de todas as decisões envolvendo a repercussão geral da questão constitucional (artigo 543-A, § 7º do Código de Processo Civil). Ademais, a norma veiculada pelo artigo 93, inciso IX, é auto-aplicável e possui eficácia imediata. O princípio maior já se encontra nela veiculado: qualquer ato de julgamento do Poder Judiciário deve ser público e motivado, sendo que as únicas exceções a essa garantia estão ali elencadas, taxativamente. Só poderá ser limitado o acesso a essas decisões jurisdicionais (e aos fundamentos nela elencados), quando houver a necessidade de se resguardar o direito à intimidade, mas sem *prejudicar o interesse público de acesso à informação*. Afinal, como visto, a repercussão geral se mede, justamente, em função do interesse público veiculado na causa. Como se negar, então, que as partes tenham conhecimento dos motivos que levaram a aceitação ou rejeição da *decisão* que envolve tal preliminar? Para EDUARDO TALAMINI, a nova regra constante do artigo 102, § 3º da Constituição Federal não excepcionou a garantia prevista no artigo 93, inciso IX, da Carta da República; e nem poderia, haja vista tratar-se de cláusula *pétrea* (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 26).

⁷⁴⁹ CRUZ E TUCCI, *Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418/2006)*, cit., p. 30. Do mesmo modo HUMBERTO THEODORO, para quem o Supremo Tribunal Federal “terá de proceder ao esforço dialético de demonstrar, analiticamente, como se chegou ao juízo determinante da falta de repercussão geral, submetendo o caso concreto às exigências da razoabilidade” (*O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral (CF, art. 102, § 3º)*, cit., p. 932).

⁷⁵⁰ Cit., p. 284.

decisão, para que a ela se possam conferir efeitos em relação aos demais recursos semelhantes⁷⁵¹.

Caberia, por fim, indagar: se é exigida do recorrente a invocação da repercussão geral da questão constitucional em preliminar devidamente fundamentada, por qual razão o Supremo Tribunal Federal estaria dispensado de explicitar as suas razões de decidir, seja para acolher ou para rejeitar, no âmbito do juízo de admissibilidade, o recurso extraordinário⁷⁵²?

É justamente por isso que o § 7º do artigo 543-A do Código de Processo Civil determina: “A *Súmula* da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será *publicada* no Diário Oficial e valerá como acórdão” (destacamos). E, além disso, o artigo 329 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, atento ao *efeito dissuasório* que as decisões acerca da repercussão geral poderão espalhar, determina: “A Presidência do Tribunal promoverá ampla e específica divulgação do teor das decisões sobre repercussão geral, bem como formação e atualização de banco eletrônico de dados a respeito”⁷⁵³.

Tudo isso, felizmente, vem sendo regularmente cumprido pelo Excelso Pretório. As manifestações sobre a preliminar de repercussão geral estão sendo devidamente fundamentadas e existe, na página do Supremo Tribunal Federal na *internet*,

⁷⁵¹ Afirmou, com todo o acerto, BARBOSA MOREIRA: “O controle *extraprocessual* deve ser exercitável, antes de mais nada, pelos jurisdicionados *in genere*, como tais. A sua viabilidade é condição essencial para que, no seio da comunidade, se fortaleça a confiança na tutela jurisdicional – fato inestimável, no Estado de Direito, da coesão social e da solidez das instituições. Impende observar, todavia, que no interior do grande conjunto se distinguem conjuntos parciais, aos quais é justo reconhecer um interesse *qualificado* no exercício de referido controle. O fenômeno grita, por exemplo, no tratamento judicial de relações e situações que, longe de circunscrever-se aos litigantes considerados individualmente, são comuns a um número indeterminado (e em regra vultoso) de pessoas, cuja sorte pode ver-se afetada pela decisão – diretamente quando o ordenamento contemple uma extensão subjetiva da sentença ou até a autoridade da coisa julgada; indiretamente, mercê da influência que, senão de *iure*, ao menos de *facto*, venha o pronunciamento a manifestar sobre outros subseqüentes, em causas análogas” (*A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito*, cit., pp. 90-91, destaques no original).

⁷⁵² “A bem da verdade, a fundamentação envolvendo a repercussão geral é vista em três momentos: a) é ônus do recorrente demonstrar sua existência; b) a Turma julgadora, se decidir pela presença do requisito, também deverá demonstrar as razões de convencimento; c) o Plenário, ao afastá-la, também deverá fundamentar a decisão, inclusive levando em conta a importância da decisão para os casos posteriores (art. 543-A, § 5º do CPC c/c art. 93, IX CF/88)” (JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO, *A eficácia da decisão envolvendo a repercussão geral e os novos poderes dos relatores e dos tribunais locais*, cit., p. 186).

⁷⁵³ Busca-se com tal medida não apenas divulgar os casos em que a Corte entendeu estar presente a relevância/transcendência do caso, como principalmente desestimular a “interposição de recursos extraordinários versando temas que, ao ver do STF, não projetam repercussão geral” (RODOLFO MANCUSO, *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., p. 208).

um *link* específico sobre esse tema, que possibilita verificar todos os casos que já foram acolhidos ou rejeitados e, ainda, as matérias que estão pendentes de discussão no Plenário virtual⁷⁵⁴.

5.2.1.- Problemática relativa à deliberação *eletrônica* sobre a preliminar de repercussão geral.

O artigo 323 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, com a redação que lhe foi conferida pela Emenda Regimental nº 21, de 2.007, estabeleceu um procedimento *eletrônico* para a deliberação sobre repercussão geral da questão constitucional.

Prevê referido dispositivo que, não sendo o caso de rejeição liminar do recurso extraordinário, o relator deverá apresentar manifestação acerca da repercussão geral. Em seguida, esse voto preliminar será encaminhado, via eletrônica, aos demais Ministros da Corte, para que eles o analisem e decidam, também de modo informatizado, sobre a admissibilidade do recurso extraordinário.

Dois problemas podem ser *a priori* notados nesse procedimento. De início, suprimiu-se os debates orais a respeito da questão de repercussão geral. A salutar apreciação desse requisito em sessão de julgamento, com a exposição de opiniões de cada um dos ministros e o debate efetivo da matéria, não mais terá lugar, como deveria ocorrer⁷⁵⁵. Instituiu-se como que um procedimento *mecânico* e *virtual* para decidir sobre a presença da repercussão geral⁷⁵⁶. Parece que, nesse ponto, a preocupação centrou-se na

⁷⁵⁴ V. <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussaoGeral/listarProcessosJulgamento.asp?>.

⁷⁵⁵ Lembrou FREDERICO MARQUES que no ordenamento jurídico brasileiro “vigora o sistema do julgamento público, a portas abertas, mediante *conferência de votos*. Adotamo-lo desde a promulgação da lei de 18 de setembro de 1828, que criou o Supremo Tribunal de Justiça do Império, e da de 3 de janeiro de 1833, que deu regulamento aos Tribunais de Relação do Império” (*Instituições de Direito Processual Civil*, vol. IV, Rio de Janeiro, Forense, 1.980, p. 102). A Constituição Federal de 1.988 reforçou tais preceitos, ao instituir que os julgamentos devem ser não apenas motivados, como também *públicos* (artigo 93, inciso IX).

⁷⁵⁶ “O julgamento em Plenário foi substituído por um conjunto de decisões monocráticas que serão friamente agrupadas para que o relator faça as contas e conclua se foi ou não alcançado o *quorum* de 2/3.

liberação pura e simples da pauta da Corte⁷⁵⁷, sem levar em consideração as discussões que envolvem a matéria, e que são tão importantes para a fixação e uniformização da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal⁷⁵⁸.

Se, por um lado, a deliberação em Plenário – em razão do quorum de dois terços, constitucionalmente fixado – poderia aumentar a pauta da Corte, por outro, continuará enorme a atividade de cada um dos ministros, isoladamente, que se verão obrigados a apresentar manifestação por escrito sobre a preliminar, pelo menos se pretenderem rejeitá-la. O ganho de tempo que se pretende produzir será, portanto, reduzido. Melhor seria deixar a questão reservada aos debates *orais* em sessão de julgamento, lavrando-se acórdão único a respeito da presença ou não da repercussão geral. Não haveria a tão falada sobrecarga se o Supremo Tribunal Federal bem utilizar a possibilidade de seleção de recursos paradigmas, como prevê ao artigo 543-B do Código de Processo Civil (v. item 6.1, *infra*).

Poder-se-ia, certamente, questionar a constitucionalidade de tal regulamentação. Sem dúvida, a preliminar será analisada de forma motivada; há a necessidade de se juntar aos autos cópias das manifestações escritas dos Ministros, de

Consideramos perigosa a ‘inovação’, além de lamentável” (GUSTAVO SANTANA NOGUEIRA, *A repercussão geral do recurso extraordinário e a Emenda Regimental 21/2007 do STF – uma proposta de análise deste novo requisito de admissibilidade*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, cit., p. 927).

⁷⁵⁷ Defendendo esse novo procedimento, afirma EDUARDO TALAMINI: “Por um lado, a existência de repercussão geral como requisito do recurso extraordinário destina-se a funcionar como um filtro de admissibilidade – a fim de reduzir o número de recursos e permitir que a Suprema Corte ocupe-se dos casos que possam estabelecer diretrizes verdadeiramente relevantes para a nação. Mas, por outro, a exigência de que tal requisito seja aferido (pelo menos na primeira vez em que cada matéria chegar ao Supremo Tribunal) pelo próprio Plenário implicaria um evidente transtorno procedimental, com a duplicação de pautas, caso tal aferição viesse a fazer-se pelo modo convencional, de julgamento em sessão. Ou seja, o novo requisito de admissibilidade acabaria trabalhando contra uma das finalidades em razão das quais foi instituído. A solução encontrada foi a deliberação por meio eletrônico” (*Repercussão geral no recurso extraordinário: deliberação do plenário do STF por meio eletrônico*, disponível [on-line] in <http://www.justen.com.br/informativo5/artigos/eduardo.htm>, p. 1, acesso em 16.07.2007).

⁷⁵⁸ Essa preocupação foi ventilada pelo Ministro MARCO AURÉLIO, no julgamento da Questão de Ordem no Recurso Extraordinário nº 559.607-9/SC. Em tal oportunidade, o Ministro GILMAR MENDES expressou preocupação quanto ao fato de se “emitir juízo de relevância no Plenário”, criando-se um precedente “perigoso” para os demais casos. A essa objeção, o Ministro MARCO AURÉLIO respondeu: “se tivermos de parar para apreciar só relevância, devemos fazê-lo, por ser a única solução que temos no horizonte para a avalanche invencível de processos suportada no Supremo” (julgada em 26 de setembro de 2.007, Plenário, publicada em 22 de fevereiro de 2.008). Isso porque o julgamento do recurso extraordinário paradigma levaria à formação de um *leading case* sob determinada matéria, permitindo que um sem número de recursos *repetitivos* sejam julgados, monocraticamente, pelos ministros, com base no entendimento fixado naquele precedente.

acordo com o artigo 325 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal⁷⁵⁹, bem como lavrar o respectivo acórdão, mesmo que de forma sumulada, tal como estabeleceu o § 7º do artigo 543-A do Código Civil (v. item 5.2, *supra*). No entanto, o procedimento estabelecido pelo Regimento Interno *viola a necessária publicidade dos julgamentos do Poder Judiciário*, que também vem resguardada nos artigos 5º, inciso LX, e 93, inciso IX, da Constituição Federal⁷⁶⁰. Não há debates entre os Ministros, ou pelo menos discussões presenciais em que as partes, ou seus procuradores, poderão comparecer, se tiverem interesse.

Para tentar contornar esse problema, o *site* do Supremo Tribunal Federal disponibiliza uma página específica, denominada “Plenário virtual”, na qual os interessados podem acompanhar a tramitação das deliberações sobre a repercussão geral⁷⁶¹. O Ministro Relator apresenta seu voto sobre determinada matéria e ele fica disponível para consulta, durante o prazo de vinte dias, fixado pelo artigo 324 do Regimento Interno. Na mesma página é informada a posição dos demais componentes da Corte.

No entanto, a deliberação encerra-se com esse procedimento. Não há a realização de debates orais no Plenário, no que tange à configuração da preliminar de cabimento do recurso extraordinário. Com efeito, o artigo 325 prevê: “O(A) Relator(a) juntará cópia das manifestações aos autos, quando não se tratar de processo informatizado, e, uma vez definida a existência da repercussão geral, julgará o recurso ou pedirá dia para

⁷⁵⁹ A não ser que se trate de processo informatizado, regulamentado pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2.006, pela Resolução nº 344, de 24 de maio de 2.007, e pela Portaria nº 73, de 30 de maio de 2.007, ambas editadas pela Presidência do Supremo Tribunal Federal.

⁷⁶⁰ Curioso notar que esse artigo foi objeto de reforma pela Emenda Constitucional nº 45, de 2.004. Inicialmente, nele se previa: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes”. Depois da última modificação, a parte inicial permaneceu inalterada, mas houve alteração ao final, justamente para restringir os casos de julgamento sob sigilo. Confira-se: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, *em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação*” (destacamos). Não se pode concordar, portanto, com HUMBERTO THEODORO, quando sustenta que a Constituição não estabeleceu uma formalidade específica para deliberação sobre a repercussão geral (bastaria, com diz o autor, “manifestação de dois terços” dos membros do STF”, *O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral* (CF, art. 102, § 3º), cit., p. 938). A partir do momento em que a análise da repercussão geral é um pronunciamento de caráter jurisdicional, que integra o julgamento do recurso extraordinário, também ela está dotada das garantias constitucionais inerentes aos provimentos judiciais.

⁷⁶¹ V. <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussaoGeral/listarProcessosJulgamento.asp?>. Existe, inclusive, um projeto em estudo no Supremo Tribunal Federal, para permitir que os advogados possam enviar memoriais (eletrônicos) aos Ministros, para auxiliá-los no debate da repercussão geral.

seu julgamento, após vista ao Procurador-Geral, se necessária; negada a existência, formalizará e subscreverá decisão de recusa do recurso”⁷⁶².

Não há como negar que o julgamento da preliminar – que integra, é bom que se ressalve, novamente, o julgamento do recurso extraordinário – voltará a ser, em parte, realizado secretamente, resgatando o procedimento autoritário da arguição de relevância, que tanta crítica gerou por parte da doutrina (v. item 3.1.4, *supra*). Por essa razão, JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS DOS REIS defende que, se no processamento eletrônico restar decidido pela ausência de repercussão geral da questão constitucional, seria necessário levar a matéria ao Plenário, para que os oito Ministros (contrários à admissibilidade do recurso extraordinário) ratifiquem sua posição⁷⁶³.

Além disso, esse novo modo de deliberação criou um expediente notavelmente perigoso. Nos termos do artigo 324 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, os demais Ministros terão vinte dias – contados do recebimento da manifestação do relator do recurso extraordinário – para apresentarem voto. E o parágrafo único desse dispositivo foi além: “Decorrido o prazo sem manifestações suficientes para recusa do recurso, reputar-se-á existente a repercussão geral”. Claro está, portanto, que poderá haverá julgamento *tácito* da preliminar (mesmo que seja no sentido de aceitação do recurso extraordinário, resguardando-se o *acesso à Justiça*⁷⁶⁴).

Procurou-se obedecer ao quorum dos dois terços, mas foi esquecido o real intento da norma: desafogar o Excelso Pretório e consolidar a sua jurisprudência. Se

⁷⁶² Por isso não se pode concordar com a posição de ANDRÉ ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD: “O pronunciamento do colegiado acerca dessa questão será publicado como qualquer outro acórdão, acompanhado das razões que lastrearam cada um dos votos proferidos. Seja em primeiro grau de jurisdição, seja no âmbito dos tribunais, não é preciso que o processo de elaboração das decisões seja feito publicamente, mas apenas que elas, em si, sejam tornadas públicas. Simplesmente, o que era comum na realidade das sentenças e decisões monocráticas passou a ser adotado em certa modalidade de julgamento colegiado” (*A repercussão geral dos recursos extraordinários e o julgamento por amostragem no âmbito do Supremo Tribunal Federal (CPC, arts. 543-A e 543-B)*, cit., p. 307, n. 683). Caberia aqui a indagação: porque os julgamentos colegiados – tal como deve ser o que envolve a repercussão geral, de acordo com o quorum constitucional fixado no artigo 102, § 3º – são *finalizados* em sessões públicas, no qual se faz a leitura dos votos? Bastaria, então, a simples publicação do acórdão, sem a realização de sessão de julgamento. Esse sistema, porém, jamais foi adotado no direito brasileiro.

⁷⁶³ Cit., p. 71.

⁷⁶⁴ É por isso que CAROLINA BRAMBILA BEGA defende que mesmo a recusa do recurso extraordinário, pelo quorum qualificado dos dois terços, dependeria de análise da preliminar em sessão pública de julgamento, não sendo suficiente a deliberação eletrônica, “até como forma de legitimar a aplicabilidade deste julgamento a futuras causas que versem sobre matéria idêntica, nos termos do art. 543-A, § 5º, do CPC” (cit., p. 118).

os Ministros deixarem de apresentar suas manifestações, alguns recursos extraordinários que não sejam dotados de repercussão geral poderão permanecer no âmbito de atribuições da Corte. A circunstância, vale notar, já foi verificada em alguns casos. A apresentação de manifestação ou voto por parte de todos os componentes do Supremo poderia ter alterado o resultado de julgamento da preliminar.

É por isso que BRUNO DANTAS refuta, com alguma razão, a possibilidade de julgamentos tácitos, bastante estranhos às deliberações do Poder Judiciário (pelo menos em relação àquelas que ostentem caráter jurisdicional). Para o autor, ressalvados os casos em que um Ministro tenha declarado seu impedimento ou suspeição, ele estará obrigado a proferir voto. Não haveria, portanto, a *faculdade* que a lei pareceu instituir (criando, inclusive, uma efetiva hipótese de preclusão *pro judicato*). Por isso, enquanto não se manifestarem todos os membros da Corte, o julgamento da repercussão geral não poderia ser encerrado. Estar-se-ia diante de um prazo *impróprio*⁷⁶⁵.

EDUARDO TALAMINI, a seu turno, mesmo reconhecendo a inconstitucionalidade de decisões tácitas – que violariam a garantia da motivação expressa no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal – e a redução do contraditório criada por esse procedimento, entende ser legítimo o mecanismo criado pelo Supremo. Baseia-se, para tanto, na premissa de que a Lei Maior teria instituído uma presunção genérica da presença de repercussão geral no recurso extraordinário, que só pode ser derrubada em Plenário. Como a deliberação tácita não violaria tal presunção, não haveria que se falar em inconstitucionalidade. Invoca, uma vez mais, o princípio da celeridade (artigo 5º, inciso LXXVIII) e também o da razoabilidade. Mas adverte: é imprescindível “que se confira plena publicidade a cada passo do processamento eletrônico”⁷⁶⁶.

⁷⁶⁵ *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 314.

⁷⁶⁶ *Repercussão geral no recurso extraordinário: deliberação do plenário do STF por meio eletrônico*, cit., p. 2. Demonstrando a particularidade desse procedimento, o mesmo autor afirma que seria impossível generalizar o emprego do processamento eletrônico de análise da repercussão geral para os demais julgamentos da Corte. Para ele, a “presunção de existência da repercussão geral nas questões constitucionais é a peculiaridade que legitima dois dos mecanismos empregados no sistema ora examinado: a imposição de preclusão temporal aos julgadores e o eventual estabelecimento de uma deliberação não fundamentada no sentido da presença do requisito. Tal peculiaridade, ou outra análoga, não está presente na generalidade dos casos – o que já inviabiliza o emprego de mecanismo idêntico ao instituído pela Emenda Regimental 21. Além disso, a generalização da deliberação colegiada eletrônica eliminaria o efetivo debate entre os julgadores e entre esses e os advogados das partes. Suprimir-se-ia a oralidade nos julgamentos dos tribunais, único terreno em que ela efetivamente vigora no processo civil brasileiro” (*Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do*

Dessa forma, será necessário disponibilizar, no andamento do recurso extraordinário, as manifestações de todos os Ministros que apresentarem voto escrito, para que as partes tenham plena ciência de como se encaminha o julgamento da impugnação. Essa medida, felizmente, vem sendo realizada pela Corte Suprema, comprometida com o efetivo desenvolvimento dessa nova medida e ciente de suas altas funções.

5.3.- Repercussão geral e os fundamentos do recurso extraordinário.

Outro ponto que certamente comporta discussões reside na correlação entre a repercussão geral e o fundamento – ou fundamentos – do recurso extraordinário. Indaga-se: o reconhecimento da relevância/transcendência da tese veiculada pelo recorrente deve estar, necessariamente, ligada ao fundamento de seu recurso extraordinário? Ou, ainda, poderá o Supremo Tribunal Federal admitir a presença da repercussão geral mesmo fora do objeto do recurso extraordinário? E também: deverá o recorrente argüir e a Corte reconhecer a repercussão geral de todas as questões ventiladas em sua impugnação excepcional?

A resposta a essas perguntas deve ser positiva. Invoca-se, inicialmente, a Súmula nº 456 do Excelso Pretório, que estatui: “O Supremo Tribunal Federal, conhecendo do recurso extraordinário, julgará a causa, aplicando o direito à espécie”. Com relação a esse ponto, observa ARAKEN DE ASSIS: “É verdade que, nos recursos especial e extraordinário, a fundamentação vinculada afasta a pertinência automática e ampla do aforismo *iuri novit curia*; tanto a admissibilidade, quanto o julgamento de mérito desses recursos se realizam no âmbito estrito das questões recorridas; todavia, competirá ao tribunal superior julgar livremente a espécie (Súmula do STF, nº 456)”⁷⁶⁷.

Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 56). Idêntico pensamento é compartilhado por FREDIE DIDIER JUNIOR – LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA, cit., p. 322.

⁷⁶⁷ Cit., p. 703.

Ora, se esse entendimento consolidado vale para o julgamento do próprio mérito recursal, com maior razão ele deverá ser aplicado para um simples pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário. Afinal, a repercussão geral não é criada pelo recorrente; ela existe independentemente das razões por ele invocadas⁷⁶⁸. A fundamentação desse requisito apenas facilita o conhecimento da preliminar, embora a sua alegação seja, como visto, um *ônus* do recorrente⁷⁶⁹.

Nada impede, portanto, que o Supremo Tribunal Federal reconheça a repercussão geral da matéria mesmo fora dos argumentos veiculados no recurso extraordinário⁷⁷⁰. Ou, também, que o Plenário examine as demais questões abordadas no apelo extremo que não tiverem essa conotação⁷⁷¹. Isso porque a repercussão geral está ligada às questões constitucionais discutidas no processo e não, necessariamente, da causa em si. Afinal, lembre-se uma vez mais: em âmbito extraordinário, interessa preservar a

⁷⁶⁸ Ao contrário do que ocorre no direito norte-americano, em que a *Rule 14*, item “a”, parte final determina: “*Only the questions set out in the petition, or fairly included therein, will be considered by the Court*” (destacamos).

⁷⁶⁹ CRUZ E TUCCI, *Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do Recurso Extraordinário*, cit., p. 26. Para EDUARDO TALAMINI estaria-se diante de *ônus imperfeito*, na medida em que a ausência da invocação dessa preliminar não poderia levar ao não conhecimento do recurso extraordinário (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 36). A posição, porém, já foi refutada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 569.476-3/SC, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgado em 4 de abril de 2.008, Plenário, publicado em 25 de abril de 2.008. Não tem cabimento, também, uma possível instrução probatória para verificar a presença da repercussão geral, como sustenta MANOEL LAURO VOLKMER DE CASTILHO, cit., p. 112.

⁷⁷⁰ Citando uma hipótese de aplicação do artigo 543-B do Código de Processo Civil, sustenta CAROLINA BRAMBILA BEGA que “se a parte ‘A’ alega a existência de repercussão geral do ponto de vista econômico, ficando seu processo retido no tribunal de origem em razão da multiplicidade de demandas, e o STF em julgamento de caso paradigmático versando sobre controvérsia idêntica entende estar presente a repercussão do ponto de vista social, o recurso de ‘A’ também será admitido, ainda que por motivo diverso do alegado” (cit., p. 70). O mesmo pensamento é compartilhado por GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO: “Pondera-se, contudo, que a fundamentação levantada pela parte para demonstração da repercussão geral debatida não vincula o Supremo Tribunal Federal. Sendo o recurso extraordinário canal de controle de constitucionalidade no direito brasileiro, pode o Supremo admitir o recurso extraordinário entendendo relevante e transcendente a questão debatida por fundamento constitucional diverso daquele avilrado pelo recorrente. É o que ocorre, e está há muito sedimentado na jurisprudência do Supremo, a respeito da causa de pedir da ação declaratória de constitucionalidade ou da ação direta de inconstitucionalidade, fenômenos semelhantes que, aqui, encontram ressonância. Eis aí, a propósito, mais um traço de *objetivação* do controle difuso de constitucionalidade” (cit., p. 44).

⁷⁷¹ O “reconhecimento da repercussão geral em uma das questões constitucionais debatidas seria suficiente para permitir a análise de todas as demais questões existentes no recurso extraordinário. Parece-nos que a posição mais correta corresponde a essa segunda alternativa. Uma eventual cisão do julgamento do recurso extraordinário (para permitir a apreciação tão-somente das questões constitucionais dotadas de repercussão geral) poderá implicar uma solução jurídica inadequada ou incorreta, uma vez que estaria baseada apenas em uma parcela do problema jurídico debatido entre as partes” (GLÁUCIA MARA COELHO, cit., p. 152).

unidade do ordenamento jurídico e não tutelar os interesses subjetivos desse ou daquele determinado litigante.

Também é possível o exame da preliminar pelo ângulo dos efeitos que a decisão sobre determinada matéria pode gerar para a sociedade brasileira, tal como explica ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD. Bem ponderou: “nesses casos, para que o STF cumpra sua missão constitucional de julgar o recurso extraordinário cuja matéria, ainda que parcialmente, ofereça repercussão geral, necessário será julgá-lo por inteiro. Mesmo em hipóteses diferentes, nas quais se misturem questões reputadas relevantes e outras não, pode o tribunal ver-se diante de duas alternativas. De um lado, cindir o julgamento do recurso, para dele excluir questão que não atenda ao novo requisito, sob o risco de deixar de apreciar adequadamente a *vexata quaestio*. De outro, julgar a impugnação na íntegra, apreciando inclusive questões que não possuem a repercussão exigida, mas servem de substrato à mesma pretensão recursal que outras qualificadas naqueles termos. A importância do julgamento de recurso do qual emane, em alguma medida, reflexo de repercussão geral, deve conduzir o tribunal à segunda alternativa”⁷⁷².

O mesmo entendimento, portanto, pode ser aplicado para os *capítulos* do recurso extraordinário. Na medida em que o Supremo Tribunal Federal reconhece a existência da repercussão geral, fica aberta a via para análise *integral* do recurso extraordinário⁷⁷³, obviamente daquelas questões constitucionais que comportem exame por

⁷⁷² E complementou, ainda em estudo anterior: “não parece acertado excluir-se do objeto do julgamento, aprioristicamente, as questões que, invocadas no recurso extraordinário ao lado de outra(s) dotada(s) de repercussão geral, não tenham esse atributo. É possível que as questões constitucionais assim distintas estejam vinculadas por relação de dependência lógica, caso de serem prejudiciais ou preliminares, uma das outras. Se a questão a que se atribui repercussão geral é a condicionada, não será possível deixar de aprofundar a condicionante. Nada impede, ainda, que a relevância do caso não resida propriamente, ou tão-somente, em uma das questões jurídicas discutidas (fundamentos do pedido recursal), mas sim em algum ou alguns dos possíveis resultados práticos do julgamento da pretensão (efeitos do acolhimento do pedido). Também aqui, todos os fundamentos que lastreiam o pedido deduzido no extraordinário deverão ser examinados pelo tribunal” (*O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 114). No mesmo sentido, FILIPE ANTÔNIO MARCHI LEVADA adota posição intermediária: “Caso o recurso extraordinário verse sobre diversas matérias e somente uma delas apresente repercussão geral, as demais só deverão ser apreciadas se delas depender o julgamento da primeira” (cit., p. 99, n. 34).

⁷⁷³ Em sentido contrário, posiciona-se ARRUDA ALVIM: “Todas as questões constitucionais que não sejam dotadas desse atributo, pela EC nº 45, estão excluídas da possibilidade de recurso extraordinário. Este último conjunto de questões constitucionais passou a ser objeto de ‘veto’ constitucional, em que se estabeleceu o não-cabimento de recurso extraordinário” (*A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 65). Em igual sentido, CLARA MOREIRA AZZONI, para quem a repercussão geral seria mais um elemento limitador do já estreito efeito devolutivo do recurso extraordinário, impedindo que o Supremo Tribunal Federal aprecie questões constitucionais que não sejam dotadas da necessária *transcendência* (*Efeitos dos Recursos Especial e Extraordinário no Direito Processual Civil*, São Paulo, Tese (Mestrado), U.S.P., 2.008, p. 192). E, ainda, EDUARDO TALAMINI, sustentando não ter aplicação na espécie as súmulas nº 456 e 528 do

esse meio excepcional⁷⁷⁴. Isso porque será mais interessante examinar o recurso por todos os seus ângulos e enfoques, incluindo-se aqueles fundamentos que não sejam eventualmente dotados de repercussão geral, de forma a se obter a *completude* do julgamento⁷⁷⁵.

Finalmente, essa posição adequa-se ao entendimento que vem se consolidando no sentido da objetivação do recurso extraordinário, tal como examinado no item 2.3, *supra*. Não existe qualquer violação ao quanto disposto no artigo 102, § 3º da Constituição Federal, na medida em que houve o reconhecimento da repercussão geral pelo menos em relação a uma das questões constitucionais debatidas no apelo extremo. Essa circunstância, portanto, será suficiente para abrir a via extraordinária.

Supremo Tribunal Federal. O *julgamento da causa com aplicação do direito à espécie* dependeria, obrigatoriamente, do exame do mérito recursal, o qual está atrelado à inafastável presença dos requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário. Se algumas das questões ventiladas na impugnação excepcional não ostentam repercussão geral, elas não poderão mais ser levadas em consideração pela Corte no julgamento do recurso (Novos *Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 34).

⁷⁷⁴ Como ostenta cunho especial, o âmbito de devolutividade do recurso extraordinário se restringe não apenas àquelas matérias decididas pelos tribunais locais, mas também em relação às questões que a Constituição especificou que a última palavra deverá ser dada pelo Supremo Tribunal Federal, ao arrolar as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário. Era o que afirmava PAULO DE LACERDA, cit., p. 12. Visto com certas reservas, o pensamento tem aplicação na hipótese ora tratada. Se o Excelso Pretório é o sumo intérprete e guardião da Constituição, é necessário possibilitar que ele exerça essa função da melhor forma possível, principalmente quando estiver diante de caso que envolva questão – ou questões constitucionais – com repercussão geral (isto é, que abordem matéria *relevante e transcendente*).

⁷⁷⁵ Novamente, como bem ponderou ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, ao instituir esse novo filtro recursal, o legislador teve em mente não apenas excluir do conhecimento do Supremo Tribunal Federal as questões de menor envergadura (constitucional), mas também buscou aprimorar o julgamento dos recursos que tenham essa conotação de maior importância. Portanto, “[n]ão se pretendeu esvaziar o papel do tribunal em relação aos recursos extraordinários, mas sim restringi-lo às matérias que, em razão de sua especial relevância, são realmente compatíveis com o papel constitucional de nossa Suprema Corte. Julgar-se-ão menos recursos, é certo, mas para que os demais sejam apreciados com a prudência e ponderação que a magnitude da matéria neles versada impõe” (*O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 114).

5.4.- Temperamentos quanto à irrecorribilidade do julgamento da repercussão geral.

Prevê o *caput* do artigo 543-A do Código de Processo Civil que a decisão que nega a existência de repercussão geral da questão constitucional é *irrecorrível*. Da mesma forma, o artigo 326 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal especifica: “*Toda a decisão de inexistência de repercussão geral é irrecorrível e, valendo para todos os recursos sobre questão idêntica, deve ser comunicada, pelo Relator(a), à Presidência do Tribunal (...)*” (destacamos).

Nesse caso, o juízo de admissibilidade negativo do recurso extraordinário é *definitivo*, já que proferido pela mais alta Corte do país⁷⁷⁶, em julgamento de matéria que lhe está afeta, com exclusividade (v. item 5.1, *supra*⁷⁷⁷).

De qualquer modo, fica sempre ressaltada a possibilidade de oposição de embargos declaratórios⁷⁷⁸. Como destacou LUIS EDUARDO SIMARDI FERNANDES, em trabalho específico sobre esse tema, os embargos de declaração não apenas são cabíveis,

⁷⁷⁶ BARBOSA MOREIRA adverte, com precisão, que nos julgamentos *finais* a necessidade de fundamentação da decisão se torna ainda mais premente: “Não é a circunstância de estar emitindo a *última palavra* acerca de determinado litígio que exime o órgão judicial de justificar-se. Muito ao contrário, é nesse instante que a necessidade da justificação se faz particularmente aguda: o pronunciamento final, exatamente porque se destina a prevalecer em definitivo, e nesse sentido representa (ou deve representar) a expressão máxima da garantia, precisa, mais do que qualquer outro, mostrar-se apto a corresponder à função delicadíssima que lhe toca. Não é admissível que a garantia se esvazie, se despoje de eficácia, no momento culminante do processo mediante o qual é chamada a atuar” (*A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito*, cit., pp. 89-90).

⁷⁷⁷ Explicou RAFAEL BIELSA que a decisão proferida pela Suprema Corte da Argentina, no âmbito do julgamento do recurso extraordinário, tem caráter definitivo. Por essa razão, “no procede contra ella ningún recurso que no sea de aclaración o rectificación” (cit., pp. 264-265). E destacou o mesmo autor: é justamente esse poder de ser “el arbitro final de la validez de las leyes” que confere uma incomparável autoridade as decisões desse Tribunal (cit., p. 273). Já o sistema do *writ of certiorari* norte-americano adotou procedimento diverso. A decisão da Suprema Corte que nega esse pedido é passível de recurso (*rehearing*). Todavia, a *Rule 44.2* prevê que essa recorribilidade deve estar limitada às “circumstances of a substantial or controlling effect or to other substantial grounds not previously presented”. Para o acolhimento dessa impugnação é necessário o voto da maioria dos membros do Tribunal, incluído aí o “relator” do recurso denegado. Vale anotar, porém, que o sistema processual norte-americano sempre enfatiza a necessidade de que as partes atuem de boa-fé. Veja-se, por exemplo, o que afirma a *Rule 42.2*: “When a petition for a writ of certiorari, an appeal, or an application for other relief is frivolous, the Court may award the respondent or appellee just damages, and single or double costs under Rule 43. Damages or costs may be awarded against the petitioner, appellant, or applicant, against the party’s counsel, or against both party and counsel”. Por essa razão, também o recurso de *rehearing* deve ser apresentado “in good faith and not for delay” (*Rule 44.1*).

⁷⁷⁸ THEOTONIO NEGRÃO – JOSÉ ROBERTO GOUVÊA, cit., p. 748, n. 1 ao art. 543-A; GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 56. Da mesma forma, v. RAFAEL TOCANTINS MALTEZ, cit., p. 194.

para dar concreção aos princípios da inafastabilidade da tutela jurisdicional e da motivação das decisões judiciais, como também ostentam fator importantíssimo, por outras duas razões.

Em primeiro lugar, porque o legislador se valeu de uma cláusula geral para conceituar a repercussão geral. Está nas mãos do Supremo Tribunal Federal dar concreção às hipóteses práticas em que existirá ou não esse requisito de admissibilidade, apto a justificar a revisão de um determinado julgamento, em sede extraordinária. Em assim sendo, é necessário que esse pronunciamento seja o mais claro possível, em virtude do verdadeiro *recado* que se está dando à sociedade (quais temas são relevantes e abrangentes o suficiente para estarem presentes na pauta do mais alto Tribunal do país). Desse modo, a partir do momento em que esse pronunciamento levante alguma dúvida, deixe algum ponto omissos ou obscuro, que precise ser esclarecido, é certo que não se poderá negar a possibilidade de oposição dos embargos declaratórios. Poderia haver, inclusive, efeitos infringentes, com alteração do resultado do julgamento.

Em segundo lugar, por força dos efeitos *reflexos* da decisão que envolve a repercussão geral (v. Capítulo VI, *infra*), também será necessário permitir a oposição dos embargos de declaração, como forma de definir, em determinadas hipóteses – e desde que configurados quaisquer dos vícios elencados pelo artigo 535 do Código de Processo Civil – qual o real *alcance* daquele julgamento⁷⁷⁹.

Poderia-se acrescentar, inclusive, que a oposição dos embargos declaratórios contribuirá, decisivamente, para aclarar a motivação desse julgado, que tanta importância terá na identificação dos casos semelhantes que poderão ou não sofrer as consequências a que alude o artigo 543-B, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil.

De outro lado, o sempre preciso BARBOSA MOREIRA destaca com propriedade: “Na realidade, tanto antes quanto depois da reforma, *qualquer* decisão judicial comporta embargos de declaração: é inconcebível que fiquem sem remédio a obscuridade, a contradição ou a omissão existente no pronunciamento, não raro a comprometer até a possibilidade prática de cumpri-lo. Não tem a mínima relevância que se trate de decisão de grau inferior ou superior, proferida em processo de cognição (de

⁷⁷⁹ A irrecurribilidade da decisão que não conhece do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, cit., em especial pp. 945-949.

procedimento comum ou especial), de execução ou cautelar. Tampouco importa que a decisão seja definitiva ou não, final ou interlocutória. Ainda quando o texto legal, *expressis verbis*, a qualifique de ‘irrecorrível’, há de entender-se que o faz com a ressalva implícita concernente aos embargos de declaração”⁷⁸⁰.

Poderia ser aventada, também, a hipótese de oposição de embargos de divergência, como anotou OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ, em caso de decisões conflitantes entre as turmas⁷⁸¹.

De fato, ainda que não desejável, pelos motivos expostos no item 5.1, *supra*, é certo que o artigo 543-A, § 4º do Código de Processo Civil prevê a possibilidade de que o julgamento da repercussão geral tenha início nas Turmas (embora essa disposição não venha sendo aplicada na prática). Admitindo-se, por hipótese, que existam quatro votos favoráveis à admissão do recurso extraordinário em uma Turma, o quorum constitucional de dois terços, para recusa da repercussão geral, não mais poderá ser atendido. Findaria-se, naquele sede, o julgamento da preliminar.

No entanto, se a análise de uma mesma questão tiver início em outra Turma, configura-se, em tese, a possibilidade de julgamentos discrepantes, pois esse órgão colegiado pode entender não estar configurada a repercussão geral e afetar a decisão, obrigatoriamente, ao Plenário (v. item 5.1, *supra*). Em tal hipótese, a divergência poderia advir de mudança de posicionamento de um dos Ministros que já tiverem proferido voto anterior, pela configuração do requisito. De todo modo, ainda que pareça ser bem remota a hipótese, ela estaria sujeita a acontecer⁷⁸².

A admissibilidade dos embargos de divergência em tais casos ganha enorme importância, pois é absolutamente imprescindível que a Corte tenha um posicionamento firme a respeito dessa matéria. Caso contrário, o *novel* instituto não terá a operatividade que toda a comunidade jurídica – e não apenas o Supremo Tribunal Federal,

⁷⁸⁰ *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 549-550. Traz a lume o autor acórdão do Superior Tribunal de Justiça que sufragou o mesmo princípio: Recurso Especial nº 37.252-6/SP, Relator Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, julgado em 13 de dezembro de 1.993, Quarta Turma, publicado em 28 de fevereiro de 1.994.

⁷⁸¹ *As inovações da EC nº 45/2004 quanto ao cabimento do recurso extraordinário*, cit., p. 545.

⁷⁸² Posição contrária é defendida por ARAKEN DE ASSIS, que interpreta o dispositivo legal de forma literal. Não caberia qualquer recurso, salvo embargos declaratórios (cit., p. 763).

o maior, mas não único afetado pela avalanche de recursos extraordinários que estava obrigado a julgar – espera.

Além disso, como sustentam GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, haveria a possibilidade de impetração de mandado de segurança, utilizado em tal hipótese como uma espécie de *sucedâneo recursal*, para os casos de flagrante ilegalidade na inadmissibilidade do recurso extraordinário. Sua utilização seria viabilizada pela inexistência de recurso contra a decisão que nega a presença da repercussão geral da questão constitucional⁷⁸³.

Novamente, em tese, poderia-se pensar na possibilidade de impugnação da decisão por meio do remédio heróico, com fulcro no quanto prevê o artigo 102, inciso I, alínea “d”⁷⁸⁴. É certo, porém, que a viabilidade dessa ação é remotíssima, pois será julgada pelo próprio Supremo Tribunal Federal, a quem cabe dar a última palavra sobre a existência ou não de repercussão geral de determinada questão constitucional⁷⁸⁵.

É preciso noticiar, porém, a pendência de julgamento de um recurso de agravo interposto pelo Município de Santos, contra decisão proferida em Repercussão Geral relatada pela Ministra ELLEN GRACIE, na qual foi negado seguimento ao recurso extraordinário por ausência desse fundamento. Não se sabe se a impugnação será admitida

⁷⁸³ “De outro lado, o não recebimento do recurso extraordinário pela ausência de repercussão geral de maneira equivocada pode desafiar, em tese, mandado de segurança (art. 5º, II, da Lei nº 1.533 de 1951, *a contrario sensu*), aí utilizado como sucedâneo recursal. Embora existam precedentes do Supremo Tribunal Federal que não admitem mandado de segurança contra ato de seus Ministros, certo é que a Constituição autoriza a cogitação de seu cabimento (art. 102, I, *d*), grifando a jurisprudência dessa mesma Corte o regime de direito estrito dessa previsão, que não admite nem a sua ampliação, nem, tampouco, a sua restrição. A competência para apreciação é do mesmo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Teoricamente, a solução vai sustentada pela contingência dos conceitos de relevância e transcendência constituírem conceitos jurídicos indeterminados que reclamam preenchimento com valorações subjetivas” (cit., p. 57, destacamos).

⁷⁸⁴ No âmbito dos recursos extraordinários que abordam matéria criminal, o Supremo Tribunal Federal deixou consignado que caberia a impetração de *habeas corpus* em caso de recusa infundada do recurso extraordinário (Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567-2/RS, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, julgada em 18 de junho de 2.007, Plenário, publicada em 6 de setembro de 2.007). Com certas ressalvas, o raciocínio poderia ser aplicado à possibilidade de impetração de mandado de segurança, em âmbito cível, por conta da garantia expressa no artigo 5º, inciso LXIX, da Lei Maior. Por exemplo: a recusa de repercussão geral para uma matéria já anteriormente reconhecida como tal, configuraria, em tese, ato *ilegal* passível de impugnação via mandado de segurança.

⁷⁸⁵ Por isso, ARLETE INÊS AURELLI sustenta inexistir a possibilidade de impetração do mandado de segurança, haja vista tratar-se de decisão do Plenário, órgão supremo da Corte (*Repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *RePro* 151/147). Não haveria, por assim, dizer, a quem recorrer, se a decisão foi proferida em derradeira instância. Essa circunstância, porém, não afastaria o interesse processual da parte, como anotou EDUARDO TALAMINI (*Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 57).

no Plenário. Pelos termos da lei, não deveria ser, até porque pode gerar precedente bastante perigoso.

Veja-se, por exemplo, que a União também já apresentou *pedido de reconsideração* contra decisão que negou a existência de repercussão geral, também pendente de apreciação, na Presidência da Corte. Fundamentou seu requerimento, inclusive, com o argumento de que não teria havido manifestação expressa de todos os membros do Supremo em relação a essa preliminar (negou-se seguimento ao recurso extraordinário, tendo havido declaração de votos favoráveis apenas por parte dos Ministros MARCO AURÉLIO e ELLEN GRACIE). A recorrente invocou, assim, violação ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, trazendo a tona problema examinado no item 5.2.1, *supra*⁷⁸⁶.

De outro lado, a Emenda Regimental nº 21, de 2.007, ressalva que as decisões negativas, proferidas pela Presidência ou pelo relator, que recusem o recurso extraordinário, seja pela ausência de exposição da preliminar de repercussão geral, seja com base em precedente do próprio Tribunal, são passíveis de recurso (de agravo). A previsão vem expressa no artigo 327, § 2º do Regimento Interno da Corte.

Ora, em se tratando de decisões *monocráticas*, a necessidade de que a matéria possa ser examinada pelo órgão colegiado é requisito de constitucionalidade da medida⁷⁸⁷. Não se pode esquecer, também, que tal “recurso presta-se inclusive a controlar

⁷⁸⁶ Recurso Extraordinário nº 559.994-9/RS, Relator Ministro MARCO AURÉLIO.

⁷⁸⁷ Como explicava FREDERICO MARQUES, o “princípio que domina e rege todo o Direito Processual pátrio, em matéria de recurso, é o *princípio da colegialidade do Juízo ‘ad quem’*. Com isto, os julgamentos em grau de recurso infundem maior confiança e, de certo modo, são mais seguros que os de primeiro grau” (*Instituições de Direito Processual Civil*, vol. IV, cit., p. 7). Sem razão, portanto, o posicionamento de BRUNO DANTAS, para quem não seria cabível o agravo interno “contra a decisão monocrática do relator amparada pelo § 5º do art. 543-A do CPC”, como forma de conferir maior efetividade à norma regulamentadora do instituto (*Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 294). Para o autor, apenas a decisão monocrática da relatoria que, indevidamente, *admitisse* o recurso extraordinário por divergência jurisprudencial estaria sujeita a recurso. Parece, entretanto, ser justamente o contrário, pois aqui não existe qualquer prejuízo, aplicando-se, como será visto, a mesma posição da jurisprudência do Excelso Pretório que não admitia o agravo interno contra a decisão que provia agravo de instrumento contra decisão denegatória e determinava a subida do recurso extraordinário.

se essa competência *excepcional* não foi exorbitada (por exemplo, aplicando-se a negativa de repercussão a uma questão distinta daquela já apreciada pelo Plenário)”⁷⁸⁸.

Esse recurso estaria afeto, diretamente, ao Plenário, em razão da competência que lhe foi assegurada, constitucionalmente, para deliberar a respeito da presença da repercussão geral⁷⁸⁹. Competirá ao Plenário, reunido agora presencialmente, decidir se a hipótese veiculada pelo recorrente amolda-se, perfeitamente ou não, ao recurso extraordinário paradigma, anteriormente julgado. Se positiva for a resposta, negará seguimento ao agravo, decisão essa irrecorrível, a teor do que prevê o *caput* do artigo 543-A do Código de Processo Civil. Mas se a resposta for negativa, o agravo regimental deverá ser provido e o recurso extraordinário admitido e submetido a julgamento, no Plenário⁷⁹⁰.

Não se pode esquecer, ainda, que a decisão do Tribunal *a quo* que nega a admissibilidade do recurso extraordinário, seja por ausência de invocação da preliminar de repercussão geral, seja pela aplicação de precedente do Excelso Pretório em relação a essa preliminar (artigo 543-B, § 2º do Código de Processo Civil), também é passível de recurso ao Supremo Tribunal Federal, fundado no artigo 544 do Código de Processo Civil.

De outro lado, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o próprio Código de Processo Civil silenciaram a respeito da possibilidade de interposição de recurso contra a decisão que *acata* a preliminar de repercussão geral. Também nesse caso haverá irrecorribilidade⁷⁹¹, tal como já assentava a jurisprudência do Excelso Pretório, ao

⁷⁸⁸ EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 58, destacamos.

⁷⁸⁹ NELSON RODRIGUES NETTO, *A alteração do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal para a aplicação da repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*, cit., p. 110.

⁷⁹⁰ Para EDUARDO TALAMINI, porém, esse recurso seria da competência da Turma, na medida em que não se está discutindo a presença da repercussão geral, mas sim a semelhança entre o caso concreto e o recurso paradigma (esse seria, para o autor, um dos casos de aplicação do artigo 543-A, § 4º do Código de Processo Civil). Na prática, porém, é muito difícil traçar essa distinção; no fundo, o debate acaba girando em torno, efetivamente, da existência da repercussão geral (*Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., pp. 52-53).

⁷⁹¹ ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD é contrário a esse posicionamento. Para o autor, o comando presente no *caput* do artigo 543-A do Código de Processo Civil configura norma de caráter excepcional. Logo, não poderia ser interpretada extensivamente, para não admitir recurso contra a decisão que entende estar presente a repercussão geral da questão constitucional (*O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 115). O mesmo posicionamento é defendido por

prever que as decisões que provêm agravo de instrumento interposto contra decisão denegatória de recurso extraordinário são irrecorríveis⁷⁹². Está-se diante da análise de um simples pressuposto recursal, que não traz prejuízo direto ao litigante.

Por fim, há ainda um último ponto a ser objeto de análise neste item. Como visto, o Código de Processo Civil e o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal passaram a admitir a intervenção do *amicus curiae* no procedimento relativo à repercussão geral. A decisão que defere essa intervenção é irrecorrível, nos termos do artigo 323, § 2º do Código de Processo Civil.

Resta, porém, examinar uma outra questão importante: as hipóteses de interposição de recurso contra decisão relativa à repercussão geral, aqui examinadas, poderiam ser utilizadas por parte do *amicus curiae*, em especial quanto à possibilidade de oposição de embargos de declaração?

Parece que não, em razão da posição já consolidada no Supremo, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, no sentido de que o *amicus curiae* não tem legitimidade para recorrer. Isso porque ele é um terceiro estranho à relação jurídica processual, que não ostenta interesse direto na causa. Logo, também não poderia recorrer, salvo contra a decisão que indefere a sua intervenção no processo⁷⁹³.

Provavelmente, essa mesma posição deverá ser adotada em âmbito de controle difuso, no que diz respeito à legitimidade do *amicus curiae* para opor embargos declaratórios contra decisão que delibera sobre a repercussão geral da questão constitucional. Não parece ser a posição mais correta, porque a intervenção desse terceiro – que, de fato, não deve ostentar interesse jurídico direto no caso concreto – visa a

CAROLINA BRAMBILA BEGA, que sustenta a possibilidade de recurso quando a decisão favorável à admissão for tomada por quorum “tácito”. Nesse caso, o recorrido ostentaria legitimidade para apresentar impugnação, forçando a análise do pleito por todos os integrantes da Corte (cit., p. 123).

⁷⁹² Afinal, nos termos da Súmula nº 289 do Supremo, essa decisão não gera preclusão quanto à admissibilidade do recurso extraordinário. Somente se admite o recurso quando o agravo não estiver suficientemente instruído, faltando alguma de suas peças obrigatórias (artigos 525, inciso II, e 544, § 1º do Código de Processo Civil). Nesse sentido, confira-se: Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 523.654-8/ES, Relator Ministro EROS GRAU, julgado em 9 de agosto de 2.005, Primeira Turma, publicado em 2 de setembro de 2.005; Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 580.335-4/RJ, Relator Ministro JOAQUIM BARBOSA, julgado em 10 de outubro de 2.006, Segunda Turma, publicado em 16 de fevereiro de 2.007.

⁷⁹³ V., por todos, com farta citação de precedentes, os Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.165-7/PB, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgados em 17 de março de 2.008, Plenário, publicados em 25 de abril de 2.008.

democratizar e legitimar a decisão relativa a esse pressuposto de admissibilidade, tornando-a a *melhor possível*⁷⁹⁴. A oposição de embargos de declaração tem por objetivo, justamente, atingir esse desiderato, principalmente quando se leva em consideração os efeitos que esse julgamento pode projetar em uma série de outros casos.

5.5.- Inaplicabilidade parcial do artigo 557 do Código de Processo Civil ao julgamento do recurso extraordinário cuja questão constitucional é dotada de repercussão geral.

A maior parte da doutrina admite que, após reconhecida pelo colegiado a existência de repercussão geral da questão constitucional, o relator do recurso extraordinário poderia julgá-lo monocraticamente, mediante a aplicação do artigo 557 do Código de Processo Civil. Essa é a posição de CRUZ E TUCCI: “Se pelo menos 8 Ministros votarem pela ausência de *repercussão geral*, o recurso não será conhecido, lavrando-se o respectivo acórdão. Se, pelo contrário, não atingir aquela maioria, o recurso é admitido, com acórdão, e, em seguida, os autos serão remetidos à conclusão do Ministro relator para o devido exame do mérito, facultando-lhe inclusive a aplicação da regra do art. 557 do CPC”⁷⁹⁵.

Ousa-se divergir parcialmente dessa posição, que não poderá ser, indistintamente, aplicada a todos os casos.

De início, cumpre lembrar que o *caput* do referido dispositivo legal em exame – cuja aplicação deveria ter caráter *excepcional* – prevê: “O relator negará seguimento a recurso *manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante* do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior” (destacamos). Em assim sendo,

⁷⁹⁴ CASSIO SCARPINELLA BUENO, *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro – um terceiro enigmático*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2.008, p. 573.

⁷⁹⁵ A “*repercussão geral*” como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário, cit., p. 63.

apenas aqueles casos pacificados em sede jurisprudencial é que podem ser julgados monocraticamente na Corte Suprema. Se a matéria ainda não tiver sido dirimida, de forma definitiva, a aplicação do dispositivo se mostra absolutamente ilegal e inconstitucional.

Portanto, parece difícil imaginar que o Supremo Tribunal Federal admitiria, para julgamento via recurso extraordinário, temas que já estivessem de tal modo consolidados na Corte. Não há qualquer sentido em estabelecer um *filtro* para retenção de recursos extraordinários, se o Excelso Pretório continuar julgando matérias já decididas e repetitivas, sem qualquer relevância⁷⁹⁶.

Relembre-se que a alteração do artigo 557 do diploma processual procurou retirar do Supremo Tribunal Federal (ou, ao menos, de seus órgãos colegiados – Turmas ou Plenário) o julgamento daqueles recursos extraordinários sem maior relevância, que apenas procuravam estender o desenrolar do processo e, via de consequência, postergar o trânsito em julgado da sentença. Esse tipo de recurso, bem como a competência monocrática outorgada aos relatores, eram deturpações do sistema, cuja aplicação agora deve ser ainda mais restrita.

Acredita-se que o momento histórico que passará a viver a Corte, tão logo comece a colher os frutos da *Reforma* do Judiciário, será efetivamente outro. Espera-se que o nosso mais alto Sodalício não precise mais se esconder em subterfúgios para cumprir, com êxito, uma das mais importantes missões que (sempre) lhe foi outorgada no ordenamento jurídico brasileiro: o julgamento de recursos extraordinários que discutam questões de alto relevo, necessárias para fixar e uniformizar a interpretação dos preceitos constitucionais.

Ademais, sabe-se que o resultado prático desse julgamento monocrático é, muitas vezes, nulo do ponto de vista da celeridade e diminuição dos trabalhos. Isso porque ao recorrente é aberta mais uma via recursal contra essa decisão

⁷⁹⁶ Bem afirmou HUMBERTO THEODORO que com a ausência de “um filtro prévio que detecte a presença de uma questão nacional em torno da discussão travada no processo, é inevitável a transformação do STF numa nova instância recursal” (*O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral* (CF, art. 102, § 3º), cit., p. 930). Do mesmo modo, sustenta LENIO LUIZ STRECK: “A aplicação do art. 557 do Código de Processo Civil, a toda evidência, ficará limitada, uma vez que o exame da repercussão geral deverá ser feita em plenário, com necessidade de fundamentação. Na verdade, o novel instituto deve ser lido pelo avesso, vez que a sua preocupação é com as causas irrelevantes, que não mereçam o exame do Supremo Tribunal Federal” (cit., p. 134).

singular, de modo que o Plenário, ou ao menos a Turma, certamente serão obrigados a julgar mais um recurso (de agravo).

E não é só. O ponto mais importante a se acentuar é que a decisão que vier a ser proferida no recurso extraordinário dotado de repercussão geral terá enorme importância, pois refletirá em uma série de outras demandas e pode configurar um verdadeiro *precedente* de mais alta Corte.

Por essa razão, é necessário que esse julgamento reflita, verdadeiramente, o posicionamento do Tribunal a respeito da matéria e não a opinião, às vezes isolada, de um de seus Ministros. Somente assim é que os novos artigos 543-A e 543-B do Código de Processo Civil ganharão eficácia e poderão ter o efeito prático desejado, de aliviar a sobrecarga de trabalho e, ao mesmo tempo, consolidar a jurisprudência do Supremo⁷⁹⁷. Esse o procedimento que vem sendo adotado pelo Supremo Tribunal Federal, nos julgamentos de mérito dos recursos extraordinários em que admitida a presença da repercussão geral da questão constitucional. Todos eles vêm sendo apreciados no Plenário da Corte.

Em suma, se o Ministro relator não pode adentrar ao mérito recursal sem a necessária análise da repercussão geral⁷⁹⁸, e se o julgamento dessa preliminar está afeto ao Plenário da Corte, é certo que o conhecimento do recurso, e posterior provimento ou improvimento, não poderá estar sujeito à regra insculpida no artigo 557, § 1-A do Código de Processo Civil⁷⁹⁹.

⁷⁹⁷ Mesmo sustentando que o relator do recurso extraordinário poderá se valer da prerrogativa do artigo 557 do Código de Processo Civil para o julgamento do recurso extraordinário, ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD pondera: “O mais provável, no entanto, por razões de economia e praticidade, é que a impugnação seja completamente apreciada na própria sessão de julgamento, pelo órgão colegiado que deliberou a presença da repercussão geral” (*O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 119).

⁷⁹⁸ RODRIGO BARIONI, *O recurso extraordinário e as questões constitucionais de repercussão geral*, cit., p. 729. Ocorre que o autor parece cair em contradição mais à frente, quando afirma que nas hipóteses dos §§ 3º e 4º do artigo 544 do Código de Processo Civil, “[d]ispensa-se (...) a verificação da existência da repercussão da matéria constitucional, para o julgamento unipessoal do agravo” (cit., p. 731). Ora, a faculdade atribuída por este artigo implica não apenas o provimento do agravo, mas do próprio recurso extraordinário. E, para isso, faz-se imprescindível que a repercussão geral já tenha sido julgada pelo Plenário, ao menos uma vez (v. item 5.1, *supra*).

⁷⁹⁹ CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., pp. 104-105. A autora defende que, uma vez decidida no Plenário a existência da repercussão geral, o recurso extraordinário poderia ser julgado “completamente na mesma sessão de julgamento, como medida de economia e praticidade. Entretanto, nada impede que, admitida a relevância da questão, o Relator possa julgar o recurso monocraticamente, com base no mesmo

Todavia, existem dois casos específicos em que o artigo 557 do Código de Processo Civil poderia ser aplicado. O primeiro deles, quando se tratar de recurso extraordinário cuja repercussão geral estiver fundamentada em divergência jurisprudencial (artigo 543-A, § 3º do Código de Processo Civil – v. item 4.5, *supra*⁸⁰⁰).

Nessa circunstância, não haveria a necessidade de submeter a questão novamente ao Plenário, uma vez que o próprio Código de Processo Civil já fixou hipótese (*objetiva*) de existência de repercussão geral. A remessa ao órgão colegiado maior do Tribunal deverá ocorrer somente quando houver dúvida (também objetiva) quanto à aplicabilidade da súmula ou do precedente citado nas razões recursais para o caso específico sob análise⁸⁰¹.

Em segundo lugar, o relator também poderá usar da faculdade atribuída pelo dispositivo legal em exame quando houver o reconhecimento da repercussão geral com base em precedente do Excelso Pretório. Nesse caso, haverá automática admissão do recurso extraordinário e seu julgamento poderá ser realizado monocraticamente, com aplicação do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, vale destacar, bastaria a existência de um único pronunciamento firme da Corte, não havendo a necessidade de que o tema já tenha sido objeto de exame em diversos recursos, como ocorria na aplicação originária do artigo 557 do Código de Processo Civil. O ponto será objeto de análise detalhada no item 6.3, *infra*.

art. 557, § 1º, do CPC” (cit., p. 105). Discorda-se, porém, da parte final dessa assertiva, pelos motivos já expostos.

⁸⁰⁰ Explica LÚCIO FLÁVIO SIQUEIRA DE PAIVA: “É este, ao que parece, **um novo caso de poder conferido a um ministro relator, que passa a ter competência para monocraticamente julgar o mérito de um recurso extraordinário**. É bem verdade, diga-se de passagem, que possibilidade parecida já se encontrava prevista no artigo 557, § 1-A do CPC. Entretanto, de acordo com esse dispositivo, o relator pode dar provimento ao RE – leia-se, julgar o mérito favoravelmente ao recorrente – quando a decisão recorrida esteja em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do STF. A aplicação do § 1-A do art. 557 exige, pois, a presença de súmula ou reiterada jurisprudência para permitir o julgamento meritório singular pelo relator. O que chama a atenção nesse novo § 4º do art. 543-B é que a presença de súmula ou jurisprudência dominante é **dispensada**, bastando, para se aplicar o dispositivo em questão, que o RE paradigma – aquele recurso extraordinário que fora escolhido para servir de recurso representativo para fins de análise da repercussão geral (art. 543-B *caput* e § 1º do CPC) – tenha sido provido, ocasião em que o STF estará a firmar orientação contrária àquela adotada pelo tribunal *a quo* no acórdão recorrido” (cit., pp. 7-8, negritos no original).

⁸⁰¹ BRUNO MATTOS E SILVA, cit., p. 8.

CAPÍTULO VI –

CONSEQÜÊNCIAS DO JULGAMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL.

6.1.- Seleção do recurso extraordinário *paradigma*.

A Lei nº 11.418, de 2.006, introduziu o artigo 543-B ao Código de Processo Civil, cujo *caput* prevê: “Quando houver *multiplicidade de recursos* com fundamento em *idêntica controvérsia*, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo” (destacamos).

Logo em seguida, os §§ 1º, 2º e 3º desse dispositivo determinam, respectivamente: “Caberá ao *Tribunal de origem* selecionar um ou mais *recursos representativos da controvérsia* e encaminhá-los ao *Supremo Tribunal Federal*, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte”; “Negada a existência de *repercussão geral*, os *recursos sobrestados* considerar-se-ão automaticamente *não admitidos*”; “Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão *declará-los prejudicados ou retratar-se*” (destacamos⁸⁰²).

⁸⁰² De seu turno, a Emenda Regimental nº 21, de 2.007, deu a seguinte redação aos artigos 326 e 328 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, respectivamente: “Toda *decisão de inexistência de repercussão geral* é irrecorrível e, *valendo para todos os recursos sobre questão idêntica*, deve ser comunicada, pelo(a) Relator(a), à Presidência do Tribunal (...)”; “*Protocolado ou distribuído recurso cuja questão for suscetível de reproduzir-se em múltiplos feitos*, a Presidência do Tribunal ou o(a) Relator(a), de

Como se pode notar, o Código de Processo Civil prevê a possibilidade de seleção do que se convencionou chamar de *recurso extraordinário paradigma*. Ao invés de julgar uma série repetitiva de recursos extraordinários que discutam a mesma *tese jurídica*, o Supremo Tribunal Federal poderá se concentrar na análise de um único recurso, que bem reflita a controvérsia acerca de uma determinada questão constitucional. Por consequência, a decisão ali proferida terá seus efeitos expandidos para os outros recursos extraordinários semelhantes, conforme será melhor detalhado nos itens 6.2 e 6.3, *infra*.

Procedimento semelhante fora adotado pela Corte, por meio da Emenda Regimental nº 12, de 17 de dezembro de 2.003⁸⁰³, que tinha aplicação no julgamento de recursos extraordinários interpostos no âmbito dos juizados especiais (artigo 14, §§ 4º e 5º, c/c artigo 15 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2.001). No processo administrativo nº 318.715, que deu origem a tal Emenda, travou-se na Corte relevante discussão a respeito da constitucionalidade do dispositivo, principalmente no que tange à suspensão dos demais recursos extraordinários (antigo artigo 321, § 5º, inciso VII do Regimento Interno da Corte), bem como a possibilidade de que as Turmas Recursais ou de Uniformização exercessem juízo de retratação, ou declarassem prejudicados os recursos que veiculassem tese “não acolhida pelo Supremo Tribunal Federal” (antigo artigo 321, § 5º, inciso VIII).

Prevaleceu, no entanto, o entendimento do Ministro GILMAR MENDES, a favor da modificação. Além de destacar sua posição no sentido de objetivar o julgamento dos recursos extraordinários (v. item 2.3, *supra*), seu voto apontou para uma questão pragmática relevante: “Mesmo no âmbito do recurso extraordinário, cabe asseverar, já *não* há, de um modo efetivo e amplo, uma autêntica jurisdição individualizada. O que há é uma burocratização que não interessa às partes. Firmado o precedente, a Corte passa a prestar uma jurisdição ‘massificada’, que obviamente não traduz uma perspectiva de efetiva prestação subjetiva, singular, individualizada de

ofício ou a requerimento da parte interessada, comunicará o fato aos tribunais ou turmas de juizado especial, a fim de que observem o disposto no art. 543-B do Código de Processo Civil, podendo pedir-lhes informações, que deverão ser prestadas em 5 (cinco) dias, e *sobrestar todas as demais causas com questão idêntica*. Parágrafo único. Quando se verificar subida ou distribuição de múltiplos recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a Presidência do Tribunal ou o(a) Relator(a) *selecionará um ou mais representativos da questão e determinará a devolução dos demais aos tribunais ou turmas de juizado especial de origem*, para aplicação dos parágrafos do art. 543-B do Código de Processo Civil” (destacamos).

⁸⁰³ Tendo sido revogada pelo artigo 2º da Emenda Regimental nº 21, de 2.007, que regulamentou o processamento da repercussão geral da questão constitucional do recurso extraordinário.

jurisdição. O efetivo acesso à Corte, com a consideração detida das razões apresentadas pelas partes, só há em um momento, quando do julgamento do precedente” (destaque no original⁸⁰⁴).

Para ARAKEN DE ASSIS, ao lado da hipótese contemplada pelo artigo 543-A, § 3º do Código de Processo Civil, o artigo 543-B também estabeleceu outro *indicador positivo* da presença de repercussão geral: decisão ou acórdão que julgou “*questão constitucional objeto de multiplicidade de recursos*”⁸⁰⁵. Para o mesmo autor, o critério que deverá nortear a escolha desse recurso extraordinário paradigma deve ser a *homogeneidade* da questão constitucional controvertida, tratando-se de situação em que a suspensão é *obrigatória*⁸⁰⁶. Está-se diante, portanto, daqueles casos que envolvem questões de *massa*.

A definição do recurso paradigma, segundo os termos da lei, deverá ser realizada, primeiramente, pelo Tribunal *a quo*. É a sua Presidência ou Vice-Presidência, conforme regras estabelecidas no Regimento Interno de cada uma das Cortes de origem, que terá essa competência, na medida em que exerce o primeiro juízo de admissibilidade do recurso. A seleção do recurso extraordinário paradigma e o juízo de admissibilidade dessa impugnação estão, umbilicalmente, relacionados⁸⁰⁷.

Além disso, caso essa seleção prévia não tenha sido realizada na Corte de origem, o Supremo Tribunal Federal também tem poderes – por meio dos relatores dos recursos extraordinários ou por parte de sua Presidência – para determinar o *sobrestamento* dos recursos repetitivos, conforme previsto no parágrafo único do artigo 328 de seu Regimento Interno.

⁸⁰⁴ O Ministro MARCO AURÉLIO, de outro lado, sustentou a inconstitucionalidade dos dispositivos (no que foi seguido pelo Ministro CARLOS BRITO), com base nos seguintes fundamentos: “Também não vejo como disciplinar-se sobrestamento de processos diversos, nos quais interposto recurso extraordinário, com a automacidade contemplada no inc. VI. As partes têm o direito constitucional à tramitação regular dos processos, não havendo como caminhar para a mesclagem sugerida, mormente via norma regimental. Descabe ainda a eficácia vinculante retratada no inc. VII que se pretende aprovar. Até aqui não houve reforma constitucional em tal sentido, a ponto de transferir-se aos próprios órgãos prolores das decisões mediante o recurso extraordinário o julgamento deste” (*Apud*, WAGNER AMORIN MADDOZ, cit., p. 60).

⁸⁰⁵ Cit., p. 714, destacamos.

⁸⁰⁶ Cit., p. 754.

⁸⁰⁷ EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 68.

Nesse caso, nota-se que o exame da repercussão geral será feito por *amostragem*⁸⁰⁸, com a seleção de recursos extraordinários que bem configurem a questão constitucional que se pretende solucionar, definitivamente, no Supremo Tribunal Federal⁸⁰⁹. Os demais deverão permanecer *sobrestados*, no Tribunal de origem, até que o Excelso Pretório julgue em definitivo o recurso paradigma (artigo 543-B, § 1º do Código de Processo Civil).

Essa suspensão ocorrerá antes mesmo da decisão da Presidência quanto à admissibilidade dos demais recursos repetitivos (§ 2º do mesmo dispositivo legal⁸¹⁰), tal como já havia sido previsto no regime da retenção dos recursos extraordinários e especiais voltados contra decisões interlocutórias (artigo 542, § 3º do diploma processual⁸¹¹). O único recurso que já deverá ter sofrido prévio juízo (positivo) de admissibilidade é o extraordinário *paradigma*⁸¹².

Para esclarecer essa situação, a Emenda Regimental nº 23, de 11 de março de 2.008, acrescentou o artigo 328-A ao Regimento Interno do Supremo, com a seguinte redação: “Nos casos previstos no art. 543-B, *caput*, do Código de Processo Civil, o Tribunal de origem não emitirá juízo de admissibilidade sobre os recursos

⁸⁰⁸ BARBOSA MOREIRA, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 619.

⁸⁰⁹ Para SAMIR JOSÉ CAETANO MARTINS, a ausência de critérios objetivos para a seleção desses recursos paradigmas consagraria uma espécie de poder discricionário (cit., p. 105). Não se pode concordar com tal posição. Novamente, o legislador não teria como definir, pormenorizadamente, como se realizaria essa escolha. Somente os Tribunais, caso a caso, é que poderão estabelecer o melhor modo de realizar essa avaliação. Até porque são eles os maiores conhecedores das questões repetitivas que ali aportam, diuturnamente. Ademais, são essas mesmas Cortes as maiores interessadas em selecionar o recurso melhor fundamentado (obedecendo ao critério geral estabelecido pelo § 1º do artigo 543-B do diploma processual – “recursos *representativos* da controvérsia”), pois a decisão nele proferida servirá de base para o julgamento de todos os demais recursos que lhes consomem elevado tempo de trabalho. Finalmente, a possibilidade de intervenção do *amicus curiae* poderá suprir qualquer eventual lacuna na motivação do recurso, aportando novos argumentos que amparem a impugnação (v. item 4.7, *supra*).

⁸¹⁰ “Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente *não admitidos*” (destacamos).

⁸¹¹ “O recurso extraordinário, ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e *somente será processado* se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra decisão final, ou para as contra-razões” (destacamos).

⁸¹² Como sustenta, com acerto, ARAKEN DE ASSIS, “a autoridade competente examinará a admissibilidade tão-só dos recursos paradigmas, presumivelmente por medida de economia” (cit., p. 754). Contrariamente, v. ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, *O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 124. Sem razão o autor. O juízo de admissibilidade prévio, no Tribunal de origem, consome bastante tempo de sua Presidência. Mais prudente, então, que se aguarde a definição da matéria no Supremo Tribunal Federal, pois esse julgamento irá nortear a futura decisão quanto à admissibilidade da impugnação excepcional.

extraordinários já sobrestados, nem sobre os que venham a ser interpostos, até que o Supremo Tribunal Federal decida os que tenham sido selecionados nos termos do § 1º daquele artigo”.

Caso já tenham sido admitidos esses outros recursos extraordinários *repetitivos*, o próprio Supremo Tribunal Federal poderá determinar o sobrestamento e a devolução dessas impugnações, aos Tribunais de origem, tal como prevê o parágrafo único do artigo 328 de seu Regimento Interno. Esse é o procedimento que vem sendo adotado na aplicação do instituto, tal como especificado na Portaria nº 177, de 26 de novembro de 2.007, editada pelo Excelso Pretório.

O mesmo artigo 328 do Regimento Interno estabelece a possibilidade de que o sobrestamento seja solicitado pela “parte interessada”. Parece que a parte interessada, em tais casos, seria o próprio recorrente, que poderia demonstrar ao Supremo a relevância/transcendência de seu caso e solicitar a suspensão dos demais recursos extraordinários que versem sobre matéria semelhante. Com isso, a Corte poderá focar o julgamento da questão em um único caso, proferindo decisão de maior *qualidade*, já que realizada com análise detida dos autos, como objetiva o novo instituto.

De outro lado, se um único recurso extraordinário não contemplar toda a argumentação possível de abordagem, será necessário o envio de mais de um recurso ao Supremo Tribunal Federal, para que “conjugadas as razões, possa-se alcançar um panorama que represente de maneira adequada a questão constitucional debatida”⁸¹³.

Defendem GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO que a decisão de seleção do recurso extraordinário paradigma, no Tribunal de origem, não desafiaria qualquer tipo impugnação. Em assim sendo, se um recurso extraordinário foi sobrestado de maneira equivocada, a solução seria a parte formular novo requerimento, explicando a diferença entre as matérias ali tratadas, ou mesmo a diversa abordagem conferida a cada um dos fundamentos de seu recurso extraordinário. Confirmado o sobrestamento, aí sim

⁸¹³ GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 60. Essa interpretação será realizada tanto pela Presidência do Tribunal *a quo*, quanto pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que poderá solicitar a remessa de outros recursos sobrestados na Corte de origem, *a posteriori*. Nesse caso, parece haver a necessidade de distribuição desse(s) novo(s) recurso(s) extraordinário(s) por *prevenção*.

caberia agravo⁸¹⁴. Segundo os autores, aplicando-se o princípio da *fungibilidade recursal*, também poderia ser apresentada reclamação⁸¹⁵.

Não se pode concordar com essa opinião. Por se tratar de decisão que *nega* a subida do recurso extraordinário, ela causa indubitável gravame à parte. Por essa razão, o recorrente poderia utilizar três expedientes diversos, tal como vinha sendo admitido no caso do sobrestamento de recursos extraordinários interpostos contra decisões interlocutórias: (i) apresentar simples petição ao Supremo Tribunal Federal, demonstrando que o seu caso não é semelhante (ou “idêntico”) ao paradigma, e pedir o “destrancamento” de seu recurso extraordinário (demonstrando, obviamente, a presença da repercussão geral de sua impugnação); (ii) ajuizar medida cautelar, perante o Excelso Pretório, com o mesmo propósito, ou, ainda, (iii) apresentar reclamação, na medida em que a análise desse requisito está afeta, com exclusividade, ao Supremo Tribunal Federal⁸¹⁶.

Frise-se, porém, que esse recurso terá reduzida chance de êxito⁸¹⁷. Afinal, espera-se que, concentrando seus esforços no julgamento de uma única

⁸¹⁴ Cit., pp. 62-63. Parece um tanto paradoxal a posição: não se pode recorrer da primeira decisão que determina o sobrestamento, mas sim da segunda que o mantém. Compartilha dessa mesma opinião CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 132.

⁸¹⁵ Cit., p. 81.

⁸¹⁶ THEOTONIO NEGRÃO – JOSÉ ROBERTO GOUVÊA, cit., p. 750, n. 3 ao artigo 543-B. Lembre-se, no entanto, que nos casos em que a repercussão geral tenha sido reconhecida, com o sobrestamento dos demais recursos que versem sobre matéria idêntica, competirá ao Tribunal *a quo* conhecer e julgar ação cautelar que tenha por objeto outorgar efeito suspensivo a recurso extraordinário, quer ele já tenha sido admitido na origem, ou não (Ação Cautelar nº 2.177/PE, Relatora Ministra ELLEN GRACIE, julgada em 12 de novembro de 2.008, Plenário, publicada em 20 de novembro de 2.008). Afastou-se, com isso, a possibilidade de ajuizar pedidos cautelares para esse fim diretamente no Supremo Tribunal Federal, tal como havia sido admitido no julgamento da Ação Cautelar nº 2.168/SP, Relator Ministro CELSO DE MELLO, julgada em 14 de outubro de 2.008, Segunda Turma, publicada em 20 de outubro de 2.008).

⁸¹⁷ Existem autores que nem mesmo aceitam a recorribilidade dessa decisão. TAISSA SOUZA MEDEIROS sustenta o não cabimento de qualquer recurso contras as decisões que determinem o sobrestamento de recursos extraordinários, haja vista que o exame desse requisito de admissibilidade será feito, nos termos da lei, por amostragem. A parte não teria o direito de ver o seu recurso *específico* examinado pela Suprema Corte (*A repercussão geral como novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário*, disponível [on-line] in jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11056, p. 6, acesso em 18.03.2008). A posição é um tanto radical e não pode ser aplicada, indistintamente, a todos os casos. Em princípio, é preferível admitir a interposição de recurso, justamente para que a parte tenha a oportunidade de demonstrar, por exemplo, ângulos diversos sob os quais pode ser apreciada a questão. A síntese de EDUARDO TALAMINI tem aplicação à hipótese: “Frise-se que a parte apenas tem o direito de atacar a indevida suspensão do andamento recursal, amparada na diversidade entre a questão versada no recurso-amostra e aquela(s) veiculada(s) no seu recurso. Contudo, a parte não tem o direito de exigir que o seu recurso sirva como amostra, sob o argumento de que ele está melhor formulado ou fundamentado” (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 69, destaques no original).

impugnação – a qual, novamente, deverá *bem representar a controvérsia* – o Excelso Pretório examine a questão sob todos os ângulos possíveis.

Vale notar que o artigo 328 do Regimento Interno do Supremo ampliou as hipóteses de aplicação do artigo 543-B do Código de Processo Civil. E o fez de forma acertada. Isso porque o *novel* dispositivo inserido no diploma processual prevê a possibilidade de seleção do recurso extraordinário *paradigma* e sobrestamento de “recursos com fundamento em idêntica controvérsia”. A seu turno, o artigo 328 do Regimento Interno é mais amplo, pois prevê a existência de “recurso cuja questão for *suscetível de reproduzir-se em múltiplos feitos*” (destacamos).

Enquanto o Código de Processo Civil fala de diversos recursos já interpostos, o Regimento Interno tratou da questão também pelo lado *potencial*: basta a existência de um único recurso extraordinário, desde que a questão nele envolvida possa se repetir em diversas outras impugnações⁸¹⁸. Em tais casos, existe o interesse de, desde logo, decidir essa controvérsia.

Além disso, a regulamentação adotada pelo Regimento Interno da Corte Suprema é mais ousada, na medida em que prevê o sobrestamento de *causas com questão idêntica*, enquanto o diploma processual previu, inicialmente, a paralisação apenas dos *recursos* repetitivos. O Supremo Tribunal Federal poderia, assim, determinar o sobrestamento de processos que ainda não foram sequer decididos, em primeiro ou segundo grau de jurisdição. Uma vez mais, procurou-se eliminar a possibilidade de que sejam proferidas decisões divergentes sobre idêntico tema constitucional, que tanta instabilidade trazem para o direito pátrio.

EDUARDO TALAMINI, porém, se mostra contrário a essa possibilidade. Para ele, “[o]s processos atingidos pelo sobrestamento são precisamente aqueles que já estão em fase de recurso extraordinário. Vale dizer: já estão no momento de ser decidido pelo STF”⁸¹⁹. A posição é bastante acertada, caso contrário poderá se resgatar a nefasta

⁸¹⁸ “Frise-se que o art. 328 do RISTF se refere também aos casos em que, embora ainda não existam recursos múltiplos, a questão seja susceptível de reproduzir-se em múltiplos feitos. Deste modo, fica claro que o sobrestamento pode ser determinado no momento da distribuição do *leading case*, embora ainda não existam outros recursos versando sobre o tema. Isso significa que o sobrestamento pode ser determinado preventivamente, quando se vislumbrar que a matéria irá se proliferar rapidamente” (CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 131).

⁸¹⁹ Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto,

medida da advocatória de causas (v. item 1.1, *supra*), em boa hora suprimida do ordenamento jurídico brasileiro. Até porque, espera-se que os julgamentos dos recursos extraordinários, cujas questões constitucionais sejam dotadas de repercussão geral, tornem-se precedentes emblemáticos, norteados e consolidando, de modo firme, a jurisprudência nacional. Por isso, a suspensão de causas deve ser evitada, já não será será, ao menos em tese, necessária.

Por fim, vale notar que esse procedimento também pode ser aplicado aos agravos de instrumento contra decisões denegatórias de recursos extraordinários, tal como expressamente previsto no artigo 328-A, § 1º do Regimento Interno. Ainda que essa impugnação tenha objeto mais restrito, pois nela se deveria discutir apenas a admissibilidade do recurso extraordinário, é certo que muitas vezes o juízo prévio realizado pelo Tribunal *a quo* acaba penetrando na controvérsia discutida no recurso extraordinário. Nesse sentido, é bastante salutar que o Supremo Tribunal Federal possa determinar o sobrestamento também de tais agravos, enquanto estiver pendente de julgamento a matéria de fundo objeto do recurso extraordinário paradigma⁸²⁰.

6.2.- Eficácia vinculativa da decisão que *rejeita* a repercussão geral da questão constitucional.

De acordo com o § 5º do artigo 543-A do Código de Processo Civil, a decisão que *não admite* a presença de repercussão geral da questão constitucional “*valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente*, salvo

cit., p. 67. No mesmo sentido, posiciona-se JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO, *A eficácia da decisão envolvendo a repercussão geral e os novos poderes dos relatores e dos tribunais locais*, cit., pp. 191-192, n. 21.

⁸²⁰ De início, FREDIE DIDIER JUNIOR – LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA se mostram contrários a essa aplicação, que traria usurpação de competência do Supremo, na medida em que o Tribunal de origem não tem poderes para barrar o trânsito do agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário. Contudo, acabam admitindo essa solução nos casos em que o agravo discutir não propriamente o cabimento do recurso extraordinário, mas sim o próprio mérito da controvérsia (cit., pp. 318-319). Na prática, é o que ocorre na maioria dos casos.

revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal” (destacamos).

Da mesma forma, o artigo 543-B, § 2º dispõe: “Negada a existência da repercussão geral, os *recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos*” (destacamos).

Além disso, o artigo 326 do Regimento Interno do Supremo, de acordo com o quanto previu o artigo 543-B, § 5º do diploma processual, estipula: “Toda *decisão de inexistência de repercussão geral* é irrecorrível e, *valendo para todos os recursos sobre questão idêntica*, deve ser comunicada, pelo(a) Relator(a), à Presidência do Tribunal, para os fins do artigo subsequente e do artigo 329” (destacamos⁸²¹).

A partir da análise desses textos, pode-se concluir que a decisão negativa quanto a esse requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário – isto é, aquela que entende não estar configurada a repercussão geral da questão constitucional – produz *vinculação horizontal*, dentro do próprio Supremo Tribunal Federal, para aquelas ações que discutam temas idênticos⁸²².

A propósito, é expressiva a definição de GLAUCO GUMERATO RAMOS, quando trata do conceito de “casos idênticos” trazido pelo artigo 285-A do Código de Processo Civil, que pode ser aqui aplicado por analogia. Para o autor, essas causas idênticas seriam, na verdade, *processos semelhantes, cuja aproximação deve ser feita a*

⁸²¹ O qual prevê: “A Presidência do Tribunal promoverá ampla e específica divulgação do teor das decisões sobre repercussão geral, bem como formação e atualização de banco eletrônico de dados a respeito”. O dispositivo vem sendo cumprido à risca pela Corte, como demonstrado no item 5.2.1, *supra*.

⁸²² Discorda-se, nesse ponto, de GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, que sustentam: “Temos de ler a expressão como se aludisse à ‘controvérsia idêntica’. A matéria pode ser a mesma, embora a controvérsia exposta no recurso extraordinário assumam contornos diferentes a partir desse ou daquele caso. O termo ‘matéria’ é evidentemente mais largo que ‘controvérsia’” (cit., p. 55). É de se convir que ficaria muito difícil reconhecer não só a identidade, mas até mesmo a semelhança de controvérsias, o que poderia tirar a operatividade do instituto. Por isso, como bem afirmou LÚCIO FLÁVIO SIQUEIRA DE PAIVA, a “idêntica controvérsia” mencionada pelo art. 543-B do CPC estaria ligada “aos chamados processos repetitivos, nos quais se submete ao Poder Judiciário uma mesma questão jurídica que demanda, por óbvio, uma mesma resposta jurisdicional. Não se trata de técnica inovadora no sistema processual, encontrando similitude com as normas, por exemplo, do art. 557 e parágrafos do CPC, bem como, mais recentemente, com o art. 285-A do mesmo diploma legal” (cit., p. 5). Melhor mesmo, seria falar em idêntica matéria ou questão constitucional controvertida, pois aí sim não terá tanta importância a fundamentação, por vezes particular e abordada de forma distinta em cada um dos recursos.

*partir das causas de pedir que discutam questões de direito similares, isto é, teses jurídicas, tal como deve ocorrer no âmbito dos recursos extraordinários*⁸²³.

Além disso, como apontam GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, a “inexistência no caso de repercussão geral em processos de idêntica controvérsia produz, ainda, em certa perspectiva, vinculação *vertical* (art. 543-B, § 2º, do CPC), na medida em que os Tribunais de origem, em casos que tais, estão impedidos de remeter ao Supremo Tribunal Federal recursos cujas controvérsias já foram examinadas e tidas como despidas de repercussão geral”⁸²⁴

Portanto, a partir do momento em que a Corte Suprema negar a existência de repercussão geral da questão constitucional abordada no recurso extraordinário paradigma, os demais recursos que ficaram sobrestados na origem – ou mesmo no Supremo – não deverão ser admitidos. Há, pois, nesse caso, *decisão com efeitos vinculantes*, como afirmam FREDIE DIDIER JUNIOR – LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA⁸²⁵.

⁸²³ “O intérprete mais afoito poderia considerar que ‘casos idênticos’ seriam aqueles existencialmente ligados pela *tríplice identidade* consubstanciada na coincidência das *partes, da causa de pedir e do pedido*, os chamados *elementos da ação*. Não é disso de que trata a lei. Se assim fosse, estaríamos diante de *litispendência* ou de *coisa julgada*, o que implica na extinção do processo *sem resolução de mérito* com base no art. 267, V, do CPC. E ainda que seja dado ao juiz conhecer de ofício a *litispendência* ou a *coisa julgada*, o que poderia ocorrer mesmo antes da citação (CPC, art. 267, § 3º), é evidente que de *resolução imediata do mérito pela improcedência* (art. 285-A) não se trata. Logo, os ‘casos idênticos’ a que se faz menção o art. 285-A nada mais são do que casos que se assemelham pela *causa de pedir*, na qual o autor fundamenta seu pedido em *matéria unicamente de direito*” (DANIEL AMORIM ASSUMPCÃO NEVES – GLAUCO GUMERATO RAMOS – RODRIGO DA CUNHA LIMA FREIRE – RODRIGO MAZZEI, *Reforma do CPC*, São Paulo, RT, 2.006, p. 48, destacamos).

⁸²⁴ Cit., p. 21, destacamos.

⁸²⁵ “o pronunciamento do Plenário do STF sobre a *repercussão geral* de determinada questão vincula os demais órgãos do tribunal e dispensa, inclusive, que se remeta o tema a um novo exame do Plenário, em recurso extraordinário que verse sobre a questão cuja amplitude da repercussão já tenha sido examinada, haja ou não enunciado sumulado a respeito. Aplica-se por extensão o disposto no parágrafo único do art. 481 do CPC. A Lei Federal nº 11.418/2006 ratificou esse entendimento, conforme se vê da redação do § 5º do art. 543-A do CPC” (cit., pp. 317-318). No mesmo sentido, JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO: “Há *eficácia vinculante* à negativa de repercussão para os recursos posteriores com a mesma *questão constitucional*” (*A verticalização das decisões do STF como instrumento de diminuição do tempo do processo: uma reengenharia necessária*, cit., p. 348).

A princípio, não se está diante de faculdade, mas sim de um *dever*⁸²⁶. Se o Supremo Tribunal Federal entendeu – no âmbito, repise-se, de matéria que lhe está afeta com exclusividade – que determinada questão constitucional não se encontra *qualificada* pelo requisito de admissibilidade da repercussão geral, os recursos extraordinários já sobrestados e mesmo aqueles futuros, que versem sobre a mesma questão de direito, não poderão ser admitidos e encaminhados para julgamento no Tribunal Maior⁸²⁷.

Vale ressaltar que os *temas* discutidos nos recursos extraordinários podem ser semelhantes, como afirmado de início, no sentido de que abordem assuntos de natureza similar. Já a *questão constitucional em relação a qual se produzirá o efeito vinculante*, a que alude o artigo 543-B, § 2º do Código de Processo Civil, *deve ser, necessariamente, idêntica*, ainda que abordada de formas distintas em cada uma dessas impugnações⁸²⁸.

A disposição não chega a ser, propriamente, uma novidade, no que toca ao poder concedido ao órgão de instância inferior para não receber recursos que impugnem jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores. Com efeito, o § 1º acrescentado ao artigo 418 do Código de Processo Civil, por força da Lei nº 11.276, de 7 de fevereiro de 2.006, já previu: “O juiz não receberá o recurso de apelação quando a

⁸²⁶ “Negada a existência da repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos (art. 543-B, § 2º do CPC). Ao Tribunal de origem cumprirá noticiar nos autos de cada recurso paralisado o julgamento do Supremo Tribunal Federal, declarando-os não admitidos. Não lhe é dado remeter recurso com controvérsia já decidida pelo Supremo como de não repercussão geral, estando vinculado verticalmente à decisão do Supremo Tribunal Federal” (GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 74).

⁸²⁷ “Vê-se, assim, que a decisão do STF tem caráter absolutamente vinculante, quanto à inadmissibilidade do recurso em razão da ausência de repercussão geral. Deverá o órgão a quo, assim, ater-se ao que tiver deliberado o STF a respeito” (TERESA WAMBIER, cit., pp. 305-306, destaques no original). Caso os Tribunais de origem insistam em remeter esses recursos extraordinários ao Excelso Pretório, a Presidência da Corte, ou mesmo o relator, poderão negar seguimento, liminarmente, a tais impugnações, nos termos dos artigos 21, § 1º e 327 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

⁸²⁸ É o que afirma, com propriedade, EDUARDO TALAMINI, ao tratar da possibilidade de serem proferidas decisões monocráticas que apliquem o precedente do Plenário a questões idênticas: “A competência do Presidente ou do relator aplica-se apenas para os casos repetitivos, que versam sobre questão constitucional idêntica. Não é possível utilizar um precedente do Plenário, acerca da ausência da repercussão geral em um dado caso, para aplicá-lo analogicamente ou de modo extensivo a outro caso, que não seja idêntico quanto à matéria objeto do recurso, mas apenas apresente pontos gerais em comum” (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto, cit., p. 52).

sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal”⁸²⁹.

Pela expressa exigência constitucional de fundamentação dessa decisão (v. item 5.2, *supra*), caberá à Presidência da Corte de origem juntar uma cópia do julgado paradigma em cada um dos processos semelhantes e, com base nela, negar admissão ao recurso extraordinário. A motivação, que é sempre necessária e individual para cada recurso sobrestado⁸³⁰, decorrerá da própria fundamentação do julgamento proferido pelo Excelso Pretório⁸³¹. Com base em tal decisão, o Tribunal *a quo* deverá indeferir os demais recursos extraordinários⁸³².

Tal fato, obviamente, dá ensejo à interposição do agravo de instrumento a que alude o artigo 544 do Código de Processo Civil, na medida em que se rejeitou o recurso extraordinário em seu primeiro juízo de admissibilidade, no Tribunal de origem⁸³³. Assim foi expressamente estatuído no artigo 327, § 2º do Regimento Interno do

⁸²⁹ Ressalta LUIZ FUX a circunstância de que o “Código de Processo Civil, em diversas passagens, revela a força que concede a jurisprudência como forma de agilizar a prestação jurisdicional. É que não resiste à lógica jurídica submeter uma causa à cognição do tribunal, que tem exatamente jurisprudência confirmadora da resolução judicial atacada” (*A Reforma do Código de Processo Civil – comentários e análise crítica da reforma infraconstitucional, do Poder Judiciário e da reforma do CPC*, Rio de Janeiro, Impetus, 2.006, p. 21). Em igual sentido, lembra HUMBERTO THEODORO que o dispositivo implementou a denominada “súmula impeditiva de recursos”, que guarda certa simetria com a súmula vinculante, integrada ao ordenamento jurídico brasileiro por força da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004. Explica o autor: “O raciocínio determinante da reforma foi no sentido de que se se admite que uma súmula vincule juízes e tribunais, impedindo-os de julgamento que a contrarie, válido é, também, impedir a parte de recorrer contra sentença proferida em consonância com o assentado em jurisprudência sumulada pelos dois mais altos tribunais do país. Nos dois casos está em jogo o mesmo valor, qual seja, o prestígio da Súmula do STJ e do STF pela ordem jurídica. No mais, recorre-se ainda a um argumento de economia processual: se cabe ao STF e ao STJ a função uniformizadora da interpretação da lei federal, respectivamente, no âmbito da ordem constitucional e infraconstitucional, apresentar-se-ia como perda de tempo e gasto processual sujeitar-se a recurso uma sentença que, afinal, viria a prevalecer quando a apelação chegasse a instância superior” (*As Novas Reformas do Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, Forense, 2.007, p. 11).

⁸³⁰ EDUARDO TALAMINI, *Repercussão geral em recurso extraordinário: nota sobre sua regulamentação*, cit., p. 61. Discorda-se, no ponto, de ARAKEN DE ASSIS, quando afirma que “o art. 543-B, § 2º, no caso de causas repetitivas, considera os recursos sobrestados ‘automaticamente’ não admitidos, sem a necessidade de intervenção do presidente ou vice-presidente do tribunal *a quo*. Basta certificar a publicação da súmula no diário oficial” (cit., p. 753).

⁸³¹ SAMIR JOSÉ CAETANO MARTINS, cit., p. 108.

⁸³² CRUZ E TUCCI, *A “repercussão geral” como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, cit., p. 62. Nesse caso, explica GUSTAVO SANTANA NOGUEIRA, “o tribunal *a quo*, na verdade, não estará apreciando a presença ou não do requisito, mas pura e simplesmente reproduzindo o pensamento do STF. O grau de ‘liberdade’ do tribunal de origem, ao não admitir a subida de um RE, quando o STF já tiver se posicionado sobre o tema, na verdade é zero” (cit., p. 924). Não há, pois, usurpação de competência.

⁸³³ THEOTONIO NEGRÃO – JOSE ROBERTO GOUVÊA, cit., p. 750, n. 4 ao art. 543-B.

Supremo Tribunal Federal⁸³⁴. Afinal, tem a parte recorrente o direito de, pelo menos, tentar demonstrar as diferenças entre seu caso e o recurso extraordinário paradigma, já apreciado pela Corte Suprema. Para tanto, deverá também comprovar os efeitos relevantes que a decisão de seu recurso extraordinário pode gerar para a sociedade, na medida em que a via extraordinária está agora fechada para o simples exame de interesses subjetivos da parte recorrente.

Esse mesmo recurso, longe de ostentar caráter abusivo ou meramente protelatório, tem enorme importância. É a partir dele que se viabilizará uma possível revisão do entendimento do Supremo Tribunal Federal⁸³⁵. Não é desejável que uma determinada corrente jurisprudencial esteja para sempre consolidada e cristalizada, sem propiciar, de tempos em tempos, a reanálise daqueles pronunciamentos considerados pacíficos e fora de qualquer discussão. Principalmente quando as circunstâncias econômicas, políticas, sociais ou mesmo jurídicas do país tiverem se alterado⁸³⁶.

As decisões da mais alta Corte brasileira devem refletir, necessariamente, o cenário nacional. O que não é desejável é que o entendimento do Excelso Pretório seja instável e fique sujeito a constantes oscilações, baseadas em quoruns situacionais, que não refletem, verdadeiramente, a posição daquele Sodalício sobre

⁸³⁴ Caso contrário, a lei estaria eivada de inconstitucionalidade. Compete ao Supremo Tribunal Federal, quando instado, dar a última palavra a respeito do cabimento ou não do recurso extraordinário, cujo julgamento (definitivo) encontra-se sob sua esfera de competência exclusiva (artigo 102, inciso III, da Constituição Federal).

⁸³⁵ “Note-se que, para que surja a oportunidade para o STF revisar seu anterior entendimento acerca da falta de repercussão geral, é imprescindível que lhe cheguem novos recursos versando sobre aquela mesma questão constitucional. Caso contrário – e ainda que se pudesse cogitar de uma revisão em abstrato, suscitada de ofício por alguns dos seus Ministros – dificilmente o Supremo voltaria a dedicar atenção ao tema. O reexame da questão apenas será trazido à baila se a questão tornar-se a apresentar ao STF em novos recursos. Porém, será também muito difícil que lá cheguem novos recursos extraordinários versando sobre aquela questão: uma vez reconhecida a falta de repercussão geral em dada hipótese, os órgãos *a quo* estão autorizados a aplicar esse mesmo entendimento aos novos recursos sobre a mesma questão. Assim, é provável que cheguem ao STF apenas agravos de instrumento contra a negativa de seguimento emitida pelo órgão *a quo*. E será o exame desses agravos que ensejará ao Supremo Tribunal cogitar da revisão do seu juízo anterior acerca da falta de repercussão geral. Daí já se vê a inviabilidade de generalizadamente se reputar abusivo o agravo interposto em hipóteses como essas... (ou de se considerar em todo e qualquer caso uma insubordinação do órgão *a quo* a admissão de novos recursos extraordinários sobre questão cuja repercussão já foi rejeitada...)” (EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 59).

⁸³⁶ Lembre-se que, para LIEBMAN, “todas as sentenças contêm implicitamente a cláusula *rebus sic stantibus*” (*Eficácia e Autoridade da Sentença – e outros escritos sobre a coisa julgada*, 3ª ed., trad. Alfredo Buzaid – Benvindo Aires, Rio de Janeiro, Forense, 1.984, p. 25).

determinada matéria constitucional⁸³⁷. Veja-se, inclusive, que esse procedimento de revisão se faz presente, até mesmo, na regulamentação da súmula vinculante (artigo 2º, § 2º da Lei nº 11.417, de 2.006). No âmbito da repercussão geral, a possibilidade de revisão também foi genericamente prevista pelo artigo 543-B, § 5º do Código de Processo Civil.

Por essa razão, serão os recursos que exercerão o papel fundamental de possibilitar a revisão do entendimento, até então consolidado no Supremo, a respeito da inexistência de repercussão geral de determinada questão constitucional. Para isso, basta que ao menos quatro Ministros se manifestem pela presença desse requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário em novo caso que lhes seja submetido a julgamento. Obcede-se, assim, o quorum constitucional de dois terços. Deve haver, no entanto, uma justificativa plausível, a fim de possibilitar a revisão do posicionamento anterior.

Cumpramos ressaltar, por importante, que a decisão paradigmática do Supremo Tribunal Federal – com efeitos *pan-processuais*⁸³⁸ – será aplicada não somente “aos casos que serviram de amostra, mas terá julgado todos os recursos que versem sobre o mesmo tema, em um verdadeiro efeito dominó”. Inclui-se, portanto, os recursos futuros, que tenham por objeto a mesma controvérsia jurídico-constitucional⁸³⁹.

Esse efeito poderá ser aplicado tanto nos Tribunais de origem, quanto no Excelso Pretório. Não se fará mais necessária, também, uma nova manifestação do

⁸³⁷ Lembre-se as lições de CASTRO NUNES, quando tratou do problema relativo à variação da jurisprudência: “não há como desconhecer a jurisprudência, para melhor servir à realização do direito, e é nesse dinamismo, nessas possibilidades amplas de adaptação à lei, às circunstâncias novas de cada momento e aos avanços da doutrina, que está o seu melhor elogio como instrumento da revelação do direito. Mas é possível encontrar um razoável meio termo – entre a necessidade de não persistir no *status quo* e, possivelmente, no erro demonstrado de uma dada exegese e a conveniência, também atendível, de não modificar, sem uma razão imperiosa ou um motivo de grande relevância, a interpretação adotada, ainda que de duvidoso acerto. O Direito é uma idéia eminentemente prática. A sua realização pelos tribunais reflete, mais do que o seu ensino teórico, esse traço, que é a segurança das relações jurídicas e a paz social. É preferível algumas vezes o mal menor de um possível desacerto de exegese aos imprevistos da instabilidade, às variações da jurisprudência, que levam ao desassossego, à inquietação e até mesmo podem produzir injustiças relativas, determinando soluções diferentes em hipóteses perfeitamente idênticas” (cit., p. 391).

⁸³⁸ GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, cit., p. 54.

⁸³⁹ CAROLINA BRAMBILA BEGA, cit., p. 132. A mesma posição é defendida por PATRÍCIA PIZZOL – GILSON DELGADO MIRANDA: “o não-recebimento no caso não se resume apenas aos recursos que foram sobrestados, mas a todos os novos recursos relacionados à idêntica controvérsia. Em outras palavras, o tribunal *a quo* deixará de admitir o recurso extraordinário em todas as hipóteses de inexistência da repercussão geral já reconhecidas pelo STF” (*Alguns aspectos processuais da reforma promovida pela EC 45/2004*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, cit., p. 1.141, destacamos).

Plenário a respeito da inexistência de repercussão geral daquela específica questão constitucional já apreciada pela Corte, salvo em caso de revisão da tese⁸⁴⁰. Poderá o Ministro Relator ou o Presidente do Supremo, monocraticamente, negar seguimento a esses recursos extraordinários, tal como estabelecem as novas redações dos artigos 13, inciso V, 21, § 1º e 327 do Regimento Interno. Caso contrário, a inovação se tornaria contraproducente, exigindo sempre a deliberação do Plenário⁸⁴¹.

A norma tem dois objetivos: de um lado, desafogar o Excelso Pretório, que não mais precisará julgar uma série infindável de recursos extraordinários repetitivos (que hoje já vêm sendo apreciados em bloco, seja no âmbito das Turmas, seja no próprio Plenário); de outro, e essa parece ser a inovação relevante e digna de nota, conferir efetividade aos julgados da Corte, tornando-os verdadeiros *precedentes* que, emanados do Tribunal de mais alto grau de jurisdição do país, devam ser respeitados por todos os juízes brasileiros, em primeiro ou segundo grau, e mesmo pelos litigantes. Aceleraram-se os julgamentos e se reforça o poder do Supremo Tribunal Federal, enquanto órgão de cúpula do Judiciário nacional⁸⁴².

⁸⁴⁰ A qual sempre se fez presente no sistema de precedentes norte-americano, e que viabilizou que uma Constituição extremamente concisa esteja até hoje em vigor. Consegue-se, com isso, adaptar a interpretação dos dispositivos constitucionais às novas correntes de pensamento, e permite-se que o texto constitucional seja moldado de acordo com as necessidades e condições econômicas, políticas e sociais de uma determinada época (v. RENÉ DAVID, cit., pp. 391-392).

⁸⁴¹ TERESA WAMBIER, cit., pp. 302-303. A decisão anterior, de rejeição da repercussão geral da questão constitucional, tem, em casos que tais, “eficácia futura, pois todos os casos idênticos de Recursos Extraordinários deverão ser liminarmente indeferidos. A inadmissibilidade da impugnação, em tais hipóteses, segue, a meu ver, o regime ordinário, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil e do respectivo Regimento Interno” (CRUZ E TUCCI, *Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do Recurso Extraordinário*, cit., p. 29, destaques no original).

⁸⁴² Destaca SIDNEI BENETI dois pontos fundamentais para a criação de um sistema de precedentes, no direito brasileiro. Em primeiro lugar, a manutenção de um reduzido número de magistrados nas Cortes Superiores, que têm por função uniformizar a interpretação dos textos, quer em âmbito constitucional, como é o caso do Supremo Tribunal Federal, quer em nível legal, na esfera de competência do Superior Tribunal de Justiça. O julgamento desses Tribunais Superiores deve ser produto de uma participação intensa de todos os seus juízes, consolidando-se posições coerentes da Corte como um todo, e não pensamentos ou inclinações particulares de cada um de seus membros (a tão falada *jurisprudência lotérica*). É esse conhecimento prévio do (quase certo) resultado do julgamento que, muitas vezes, inibe os litigantes de apresentarem recursos para, no mais das vezes, procrastinar a decisão final do caso. Em segundo lugar, a imperativa necessidade de se estabelecer *filtros* para retirar desses Tribunais os casos repetitivos, que não veiculem teses com importância ou repercussão econômica ou social. A consolidação da jurisprudência facilitaria sobremaneira esse descarte (*Doutrina de precedentes e organização judiciária*, in *Processo e Constituição – estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*, cit., p. 487).

No entanto, alguns autores sustentam a *inconstitucionalidade* do dispositivo, que implicaria *delegação* de poderes ao Tribunal *a quo*, em matéria de competência restrita do Supremo Tribunal Federal⁸⁴³.

Embora não se possa negar que exista uma certa transferência de competência, é certo que o Supremo Tribunal Federal já terá decidido aquela determinada matéria, de modo que o indeferimento liminar do recurso extraordinário, por parte do Presidente da Corte local, estará fundamentado nesse *precedente* do Excelso Pretório.

Pode-se, então, interpretar com *razoabilidade* o dispositivo; se o Supremo Tribunal Federal já decidiu uma questão, em pronunciamento que pelo mesmo em tese deve envolver todos os Ministros da Corte (artigo 102, § 3º da Constituição Federal), não há qualquer sentido em reexaminá-la diversas vezes, a não ser que haja um motivo verdadeiramente relevante (necessidade de revisão da tese, por exemplo). Até porque, a resposta jurisdicional será sempre a mesma, sem maiores debates entre os julgadores, que justificassem nova apreciação da matéria.

Como bem anotou LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, a “regra constitucional exige que o colegiado rejeite a alegação [de repercussão geral], mas não necessariamente em todos os processos onde a mesma questão seja objeto de verificação, sob pena de prestigiar uma repetição enfadonha e desnecessária que não trará qualquer benefício”⁸⁴⁴.

Nesse sentido, poderia-se fazer um paralelo com as ações de natureza coletiva, em especial a ação civil pública, no sentido de que a seleção de um recurso extraordinário paradigma, se bem utilizada pelo Supremo Tribunal Federal (v. item 6.1, *supra*), poderá conferir *representividade adequada* ao exame da preliminar de repercussão geral. Desse modo, os interesses de todos os demais recorrentes – cujas impugnações excepcionais discutam matéria constitucional idêntica – poderão estar adequadamente refletidos no recurso selecionado pelo Tribunal *ao quo*, ou mesmo pelo Excelso Pretório. Por isso, a decisão proferida no recurso *amostra* a eles poderá ser aplicada.

⁸⁴³ V. RODRIGO BARIONI, *Repercussão geral das questões constitucionais: observações sobre a Lei 11.418/2006*, cit., p. 227, e SAMIR JOSÉ CAETANO MARTINS, cit., p. 110.

⁸⁴⁴ *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, cit., p. 94.

Essa mesma possibilidade foi estendida aos agravos de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário. De acordo com o § 1º do artigo 328-A do Regimento Interno da Corte, permite-se que o Tribunal de origem julgue prejudicados esses agravos, caso o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela inexistência de repercussão geral da questão constitucional neles discutida. Não parece, contudo, acertada essa regulamentação, na medida em que a Corte *a quo* não tem poderes para indeferir o processamento desses agravos, os quais devem ser, necessariamente, apreciados pelo Excelso Pretório, sob pena de flagrante inconstitucionalidade. Melhor, então, deixar essa possibilidade restrita ao julgamento dos recursos extraordinários.

6.3.- Conseqüências da decisão que *acolhe* a repercussão geral da questão constitucional e *julga o mérito* do recurso extraordinário.

O artigo 543-B, §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil estipula as conseqüências das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal que *reconheçam* a presença da repercussão geral da questão constitucional, e julguem o mérito do recurso extraordinário paradigma.

Nesse sentido, estabelecem os mencionados dispositivos legais, respectivamente: “*Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se*”; “*Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada*” (destacamos).

Vale lembrar, inicialmente, que tendo sido decidida a existência da repercussão geral, essa preliminar não poderá ser reapreciada no julgamento final do recurso extraordinário⁸⁴⁵.

⁸⁴⁵ BRUNO DANTAS, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., p. 313.

Pois bem. Julgado o mérito dessa impugnação (isto é, tendo havido o exame efetivo da *controvérsia constitucional* posta em debate no recurso extraordinário, de ordem material ou processual), por parte do Supremo Tribunal Federal, abrem-se três possibilidades distintas.

Em primeiro lugar, a Presidência do Tribunal *a quo* poderá considerar *prejudicados* os demais recursos extraordinários que ali ficaram sobrestados, se as suas razões estiverem em *confronto* com a decisão proferida no recurso paradigma⁸⁴⁶. Aplica-se aqui o procedimento examinado no item 6.2, *infra*. Há nesse caso, como apontam GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO, “vinculação persuasiva”⁸⁴⁷.

A inadmissão do recurso, em tal hipótese, funda-se na “antevisão do seu desprovimento”, por parte do Supremo, como anota COSTA MACHADO⁸⁴⁸. Ou melhor, pode-se dizer que esse indeferimento do recurso extraordinário baseia-se na “*carência* de interesse recursal (utilidade), uma vez que a tese nele sustentada já foi rechaçada pela superior instância em caráter definitivo. Só mesmo na ausência de um pressuposto recursal poder-se-ia fundar essa decisão; a atribuição ao órgão *a quo* de competência para o julgamento do mérito dos extraordinários importaria evidente inconstitucionalidade (CF, art. 102, III)”⁸⁴⁹. Tal decisão, como anotam THEOTONIO NEGRÃO – JOSÉ ROBERTO

⁸⁴⁶ Hipótese defendida por LÚCIO FLÁVIO SIQUEIRA DE PAIVA: “Aqui se nota a repetição de técnica já utilizada na grade recursal brasileira, de conferir eficácia a precedentes jurisprudenciais dos tribunais superiores – basta lembrar o art. 518, § 1º do CPC” (cit., p. 7).

⁸⁴⁷ Cit., p. 64. E complementam os mesmos autores: “A rigor, se houver clara identificação da *ratio decidendi* utilizada pelo Supremo Tribunal Federal para o julgamento de mérito da questão a ele apresentada, há mesmo vinculação jurídica, em sentido vertical, dos Tribunais de origem, à decisão do Supremo. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é, aliás, de há muito nesse sentido” (cit., p. 64).

⁸⁴⁸ Cit., p. 1.004.

⁸⁴⁹ ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD, *A repercussão geral dos recursos extraordinários e o julgamento por amostragem no âmbito do Supremo Tribunal Federal* (CPC, arts. 543-A e 543-B), cit., p. 314. Como anotou pouco antes o mesmo autor, é inegável que nesse caso “uma parcela, ainda que indireta e vinculada do juízo sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários, é atribuída ao órgão *a quo*. Afinal, a ele caberá julgar quais impugnações possuem identidade a ensejar a aplicação do precedente exarado pelo Supremo Tribunal Federal” (cit., p. 313). EDUARDO TALAMINI discorda dessa posição. Para o autor, estaria-se diante de uma nova decisão de mérito, que aplicaria o precedente formado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento por amostragem (*Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., pp. 77-78). Sem razão, porém, esse último autor. Parece não haver nova decisão de mérito, mas mera *aplicação* da decisão paradigmática do Supremo, com o fim único de negar admissibilidade ao recurso extraordinário, como aliás já vinha sendo feito em muitos casos. Não raro o juízo de admissibilidade na Corte de origem adentrava ao mérito da impugnação, confirmando-a com base em precedentes do Excelso Pretório. É nesse sentido que se deve interpretar a carência recursal.

GOUVÊA, “tem significado de inadmissão do recurso”⁸⁵⁰. É cabível nessa hipótese, como já examinado, a interposição de agravo de instrumento contra decisão denegatória de recurso extraordinário (artigo 544 do Código de Processo Civil).

Em segundo lugar, a Corte de origem poderá se *retratar*, na hipótese em que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal tiver sido contrária ao resultado de julgamento do acórdão ou decisão recorrida. Também se faz presente, nessa situação, a vinculação persuasiva a que se aludiu no primeiro caso⁸⁵¹.

Essa circunstância dará ensejo a uma *nova* decisão de mérito, em segunda instância⁸⁵². Por conseguinte, ela também poderá ser desafiada por novo recurso extraordinário da parte prejudicada⁸⁵³. Esse novo recurso extraordinário, todavia, terá poucas chances de êxito, já que a decisão recorrida estará baseada em precedente do Supremo Tribunal Federal⁸⁵⁴. Em certa medida, deve-se reconhecer que o extraordinário

⁸⁵⁰ Cit., p. 750, n. 5 ao art. 543-B.

⁸⁵¹ “A posição assumida pelo Supremo Tribunal em julgamento destinado precisamente a pautar uma pluralidade de recursos (portanto, uma decisão que se pode supor adotada com adicional prudência), se não vincula estritamente, é fortíssimo argumento de autoridade. Some-se a isso a imposição de razoabilidade: se a decisão não for objeto de retratação, será revista depois pelo próprio STF. Daí que, ainda que o órgão prolator da decisão recorrida tenha a possibilidade de não se retratar, apenas deverá seguir por essa senda se reputar que o caso posto para o exame reveste-se de peculiaridades que não autorizam submetê-lo à decisão-quadro, ou, ainda, se entender que dispõe de argumentos que não foram considerados no julgamento do recurso-amostra” (EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., pp. 76-77).

⁸⁵² Para MÁRIO HELTON JORGE, o dispositivo em comento teria estabelecido mais um efeito aos recursos extraordinários, qual seja, o efeito *regressivo*, similar ao que se faz presente no caso de serem conferidos *efeitos infringentes* aos embargos de declaração (e que está previsto, ainda, nos artigos 523, § 2º, 526, 529 e 557, § 1º do Código de Processo Civil). A partir do momento em que a lei estabeleceu a faculdade de o Tribunal de *origem* se retratar, existe uma clara possibilidade de modificação de resultado do acórdão recorrido (*O efeito regressivo no recurso extraordinário*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, cit., p. 960). Ocorre que, na hipótese *sub examinem*, a alteração do julgamento é fruto de um pronunciamento da instância superior. A princípio, haveria não propriamente esse *efeito regressivo* a que alude o autor, mas sim o efeito *substitutivo*, operado pelo julgamento de mérito do Supremo Tribunal Federal (ainda que esse julgado não tenha sido proferido especificamente para aquele concreto). Conjuga-se, ainda, o efeito *devolutivo* que decorre da interposição do recurso extraordinário. É o que afirma BARBOSA MOREIRA, em hipótese análoga, quando menciona a possibilidade de retratação em sede de embargos infringentes: “A despeito do colorido de *retratação* que tradicionalmente reveste os embargos, pode-se falar sem erro no seu efeito devolutivo, até porque nem sempre são julgados pelo mesmo órgão que proferiu a decisão embargada” (*Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., cit., p. 532).

⁸⁵³ Por isso que, em qualquer desses casos, a decisão do Presidente ou Vice-Presidente no Tribunal *a quo* nos processos sobrestados é obrigatória, tanto para considerar prejudicado o recurso extraordinário, quanto para reformar ou manter o entendimento esposado no acórdão recorrido. Nesse sentido, EDUARDO TALAMINI, *Repercussão geral em recurso extraordinário: nota sobre sua regulamentação*, cit., p. 62.

⁸⁵⁴ ARAKEN DE ASSIS, cit., p. 754.

perderá aquela conotação de relevância/transcendência⁸⁵⁵. Deverá, pois, ser indeferido liminarmente, quer pela Presidência do Tribunal *a quo*, quer pelo Ministro Relator no Supremo Tribunal Federal, ou mesmo pelo Presidente do Excelso Pretório⁸⁵⁶.

Nesse ponto, no entanto, é preciso fazer um breve parêntese. Parece ser a Presidência do Tribunal *a quo* o órgão mais apropriado para reexaminar uma decisão já proferida, anteriormente, por um de seus órgãos colegiados⁸⁵⁷, para não configurar violação ao artigo 463 do Código de Processo Civil⁸⁵⁸.

⁸⁵⁵ Esse é o exemplo que pode ser extraído do direito alemão, citado por ARRUDA ALVIM, que explica que a causa perderá o atributo da *significação fundamental* “quando a questão não comporta mais discussão (assunto pacífico)” (*A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, cit., p. 91).

⁸⁵⁶ Defende GLÁUCIA MARA COELHO que se o Supremo Tribunal Federal editar súmula vinculante a respeito da matéria, o único meio de impugnar essa decisão seria através do procedimento de revisão ou cancelamento da súmula, estabelecido no artigo 103-A da Constituição Federal, e regulamentado pelo artigo 3º da Lei nº 11.417, de 2.006. Caso não tenha sido editada uma súmula – e nem mesmo será conveniente produzir súmula para todos os julgamentos de recursos extraordinários *paradigmas* – a autora sustenta o cabimento de “recurso ao Pleno (nos mesmos moldes da reclamação), para que esse órgão possa aferir se seu precedente foi aplicado adequadamente pelas instâncias inferiores. Como o precedente foi ditado em sessão plenária, compete a esse órgão verificar se, de fato, a hipótese concreta configura matéria idêntica a autorizar o indeferimento liminar do recurso extraordinário” (cit., p. 166).

⁸⁵⁷ Como sugere ARAKEN DE ASSIS, cit., p. 754. Não se pode concordar com a posição defendida por PATRÍCIA PIZZOL – GILSON DELGADO MIRANDA, que defendem a necessidade de “criação de um novo órgão nos tribunais *a quo* para, se for o caso, reapreciar a matéria e adequá-la ao entendimento do STF” (*Alguns aspectos processuais da reforma promovida pela EC 45/2004*, cit., p. 1.143). Esse órgão já existe; não faz sentido criar um novo órgão julgador nos Tribunais de origem, que teria uma espécie de “super-poder” para revisar os julgados proferidos por seus colegiados.

⁸⁵⁸ Afirma ARAKEN DE ASSIS que, nesses casos, “nenhuma é a atribuição do relator do acórdão” (cit., p. 730). Contudo, alguns autores discutem essa posição: “Nessa hipótese, em que pese o claro encerramento da competência do relator e do colegiado com a prolação da decisão impugnada pelo recurso extraordinário, o legislador consagrou (art. 543-B, § 3º do CPC) o restabelecimento de competência já exaurida. A alteração legislativa provoca profunda reflexão em relação ao poder de revisão das decisões pelo próprio órgão prolator por influência da decisão externa à demanda em curso, ou antes mesmo sem a remessa ao Tribunal de hierarquia funcional superior. Trata-se, nesse particular, de mais uma exceção ao art. 463 do CPC, aliando-se àquelas previstas nos arts. 285-A e 295 do próprio CPC. A rigor, é possível inclusive refletir acerca da existência de uma verdadeira transferência de competência para análise do mérito dos recursos sobrestados. De fato, a partir do momento em que já existem recursos extraordinários interpostos, com processamento sobrestado, a aplicação do resultado do julgamento do apelo paradigma a estes ocasiona uma readaptação do papel dos recursos de competência do STF. Ora, tendo sido interposto RE, o tribunal *a quo* (na pessoa de seu presidente e não mais do órgão prolator do acórdão recorrido) apenas seria competente para juízo de admissibilidade (art. 542 do CPC). Contudo, a partir do momento em que estas alterações permitem a retratação para adaptar o resultado do julgamento à interpretação dada pelo STF no recurso paradigma (julgando prejudicado ou exercendo retratação), serão possíveis duas conclusões: a) ou o sistema processual passa a admitir que o recurso já interposto seja simplesmente considerado prejudicado (análise de admissibilidade a ser dada pelo mesmo órgão que prolatou o acórdão recorrido e não pela Presidência) por força de adaptação da decisão à superveniente interpretação do STF; b) ou a análise e a revisão do julgamento será em sede de mérito do RE, com o provimento ou improvimento deste apelo subsequente ao acórdão recorrido” (JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO, *A eficácia da decisão envolvendo a repercussão geral e os novos poderes dos relatores e dos tribunais locais*, cit., p. 193). Inegável, porém, que existe certa delegação de competência, pois essa decisão não se restringirá mais à análise dos pressupostos de admissibilidade.

Isso porque são as Presidências ou Vice-Presidências dos Tribunais de origem, conforme a organização que tenha sido estabelecida pelo seu Regimento Interno, os órgãos de mais alta hierarquia dentro desses Sodalícios. Veja-se, inclusive, que foram elas que passaram a examinar os pedidos de atribuição de efeito suspensivo a recursos extraordinários que ainda não sofreram juízo de admissibilidade, após a alteração empreendida pelas Súmulas nºs 634 e 635 do Supremo Tribunal Federal.

A revisão de decisões anteriores proferidas pelo próprio Tribunal de origem, dever ser, necessariamente, realizada por um de seus órgãos superiores, e não pela mesma câmara ou turma que proferiu o acórdão recorrido. Esses órgãos fracionários já esgotaram seu ofício jurisdicional com a prolação da decisão combatida via recurso extraordinário⁸⁵⁹.

Em terceiro lugar, caso não ocorra essa retratação⁸⁶⁰, com a manutenção da decisão recorrida (contrária ao entendimento firmado pelo Excelso Pretório, em nítido *desafio* ao que decidiu o Supremo Tribunal Federal⁸⁶¹), o recurso extraordinário – e, na mesma medida, os agravos de instrumento contra decisão denegatória, nos termos do artigo 328-A, § 2º do Regimento Interno – será remetido à Corte Suprema e lá poderá ser julgado, nesse caso *monocraticamente*, com fulcro no

⁸⁵⁹ Com efeito, a possibilidade de “retratação” a que alude o artigo 543-B, § 3º do Código de Processo Civil implica em verdadeira revisão de julgamento, com total alteração de seu resultado. Por isso, discorda-se de EDUARDO TALAMINI, quando sustenta: “a lei aludiu a ‘retratação’ – o que pressupõe nova decisão do *mesmo órgão* que emitiu a decisão anterior. Se fosse para atribuir a um órgão distinto o poder de alterar a decisão recorrida, outro termo haveria de ser usado (reforma, revisão, etc.)” (Novos *Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 76).

⁸⁶⁰ A qual será obrigatória se o julgamento do recurso extraordinário tiver como efeito a edição de súmula vinculante, como está sendo a tendência da Corte (v. LUIZ WAMBIER – TERESA WAMBIER – JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA, cit., p. 251). No entanto, o efeito vinculante, é bom que se ressalte desde logo, decorre não do resultado pura e simples do julgado proferido em sede de recurso extraordinário, mas sim por conta dos efeitos gerados pela edição da súmula vinculante, nos termos do artigo 103-A da Constituição Federal.

⁸⁶¹ Trata-se de decisão que LÚCIO FLÁVIO SIQUEIRA DE PAIVA classifica como “rebelde”, na medida em que desrespeita o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que está ápice do Judiciário. Aí passará a incidir a norma do § 4º do artigo 543-B do Código de Processo Civil. Por já ter sido a questão apreciada e decidida no Supremo Tribunal Federal, criou-se “um novo caso de poder conferido a um ministro relator, que passa a ter competência para monocraticamente julgar o mérito de um recurso extraordinário” (cit., p. 7). Trata-se de técnica diferente daquela estabelecida no artigo 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, que exige súmula ou reiterada jurisprudência. Novamente, vale citar as lições do autor: “O que chama a atenção nesse novo § 4º do art. 543-B é que a presença de súmula ou jurisprudência dominante é dispensada, bastando, para se aplicar o dispositivo em questão, que o recurso extraordinário paradigma – aquele recurso extraordinário que fora escolhido para servir de representativo da controvérsia para fins de análise da repercussão geral (art. 543-B *caput* e § 1º do CPC) – tenha sido provido, ocasião em que o Supremo Tribunal Federal estará a firmar orientação contrária àquela adotada pelo tribunal *a quo* no acórdão recorrido” (cit., pp. 7-8).

precedente firmado em Plenário, tal como permite o artigo 327, § 1º do Regimento Interno. Afinal, já houve o reconhecimento *prévio* da existência da repercussão geral, que viabiliza a análise da matéria de fundo veiculada pelo recurso extraordinário.

Está-se diante – tal qual a previsão contida 543-A, § 3º do Código de Processo Civil – de caso em que se pode *presumir* a repercussão geral da questão constitucional, razão pela qual “fica o relator autorizado a julgar isoladamente o recurso, uma vez presentes os requisitos do CPC 557-*caput* e 1º-A”⁸⁶².

É o que afirmam, de modo categórico, GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO: “Seja como for, mantida a decisão contrária à orientação do Supremo Tribunal Federal, o recurso extraordinário tem de ser remetido à apreciação do Supremo, que poderá cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada, nos termos do Regimento Interno (arts. 543-B, § 4º, do CPC, 13, V, e 21, § 1º, RISTF). O artigo 557, § 1º-A, do CPC, poderá ser invocado pelo relator no Supremo Tribunal Federal a fim de dar provimento ao recurso”⁸⁶³.

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI ABBUD se mostra contrário à idéia de que o relator pudesse decidir, monocraticamente, o recurso extraordinário com base no precedente (único) formado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento de mérito da impugnação. Para o autor, a existência de apenas um julgamento sobre a matéria não necessariamente refletiria a jurisprudência *consolidada* ou *dominante* do Tribunal, “a qual só seria de se considerar firmada após a apreciação, por ambas as turmas, de número de recursos aptos a demonstrar que a Casa discutiu, amadureceu e consolidou determinado entendimento”⁸⁶⁴.

Ocorre que, como explicado no Capítulo II, *supra*, a lógica que deve reger os julgamentos do Supremo Tribunal Federal é diversa. Não é preciso – e muito menos conveniente – que a Corte de mais alta hierarquia tenha de julgar uma séria infundável de recursos, tal como ocorre nos Tribunais ditos *ordinários*, para que se possa dizer que sua jurisprudência está consolidada. Essa não é a função de uma Corte Suprema. Compete-lhe garantir a unidade do direito, a partir da fixação daquela que entende ser a

⁸⁶² THEOTONIO NEGRÃO – JOSÉ ROBERTO GOUVÊA, cit., p. 2.104, n. 2 ao art. 323 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

⁸⁶³ Cit., pp. 73-74.

⁸⁶⁴ *O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, cit., p. 125.

interpretação mais correta de um determinado preceito constitucional. Os órgãos de cúpula do Judiciário não podem se preocupar com a quantidade de julgamentos, mas sim com a *qualidade* de seus pronunciamentos em casos relevantes, que tenham sido bem estudados e ponderados, entre todos os seus membros⁸⁶⁵.

Por isso é que, um único pronunciamento firme da Corte em relação a determinado tema constitucional, pode ser considerado importante o suficiente para balizar não apenas o entendimento daquele Tribunal, mas de toda a jurisprudência dos demais Tribunais do país⁸⁶⁶. Não se descarta, obviamente, a possibilidade de revisão desse entendimento, como está previsto, inclusive, para as súmulas vinculantes. O procedimento é bastante saudável, para *oxigenação* do sistema, como discutido no item 6.2, *infra*.

Como se pode notar, a instituição do pressuposto de admissibilidade da repercussão geral da questão constitucional ampliou as consequências dos julgamentos proferidos em sede extraordinária, também quando ficar reconhecida a relevância do tema em análise e os reflexos que ele poderá trazer para a sociedade brasileira. Não apenas as decisões negativas quanto a esse requisito de admissibilidade do recurso extraordinário terão importantes efeitos. A decisão positiva do Supremo Tribunal Federal também será dotada de enorme importância.

Nesse sentido, sustenta CAROLINA BRAMBILA BEGA: “Conforme se constata do texto de lei (art. 543-B § 3º, CPC), não apenas o julgamento da preliminar de repercussão geral vincula, mas o próprio julgamento do mérito do recurso, tanto é que preconiza que o tribunal local poderá retratar-se ou declará-lo prejudicado dependendo da decisão final do STF”. E, por isso, conclui: “De nada vale o mecanismo de

⁸⁶⁵ Tal preocupação também norteou a restrição à admissibilidade dos recursos extraordinários na Argentina, com a edição da já citada Lei nº 23.774, de 1.991. O enorme volume de processos julgados pela Suprema Corte argentina “había desbordado la capacidad de estudio, serenidad y necesaria reflexión requeridos para la responsable respuesta de la Corte, y comprometía, asimismo, la calidad de los pronunciamientos” (AUGUSTO MORELLO, *Recursos extraordinarios: visión comparada brasileña y argentina*, cit., p. 13).

⁸⁶⁶ Como destacava RAFAEL BIELSA, “[e]n todo organismo jurídico, es decir, en todo orden de funcionarios, existe una tendencia psíquica a hacer prevalecer las decisiones de la autoridad superior en orden o grado (...). También este poder lo ejercen los tribunales superiores y, desde luego, la Corte Suprema en la justicia federal o nacional no ordinaria (...). Sin embargo, virtualmente, existe ese poder en la Corte Suprema, por obra de la revisión jurisdiccional en vía de recurso (...). La Corte Suprema ha declarado que los jueces deben conformar su decisiones a las que en casos análogos dicte la Corte (*Fallos*, t. 9, p. 53; t. 10, p. 294). Esta declaración, como se comprende, tiene una substancia moral y *cuasi jerárquica*. Si inspira el el alabable propósito de evitar la duplicidad de actividad jurisdiccional y en mantener la unidad de la jurisprudencia, cuyos valores son también la *certeza* e la *seguridad jurídica*” (cit., pp. 267-268, destaques no original).

sobrestamento, se a vinculatividade das decisões apenas for aplicada com relação à existência ou não de repercussão, pois nos casos em que o recurso paradigma for aceito, a própria decisão de mérito deve ser copiada, mantendo-se a orientação firmada, sob pena de obrigar a Corte Maior a apreciar o mérito de toda a gama de recursos sobrestados (o que seria feito, obviamente, pelo Relator, com base no art. 557, CPC)”⁸⁶⁷.

Como destacou BRUNO MATTOS E SILVA, embora os efeitos *concretos* do julgamento de um recurso extraordinário (no qual ficou reconhecida a repercussão geral da questão constitucional) fiquem adstritos às partes, não podendo ser opostos a terceiros que não participaram do processo, é certo que os *efeitos abstratos* dessa decisão, isto é, o *precedente* criado nesse julgamento certamente irá *influenciar* a decisão das demais ações em que se discuta a mesma tese de direito⁸⁶⁸.

Bastaria, portanto, uma única manifestação do Plenário⁸⁶⁹; *reconhecida a existência da repercussão geral e julgada a impugnação pelo seu mérito*, todos os recursos extraordinários com objeto semelhante serão *automaticamente admitidos* – agora por meio de julgamentos *monocráticos*, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, excepcionando-se, nesse caso específico, o quorum constitucional de dois terços estabelecido no artigo 102, § 3º (v. itens 5.1 e 5.1.1, *supra*⁸⁷⁰) – e o *precedente* ali fixado deverá ser seguido pelo Ministro Relator, ao apreciar todos os demais recursos extraordinários que versem sobre matéria semelhante (isto é, sobre idêntica controvérsia constitucional⁸⁷¹).

⁸⁶⁷ Cit., p. 144.

⁸⁶⁸ Cit., p. 5.

⁸⁶⁹ Explica ARAKEN DE ASSIS: “Em que pese distribuído à turma, o julgamento do recurso [extraordinário] poderá ser afetado ao plenário, por ato do relator ou da própria turma, neste caso independentemente de acórdão e de nova pauta, nas hipóteses do art. 11 c/c art. 22 do RISTF – por exemplo, tratando-se de questão constitucional relevante e inédita e na análise da repercussão geral” (cit., p. 760).

⁸⁷⁰ Até porque, nesse caso, não se estará negando a existência da repercussão para barrar a admissibilidade do recurso extraordinário; pelo contrário, será admitido o recurso extraordinário e esse julgamento de mérito irá reafirmar o precedente consolidado na Corte Suprema. Valorizar-se-á a sua jurisprudência, sem qualquer prejuízo aos jurisdicionados, como parece ter sido, de início, a preocupação do legislador constitucional, quando fixou aquele quorum *prudencial*. Nesse sentido, RAFAEL TOCANTINS MALTEZ: “Essencial para a apreciação do mérito do recurso extraordinário é a prévia análise do pleno quanto à repercussão geral, dispensável somente quando existir precedente sobre a matéria” (cit., p. 197).

⁸⁷¹ É o que observa HUMBERTO THEODORO: “se já existe jurisprudência positiva do STF acerca da repercussão da tese e de sua solução, o relator poderá conhecer do recurso e julgá-lo singularmente, para provê-lo, reformando o acórdão originário, para fazer prevalecer o entendimento assentado anteriormente pela Corte. O caso teria sido de julgamento contra jurisprudência dominante do STF, nos termos dos arts.

É nesse sentido que deve ser interpretado o artigo 543-B, § 3º do Código de Processo Civil, como forma de tornar os acórdãos de nossa Suprema Corte verdadeiros *precedentes*⁸⁷² que possam balizar o julgamento de um sem número de outros processos e, com isso, aliviar a carga de recursos que para lá são remetidos⁸⁷³. Esses precedentes, destaque-se novamente, poderão ser aplicados, inclusive, não apenas para os recursos sobrestados, mas a todos os que lhe seguirem, mesmo que impugnem decisão proferida, posteriormente, ao julgamento do recurso extraordinário paradigma. Basta que discutam idêntica questão constitucional⁸⁷⁴.

A lei teve em mente, como visto, os efeitos *potenciais* dessa decisão, como forma de aliviar a sobrecarga de trabalho do Supremo Tribunal Federal, reforçando, ao mesmo tempo, o poder do Excelso Pretório enquanto sumo intérprete dos preceitos constitucionais.

Todavia, não se pode, a menos por ora e sem reforma constitucional nesse sentido, pretender conferir uma eficácia vinculante às decisões proferidas pelo

544, § 3º, do CPC, e 21, § 1º, do RISTF” (*O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral* (CF, art. 102, § 3º), cit., p. 937).

⁸⁷² Como afirmava LIEBMAN, “[l]a posizione della Corte nella gerarchia giudiziaria conferisce alle sua decisione un’autorità che va oltre il singolo caso deciso ed esercita un’importante funzione di orientamento e di guida della giurisprudenza: le decisione della Corte, pur senza produrre alcun vincolo per i giudici chiamati a giudicare casi analoghi, rappresentano tuttavia dei ‘precedenti’ che hanno un grande peso e influiscono di fatto poderosamente sull’attività di tutti gli altri organi giudiziari” (*Manuale di Diritto Processuale Civile*, cit., pp. 66-67). Isso sem contar que a aplicação desses precedentes confere concreção aos princípios da igualdade, universalidade e segurança jurídica, e, também, é uma forma de realizar justiça, como bem ponderou CRUZ E TUCCI: “o elemento crucial que justifica a recepção analógica da decisão anterior para a solução da hipótese posterior é o ‘princípio da universalidade’, entendido como uma exigência natural de que casos substancialmente iguais sejam tratados de modo semelhante. É ele, com efeito, o componente axiológico que sempre revestiu a idéia de Justiça ‘como qualidade formal’” (*Precedente Judicial como Fonte do Direito*, São Paulo, RT, 2.004, p. 25).

⁸⁷³ Até porque, na esteira do pensamento desenvolvido por ELAINE HARZHEIM MACEDO, as causas que envolvam repercussão geral são aquelas que “mesmo trazendo um conflito subjetivo, carregam em si uma espécie de *cláusula geral*, ou seja, qualquer decisão a que ela refira atinja direcionários que se agrupem em sujeitos individualmente identificados, de modo que uma única decisão possa atuar, por si só, de forma pedagógica, paradigmática, repercutindo e valendo para outros casos que guardem similitude com aquele conflito relativamente composto. O objetivo? Valorizar e efetivar a concretização da norma constitucional posta em jogo, em controvérsia, que por sua própria natureza a todos vincula. Claro que essa leitura também traz em si uma nova postura de cidadania. Uma nova postura de leitura da Constituição, não só pelos cidadãos, mas por todas as instituições, públicas e privadas. Nesse diapasão, a figura da repercussão geral guarda em si uma grandeza jurídica que poderá gerar lucro político, social e jurídico” (cit., pp. 167-168).

⁸⁷⁴ Em sentido contrário, EDUARDO TALAMINI, que limita a aplicação do precedente apenas aos recursos sobrestados (*Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 79). Essa limitação não parece correta. O precedente deve ter aplicação para os casos futuros, que discutam a mesma controvérsia constitucional e que ainda cheguem ao Supremo Tribunal Federal, por meio de recursos extraordinários.

Excelso Pretório, no âmbito de julgamento dos recursos extraordinários, tal como sugere parte da doutrina, principalmente após a edição da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004.

ANDRÉ RAMOS TAVARES, por exemplo, sustenta existir uma “dificuldade atual quanto aos efeitos das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. Não há motivos para que estas, em sede de recurso extraordinário, continuem a ter validade restrita às partes do processo do qual tenha emergido. Isto só se explica, no sistema brasileiro atual, em virtude de uma indevida recomendação e reverência histórica. Há uma repetição imotivada de um regime próprio de um sistema constitucional que só trabalhava com o modelo concreto-difuso de controle, como ocorrera na Constituição de 1934, momento em que surgiu, no Direito pátrio, aquela regra limitativa de efeitos”⁸⁷⁵.

Na mesma linha, GILMAR MENDES já vinha defendendo, antes mesmo da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, que não haveria razão para limitar os efeitos dos pronunciamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal que declarassem, incidentalmente, a inconstitucionalidade de determinado dispositivo de lei. Por isso, entendia ser dispensável a aplicação, nesses casos, do quanto previsto no artigo 52, inciso X, da Constituição de 1.988. Estaria-se diante de um caso clássico de *mutação constitucional*. Citava, em abono de sua tese, alguns dispositivos de lei que já outorgavam maior eficácia aos procedentes da Suprema Corte brasileira (por exemplo, o artigo 557 do Código de Processo Civil).

E, assim, concluiu: “De fato, é difícil admitir que a decisão proferida em ADIn ou ADC e na ADPF possa ser dotada de eficácia geral e a decisão proferida no âmbito do controle incidental – esta muito mais morosa porque em geral tomada após tramitação da questão por todas as instâncias – continue a ter eficácia restrita entre as partes”⁸⁷⁶.

Recentemente, com a publicação da Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, sua posição foi corroborada em estudo relativo à súmula vinculante, escrito conjuntamente com SAMANTHA MEYER PFLUG: “a natureza idêntica do controle de

⁸⁷⁵ *Recurso extraordinário: modificações, perspectivas e proposta*, in *Linhas Mestras do Processo Civil – comemoração dos 30 anos de vigência do CPC*, Hélio Rubens Batista Ribeiro da Costa – José Horácio Halfeld Rezende Riberito – Pedro da Silva Dinamarco (coords.), São Paulo, Atlas, 2.004, p. 58.

⁸⁷⁶ *O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade: um caso clássico de mutação constitucional*, in *Revista de Informação Legislativa* 162/165.

constitucionalidade, quanto às suas finalidades e aos procedimentos comuns dominantes para os modelos difuso e concentrado, não mais parece legitimar a distinção quanto aos efeitos das decisões proferidas no controle direto e no controle incidental”⁸⁷⁷. E, assim, arrematam, citando a original sistemática de julgamento dos recursos extraordinários provenientes de decisões dos juizados especiais: “Esse novo modelo legal traduz, sem dúvida, um avanço na concepção vestuta que caracteriza o recurso extraordinário entre nós. Esse instrumento deixa de ter caráter marcadamente subjetivo ou de defesa de interesse das partes, para assumir, de forma decisiva, a função de defesa da ordem constitucional objetiva. Trata-se de orientação que os modernos sistemas de Corte Constitucional vêm conferindo ao recurso de amparo e ao recurso constitucional (*Verfassungbeschwerde*)”⁸⁷⁸.

Esse também parece ser o entendimento defendido por CALMON DE PASSOS. Mesmo em texto que tratava, especificamente, da súmula vinculante, ponderava o autor, de forma genérica: “Falar-se em decisão de tribunal superior sem força vinculante é incidir-se em contradição manifesta. Seriam eles meros tribunais de apelação, uma cansativa via crucis imposta aos litigantes para nada, salvo o interesse particular do envolvido no caso concreto, muito nobre, porém, muito pouco para justificar o investimento público que representam os tribunais superiores”⁸⁷⁹.

FREDIE DIDIER JUNIOR – LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA também parecem trilhar esse caminho, embora recuem quanto aos efeitos de tal decisão. Para eles não haveria impedimento em “que o controle de constitucionalidade seja difuso, mas abstrato: a análise da constitucionalidade é feita em tese, embora por qualquer órgão judicial. Obviamente, porque tomada em controle difuso, a decisão não fica acobertada pela coisa julgada e será eficaz apenas *inter partes*. Mas a análise é feita em tese, que vincula o tribunal a adotar o mesmo posicionamento em outras oportunidades”⁸⁸⁰.

⁸⁷⁷ *Passado e futuro da súmula vinculante: considerações à luz da Emenda Constitucional nº 45/2004*, in *Reforma do Judiciário – Comentários à Emenda Constitucional nº 45/2004*, Sérgio Rabello Tamm Renault – Pierpaolo Bottini (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.005, p. 368.

⁸⁷⁸ Cit., pp. 373-374. Em idêntico sentido, JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS DOS REIS, cit., pp. 75-76, e JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO, *A verticalização das decisões do STF como instrumento de diminuição do tempo do processo: uma reengenharia necessária*, cit., p. 351.

⁸⁷⁹ *Súmula vinculante*, in *Revista Eletrônica de Direito do Estado* 9/9, disponível [on-line] in <http://www.direitodoestado.com.br/rede.asp>, acesso em 15.12.2008.

⁸⁸⁰ Cit., p. 324. A posição, cumpre notar, revela-se contraditória em alguns pontos. Afirmam os autores que existem, atualmente, quatro espécies de decisões em matéria de controle de constitucionalidade. A primeira, proferida pelas Turmas do Supremo, no âmbito do controle difuso. A segunda, também em sede

Contudo, a tendência à objetivação do recurso extraordinário, examinada no item 2.3, *supra*, não pode chegar a esse ponto, como já se advertiu naquela oportunidade. O sistema jurídico brasileiro estabelece *efeitos vinculantes e eficácia erga omnes* apenas a casos específicos de controle *abstrato* de constitucionalidade (nos chamados processos *objetivos*⁸⁸¹). Essa eficácia de julgamento é específica para as decisões proferidas nas ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade (artigo 102, § 2º da Constituição⁸⁸²). Ou, ainda, na arguição de

de controle difuso, mas que tenha sido objeto de análise em Plenário, ser ter sido consagrada em enunciados de súmulas vinculantes. A terceira, quando esse posicionamento consubstancia a edição de súmula vinculante. E, finalmente, o quarto caso que diz respeito às decisões em controle abstrato de constitucionalidade. Para os autores, o primeiro caso “só tem eficácia inter partes e se constitui em precedente jurisprudencial de menor importância, até mesmo porque a outra turma do STF pode adotar posicionamento diverso (exatamente por isso admitem-se os embargos de divergência nessas situações). A segunda espécie (‘b’), como vimos, pode produzir efeitos ultra partes, como precedente jurisprudencial vinculativo, mas pode ser revista pelo Pleno do STF, surgindo novos fundamentos e tendo em vista a evolução do pensamento a respeito do assunto” (cit., p. 329). Não explicam, porém, qual o fundamento legal de tal interpretação e qual a diferença dessa hipótese para aquela em que o pronunciamento se baseia em súmula vinculante, essa sim que poderá dotar a decisão de efeitos mais amplos, tal como constitucionalmente previsto (artigo 103-A da Constituição Federal).

⁸⁸¹ GILMAR MENDES diferencia a eficácia *erga omnes* do *efeito vinculante*, institutos semelhantes, porém distintos. O efeito vinculante “tem por objetivo outorgar maior eficácia às decisões proferidas por aquela Corte Constitucional, assegurando força vinculante não apenas à parte dispositiva da decisão, mas também aos chamados *fundamentos* ou *motivos determinantes* (tragende Gründe). A declaração de nulidade de uma lei não obsta à sua reedição, ou seja, a repetição de seu conteúdo em outro diploma legal. Tanto a coisa julgada como a força de lei (eficácia *erga omnes*) não lograriam evitar esse fato. Todavia, o efeito vinculante, que deflui dos fundamentos determinantes (tragende Gründe) da decisão, obriga o legislador a observar estritamente a interpretação que o tribunal conferiu à Constituição. Consequência semelhante se tem quanto às chamadas normas paralelas. Se o tribunal declarar a inconstitucionalidade de uma Lei do Estado A, o efeito vinculante terá o condão de impedir a aplicação de norma de conteúdo semelhante do Estado B ou C” (GILMAR MENDES – SAMANTHA MEYER PFLUG, cit., pp. 339-340).

⁸⁸² Explica, com bastante propriedade, ELIVAL RAMOS que “a razão de ser da coisa julgada material ser oponível *erga omnes* no controle em via principal reside no fato de figurarem como objeto mediato dos processos desencadeados por ações diretas comportamentos ativos ou omissivos do legislador com efeitos que atingem a todos e que, uma vez reputados inconstitucionais, precisam ser combatidos por comandos dotados de eficácia geral (...). E tanto a coisa julgada *erga omnes* é inerente às decisões de controle em via principal que, no Brasil, mesmo sem disposição expressa nesse sentido na Constituição Federal, anteriormente à edição da Emenda n. 45, que deu nova redação ao § 2º, do artigo 102, da Lei Maior, a doutrina, com reflexo no próprio Regimento Interno do STF, entendia desnecessária a edição de resolução do Senado suspendendo a execução da lei declarada inconstitucional pelo Pretório Excelso ao julgar uma ação declaratória de inconstitucionalidade” (*Perspectivas de Evolução do Controle de Constitucionalidade no Brasil*, Tese (Titularidade), U.S.P., 2.005, pp. 81-82). Aponta o mesmo autor uma tendência, por ele reprimida com veemência, de forma acertada, “no sentido de atribuir eficácia *erga omnes* também às decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal acerca da inconstitucionalidade de atos normativos proferidas incidentalmente (...). Ao longo da tramitação da proposta de emenda da reforma do Poder Judiciário que foi recentemente aprovada, dando ensejo à Emenda de n. 45 à Constituição de 1988, emergiram algumas proposições no sentido de ser criar um incidente de inconstitucionalidade que permitisse ao Supremo Tribunal Federal proferir, independentemente do conhecimento pleno da causa em sede recursal, decisão acerca da questão constitucional subjacente com eficácia *erga omnes*. De acordo com Gilmar Ferreira Mendes, a matriz dessas propostas teria sido cunhada durante a revisão constitucional de 1994, em cumprimento ao disposto no artigo 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O fato é que, nem as emendas de revisão, nem tampouco a recente emenda promulgada sobre a reforma do Poder Judiciário, acolheram essa nova modalidade de cisão funcional no julgamento de causas que envolvam controvérsia sobre a constitucionalidade de leis ou atos normativos, cuja adoção implicaria em se reconhecer

descumprimento de preceito fundamental, muito embora a eficácia vinculante das decisões proferidas nessa demanda, também de cunho objetivo, tenham sido previstas em lei (artigo 10, § 3º da Lei nº 9.882, 1.999) e não diretamente na Constituição Federal⁸⁸³.

Até porque, está-se diante de processos de cunho *objetivo*, em que não figuram partes no sentido processual, “mas entes legitimados a atuar institucionalmente, sem outro interesse que não o da preservação do sistema de direito”⁸⁸⁴. Logo, se não há partes, a *norma decisória* ali proferida não pode ficar restrita aos entes que propuseram a demanda, devendo espalhar efeitos por toda a sociedade, para todos os possíveis destinatários da norma, demais órgãos do Poder Judiciário (aqui incluído o próprio Supremo Tribunal Federal⁸⁸⁵) e órgãos da Administração Pública.

Além disso, lembra CRUZ E TUCCI “que a tradição histórica do direito brasileiro repele o sistema de *precedentes vinculantes*, não podendo, o Poder Judiciário, *salvo expressa autorização constitucional*, estabelecer regras genéricas e abstratas, aplicáveis a casos futuros”⁸⁸⁶. O mesmo pensamento já havia sido destacado por

eficácia geral vinculante a todas as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal na via incidental. Afinal, não faria sentido atribuir os efeitos de coisa julgada *erga omnes* às decisões do Pretório Excelso que importassem na superação dos incidentes, porém não àquelas que declarassem incidentalmente inconstitucionalidade no uso de competência recursal. Mas, a tendência apontada permanece, tanto que, no momento, encontra-se em tramitação proposta de emenda à Constituição, de iniciativa do anterior Presidente da República [PEC 406/2001], que retoma a idéia do incidente de inconstitucionalidade com efeitos transcendentais ao processo em que foi suscitado. Aliás, no âmbito doutrinário, já se registram ousadas proposições no sentido de se reconhecer desde logo, promovendo uma espécie de mutação constitucional, a eficácia geral e vinculante das decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal que proclame a invalidade de atos normativos contrários à Constituição, também na via incidental” (cit., pp. 260-261).

⁸⁸³ Para uma crítica ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, principalmente após a implantação da ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo, com o chamado “efeito dúplice”, que seria nada mais do que uma tentativa de restaurar o poder de apenas o Presidente da República controlar o processo de constitucionalidade das leis, cf. BOTELHO DE MESQUITA, *O desmantelamento do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 2, cit., pp. 258-272. E, também, CRUZ E TUCCI, *Limites Subjetivos da Eficácia da Sentença e da Coisa Julgada Civil*, cit., pp. 339-344.

⁸⁸⁴ TEORI ZAVASCKI, *Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional*, São Paulo, RT, 2.001, p. 43.

⁸⁸⁵ Com efeito, assinalou o Ministro MOREIRA ALVES que “a eficácia contra todos ou *erga omnes* já significa que todos os juízes e tribunais, inclusive o Supremo Tribunal Federal, estão vinculados ao pronunciamento judicial” (Ação Direta de Constitucionalidade nº 1, in *RSTJ* 157/377).

⁸⁸⁶ *Precedente Judicial como Fonte do Direito*, cit., p. 240, destacamos. Essa eficácia, enfatiza-se, se faz presente apenas no âmbito do controle direto de constitucionalidade, tal como previsto, com expressa autorização constitucional, no artigo 28 da Lei nº 9.868, de 1.999. Esse diploma normativo, segundo o mesmo autor, abriu “a passos largos, o caminho da adoção, no Brasil, de precedente judicial com força vinculante em situações que se encontram em jogo importantes *quaestiones iuris*, de inequívoco peso político” (*Limites Subjetivos da Eficácia da Sentença e da Coisa Julgada Civil*, cit., p. 337). E, por isso, conclui: “Não há dúvida, outrossim, que a força *erga omnes*, suprerreferenciada, acentua o caráter de fonte de direito dos precedentes judiciais do Supremo Tribunal Federal” (cit., p. 344).

CARVALHO DE MENDONÇA, quando afirmou, de maneira genérica: “Não é que uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal, ou por uma instância superior qualquer, não deva ser respeitada pelos juízes inferiores. Esse dever, porem, é puramente moral, sem caracter algum obrigatório (...). Nos países em que os tribunais superiores têm quasi que uma função *theorica*, como o Tribunal de Cassação de França, os julgados por ele proferidos podem bem constituir costumes judiciais com inteira obrigatoriedade. Onde, porem, o poder judiciário decide em espécies dadas, restringindo sua função a declarar diante da lei, qual o litigante tem razão de pedir, os julgados não podem assumir tal importancia”⁸⁸⁷.

Contudo, e esse ponto também é de fundamental importância, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal devem ostentar caráter *paradigmático*⁸⁸⁸, já que proferidas pelo órgão de cúpula do Judiciário nacional, no exercício da função primordial que lhe foi atribuída pela Carta Magna: *sumo intérprete dos preceitos constitucionais*⁸⁸⁹.

Anotava SÉRGIO BERMUDEZ, quando analisou o sistema pretérito, que a verificação da existência de relevância da questão federal pressupunha “que o interesse na sua solução transcenda os lindes do processo, para se projetar na vida social. Na determinação da relevância da questão federal, se há de ter uma visão ecumênica, não paroquial, dos problemas decorrentes da aplicação da norma jurídica. É da *repercussão que o reexame do acórdão pelo Supremo Tribunal Federal tiver na vida social, na*

⁸⁸⁷ Cit., p. 110.

⁸⁸⁸ “Entre nós, as decisões proferidas em recursos destinados a dar unidade jurisprudencial à aplicação e interpretação da lei estão despidas de força normativa vinculante, além do caso em que foram proferidas. No entanto, por emanarem de órgãos e Côrtes situadas nas culminâncias da hierarquia judiciária, evidente é que se revestem de natural prestígio e autoridade para se imporem na solução de litígios que versem sobre a mesma tese de Direito. Essas decisões acabam contribuindo para a elaboração interpretativa do Direito vigente, sobretudo quando sólidas e profundas no estudar da norma controvertida. Com isto, dão motivo a que sejam aceitas, antes *imperio rationis* que *rationae imperii*” (FREDERICO MARQUES, *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. IV, cit., p. 127).

⁸⁸⁹ “Em sendo o Supremo Tribunal Federal responsável pela preservação dos valores fundamentais, existentes na Constituição Federal, a denominada guarda da Constituição, ao aplicar o novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, estará cumprindo o papel de unificador do Direito no Estado Constitucional. Ou seja, ao analisar as questões relevantes e transcendentais para a sociedade, mediante a aplicação do conceito indeterminado da repercussão geral, a Suprema Corte poderá alcançar a compatibilização das decisões à Constituição da República Federativa do Brasil e desenvolver novas soluções aos problemas sociais” (TAISSA SOUZA MEDEIROS, cit., p. 4). Isso porque, como ponderou ARAKEN DE ASSIS, “[a] Constituição só comporta, em dado momento histórico, uma interpretação certa. A tarefa do STF consiste em explicitá-las. E por dispositivo há de se entender o conjunto de regras e princípios, nas suas múltiplas variantes, previstos na CF/88” (cit., p. 719).

administração da justiça, que nascerá a relevância suscetível de afastar a inadmissibilidade do recurso extraordinário”⁸⁹⁰. Dessa forma, o Supremo Tribunal Federal deverá proferir decisões que sejam úteis para toda coletividade, não podendo se restringir à análise de interesses particulares das partes, sem maiores repercussões⁸⁹¹.

Por isso, recente pronunciamento do Plenário da Corte, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 565.714-1/SP deixou assentado: “A exigência de repercussão geral da questão constitucional tornou definitiva a objetivação do julgamento do recurso extraordinário e dos efeitos dele decorrentes, de modo que a tese jurídica a ser firmada pelo Supremo Tribunal Federal seja aplicada a todos os casos cuja identidade de matérias já tenha sido reconhecida pelo Supremo Tribunal (art. 328 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal) ou pelos juízos e tribunais de origem (art. 543-B do Código de Processo Civil), ainda que a conclusão de julgamento seja diversa em cada caso”⁸⁹².

Em trabalho específico acerca da *eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*, explica TEORI ZAVASCKI que, no ordenamento jurídico brasileiro, as decisões judiciais proferidas em casos concretos, “inclusive as que dizem respeito à legitimidade dos preceitos normativos, limitam sua força vinculante às partes envolvidas no litígio. A rigor, não fazem sequer coisa julgada entre os litigantes, pois a apreciação da questão constitucional serve apenas como fundamento para o juízo de procedência ou improcedência do pedido deduzido na demanda. E a coisa julgada, sabe-se, não se estende aos fundamentos da decisão (CPC, art. 469)”⁸⁹³.

Ocorre que mesmo estabelecida essa premissa – qual seja, a de que a inconstitucionalidade declarada incidentalmente tem eficácia limitada às partes do litígio,

⁸⁹⁰ *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., p. 302, destacamos. No mesmo sentido, apontava HANS PRÜTTING que um dos indicadores *negativos* da importância fundamental da causa estaria presente justamente quando “[a] questão de direito é representativa de um problema isolado, não tendo paralelo jurídico e não atingindo além do caso a ser decidido” (cit., p. 159).

⁸⁹¹ ARLETE INÊS AURELLI, cit., p. 143.

⁸⁹² Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA, julgado em 30 de abril de 2.008, publicado em 8 de agosto de 2.008.

⁸⁹³ Cit., p. 30. Mais à frente, quando trata de forma específica da *eficácia das sentenças proferidas em ações de controle abstrato de constitucionalidade*, o autor volta a ponderar: “No decorrer desse estudo afirma-se a existência de efeito vinculante também em relação às sentenças proferidas no julgamento de casos concretos. Realmente, observados os limites subjetivos próprios – isto é, *inter partes* –, tais sentenças têm efeito vinculante na medida em que, não sendo cumpridas, conferem ao interessado a faculdade de postular medidas processuais destinadas a obter sua execução forçada” (cit., p. 52, n. 37). Longe está, portanto, de ser um efeito vinculante similar ao dos processos objetivos, de controle concentrado de constitucionalidade.

e, pode-se acrescentar, inclusive quando a questão é apreciada pela via recursal extraordinária – o ordenamento jurídico brasileiro adotou mecanismos no sentido de preservar a segurança jurídica e o tratamento isonômico entre as partes. Procura-se conferir maior alcance a tais decisões, *generalizando* os efeitos do entendimento emanado do Supremo, em âmbito difuso.

Assim é que o artigo 52, inciso X, possibilita que o Senado Federal suspenda a execução de normas declaradas inconstitucionais pelo Excelso Pretório, em julgamento incidental. Ademais, o artigo 97 da Carta Magna, c/c o artigo 481 do Código de Processo Civil (de acordo com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 9.756, de 1.998) procurou tornar vinculativa, para os tribunais, as decisões da Corte Suprema que declarem a inconstitucionalidade de um determinado dispositivo legal. E, finalmente, o artigo 557, § 1º-A do Código de Processo Civil reforça o caráter de precedente “quase vinculante” das decisões emanadas pela nossa mais alta Corte, simplificando sobremaneira o julgamento dos recursos (incluindo o extraordinário), que ordinariamente deveriam ser apreciados pelo colegiado, mas que em casos específicos (e excepcionais) podem ser julgados, monocraticamente, pelo relator⁸⁹⁴.

Está-se diante, em tais casos, como pondera ainda TEORI ZAVASCKI, de uma “*eficácia reflexa* ou *eficácia anexa* das decisões do STF em matéria constitucional. *Reflexa*, porque transmite (‘reflete’) para além do caso julgado, com conseqüências, ainda que indiretas, em outras situações jurídicas e em relação a outras pessoas, que não as vinculadas à relação processual originária. E *anexa*, porque se trata de eficácia automática da decisão do STF, que se opera independentemente de provocação ou de manifestação da Corte a respeito dela”⁸⁹⁵.

Além disso, e talvez esse seja outro dado extremamente relevante, se as partes já têm ciência prévia do posicionamento *firme* do Supremo Tribunal Federal sobre determinada questão, a interposição de recursos extraordinários poderá ser drasticamente reduzida, pondo fim ao que se convencionou chamar de jurisprudência

⁸⁹⁴ CRUZ E TUCCI, *Precedente Judicial como Fonte do Direito*, cit., pp. 261-262.

⁸⁹⁵ Cit., pp. 30-31. Para o autor, eventuais controvérsias interpretativas a respeito de preceitos constitucionais perdem a relevância a partir do pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria (obviamente, em controle concentrado de constitucionalidade). Nesses casos, eventual contrariedade a tal “precedente tem o mesmo significado, o mesmo alcance, em termos pragmáticos, que o de violar a Constituição” (cit., p. 135).

*lotérica*⁸⁹⁶. Muitas vezes, como ponderou RAFAEL BIELSA, “[l]a certeza de la doctrina permite conocer la opinión clara del tribunal em casos aun non sometidos a su decisión, y as veces eso basta para *evitar un litigio*”⁸⁹⁷.

Como ponderava BENJAMIN CARDOZO, em suas célebres lições a respeito da *natureza do processo judicial*, “a adesão ao precedente deve ser a regra, não a exceção”, caso contrário, “o trabalho dos juízes aumentaria de maneira quase comprometedora se toda a decisão pudesse ser reaberta em cada causa e não se pudesse assentar a própria fiada de tijolos sobre o alicerce sólido das fiadas assentadas pelos que vieram antes”. Por isso, concluiu: “seria intolerável se as mudanças semanais na composição do tribunal fossem acompanhadas por mudanças em suas decisões”⁸⁹⁸.

Na mesma trilha, LAWRENCE BAUM destacava a importância que é conferida, no direito norte-americano, à decisão que envolve o *writ of certiorari*: “As decisões da Corte Suprema sobre os pedidos de apreciação de casos são, claramente, decisões significativas. Estas decisões determinam quais os litigantes aos quais dar uma chance de impugnar decisões desfavoráveis. Também determinam com quais questões de políticas a Corte deve lidar”⁸⁹⁹. Isso porque, é ainda o mesmo autor quem afirmava, o modo mais efetivo de a Suprema Corte “aumentar o máximo o seu impacto é decidir os casos que afetam a maioria das pessoas e que incluem as questões de política mais importantes”⁹⁰⁰.

Guardadas as devidas diferenças com o sistema da *commom law*, no qual os precedentes gozam de eficácia vinculante para os casos análogos e futuros que vierem a ser apreciados pelos tribunais, com base na regra do *stare decisis*⁹⁰¹ – e, por isso,

⁸⁹⁶ Que contribui, decisivamente, para a conhecida morosidade do Judiciário, “fazendo com que questões de menor repercussão, sem maior dignidade jurídica, onde o litigante apenas pelo prazer de litigar ou para obter ganho de tempo que lhe possa ser materialmente favorável, provoque todas as instâncias recursais, inclusive o STF, causando dano não só a seu adversário, mas a toda a comunidade carente de prestação jurisdicional” (ELAINE HARZHEIM MACEDO, cit., p. 164).

⁸⁹⁷ Cit., p. 313.

⁸⁹⁸ *A Natureza do Processo Judicial*, trad. Silvana Viera, São Paulo, Martins Fontes, 2.004, pp. 110-111.

⁸⁹⁹ Cit., pp. 147-148.

⁹⁰⁰ Cit., p. 152.

⁹⁰¹ Sintetiza de forma bastante clara EDWARD RE: “no sistema da *commom law*, uma decisão judicial desempenha dupla função: (...) define a controvérsia, ou seja, de acordo com a doutrina da *res judicata* as partes não podem renovar o debate sobre as questões que foram decididas. Em segundo lugar, no sistema da *commom law*, consoante a doutrina do *stare decisis*, a decisão judicial também tem valor de precedente. A

se diz que a decisão judicial *cria direito*⁹⁰² – o julgado proferido pelo Supremo Tribunal Federal deve fixar a correta exegese e o real alcance dos preceitos constitucionais. É essa a função maior que lhe foi outorgada pela Carta Magna, seja por meio do controle concentrado ou mesmo difuso de constitucionalidade.

É certo que a decisão proferida via recurso extraordinário tem o seu alcance limitado às partes daquele determinado litígio, nos exatos termos do quanto previsto no artigo 472 do Código de Processo Civil⁹⁰³. Está dotada, portanto, de eficácia *persuasiva*, mas não vinculante⁹⁰⁴. Essa última, repita-se ainda uma vez, continua restrita

doutrina, cuja formulação é *stare decisis et non quieta movere* (mantenha-se a decisão e não se disturse o que foi decidido) tem raízes na orientação da *common law* segundo a qual um princípio de direito deduzido através de uma decisão judicial será considerado e aplicado na solução de um caso semelhante no futuro” (*Stare Decisis*, trad. Ellen Gracie, in *RePro* 73/47-48). Entretanto, pondera o mesmo autor que “os precedentes não se devem aplicar de forma automática. O precedente deve ser analisado cuidadosamente para determinar se existem similaridades de fato e de direito e para determinar a posição atual da Corte com relação ao caso anterior. Estuda-se o precedente para determinar se o princípio nele deduzido constitui a fundamentação da decisão ou tão-somente um *dictum*. Apenas os fundamentos da decisão merecem reconhecimento e acatamento com força vinculativa” (cit., p. 49). Por isso, distingue-se: de um lado, o *stare decisis*, isto é, a solução efetiva do caso, a *rule of law* ou a tese *jurídica* desenvolvida pelo julgado (que poderia ser aproximada ao dispositivo da sentença judicial brasileira), mas que não vem claramente explicitada no julgamento do caso concreto, cabendo aos juízes posteriormente extraí-la do julgado; de outro lado, o *obiter dictum*, aquelas afirmações ou opiniões lançadas a título de fundamentação, mas que não implicam a decisão, efetiva, da controvérsia (embora sirvam, quase sempre, como argumento de persuasão). De todo modo, existe também a possibilidade de superação dessa decisão. Isso ocorre quando “um precedente anterior, por mais que tenha o efeito vinculante que lhe é inerente pelo sistema (*binding effect*), não pode mais, por qualquer motivo, ser utilizado, [de modo que] o *overruling* garante aos juízes a possibilidade de deixar de aplicar o precedente e criar um novo” (GUSTAVO SANTANA NOGUEIRA, cit., p. 106). Essa possibilidade, vale ressaltar, é utilizada com bastante parcimônia pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América.

⁹⁰² CRUZ E TUCCI, *Precedente Judicial como Fonte do Direito*, cit., p. 12. Ressalta o mesmo autor, no entanto, existir um movimento inverso: “enquanto naqueles países que seguem o modelo da *common law*, a força vinculante dos julgados anteriores tem-se tornado mais flexível, nos dos ordenamentos codificados é incontestável a difusa e constante tendência de os juízes aterem-se aos *precedentes* na fundamentação da *ratio decidendi*” (cit., p. 26, destaques no original).

⁹⁰³ “Ao dizer que a sentença não prejudica terceiros, o Código de Processo Civil incorpora dogma do Direito processual, revela princípio da relação processual, e traduz direito fundamental: ‘ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal’ (CF, art. 5º-LIV); o devido processo legal inclui o direito ao contraditório (id., inciso LV) e o direito de ver apreciada, em juízo, toda lesão ou ameaça a direito individual (id., inciso XXXV)” (SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA, *O Efeito Vinculante e os Poderes do Juiz*, São Paulo, Saraiva, 1.999, p. 30). E mais adiante reafirma: “Atribuir eficácia *erga omnes* a essa decisão recursal, ampliando a eficácia subjetiva da sentença, equivaleria a apagar da Constituição a garantia inscrita em seu art. 5º, incisos LIV, LV e XXXV. Isso é impossível sem ruptura da lei magna” (cit., p. 99).

⁹⁰⁴ CRUZ E TUCCI, *Precedente Judicial como Fonte do Direito*, cit., pp. 275-279. Em certa medida, esse efeito mais amplo produzido pelas decisões do Supremo Tribunal Federal está relacionado ao fato de que, ao apreciar um caso concreto que lhe é trazido a julgamento, por exemplo, via recurso extraordinário, a Corte não se preocupa em apreciar a questão da inconstitucionalidade de uma norma como uma simples etapa para o desfecho do caso, como ocorre no âmbito do artigo 480 do Código de Processo Civil. Na análise da inconstitucionalidade em recurso extraordinário, “sem prejuízo da tutela subjetiva ali prestada, a Corte já atua tendo em vista a sua função primordial de intérprete, aplicador e guardião constitucional” (EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*,

ao controle concentrado de constitucionalidade. Contudo, exerce relevante influência não apenas sobre os demais casos julgados pela própria Corte, como também em relação a todos os demais Tribunais e juízes do país⁹⁰⁵.

É, portanto, a *capacidade expansiva* a que aludiu CÂNDIDO DINAMARCO, que deverá dar o tom do novo instituto. É o mesmo autor quem pondera, de forma sucinta e precisa: “mirando o exemplo da Corte Suprema norte-americana, quer agora a Constituição que também a nossa Corte só se ocupe de casos de interesse geral, cuja decisão não se confine à esfera de direito exclusivamente dos litigantes e possa ser útil a grupos inteiros ou a uma grande quantidade de pessoas. Daí falar em *repercussão geral* – e não porque toda decisão que vier a ser tomada em recurso extraordinário vincule todos, com eficácia ou autoridade *erga omnes*, mas porque *certamente exercerá influência em julgamentos futuros* e poderá até abrir caminho para a edição de uma súmula vinculante”⁹⁰⁶.

Justamente pelo fato de não se ter ainda cristalizado uma cultura de precedentes judiciais, é que as partes procuram recorrer até o final, até às “últimas instâncias”, aí incluído o Supremo Tribunal Federal. Ainda que remota, sempre existe a possibilidade de que uma decisão isolada – proferida em julgamento monocrático no âmbito dos Tribunais Superiores – venha a lhe favorecer.

cit., p. 18). É por isso que suas decisões geram, na maioria das vezes, importantes pronunciamentos a respeito do que entende ser – enquanto guardião maior do texto constitucional – a correta aplicação/interpretação dos dispositivos constitucionais. Os pronunciamentos do Supremo que reconhecem a presença da repercussão geral têm caminhado nesse sentido. Em alguns casos, reconheceu-se a presença desse requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário para definir o “real alcance” de um preceito constitucional (Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 577.025-7/DF, Relator para acórdão Ministro MARCO AURÉLIO, julgada em 22 de março de 2.008, Plenário (virtual), publicada em 18 de abril de 2.008).

⁹⁰⁵ O mesmo fenômeno é reconhecido no direito argentino, como destaca AUGUSTO MORELLO: “las sentencias de los tribunales de casación tiene fuerza únicamente para cada caso en concreto. Sin embargo, agregamos, la autoridad de la Suprema Corte y el valor persuasivo e influjo psicológico de sus sentencias, ante la eventual posibilidad de que el apartamiento por los tribunales de grado de la interpretación cristalizada por el fallo del Alto Tribunal, desembocara en posterior revocación, hace que en la praxis la doctrina legal se comunique por acatamiento de los órganos de instancia en forma general, con lo que se logran las *metas políticas* de la casación. Existe, en tal sentido, por parte de los tribunales ordinarios, un deber moral de adecuar sus decisiones a las de la Suprema Corte cuando son éstas reiteradas y de sentido unívoco, porque en virtud de estas notas revisten, evidentemente, el carácter de *doctrina legal*” (*Lo Recurso Extraordinários y La Eficacia del Proceso*, cit., p. 505, destaques no original).

⁹⁰⁶ *O processo civil na reforma constitucional do Poder Judiciário*, in *Reforma do Judiciário – Comentários à Emenda Constitucional nº 45/2004*, cit., pp. 300-301, destacamos.

O novo instituto da repercussão geral poderá por fim, ou ao menos atenuar essa situação. Busca-se, primordialmente, afastar do conhecimento da Corte aqueles casos de menor relevo (sem qualquer reflexo para a sociedade), ou uma séria infindável de recursos extraordinários que discutam uma mesma questão constitucional (na maioria das vezes, já pacificada). Por isso, a consequência do julgamento de mérito dessas impugnações é bastante importante para o sistema jurídico brasileiro. Ainda que não elimine, por completo, o exame dos recursos extraordinários “repetitivos”⁹⁰⁷, a repercussão geral da questão constitucional poderá trazer, como uma de suas mais importantes consequências, a sedimentação verdadeira da jurisprudência da Corte, a respeito de importantes temas constitucionais.

Reconhecida, portanto, a presença da repercussão geral, todos os demais recursos extraordinários que veicularem aquela questão constitucional estarão *automaticamente admitidos*, nos exatos termos do § 4º do artigo 543-B do Código de Processo Civil. Nesse caso, poderá haver julgamento *monocrático* de tais processos, quer em relação a esse pressuposto de admissibilidade (excepcionando-se a regra do artigo 102, § 3º da Constituição Federal), como em relação ao mérito de tais impugnações, seguindo-se o precedente formado no julgamento plenário do recurso extraordinário paradigma.

6.4.- Súmula vinculante e repercussão geral: breves considerações acerca dos objetivos de cada instituto e suas necessárias diferenciações.

A Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, trouxe como grande inovação para o sistema processual brasileiro não apenas a reinserção de um filtro *qualitativo* para a admissibilidade dos recursos extraordinários – agora denominado

⁹⁰⁷ Mesmo assim, cumpre destacar que o volume de processos recebidos pelo Supremo Tribunal Federal, em 2.008 (65.880), foi 41,7% menor, em relação ao ano de 2.007 (112.938). Até agora, 149 temas foram encaminhados ao Plenário virtual, para exame da preliminar de repercussão geral. Em 115 casos foi reconhecida a presença desse requisito de admissibilidade, tendo sido julgados 27 recursos extraordinários cuja questão constitucional foi entendida como sendo dotada de repercussão geral. V. dados em <https://stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaRepercussaoGeral&pagina=numerosrepercussao>, acesso em 30.12.2008. Ou seja, a repercussão geral, ao contrário do que profetizavam alguns, está tendo efeitos práticos concretos.

“repercussão geral da questão constitucional” – mas também instituiu a *súmula vinculante* em no ordenamento jurídico pátrio.

Com efeito, o novo artigo 103-A da Constituição do Brasil passou a prever:

“O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei” (destacamos).

De acordo com o § 1º desse mesmo dispositivo, as súmulas vinculantes terão “por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja *controvérsia atual* entre órgãos judiciais ou entre esses e a administração pública que acarrete *grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica*” (destacamos).

Foi previsto, também, um mecanismo que possibilita o *reexame* de tais enunciados, outorgando-se competência para que os mesmos entes legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade provoquem a “revisão ou cancelamento da súmula” (§ 2º, destacamos). Afinal, como destacava CALMON DE PASSOS, “a par do valor segurança, de que o Direito não pode ser dissociado, há o imperativo de sua permanente necessidade de adequação à realidade social sobre que opera, isto é, impõe-se, também, sua abertura, seu dinamismo, sua não estratificação. Segurança e abertura interagem buscando assegurar a conduta eleita como socialmente a mais desejável em determinado momento histórico e em determinado espaço político”⁹⁰⁸.

Ademais, como forma de conferir eficácia ao novo instituto, o § 3º do artigo 103-A da Constituição Federal criou a possibilidade de propositura de *reclamação*,

⁹⁰⁸ *Súmula vinculante*, cit., p. 2.

perante o Supremo Tribunal Federal, contra o “ato administrativo”⁹⁰⁹ ou *decisão judicial* que *contrariar a súmula aplicável* ou que *indevidamente a aplicar*”⁹¹⁰.

Duas são as consequências do julgamento dessa reclamação: a primeira, relativa à *anulação do ato administrativo* que houver sido proferido contrariamente ao comando veiculado na súmula; a segunda, a *cassação* da decisão judicial que a afronte. Nesse caso, porém, o Excelso Pretório, à semelhança do que ocorre com os Tribunais de Cassação europeus, não proferirá nova decisão, julgando a causa; determinará, na verdade, “que outra [decisão] seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso”⁹¹¹.

⁹⁰⁹ Para GILMAR MENDES – SAMANTHA MEYER PFLUG, essa seria a grande inovação trazida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, uma vez que a reclamação contra atos jurisdicionais já tinha ampla aplicação e cabimento no direito brasileiro. Era necessário obrigar a Administração Pública a obedecer ao comando veiculado pela súmula, sem a necessidade de propositura de nova demanda judicial. Não fosse assim, o número de ações não recrudesceria (cit., p. 372). Veja-se, ainda, que existe a possibilidade de responsabilização pessoal, em âmbito cível, administrativo e penal, do agente público ou do magistrado que descumprir o comando veiculado na súmula (artigo 64-B da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1.999).

⁹¹⁰ Note-se que, pelo teor do *caput* do artigo 103-A da Lei Maior, o Supremo Tribunal Federal não estaria vinculado ao enunciado da súmula. Contudo, esclarece EDUARDO TALAMINI, “ainda que não exista a vinculação em sentido estrito, há uma autovinculação (ou autodisciplina), impostas por razões de ordem ética e lógica. Seria incompatível com os princípios da razoabilidade, da segurança jurídica e da boa-fé que os demais órgãos estatais aplicadores do direito tivessem de respeitar as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal ao mesmo tempo em que ele não as seguisse. Então, cabe ao STF e a seus membros aplicar a súmula vinculante enquanto ela retratar a adequada solução à luz da conformação constitucional existente” (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: *Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 163). De outro lado, GILMAR MENDES – SAMANTHA MEYER PFLUG são partidários da idéia de que o Supremo não estaria vinculado à súmula, por expressa disposição da lei, e também porque “isso poderia significar uma renúncia ao próprio desenvolvimento da Constituição, afazer imanente aos órgãos de jurisdição constitucional” (cit., p. 360). No mesmo sentido, v. ANDRÉ RAMOS TAVARES, *Nova Lei da Súmula Vinculante – estudos e comentários à Lei 11.417, de 19.12.2006*, São Paulo, Método, 2.007, p. 39. Seguiu-se aqui, é bom notar, regra antiga do direito norte-americano, em que tanto a Suprema Corte, quanto os Tribunais Supremos dos Estados, não estão vinculados à suas próprias decisões, podendo afastar a aplicação de um determinado precedente quando ele se mostre errado ou mesmo ultrapassado, aplicando a regra do *overruling*, já examinada (RENÉ DAVID, cit., p. 391). Mais correto, no entanto, se mostra atualmente o posicionamento de BRUNO VASCONCELOS CARRILHO LOPES, ao sustentar que a “não-vinculação do Supremo Tribunal Federal também deve ser compreendida *cum grano salis*. Seria ilógico que os seus ministros pudessem contrariar no julgamento de casos concretos a orientação fixada na súmula. A não-vinculação do Supremo significa que, no processo voltado à modificação ou cancelamento da súmula, está autorizado a modificá-la ou cancelá-la” (*Súmula vinculante*, in *As Novas Reformas do CPC e de outras normas processuais*, cit., pp. 284-285).

⁹¹¹ “O inconveniente dessa solução é a possibilidade de o juiz que teve sua decisão cassada afrontar o decidido pelo Supremo e reiterar decisão anterior. Nesse caso, será possível a propositura de nova reclamação, mas será mais fácil solucionar o problema pelas vias recursais” (BRUNO VASCONCELOS CARRILHO LOPES, cit., p. 288). Nesses casos, porém, o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional cairá por terra, sujeitando o recorrente a uma nova *via crucis* recursal.

Tal qual ocorreu com a repercussão geral da questão constitucional, a súmula vinculante foi recém regulamentada pela Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2.006.

Não é o objetivo – e fugiria ao escopo do presente trabalho – examinar com profundidade a súmula vinculante. O tema é vasto e as opiniões – contra e favor – são as mais diversas e relevantes⁹¹². De qualquer modo, é importante, para finalizar este estudo, traçar apenas e tão somente uma breve distinção, para demonstrar algumas diferenças mais importantes entre a súmula vinculante e a repercussão geral da questão constitucional.

De início, entretanto, não se pode negar que dois fatores semelhantes levaram à criação da repercussão geral e da súmula vinculante. De um lado, a sempre crescente massa de processos que traz, por sua vez, uma enorme lentidão na tramitação dos feitos e, em última instância, gera o descrédito da população quanto à eficiência do Poder Judiciário, enquanto uma das instituições da República.

Essa circunstância, para um Tribunal de *cúpula* como o Supremo, é ainda mais grave. Desnatura a sua função de “Corte constitucional”⁹¹³, que deveria se ocupar apenas dos casos de maior relevo e importância para a sociedade. E, a partir do julgamento dessas questões importantes, uniformizar a interpretação dos preceitos constitucionais. Não cabe ao Supremo, como visto, reexaminar todo e qualquer litígio em que supostamente tenha sido aplicado um comando constitucional.

⁹¹² Alguns autores de renome são contrários à adoção do instituto. Dentre eles cabe destacar, por exemplo, a posição do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal EVANDRO LINS E SILVA, *A questão do efeito vinculante*, in *Revista Brasileira de Ciências Criminais* 13/110, e da atual Ministra CÁRMEN LÚCIA, *Sobre a súmula vinculante*, in *RDA* 210/129. Os autores favoráveis à sua instituição estão citados ao longo deste item. Por ora, cabe transcrever o pensamento de CRUZ E TUCCI, que aponta para o lado prático da questão, que não mais poderia ser ignorado: a “denominada *súmula vinculante* [foi] concebida como mecanismo de aceleração dos julgamentos, em decorrência do óbice à reprodução de demandas fulcradas em teses jurídicas já pacificadas na jurisprudência dominante. Sem embargo daqueles que defendem contrária posição, imaginando que a *súmula vinculante* romperia o dogma da separação dos poderes e produziria o engessamento da atividade judicial, entendemos que realmente não se vislumbra, no curto prazo, outra solução para minimizar a grave crise provocada pela justiça intempestiva” (*Precedente Judicial como Fonte do Direito*, cit., p. 281, destacamos).

⁹¹³ Utiliza-se a expressão entre aspas, pois sabe-se que o Supremo Tribunal Federal não é um Tribunal Constitucional, aos moldes das tradicionais Cortes européias. Inclusive, porque integra o Poder Judiciário, como deixa claro o artigo 92, inciso I, da Constituição Federal. A expressão, no entanto, é válida na medida em que compete a essa Corte a “guarda da Constituição” (artigo 102, *caput*). É o que afirmam GUILHERME MARINONI – DANIEL MITIDIERO: “Cumpra ao Supremo Tribunal Federal, com efeito, a ‘guarda da Constituição’. O que lhe toca, aliás, ‘precipuamente’ (art. 102, *caput*, da CF). Tal a função do Supremo em nossa ordem constitucional. Constitui nosso Tribunal Constitucional, ainda que apenas materialmente” (cit., p. 14).

De outro lado, busca-se também conferir maior *certeza* ao direito, revelando a *norma jurídica* expressa em um determinado texto constitucional⁹¹⁴. Essa decisão paradigmática – com efeitos *vinculantes*, no caso da súmula, ou meramente *persuasivos*, no caso de recursos extraordinários cuja questão constitucional tenha sido reconhecida como de *repercussão geral* (v. item 6.3, *supra*) – deve se expandir para os casos semelhantes ou idênticos. Principalmente, quando se estiver diante de questões constitucionalmente *relevantes*⁹¹⁵. Por isso, em ambos os casos, existe a possibilidade de manifestação do *amicus curiae*, como forma de *pluralizar* o debate da questão constitucional submetida ao Supremo Tribunal Federal⁹¹⁶.

Contudo, existem algumas diferenças importantes que precisam ser, ainda que rapidamente, pontuadas.

Em primeiro lugar, a súmula vinculante volta-se mais para aquela grande massa de processos *repetitivos*, que são julgados não apenas pelo Supremo Tribunal Federal, mas que atravancam o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais de segundo grau e os próprios juízes de primeira instância. Busca-se acelerar julgamentos a partir de uma

⁹¹⁴ Nas palavras de ARRUDA ALVIM, “[a]s Súmulas ‘recobrem’ a norma jurídica com um enunciado, clarificando e sintetizando os enunciados decorrentes da jurisprudência *prevalecente*, unificando-os, e, cristalizando-os de forma estável (ainda que não necessariamente de forma imutável, pois a Súmula pode ser mudada), *em hipóteses de importância intrínseca da matéria*, e, tendo em vista a alta frequência da incidência e ‘aplicação da regra jurídica sumulada’, ou do princípio jurídico sumulado (por interpretação sistemática do direito positivo)” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., pp. 32-33, destaques no original). E sintetiza o mesmo autor: “a súmula ‘encerra’ a solução pronta, correta e acabada, da mesma hipótese, e, tal como de tratasse de ‘subsunção’ a um texto legal, se passa com a invocação da Súmula respectiva” (cit., p. 35). É por isso que ao tratar das semelhanças entre a súmula vinculante e a antiga arguição de relevância, afirmou o mesmo autor que elas possuem um denominador comum imediato, qual seja, a pretendida diminuição da carga de trabalho do Supremo Tribunal Federal ou, ao menos, a simplificação de seus julgamentos. Com isso, será possível “estabelecer condições objetivas para que o STF melhor possa produzir decisões paradigmáticas, que é a qualidade ou atributo de que se devem revestir suas decisões” (cit., p. 67).

⁹¹⁵ Veja-se que o termo relevante foi utilizado tanto no que diz respeito à súmula vinculante (artigo 103-A, § 1º da Constituição Federal), como no que tange à regulamentação da repercussão geral (artigo 543-A, § 1º do Código de Processo Civil). Para EDUARDO TALAMINI, esses dois instrumentos “põem-se como contrapesos na jurisdição constitucional brasileira. Amplia-se a competência do Supremo Tribunal para emitir comandos revestidos de força vinculante acerca de entendimentos formados a partir de casos concretos conhecidos pela Corte. Mas, em contrapartida, limita-se o conhecimento das questões constitucionais em casos concretos em recursos extraordinários, pelo Tribunal, àquelas mais relevantes, revestidas de repercussão geral. Assim, por um lado, a repercussão geral tende a estabelecer limites à atividade sumular vinculante. Por outro, na medida em que a ofensa a súmula impõe presunção absoluta de repercussão geral, aquela impõe um limite ao filtro constituído por essa” (*Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 257).

⁹¹⁶ ANDRÉ RAMOS TAVARES, *Nova Lei da Súmula Vinculante – estudos e comentários à Lei 11.417, de 19.12.2006*, cit., p. 61.

decisão firme da Corte Suprema, que possa guiar todo o Judiciário, dispensando os juízes de motivarem de forma mais profunda seus atos decisórios (artigo 102, § 4º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Afinal, o objetivo primeiro das súmulas – vinculantes ou não, ou mesmo da uniformização de jurisprudência em geral, como anota BOTELHO DE MESQUITA – é o de “impedir que o comando contido na lei se multiplique indiscriminadamente ao sabor das interpretações que se possam extrair do texto legal, que, na sua variedade, podem chegar ao ponto de se tornarem contraditórias, em prejuízo evidente da própria imperatividade da lei”⁹¹⁷.

Já a repercussão geral é uma condição de admissibilidade do recurso extraordinário, isto é, um requisito prévio e necessário para viabilizar a análise de uma determinada matéria pelo Supremo Tribunal Federal, por meio dessa impugnação. É, portanto, um fator *externo* ao processo. Nesse caso, a preocupação maior reside no número de feitos *irrelevantes* – muitos deles, sem sombra de dúvida, também repetitivos – que todos os anos aportam ao Supremo Tribunal Federal e que por ele tinham de ser julgados, desnaturando o seu perfil de Corte Constitucional⁹¹⁸.

Alem disso, ainda que se queira conferir maior eficácia ao julgamento da repercussão geral da questão constitucional, é inegável que os seus parâmetros de apreciação são mais instáveis do que os enunciados fixados nas súmulas vinculantes. Até porque, não dizem respeito propriamente ao mérito da controvérsia, mas apenas a uma condição de admissibilidade do recurso extraordinário. É certo, portanto, que as decisões relativas à repercussão geral serão mais suscetíveis a mudanças de entendimento na Corte (em casos, como visto, devidamente justificados – v. itens 6.2 e 6.3, *supra*). Essa espécie de instabilidade não é desejável para as súmulas, ainda mais aquelas de caráter vinculante. Não se espera, portanto, constantes revisões desses enunciados⁹¹⁹.

⁹¹⁷ A *súmula da jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 2, cit., pp. 216-217.

⁹¹⁸ LENIO LUIZ STRECK, cit., p. 135. É por isso que, segundo ELAINE HARZHEIM MACEDO, com o passar do tempo, a repercussão geral ganhará maior importância do que a súmula vinculante, “numa proporção inversa ao debate jurídico que antecedeu a reforma constitucional ao longo da década de 90 e início dos anos 2000. Isso porque a súmula vinculante voltar-se-á para as decisões reiteradas. Portanto, exigirá repetições de decisões no mesmo sentido, proferidas no passado. Mas decisões, no futuro, só serão prolatadas se tiverem demonstrado, no seu bojo, a repercussão geral. Em outras palavras, não há se falar em súmula, e, via de consequência, súmula vinculante, em temas de repercussão geral, porque em tais casos os recursos extraordinários sequer serão conhecidos, porque se trata de óbice recursal” (cit., p. 165).

⁹¹⁹ Uma vez mais, vale lembrar as lições de ARRUDA ALVIM: “os parâmetros de ‘eleição’ de um caso, como relevante, são tênues ou rarefeitos, o que não se passa com a Súmula, quer pelo texto legal, quer

Note-se, também, que a súmula vinculante não está relacionada a um conflito de interesses em específico, como ocorre no julgamento do recurso extraordinário cuja questão constitucional seja dotada de repercussão geral. A súmula veicula uma espécie de comando *abstrato* a respeito de um determinado preceito constitucional, e não o resultado de julgamento de um determinado caso concreto, pela via recursal extraordinária⁹²⁰. Dessa forma, a edição, revisão ou cancelamento de uma súmula vinculante ensejam a formação de um processo que se assemelha aqueles de natureza *objetiva*⁹²¹.

A instauração desse processo pode ocorrer de forma incidental, no curso de um processo, notadamente naqueles em fase de exame de recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (v., por exemplo, o artigo 3º, § 1º da Lei nº 11.417, de 2.006). Contudo, a repercussão geral não tem mais essa característica, de *incidente processual*, como ocorria em alguns casos, no antigo sistema da arguição de relevância (v. itens 3.1.1 e 3.1.3, *supra*). Trata-se, apenas e tão somente, de um pressuposto de cabimento do recurso extraordinário, analisado na fase do juízo dessa admissibilidade da impugnação, embora seja apreciado, exclusivamente, pelo Supremo Tribunal Federal (v. item 5.1, *supra*).

Ordinariamente, a súmula vinculante tem eficácia *ex nunc*, isto é, tem efeitos imediatos, a partir da data de sua publicação (artigo 103-A da Constituição Federal, c/c artigo 2º *caput* da Lei nº 11.417, de 2.006). O artigo 4º da Lei nº 11.417, de 2.006, no entanto, prevê que “o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que [a súmula vinculante] só

pela dedutibilidade ensejada pelo sistema jurídico, quer, ainda, porque são formuladas, as súmulas, a partir de entendimentos reiterados, do próprio S.T.F., resultantes de outros anteriores, e, já francamente ‘assimilados’, precedentemente à enunciação da Súmula, que os venha a sintetizar” (*A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, cit., p. 37).

⁹²⁰ EDUARDO TALAMINI, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 87.

⁹²¹ Com as garantias inerentes ao *due process of law*, como destaca BRUNO VASCONCELLOS CARRILHO LOPES, cit., p. 272.

tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público”⁹²².

Embora já se discuta a possibilidade de conferir eficácia *ex nunc* aos julgamentos proferidos em sede de recurso extraordinário⁹²³, não existe a mesma possibilidade quanto à decisão que decide pela existência ou inexistência da repercussão geral da questão constitucional. Essa decisão tem efeitos imediatos e jamais poderá ser objeto de restrição, para aplicação somente no futuro. Mesmo que haja revisão do entendimento, por parte do Supremo, o julgamento desse requisito de admissibilidade é, desde logo, aplicável. Com isso, pode-se passar a admitir um recurso extraordinário que antes não era cabível, ou vice-versa.

Ao contrário da súmula vinculante, a repercussão geral também não é um mecanismo que impeça, de imediato, o julgamento dos processos pelo Supremo Tribunal Federal. Ela procura viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário pela Suprema Corte, embora seja inegável que, na outra ponta, acabe por restringir o seu cabimento – tal qual a súmula vinculante – para aqueles casos ditos comuns, que não discutam matérias de interesse maior, para toda a sociedade.

Dessa forma, a súmula vinculante seria um fator *interno*, na medida em que vincula a decisão daquele determinado caso, enquanto que a repercussão geral consubstanciaria um fator *externo*, que permite o não conhecimento do recurso extraordinário⁹²⁴.

A edição da súmula vinculante, vale notar, depende da existência de controvérsia entre órgãos judiciários, ou entre eles e a Administração Pública (artigo 103-A da Constituição Federal). Exige-se, ainda, que essa discussão tenha sido multiplicada em uma série relativamente extensa de demandas judiciais⁹²⁵. Embora a repercussão geral,

⁹²² Essa possibilidade, contudo, é objeto de críticas na doutrina, por contrariar “o escopo do instituto de impor o respeito a uma determinada interpretação do direito” (BRUNO VASCONCELOS CARRILHO LOPES, cit., p. 280).

⁹²³ V. Recurso Extraordinário nº 197.917-8/SP, Relator Ministro MAURÍCIO CORRÊA, julgado em 24 de março de 2.004, Plenário, publicado em 7 de maio de 2.004

⁹²⁴ FLÁVIO CHEIM JORGE – ELVIO FERREIRA SARTÓRIO, *O recurso extraordinário e a demonstração da repercussão geral*, cit., pp. 184-185.

⁹²⁵ Bem destacou, a esse respeito, MANOEL LAURO VOLKMER DE CASTILHO: “não basta a existência de controvérsia entre órgãos judiciais (ou, como se diz, entre estes e a administração pública). É preciso que dela também resulte objetivamente situação de *insegurança jurídica grave* que provoque multiplicação real

na maioria dos casos, envolva processos em que são partes entes do governo, é certo que ela pode travar-se, exclusivamente, entre particulares, como já se teve a oportunidade de demonstrar (v. Capítulo IV, *supra*).

Por fim, há que se notar um ponto importante. Enquanto a edição da súmula vinculante depende da existência de “reiteradas decisões sobre matéria constitucional” (artigo 103-A da Carta Magna⁹²⁶), a definição dos casos de repercussão geral da questão constitucional não está sujeita a inúmeros julgados. A regulamentação legal prevê que a expansão dos efeitos da decisão que examina o pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário possa advir de um único pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, que tenha mero *potencial* de se refletir em vários outros casos (v. itens 6.2 e 6.3, *supra*).

Até por isso, novamente não se pode falar de uma possível eficácia *erga omnes* às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento de mérito dos recursos extraordinários em que ficou reconhecida a repercussão geral da questão constitucional. Para EDUARDO TALAMINI o argumento definitivo para negar essa tese está, justamente, no estabelecimento de súmulas vinculantes no ordenamento jurídico brasileiro. Afinal, qual “sentido faria a criação de um instituto, sujeito a rigorosos pressupostos de (inclusive quorum qualificado), destinado a dar força vinculante ao entendimento externado sobre questão constitucional em ‘reiteradas decisões’ do Supremo Tribunal, se toda e qualquer decisão do Plenário da Corte já tivesse essa eficácia?”⁹²⁷.

de processos sobre a mesma questão” (cit., p. 117). A seu turno, REALE JÚNIOR faz interessante ponderação: “estranho que só caiba súmula vinculante em matérias controversas. E em matérias sem controvérsia que inundam o Judiciário e muitas vezes com decisões divergentes?” (cit., p. 80). Contudo, CÂNDIDO DINAMARCO explica a razão de ser de tal dispositivo: “Ainda que haja discrepância entre julgados, deixa de existir uma razão social para o empenho de uniformizar mediante súmulas de eficácia *erga omnes* enquanto da divergência não resultarem incômodos a um número significativo de pessoas” (*Súmulas vinculantes*, in *RF* 347/64).

⁹²⁶ É necessário “que a matéria a ser versada na súmula tenha sido objeto de debate e discussão no Supremo Tribunal Federal. Busca-se obter a maturação da questão controversa com a reiteração de decisões. Veda-se, deste modo, a possibilidade de edição de uma súmula vinculante com fundamento em decisão judicial isolada. É necessário que ela reflita uma jurisprudência do Tribunal, ou seja, reiterados julgados no mesmo sentido, é dizer, com a mesma interpretação” (GILMAR MENDES – SAMANTHA MEYER PFLUG, cit., p. 345). No mesmo sentido, MANOEL LAURO VOLKMER DE CASTILHO: “é essencial a *reiterada* deliberação a respeito de *uma mesma* matéria constitucional – logicamente compreendida no rol das competências da Corte Suprema” (cit., p. 115, destaque no original).

⁹²⁷ *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 243. Também por esse motivo, arremata o autor, a declaração de inconstitucionalidade de um determinado dispositivo da Constituição Federal, na via de controle incidental, continua a depender de

Nesse sentido, a maior eficácia atribuída às súmulas vinculantes – “efeito *vinculante* em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta” (artigo 103-A da Constituição Federal, destacamos) – é contrabalançada pelas importantes conseqüências advindas do julgamento da repercussão geral, em relação aos outros recursos extraordinários que versem sobre matéria constitucional idêntica, como se teve oportunidade de examinar nos itens anteriores.

O pronunciamento do Supremo, em tais casos, embora proferido em demanda de cunho individual, terá em mira uma série de casos *semelhantes*, que se repetem em inúmeras impugnações, já existentes, ou mesmo futuras. Com base nesse julgamento *único* de ordem preliminar, uma série de recursos extraordinários poderá ser *liminarmente inadmitida* (nos termos do artigo 543-B, § 2º do Código de Processo Civil), caso fique reconhecida a inexistência do binômio relevância/transcendência, ou, ao contrário, poderão estar *automaticamente afetas* a julgamento no Excelso Pretório, na medida em que fique demonstrada a existência da repercussão geral da questão constitucional (artigo 543-B, § 4º, do diploma processual). Forma-se, com isso, um *precedente*, que deverá ser seguido pelos Ministros da Corte, no exame do mérito dos demais recursos extraordinários que versem sobre aquela determinada matéria constitucional.

6.5.- Repercussão geral e o recurso especial.

Como se viu, a Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, deixou bem vincado que a exigência da repercussão geral, enquanto requisito de admissibilidade, está restrita ao recurso extraordinário. Com efeito, o artigo 102, § 3º da Constituição Federal

pronunciamento do Senado Federal, para que seus efeitos possam ser estendidos *erga omnes*, tal como dispõe o artigo 52, inciso X, da Carta Magna (cit., p. 243).

expressa: “No *recurso extraordinário*, o recorrente deverá demonstrar a *repercussão geral* das *questões constitucionais* discutidas no caso (...)” (destacamos⁹²⁸).

Afastou-se, portanto, a possibilidade de que a preliminar de repercussão geral seja exigida também para o recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça⁹²⁹, no âmbito do qual se pode discutir, basicamente, a contrariedade ou a negativa de vigência a tratado ou lei federal (artigo 105, inciso III, alínea “a” da Carta Magna).

A opção do reformador constituinte, no entanto, se mostra equivocada. Três motivos são determinantes para se chegar a essa conclusão.

Em primeiro lugar, o recurso especial nada mais é do que uma *espécie* do gênero *recurso extraordinário*. Suas hipóteses de cabimento, fixadas taxativamente na Constituição Federal, reproduziram, em boa parte, os casos anteriormente previstos nas Constituições brasileiras como passíveis de impugnação por meio de recurso extraordinário⁹³⁰.

A própria nomenclatura que lhe foi atribuída – recurso *especial* – denota essa circunstância de excepcionalidade⁹³¹. Além disso, alguns outros fatores apontados por RODOLFO MANCUSO aproximam essas duas impugnações: seus fundamentos

⁹²⁸ Nesse sentido, vale lembrar a advertência lançada por BRUNO DANTAS: “a nosso ver, é infeliz a referência a ‘repercussão geral do recurso extraordinário’. Não que seja impossível que um RE, *per se*, tenha repercussão geral, mas porque não é isso que a Constituição exige, de modo que designar assim o novo instituto induz a uma falsa noção de seu conteúdo. Na verdade, a Constituição alude a *repercussão geral das questões discutidas no recurso extraordinário* (...). Vale dizer, o novo pressuposto não consiste em exigir que o RE, em si, transcenda a esfera jurídica do recorrente. Fazê-lo representaria, a um só tempo, restrição exagerada e dasarrazoada ao direito de recorrer e desfiguração da razão de existir do recurso, pois apenas em pouquíssimos casos seria possível ultrapassar o juízo de admissibilidade, e, ainda assim, sem garantia alguma de que, neles, a questão em debate é efetivamente importante ou representaria risco à integridade do texto constitucional” (*Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., pp. 30-31).

⁹²⁹ A mesma exclusão, vale notar, também se faz presente em relação às súmulas vinculantes, na medida em que a Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, conferiu poderes apenas ao Supremo Tribunal Federal para editar tais enunciados, com efeitos vinculativos, em relação a matéria constitucional (artigo 103-A da Constituição Federal). Embora, inicialmente, tenha sido prevista que idêntica sistemática seria adotada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a inclusão do novo artigo 105-A à Carta Magna acabou sendo, ao final, abandonada.

⁹³⁰ ALCIDES DE MENDONÇA LIMA, *Recurso extraordinário e recurso especial*, in *Recursos no Superior Tribunal de Justiça*, Sálvio de Figueiredo Teixeira (coord.), São Paulo, Saraiva, 1.991, p. 141.

⁹³¹ “Com vistas a preservar a desejável precisão terminológica, preferimos enquadrar o extraordinário e o especial na classe ‘recursos’, sub-classe ‘excepcionais’ (RODOLFO MANCUSO, *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., p. 126).

estão previstos, diretamente, no texto constitucional e se exige o prévio esgotamento das instâncias ordinárias para viabilizar a sua interposição (artigos 102, inciso III, e 105, inciso III⁹³²); apresentam sistema de admissibilidade bipartido, entre o Tribunal *a quo* e o Tribunal *ad quem* (artigos 541, c.c. 542, § 1º do Código de Processo Civil); não são dotados de efeito suspensivo (artigo 542, § 2º do Código de Processo Civil); devem ficar retidos nos autos quando voltados a discutir decisões interlocutórias (artigo 542, § 3º do Código de Processo Civil⁹³³).

O recurso especial difere do recurso extraordinário (*stricto sensu*) apenas quanto à suas hipóteses de admissibilidade, restritas aos casos de possíveis violações de lei ou tratado federal e/ou divergência jurisprudencial, em âmbito infraconstitucional⁹³⁴.

Vale lembrar, inclusive, que a antiga arguição de relevância, considerada um antecedente da repercussão geral no sistema jurídico brasileiro (v. Capítulo

⁹³² Cumpre destacar, porém, que o recurso extraordinário é cabível não apenas contra acórdãos proferidos pelos Tribunais, sendo admissível a sua interposição contra decisões proferidas no âmbito dos Juizados Especiais; já o recurso especial, nesse ponto, é mais restrito, na medida em que pode ser interposto apenas nas “causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios” (artigo 105, inciso III).

⁹³³ *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, cit., pp. 127 e ss. Por isso, metaforiza o citado autor, “o recurso especial é uma variante do extraordinário, deste extraído ... como a costela de Adão” (cit., p. 127, destaques no original). Expressou CÂNDIDO DINAMARCO, pouco tempo depois da promulgação da Constituição de 1.988: “Caracterizado o Supremo Tribunal Federal como *corte constitucional* e confiada a matéria infraconstitucional ao Superior Tribunal de Justiça, essa *bipartição* funcional do antigo recurso extraordinário trouxe consigo, pelo aspecto aqui consignado, o mérito de alargar a via de acesso à instância de superposição. Já temos dois, e não mais somente um *órgão de superposição*. Na prática, são ao todo quarenta-e-quatro ministros nessa instância, e não mais somente os antigos onze do Supremo Tribunal. A capacidade de trabalho ficou quadruplicada” (*Superior Tribunal de Justiça e acesso à ordem jurídica justa*, in *Recursos no Superior Tribunal de Justiça*, cit., p. 253, destaques no original). E concluiu o mesmo autor: “Esse é um inegável fator de ampliação do conhecimento das *federal questions*, ao menos reduzindo aquele crescente estrangulamento que representava ilegítima restrição ao *desideratum* de pleno acesso à ordem jurídica justa. A implantação do Superior Tribunal de Justiça, nessas condições, constitui mais um fator da extraordinária abertura trazida pela Constituição para o acesso à justiça” (cit., p. 253).

⁹³⁴ Bem coloca JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA: “Com a criação do Superior Tribunal de Justiça, o conteúdo do recurso extraordinário anterior à Constituição de 1988 foi distribuído entre o recurso extraordinário – agora com nova roupagem – e o recém-criado recurso especial (...). A modificação, a pretexto de ser simples solução para a ‘crise do Supremo’, criou situação totalmente nova no ordenamento jurídico pátrio (...). Diferentemente [do Supremo Tribunal Federal], a finalidade de assegurar a inteireza positiva, a validade, a autoridade e a uniformidade de interpretação das leis federais, função essa antes atribuída ao recurso extraordinário, passou ao recurso especial. Desso modo, a finalidade que ensejou a criação do recurso extraordinário, no direito brasileiro, hoje é encampada pelo recurso especial” (*O Prequestionamento nos Recursos Extraordinário e Especial*, 2ª ed., São Paulo, RT, 1.999, pp. 95-96). No mesmo sentido, afirma NELSON LUIZ PINTO: “o recurso especial encontra sua origem no antigo recurso extraordinário, que sofreu com a Constituição de 1988 um desdobramento, ficando toda a matéria infraconstitucional na competência do Superior Tribunal de Justiça” (*Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça – teoria geral e admissibilidade*, São Paulo, Malheiros, 1.992, p. 37).

III, *supra*) estava, justamente, limitada às questões legais. Estaria-se, em certa medida, diante de um paradoxo: permite-se que recursos extraordinários fundamentados em violações da Lei Maior sejam desconsiderados pelo Supremo, quando a questão constitucional neles discutida não oferecer repercussão geral.

Como bem pontuou CRUZ E TUCCI, poderá haver “questões de índole constitucional ‘menos importantes’, para os fins do recurso extraordinário, porque despidas de repercussão geral”⁹³⁵. Seriam, então, as questões legais, todas elas suficientemente relevantes e abrangentes para merecem sempre nova apreciação, por parte do Superior Tribunal de Justiça? A resposta, obviamente, deve ser negativa, pelos mesmos fundamentos expostos no item 4.1, *supra*. Está-se diante, pois, de verdadeiro paradoxo⁹³⁶.

Em segundo lugar, o Superior Tribunal de Justiça, que ficou encarregado de apreciar o recurso especial, também pode ser considerado um *Tribunal Superior*. Cumpre, assim, função bastante similar a do Supremo, no sentido de manter a unidade do direito nacional, a partir da interpretação dos preceitos da legislação federal. Nos termos da Constituição de 1.988, cabe ao Superior Tribunal de Justiça dar a última palavra em relação à correta exegese dos dispositivos infraconstitucionais⁹³⁷. É, pois, “o

⁹³⁵ A “repercussão geral” como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário, cit., p. 60. Por isso, LUIZ WAMBIER – TERESA WAMBIER – JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA afirmam, com propriedade: “Entendemos ser bastante elogiável a reintrodução, pela Emenda Constitucional 45/2004, de sistemática semelhante à da antiga arguição de relevância. É surpreendente, todavia, que tenha entendido o legislador constitucional deverem-se distinguir questões relevantes das não relevantes, no plano do direito constitucional e não no plano da lei federal, como se tudo o que constasse da lei federal fosse relevante. Desconhecemos as razões que podem ter levado a que se chegasse a esse resultado final na redação da Emenda Constitucional 45/2004, embora seja a de se supor que a exclusão do STJ do sistema de repercussão geral esteja ligada à inexorabilidade do exercício de uma certa função ‘controladora’, pelo STJ, em relação aos Tribunais de segundo grau de jurisdição” (cit., p. 240).

⁹³⁶ GLÁUCIA MARA COELHO, cit., p. 111. A mesma opinião é compartilhada por LEONARDO DE FARIA BERALDO, *Recurso extraordinário e a EC nº 45/04*, in *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil* 35/146.

⁹³⁷ Explica GLEYDSON KLEBER LOPES DE OLIVEIRA: “A criação de Tribunal Superior pode ser corretamente compreendida desde que seja investido de uma finalidade específica por que especialmente se qualifique. A Constituição Federal de 1988 conferiu ao Superior Tribunal de Justiça a atribuição de ser, em sede de recurso especial, o guardião e intérprete maior da legislação federal, servindo seus pronunciamentos como paradigmas para os outros órgãos do Poder Judiciário, pois se retrata a exegese acerca do seu entendimento e aplicação. Apesar de, em regra, a eficácia das decisões proferidas pelos Tribunais Superiores atingir somente as partes do processo, é inegável que os citados pronunciamentos transcendem o caso concreto, irradiando o seu entendimento para toda a comunidade jurídica, a fim de unificar a aplicação do direito federal” (*Recurso Especial*, São Paulo, RT, 2.002, pp. 393-394).

guardião do Direito federal comum, assim fazendo as vezes do STF, que será o guardião da Constituição”⁹³⁸.

Como visto, a criação dessa nova Corte nada mais foi do que uma tentativa de diminuir os pesados encargos do Excelso Pretório, que até a Constituição de 1.967 estava encarregado de julgar recursos extraordinários fundamentados em questões constitucionais e legais (essas últimas, sempre no âmbito de lei federal). Os seus julgamentos, entretanto, seguem as mesmas regras adotadas para o recurso extraordinário.

Assim é que, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça, é vedado o reexame de provas na via especial. Da mesma forma, exige-se o prequestionamento da questão federal discutida no recurso especial, nos termos dos enunciados das Súmulas nºs 98 e 320. Tal como o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, por via indireta, acabou encontrando formas de limitar a admissibilidade dos recursos especiais, ao impor requisitos formais para a sua admissão⁹³⁹.

Verifa-se, dessa forma, que tanto o recurso extraordinário e o recurso especial, quanto o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, exercem funções, em tudo e por tudo, semelhantes no sistema jurídico brasileiro. É o que explica, com muita propriedade, LAURIA TUCCI: “Visando, ademais, ambos, e precipuamente, a manutenção da autoridade e da unidade da Constituição e das leis federais (resguardando-lhes, na já difundida expressão de Pontes de Miranda, a inteireza positiva, a validade, a autoridade e a uniformidade de interpretação), apenas remota e indiretamente prestam-se à tutela do direito subjetivo do litigante ou do interessado, cuja assecuração imediata e direta

⁹³⁸ CARLOS VELLOSO, *O Superior Tribunal de Justiça na Constituição de 1988*, in RT 638/15.

⁹³⁹ Isso tudo porque, segundo NELSON LUIZ PINTO, as “[e]ventuais injustiças havidas nas instâncias inferiores, o mau entendimento ou a má interpretação dos fatos da causa etc., são questões que não interessam diretamente ao Superior Tribunal de Justiça e que, portanto, não podem fundamentar a interposição do recurso especial. A Justiça à parte recorrente, no caso do provimento do recurso especial, será apenas uma consequência indireta do provimento do recurso, que visa, como se disse, essencialmente a assegurar a integridade do direito federal” (cit., p. 52). No mesmo sentido, afirmou SÁLVIO DE FIGUEIREIDO TEIXEIRA, ao tratar do recurso especial: “Trata-se de modalidade de recurso extraordinário *lato sensu*, destinado, por previsão constitucional, a preservar a unidade e autoridade do direito federal, sob a inspiração de que nele o interesse público, refletido na correta interpretação da lei, deve prevalecer sobre os interesses das partes. Ao lado do seu objetivo de ensejar o reexame da causa, avulta sua finalidade precípua, que é a defesa do direito federal e a unificação da jurisprudência. Não se presta, entretanto, ao exame de matéria de fato, nem representa terceira instância” (cit., p. 69).

deve resultar, satisfatoriamente, da utilização dos recursos ordinários, hábeis à realização do duplo grau de jurisdição”⁹⁴⁰.

Finalmente, em terceiro lugar, é fato público e notório que o Superior Tribunal de Justiça também se encontra sobrecarregado de processos. Criado em 1.988 e efetivamente instalado em abril de 1.989, a Corte atingiu, no final do ano de 2.007, a impressionante marca de 1.000.000 de recursos especiais recebidos para julgamento. Nesse mesmo período, conforme dados disponibilizados pelo próprio Superior Tribunal de Justiça, foram julgados cerca de 2.400.000 processos, dos quais 30% corresponde a recursos especiais. Isso sem contar, ainda, os agravos de instrumento contra decisão denegatória⁹⁴¹. Afirmou, com todo o acerto, BRUNO DANTAS, que “se antes tínhamos apenas um Tribunal estorvado pelo volume de processos, agora temos dois sofrendo do mesmo mal”⁹⁴².

Ainda que seja composta por número maior de Ministros, 33, a Corte não tem condições de dar vazão a esse volume de feitos. Se, por hipótese, em seus quase vinte anos de existência todo esse volume de recursos especiais tivesse sido julgado, o

⁹⁴⁰ *Curso de Direito Processual Civil*, vol. III, São Paulo, Saraiva, 1.989, p. 346. Em idêntico sentido, veja-se CRUZ E TUCCI, *Precedente Judicial como Fonte do Direito*, cit., p. 266. Recentemente, HUMBERTO THEODORO enfatizou: “Como o recurso especial não é um instrumento de revisão dos julgamentos dos tribunais locais em toda a extensão da lide, mas apenas na reapreciação da *tese de direito federal* em jogo, não se pode considerar, em princípio, ofensiva ao acesso àquele recurso constitucional a restrição imposta ao seu julgamento diante de causas seriadas ou repetitivas. Basta que o Pleno se defina uma vez sobre a tese de direito repetida na série de recursos especiais pendentes, para que a função constitucional daquela Corte Superior – que é manter, por meio do remédio do recurso especial, a autoridade e a uniformidade da aplicação da lei federal – se tenha por cumprida” (*O novo artigo 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.678, de 08.05.2008)*, in *Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil* 53/59-60, destacamos).

⁹⁴¹ V. http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=85, acesso em 16.11.2007. Por isso, pressentiu NELSON NERY: “O acúmulo de recursos a serem julgados, agora sem o expediente da arguição de relevância, afigura-se-nos iminente e inevitável. Em breve futuro o STJ terá de encontrar solução que, se não conseguir substituir o instituto da arguição de relevância, pelo menos restrinja o cabimento do recurso especial aos casos de maior importância” (cit., p. 104). O mesmo pensamento foi compartilhado por BOTELHO DE MESQUITA, que ponderou, em palestra proferida no início dos anos 90: “embora pareça-me claro que a intenção do constituinte tenha sido exatamente de abrir o recurso – que antes era o Recurso Extraordinário e agora é o Recurso Especial – estendê-lo de uma forma mais liberal, de forma a quase que tornar mais acessível a instância última e superior – intenção esta que se revela também pelo fato de que se criou um Tribunal de composição mais numerosa para decisão dos Recursos Especiais – embora isso tudo seja verdade, o fato é que, dado o nosso sistema jurídico, o número de Recursos Especiais acabará, ao meu ver, dentro de um prazo não muito grande – a causar, mesmo no Superior Tribunal de Justiça, com o tamanho que ele tem, problemas sérios” (*A nova lei dos recursos*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 2, cit., p. 192).

⁹⁴² *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, cit., pp. 553-54, destaques no original.

Superior Tribunal de Justiça teria analisado quase 56.000 recursos especiais por ano, o que corresponde a cerca de 1.700 impugnações para cada um de seus 33 ministros, anualmente.

Por todos esses motivos, a doutrina nacional criticou, com veemência, a opção do reformador constituinte, de restringir a repercussão geral para as matérias constitucionais. ARRUDA ALVIM, por exemplo, um dos autores que mais estudo o assunto, afirmou: “Pode-se dizer que esse sistema – que ficou circunscrito ao direito constitucional – se insere nos quadros de diversos institutos extremamente similares, ainda que voltados à legislação infraconstitucional. Estes são os sistemas que fixam os requisitos para que uma questão possa ser levada a um tribunal superior – muito especialmente ao STF (e, também, assim deveria ser com o STJ) – porque nela se reconhece previamente ter repercussão geral (ou, outro *nomen iuris*), e, quando julgada, efetivamente, essa *repercussão geral*, ou *repercussão diferenciada*, atrairá a atenção de todos para uma *atenção qualificada* em relação ao resultado do julgamento. O que pode causar espécie é que – numa comparação – no plano do direito constitucional brasileiro haja *questões legais de direito federal*, e todas elas provocam ou provocariam essa repercussão, dado que não resultou instituído – ou, ainda não restou instituído – esse sistema ou análogo, para o STJ. Ao menos pela diversidade de tratamento dado pelo legislador constitucional, pode-se concluir dessa forma. A crítica à instituição da repercussão geral, para o STF, não procede; mas, o que, em nosso sentir, tem procedência é a não-adoção de igual sistema para o STJ”⁹⁴³.

Curioso notar que, inicialmente, a *Reforma* do Judiciário contemplava, por força de Emenda do ex-Deputado Federal ALOYSIO NUNES FERREIRA, a repercussão geral da questão de direito federal. Prevvia-se a inclusão de um § 2º ao artigo 105 da Constituição Federal, nos seguintes termos: “No *recurso especial*, o recorrente deverá

⁹⁴³ A EC nº 45 e o instituto da *repercussão geral*, cit., p. 68, destaques no original. Já no ano de 1.999, o mesmo autor, em texto sempre referido, propugnava pela reinserção do sistema da arguição de relevância para aferir a admissibilidade do recurso especial. Explicou: “A função jurisdicional exercida pelo Superior Tribunal de Justiça representa a culminância e o fim da atividade judicante em relação à inteligência de todo o direito federal de caráter infraconstitucional. Significa sempre a última e definitiva palavra sobre o seu entendimento e a sua aplicação. O conhecimento do direito positivo infraconstitucional, na sua percepção final e última, é indissociável da casuística em que se estampa a interpretação do STJ (...). Como o STJ somente aprecia questões de direito federal infraconstitucional, constituindo-se essas no *objeto constante* dos recursos especiais, esta circunstância *invariável* evidencia que sempre existe uma repercussão de tais decisões, no que diz respeito ao entendimento da lei federal” (*A alta função jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça no âmbito do recurso especial e a relevância das questões*, in *RePro* 96/37, destaques no original). E, por isso, sustentou: “o Superior Tribunal de Justiça, se delimitada a sua função ao exame das questões federais, por ele tidas como relevantes, viria desempenhar mais acuradamente a sua função de Tribunal de cúpula, de toda a Justiça brasileira, no que diz respeito à sua competência constitucional. Os seus pronunciamentos destacar-se-iam mais no cenário nacional e as suas decisões seriam mais trabalhadas” (cit., p. 40).

demonstrar a *repercussão geral das questões federais discutidas no caso*, a fim de que o Tribunal examine seu cabimento, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros” (destacamos).

Contudo, a Emenda foi suprimida do texto final, aprovado pelo Congresso, de modo que a repercussão geral ficou mesmo limitada às questões constitucionais, examinadas em sede de recurso extraordinário⁹⁴⁴.

Como medida paliativa, foi publicada, em 8 de maio de 2.008, a Lei nº 11.672⁹⁴⁵, a qual acrescentou o artigo 543-C ao Código de Processo Civil, relativo ao que se convencionou chamar de recursos especiais *repetitivos*.

Sem estabelecer, diretamente, uma restrição ao cabimento do recurso especial⁹⁴⁶, o § 1º do dispositivo legal em análise estabelece: “Caberá ao *presidente do*

⁹⁴⁴ EDUARDO TALAMINI é um dos autores que defendem a não inserção da repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso especial. Afirma: “É corrente a crítica àquilo que para muitos parece ser uma contradição: pode haver questões constitucionais não relevantes, mas toda questão de mera lei federal é relevante no modelo vigente. Por isso, sustenta-se que o requisito da repercussão geral deveria também ser imposto para o recurso especial, dirigido ao Superior Tribunal de Justiça. Com o devido respeito aos que preconizam essa solução, ela não parece ser a mais adequada. O Superior Tribunal de Justiça foi concebido e opera como tribunal com grande número de membros. Haveria uma enorme dificuldade para o desenvolvimento de diretrizes uniformes e objetivas acerca da repercussão geral. Isso é algo mais consentâneo com uma corte suprema, com pequeno número de membros e, portanto, maior aptidão para funcionar em tribunal pleno. A solução é precisamente levar adiante essa característica do STJ que o torna pouco adequado para um modelo de filtragem pautado na relevância da matéria. Trata-se da ampliação significativa do número de membros, a fim de que ele assuma as feições equivalentes às das cortes de cassação européias (algumas funcionando com centenas de membros). A própria Constituição anteviu esse caminho. Enquanto para o Supremo Tribunal Federal ela definiu exatamente o número de seus membros, para o STJ houve apenas a fixação de um *número mínimo*” (Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: *Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e Alargamento do Objeto do Controle Direto*, cit., p. 235, destaque no original). Em igual sentido, afirma TERESA WAMBIER que “não se mostra aconselhável [a introdução da repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso especial], tamanha a quantidade de leis federais que existem e que são produzidas em nosso País. No entanto, vemos com simpatia a nova redação do art. 543-C do CPC, que estendeu ao recurso especial a solução procedimental prevista no art. 543-B do Código” (cit., p. 313). Não têm razão, porém, os autores. Em um país como o Brasil, com a quantidade de leis (e medidas provisórias) editadas a cada ano, o simples aumento do número de integrantes do Superior Tribunal de Justiça tornaria impossível que essa Corte exercesse o papel principal que lhe foi outorgado pela Constituição Federal: garantir a uniformidade de interpretação dos preceitos legais.

⁹⁴⁵ Com aplicação a partir de 8 de agosto de 2.008, nos termos de seu artigo 3º. No entanto, o artigo 2º da lei incidiu no mesmo equívoco apontado no item 4.9, *supra*, ao prever que esse procedimento será aplicável “aos recursos já interpostos por ocasião de sua entrada em vigor” (destacamos).

⁹⁴⁶ De modo que houve modificação apenas do diploma processual, sem qualquer nova *reforma* constitucional. Permaneceu incólume o artigo 105, inciso III, da Carta Magna. Afinal, como bem ponderou GLÁUCIA MARA COELHO, “por se tratar de recurso constitucional, para inclusão de qualquer elemento que vise a contenção do cabimento desses apelos, faz-se necessária a alteração pela via da Emenda Constitucional, nos mesmos termos perpetrados para a introdução do requisito no âmbito do recurso extraordinário” (cit., p. 112). De acordo com MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE, a Lei nº 11.672, de 2.008, criou uma *fase de processamento racional do recurso extraordinário*. Alterou-se, simplesmente, o

tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça” (destacamos).

Está-se diante, portanto, da possibilidade de seleção de um ou mais recursos especiais *paradigmas*, que bem representem o tema infraconstitucional controvertido (v. item 6.1, *supra*). Nos termos da Resolução nº 8, de 7 de agosto de 2.008, editada pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, deve ser selecionado ao menos um processo de cada relator e, dentre esses, “os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial” (artigo 1º, § 1º⁹⁴⁷).

A sistemática de julgamento desses recursos especiais repetitivos é bastante semelhante àquela estabelecida para a repercussão geral da questão constitucional, nos artigos 543-A e 543-B do diploma processual brasileiro. Se a seleção do recurso especial paradigma não for realizada pela Corte *a quo*, “o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida” (§ 2º).

Ao invés de prever a possibilidade de intervenção do *amicus curiae*, o Ministro Relator, “considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia” (§ 4º⁹⁴⁸). Permite-se, ainda,

seu processamento, quando houver multiplicidade de recursos baseados numa mesma controvérsia legal. Por isso, não se fez necessária uma modificação constitucional (cit., pp. 187-188).

⁹⁴⁷ Dispõe, ainda, o § 2º desse mesmo dispositivo: “O agrupamento de recursos repetitivos levará em consideração apenas a questão central discutida, sempre que o exame desta possa tornar prejudicada a análise de outras questões argüidas no mesmo recurso”. Destaca EDUARDO TALAMINI que “não é necessário que os vários recursos sejam todos no mesmo sentido e contra decisões que tenham adotado uma mesma e única orientação. O fundamental é que todos versem sobre a mesma questão. Podem existir recursos em sentidos opostos, contra decisões antagônicas entre si, mas todos versando sobre idêntica questão de direito. Todos deverão ser reunidos no mesmo procedimento de julgamento por amostragem” (*Julgamento de recursos no STJ “por amostragem”, disponível [on-line] in <http://www.justen.com.br/informativo>, p. 1, acesso em 16.04.2008*).

⁹⁴⁸ Para HUMBERTO THEODORO, essa manifestação seria a do *amicus curiae*, tal como previsto em relação à repercussão geral da questão constitucional (v. item 4.7, *supra*). Por isso, esse interesse não seria o simplesmente jurídico, “em sentido técnico. A intervenção se justifica à base de qualquer interesse, inclusive o econômico, o moral, o social, o político, desde que sério e relevante” (*O novo artigo 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.678, de 08.05.2008)*, cit., p. 61). Já EDUARDO TALAMINI, corroborando o entendimento que expôs ao tratar da intervenção do *amicus curiae* no processamento da repercussão geral da questão constitucional, defende posição intermediária: “Por um lado, a aferição da aptidão para intervir não pode ser tão objetiva, fundada estritamente na qualidade da contribuição que o terceiro está potencialmente

que sejam solicitadas informações aos Tribunais de segunda instância (Federais ou Estaduais) a respeito da controvérsia (§ 3º) e abre-se a possibilidade de manifestação do Ministério Público, quando for o caso de sua intervenção (§ 5º).

A teor do quanto dispõe o § 6º da Resolução nº 8, de 2.008, a apreciação desse recurso especial paradigma está afeta à Corte Especial ou às respectivas Seções, órgãos de maior hierarquia no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Essa impugnação goza de preferência sobre todos os demais processos que ali já tramitam, ressalvados apenas os casos que envolvam réu preso e os *habeas corpus* de sua competência.

Além disso, as conseqüências advindas do julgamento do recurso especial paradigma são bastante semelhantes a do recurso extraordinário amostra, tal como examinado nos itens 6.2 e 6.3, *supra*.

De um lado, com a publicação do acórdão do recurso especial paradigma (§ 7º), os recursos especiais sobrestados na origem “terão *seguimento denegado* na hipótese de o *acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça*” (inciso I, destacamos). Ou seja, eles nem sequer deverão ser admitidos pelo Tribunal *a quo*. Terá o recorrente, no entanto, a oportunidade de interpor agravo contra decisão denegatória de recurso especial, nos termos do artigo 544 do Código de Processo Civil (v. item 6.2, *supra*⁹⁴⁹).

De outro lado, os recursos especiais “*serão novamente examinados pelo tribunal de origem* na hipótese de o *acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça*” (destacamos). Esse novo julgamento de mérito em segunda instância, a ser realizado pela Presidência ou Vice-Presidência do Tribunal *a quo* (v. item

apto a dar, como ocorre nos processos e incidentes de controle de constitucionalidade. Mas, por outro, também não parece viável admitir no processo, como *amicus curiae*, todo aquele que apenas demonstre ser parte em outro processo em que há recurso sobre a mesma questão. Assim, em princípio, aqueles que comprovarem essa condição de parte em outros processos podem ser admitidos como colaboradores da Corte, desde que demonstrem que têm algum argumento útil, algum subsídio relevante para acrescentar à discussão já instaurada” (*Julgamento de recursos no STJ “por amostragem”*, cit., p. 2). A mesma opinião é compartilhada por TERESA WAMBIER. Destaque-se, ainda, que para essa autora o dispositivo não trouxe qualquer limitação quanto ao objeto de manifestação por parte desse terceiro, razão pela qual ele poderá apresentar argumentos ligados não apenas ao cabimento do recurso especial, mas também defender o mérito da impugnação a ser julgada pelo Superior Tribunal de Justiça (cit., p. 309).

⁹⁴⁹ Essa é a opinião de EDUARDO TALAMINI, *Julgamento de recursos no STJ “por amostragem”*, cit., p. 3. Da mesma forma, defende o autor o cabimento de medida cautelar para “destrancamento” desse recurso sobrestado, haja vista que essa decisão causa, indubitavelmente, gravame à parte (cit., p. 1).

6.3, *supra*), dará ensejo, também, a interposição de novo recurso especial, agora por parte daquele que, originariamente, figurou como recorrido. Trata-se, uma vez mais, de requisito de constitucionalidade da medida, tal como explicado no item 6.3, *supra*⁹⁵⁰.

Se a decisão contrária ao posicionamento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça for mantida pela Corte de origem, deverá ser realizado, então, o exame de admissibilidade do recurso especial sobrestado. Excluídas as hipóteses de ausência de algum de seus requisitos formais, parece que essa impugnação deveria também ser automaticamente admitida e remetida a julgamento no Superior Tribunal de Justiça, para a aplicação do *precedente* fixado naquela Corte (v. item 6.3, *supra*⁹⁵¹).

Tanto é assim que o artigo 1º, § 2º da Resolução nº 8, de 2.008, prevê que esses recursos especiais “serão distribuídos por dependência”. Além disso, como modo de tornar efetivo esse precedente, o artigo 5º, incisos I e II, da mesma Resolução fixam a possibilidade de que os recursos fundados em *idêntica controvérsia* sejam julgados monocraticamente pelo relator, nos termos do artigo 557 do Código de Processo Civil, quando eles já houverem sido distribuídos. Caso ainda estejam aguardando distribuição no Superior Tribunal de Justiça, poderão ser apreciados liminarmente pela Presidência da Corte, nos termos da Resolução nº 3, de 17 de abril de 2.008. Igual procedimento pode ser aplicado aos agravos de instrumento contra decisão denegatória de recurso especial (artigo 7º da Resolução nº 8, de 2.008).

⁹⁵⁰ Novamente, explica EDUARDO TALAMINI: “a decisão que negar seguimento ao recurso ou que promover a retratação será passível, ela mesma, de recurso para o Superior Tribunal. A decisão de retratação poderá dar ensejo a outro recurso especial, do adversário do recorrente original – que terá de observar todos os requisitos de cabimento recursal. A decisão que negar seguimento ao recurso especial poderá ser objeto de agravo de instrumento. Em qualquer das duas hipóteses, o recorrente poderá demonstrar, por exemplo, que seu caso não é idêntico ao recurso ‘amostra’ julgado pelo Superior Tribunal e que teria ensejado a retratação ou a negativa de subida” (*Julgamento de recursos no STJ “por amostragem”*, cit., p. 3).

⁹⁵¹ Esse juízo de revisão, segundo HUMBERTO THEODORO, é obrigatório. Todavia, o Tribunal de origem não fica vinculado à decisão proferida no julgamento do recurso especial amostra. Afasta-se, novamente, qualquer tendência de se conferir eficácia vinculante aos julgamentos proferidos em sede de recurso especial, tal como já foi examinado em relação ao recurso extraordinário (v. item 6.3, *supra*). Explica o citado autor: “O juízo de revisão será obrigatório, embora o órgão julgador local não esteja vinculado a decidir pela modificação do acórdão recorrido. Poderá, no reexame, alterar ou manter o julgado anterior. Verificada a retratação, o recurso especial ficará prejudicado. Ocorrendo, entretanto, a manutenção do decisório local no juízo de reexame, proceder-se-á ao exame de admissibilidade do especial pelo presidente do tribunal de origem, segundo as regras próprias desse juízo preliminar. É de se notar, porém, que fatalmente haverá o especial de ser admitido, porque o acórdão estará fundado em tese já definida pelo STJ, em sentido contrário àquele observado pelo Tribunal de segundo grau. Nesses termos, chegando ao STJ, o recurso será liminarmente provido, por decisão singular do relator, na forma do art. 557, § 1º-A, do CPC, uma vez que o acórdão terá sido proferido contra decisão representativa do entendimento dominante firmado pelo STJ” (*O novo artigo 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.678, de 08.05.2008)*, cit., pp. 62-63).

Estabeleceu-se, ainda, o mesmo mecanismo previsto na repercussão geral da questão constitucional para dar publicidade a esses julgados. Por essa razão, a coordenadoria do órgão responsável pelo julgamento do recurso repetitivo deverá expedir ofício aos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados, com cópia do respectivo acórdão proferido no julgamento do recurso especial amostra.

Diante de todas essas inovações, pode-se concluir que o legislador ordinário acabou, por via transversa, estabelecendo uma espécie de repercussão geral também para certos tipos de questões legais, objeto de recursos especiais. Ainda que a questão ventilada no recurso especial paradigma não seja *qualificada* pelo atributo da *relevância*, certamente ela o é em razão de sua transcendência. Isso porque essa questão federal controvertida deverá se repetir em uma série relativamente extensa de recursos especiais. Em tais hipóteses têm aplicação o artigo 543-C do Código de Processo Civil. Existe, portanto, um claro *interesse público* no novel instituto, que o aproxima da figura da repercussão geral da questão constitucional.

Além disso, o objetivo dessa nova medida também é o mesmo que norteou a introdução da repercussão geral da questão constitucional como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário: reduzir o número de recursos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça e, via de consequência, aprimorar a qualidade dos julgamentos proferidos por aquela Corte, de modo a torná-los efetivos precedentes, que norteiem a interpretação dos dispositivos de lei federal, por parte dos demais Tribunais e juízes de todo o país⁹⁵². Confessadamente, a exposição de motivos do Projeto de Lei sancionado

⁹⁵² É o que afirma HUMBERTO THEODORO: “Embora a Lei nº 11.672/2008 não tenha interferido nas condições constitucionais de admissibilidade, como ocorreu em relação ao recurso extraordinário, cuja contenção se deu por meio de emenda à Constituição (art. 102, § 3º), nota-se uma simetria procedimental entre as duas reformas, ambas voltadas à superação do volume exagerado de recursos com idênticas questões de direito que chegam ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. Essa similitude de problemas conduziu a uma paridade de remédios, se não total, pelo menos no esquema prático do procedimento. Assim, a exemplo do regime já estatuído para o recurso extraordinário, pela Lei nº 11.418/2006, o mecanismo de processamento do recurso especial diante de causas seriadas caracteriza-se pelos seguintes objetivos: a) evitar a subida dos recursos especiais repetitivos, represando-os provisoriamente no tribunal de origem; b) julgamento de questão repetitiva numa única e definitiva manifestação da Corte Especial do STJ; c) repercussão do julgado definitivo da Corte Especial sobre o destino de todos os recursos represados, sem necessidade de subirem ao STJ, sempre que possível” (*O novo artigo 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.678, de 08.05.2008)*, cit., p. 64). Nesses casos, complementa EDUARDO TALAMINI, “o procedimento institucionalizado da amostragem, confere inclusive destaque ao recurso amostra – que assim poderá receber atenção especial do Superior Tribunal, da sociedade e de outros interessados (envolvidos em outros processos que versam sobre a mesma questão), que dentro de certas condições poderão até intervir como *amicus curiae*. Cerca-se assim de maiores garantias – viabilizando-se um contraditório mais adequado – um procedimento que informalmente já ocorria. Enfim,

pelo Presidente da República inspirou-se na sistemática de julgamento implementada pela Lei nº 11.418, de 2.006⁹⁵³.

Procurou-se escapar da necessidade de aprovação de uma nova Emenda Constitucional, uma vez que somente ela poderia instituir mecanismo de restrição à admissibilidade do recurso especial⁹⁵⁴. Instituiu-se, pois, um novo procedimento de julgamento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, embora os efeitos da apreciação desses recursos especiais repetitivos seja muito semelhante aos previstos para a repercussão geral da questão constitucional (essa sim, como demonstrado, um efetivo pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário – v. item 4.2, *supra*).

institucionaliza-se, sob o pálio das garantias do processo, algo que já vinha ocorrendo de modo sub-reptício” (*Julgamento de recursos no STJ “por amostragem”*, cit., pp. 3-4).

⁹⁵³ Confira-se: “O presente projeto de lei é baseado em sugestão do ex-membro do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Athos Gusmão Carneiro, com o objetivo de criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda daquele Tribunal. Submetido ao crivo do Presidente da Corte Superior, a proposta foi aceita e recebeu alguns ajustes, que passaram a integrar a presente redação. Após, sofreu ainda pequenas alterações ao ser analisado pelos órgãos jurídicos do Poder Executivo. Somente em 2005, foram remetidos mais de 210.000 processos ao Superior Tribunal de Justiça, grande parte deles fundados em matérias idênticas, com entendimento já pacificado naquela Corte. Já em 2006, esse número subiu para 251.020, o que demonstra preocupante tendência de crescimento. Com o intuito de amenizar esse problema, o presente anteprojeto inspira-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418/06 que criou mecanismo simplificado para o julgamento de recursos múltiplos, fundados em idêntica matéria, no Supremo Tribunal Federal” (destacamos).

⁹⁵⁴ O Projeto de Emenda Constitucional nº 29-A – que ficou conhecido como a *Reforma Paralela* do Judiciário – sugere a inclusão de um § 3º ao artigo 105 da Constituição Federal, com a seguinte redação: “A lei estabelecerá os casos de inadmissibilidade do recurso especial”. Foi ele desmembrado do Projeto nº 29, de 2.000, aprovado na Reforma do Judiciário (v. item 4.1, *supra*) e já conta com aprovação, em dois turnos, no Senado Federal. No entanto, teve de retornar à Câmara dos Deputados, em atenção ao princípio do bicameralismo. Lá tomou o nº 358, de 2.005, e aguarda votação, desde 10 de janeiro de 2.005. Em 19 de fevereiro de 2.008, foi solicitada a sua inclusão na ordem do dia, para votação.

CONCLUSÕES.

Após o estudo da repercussão geral da questão constitucional, empreendido ao longo desta dissertação, são extraídas algumas relevantes conclusões:

1. A Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, enquadra-se no contexto das *reformas* do processo civil brasileiro. Até então limitadas ao Código de Processo Civil, as modificações atingiram agora a Constituição Federal. Modificou-se não apenas a estrutura do Poder Judiciário, mas também alguns institutos de direito processual, muito importantes.

Destaca-se, nesse contexto, a atribuição de eficácia *erga omnes* e efeitos vinculantes para as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, não mais apenas em relação às ações declaratórias de constitucionalidade, mas também para as decisões de mérito proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade, “relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal” (artigo 102, § 2º Constituição Federal).

Além disso, o sistema jurídico brasileiro passou a adotar a *súmula vinculante* (artigo 103-A). E, por fim, estabeleceu-se a necessidade de se demonstrar a *repercussão geral* das *questões constitucionais*, para o fim de viabilizar a interposição do recurso extraordinário (artigo 102, § 3º).

Todo esse arcabouço tem o objetivo de não apenas tornar o processo judicial um instrumento *célere* e *efetivo*, mas também aprimorar a *qualidade* da prestação jurisdicional.

2. Para um completo estudo do novo instituto da repercussão geral da questão constitucional, foi necessário dividir o trabalho em duas partes.

Na primeira delas, tratou-se da função do Supremo Tribunal Federal e do recurso extraordinário no direito brasileiro. Examinou-se, ainda, a instituição do que pode ser considerado o primeiro *filtro de contenção* desse meio excepcional de impugnação no sistema jurídico nacional: a *arguição de relevância da questão federal*.

Na segunda parte, examinou-se os vários aspectos processuais da repercussão geral da questão constitucional, bem como seus contornos ditados pelo Código de Processo Civil, quais sejam: os reflexos de ordem *econômica*; as implicações de cunho *político*; a relevância *jurídica* da *quaestio iuris*, e a presença do relevante *interesse social*. Foi analisado, também, o processo de julgamento desse requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário. E, por fim, explicou-se o ponto mais relevante, relacionado às consequências do julgamento da repercussão geral da questão constitucional, quer pelo ângulo negativo (quando o Excelso Pretório entender que ela não se faz presente), quanto pelo ângulo positivo, isto é, quando o Supremo Tribunal Federal decidir pela existência da repercussão geral da questão constitucional, o que possibilita o julgamento do mérito do recurso extraordinário.

3. O Brasil sempre possuiu um órgão judiciário de *cúpula*. Ainda antes da independência, logo após a Família Real ter se transferido para o território brasileiro, o Príncipe Regente Dom João, por meio de Alvará de 10 de maio de 1.808, cria a “Casa da Suplicação do Brasil”.

As denominações dessa Corte Suprema variaram ao longo do tempo. A Constituição do Império, de 1.824, denominou-a “Supremo Tribunal de Justiça”, ainda sob influência lusitana. O nome “Supremo Tribunal Federal” aparece após a proclamação

da República, por meio do Decreto nº 848, de 1.890, que organizou a Justiça Federal brasileira.

4. A função recursal do Supremo Tribunal Federal, apesar de algumas modificações – afinal, o Brasil já teve nada menos do que sete Constituições, incluindo a de 1.988 – permaneceu praticamente a mesma: zelar pela *unidade* e *uniformidade* do ordenamento jurídico brasileiro.

Somente após 1.988 é que esse modelo foi parcialmente modificado, com a criação do Superior Tribunal de Justiça, ao qual foi outorgado competência para, basicamente, julgar recursos especiais em que discute a violação de tratado ou lei federal, ou fundados em divergência jurisprudencial. A partir desse momento, reforça-se o perfil constitucional do Supremo. Pela via extraordinária, compete-lhe julgar, em última instância, recursos em que se discute violações a preceitos da Constituição.

5. As contantes modificações das Constituições do Brasil expandiram a competência do Supremo Tribunal Federal. O número de integrantes da Corte, no entanto, permaneceu o mesmo. Aliado a isso, o desenvolvimento econômico, industrial e social brasileiro fizeram com que o número de processos judiciais crescesse de forma assustadora. Por consequência, aumentou também o volume de recursos extraordinários dirigidos ao Excelso Pretório.

Em pouco tempo, o Supremo Tribunal Federal passou a sofrer os efeitos de uma *crise*, há décadas relatada pela doutrina nacional e pelos próprios Ministros da Corte. Isso porque o Tribunal não tem condições de julgar o número de ações que lá se originam ou que lhe são enviadas, por meio de recursos extraordinários. Há uma constante *defasagem* entre o número de processos que dão entrada na Corte e aqueles que são, efetivamente, julgados. O maior culpado dessa situação, sem dúvida, é o recurso extraordinário, e respectivos agravos de instrumento contra decisões denegatórias. Atualmente, eles respondem por quase 94% dos feitos em tramitação no Supremo Tribunal. Somente entre 1.990 e 2.007, esse número chegou a quase 1.000.000 de recursos.

Tornou-se necessário, assim, instituir mecanismos de *racionalização* dos trabalhos da Suprema Corte brasileira. Foram empreendidas várias modificações legislativas. O Supremo Tribunal Federal também realizou uma série de alterações em seu Regimento Interno, sempre com o intuito de restringir a admissibilidade de recursos extraordinários. A principal delas ocorreu com a criação das *súmulas de jurisprudência predominante*, cujos enunciados serviram como base para rejeitar, de modo liminar, uma série de recursos extraordinários. A Corte consolidou uma jurisprudência *defensiva*, na tentativa de resguardar a viabilidade de seu trabalho.

As medidas, porém, não surtiram o efeito prático desejado. Nem mesmo a criação do Superior Tribunal de Justiça, pela Constituição de 1.988, foi suficiente para aliviar a pauta da Corte. Ainda que sua competência tenha ficado restrita, em grandes linhas, ao julgamento de matérias constitucionais, o número de recursos extraordinários não diminuiu. Pelo contrário, continuou aumentando.

6. É nesse contexto que a Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, voltou a instituir mecanismo de *filtragem* dessas impugnações. Afinal, desde o seu nascimento, derivado do *writ of error* do direito norte-americano, o recurso extraordinário é encarado como um modo *excepcional* de se impugnar decisões judiciais. Tanto é assim, que suas hipóteses de cabimento sempre estiveram, taxativamente, elencadas no texto constitucional. Busca-se, por meio dele, preservar a unidade do ordenamento jurídico em um Estado *federativo*.

Por essa razão, pode-se dizer que o recurso extraordinário não configura um *direito* da parte, mas sim uma *prerrogativa* outorgada, pela Constituição do Brasil, ao Supremo Tribunal Federal. A Corte tem o poder de examinar se essas impugnações veiculam hipóteses em que a uniformidade e a segurança do ordenamento jurídico brasileiro estejam, efetivamente, colocadas em risco. Não se verificando qualquer dessas situações (obviamente, também excepcionais), o Excelso Pretório pode se recusar a julgar esses recursos.

7. Por esse motivo, tem crescido na doutrina e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal uma tendência que defende a *objetivação* do recurso extraordinário. Trata-se de uma tese bastante defensável, quando se analisa a função do Excelso Pretório e do próprio recurso extraordinário no sistema jurídico pátrio. Contudo, ela deve ser entendida em seus devidos termos.

Não se trata, como já afirmaram algumas decisões da Corte, de atribuir eficácia vinculante e *erga omnes* para os julgamentos proferidos em sede de controle difuso de constitucionalidade. No ordenamento jurídico brasileiro, esses efeitos estão reservados, com exclusividade, às decisões proferidas em controle abstrato, por meio dos processos *objetivos*.

No entanto, os acórdãos proferidos em julgamento de recursos extraordinários devem ostentar caráter *paradigmático* e nortear a jurisprudência, não apenas do Supremo, mas de todos os demais Tribunais e juízes do país. Ainda que tenham efeitos meramente *persuasivos*, é preciso que esses julgados configurem verdadeiros *precedentes*.

8. Os mecanismos de filtragem (*qualitativa*) dos recursos extraordinários não constituem, propriamente, uma novidade, quer seja no sistema jurídico brasileiro, quer em ordenamentos jurídicos estrangeiros.

Com efeito, a Emenda Constitucional nº 1, de 1.969, possibilitou que o Supremo Tribunal Federal, por meio de seu Regimento Interno, indicasse as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário, atendidas a natureza, espécie e o valor pecuniário das causas.

Dessa forma, a Emenda Regimental nº 3, de 1.975, criou a *arguição de relevância das questões federais*. Primeiramente, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal fixou algumas hipóteses em que o recurso extraordinário não seria cabível. Em tais casos, a parte que pretendesse ter a sua impugnação apreciada pelo Excelso Pretório deveria demonstrar, em preliminar de recurso, a relevância da questão (federal) levada ao conhecimento da Corte. Buscava-se, então, viabilizar a admissão de recursos extraordinários em casos em que eles não seriam admissíveis (para discutir,

ênfatize-se, matéria infraconstitucional, pois as questões constitucionais eram presumidamente relevantes).

Essa sistemática sofreu alteração com a publicação da Emenda Regimental nº 3, de 1.985. A partir dali, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal passou a elencar as hipóteses de cabimento do recurso extraordinário. Caso a impugnação não se enquadrasse naquele rol taxativo, a parte deveria *argüir a relevância da questão federal* que fundamentava a interposição do recurso extraordinário, como forma de viabilizar a sua impugnação.

A medida não foi vista com bons olhos pela doutrina brasileira. As principais críticas estavam centradas não propriamente no instituto da arguição de relevância, como um modo de aliviar a sobrecarga de trabalho da Corte. Já naquela ocasião, a crise do Supremo se manifestava com todo o vigor, inclusive porque o recurso extraordinário não se restringia a violações de texto constitucional. Era cabível, também, para discutir a aplicação de textos legais (federais) e em casos de divergência jurisprudencial.

O grande problema estava relacionado ao procedimento de julgamento da arguição de relevância. O *incidente processual* era apreciado em sessão secreta da Corte, por meio de seu Conselho (que não integrava os órgãos judicantes do Supremo Tribunal), convocado especialmente para esse fim, sendo dispensada a lavratura de acórdão. A completa ausência de motivação dessa decisão fazia com que ela ostentasse caráter não discricionário, mas sim *arbitrário*. Limitava-se o Supremo a publicar um extrato da ata da sessão de julgamento, informando as arguições de relevância acolhidas pelo Conselho. As partes não tinham acesso a esse julgamento, e também não lhes era dada a oportunidade de conhecer as razões que levaram a Corte a aceitar – ou na grande maioria dos casos rejeitar – o incidente e negar admissão ao recurso extraordinário.

Por conta de todas essas críticas e em razão da criação do Superior Tribunal de Justiça, pela Constituição de 1.988, que ficou encarregado de julgar recursos especiais em que se discute a violação de tratado ou lei federal, resolveu-se, a partir da promulgação da Carta cidadã, abolir a arguição de relevância.

9. Só mais tarde, com a edição da Medida Provisória nº 2.226, de 2.001, é que se reinstaura no cenário jurídico nacional um *mecanismo de seleção* de recurso de natureza extraordinária. Passou-se a exigir que o recurso de revista, dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho, seja dotado de *transcendência*, como forma de viabilizar sua admissão. Todavia, a restrição ficou limitada ao âmbito da Justiça do Trabalho.

Além disso, a medida ainda não teve aplicação prática, razão pela qual não se pôde colher resultados dessa inovação. Isso porque está pendente de julgamento, no Excelso Pretório, Ação Direta de Inconstitucionalidade que discute a inclusão de tal instituto por meio de medida provisória. Com receio de que julgamentos sejam anulados no futuro, o Tribunal Superior do Trabalho até o momento não regulamentou a transcendência em seu Regimento Interno.

10. Abeberando-se em experiências jurídicas estrangeiras – o *writ of certiorari* do direito norte-americano, a *importância fundamental da causa* do direito alemão e a *gravidade instituciional* presente no direito argentino – o Constituinte reformador, de 2.004, voltou a introduzir mecanismo de filtragem dos recursos extraordinários dirigidos ao Supremo Tribunal Federal. Trata-se da *repercussão geral da questão constitucional*.

Instituiu-se, com isso, um novo *pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*. Para viabilizar a admissão de sua impugnação, deverá o recorrente demonstrar não apenas que a matéria veiculada no recurso extraordinário ostenta relevância, mas também deve comprovar os reflexos de ordem *econômica*, ou as implicações de cunho *político*, ou a importância *jurídica* da *quaestio iuris*, ou, ainda, a presença de um relevante *interesse social* no caso que pretende ver reexaminado pela Corte Suprema.

Basta estar presente um único desses aspectos, para que a questão constitucional possa ser considerada de repercussão geral. A presença desse requisito viabiliza, também, o conhecimento integral do recurso extraordinário, mesmo que algumas das questões nele veiculadas não sejam dotadas dessa especial característica. Deverá o Supremo Tribunal Federal examinar a questão por todos os seus ângulos, de modo a proferir uma decisão realmente paradigmática.

A repercussão geral pode ser resumida pelo binômio *relevância/transcendência* da questão posta em julgamento em um determinado recurso extraordinário. Não basta mais comprovar o mero interesse subjetivo dessa impugnação. É *ônus* do recorrente demonstrar de que modo a decisão do recurso extraordinário pode gerar reflexos para toda a sociedade, ou qualquer de seus grupos representativos.

Essa circunstância, de acordo com a Lei nº 11.418, de 2.006, que regulamentou o instituto, é *presumida* quando a decisão ou o acórdão recorrido se mostrarem *contrários à jurisprudência pacificada no Supremo Tribunal Federal*. Criou-se, pois, uma *válvula de escape*, que permite a automática admissão do recurso extraordinário em tais hipóteses (obviamente, desde que argüida e devidamente comprovada pelo recorrente a divergência interpretativa, em matéria constitucional).

11. Atento às críticas formuladas ao sistema anterior da arguição de relevância, o Constituinte alterou, profundamente, o procedimento da repercussão geral. Por se tratar, indubitavelmente, de uma decisão de cunho *jurisdicional*, assegurou-se a ela todas as garantias dos provimentos judiciais. Em especial, a necessidade de motivação desse julgamento. Além disso, possibilita-se a participação do *amicus curiae*, como forma de *democratizar* essa decisão, que poderá espalhar efeitos para os processos que discutam idêntica questão constitucional.

12. A repercussão geral da questão constitucional conta com uma *dúplice vertente*: de um lado, busca afastar da competência da Corte aquela série infundável de recursos repetitivos, que discutam matérias constitucionais semelhantes, na maioria das vezes já pacificadas em sua jurisprudência, e, portanto, sem maior importância.

De outro lado – e essa poderá ser a contribuição decisiva do instituto para o sistema jurídico brasileiro – na medida em que visualize a relevância e a transcendência da matéria posta em discussão no recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal poderá abandonar sua jurisprudência defensiva em relação ao conhecimento dos recursos extraordinários. Requisitos como o prequestionamento e ofensa direta à Constituição deverão ser abrandados. Se a questão constitucional estiver

bem identificada na decisão recorrida e se a matéria for suficientemente importante e abrangente, o recurso extraordinário poderá ser conhecido, de modo a fixar a correta interpretação do preceito constitucional controvertido.

13. De acordo com precedente emanado do Supremo Tribunal Federal, a invocação da preliminar de repercussão geral da questão constitucional passou a ser exigida para todo e qualquer recurso extraordinário interposto a partir de 3 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007, que regulamentou o instituto.

14. Em razão da importância e dos reflexos que podem advir do julgamento da repercussão geral da questão constitucional, fixou-se um quorum *prudencial*, extremamente alto, para sua denegação. Com efeito, a preliminar só poderá ser recusada por dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal. É necessário, portanto, o voto de, no mínimo, oito Ministros para a inadmissibilidade do recurso extraordinário por esse fundamento.

Dessa forma, a competência para o julgamento da repercussão geral está afeta ao Plenário da Corte, pelo menos no primeiro julgamento da questão. Repartiu-se, com isso, o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Como o novel instituto buscou agilizar o julgamento dos recursos extraordinários, no Excelso Pretório, seu Regimento Interno criou um processo eletrônico para a votação dessa preliminar. A medida, porém, é preocupante, já que suprime a possibilidade dos debates orais entre os Ministros da Corte. Garantiu-se, de qualquer forma, uma ampla publicidade às decisões proferidas no âmbito do “Plenário virtual”.

15. Em princípio, por se tratar de decisão proferida pela mais alta Corte do país, em julgamento que lhe está afeto com exclusividade, a decisão relativa à repercussão geral é irrecorrível. Não se pode excluir, porém, a possibilidade de oposição de embargos declaratórios, como forma de obter esclarecimentos a respeito do julgado.

16. É importante ressaltar que a apreciação dessa preliminar deve ocorrer somente após o relator do recurso extraordinário ter verificado que a impugnação conta com todos os demais requisitos necessários para viabilizar o seu conhecimento. Sendo realmente admissível o recurso extraordinário, o julgamento de mérito dessa impugnação deve estar afeto ao Plenário, de modo a formar um *precedente* que reflita, efetivamente, a jurisprudência firme da Corte a respeito de determinado tema constitucional. Essa é a sistemática que vem sendo adotada pelo Supremo.

17. Por fim, a regulamentação da repercussão geral, com a inclusão dos artigos 543-A e 543-B ao Código de Processo Civil, estipulou importantes consequências para o julgamento dessa preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário.

Inicialmente, a Corte de origem, ou mesmo o Supremo Tribunal Federal, poderão selecionar um único recurso, que bem represente a questão constitucional controvertida. Está-se diante de um recurso *paradigma*, cuja decisão irá nortear o julgamento de todos os demais recursos que veiculem aquele mesmo tema. Por essa razão, todas essas outras impugnações semelhantes deverão permanecer sobrestadas no Tribunal *a quo*. Se já tiverem sido remetidas ao Supremo, poderão, inclusive, ser devolvidas.

Se o Excelso Pretório entender inexistente a repercussão geral, os recurso sobrestados serão considerados, automaticamente, não admitidos. Para tanto, o Tribunal de origem deverá proferir decisão, em cada uma dessas impugnações que permaneceram suspensas, negando admissibilidade a esses recursos extraordinários, com base no precedente do Supremo. Contra essa decisão cabe agravo de instrumento (artigo 544 do Código de Processo Civil).

De outro lado, se o Supremo Tribunal Federal concluir pela presença desse requisito especial de admissibilidade, estará aberta a via para julgamento de mérito do recurso extraordinário “amostra”. Essa decisão também será dotada de efeitos paradigmáticos importantes.

Em primeiro lugar, a Presidência do Tribunal *a quo* poderá considerar *prejudicados* os demais recursos extraordinários que ali ficaram sobrestados, se as suas razões estiverem em *confronto* com a decisão proferida no recurso previamente selecionado.

Em segundo lugar, a Corte de origem poderá se *retratar*, na hipótese em que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal tiver sido contrária ao resultado de julgamento do acórdão ou decisão recorrida. Também se faz presente, nessa situação, uma espécie de *vinculação persuasiva*, a que se aludiu no primeiro caso.

Todavia, está-se diante de uma hipótese peculiar, na medida em que ela enseja um novo julgamento de mérito em segunda instância (que comportará, naturalmente, recurso extraordinário, mas com reduzidas chances de êxito). Para não configurar violação ao artigo 473 do Código de Processo Civil, essa decisão deverá ser proferida pela Presidência ou Vice-Presidência do Tribunal de origem, conforme organização estabelecida em seu Regimento Interno. Isso porque o julgamento colegiado de segundo grau já se encontrava encerrado, sendo necessário que um órgão superior profira essa nova decisão de mérito.

Em terceiro lugar, caso não ocorra a retratação, e se o recurso não for considerado prejudicado, mantendo-se, com isso, a decisão recorrida contrária ao entendimento firmado pelo Excelso Pretório, o recurso extraordinário será remetido à Corte Suprema e lá poderá ser julgado, nesse caso *monocraticamente*, com fulcro no precedente firmado em Plenário. Afinal, já houve o reconhecimento *prévio* da existência da repercussão geral, que viabiliza a análise da matéria de fundo veiculada pelo recurso extraordinário.

Como se pode notar, a instituição do pressuposto de admissibilidade da repercussão geral da questão constitucional ampliou as conseqüências dos julgamentos proferidos em sede extraordinária, também quando ficar reconhecida a relevância do tema em análise, e os reflexos que ele poderá trazer para a sociedade brasileira. Não apenas as decisões negativas quanto a esse requisito de admissibilidade do recurso extraordinário terão conseqüências relevantes. A decisão positiva do Supremo Tribunal Federal também será dotada de enorme importância.

Embora os efeitos *concretos* do julgamento de um recurso extraordinário (no qual ficou reconhecida a repercussão geral da questão constitucional) fiquem adstritos às partes, não podendo ser opostos a terceiros, é certo que os *efeitos abstratos* dessa decisão, isto é, o *precedente* criado em tal julgamento certamente irá *influenciar* a análise das demais ações em que se discuta a mesma tese de direito (constitucional).

Essa consequência de julgamento, para logo se vê, não se confunde com decisões de efeitos vinculantes e eficácia *erga omnes*, limitadas às decisões proferidas em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Também possui efeitos bem diversos em relação àqueles previstos para a súmula vinculante.

Em síntese, bastaria uma única manifestação do Plenário. *Reconhecida a existência da repercussão geral e julgada a impugnação pelo seu mérito*, todos os recursos extraordinários com objeto semelhante serão *automaticamente admitidos* – agora por meio de julgamentos *monocráticos*, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, excepcionando-se, nesse caso específico, o quorum constitucional de dois terços estabelecido no artigo 102, § 3º da Carta Magna – e o *precedente* ali fixado deverá ser seguido pelo Ministro Relator, ao apreciar todos os demais recursos extraordinários que versem sobre matéria semelhante (isto é, sobre idêntica controvérsia constitucional).

18. Injustificadamente, o mesmo requisito de admissibilidade não foi exigido para o recurso especial. A Emenda Constitucional nº 45, de 2.004, deixou bem claro que o recorrente deve demonstrar a repercussão geral da *questão constitucional*. Ficou esse pressuposto de admissibilidade restrito ao cabimento dos recursos extraordinários, embora o recurso especial tenha natureza bastante semelhante. Lembre-se que ao Superior Tribunal de Justiça cumpre assegurar a unidade do direito infraconstitucional. Exerce, pois, função análoga a do recurso extraordinário, só em que nível de lei federal.

Isso sem contar que o Superior Tribunal de Justiça, mesmo sendo composto por número bem maior de Ministros (33, contra os 11 do Supremo) também se encontra sobrecarregado de processos e impedido de realizar sua função precípua, na medida em que é obrigado a julgar volume também insuportável de recursos.

Foi criada, no entanto, uma medida paliativa, fruto de alteração por meio de lei ordinária (nº 11.672, de 2.008, a qual introduziu o artigo 543-C no Código de Processo Civil). Instituiu-se um *procedimento especial* para o julgamento de recursos especiais *repetitivos*, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, com consequências bastante semelhantes àsquelas previstas para a repercussão geral da questão constitucional (artigos 543-A e 543-B do diploma processual).

BIBLIOGRAFIA.

ABBUD, André de Albuquerque Cavalcanti, *O Anteprojeto de Lei sobre a repercussão geral dos recursos extraordinários*, in *Revista de Processo*, nº 129, 2.005.

_____, *A repercussão geral dos recursos extraordinários e o julgamento por amostragem no âmbito do Supremo Tribunal Federal (CPC, arts. 543-A e 543-B)*, in *As Novas Reformas do CPC e de outras normas processuais*, MAURÍCIO GIANNICO – VÍTOR JOSÉ DE MELLO MONTEIRO (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.008.

ABRAHAM, Henry J., *The Judicial Process – an introductory analysis of the Courts of the United States, England and France*, 7ª ed., New York, Oxford University, 1.998.

ABREU, Iduna Weinert, *A argüição de relevância da questão federal*, in *Revista de Informação Legislativa*, v. 61, 1.979.

AFFONSO, Geórgia C., e FERRARI, Irany, *Alternativa para a transcendência*, in *LTr Suplemento Trabalhista*, v. 61, nº 2, 2.002.

ALBERTO DOS REIS, José, *A função do Supremo Tribunal de Justiça segundo o CPC português*, in *Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris)*, v. 38, 1.986.

ALMEIDA COSTA, Mário Júlio, *História do Direito Português*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 1.999.

ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de, *Direito Judiciário Brasileiro*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1.960.

AMARAL JUNIOR, José Levi Mello do, *Arguição de (ir)relevância*, disponível [on-line] in <http://conjur.com.br/static/text/32358,1>, acesso em 31.10.2008.

AMARAL SANTOS, Moacyr, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, vol. 3, 5ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.981.

AMERICANO, Jorge, *Comentários ao Código de Processo Civil do Brasil*, vol. IV, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.960.

ANDRIGHI, Fátima Nancy, *Arguição de relevância*, disponível [on-line] in <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2001/633>, acesso em 08.08.2007.

ARAÚJO, José Henrique Mouta, *A repercussão geral e o novo papel do STF*, in *Revista Dialética de Direito Processual Civil (RDDP)*, v. 50, 2.007.

_____, *A eficácia da decisão envolvendo a repercussão geral e os novos poderes dos relatores e dos tribunais locais*, in *Revista de Processo*, nº 152, 2.007.

_____, *A verticalização das decisões do STF como instrumento de diminuição do tempo do processo: uma reengenharia necessária*, in *Revista de Processo*, nº 164, 2.008.

ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos de, GRINOVER, Ada Pellegrini, e DINAMARCO, Cândido Rangel, *Teoria Geral do Processo*, 15ª ed., São Paulo, Malheiros, 1.999.

AROUCA, José Carlos, *Recurso de revista e transcendência*, in *Revista LTr*, vol. 66, nº 1, 2.002.

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de, *A Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, São Paulo, RT, 1.988.

_____, *A alta função jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça no âmbito do recurso especial e a relevância das questões*, in *Revista de Processo*, nº 96, 1.999.

_____, *A EC nº 45 e o instituto da repercussão geral*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli*, São Paulo, RT, 2.005.

ASSIS, Araken, *Manual dos Recursos*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.008.

ASSIS, Carlos Augusto de, *Repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário (Lei 11.418/2006)*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 54, 2.007.

ASSUMPÇÃO, Helcio Alves de, *Recurso extraordinário: requisitos constitucionais de admissibilidade*, in *Meios de Impugnação ao Julgado Civil – estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO (coord.), Rio de Janeiro, Forense, 2.007.

AURELLI, Arlete Inês, *Repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Revista de Processo*, nº 151, 2.007.

AZEVEDO, Luiz Carlos de, *Introdução à História do Direito*, São Paulo, RT, 2.005.

AZEVEDO, Noé de, *A crise do Supremo Tribunal e dos Tribunais de Apelação*, in *Revista dos Tribunais*, vol. 147, 1.944.

AZZONI, Clara Moreira, *Efeitos dos Recursos Especial e Extraordinário no Direito Processual Civil*, São Paulo, Tese (Mestrado), U.S.P., 2.008.

BALEEIRO, Aliomar, *O Supremo Tribunal Federal, Esse Outro Desconhecido*, Rio de Janeiro, Forense, 1.968.

BAPTISTA, N. Doreste, *Da Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, Rio de Janeiro, Forense, 1.976.

BARBALHO U. C., João, *Constituição Federal Brasileira – Commentarios*, 2ª ed., Rio de Janeiro, F. Briguet & Cia., 1.924.

BARBI, Celso Agrícola, *Supremo Tribunal Federal – funções na Constituição Federal de 1988*, in *Revista dos Tribunais*, v. 656, 1.990.

BARBOSA, Ruy, *Commentarios á Constituição Federal Brasileira*, volume IV, São Paulo, Saraiva, 1.933.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos, *Questões Prejudiciais e Coisa Julgada*, Rio de Janeiro, Tese (Livre-Docência), Faculdade de Direito da U.F.R.J., 1.963.

_____, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1.981.

_____, *Regras da experiência e conceitos jurídicos indeterminados*, in *Temas de Direito Processual – Segunda Série*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.988.

_____, *A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito*, in *Temas de Direito Processual – Segunda Série*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.988.

_____, *O futuro da Justiça: alguns mitos*, in *Revista Forense*, v. 352, 2.000.

_____, *Breve notícia sobre a reforma do processo civil alemão*, in *Revista de Processo*, vol. 111, 2.003.

_____, *Súmula, jurisprudência, precedente: uma escalada e seus riscos*, in *Revista Síntese de Direito Processual*, nº 35, 2.005.

_____, *A Emenda Constitucional nº 45 e o processo*, in *Revista Forense*, v. 383, 2.006.

_____, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 14ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.008.

BARIONI, Rodrigo, *O recurso extraordinário e as questões constitucionais de repercussão geral*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli*, São Paulo, RT, 2.005.

_____, *Repercussão geral das questões constitucionais: observações sobre a Lei 11.418/2006*, in *Recurso Especial e Extraordinário – repercussão geral e atualidades*, ROGÉRIO LICASTRO TORRES DE MELLO (coord.), São Paulo, Método, 2.007.

BAUM, Lawrence, *The Supreme Court*, trad. port. Élcio Cerqueira, *A Suprema Corte Americana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1.987.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos, *Discrecionalidade judicial*, in *Revista Forense*, vol. 354, 2.001.

BEGA, Carolina Brambila, *Repercussão Geral das Questões Constitucionais – aspectos processuais*, São Paulo, Tese (Mestrado), U.S.P., 2.008.

BENETI, Sidnei, *Doutrina de precedentes e organização judiciária*, in *Processo e Constituição – estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*, LUIZ FUX – NELSON NERY JUNIOR – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER (coords.), São Paulo, RT, 2.006.

BERALDO, Leonardo de Faria, *Recurso extraordinário e a EC nº 45/04*, in *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, nº 35, 2.005.

BERMUDES, Sérgio, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. VII, 2ª ed., São Paulo, RT, 1.977.

_____, *A Reforma do Código de Processo Civil*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.996.

_____, *A Reforma do Poder Judiciário pela Emenda Constitucional nº 45*, Rio de Janeiro, Forense, 2.005.

BIELSA, Rafael, *La Proteccion Constitucional y el Recurso Extraordinario – jurisdiccion de la Corte Suprema*, 2ª ed., Buenos Aires, Roque Depalma, 1.958.

BONUMÁ, João, *Direito Processual Civil*, vol. 3, São Paulo, Saraiva, 1.946.

BORGES, Marcos Afonso, *O recurso extraordinário e a repercussão geral*, in *Revista de Processo*, nº 156, 2.008.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignacio, *A crise do Judiciário e o processo*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 1, São Paulo, RT, 2.005.

_____, *As novas tendências do direito processual: uma contribuição para o seu reexame*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 1, São Paulo, RT, 2.005.

_____, *A nova lei dos recursos*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 2, São Paulo, RT, 2.005.

_____, *A súmula da jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 2, São Paulo, RT, 2.005.

_____, *O dismantelamento do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade*, in *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil*, vol. 2, São Paulo, RT, 2.005.

BRAGHITTONI, R. Ives, *Recurso Extraordinário – uma análise do acesso ao Supremo Tribunal Federal*, São Paulo, Atlas, 2.007.

BRANDÃO, Cláudio Mascarenhas, e RODRIGUES, Douglas Alencar, *A transcendência no recurso de revista para o TST*, in *Revista LTr*, vol. 65, nº 11, 2.001.

BUENO, Cassio Scarpinella, *De volta ao prequestionamento – duas reflexões sobre o RE 298.695-SP*, in *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis*, vol. 8, NELSON NERY JUNIOR – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER (coords.), São Paulo, RT, 2.005.

_____, *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro – um terceiro enigmático*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2.008.

BUZAID, Alfredo, *Estudos de Direito*, T. I, São Paulo, Saraiva, 1.972.

CALAMANDREI, Piero, *La Cassazione Civile*, vol. I, Milano, Fratelli Bocca, 1.920.

_____, *La Cassazione Civile*, vol. II, Milano, Fratelli Bocca, 1.920.

CALMON DE PASSOS, J. J., *Da argüição de relevância no recurso extraordinário*, in *Revista Forense*, v. 259, 1.977.

_____, *O recurso extraordinário e a Emenda nº 3 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, in *Revista de Processo*, v. 5, 1.983.

_____, *Súmula vinculante*, in *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, disponível [on-line] in <http://www.direitodoestado.com.br/rede.asp>, acesso em 15.12.2008.

CALMON FILHO, Petrônio (org.), *Cadernos IBDP – Série Propostas Legislativas – Reforma Constitucional do Poder Judiciário*, vol. 1, São Paulo, Instituto Brasileiro de Direito Processual, 1.999.

CALOSSO, Severo J., SUÁREZ, Ricardo H., e IACOBELLI, Graciela S., *El Proceso Civil – Buenos Aires y Nación*, Buenos Aires, Ad Hoc, 1.995.

CAMBI, Eduardo, *Critério da transcendência para a admissibilidade do recurso extraordinário (art. 102, § 3º, da CF): entre a autocontenção e o ativismo do STF no contexto de legitimação democrática da jurisdição constitucional*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli*, São Paulo, RT, 2.005.

CAMPOS, Francisco, *Direito Constitucional*, Rio de Janeiro Forense, 1.942.

CAPPELLETTI, Mauro, e GARTH, Bryant, *Access to Justice: the worldwide movement to make rights effective – a general report*, trad. port. Ellen Gracie Northfleet, *Acesso à Justiça*, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 1.988.

CARDOZO, Benjamin N., *The Nature of the Judicial Process*, trad. port. Silvana Vieira, *A Natureza do Processo Judicial*, São Paulo, Martins Fontes, 2.004.

CARNEIRO, Levi, *Federalismo e Judicialismo*, Rio de Janeiro, Alba, 1.930.

_____, *Ainda a crise do Supremo Tribunal Federal*, in *Arquivos do Ministério da Justiça*, nº 2, 1.943.

CARNELUTTI, Francesco, *Istituzioni di Diritto Processuale Civile*, trad. esp. Jaime Guasp, *Instituciones del Nuevo Proceso Civil Italiano*, Barcelona, Bosch, 1.942.

CARREIRA ALVIM, J. E., *Alguns aspectos dos recursos extraordinário e especial na reforma do Poder Judiciário (EC nº 45/2004)*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli*, São Paulo, RT, 2.005.

CARRION, Valentin, *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, 32ª ed., São Paulo, Saraiva, 2.007.

CARVALHO, José Rodrigues de, *Do Recurso Extraordinario*, 1ª ed., Parahyba, Torre Eiffel, 1.920.

CARVALHO DE MENDONÇA, Manoel Ignacio, *O Poder Judiciario no Brazil*, Curityba, Oficinas do Athelier Novo Mundo de Adolpho Guimarães, 1.899.

CASTANHEIRA NEVES, A., *O Instituto dos “Assentos” e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1.983.

CASTILHO, Manoel Lauro Volkmer de, *O recurso extraordinário, a repercussão geral e a súmula vinculante*, in *Revista de Processo*, nº 151, 2.007.

CAVALCANTE, Mantovanni Colares, *A Lei 11.672/2008 e o novo processamento de recursos especiais com identidade de matérias, em confronto com a feição transindividual do recurso extraordinário*, in *Revista de Processo*, nº 163, 2.008.

CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa, *Constituição Federal Brasileira – Commentarios*, 2ª ed., Rio de Janeiro, F. Briguiet e Cia., 1.924.

CHIOVENDA, Giuseppe, *Istituzioni di Diritto Processuale Civile*, vol. III, 2ª ed., trad. port. J. Guimarães Menegale, *Instituições de Direito Processual Civil*, São Paulo, Saraiva, 1.945.

COELHO, Gláucia Mara, *Repercussão Geral da Questão Constitucional no Processo Civil Brasileiro*, São Paulo, Tese (Mestrado), U.S.P., 2.007.

COOLEY, Thomas M., *A Treatise on the Constitutional Limitations*, 7ª ed., Boston, Little Brown and Company, 1.903.

CORRÊA, Ana Maria Guelber, *O recurso extraordinário e a argüição de relevância da questão federal*, in *Revista de Informação Legislativa*, v. 75, 1.982.

CÔRREA, Oscar Dias, *A Emenda Regimental nº 2/85 ao Regimento Interno do STF*, in *Revista da Associação dos Advogados de São Paulo*, nº 26, 1.989.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão, *As inovações da EC nº 45/2004 quanto ao cabimento do recurso extraordinário*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER et. al., São Paulo, RT, 2.005.

_____, Osmar Mendes Paixão, *Recurso Extraordinário – origem e desenvolvimento no direito brasileiro*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.006.

COSTA MANSO, M., *O Processo em Segunda Instância e suas Aplicações à Primeira*, vol. I, São Paulo, Saraiva, 1.923.

COUNTRYMAN, Edwin, *The Supreme Court of the United States*, New York, Matthew Bender & Co., 1.913.

CRISTOVÃO, Adélia Maria, *et alli*, *Recurso Extraordinário*, in *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 27-28, 1.987.

CRUZ E TUCCI, José Rogério, *Tempo e Processo – uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*, São Paulo, RT, 1.997.

_____, *A Causa Petendi no Processo Civil*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.000.

_____, *Ação Monitória*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.001.

_____, *Lineamentos da Nova Reforma do CPC*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.002.

_____, *Precedente Judicial como Fonte do Direito*, São Paulo, RT, 2.004.

_____, *A “repercussão geral” como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Revista dos Tribunais*, vol. 848, 2.006.

_____, *Limites Subjetivos da Eficácia da Sentença e da Coisa Julgada Civil*, São Paulo, RT, 2.006.

_____, *Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do Recurso Extraordinário (Lei nº 11.418/2006)*, in *Revista do Advogado*, nº 92, 2.007.

_____, e TUCCI, Rogério Lauria, *Constituição de 1988 e Processo – regramentos e garantias constitucionais do processo*, São Paulo, Saraiva, 1.989.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da, e DIDIER JUNIOR, Fredie, *Curso de Direito Processual Civil*, vol. 3, 5ª ed., Salvador, Jus Podium, 2.008.

CUNHA, Sérgio Sérulo da, *O Efeito Vinculante e os Poderes do Juiz*, São Paulo, Saraiva, 1.999.

DANTAS, Bruno, *Repercussão Geral – perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado, questões processuais*, São Paulo, RT, 2.008.

_____, *O recurso extraordinário e a Lei 11.418/2006: notas sobre a dinâmica da repercussão geral*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, São Paulo, RT, 2.008.

DANTAS, F.C. San Tiago, SILVA, Carlos Medeiros, OLIVEIRA, A. Gonçalves de, ROCHA, Francisco Brochado da, e LIMA, Hermes, *Reforma Constitucional*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 46, 1.956.

DAVID, René, *Les Grands Systèmes du Droit Contemporains (Droit Comparé)*, trad. port. Hermínio A. Carvalho, *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*, 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1.998.

DELGADO, José Augusto, *Reflexões sobre a repercussão geral como condição para o conhecimento do recurso extraordinário (EC 45/04)*, in *Reforma do Judiciário – Análise Interdisciplinar e Estrutural do Primeiro Ano de Vigência*, BRUNO FREIRE E SILVA – RODRIGO MAZZEI (coords.), Curitiba, Juruá, 2.006.

DIDIER JUNIOR, Fredie, *Transformações do recurso extraordinário*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli*, São Paulo, RT, 2.005.

_____, e CUNHA, Leonardo José Carneiro da, *Curso de Direito Processual Civil*, vol. 3, 5ª ed., Salvador, Jus Podium, 2.008.

DINAMARCO, Cândido Rangel, *Superior Tribunal de Justiça e acesso à ordem jurídica justa*, in *Recursos no Superior Tribunal de Justiça*, SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA (coord.), São Paulo, Saraiva, 1.991.

_____, *A Reforma do Código de Processo Civil*, 3ª ed., São Paulo, Malheiros, 1.996.

_____, *Súmulas vinculantes*, in *Revista Forense*, vol. 347, 1.999.

_____, *A Reforma da Reforma*, São Paulo, Malheiros, 2.002.

_____, *A função das Cortes Supremas na América Latina*, in *Fundamentos do Processo Civil Moderno*, T. II, 5ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.002.

_____, *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. I, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.002.

_____, *Relativizar a coisa julgada material*, in *Nova Era do Processo Civil*, São Paulo, Malheiros, 2.003.

_____, *O processo civil na reforma constitucional do Poder Judiciário*, in *Reforma do Judiciário – Comentários à Emenda Constitucional nº 45/2004*, SÉRGIO RABELLO TAMM RENAULT – PIERPAOLO BOTTINI (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.005.

_____, e GRINOVER, Ada Pellegrini, e ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos de, *Teoria Geral do Processo*, 15ª ed., São Paulo, Malheiros, 1.999.

ESPINOLA, Eduardo, *Pandectas Brasileiras – registro de doutrina, jurisprudência dos tribunais e legislação*, v. VIII, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1.931.

FALCÃO, Djaci, *O Poder Judiciário e a nova Carta Constitucional*, in *Revista de Processo*, nº 53, 1.989.

FAZZALARI, Elio, *Il Giudizio Civile di Cassazione*, Milano, Giuffrè, 1.960.

FÉRES, Marcelo Andrade, *Impactos da Emenda Constitucional nº 45/2004 sobre o recurso extraordinário: a repercussão geral (ou transcendência) e a nova alínea d do inciso III do art. 102 da Constituição*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 39, 2.006.

_____, *Do recurso extraordinário*, in *Processo nos Tribunais Superiores – de acordo com a EC nº 45/2004*, MARCELO ANDRADE FÉRES – PAULO GUSTAVO M. CARVALHO (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.006.

_____, *Nótulas sobre a repercussão geral (ou transcendência) do recurso extraordinário*, disponível [on-line] in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7530>, acesso em 17.08.2007.

FERNANDES, Luís Eduardo Simardi, *A irrecorribilidade da decisão que não conhece do recurso extraordinário por ausência de repercussão geral*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, São Paulo, RT, 2.008.

FERRARI, Irany, e AFFONSO, Geórgia C., *Alternativa para a transcendência*, in *LTr Suplemento Trabalhista* 061/02, 2.002.

FERRATO, Rubens Pólo, *et alli*, *Recurso Extraordinário*, in *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 27-28, 1.987.

FERREIRA FILHO, Manoel Caetano, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. 7, São Paulo, RT, 2.001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, *Comentários à Constituição Brasileira*, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1.983.

FONTOURA, Lúcia Helena Ferreira Palmeiro de, *Juízo de admissibilidade e a argüição de relevância da questão federal na Emenda Regimental nº 2/85 do STF*, in *Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris)*, v. 38, 1.984.

FREDERICO MARQUES, José, *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. IV, Rio de Janeiro, Forense, 1.960.

FREIRE, Felisbelo, *Historia da Republica dos Estados Unidos do Brasil*, vol. III, Rio de Janeiro, Typographia Moreira Maximino Chagas & C., 1.894.

FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima, MAZZEI, Rodrigo, RAMOS, Glauco Gumerato, e NEVES, Daniel Amorim Assumpção, *Reforma do CPC*, São Paulo, RT, 2.006.

FRYSMAN, Patrícia Ester, *et alli*, *Recurso Extraordinário*, in *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 27-28, 1.987.

FUX, Luiz, *A Reforma do Código de Processo Civil – comentários e análise crítica da reforma infraconstitucional, do Poder Judiciário e da reforma do CPC*, Rio de Janeiro, Impetus, 2.006,

GALLOTTI, Luis *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

GAMA, Vasco de Lacerda, *Recurso Extraordinario*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1.937.

GARTH, Bryant, e CAPPELLETTI, Mauro, *Access to Justice: the worldwide movement to make rights effective – a general report*, trad. port. Ellen Gracie Northfleet, *Acesso à Justiça*, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris, 1.988.

GIGLIO, Wagner, *O requisito prévio da transcendência*, in *Revista LTR*, vol. 66, nº 1, 2.002.

GOMES JUNIOR, Luiz Manoel, *A Arguição de Relevância – a repercussão geral das questões constitucional e federal*, Rio de Janeiro, Forense, 2.001.

_____, *O pressuposto da transcendência no recurso de revista – artigo 896-A da CLT – considerações iniciais*, in *Revista LTr.*, nº 65, 2.001.

_____, *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*, in *Revista de Processo*, v. 119, 2.005.

_____, *A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário – EC 45*, in *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis*, v. 10, NELSON NERY JUNIOR – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER (coords.), São Paulo, RT, 2.006.

GONÇALVES, Helena Novaes, *et alli*, *Recurso Extraordinário*, in *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 27-28, 1.987.

GORDILHO, Pedro, *A relevância da questão federal*, in *Revista da Associação dos Advogados de São Paulo*, nº 22, 1.985.

GOUVÊA, José Roberto F., e NEGRÃO, Theotonio, *Código de Processo Civil – e legislação processual em vigor*, 40ª ed., São Paulo, Saraiva, 2.008.

GOUVÊA, Ligia Maria Teixeira, WRONSKI, Ana Paula Volpato, e VILLAR, Gustavo Gôuvea, *Recurso de revista sob o enfoque da transcendência: impasse ou solução?*, in *Revista LTr* 65-11, 2.001.

GRAU, Eros Roberto, *Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito*, 2ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.003.

_____, *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*, 12ª ed., São Paulo, 2.007.

_____, *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*, 7ª ed., São Paulo, Malheiros, 2.008.

GRINOVER, Ada Pellegrini, ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos de, e DINAMARCO, Cândido Rangel, *Teoria Geral do Processo*, 15ª ed., São Paulo, Malheiros, 1.999.

GUIMARÃES, Hannemann *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

GUIMARÃES, Mário, *Recurso de Revista*, São Paulo, Livraria Martins, 1.942.

HADDAD, José Eduardo, *Recurso de revista e transcendência*, in *Revista LTr*, vol. 65, nº 9, 2.001.

HERKENHOFF FILHO, Helio Estellita, *Repercussão geral no recurso extraordinário*, disponível [online] in <http://secure.jurid.com.br/new/jengine.exe/cpag?p=jornaldetalhedoutrina&ID=35311>, acesso em 23.04.2007.

HUGHES, Charles Evans, *Six Lectures on the Supreme Court of the United States*, New York, Columbia University, 1.927.

IACOBELLI, Graciela S., CALOSSO, Severo J., e SUÁREZ, Ricardo H., *El Proceso Civil – Buenos Aires y Nación*, Buenos Aires, Ad Hoc, 1.995.

JORGE, Flávio Cheim, e SARTÓRIO, Elvio, *O recurso extraordinário e a demonstração da repercussão geral*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli* (coords.), São Paulo, RT, 2.005.

JORGE, Mário Helton, *O efeito regressivo no recurso extraordinário*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR (coords.), São Paulo, RT, 2.008.

KAZMIERSKI, Cleide, A “repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso” como novo pressuposto de admissibilidade no recurso extraordinário, in *A Reforma do Poder Judiciário*, FÁBIO CARDOSO MACHADO – RAFAEL BICCA MACHADO (coords.), São Paulo, Quartier Latin, 2.006.

KOZIKOSKI, Sandro Marcelo, A repercussão geral das questões constitucionais e o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli*, São Paulo, RT, 2.005.

_____, A repercussão geral das questões constitucionais e o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário (Lei nº 11.418/2006), in *Revista Forense*, vol. 391, 2.007.

LACERDA, Galeno, *O Novo Direito Processual e os Feitos Pendentes*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.006.

LACERDA, Paulo Maria de, *Princípios de Direito Constitucional Brasileiro*, vol. II, Rio de Janeiro, Livraria Azevedo, 1.929.

LAMY, Eduardo de Avelar, *Repercussão geral no recurso extraordinário: a volta da arguição de relevância?*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli*, São Paulo, RT, 2.005.

_____, *Demonstrando a repercussão geral no recurso extraordinário*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR (coords.), São Paulo, RT, 2.008.

LEAL, Victor Nunes, *O requisito da “relevância” para redução dos encargos do Supremo Tribunal*, in *Revista de Direito Processual Civil*, v. 6, 1.962.

_____, *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

LEITE, Evandro Gueiros, *A Emenda 2/85 (RISTF) e a boa razão*, in *Revista dos Tribunais*, v. 615, 1.987.

LENZ, Carlos Eduardo Thompson Flores, *A relevância da questão federal e a crise do STF*, in *Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris)*, vol. 37, 1.986.

LEONEL, Ricardo de Barros, *Reformas Recentes do Processo Civil*, São Paulo, Método, 2.007.

LESSA, Pedro, *Do Poder Judiciário*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1.915.

LEVADA, Filipe Antônio Marchi, *A repercussão geral na Constituição Federal e no Projeto de Lei que acrescenta os arts. 543-A e 543-B ao CPC*, in *Recurso Especial e Extraordinário*, ROGÉRIO LICASTRO TORRES DE MELLO (coord.), São Paulo, Método, 2.007.

LIEBMAN, Enrico Tullio, *Perspectivas do recurso extraordinário*, in *Revista Forense*, vol. LXXXV, 1.941.

_____, *Execução da sentença na pendência de recurso extraordinário*, in *Estudos Sobre o Processo Civil Brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 1.946.

_____, *Manuale di Diritto Processuale Civile*, vol. III, 3^a ed., Milano, Giuffrè, 1.976.

_____, *Eficácia e Autoridade da Sentença – e outros escritos sobre a coisa julgada*, 3^a ed., trad. port. Alfredo Buzaid – Benvindo Aires, Rio de Janeiro, Forense, 1.984.

LIMA, Francisco Gérson Marques de, *Reforma do Poder Judiciário – comentários iniciais à EC 45/2004*, São Paulo, Malheiros, 2.005.

LIMA, Francisco Meton Marques de, *Reforma do Poder Judiciário – comentários iniciais à EC 45/2004*, São Paulo, Malheiros, 2.005.

LIMA, Hermes, DANTAS, F.C. San Tiago, SILVA, Carlos Medeiros, OLIVEIRA, A. Gonçalves de, e ROCHA, Francisco Brochado da, *Reforma Constitucional*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 46, 1.956.

_____, *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

LOBO DA COSTA, Moacyr, *A Revogação da Sentença: gênese e genealogia*, São Paulo, Ícone, 1.995.

LOPES, Bruno Vasconcellos Carrilho, *Súmula vinculante*, in *As Novas Reformas do CPC e de outras normas processuais*, MAURÍCIO GIANNICO – VÍTOR JOSÉ DE MELLO MONTEIRO (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.008.

LOPES DA COSTA, Alfredo de Araújo, *Direito Processual Civil Brasileiro*, v. III, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Konfino, 1.948.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Repercussão geral (ausência). Prequestionamento (ausência). Ofensa indireta à Constituição Federal. Má-fé e ignorância. Danos decorrentes da demora do processo*, in *Revista de Processo*, nº 157, 2.008.

MACEDO, Eliana Harzheim, *Os Tribunais Superiores e os novos óbices recursais*, in *A Reforma do Poder Judiciário*, FÁBIO CARDOSO MACHADO – RAFAEL BICCA MACHADO (coords.), São Paulo, Quartier Latin, 2.005.

MACHADO, Antonio Carlos Marcondes, *Arguição de relevância: a competência para o seu exame – o ulterior conhecimento do recurso extraordinário*, in *Revista de Processo*, vol. 42, 1.985.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa, *Código de Processo Civil Interpretado*, 2ª ed., São Paulo, Manole, 2.008.

MACHADO, Hugo de Brito, *Conhecimento do recurso extraordinário – repercussão geral das questões constitucionais*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 34, 2.006.

MACIEL, Adhemar Ferreira, *Restrição à admissibilidade de recursos na Suprema Corte dos Estados Unidos e no Supremo Tribunal Federal no Brasil*, in *Meios de Impugnação ao Julgado Civil – estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO (coord.), Rio de Janeiro, Forense, 2.007.

MADOZ, Wagner Amorim, *O recurso extraordinário interposto de decisão de juizados especiais federais*, in *Revista de Processo*, nº 119, 2.005.

MALTEZ, Rafael Tocantins, *Repercussão geral da questão constitucional*, in *Recurso Especial e Extraordinário – repercussão geral e atualidades*, ROGÉRIO LICASTRO TORRES DE MELLO (coord.), São Paulo, Método, 2.007.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo, *A realidade judiciária brasileira e os Tribunais da Federação – STF e STJ: inevitabilidade de elementos de contenção dos recursos a ele dirigidos*, in *Processo e Constituição – estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*, LUIZ FUX – NELSON NERY JUNIOR – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER (coords.), São Paulo, RT, 2.006.

_____, *Recurso Extraordinário e Recurso Especial*, 10ª ed., São Paulo, RT, 2.007.

MARCATO, Ana Cândida Menezes, *Contornos da repercussão geral, o novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Reflexões sobre a Reforma do Código de Processo Civil – estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover, Cândido R. Dinamarco e Kazuo Watanabe*, CARLOS ALBERTO CARMONA (coord.), São Paulo, Atlas, 2.007.

MARCHI, Eduardo C. Silveira, *Guia de Metodologia Jurídica – teses, monografias e artigos*, Lecce, Edizioni del Grifo, 2.001.

MARINONI, Luis Guilherme, e MITIDIERO, Daniel, *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.008.

MARREY NETO, José Adriano, *A arguição de relevância da questão federal na interposição do recurso extraordinário*, in *Revista dos Tribunais*, v. 593, 1.985.

_____, *Recurso extraordinário – arguição de relevância da questão federal*, in *Revista dos Tribunais*, v. 604, 1.986.

MARTINS, Pedro Baptista, *Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais*, Rio de Janeiro, Forense, 1.957.

MARTINS, Samir José Caetano, *A repercussão geral da questão constitucional (Lei nº 11.418/2006)*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, nº 50, 2.007.

MARTINS, Sérgio Pinto, *Comentários à CLT*, 11ª ed., São Paulo, Atlas, 2.007.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva, *Crítério de transcendência no recurso de revista – Projeto de Lei nº 3.267/00*, in *Revista LTr.*, nº 65, 2.001

MATOS PEIXOTO, José Carlos de, *Recurso Extraordinario*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1.935.

MAXIMILIANO, Carlos, *Comentários à Constituição Brasileira*, vol. II, 5ª ed., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1.954.

MAZZEI, Rodrigo, RAMOS, Glaucio Gumerato, NEVES, Daniel Amorim Assumpção, e FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima, *Reforma do CPC*, São Paulo, RT, 2.006.

MEADOR, Daniel John, *American Courts*, trad. port. Ellen Gracie Northfleet, *Os Tribunais nos Estados Unidos*, Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos da América – USIS, Brasília, 1.996.

MEDEIROS, Taissa Souza, *A repercussão geral como novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário*, disponível [on-line] in jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11056, acesso em 18.03.2008.

MEDINA, José Miguel Garcia, *O Prequestionamento nos recursos extraordinário e especial*, 2ª ed., São Paulo, RT, 1.999.

MEDINA, José Miguel Garcia, *Variações recentes sobre os recursos extraordinário e especial – breves considerações*, in *Processo e Constituição – estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*, LUIZ FUX – NELSON NERY JUNIOR – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER (coords.), São Paulo, RT, 2.006.

MEDINA, José Miguel Garcia, WAMBIER, Luiz Rodrigues, e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, *Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil*, vol. 3, São Paulo, RT, 2.007.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa, *Questão federal relevante: uma tentativa de sistematização*, in *Revista Forense*, v. 272, 1.980.

MELLO FILHO, José Celso de, *Notas sobre o Supremo Tribunal Federal (Império e República)*, 2ª ed., Brasília, Supremo Tribunal Federal, 2.007, disponível [on-line] in

<http://www.stf.gov.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfCuriosidadeStf/anexo/NotasInformativasEletronica161007.pdf>, acesso em 07.10.2007.

MENDES, Gilmar Ferreira, *O papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade: um caso clássico de mutação constitucional*, in *Revista de Informação Legislativa*, v. 162, 2.004.

_____, e PFLUG, Samantha Meyer, *Passado e futuro da súmula vinculante: considerações à luz da Emenda Constitucional nº 45/2004*, in *Reforma do Judiciário – Comentários à Emenda Constitucional nº 45/2004*, SÉRGIO RABELLO TAMM RENAULT – PIERPAOLO BOTTINI (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.005.

MENDES, Raul Armando, *Da Interposição do Recurso Extraordinário*, São Paulo, Saraiva, 1.984.

MENDEZ, Francisco Ramos, *Derecho Procesal Civil*, T. II, 3ª ed., Barcelona, Bosch, 1.986.

MENDONÇA, Lucio, *Do Recurso Extraordinario*, Rio da Janeiro, Laemmert & C., 1.896.

MENDONÇA LIMA, Alcides, *A marcha processual do recurso extraordinário*, in *Revista Jurídica*, nº 37, 1.959.

_____, *Argüição de relevância da questão federal*, in *Revista de Processo*, nº 58, 1.990.

MIRANDA, Gilson Delgado, e PIZZOL, Patrícia Miranda, *Recursos no Processo Civil*, 5ª ed., São Paulo, Atlas, 2.006.

_____, e PIZZOL, Patrícia Miranda, *Alguns aspectos processuais da reforma promovida pela EC 45/2004*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR (coords.), São Paulo, RT, 2.008.

MITIDIERO, Daniel, e MARINONI, Luis Guilherme, *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.007.

MONIZ DE ARAGÃO, E. D., *O Código de Processo Civil e a crise processual*, in *Revista Forense*, v. 316, 1.991.

MONTEIRO, João, *Theoria do Processo Civil e Commercial*, 2ª ed., São Paulo, Duprat & Comp., 1.905.

MONTEIRO, Samuel, *Recurso Extraordinário e Argüição de Relevância*, São Paulo, Hemus, 1.987.

MONTEIRO, Washington de Barros, *Do recurso extraordinário*, in *Justitia (Revista do Ministério Público do Estado de São Paulo)*, vol. 21, 1.958.

MORAIS, Dalton Santos, *A abstrativização do controle difuso de constitucionalidade no Brasil e a participação do amicus curiae em seu processo*, in *Revista de Processo*, nº 164, 2.008.

MOREIRA ALVES, José Carlos, *A missão constitucional do Supremo Tribunal Federal e a argüição de relevância da questão federal*, in *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*, v. 58-59, 1.982.

_____, *Poder Judiciário*, in *A Constituição Brasileira de 1.988 – Interpretações*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1.990.

MORELLO, Augusto Mario, *Lo Recurso Extraordinário y La Eficacia del Proceso*, T. II, Buenos Aires, Hammurabi, 1.981.

_____, *Recursos extraordinarios: visión comparada brasileña y argentina*, in *Revista de Processo*, nº 79, 1.995.

MOTA FILHO, Cândido, *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

NEGRÃO, Theotonio, *Comentários ao Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor*, 17ª ed., São Paulo, RT, 1.987.

_____, *Uma nova estrutura para o Judiciário*, in *Revista dos Tribunais*, v. 639, 1.989.

_____, e GOUVÊA, José Roberto F., *Código de Processo Civil – e legislação processual em vigor*, 40ª ed., São Paulo, Saraiva, 2.008.

NERY JUNIOR, Nelson, *Teoria Geral dos Recursos*, 6ª ed., São Paulo, RT, 2.004.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção, FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima, MAZZEI, Rodrigo, e RAMOS, Glauco Gumerato, *Reforma do CPC*, São Paulo, RT, 2.006.

NOGUEIRA, Gustavo Santana, *A repercussão geral do recurso extraordinário e a Emenda Regimental nº 21/2007 do STF – Uma proposta de interpretação da análise deste novo requisito de admissibilidade*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR (coords.), São Paulo, RT, 2.008.

_____, *Jurisprudência vinculante no direito norte-americano e no direito brasileiro*, in *Revista de Processo*, vol. 161, 2.008.

NUNES, Castro, *Teoria e Prática do Poder Judiciário*, Rio de Janeiro, Forense, 1.943.

OLIVEIRA, A. Gonçalves de, ROCHA, Francisco Brochado da, LIMA, Hermes, DANTAS, F.C. San Tiago, e SILVA, Carlos Medeiros, *Reforma Constitucional*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 46, 1.956.

OLIVEIRA, Candido, *Algumas Notas sobre o Recurso Extraordinario*, Rio de Janeiro, Typographia do Commercio de Rodrigues & C., 1910.

OLIVEIRA, Francisco de Paula de, *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*, Rio de Janeiro, Livraria Editora Conselheiro Candido Mendes, 1.921.

OLIVEIRA, Gleydson Kleber Lopes de, *Recurso Especial*, São Paulo, RT, 2.002.

OLIVEIRA, Gonçalves de, *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

OLIVEIRA FILHO, Cândido de, *A crise do Supremo Tribunal Federal*, in *Revista dos Tribunais*, vol. 156, 1.945.

PAIVA, Lúcio Flávio Siqueira de, *A Lei nº 11.418/06 e a repercussão geral no recurso extraordinário*, disponível [on-line] in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9470>, acesso em 07.08.2007.

PALACIO, Lino Enrique, *Manual de Derecho Procesal Civil*, 14ª ed., Buenos Aires, Abeledo-Perrot, 1.998.

PEÑA, Eduardo Chemale, *A inclusão do requisito da relevância para a redução do volume de processos no STJ e no STF*, in *A Reforma do Poder Judiciário*, FÁBIO CARDOSO MACHADO – RAFAEL BICCA MACHADO (coords.), São Paulo, Quartier Latin, 2.005.

PESSOA, Roberto Dórea, *Juízo de mérito e grau de cognição nos recursos de estrito direito*, in *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis*, vol. 10, NELSON NÉRY JUNIOR – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER (coords.), São Paulo, RT, 2.006.

PFLUG, Samantha Meyer, e MENDES, Gilmar Ferreira, *Passado e futuro da súmula vinculante: considerações à luz da Emenda Constitucional nº 45/2004*, in *Reforma do Judiciário – Comentários à Emenda Constitucional nº 45/2004*, SÉRGIO RABELLO TAMM RENAULT – PIERPAOLO BOTTINI (coords.), São Paulo, Saraiva, 2.005.

PIMENTEL, Wellington Moreira, *Estudos de Direito Processual*, vol. II, Rio de Janeiro, Borsoi, 1.972.

PINTO, José Augusto Rodrigues, *Reflexões sobre uma transcendência nada transcendental*, in *Revista LTr*, vol. 68, nº 9, 2.004.

PINTO, Nelson Luiz, *Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça – teoria geral e admissibilidade*, São Paulo, Malheiros, 1.992.

PITMAN, Mildred Lima, *A repercussão geral como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 42, 2.006.

PIZZOL, Patrícia Miranda, e MIRANDA, Gilson Delgado, *Recursos no Processo Civil*, 5ª ed., São Paulo, Atlas, 2.006.

_____, e MIRANDA, Gilson Delgado, *Alguns aspectos processuais da reforma promovida pela EC 45/2004*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR (coords.), São Paulo, RT, 2.008.

PONTES, Valmir, *O recurso extraordinário no regimento interno do Supremo Tribunal Federal*, in *Revista dos Tribunais*, v. 423, 1.971.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti, *Comentários à Constituição de 1967 – com a Emenda nº 1, de 1969*, T. IV, 2ª ed., São Paulo, RT, 1.970.

_____, *Comentários ao Código de Processo Civil*, T. VIII, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.000.

PRADE, Péricles, *Ação popular, recurso extraordinário e argüição de relevância em face da Emenda Regimental 2/85 do STF*, in *Revista dos Tribunais*, vol. 607, 1.986.

PRÜTTING, Hans, *A admissibilidade do recurso aos Tribunais Alemães Superiores*, in *Revista de Processo*, nº 9, 1.978.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz, *Da necessidade de demonstração da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso extraordinário (art. 102, § 3º, CF/88)*, in *Revista Dialética de Direito Processual*, vol. 32, 2.005.

RAMOS, Elival da Silva, *Perspectivas de Evolução do Controle de Constitucionalidade no Brasil*, São Paulo, Tese (Titularidade), U.S.P., 2.005.

RAMOS, Glauco Gumerato, NEVES, Daniel Amorim Assumpção, FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima, e MAZZEI, Rodrigo, *Reforma do CPC*, São Paulo, RT, 2.006.

_____, *Repercussão geral na teoria dos recursos: juízo de admissibilidade – algumas observações*, in *Reforma do Judiciário – Análise Interdisciplinar e Estrutural do Primeiro Ano de Vigência*, BRUNO FREIRE E SILVA – RODRIGO MAZZEI (coords.), Curitiba, Juruá, 2.006.

RE, Edward R., *Stare Decisis*, trad. port. Ellen Gracie Northfleet, in *Revista de Processo*, nº 73, 1.994.

REALE JÚNIOR, Miguel, *Valores fundamentais da reforma do Judiciário*, in *Revista da Associação dos Advogados de São Paulo*, nº 75, 2.004.

REIS, José Carlos Vasconcellos dos, *Apontamentos sobre o novo perfil do recurso extraordinário no direito brasileiro*, in *Revista de Processo*, nº 164, 2.008.

RIBEIRO DA COSTA *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes, *Sobre a súmula vinculante*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 210, 1.997.

ROCHA, Francisco Brochado da, LIMA, Hermes, DANTAS, F.C. San Tiago, SILVA, Carlos Medeiros, e OLIVEIRA, A. Gonçalves de, *Reforma Constitucional*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 46, 1.956.

RODRIGUES, Lêda Boeacht, *A Côrte Suprema e o Direito Constitucional Americano*, Rio de Janeiro, Forense, 1.958.

RODRIGUES NETTO, Nelson, *A aplicação da repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário consoante a Lei nº 11.418/06*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 49, 2.007.

_____, *A alteração do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal para a aplicação da repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 52, 2.007.

ROSENBERG, Leo, *Lehrburch des deutschen Zivilprozessrechts*, trad. esp. Angela Romera Vera, *Tratado de Derecho Procesal Civil*, T. II, Buenos Aires, EJEJA, 1.955.

RÚA, Fernando de La, *Teoria General del Proceso*, Buenos Aires, Depalma, 1.991.

SAAD, Eduardo Gabriel, *Temas trabalhistas – 1. Transcendência no recurso de revista; 2. Limitações do poder de tributar e os sindicatos*, in *LTr Suplemento Trabalhista*, nº 149/01, 2.001.

SANCHES, Sidney, *Argüição de relevância da questão federal*, in *Revista dos Tribunais*, v. 627, 1.988.

SANCHEZ, Carlos Eduardo, *Repercussão Geral (ou Argüição de Relevância) – Novo Requisito para Cabimento dos Recursos Extraordinários (Emenda Constitucional de nº 45)*, disponível [on-line] in http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia_articuladas.aspx?cod=11984, acesso em 08.09.2007.

SANTOS, Ulderico Pires dos, *Teoria e Prática do Recurso Extraordinário Cível*, Rio de Janeiro, Forense, 1.977.

SARTÓRIO, Elvio, e JORGE, Flávio Cheim, *O recurso extraordinário e a demonstração da repercussão geral*, in *Reforma do Judiciário – primeiras reflexões sobre a Emenda Constitucional nº 45/2004*, TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER *et alli* (coords.), São Paulo, RT, 2.005.

_____, e RAMOS, Glauco Gumerato, *Repercussão geral na teoria dos recursos: juízo de admissibilidade – algumas observações*, in *Reforma do Judiciário – Análise Interdisciplinar e Estrutural do Primeiro Ano de Vigência*, BRUNO FREIRE E SILVA – RODRIGO MAZZEI (coords.), Curitiba, Juruá, 2.006.

SATTA, Salvatore, *Diritto Processuale Civile*, 9ª ed., Padova, Cedam, 1.981.

SAUSEN, Dalton, *A Repercussão Geral no Recurso Extraordinário: perspectiva hermenêutica*, Porto Alegre, Dom Quixote, 2.007.

SCAFF, Fernando Facury, *Novas dimensões do controle de constitucionalidade no Brasil: prevalência do controle concentrado e o caso do difuso*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 50, 2.007.

SCHLOSSER, Lizelote Minéria, e WICKERT, Lisiane Beatriz, *A inserção e a regulamentação da repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Revista de Processo*, nº 161, 2.008.

SEABRA FAGUNDES, M., *A organização e o funcionamento do Poder Judiciário*, in *Revista Forense*, v. 155, 1.954.

SILVA, Bruno Mattos e, *O STF e a repercussão geral no recurso extraordinário*, disponível [on-line] in <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf902/o-stf-repercussao/o-stf-repercussao.pdf>, acesso em 11.11.2008.

SILVA, Carlos Medeiros, OLIVEIRA, A. Gonçalves de, ROCHA, Francisco Brochado da, LIMA, Hermes, e DANTAS, F.C. San Tiago, *Reforma Constitucional*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 46, 1.956.

SILVA, Evandro Lins, *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

_____, *O recurso extraordinário e a relevância da questão federal*, in *Revista dos Tribunais*, v. 485, 1.976.

_____, *A questão do efeito vinculante*, in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 13, 1.996.

SILVA, José Afonso da, *Do Recurso Extraordinário no Direito Processual Brasileiro*, São Paulo, RT, 1.963.

SILVA, Ovídio A. Baptista da, *Processo e Ideologia – o paradigma racionalista*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2.006.

SILVA, Ticiano Alves e, *Apreciação pelo juízo a quo da existência de alegação de repercussão geral*, in *Revista de Processo*, nº 161, 2.008.

SOBRINHO, Suian Alencar, *Ocaso do julgamento a varejo: comentários sobre a Lei nº 11.418/2006*, disponível [on-line] in <http://jus2.uol.com.br/doutrina/imprimir.asp?id=9356>, acesso em 17.08.2007.

STRECK, Lenio Luiz, *Comentários à Reforma do Poder Judiciário*, WALBER MOURA AGRA (coord.), Rio de Janeiro, Forense, 2.005.

SUÁREZ, Ricardo H., IACOBELLI, Graciela S., e CALOSSO, Severo J., *El Proceso Civil – Buenos Aires y Nación*, Buenos Aires, Ad Hoc, 1.995.

TALAMINI, Eduardo, *Repercussão geral no recurso extraordinário: deliberação do plenário do STF por meio eletrônico*, disponível [on-line] in <http://www.justen.com.br/informativo5/artigos/eduardo.htm>, acesso em 16.07.2007.

_____, *Repercussão geral em recurso extraordinário: nota sobre sua regulamentação*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 54, 2.007.

_____, *Novos Aspectos da Jurisdição Constitucional Brasileira: Repercussão Geral, Força Vinculante, Modulação dos Efeitos do Controle de Constitucionalidade e*

Alargamento do Objeto do Controle Direto, São Paulo, Tese (Livre-Docência), U.S.P., 2.008.

_____, *Julgamento de recursos no STJ “por amostragem”*, disponível [on-line] in <http://www.justen.com.br/informativo>, acesso em 16.04.2008.

TANIGUCHI, Yashuei, *O Código de Processo Civil japonês de 1996 – um processo para o novo século*, trad. port. José Carlos Barbosa Moreira, in *Revista de Processo*, vol. 99, 2.000.

TAVARES, André Ramos, *Recurso extraordinário: modificações, perspectivas e proposta*, in *Linhas Mestras do Processo Civil – comemoração dos 30 anos de vigência do CPC*, HÉLIO RUBENS BATISTA RIBEIRO DA COSTA – JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBERITO – PEDRO DA SILVA DINAMARCO (coords.), São Paulo, Atlas, 2.004.

_____, *Reforma do Judiciário no Brasil pós-88 – comentários completos à Emenda Constitucional nº 45/04*, São Paulo, Saraiva, 2.005.

_____, *A repercussão geral no recurso extraordinário*, in *Reforma do Judiciário*, PEDRO LENZA – PIETRO DE JESÚS LORA ALARCÓN – ANDRÉ RAMOS TAVARES (coords.), São Paulo, Método, 2.005.

_____, *Nova Lei da Súmula Vinculante – estudos e comentários à Lei 11.417, de 19.12.2006*, São Paulo, Método, 2.007.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo, *O recurso especial e o Superior Tribunal de Justiça*, in *Recursos no Superior Tribunal de Justiça*, SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA (coord.), São Paulo, Saraiva, 1.991.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio, *A Medida Provisória nº 2.226/01 (“transcendência” em recurso de revista): inconstitucionalidade e inconveniências*, in *LTr Suplemento Trabalhista*, nº 132/01, 2.001.

THEODORO JÚNIOR, Humberto, *As Novas Reformas do Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, Forense, 2.007.

_____, *O poder de controle do cabimento do recurso extraordinário referente ao requisito da repercussão geral (CF, art. 102, § 3º)*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle*

das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR (coords.), São Paulo, RT, 2.008.

_____, *O novo artigo 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.678, de 08.05.2008)*, in *Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil*, vol. 53, 2.008.

TONUS, José Antonio, *et alli*, *Recurso Extraordinário*, in *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, nº 27-28, 1.987.

TUCCI, Rogério Lauria, *Curso de Direito Processual Civil*, vol. III, São Paulo, Saraiva, 1.989.

_____, e CRUZ E TUCCI, José Rogério, *Constituição de 1988 e Processo – regramentos e garantias constitucionais do processo*, São Paulo, Saraiva, 1.989.

URBANO, Hugo Eva Magro Corrêa, *Da argüição de relevância à repercussão geral das questões constitucionais no recurso extraordinário*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, vol. 47, 2.007.

VANDERBILT, Arthur T., *The Challenge of Law Reform*, Princeton, Princeton University, 1.955.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva, *Argüição de relevância da questão federal em matéria tributária*, in *Revista de Direito Tributário*, vols. 9-10, 1.979.

_____, *O Superior Tribunal de Justiça na Constituição de 1988*, in *Revista dos Tribunais*, vol. 638, 1.988.

VENTURI, Elton, *Anotações sobre a repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais – estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA – LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ – LUÍS OTÁVIO SEQUEIRA DE CERQUEIRA – LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, São Paulo, RT, 2.008.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos, *Questão de repercussão geral (§ 3º do art. 102 da Constituição Federal) e a admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Revista Dialética de Direito Processual (RDDP)*, v. 30, 2.005.

VILAS-BOAS, A. M. *et alli*, *Supremo Tribunal Federal – Reforma Judiciária*, in *Revista de Direito Administrativo*, vol. 81, 1.965.

VILLAR, Gustavo Gouvea, GOUVÊA, Ligia Maria Teixeira, e WRONSKI, Ana Paula Volpato, *Recurso de revista sob o enfoque da transcendência: impasse ou solução?*, in *Revista LTr* 65-11, 2.001.

VILLELA, José Guilherme, *Recurso extraordinário*, in *Revista de Processo*, nº 41, 1.985.

WAMBIER, Luiz Rodrigues, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, e MEDINA, José Miguel Garcia, *Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil*, vol. 3, São Paulo, RT, 2.007.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, MEDINA, José Miguel Garcia, e WAMBIER, Luiz Rodrigues, *Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil*, vol. 3, São Paulo, RT, 2.007.

_____, *Recurso Extraordinário e Ação Rescisória*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2.008.

WATANABE, Kazuo, *Juizado Especial de Pequenas Causas*, São Paulo, RT, 1.985.

_____, *Acesso à Justiça e sociedade moderna*, in *Participação e Processo*, KAZUO WATANABE – CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO – ADA PELLEGRINI GRINOVER (coords.), São Paulo, RT, 1.988.

WICKERT, Lisiane Beatriz, e SCHLOSSER, Lizelote Minéria, *A inserção e a regulamentação da repercussão geral como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário*, in *Revista de Processo*, vol. 161, 2.008.

WITCZYMYSZNY, Bohdanna, *Da argüição de relevância no apelo magno*, in *Justitia (Revista do Ministério Público de São Paulo)*, vol. 121, 1.983.

WRONSKI, Ana Paula Volpato, VILLAR, Gustavo Gôuvea, e GOUVÊA, Ligia Maria Teixeira, *Recurso de revista sob o enfoque da transcendência: impasse ou solução*, in *Revista LTr* 65-11, 2.001.

YARSHELL, Flávio Luiz, *A reforma do Judiciário e a promessa de “razoável duração do processo”*, in *Revista do Advogado*, nº 74, 2.004.

ZAVASCKI, Teori Albino, *Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional*, São Paulo, RT, 2.001.

RESUMO.

A presente dissertação analisa a repercussão geral da questão constitucional. Trata-se de um novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, resultante da publicação da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2.004.

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, que representa a base para o estudo, examinam-se as origens e a função do Supremo Tribunal Federal e do recurso extraordinário no direito brasileiro. Aponta-se, também, a crise do Excelso Pretório – que corresponde à crise do próprio recurso extraordinário – bem como as medidas já adotadas no sentido de racionalizar os trabalhos da Corte.

Fincada nessas bases, inicia-se a segunda parte da dissertação. De modo a propiciar uma visão global do novo instituto, faz-se uma análise minuciosa dos contornos da repercussão geral da questão constitucional. Fundamentalmente, procura-se definir sua natureza jurídica e se aborda cada um dos aspectos (econômico, político, jurídico e social) que devem ser avaliados pelo Supremo Tribunal, para determinar se a matéria possui ou não repercussão geral. É importante, ainda, estudar algumas particularidades procedimentais.

Em seguida, explica-se o processo de julgamento da repercussão geral e, por fim, são expostas as consequências decorrentes da apreciação dessa preliminar, tanto pelo ângulo negativo (quando ela for recusada), como pelo lado positivo (com a sua aceitação e conseqüente abertura para o exame do mérito do recurso extraordinário). É nesse ponto que reside a importância do novel instituto para o sistema jurídico brasileiro.

A decisão relativa à repercussão geral da questão constitucional terá efeitos não apenas para aquele caso concreto específico. Ao julgar a presença desse requisito especial de admissibilidade do recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal deverá proferir decisões paradigmáticas, as quais certamente contribuirão para debelar sua crise e para aprimorar, qualitativamente, os seus pronunciamentos.

RIASSUNTO.

La presente dissertazione analizza la “ripercussione generale” della questione costituzionale. Si tratta di un nuovo requisito di ammissibilità del ricorso straordinario, risultante dalla pubblicazione dell’Emendamento Costituzionale n. 45, del 30 dicembre 2004.

Il lavoro è diviso in due parti. Nella prima, che rappresenta la base della ricerca, sono esaminate le origini e le funzioni del Supremo Tribunale Federale e del ricorso straordinario nel diritto brasiliano. Si mette in rilievo la crisi della Corte Costituzionale – la quale corrisponde alla crisi dello stesso ricorso straordinario – così come le misure che sono già state adottate per razionalizzare il lavoro di questo Tribunale.

Sostenuta su queste basi, inizia la seconda parte della dissertazione. Allo scopo di presentare una visione globale del nuovo istituto, è compiuta un’analisi minuziosa dei contorni della “ripercussione generale” della questione costituzionale. Fondamentalmente, si cerca di definirne la natura giuridica e si prende in considerazione ognuno degli aspetti (economico, politico, giuridico e sociale) che devono essere valutati dal Supremo Tribunale al fine di determinare se la materia possiede o meno “ripercussione generale”. Sarà importante, inoltre, studiare alcune particolarità procedurali.

In seguito, si spiega la procedura del giudizio sulla “ripercussione generale” e, in fine, sono presentate le conseguenze della decisione su tale questione preliminare, tanto nel caso di pronunciamento negativo (che ne rifiuta l’esistenza), come in quello di decisione positiva (che apre all’esame del merito del ricorso straordinario). È in questo punto che risiede il contributo rilevante che il nuovo istituto può apportare al sistema giuridico brasiliano.

La decisione relativa alla “ripercussione generale” della questione costituzionale sortirà i suoi effetti non solamente sul caso concreto preso in esame. Nel momento in cui giudica la presenza di questo requisito per l’ammissibilità del ricorso straordinario, il Supremo Tribunale Federale dovrà proferire decisioni che assumano valore di precedenti, le quali certamente contribuiranno a debellarne la crisi e a migliorarne, qualitativamente, i pronunciamenti.